

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE ECONOMIA PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL**

SIMONE KAWAKAMI GONÇALVES COSTA

**A GEOPOLÍTICA DA CRISE: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA ESTADUNIDENSE PARA A
PRIMAVERA ÁRABE NO EGITO**

**RIO DE JANEIRO
MARÇO DE 2020**

SIMONE KAWAKAMI GONÇALVES COSTA

**A GEOPOLÍTICA DA CRISE: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA ESTADUNIDENSE PARA A
PRIMAVERA ÁRABE NO EGITO**

Tese apresentada ao corpo docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Economia Política Internacional na área de Ciência Política/Relações Internacionais

Orientador: Pedro Henrique Campos

RIO DE JANEIRO

MARÇO DE 2020

FICHA CATALOGRÁFICA

C837 Costa, Simone Kawakami Gonçalves.
A geopolítica da crise: uma análise da política estadunidense para a Primavera Árabe no Egito / Simone Kawakami Gonçalves Costa. – 2020.
379 f.; 31 cm.

Orientador: Pedro Henrique Campos.
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2020.
Bibliografia: f. 359 – 379.

1. Geopolítica. 2. Primavera árabe, 2010-. 3. Estados Unidos –Políticaexterna.
I. Campos, Pedro Henrique, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Instituto de Economia. III. Título.

CDD 327.101

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Luiza Hiromi Arao CRB 7 – 6787 Biblioteca Eugênio Gudín/CCJE/UFRJ

Esta pesquisa foi apoiada pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

*Vocês que passam com palavras efêmeras
Levem seus nomes, vão embora
Tirem suas horas do nosso tempo e vão embora
Roubem à vontade do azul do mar e das areias da lembrança
Tirem fotos à vontade
E assim vão saber
Que não hão de saber
Como uma pedra da nossa terra constrói o teto do céu.*
Mahmoud Darwish

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado de inúmeras contribuições que recebi ao longo dos últimos anos através de conversas, estudos comuns e anseios compartilhados. Nomear todos os que contribuíram direta e indiretamente para a execução deste estudo, e para a trajetória de vida tão rica que tive ao longo dos últimos quatro anos, é uma tarefa um tanto árdua. Mas por boas razões. Sobretudo pela sorte que tive em contar com tantas colaborações, apoio, opiniões e amizades que me ajudaram a focar a reflexão nos enormes acontecimentos da Primavera Árabe, mesmo em meio aos eventos que aqui ocorriam.

Este trabalho é dedicado a todos os meus camaradas, que me colocam em pé todos os dias. Citar apenas alguns é muito difícil e injusto, mas eu não poderia deixar de agradecer especialmente as conversas e a amizade de Edison, ao Marcelo, Maíra e a todos os companheiros com quem convivo no Rio de Janeiro. Ao Jean pelo apoio, alegria, companhia e paciência que tanto me ajudaram ao longo destes anos, mesmo nos momentos mais difíceis. Também dedico este estudo a Glauco Costa, a pessoa mais digna que tive o prazer de conhecer, e a sorte de ter como pai.

E, por fim, mas não menos importante um agradecimento especial ao Prof. Pedro Henrique Campos, orientador desta pesquisa pela excelente colaboração e qualidade humana que pude presenciar ao longo desta jornada. Agradeço também aos professores do PEPI-UFRJ pelas ricas contribuições, que foram muito importantes. Ao Prof. Igor Fuser pelas excelentes contribuições dadas durante o exame de qualificação. Também à CAPES que financiou esta pesquisa, e que espero que ainda siga cumprindo este importante papel para a ciência brasileira.

SUMÁRIO

Resumo	p.1
Introdução	p.2
1.Apresentação dos problemas abordados pela pesquisa.....	p.3
2. A teoria do imperialismo clássica e contemporânea como marco teórico.....	p.9
3.Hipóteses.....	p.23
Capítulo 1 - Alguns fundamentos estratégicos da política estadunidense para o MENA	
1.1 Do fim do Império Turco-Otomano ao controle europeu.....	p.33
1.2 A expansão de poder estadunidense e a fundação do Estado de Israel.....	p.45
1.3 Nasserismo, as doutrinas estadunidenses e a Guerra de Yom Kippur.....	p.52
1.4 <i>Pax Americana</i> e implicações para o MENA.....	p.74
1.5 O intento neoconservador de impor um novo século americano	p.81
1.6 Obama: da crise de 2008 à estratégia de contenção.....	p.104
Capítulo 2 – Analogias, origens, dinâmica e interpretações da Primavera Árabe	
2.1 - A analogia com a Primavera dos Povos de 1848	p.114
2.2 Teorias do imperialismo: dialética entre as revoltas e revoluções.....	p.125
2.3: Antecedentes da Primavera Árabe: a crise econômica de 2008, greves no Egito e as <i>food riots</i>	p.142
2.4 Desigualdades sociais e luta de classes no MENA.....	p.155
2.5 A primeira fase da Primavera Árabe: levantes populares e revolução.....	p.163
2.5.1 A Revolução de Jasmim na Tunísia.....	p.165
2.5.2 A intervenção da OTAN na Líbia.....	p.171
Capítulo 3 - A Primavera em gestação no Egito	
3.1 As relações de Hosni Mubarak com os Estados Unidos.....	p.186
3.2 A economia política de Hosni Mubarak e o fim da sustentação do regime.....	p.194
3.3 O regime político sob Mubarak e a categoria de bonapartismo.....	p.216
3.4 As Forças Armadas: pilar bonapartista financiado pelos Estados Unidos.....	p.223
3.5 Sistema político sob Mubarak.....	p.228
3.6 A trajetória do movimento de trabalhadores antes da Primavera Árabe.....	p.230

Capítulo 4 - A Primavera Árabe no Egito: da Praça Tahrir a ditadura cívico-militar

4.1 Organizações políticas islâmicas e atores sociais da Primavera Árabe.....	p.235
4.2 Movimentos e atores da Praça Tahrir.....	p.243
4.3 A transição sob as Forças Armadas e a tentativa de desvio.....	p.255
4.4 A Irmandade Muçulmana e o bonapartismo islâmico.....	p.266
4.5 Presságios do inverno: a ascensão da ditadura cívico-militar.....	p.274
4.6 Apontamentos para um balanço da Primavera egípcia.....	p.281

Capítulo 5 - A política norte-americana para a Primavera Árabe no Egito

5.1 A diplomacia estadunidense e suas fundamentações estratégicas.....	p.298
5.2 A queda de Morsi e o apoio velado dos Estados Unidos às Forças Armadas	p.311
5.3 A nova ditadura cívico-militar e a colaboração com os Estados Unidos.....	p.315
5.4. Uma avaliação crítica da hipótese de guerra híbrida.....	p.323

6. Conclusão	p.346
---------------------------	--------------

7. Bibliografia	p.359
------------------------------	--------------

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Escalada do preço de alimentos na região do MENA entre 2004 e 2012
Tabela 2. Índices de desemprego de parte dos países do MENA (2007-2010)
Tabela 3. Taxas de Crescimento Comparado 1960-2000 e 2006-2012
Tabela 4. PIB per capita dos países do MENA (2001-2010)
Tabela 5. Assistência estadunidense ao Egito, e às Forças Armadas - 1946/2011
Tabela 6. Apropriação anual da assistência estadunidense ao Egito
Tabela 7. Histórico de empréstimos do FMI ao Egito - 1984 a 2008
Tabela 8. Variação do PIB per capita entre os anos 1970 a 2010
Tabela 9. Formação bruta de capital fixo, total e pública; Egito - 1982 a 2010 (% de PIB)
Tabela10. Taxa de crescimento anual do PIB egípcio 1970-2011
Tabela. 11 Assistência Econômica e Militar prestada pelos Estados Unidos

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1. Países que compõem o MENA

Mapa 2. A dominação europeia no mundo árabe (1930)

Mapa 3. As tribos da Líbia

SIGLAS

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)

Center for Applied NonViolent Action and Strategies (CANVAS)

Centro de Serviços Sindicais e Trabalhadores (CTUWS)

Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA)

Egyptian Federation of Independent Trade Unions (EFITU)

Egyptian Trade Union Federations (ETUF)

Estado Islâmico do Levante (ISIS)

Fundação Nacional para a Democracia (NED)

Freedom House (FH)

Middle East and North Africa (MENA)

National Endowment for Democracy (NED)

Open Society Institute (OSI)

Organização para a Libertação da Palestina (OLP)

Partido Comunista Egípcio (ECP).

Partido Nacional Democrático (NDP)

Partido Justiça e Liberdade (PJM)

Partido Socialdemocrata Egípcio (PSDE)

Projeto sobre Democracia no Oriente Médio (POMED)

Parcerias Público-Privadas (PPPs)

Instituto Republicano Internacional (IRI),

Instituto Nacional Democrata para Assuntos Internacionais (NDI)

Instituto Albert Einstein (AEI)

RESUMO

A situação aberta no final do ano de 2010 no Norte da África e no Oriente Médio colocou em questão a política externa norte-americana, obrigando a uma revisão do sistema de alianças regional mantido até então. O efeito contágio que marcou esse processo iniciado na Tunísia, seguidos pelo Egito, Síria e outros países, transformou em profundidade o equilíbrio regional constituído no período anterior. Após alguns anos desde seu início os levantes populares que marcaram sua irrupção retrocederam, mas as contradições que os motivaram seguem atuantes. Os levantes da Primavera Árabe tiveram um caráter complexo e marcado por múltiplas determinações. Foram primeiramente um subproduto das condições econômicas, políticas e sociais marcadas pelo desenvolvimento desigual e combinado exacerbado cujas consequências em meio à eclosão da crise econômica internacional de 2008, se agravam. Ao mesmo tempo, expressaram o desgaste dos regimes ditatoriais e monarquias locais. Também resultam das políticas dos Estados Unidos para a região ao longo das últimas décadas, como as guerras travadas pelos neoconservadores no início do século XXI. Apesar de adotar um discurso distinto, Barack Obama tampouco representou uma política distinta da ampla intervenção no Oriente Médio. O presente trabalho tem por objetivo elaborar uma análise da política externa dos Estados Unidos em meio à eclosão da Primavera Árabe, tomando especialmente sua atuação frente aos processos ocorridos no Egito. A escolha do Egito deriva de ter sido aí o palco do processo mais agudo da luta de classes, e pela sua importância regional e consequente aliança com os Estados Unidos.

Palavras-chave: Primavera Árabe, Estados Unidos, Islã Político, Egito, revolução, Norte da África, Oriente Médio, imperialismo, guerra híbrida.

ABSTRACT

The situation opened at the end of 2010 in North Africa and the Middle East has put US foreign policy in question, forcing a review of the regional alliance system maintained until then. The contagious effect that marked this process started in Tunisia followed by Egypt, Syria and other countries, and has profoundly transformed the regional balance established in the previous period. After a few years since its inception, the popular uprisings that marked its eruption have receded, but the contradictions that motivated them remain active. The Arab Spring uprisings were complex and marked by multiple determinations. They were primarily a by-product of the economic, political and social conditions marked by an uneven and exacerbated combined development whose consequences in the midst of the outbreak of the 2008 international economic crisis, are worsening. At the same time, they expressed the wear and tear of dictatorial regimes and local monarchies. They also result from the United States policies towards the region over the past few decades, such as the wars waged by neoconservatives at the beginning of the 21st century. Despite adopting a different discourse, Barack Obama did not represent a policy different from the broad intervention in the Middle East. The present work aims to elaborate an analysis of the United States' foreign policy in the midst of the Arab Spring, especially taking into account the processes that took place in Egypt. The choice of Egypt derives from having been the stage of the most acute process of class struggle there, and for its regional importance and consequent alliance with the United States.

Keywords: Arab Spring, United States, Political Islam, Egypt, revolution, North Africa, Middle East, imperialism, hybrid war.

Introdução

1. Apresentação dos problemas abordados pela pesquisa

Após mais de 30 anos desde a revolução iraniana de 1979, a Primavera Árabe como ficou conhecido o conjunto dos levantes contra os governos vigentes no Oriente Médio e Norte da África em 2010, foi responsável por recolocar no imaginário popular e nos debates políticos e acadêmicos a questão da revolução. Algumas interpretações tomaram esses eventos como processos revolucionários motivados por demandas de ampliação dos direitos democráticos, constituindo-se esta como a narrativa predominante no momento em que ocorriam. Dessa forma, no início a Primavera Árabe foi recebida com relativo entusiasmo por uma parcela de autores considerados críticos ao ordenamento neoliberal. (ANDERSON, 2011; ACHAR, 2013; AMIN, 2010, ZIZEK, 2012). Os levantes inspiraram movimentos dos mais variados tipos, como o “movimento dos indignados” que ocupou as praças das principais capitais da Espanha em meio à crise econômica internacional, ou o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos.

No entanto, quase tão rapidamente quanto surgiu, a Primavera Árabe deixou de se constituir como levantes populares motivados por demandas democráticas e sociais. Em cada um dos países em que ocorreu, o resultado obtido foi o oposto da obtenção de conquistas políticas e sociais para as suas populações. Pelo contrário, o frágil e instável equilíbrio regional marcou-se durante os anos de 2013 e 2016 por tendências à instauração de uma crise regional de grandes proporções, que em alguns casos como o líbio e o sírio se estendeu até a atualidade. Esta dinâmica suscitou uma série de debates sobre a natureza da Primavera Árabe. O filósofo esloveno Slavoj Zizek estabelece uma discussão polêmica com a explicação de Francis Fukuyama sobre a Primavera Árabe, para quem o seu desfecho equivalia à composição social dos levantes que teria se resumido às classes médias. (ZIZEK, 2012) Uma perspectiva similar são as análises de Goran Therborn sobre a dinâmica que os levantes sociais e as revoluções teriam no século XXI. (THERBORN, 2013).

Em resposta a esta tese, Zizek indica como distintos setores compostos pelas mulheres e os trabalhadores foram parte ativa da explosão social de 2011 (ZIZEK, 2013). Mas, mesmo assim, em um prazo aproximado a dois anos, seus resultados foram a ascensão de uma ditadura cívico-militar e antipopular no Egito, uma guerra civil na Síria marcada pela ação dos Estados Unidos e da Rússia e pela continuidade de Bashar Al Asad

no poder, e a divisão da Líbia em dois governos e uma miríade de clãs em pugna (ACHCAR, 2014).

Mais especificamente no Egito, um dos objetos de estudos desta pesquisa, o momento inicial marcado pela unidade contra o regime político de Mubarak, e pelo contágio dos levantes durante a fase expansiva da Primavera Árabe, é sucedido pelo retrocesso quando as demandas negativas deveriam ser substituídas pelas respostas positivas, que deveriam pavimentar a construção de uma nova ordem econômica, política e social, tal como aponta novamente Zizek:

Embora (quase) todos tenham apoiado entusiasticamente essas explosões democráticas, há uma luta oculta pela sua apropriação em curso, os círculos oficiais e maioria da mídia no Ocidente as celebram como a mesma coisa que as revoluções de veludo "pró-democracia" no Leste Europeu: um anseio pela democracia liberal ocidental, um desejo de se tornar como o Ocidente. É por isso que surge uma inquietação quando se vê que há outra dimensão em ação nos protestos por lá, a dimensão geralmente referida como a demanda por justiça social. Essa luta pela reapropriação não é apenas uma questão de interpretação, e tem consequências práticas cruciais. Não deveríamos ficar excessivamente fascinados pelos momentos sublimes de unidade nacional – a pergunta chave é: o que vem em seguida? Como essa explosão emancipadora se traduzirá em uma nova ordem social? (ZIZEK, 2013, s/p.)

O conjunto de problemas abordados nesta pesquisa é composto pela busca de resposta a três questões fundamentais. A primeira versa sobre a natureza dos processos da Primavera Árabe em cada uma de suas etapas. Para isso partimos de um exame de seus antecedentes sociais, econômicos e políticos, e do papel de cada um dos atores envolvidos nos levantes em geral, e no Egito em particular. Busca-se aí elucidar a questão de se estivemos diante de mobilizações autênticas, motivadas por demandas políticas e sociais, ou pelo uso de táticas de guerra híbrida, como defendem algumas interpretações. A segunda questão refere-se a qual o papel cumprido pela ingerência estadunidense na região do MENA para a eclosão da Primavera Árabe. E a terceira consiste no exame dos efeitos da resposta dos Estados Unidos para os levantes egípcios, e como isso se relacionou na ocasião com os resultados da Primavera Árabe por um lado, e com as necessidades estratégicas de política externa estadunidense por outro. Este ponto oferece um debate crítico com a hipótese de "guerra híbrida", que vem ganhando força em estudos recentes.

Partindo desses questionamentos iniciais, o exame da Primavera Árabe proposto pelo presente estudo busca oferecer uma interpretação que abarca tanto a sua natureza como fenômeno social complexo, em diálogo com as categorizações oferecidas por diferentes autores e correntes teóricas, e a ação dos atores sociais em seu decorrer.

A hipótese de que os levantes árabes foram “revoluções de veludo”, ou “revoluções coloridas”, estimuladas por ONGs e personagens diretamente ligados aos monopólios e ao *establishment* das potências ocidentais, em especial estadunidense, choca-se com aquela que interpreta a eclosão dos levantes de 2011 como autênticos movimentos populares, ainda que derrotados. Portanto, em especial para os que se situam na segunda chave interpretativa, analisar as relações entre a natureza e dinâmica da Primavera Árabe, as motivações dos atores envolvidos, e seus impactos, de modo a lançar luzes sobre o seu desfecho é um desafio teórico chave. Para tanto, a proposta trazida neste trabalho parte primeiramente de examinar a natureza histórica, econômica, política e social do Egito, retomando os elementos significativos para o entendimento da dinâmica que os levantes da Primavera Árabe assumiram naquele país. Toma-se como fundamento as relações estabelecidas entre os Estados Unidos e o Egito, com o objetivo de examinar esse elemento considerado como um dos fundamentos das contradições regionais que constituem parte do nexo explicativo da Primavera Árabe, e as feições concretas que assumiram no Egito.

O recorte do estudo de caso focado na relação dos Estados Unidos com um dos seus aliados fundamentais na região do MENA (*Middle East and North Africa*), o Egito, é uma tentativa de apreender a partir do mais aproximado caso de um processo revolucionário dentre todos os que integraram a Primavera Árabe. Afinal como aponta Henry Kissinger:

Por mais de meio século, a política dos EUA no Oriente Médio tem sido guiada por vários objetivos principais de segurança: impedir que qualquer poder na região surja como hegemonia; garantir o livre fluxo de recursos energéticos, ainda vital para o funcionamento da economia mundial; e tentar intermediar uma paz durável entre Israel e seus vizinhos, incluindo um acordo com os árabes palestinos. Na década passada, o Irã surgiu como o principal desafio para os três. (KISSINGER, 2012, s/p.)

Agora, ao final da primeira década do século XXI, uma ameaça fora do comum a esses pilares materializou-se na Praça Tahrir, que se tornou o símbolo da Primavera Árabe. Os dias anteriores à queda de Mubarak, em que esteve ocupada, marcaram o auge do entusiasmo internacional com o movimento. Assim, examinar os nexos que levaram a que justamente aí tenha se dado a ascensão de uma ditadura cívico-militar talvez ainda mais dura que a de Hosni Mubarak, derrubada pelos eventos de janeiro de 2011, é em certa medida equivalente a apreender as vias pelas quais se deram a derrota da Primavera Árabe. Ademais, a escolha do Egito como um dos objetos dessa investigação deve-se à sua importância regional, que deriva em parte das relações privilegiadas que estabeleceu

com os Estados Unidos desde o fim da era de Nasser, tendo desde então atuado como um dos pilares mais relevantes para os interesses geoestratégicos estadunidenses. O pacto firmado pelo Egito para o reconhecimento e pacificação de suas relações com Israel, os posicionamentos adotados durante os conflitos árabe-israelenses, bem como o apoio prestado nas guerras travadas direta ou indiretamente pelos Estados Unidos na região são fatores que materializam a relevância dessa relação (BANDEIRA, 2016). Além deste elemento, a conformação social e econômica egípcia difere de algumas outras nações do MENA, cujas divisões internas aguçadas pelas guerras estadunidenses, como no caso do Iraque, e posteriormente da Líbia, ainda são marcas distintivas.

O Egito, ao contrário, é uma economia de conformação mais moderna, embasada em atividades como o turismo, mas também em conglomerados industriais energéticos e têxteis. Além disso controla o Canal de Suez, cuja importância econômica e geopolítica para o país é fundamental. Contando com um território de um milhão de km², localizado em uma área estratégica, e com uma população de mais de 80 milhões de pessoas, composta preponderantemente por jovens, constituindo-se como o país árabe mais populoso do mundo, o Egito tinha em 2010 um PIB estimado em 160 bilhões de dólares e uma das menores rendas *per capita* da região, com US\$ 2.080, compondo uma economia com enormes desigualdades, mas considerada mais diversificada e urbana (VISENTINI, 2010). Ademais, o Egito foi o destino de um grande financiamento estadunidense e europeu ao longo das últimas décadas, fornecido em troca do apoio aos planos de pacificação e colaboração com Israel. Igualmente salta aos olhos a distinção do Egito em relação à Síria, que embora diferente da Líbia, também manteve a existência de disputas de clãs e movimentos internos latentes até a irrupção dos protestos em 2011, rapidamente degenerado em uma guerra civil labiríntica, que combinou-se a uma guerra por procuração travada entre a Rússia e os Estados Unidos. Dessa maneira, o foco no processo egípcio definiu-se por ter sido este o que tomou uma dinâmica mais profunda no que tange às reivindicações e composição social, muito embora o presente trabalho busque estabelecer um debate com outras interpretações, como mencionado adiante. (SHENKER, 2017).

Mas traçar um exame do processo egípcio capaz de não incorrer em simplificações ou lugares comuns obrigou a que no decorrer da presente pesquisa se partisse da apreensão da Primavera Árabe tomada em sua totalidade. E isso implicou em considerar não apenas os principais processos nos países que a compuseram, como se fez necessário ainda retomar os elementos particulares que marcaram o desenvolvimento da

região do MENA durante as últimas décadas. Esse elemento é particularmente relevante para lançar luzes sobre o extraordinário efeito contágio da Primavera Árabe, que em poucas semanas estendeu-se ao conjunto da região. E este caráter distintivo oferece por sua vez as pistas que denotam os efeitos da projeção de poder exercida pelas potências imperialistas do Ocidente, que selou de modo indelével os destinos dos povos da região.

O próprio termo “Primavera Árabe” deriva de uma analogia com a “Primavera dos Povos”, ocorrida em diversos países na Europa no ano de 1848, devido à similitude com o rápido contágio existente entre os diversos países do mundo árabe, que, tal como em 2011 com a Praça Tahrir, teve no século XIX a capital francesa de Paris como epicentro. Na interpretação de Perry Anderson essa dinâmica atende a uma “classe rara de acontecimento histórico”, tendo sido precedida apenas pelas guerras de libertação das colônias hispano-americanas de 1810, pelas revoluções europeias de 1848 e pela queda dos regimes no bloco soviético em 1989 (ANDERSON, 2011). Esse caráter distintivo da Primavera Árabe se deve, dentre outros fatores, à duração e intensidade da dominação ocidental sobre a região do Oriente Médio e do norte da África. O estabelecimento das fronteiras fixadas nos acordos de Sykes-Picot de 1916, que dividiu a região em áreas de influência da França e Grã-Bretanha após o desmembramento do antigo Império Otomano, é uma concretização disso. Posteriormente, a própria criação do Estado de Israel, em 1946, e sua crescente conformação como aliado estratégico dos Estados Unidos também é outro elemento constitutivo dessa contínua intervenção política, econômica e social realizada pelas potências ocidentais, e uma das maiores fontes de tensões na região, como assinala Perry Anderson:

Por outro lado, o mundo árabe é a moldura na qual se insere Israel, que precisa ser protegido porque os Estados Unidos abrigam o lobby sionista, enraizado na comunidade imigrante mais poderosa do país – que nenhum presidente ou partido ousa afrontar –, e a Europa purga a culpa pela Shoah. Como Israel, por sua vez, ainda é uma potência ocupante que depende do auxílio ocidental, e os seus patrocinadores viraram alvo da retaliação de grupos islâmicos (que praticam o terror tal qual o Irgun e o Lehi no seu tempo), o controle da região tornou-se cada vez mais estrito. Nenhuma região do mundo tem merecido o mesmo grau de atenção da hegemonia imperial. (ANDERSON, 2011, p.7)

O exame da conexão de fatores que marcaram a formação da região do MENA ao longo da história é um esforço que exige uma abordagem que parta tanto de uma perspectiva imediata, como de um exame da formação das fronteiras territoriais e culturais consolidadas durante o período que seguiu o fim da I Guerra Mundial. Este foi

um primeiro momento do século XX de reorganização sistêmica marcado por intervenções, guerras e ocupações que moldaram a geopolítica local com efeitos ativos na atualidade. Pela importância da civilização árabe, sua localização geográfica e suas riquezas, sobretudo energéticas, a região do MENA constituiu-se desde o desmantelamento do antigo Império Otomano como um dos epicentros da política externa das grandes potências imperialistas, em especial dos Estados Unidos.

O redesenho do mapa do Oriente Médio dois anos antes do fim da I Guerra Mundial pactuado entre o diplomata francês François Georges Picot e o britânico Mark Sykes, que dão nome ao Acordo de Sykes-Picot, constituiu-se como um pilar do equilíbrio instável que se formou desde então. Dividindo artificialmente o povo árabe, com o apoio das elites locais e desconsiderando as questões culturais, linguísticas e religiosas da região, a França e a Grã-Bretanha já demonstravam como o destino daquela população estaria marcado pela negação ao direito democrático à sua autodeterminação nacional. O Acordo Sykes-Picot foi firmado em segredo enquanto os britânicos prometeram um Estado independente que aos árabes, caso se voltassem contra os otomanos. É somente após a Revolução Russa de 1917, quando Lenin teve acesso aos termos do acordo, que contava com o aval do czar, e realizou uma denúncia pública das reais intenções colonialistas da Grã-Bretanha e da França que os árabes tomaram conhecimento da divisão de suas terras em protetorados e áreas de influência (REGAN, 2017). No entanto, a divisão operou-se mesmo assim e o destino da população local foi selado como uma das que mais seriam protagonistas e alvos de guerras e crises na história recente.

Posteriormente, a projeção de poder estadunidense foi responsável por patrocinar ou apoiar regimes autoritários de características *bonapartistas* e articular um sistema de alianças para atender seus interesses geoestratégicos. Assim, essa condição tão particular que marcou o desenvolvimento histórico regional do MENA, atuou como um dos fatores para a eclosão e contágio entre os diversos países que se levantaram na Primavera Árabe. Como parte dessa dialética, o papel dos Estados Unidos assume um lugar central para o entendimento da Primavera Árabe, e da própria localização da principal potência no sistema internacional, em meio aos novos desafios abertos por uma situação internacional fluida e cambiante.

De modo geral os levantes da Primavera Árabe foram primeiramente um subproduto das condições econômicas, políticas e sociais marcadas por um desenvolvimento desigual e combinado exacerbado, conceito que será detalhado abaixo, cujas consequências em meio à crise econômica internacional de 2008 se agravaram. Ao

mesmo tempo, expressaram o desgaste dos regimes ditatoriais, dentre os quais se contavam alguns de retórica inspirada nos movimentos nacionalistas árabes da década de 1950, como o sírio de Bashar Al Assad, além de monarquias e ditaduras aliadas aos EUA. E também resultaram das políticas dos Estados Unidos para a região ao longo das últimas décadas.

2. A teoria do imperialismo clássica e contemporânea como marco teórico

O exame da conjunção de fatores que englobam a Primavera Árabe no Egito implica na necessidade de uma escolha teórica, capaz de oferecer um arcabouço conceitual adequado para tratar de um processo tão complexo quanto multifatorial. No terreno das teorias fundamentais das Relações Internacionais, outras abordagens típicas de correntes clássicas, como as que provêm da teoria realista clássica e contemporânea, podem fornecer elementos relevantes para a compreensão da Primavera Árabe. Sobretudo devido a que parte de seus expoentes teóricos tenham sido simultaneamente sujeitos da formulação de políticas externas, tais como Brzezinski que dedicou-se à elaboração de diversos posicionamentos estadunidenses para a região do MENA durante os anos de administração democrata. Assim, a retomada do trabalho de parte dos autores realistas caros ao exame da geopolítica contemporânea fornece chaves interpretativas relevantes para o estudo da Primavera Árabe para o exame dos objetivos e discursos envolvidos na definição da política externa estadunidense frente aos levantes populares de 2011. E para os realistas, tal como para a teoria do imperialismo que também considera este como um elemento central, o sistema internacional e a ação dos Estados não estão determinados por princípios, mas visam atender interesses relativos ao exercício de poder (BUTLER, 2001).

Porém, os nexos teóricos de tal abordagem resultam menos adequados para o exame em sua totalidade dos processos aqui detalhados, por não abordarem o problema da luta de classes, algo que nos parece fundamental para o exame da Primavera Árabe. Soma-se a isso que o exame da assimetria de poder entre os Estados, tema igualmente caro tanto para as teorias do imperialismo como para a teoria realista, assume nesta segunda vertente uma ênfase nos processos ligados aos problemas de Segurança e Defesa, relegando a economia a um plano dependente. Assim, a escola clássica realista inspirada nas teorizações de Maquiavel e Hobbes destaca a competição interestatal permanente, elemento ao qual as vertentes contemporâneas posteriores ao fim da Guerra Fria agregam

as características anárquicas do sistema, Mas tal perspectiva analítica muitas vezes foi criticada pela lacuna de não tomar em consideração os aspectos de colaboração detectados no sistema internacional (SARFATI, 2005). A crítica institucionalista neoliberal de Robert Keohane e Joseph Nye, intelectuais orgânicos atuantes no Banco Mundial e no *Council on Foreign Relations*, não à toa destacam a esse respeito que as instituições internacionais estimulariam a cooperação entre atores racionais, mesmo que esses sempre ajam por considerações egoístas, na medida em que a depender de certas condições pode-se reduzir incertezas e custos de interesses nacionais (HERZ, 1997). No entanto, esse contraponto à teoria realista tampouco pode oferecer uma perspectiva totalizante das relações de poder interestatais presentes em uma divisão internacional do trabalho marcada por Estados absolutamente desiguais, que implicam no estabelecimento de uma relação na qual a ascensão de uns se dá em detrimento de outros, ainda que em determinados momentos ambos possam colaborar entre si.

Mas ainda que parte dos neorealistas sublinhe que os ganhos são sempre relativos, e os aliados de hoje podem ser os inimigos de amanhã, é preciso tomar como um dos centros de análise os efeitos internos que as relações interestatais trazem para cada nação, sobretudo quando ocorrem eventos que colocam em xeque a estabilidade política, econômica e social. Posto de outra forma pode-se dizer que mesmo que haja cooperação entre determinados Estados, essa se baseia e aprofunda o traço desigual, engendrando uma relação dialética que leva ao acúmulo de contradições interestatais e também no interior das nações envolvidas, cujos efeitos podem explodir em convulsões sociais, tais como os levantes da Primavera Árabe.

Por essa razão, para o enfoque estabelecido por este trabalho, a crítica institucionalista aos realistas não é fundamental, dado que não nos detemos prioritariamente nas análises e categorias do realismo. No caso das relações entabuladas entre os Estados Unidos e o Egito a marca característica reside em que a colaboração entre ambas as nações para o estabelecimento do equilíbrio instável de poder regional na área do MENA favoreceu os interesses estadunidenses em primeiro lugar, e os da classe detentora egípcia em segundo, ambos agindo em detrimento das condições de vida da imensa maioria da população egípcia. Por conta deste fator, ainda que aspectos e autores representantes da teoria realista sejam tomados como balizadores de parte dos debates, a maior lacuna para efeitos da análise aqui proposta é a ausência de uma perspectiva que apreenda os conflitos gerados pela economia política dos anos de Mubarak, marcados pela reversão da modernização relativa do período auge do nacionalismo árabe com

Nasser. O dismantelamento do pacto social que marcou os anos nasseristas após a ascensão de Hosni Mubarak, e o conseqüente aprofundamento da cooperação política e econômica com os Estados Unidos constituíram-se como alguns dos fundamentos para a elevação das contradições que fecundaram o terreno sob o qual nasceriam a Primavera Árabe.

Partindo de tais observações, a escolha do léxico teórico marxista dá-se também pela necessidade de traçar uma visão na qual se articulem as distintas dimensões materializadas nas esferas nacionais, terreno em que se deram os levantes populares, e as relações entabuladas historicamente pelos Estados Unidos, Egito e demais nações do MENA que se constituíram como palcos dos levantes da Primavera Árabe durante o ano de 2011. Dessa maneira, a utilização de conceitos caros à teoria marxista do imperialismo deriva não de uma preferência metodológica apriorística, mas da necessidade de uma abordagem teórica capaz de articular essas três dimensões fundamentais para o entendimento da Primavera Árabe. Tais dimensões apresentaram-se interligadas, constituindo-se como as faces assumidas pelo capitalismo e seu desenvolvimento específico no MENA e Egito, sob a ascendência da política estadunidense. Em outras palavras, o estudo da Primavera Árabe como um fenômeno complexo marcado por motivações endógenas e exógenas aos Estados-nação em que se desenvolveu, demanda um instrumental teórico que examine suas contradições tomadas em sua totalidade, mediante a compreensão de tal fenômeno como parte da luta de classes. Neste sentido, é o próprio caráter dialético presente em um processo histórico da magnitude da Primavera Árabe que impõe a necessidade de uma investigação que utilize um arcabouço igualmente dialético.

Neste esforço é útil resgatar a noção tipicamente derivada da teoria clássica do imperialismo, tal como sintetizada por Lênin em 1916. Em especial acerca de sua indicação de que o capitalismo em sua fase monopólica, isto é, financeira, atenderia a um duplo movimento. Enquanto aprofunda-se e concentra-se, tomando a forma de monopólios, a via de acumulação assumida pelo capital então tornado monopólico busca expandir-se externamente. Tal processo ocorre mediante a crescente exportação de capitais, mecanismo que passa a ser essencial para projeção de poder e atua como determinante para a definição das hierarquias presentes nas relações interestatais marcadas pelo aprofundamento da assimetria entre as nações. Essa afirmação tem enormes conseqüências para a constituição do sistema internacional, que se forma com as nações que mais detêm e exportam capitais, ascendendo em detrimento de outras, que

passam a ocupar um lugar subordinado na divisão internacional do trabalho, constituindo-se como semicolônias ou países dependentes. Dessa maneira, uma transformação sistêmica, como a ascensão de uma nova potência hegemônica envolve grandes cataclismos internacionais, como foram as duas guerras mundiais.

A Primeira Guerra Mundial marcou o processo de decadência da hegemonia britânica, cruzando-se com a Revolução Russa. No entanto, seus resultados não solucionaram em profundidade as contradições que a criaram e, dessa maneira, a eclosão da II Guerra Mundial duas décadas depois não pode ser compreendida em separado daquela. Mais do que mergulhar na análise das duas guerras mundiais, tema já vastamente abordado por muitos autores, esta brevíssima lembrança tem o objetivo de exemplificar a magnitude e violência dos fenômenos que Lênin via como um subproduto das contradições presentes na internacionalização sem precedentes que o capitalismo alcançava em sua fase imperialista. Contradições porque longe de culminar na formação de monopólios transnacionais absolutos que paulatinamente se moveriam para uma única e mesma direção, levando o capital a se fundir e concentrar de maneira praticamente automática e pacífica em um ultra imperialismo como pretendia Kautsky (LENIN, 2005 [1916]), as fronteiras nacionais não foram abolidas. E é justamente deste choque entre relações crescentemente internacionalizadas de produção, que passam a transcender fronteiras e preveem uma circulação de capital em escala global em níveis inéditos até então, com a permanência das fronteiras nacionais que a divisão internacional do trabalho molda um sistema assimétrico. Como consequência tem-se as guerras comerciais, crises financeiras e enfrentamentos beligerantes militares que se tornam mais profundos e recorrentes. Portanto, essa dinâmica é responsável pela incidência de crises, guerras e revoluções, sendo dessa maneira geradora de instabilidades e contradições, que derivam da contradição entre a internacionalização crescente das relações de produção e da exportação de capital, e a manutenção dos limites nacionais imposta pelos Estados. (LENIN, 2005 [1916]).

O presente trabalho não busca realizar um debate sobre as distintas interpretações acerca da teoria do imperialismo, algo já amplamente realizado. Mas assinalar que este marco teórico é utilizado como instrumental para a análise da projeção de poder exercida pelos Estados Unidos sobre a região do MENA após o fim da II Guerra Mundial. O destaque é dado para a relação estabelecida entre uma formação imperialista e nações semicoloniais, ou seja, aquelas que mantêm laços de subserviência tão relevantes com as potências centrais do sistema que faz com que sua soberania seja quase formal.

Assim, considera-se que este é um dos elementos que abriram caminho para a eclosão da Primavera Árabe décadas depois. Como aponta Samir Amin, determinados objetos de estudo exigem uma abordagem que não incorra em um erro comum ao desconsiderar as dinâmicas internas dos Estados, passando a considerá-los como categorias encerradas em si próprias. Ou, em outras palavras, de forma independente do “conteúdo que define o Estado ao longo dos estágios sucessivos da história universal”. (AMIN, 2005, s/p.). Assim, ainda que os Estados sejam os atores principais para o entendimento das relações internacionais, não são unidades homogêneas e imutáveis, bem como não o é o próprio sistema internacional.

Por isso, a teoria do imperialismo elaborada no início do século XX e revisitada por diversos autores oferece possibilidades conceituais de análise sobre as relações interestatais, sem desconectá-las de suas dinâmicas internas, consideradas tanto em suas esferas econômica, social como política. Revela-se, portanto, de grande utilidade para a abordagem da Primavera Árabe já que permite combinar a análise da “política de cima” com a da “movimentação dos de baixo”. A atualização da referida teoria também será retomada por conta das reformulações do capital, e do sistema internacional, operada desde então. Como aponta Virgínia Fontes:

O período que medeia do final da Segunda Guerra Mundial até a década de 1980 foi marcado por uma situação histórica única, na qual a divisão do mundo entre países pós-revolucionários e países capitalistas impôs modificações substantivas no ritmo, na extensão e na forma da expansão do imperialismo, e trouxe uma sobrecarga retórica e ideológica que dificulta a percepção real das transformações então em curso. (...) Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica. Por impor aceleradamente relações sociais fundamentais para a expansão do capital, favorece contraditoriamente o surgimento de burguesias e de novos Estados, ao mesmo tempo que reduz a diversidade de sua organização interna e os enclausura em múltiplas teias hierárquicas e desiguais (...) Por diferentes vias, o período pós-Segunda Guerra Mundial resultou numa gigantesca expansão do imperialismo, que, embora não exatamente idêntico à letra de Lenin, cabia plenamente no conceito por ele formulado. É sua própria expansão desordenada e desigual para países até então coloniais ou semicoloniais, assim como as formas específicas que precisou adotar a grande potência dominadora, os Estados Unidos, que nos impele a caracterizá-lo na atualidade como capital-imperialismo. Desde o início do século XX, o ingresso de países retardatários na ordem capitalista implicou e impôs uma dupla dominação, interna e externa. (FONTES, 2010, p.149-150)

Assim, reatualiza-se a observação de Lenin de que faz parte da própria “essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações por

hegemonia, isto é, a apoderar-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia” (LENIN, 2005 [1916], p. 92). Tal fundamento resulta válido para traçar uma análise sobre a divisão das fronteiras dos países que atualmente constituem o MENA, as relações entre o Egito e os Estados Unidos, e as motivações que fizeram com que o Oriente Médio e o Norte da África ocupassem desde a saída da Segunda Guerra Mundial uma localização privilegiada na agenda de política externa estadunidense. Ainda que o sistema internacional e o próprio capitalismo tenham passado por uma série de transformações relevantes, mantém-se vigente a relação acima descrita entre o aprofundamento do capitalismo no interior de cada nação e seu concomitante processo de internacionalização como elemento criador de relações de tensão e assimetria de poder, que, para além dos embates entre os Estados, geram igualmente *luta de classes* (WALLERSTEIN, 2004).

Esta perspectiva faz-se necessária também para que se possam apreender as transformações no sistema internacional que se aprofundaram com a crise econômica internacional de 2008, que selou o início do fim do mito da anulação absoluta das fronteiras nacionais, que na opinião de alguns autores teria se efetivado com a globalização. De acordo com essas leituras, a globalização teria inaugurado um nível tal de circulação de capital e recursos humanos e materiais que o Estado-nação seria uma mera forma auxiliar. A crise internacional de 2008 demonstrou, através da injeção massiva de capitais protagonizada por uma grande intervenção estatal dos países centrais, que este postulado, apesar de conter alguns elementos válidos, era falso. A presente situação internacional marcada pela ascensão de ultradireita de discurso nacionalista nos países centrais e na periferia, guerras comerciais que questionam formas de acumulação como as obtidas mediante deslocalizações de distintas corporações estadunidenses e europeias para a China, são indicadores recentes de que a teorização inspirada no kautskismo sobre a formação de uma variante de superimperialismo não corresponde à situação aberta. Tais concepções neo-kaustisktas presentes em parte das teorias contemporâneas do imperialismo viam na dinâmica internacional conformada com o fim da URSS a existência de um superimperialismo, interpretação que ganhou força com a queda da ordem bipolar. Toni Negri e Michael Hardt foram parte destes teóricos que em uma lógica análoga à de Kautsky nos debates sobre o surgimento do imperialismo teorizaram que o surgimento da globalização neoliberal encerrava o período do imperialismo. Para eles, o imperialismo estava marcado pela competição interestatal das nações por controle de mercados para a sua exportação de capital, enquanto o “Império”

nascido da globalização se caracteriza pelo encerramento dos limites estatais como propulsores da expansão de capital surgido da pretensa anulação das barreiras à exportação do capital de acordo com suas próprias necessidades.

A transição para o Império surge do crepúsculo da soberania moderna. Em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. As distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global. (NEGRI, HARDT, 2001, p.12-13)

Portanto, o Império seria um poder que ignora fronteiras, típico da ordem globalizada, por um mercado mundial que teria destruído barreiras, e potências hierárquicas, alimentado economicamente pela descentralização da produção e pela formação de monopólios transnacionais. Disso decorre que a definição das tendências ao aprofundamento das tensões entre as potências pela partilha do mundo típica da época imperialista cedeu espaço para a movimentação global do capital, que traria como consequência o primado do capital transnacional. Dessa forma, para os autores o mercado mundial atuaria “como estrutura de hierarquia e comando tornando-se mais importante e decisivo em todas as zonas e regiões nas quais os velhos imperialismos tinham operado”. (NEGRI, HARDT, 2001, p. 272). Caberia às grandes corporações a tarefa de articular a geografia e as populações de cada território, sobrepondo-se aos Estados-nações aos quais se reservava o papel de atuar como ferramenta para o fluxo de capital e populações, que igualmente se moveriam com fluidez inédita de acordo com a afluência posta pelos mercados. Muito embora para os autores essa dinâmica não dê por encerrada a exploração do trabalho, a derivação dessa definição é a de que ao debilitar em profundidade as fronteiras nacionais, na era do “Império” não haveria mais guerras no sentido estrito, mas somente “ações policiais”. Assim, “a história das guerras imperialistas, interimperialistas e anti-imperialistas acabou. O fim dessa história introduziu um reino de paz. (...) Toda guerra imperial é uma guerra civil, uma ação policial”. (NEGRI, HARDT, 2001, p.208-209).

A analogia com o pensamento de Kautsky emerge então localizada nas consequências que a globalização teria trazido para o sistema internacional. Em oposição à formulação de Lênin acerca da teoria do imperialismo, Kautsky projetava como resultado da formação do capitalismo monopólico a tendência à que surgissem trustes

internacionais em ramos da produção, o que anularia a competição levando uma era de maior colaboração e pacificação das relações interestatais. No seu escrito “*Der Imperialismus*” publicado no *Die Neue Zeit* no ano de 1914 Kautsky afirmava que:

Assim, do ponto de vista puramente econômico não é impossível que o capitalismo leve a uma outra fase, a cartelização na política exterior: uma fase de ultraimperialismo, contra a qual devemos desde já lutar tão energicamente como fazemos contra o imperialismo, mas cujos perigos apontam em outra direção, não na corrida armamentista e na ameaça à paz mundial. (KAUTSKY, 1914, s/p.)

Dessa maneira, as concepções de superimperialismo elaboradas por Kautsky e de “Império”, apresentada por Negri e Hardt, tornam-se aproximadas por anularem a possibilidade de que as tendências aos enfrentamentos interestatais tomem a forma de enfrentamentos beligerantes no terreno internacional. De maneira aproximada estão as análises de Moniz Bandeira, que igualmente se localizam no marco teórico do superimperialismo¹.

Nestas teses escapa-lhes uma das características do capitalismo que é a impossibilidade de levar até as últimas consequências as próprias tendências que engendra. Se por um lado é certo que a partir da segunda metade do século XX não ocorreram mais guerras entre as grandes potências imperialistas, por outro, isso não equivale a afirmar que o sistema internacional rumou para uma ordem em que as tensões interestatais não mais existiriam devido a uma espécie de unipolaridade, como advogam os defensores das teses de superimperialismo. Esta dinâmica atenderia mais à forma assumida pela internacionalização do capital, que decerto levou à formação de parcerias e ampliação de monopólios multinacionais, o que até o momento favoreceu a que as disputas entre as grandes potências assumissem a forma econômica, ainda não atingindo um ponto culminante que obrigue a enfrentamentos militares. Mas em um cenário de grande desaceleração ou de recessão internacional, não se pode descartar que tais parcerias se desfçam, como indica o Brexit, elevando o protecionismo e o retorno das tendências aos enfrentamentos estatais, mesmo que sob a forma de guerras e choques comerciais. Como assinala Robert Went em debate com as variações teóricas de superimperialismo:

¹ Muito embora como se argumenta ao longo da exposição realizada por este trabalho, a matriz teórica utilizada aqui seja identificada com a teoria do imperialismo e suas decorrências, a obra de Moniz Bandeira é amplamente utilizada por oferecer um arcabouço de dados, relatos e análises sobre a projeção de poder estadunidense extremamente rico para o debate aqui pretendido.

A economia mundial de hoje é caracterizada por um crescente número de ligações transnacionais entre os capitais de diferentes países, um nível maior de internacionalização do capital, um sistema financeiro integrado mundialmente, e um maior papel para as organizações internacionais coordenarem e regularem as políticas econômicas. A ideia que o Estado-nação desaparecerá num futuro próximo é, entretanto, equivocada: estados não estão afundando, mas se transformando. Existem fortes conflitos de interesses, mas estes são expressos principalmente em termos econômicos (...) entre as principais potências capitalistas. (WENT *apud* LEITE, 2003, p. 494).

Além do brevíssimo momento unipolar instaurado após a queda da URSS não ter ultrapassado uma curta duração, já que rapidamente as contradições provenientes das relações interestatais se colocariam novamente como um motor do sistema internacional, sobretudo atualmente com as tensões entre os Estados Unidos e a China, as guerras e o ressurgimento do nacionalismo, em especial as desferidas por potências imperialistas contra as semicolônias não deixaram de ocorrer desde a segunda metade do século XX.

Por sua vez, tratar as guerras travadas pelas potências propondo que seriam ações policiais, como fazem Toni Negri e Michael Hardt, encerra a problemática de anular as contradições particulares deste tipo de fenômeno, que são qualitativamente distintas à da ação policial no interior de um determinado Estado. A ingerência externa que implica uma ofensiva como a estadunidense com as guerras preventivas travadas pelos neoconservadores, não era percebida, fosse internamente, fosse nos países que seriam o teatro de operações alvo dos ataques, como algo corriqueiro como são as incursões policiais no interior de um determinado Estado. A polícia como instituição que executa e garante o monopólio estatal da violência pode ser encarada com grande animosidade, mas sua ação e excessos são enquadrados no marco do exercício de poder da classe dominante. Já a legitimidade de uma potência externa, mesmo que ocupe o papel de *hegemon* para invadir outros países é sempre mais relativa devido à noção de soberania. A noção de soberania apesar ser mais vigente no âmbito discursivo que prático, justamente pelas disparidades existentes no sistema internacional derivadas da divisão internacional do trabalho - um dos pontos mais destacados pela teoria do imperialismo -, modula as relações internacionais e sua aberta violação sob falsos argumentos é potencialmente mais objeto de crises que a ação policial de qualquer efetivo em âmbito nacional. O surgimento de um potente movimento anti-guerra que se espalhou por distintos países por ocasião da Guerra do Iraque de 2003 e o pico do sentimento anti-estadunidense como resultante da execução da agenda neoconservadora são expressões disso.

Já o marxista grego Sakellariopoulos, que também integra os autores que se dedicam a refletir acerca da vigência dos postulados da teoria leninista do imperialismo,

indica como a cadeia global capitalista, formada em meio ao imperialismo, articula de maneira desigual as distintas nações, ampliando mediante a globalização a ascendência da burguesia estadunidense e das demais potências. Portanto, para este autor, as teses do superimperialismo de que haveria ocorrido a formação de uma espécie de classe dominante transnacional com o fim do imperialismo, sendo uma marca distintiva da globalização, não corresponde à realidade. (SAKELLAROPOULOS, 2019, s/p.).

O presente trabalho não busca analisar a possibilidade ou impossibilidade de formação de trustes mundiais em determinados ramos de produção, ou as novas dinâmicas que o capitalismo assumiu no século XXI, embasando-se nos debates econômicos. O que assume relevância aqui é a vigência de um dos aspectos contidos na teoria clássica do imperialismo, que versa sobre as tensões e relações estabelecidas entre uma potência imperialista, no caso os Estados Unidos, e uma semicolônia que cumpre um papel de potência regional, o Egito, para o estabelecimento e sustentação da ordem orientada para garantir a *pax americana*. Portanto, a retomada dos aspectos contidos na formulação clássica da teoria do imperialismo em detrimento das concepções de superimperialismo é relevante, pois fornece as chaves interpretativas do tipo de desenvolvimento capitalista que teve lugar no Egito, e como os eventos ali ocorridos durante a Primavera Árabe e a consequente resposta estadunidense ajudaram a selar sua dinâmica e resultado.

Para avançar nesta segunda gama de discussão, torna-se relevante a retomada das noções de desenvolvimento desigual e combinado e das análises oferecidas pela teoria da revolução permanente, ambas de autoria de L. Trotsky. Tais conceitos emergem como parâmetros cruciais para o entendimento das determinações presentes na Primavera Árabe e seus desfechos. Sua importância advém da atualização que a teoria do imperialismo promove, na medida em que Marx não pôde dar conta da forma concreta pela qual se daria a dinâmica da internacionalização do capitalismo, muito embora tenha legado fundamentos para tal, posteriormente desenvolvidos pelos teóricos marxistas do início do século XX. Neste contexto, a formulação de Trotsky sobre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado é relevante porque ao retratar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, observa-o não de maneira isolada considerando apenas suas tendências endógenas, mas partindo das características distintivas legadas pela sua inserção no sistema internacional. Tal inserção destacava-se por uma dupla natureza, já que em relação às potências europeias se tratava de uma nação dependente e atrasada, mas, quando analisada a partir do papel que cumpria em seu entorno, assumia características imperialistas. Assim, Trotsky trazia a constatação de que a Rússia assumia um

desenvolvimento desigual, na medida em que seu interior coabita o que havia de mais avançado na indústria europeia com formas pré-capitalistas de produção, que se combinavam. Em suas palavras, na Rússia conviviam:

(...) todos os estágios da civilização: desde a selvageria primitiva das florestas setentrionais onde alimentavam-se de peixe cru e faziam suas preces diante de um pedaço de madeira, até as novas condições sociais da vida capitalista, onde o operário socialista se considera como participante ativo da política mundial e segue atentamente os debates do Reichstag. A indústria mais concentrada da Europa sobre a base da agricultura mais primitiva. (TROTSKY, 2012 [1909], sp).

Dessa maneira, os países com formação capitalista dependente revelam em seu desenvolvimento essa combinação, que atua como um amálgama entre as formas avançadas e atrasadas de produção, que assumem formas complexas e variadas. Assim, Trotsky escapa à norma evolutiva que entende a história como uma série de etapas sucessivas, lineares e pré-estabelecidas, em prol de uma visão dialética repleta de saltos e rupturas, e formações sociais contraditórias (LOWY, 1998, p. 77). Trotsky ao delinear o conceito em sua forma geral indica que:

O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, à uma combinação original das diversas fases do processus histórico. A órbita descrita toma, em seu conjunto, um caráter irregular, complexo, combinado [...] A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processus histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como em geral a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (TROTSKY, 1978 [1930], p. 25)

Esta combinação entre atraso e modernidade emana da formação econômica, mas não se limita a ela, abarcando igualmente a cultura e as relações sociais tomadas em sua totalidade. Tal noção tampouco se resume às condições da Rússia no início do século, sendo uma marca distintiva do desenvolvimento capitalista nas nações consideradas atrasadas ou dependentes. O sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira desenvolveu uma ampla crítica às teorias do desenvolvimento oriundas da Cepal que interpretavam a existência da riqueza e da miséria em formações econômicas como a brasileira e latino-americana dos anos 1970 como elementos não relacionados e estanques. Perdia-se assim a sua dimensão combinada desta forma específica de desenvolvimento capitalista

entendida como processo dialético, em constante transformação, e oriundo das vias de articulação entre uma industrialização falha e subordinada, força de trabalho excessivamente informal e barata, grande presença da especulação de capital. Ademais, tampouco se podia valorar devidamente a retroalimentação entre o arcaico e o moderno, que marcam o desenvolvimento capitalista dos países latino-americanos. Chico de Oliveira critica o dualismo cepalino verificando como o Brasil moderno e o atrasado não são partes desconectadas, mas integradas entre si dialeticamente. Elabora, portanto, a ideia dos dois Brasis, noção que na obra de Chico assume uma proposta dialética e integradora (OLIVEIRA, 2003 [1972]). Cabe ressaltar que a conjunção de tais fatores resulta ser acima de tudo geradora de crises e enfrentamentos sociais, que tomam a forma da luta de classes.

Mas é na formulação concebida por Trotsky que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado supera o papel de um postulado válido para analisar apenas as vias de conformação de um determinado Estado de forma circunscrita aos limites de suas fronteiras. Pelo contrário, fornece elementos que lançam luzes sobre a dinâmica das relações interestatais e a geopolítica. A relação dialética estabelecida entre o sistema internacional e as formas específicas que adquirem o desenvolvimento nacional são, assim, o produto da expansão capitalista imperialista, que se apresenta como o condutor fundamental das relações “combinadas” que caracterizam os países de capitalismo dependente ou semicolônias e suas relações com as potências que ocupam a posição de centro do sistema. A expansão do capital que não respeita o limite das fronteiras nacionais choca-se com a sua permanência. Dessa maneira, há uma dinâmica em que o capitalismo ao mesmo tempo engendra essa internacionalização de capital e não abole os interesses nacionais em disputa no interior do sistema internacional. Assim, nota-se a dinâmica contraditória do capital imperialista que não é capaz de levar até o fim as próprias tendências que engendra em seu desenvolvimento.

Disso deriva que a dinâmica existente entre as classes sociais em um país marcado pelo desenvolvimento desigual e combinado seja distinta das tipicamente encontradas em países do centro do sistema. De acordo com os apontamentos elaborados por Trotsky a partir da teoria do desenvolvimento desigual e combinado, as tarefas comuns às revoluções burguesas, tais como a emancipação nacional das formas agudas de intervenção política praticada pelas nações exportadoras de capital nas semicolônias, ou a resolução da questão agrária, seguiriam pendentes e só se resolveriam com a transmutação das revoluções burguesas em socialistas. Tal dinâmica resulta da

localização subserviente da burguesia das nações de desenvolvimento capitalista atrasado em relação às classes dominantes concentradas das nações do centro do sistema. A interpenetração de capitais determina essa relação de subserviência e impede que as classes dominantes das semicolônias respondam às demandas democráticas entendidas não em seu sentido formal, ou seja, inerentes aos regimes políticos tais como o sufrágio universal, mas estruturais, como é considerada, por exemplo, a questão agrária. Dessa maneira, um dos aspectos fundamentais da teoria da revolução permanente é a metamorfose dos processos revolucionários democráticos burgueses em países de desenvolvimento capitalista atrasados, em socialistas tendo como protagonistas as classes subalternas. Como assinala o autor em questão, analisando a dinâmica latino-americana durante a década de 1930:

Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro joga com um rol decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia nacional em relação ao proletariado nacional. Isso cria condições especiais de poder estatal. O governo oscila entre o capital estrangeiro e o nacional entre a relativamente débil burguesia nacional e o relativamente poderoso proletariado. Isso dá ao governo um caráter bonapartista *sui generis*, de índole particular. Se eleva, por assim dizer, por cima das classes. Na realidade, pode governar o bem público convertendo-se em um instrumento do capital estrangeiro e submetendo o proletariado às cadeias de uma ditadura policial, ou manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer concessões, ganhando deste modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros. A atual política [do governo mexicano], se dirige na segunda alternativa; suas maiores conquistas são a expropriação da linha férrea e das companhias petrolíferas. (TROTSKY, 2007 [1938], p. 170).

Cabe notar que em ambos os casos esta relação estabelecida com o capital estrangeiro não anula uma espécie de negociação para a sustentação de uma determinada ordem. No caso do governo de Cárdenas, que presidiu o México do período entre guerras, e inspira a observação acima citada, a nacionalização da indústria petrolífera decerto levava a tensões com as potências europeias e os Estados Unidos. No entanto, a adoção dessa medida não equivalia em si mesmo a uma ruptura absoluta, quer seja das relações econômicas, ou mesmo das políticas. Tratar-se-ia, antes de uma medida que além de servir para consolidar uma base interna, estava direcionada para prover melhores condições de barganha ao México frente aos detentores do capital concentrado internacional. Portanto, dessa análise da natureza da classe dominante nas semicolônias e nos países dependentes conclui-se que a verdadeira emancipação nacional adviria através de uma revolução, que a um só tempo se deveria dirigir contra as ingerências do capital estrangeiro sob todas as suas formas e, ao mesmo tempo, contra a classe dominante local,

que se encontrava atada ao capital estrangeiro e seus agentes por laços profundos (TROTSKY, 2007).

Tomando a referência acima e aplicando-a ao exame do desenvolvimento capitalista do Egito moderno, considerando como ponto de partida o período posterior à Segunda Guerra Mundial, poder-se-ia afirmar que os anos em que perduraram o governo de Hosni Mubarak encaixam-se na primeira categoria, isto é, a de um governo que atua como “um instrumento do capital estrangeiro e submetendo o proletariado às cadeias de uma ditadura policial”. Já Nasser enquadra-se em uma variante mais próxima da descrita por Trotsky sobre Cárdenas. Tais formas nascem das características que o Estado capitalista assumiu no Egito, à qual se acresce ainda o fator contido pela localização geopolítica do país, cujo caráter estratégico para os interesses estadunidenses lhe conferiu ainda mais interpenetração de capitais e ingerência política.

Assim, a noção de desenvolvimento desigual e combinado resulta, portanto, ser de interesse para o estudo das vias de formação capitalista na região do MENA em geral, e do Egito em particular, já que indica as formas de inserção deste país no sistema internacional, e em especial a ascendência dos Estados Unidos. Da mesma maneira, o presente trabalho também analisa a hipótese contida na revolução permanente de que mesmo um processo agudo de luta de classes, como foi a Primavera Árabe, não pode resolver em profundidade as demandas que o animou sem que haja uma articulação entre as ações que questionam a classe dominante local e seu regime político, e sua relação com os Estados Unidos, cuja ingerência fora fundamental para a sustentação de grande parte das ditaduras e monarquias questionadas em 2011.

Como assinala Smet, o subproduto desta relação teve lugar no Egito uma espécie de colonialismo atípico:

Enquanto prestava atenção à posição de monopólio e à lógica rentista do capital colonial, Lenin ainda postulou que a exportação de capital ‘influencia e acelera enormemente o desenvolvimento do capitalismo nos países para os quais é exportado (...) expandindo e aprofundando o desenvolvimento futuro do capitalismo colonial em todo o mundo. Se o colonialismo desempenhou o papel da “revolução burguesa”, impulsionando o desenvolvimento das forças produtivas e destruindo formas pré-capitalistas, as massas subalternas tinham apenas de libertar a nação em desenvolvimento da ocupação estrangeira e do aparato estatal colonial. No entanto, essa perspectiva não levou em consideração as desigualdades e contradições da expansão geográfica do modo de produção capitalista. O colonialismo no Egito ilustrou essa ambiguidade. De fato, através do instrumento do estado colonial, novas relações capitalistas e métodos de produção foram introduzidos com força no final do século XIX. O trabalho de Corvée foi abolido e a propriedade privada desembarcada foi oficialmente reconhecida. Técnicas avançadas de irrigação removeram a

estação morta, o que levou os proprietários a exercer controle total sobre o trabalho de seus agricultores. A privatização e a concentração de propriedades fundiárias expulsaram os camponeses de suas terras e para as primeiras indústrias do Egito: poderiam agora ser recrutados, não por coerção física. (SMET, 2016, p. 190)

Portanto, para abordarmos as vias de conformação do capitalismo no Egito e suas relações com os interesses externos moldados pela exportação de capital como um condicionante da Primavera Árabe, são revisitados autores que abordam a trajetória da política externa estadunidense e as motivações que fizeram com que a região do MENA tenha sido seu epicentro, os que trabalham com matrizes teóricas marxistas, tanto contemporâneos como Perry Anderson, Tariq Ali, Gilbert Achcar, Samir Amin e David Harvey, como os clássicos de Gramsci, Rosa Luxemburgo, Trotsky e Lênin, além de Hilferding, Bukharin e Kautsky.

Também são abordadas as interpretações oferecidas por autores que trabalham com as matrizes realistas da teoria geopolítica, tanto clássicas como Henry Kissinger e Zbigniew Brzezinski, como autores contemporâneos especializados em política externa estadunidense, cujas análises são apresentadas em publicações de referência nessa área, como as revistas *Foreign Affairs*, *Geopolitical Futures*, *Stratfor* e *Financial Times*. Ademais, retomam-se dados historiográficos trazidos por autores como Moniz Bandeira, Albert Hourani, Gilles Keppel, dentre outros que apresentam as dimensões da política estadunidense articuladas à história do desenvolvimento da região do MENA. Também são utilizados distintos autores árabes especializados tanto em análises políticas, como jornalistas que puderam observar *in loco* o desenvolvimento dos eventos analisados neste trabalho.

3. Hipóteses

O enfoque dado pelo presente trabalho parte da premissa de que a Primavera Árabe foi motivada não apenas por aspirações políticas de ampliação da igualdade formal, mas por questões econômicas e sociais, o que exige uma abordagem teórica que articule tais fatores (ACHCAR, 2013). Dessa maneira, busca-se traçar uma análise que contemple as múltiplas dimensões que constituem esse processo em suas articulações particulares, evitando-se dessa forma incorrer em uma interpretação centrada apenas nas esferas decisórias do alto mando estatal doméstico e internacional, ou em uma abordagem que se volte apenas para a reconstrução dos caminhos traçados pelos movimentos e atores

surgidos no levante de 2011, desconectando-os da realidade política, econômica e social da qual emergiram. Não obstante, isso não implica no abandono da análise de autores que se dedicam especialmente ao exame das esferas decisórias no marco da abordagem proposta pela Economia Política Internacional. Apenas ressalta-se que isso se apresenta de forma articulada com os demais enfoques teóricos já nomeados.

Isso não é um objetivo simples de ser alcançado. Como assinalam os autores egípcios Baghadat Korany e Rabab Al-Mahdi:

A Primavera Árabe revelou que a maioria das novas abordagens acadêmicas permanece deficiente de maneiras fundamentais e até epistemológicas. As falhas são mais profundas do que as dos modelos conceituais e metodológicos anteriores, chegando ao cerne das suposições fundamentais e da mentalidade intelectual usada para decodificar as relações atuais entre Estado e sociedade na região. Simplificando, essa deficiência epistemológica é uma firme convicção na primazia absoluta da 'política de cima', 'política formal' e instituições às custas - e até a exclusão - de 'política de baixo', 'política informal' e dinâmica extra institucional. Note-se que se preocupar com 'política de cima' não é errado por si só. Muitas vezes, isso pode ser justificado nessa região, onde a autoridade política máxima está presente e é dominadora. Mas quando o interesse no topo da pirâmide política pretende contar a história completa, excluindo outras abordagens, torna-se parcial nos dois sentidos da palavra: incompleto e tendencioso. (KORANY, AL-MAHDI, 2012, p. 16)

A necessidade de articulação entre as dimensões entendidas como parte da “grande política”, contida nas relações interestatais assimétricas entre Estados Unidos e Egito, e às formas de desenvolvimento econômico, social e político que moldaram seu desenvolvimento dependente, gestando as contradições que posteriormente abriram as jornadas revolucionárias de 25 de janeiro de 2011.

Dessa maneira, a primeira hipótese apresentada por este trabalho e já descrita acima é a de que a formação das fronteiras nacionais da região do MENA instituídas após o Acordo de Sykes-Picot, de acordo com os interesses britânicos e franceses e consolidados pela intervenção estadunidense após a II Guerra Mundial, foi um dos fatores que atuaram para o desenvolvimento *sui generis* marcado pelo efeito contágio das revoltas populares. Esta dinâmica, por sua vez, destacou a Primavera Árabe como um fenômeno poucas vezes visto na história. Como partes deste enfoque examinam-se especialmente os efeitos da política estadunidense para a região. Como fio condutor do conjunto deste trabalho são analisadas as diretrizes da política externa estadunidense para a região do MENA em geral, e do Egito em particular, de modo a precisar os impactos que essa exerceu para a eclosão da Primavera Árabe, e como as respostas dadas pelos Estados Unidos a este acontecimento refletiram no exercício de sua hegemonia.

Seguindo essas indagações, a segunda hipótese traçada por este trabalho é a de que a ação estadunidense frente ao governo da Irmandade Muçulmana instaurado no Egito, e a aceitação do golpe cívico-militar de 2013 pavimentou o caminho para a ascensão do Estado Islâmico. Novamente aqui é conveniente ressaltar que não se trata de um estudo sobre o terrorismo e suas variações fenomênicas, já que este debate foi amplamente abordado por autores das mais diversas matrizes teóricas, como Agamben, Baudrillard, Bonanate, e Cohen. O que nos interessa é traçar um exame das consequências da posição estadunidense frente à ascensão da Irmandade Muçulmana egípcia ao poder, englobando tanto os aspectos domésticos, como regionais.

Ao dar-se no Oriente Médio, onde os Estados Unidos haviam direcionado nos anos prévios sua política externa, com intervenções militares que constituíram a base da “guerra ao terror”, e no norte da África, a Primavera Árabe colocou em questão o sistema de alianças tradicionais construídas durante décadas para a manutenção dos interesses norte-americanos na região. Esse sistema atuante em meio às intervenções militares de George W. Bush e da ala neoconservadora do Partido Republicano envolvia aliados estratégicos como Israel e a Arábia Saudita, além de diversas outras nações governadas por ditaduras e monarquias, sob a justificativa de serem funcionais para a contenção das alas radicais do movimento islamita. Apesar de Barack Obama ter assumido a presidência em meio à expectativa de encerrar as experiências militares fracassadas do governo de George W. Bush, principalmente no Iraque e Afeganistão, criando dessa forma as bases para que se pudesse reorientar a política exterior norte-americana a outros focos como a Ásia Oriental, suas políticas frente aos levantes da Primavera Árabe colaboraram para que o resultado obtido fosse exatamente o oposto (BANDEIRA, 2014). A intervenção estadunidense direta ou indireta, através da orientação ditada às demais potências europeias, auxiliaram na derrota da dinâmica social progressista da Primavera Árabe.

Durante a Primavera Árabe no Egito, após a derrubada de Hosni Mubarak, que estava adiante de uma ditadura que se constituía até então como um dos pilares da colaboração com a ordem anteriormente vigente, Barack Obama adotou uma postura dúbia. Mas, posteriormente, quando um golpe dirigido por Fatah Abdel Al Sissi, principal general das Forças Armadas, foi dado contra o governo eleito na Irmandade Muçulmana, a administração democrata norte-americana não realizou mais que uma represália discursiva. De fato, seguiu oferecendo suporte ao exército egípcio, que durante a própria ditadura de Hosni Mubarak foi uma das instituições diretamente financiadas pelos

Estados Unidos, o que, além de se constituir como um gesto significativo foi importante para a estabilização da ditadura cívico-militar instaurada. (SHENKER, 2016).

Nesse sentido, uma terceira hipótese trazida por esta investigação é a de que há uma relação estreita entre a política que os Estados Unidos adotaram ao optar por sustentar suas alianças tradicionais, em detrimento da possibilidade de apoio aos novos regimes. Tal posição abre caminho ao fortalecimento dos movimentos islâmicos radicais sunitas, diante do fracasso das versões moderadas.

O exemplo mais importante é a própria Irmandade Muçulmana egípcia, que não era combatida pelos Estados Unidos (AMIN, 2011), mas cuja derrubada pelo exército não fora condenada contundentemente pelo governo estadunidense. O surgimento e fortalecimento de organizações como o Estado Islâmico, ou *Daesh* em árabe, teria sido dessa maneira um subproduto dessa política norte-americana em dois níveis. Um primeiro nível consiste nos resultados da Primavera Árabe com a sua orientação para as alas moderadas do movimento islâmico.

Outro havia se gestado anos antes. Por ocasião da ocupação da segunda guerra do Iraque, os Estados Unidos buscaram estabelecer certa distribuição de poder entre xiitas, sunitas e curdos, privilegiando os primeiros (COCKBURN, 2015). Essa tentativa de constituir um regime embasado na marginalização dos sunitas iraquianos, abre uma segunda etapa marcada pelo enfrentamento entre sunitas e xiitas, e consequente elevação da violência sectária que assumiu as feições de uma guerra civil envolvendo também a disputa pelo controle das zonas de petróleo. É sob o aprofundamento dessas condições que emerge como uma tendência a formação de organizações sunitas radicalizadas. Com a fratura da Síria após a Primavera Árabe se abre a possibilidade de crescimento do Estado Islâmico. A Síria emerge como o epicentro do caos regional, estando cruzada por uma importante guerra civil após a degeneração das manifestações populares contra o regime de Bashar Al Assad. O Estado Islâmico considerado como nova ameaça terrorista global cujas ações também se conformaram como uma força contrarrevolucionária em meio à Primavera Árabe, obteve avanços inéditos até então se comparado às organizações similares, tendo chegado a ocupar um amplo território do Iraque e da Síria e realizado uma série de ataques e ofensivas em países europeus, em especial contra a França.

Dessa forma, do ponto de vista dos interesses estratégicos norte-americanos, a orientação política de Barack Obama para o Oriente Médio e norte da África adotada em resposta à Primavera Árabe agrega mais contradições. Ao contrário de liberar os Estados Unidos para consolidar um reposicionamento em outras regiões onde novas ameaças a

seus interesses cresciam, como é o caso da ascensão chinesa na Ásia Oriental, Barack Obama terminou seu segundo mandato envolvido na frente síria, e ainda mantendo um contingente no Afeganistão e no Iraque.

Por sua vez, o Estado Islâmico se constituiu como uma força política cujo poder de atração e recrutamento aumentou significativamente após a transformação dos levantes por mais democracia da Primavera Árabe em seu oposto, adquirindo controle territorial de ricas regiões produtoras de petróleo como era a cidade de Mossul no Iraque. O Estado Islâmico chegou a ocupar uma região territorial similar em tamanho à Grã-Bretanha, e isso não pode ser compreendido sem que se parta de que havia uma relativa sustentação popular, sobretudo prestada pelas frações sunitas, que compõe a ampla maioria dos muçulmanos. Sua atuação não se restringiu ao Oriente Médio e Magreb, pois recrutou membros em países do Ocidente, como a França e a Grã-Bretanha, que têm grandes comunidades árabes e muçulmanas, em que especialmente a juventude encontrava poucas perspectivas de melhoria de suas condições de vida e de integração, produto da crise econômica e do aumento da xenofobia. Portanto, a terceira hipótese apresentada neste trabalho é a de que há uma relação estreita entre a política que os Estados Unidos adotaram ao optar por sustentar suas alianças tradicionais frente à possibilidade de apoiar mudanças nos regimes na tentativa de estabelecer novas constituições políticas instáveis e o fortalecimento dos movimentos islâmicos radicais, diante do fracasso das versões moderadas. O exemplo mais importante é a própria Irmandade Muçulmana egípcia, que não chegou a ser combatida abertamente pelos Estados Unidos (AMIN, 2011), mas cuja derrubada do seu mandato pelo exército não fora condenada pelo governo norte-americano claramente.

Tais hipóteses estão estruturadas em quatro capítulos. O primeiro capítulo retoma parte dos aspectos fundamentais da ação dos Estados Unidos sobre a região conhecida como MENA desde a saída da Segunda Guerra Mundial e os efeitos desse processo para a formação econômica, política e social do Egito. É aí também que são resgatadas as grandes linhas estratégicas adotadas pelas diferentes administrações estadunidenses, de modo a lançar luzes sobre os impactos regionais e internacionais das intervenções, guerras e relações estabelecidas pelo *establishment* estadunidense com os movimentos árabes. No âmbito da política externa estadunidense, isso se perpetuou nas guerras travadas pelos neoconservadores no Iraque, no sistema de alianças mantido na região, na ação em prol da unidade com Israel e na ingerência exercida na conformação de regimes e processos políticos em distintas nações para a salvaguarda de seus interesses

geoestratégicos. A continuidade e a intensidade da ingerência estadunidense sobre a região do MENA perfazem uma espécie de modelo ideal da projeção imperialista, atingindo aí uma escala pouco comparável com outras regiões do mundo. Assim, quando o descontentamento com as condições de vida crescentemente deterioradas tomou a forma de protestos, que se espalharam pela região como um rastilho de pólvora no ano de 2011, tornava-se evidente que tais revoltas seriam um grande desafio não apenas para as monarquias e ditaduras árabes questionadas nas ruas, mas também para os Estados Unidos que haviam sido um dos arquitetos do equilíbrio instável vigente na região desde o fim da II Guerra Mundial. Esse recuo temático busca localizar o caminho traçado pela política externa estadunidense até a eclosão da Primavera Árabe no Egito, país pilar da então ordem regional, e os efeitos que as formas de lidar com os primeiros levantes de massas do século XXI trouxeram para a localização norte-americana no sistema internacional.

O segundo capítulo examina a Primavera Árabe tomada integralmente, abordando aspectos fundamentais nas dinâmicas que assumiu em seus principais centros. Sendo um processo que rompeu as fronteiras nacionais, estendendo-se a diversas nações que integram o Oriente Médio e o Norte da África, a Primavera Árabe apresentou-se como o fruto da dialética entabulada entre os elementos particulares de cada um dos países em que se deu, e o caráter universal que permitiu um efeito contágio poucas vezes visto na história recente, legado de uma formação de longa duração dos povos árabes. Poucos fenômenos anteriores tiveram potencial similar de contágio. A própria analogia com a Primavera dos Povos de 1848 para designar a Primavera Árabe, mesmo que objeto de grandes controvérsias, revela a peculiaridade de um processo histórico raro, cuja extensão a distintos países da região constitui-se como uma marca distintiva (ANDERSON, 2011). Assim, faz-se necessário revisitar as motivações, dinâmicas e interpretações diversas elaboradas sobre a natureza da Primavera Árabe em geral, para elucidar as formas assumidas pelo levante de 25 de janeiro de 2011 no Egito em particular, e como a política externa estadunidense ajudou a moldar as condições para este fenômeno, relação que perfaz o objeto fundamental deste estudo. É examinado o paradoxo que fez com que o primeiro processo considerado revolucionário do século XXI tenha culminado em um resultado oposto às demandas que o motivou, desembocando na ascensão de uma ditadura cívico-militar ainda mais dura que a de Hosni Mubarak, com a ascensão do general Fatah Abdel Al-Sissi ao poder em 2013, foi responsável por abrir um debate polêmico sobre a definição deste processo. Dessa maneira, o segundo capítulo propõe uma retomada dos aspectos econômicos, políticos e sociais do MENA, e a relação dos países integrantes

com as potências europeias e os Estados Unidos, de modo a lançar luzes sobre a situação aberta pela Primavera Árabe contextualizando a dinâmica regional. O objetivo aqui é oferecer uma visão ampliada do tema, partindo da abordagem de aspectos teóricos para sua interpretação, como a analogia com a Primavera dos Povos de 1848. Para o desenvolvimento desse momento do debate é apresentado o marco teórico que baliza as análises contidas neste trabalho embasado nas teorias do imperialismo, tanto em suas vertentes consideradas clássicas como contemporâneas já citadas acima.

O terceiro capítulo aprofunda o exame do objeto central do estudo a partir de uma perspectiva teórica que aborda as contradições econômicas, políticas e sociais da ofensiva neoliberal de Hosni Mubarak, como geradora das condições que posteriormente levariam à primeira e mais estendida revolta social do início do século XXI. A economia política praticada por Hosni Mubarak que termina por dismantelar o que alguns autores haviam caracterizado como uma espécie de revolução passiva entendida no sentido gramsciano nos anos de Nasser é dissecada de modo de a que se possa tornar inteligível a amplitude e radicalidade das manifestações ocorridas em 2011. A composição social dos movimentos que ocuparam a Praça Tahrir, suas demandas, formas de organização e expressões políticas também são parte desta parte da investigação, bem como as distintas maneiras como grandes meios e analistas internacionais consideraram os eventos ocorridos na ocasião.

Já o quarto capítulo dedica-se ao exame da política externa estadunidense para o Egito durante a Primavera Árabe, propondo-se a analisar as diretrizes teóricas e práticas que ordenaram a resposta dada pela administração de Barack Obama aos levantes daquele país, importante aliado para a sustentação da ordem regional. Aqui busca-se examinar as fissuras no interior do Partido Democrata sobre as possibilidades de condução da política estadunidense. Ademais, são traçadas algumas problematizações acerca da interpretação que tem ganhado crescente força nos meios acadêmicos e especializados de que os levantes egípcios teriam sido motivados pela ação de monopólios como o *Google*, como produto de táticas de guerra híbrida. A importância que o enfoque da guerra híbrida veio ganhando foi motivada essencialmente por dois fatores. O primeiro é a disseminação dos meios virtuais e redes sociais, que muitos autores indicam como cruciais para a deflagração de movimentos de oposição política a governos de distintas orientações. O segundo reside nas relações estabelecidas entre membros dos movimentos sociais que participaram dos levantes, e ONGs e *think tanks* financiadas por capital proveniente de monopólios internacionais e dedicadas a “promover a democracia” pelo mundo. Assim,

a literatura dedicada ao exame do conceito de “guerra híbrida” é revisitada neste capítulo, para que então seja estabelecido um debate sobre duas hipóteses. A primeira é a de que a Primavera Árabe no Egito foi o produto de levantes populares legítimos, fruto de contradições econômicas, políticas e sociais constituindo-se como um fator surpreendente no cenário internacional e com o qual os Estados Unidos foram obrigados a lidar. (ACHCAR, 2013; SHENKER, 2016; SMET, 2016, ANDERSON, 2011, ALI, 2013) Nesta hipótese as redes sociais cumpriram um papel relevante, sobretudo na articulação dos movimentos envolvidos na Primavera Árabe, mas atuando como fator subordinado das contradições estruturais. A outra hipótese parte de que a Primavera Árabe egípcia teria sido o resultado da atividade de organizações internacionais ligadas ao *establishment* estadunidense, que lançaram mão de táticas de guerra híbrida contra a ditadura de Hosni Mubarak (KORYBKO, 2018; VISENTINI, 2016).

Os métodos empregados para a elaboração desta tese são compostos por um levantamento bibliográfico da influência da política estadunidense para a região do MENA, tanto em seus aspectos geopolíticos como econômicos. Em seguida, foram retomados autores que abordaram distintas interpretações teóricas sobre a eclosão da primavera árabe em 2010, a queda de Mubarak no Egito e as eleições da Irmandade Muçulmana como centro, a intervenção da OTAN na Líbia e o golpe militar que derruba o governo de Mohamed Mursi e institui a ditadura militar egípcia e, por fim, o surgimento da Irmandade Muçulmana. Uma terceira etapa para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada mediante o levantamento em base a documentos e pronunciamentos oficiais do governo norte-americano e de instituições internacionais, que lançaram luzes sobre a orientação adotada pelo governo Obama frente aos levantamentos populares no Egito, e as distintas etapas políticas abertas desde então, até a ascensão de Fatah Abdel Al Sisi.

A comunicação disponibilizada pelo Wikileaks entre os anos de 2011 e 2013 foi retomada como parte desta documentação, sendo reveladora das inconstâncias da resposta estadunidense à crise e consequente queda de Hosni Mubarak. Uma análise deste conteúdo revela que o governo estadunidense não estava preparado para a eclosão da Primavera Árabe, e que Hillary Clinton, secretária de Estado à época, acreditava que Mubarak, um antigo aliado com quem mantinha relações amistosas e de longa data, seria novamente eleito em um pleito suspeito. Esta documentação também traz dados interessantes sobre os interesses de companhias como o Google e o Facebook, e a leitura que altos funcionários do Departamento de Estado norte-americano faziam das investidas das empresas do Vale do Silício no Egito como portadores de interesses próprios, que

nem sempre coincidiam com a política externa praticada pelos Estados Unidos. Além disso, os dados do Wikileaks também documentam a degradação das relações entre a administração de Obama e o primeiro governo eleito após a Primavera Árabe e comandado pela Irmandade Muçulmana, sob o argumento de islamização do regime político egípcio (WIKILEAKS, 2013).

Como se trata de um estudo sobre um fenômeno recente, cujas resultantes ainda seguem definindo-se, o estabelecimento da bibliografia trabalhou com grande importância a análise de artigos, entrevistas, revistas, relatos jornalísticos e debates realizados por agências de pesquisas internacionais. Dentre estes foram destacam-se os dossiês sobre a Primavera Árabe publicados pelo Foreign Affairs, Stratfor, Financial Times, Geopolitical Futures, por expressarem as perspectivas e análises de importantes autores e *policymakers* tanto ligados ao *establishment* democrata quanto republicano. Além desses meios amplamente conhecidos e tomados como referência por todos os que se interessam pelo estudo da política internacional, foram consideradas parte das análises contidas no site Counterpunch, Rebellion, e nas revistas New Left Review, Herramienta, Estrategia Internacional, Historical Materialism, e publicações especializadas em Oriente Médio, como a Ipsis Libanis, por oferecem análises e interpretações críticas sobre a Primavera Árabe, além de publicações como os Cadernos de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra.

Também foram examinadas as análises de parte dos think tanks especializados em Oriente Médio e também estadunidenses. Dentre esses ressaltamos *oal-Ahram Center for Political and Strategic Studies*, sediado no Cairo, e os estadunidenses *Middle East Media Research Institute (MEMRI)*, *Brookings Institution*, *Institute for Policy Studies*, *American Foreign Policy Council*, *Center for Security Policy*, *Council on Foreign Relations*, *Middle East Institute*, *Project for the New American Century*, *Middle East Forum* e *Open Society Foundations*. O interesse no exame destas fontes deu-se por integrarem parte dos maiores e mais relevantes *think tanks* que expressam tanto as orientações estratégicas democratas e republicanas, como também abordam as plataformas políticas executadas no Oriente Médio, e por alguns estarem relacionados ao treinamento de ativistas “pró-democracia” em diversas regiões do mundo.

O recorte temporal do objeto de estudo parte de uma retomada de elementos distintivos da conformação do MENA após a Primeira Guerra Mundial com ênfase no Acordo de Sykes-Picot, passando pela política estadunidense até a administração Obama, para então deter-se na Primavera Árabe propriamente dita. Uma vez iniciado o debate

acerca dos levantes árabes de 2011, o presente estudo encerra suas análises com os acontecimentos de 2013, quando a ditadura cívico-militar de Fatah Abdel Al-Sissi, atualmente adiante do governo egípcio, toma o poder e impõe as primeiras medidas de governo que denotam a conformação de um novo bonapartismo. Tal recorte também é aplicado no que se refere à análise da política estadunidense, com um exame sobre o papel da administração Obama para a derrubada do governo da Irmandade Muçulmana e as relações entabuladas com a ditadura cívico-militar de Sissi.

Não abordamos com centralidade, portanto, guerra na Síria e a continuidade da política estadunidense diante do crescimento do Estado Islâmico pelo conjunto do MENA, nos restringindo a apontar elementos essenciais que a ascensão dessa organização radical islâmica teve para o entendimento do cenário político egípcio. A escolha deste fechamento temporal não foi fortuita, mas justificada no entendimento de que com os eventos de 2013 se encerram as perspectivas abertas pelo amplo movimento popular que tomou o Egito em janeiro de 2011, e porque então a intervenção estadunidense já se direcionava para uma reedição da “guerra ao terror” contra o Estado Islâmico, ainda que sob argumentos e discursos distintos dos usados pelos neoconservadores durante os anos de George W. Bush. No entanto, há consciência de que as relações entre os Estados Unidos e as nações mais importantes do MENA, e suas consequências para suas populações, constituem um tema apaixonante e sem fim. Assim, mais do que desconsiderar a importância dos acontecimentos ocorridos posteriormente ao marco que encerra este estudo, o recorte proposto atende à necessidade impreterivelmente imposta a todos os que buscam compreender um fenômeno complexo e cambiante como a Primavera Árabe de eleger um ponto final, o que neste caso acompanha o que se entende como o fim de uma etapa da longa jornada das classes populares egípcias em sua busca pela emancipação.

Capítulo 1

Alguns fundamentos estratégicos da política estadunidense para o MENA

No presente capítulo abordamos a formação das fronteiras do MENA a partir do Acordo de Sykes-Picot, e a ingerência estrangeira sobre a região desde então. O debate aqui desenvolvido retoma a centralidade da geopolítica do petróleo, e a adoção das distintas plataformas de política externa estadunidense a partir da Segunda Guerra Mundial, culminando na ascensão de Barack Obama, momento em que ocorre a Primavera Árabe. Também se analisa a ampliação do movimento nacionalista árabe, que tem em Gamal Abdel Nasser sua máxima expressão, e a natureza contraditória da relação por ele estabelecida com os Estados Unidos. A questão que este capítulo busca elucidar é como as vias de projeção de poder estadunidense criaram parte das contradições estruturais que atuaram como pano de fundo da eclosão da Primavera Árabe. Além disso, examinam-se também elementos contidos nas formas com as quais os Estados Unidos lidaram com os atores locais, e a constituição de parte das alianças regionais estabelecidas.

1.1 Do fim do Império Turco-Otomano ao controle europeu

A região conhecida como Oriente Médio, que concentra parte significativas dos maiores conflitos internacionais, é composta atualmente pelo Afeganistão, Arábia Saudita, Bahrain, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Iraque, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Síria e Turquia. O Oriente Médio passou a equivaler no imaginário coletivo ao mundo árabe ou muçulmano e, embora diversas nações que o compõem sejam árabes e algumas muçulmanas, as designações não podem ser consideradas sinônimos. As nações do mundo árabe são compostas além das que estão situadas no Oriente Médio por países do Magreb, dentre os quais destaca-se a estrategicamente localizada Tunísia, e do Norte da África onde encontra-se o Egito, berço de uma civilização milenar. A região do MENA (sigla para *Middle East and North Africa*), é composta por 23 países e territórios. São o Afeganistão, Algéria, Bahrein, Djibuti, Egito, Irã, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Marrocos, Territórios Ocupados da Palestina, Omã, Paquistão, Qatar, Arábia

Saudita, Somália, Sudão, Síria, Tunísia, Emirados Árabes Unidos e o Iêmen, conforme indica o mapa.

Mapa 1. Países que compõem o MENA



Fonte: Map of the Middle-East and North Africa. Disponível em https://www.researchgate.net/figure/Figure1-Map-of-the-Middle-East-and-North-Africa-region-as-defined-in-in-this-supplement_fig1_259294603 > Acesso 10/ 02/ 2017

Desde o início do século XX, essa região distingue-se por ser o alvo de grandes interesses das potências ocidentais, em especial dos Estados Unidos, que asseguraram centralidade dessa região do mapa na elaboração de sua política externa, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Ademais da definição geográfica, que entrelaça o Oriente Médio aos países árabes do Magreb e Norte da África existe ainda o mundo muçulmano, que ainda compreende nações de outras regiões como a Ásia, em países como Bangladesh, por exemplo, onde o exercício da *sharia*, nome dado aos regimes constituídos com base à lei islâmica, variam desde uma aplicação moderada até formas radicais. Tão conflitiva quanto estratégica, a região do Oriente Médio se transformou no palco de grandes instabilidades geopolíticas, que, em momentos específicos, beiram o caos sistêmico, marcadas por divisões internas alimentadas pela constante intervenção das potências ocidentais. Essa ingerência estrangeira remonta a períodos prévios ao desmantelamento do antigo Império Turco-Otomano, e se aprofunda posteriormente à sua derrocada (BAYAT, 2016).

Tendo sido o palco dos levantes populares conhecidos como Primavera Árabe iniciados em 2011, a região parecia voltar ao centro dos debates internacionais trazendo as revoluções de volta ao panorama dos grandes acontecimentos internacionais. Constituindo-se como um ponto de inflexão dos mais importantes para o exercício da

hegemonia norte-americana sobre a região no início do século XXI, a Primavera Árabe tem entre suas complexas e múltiplas motivações os efeitos da crise econômica internacional que se iniciou nos países centrais em 2008, e rapidamente estendeu-se a diversas partes do mundo.

No entanto, decorridos alguns anos desde o seu início, o que se apresentou como resultado foi não apenas a derrota dos levantes populares que marcaram seu primeiro momento, mas uma guerra civil de dinâmica labiríntica entre os anos de 2011 até 2018, instrumentalizada pela Rússia e pelos Estados Unidos, uma balcanização da Líbia após a intervenção da OTAN e o fortalecimento do caos sistêmico na região. E ainda há que acrescer a isso os efeitos que transcenderam os limites do Grande Oriente Médio e do Magreb, alcançando a própria Europa, com a disseminação dos ataques do *Daesh*, mais comumente conhecido como Estado Islâmico, que, durante os anos de 2014 a 2017, ampliaram suas ações internacionalmente (KHOSROKHAVAR, 2018). A ação das potências ocidentais, em particular dos Estados Unidos, foi crucial para esse resultado. E não apenas durante a Primavera Árabe, mas na preparação das condições do terreno em que se deu, marcado por conflitos que há um século assolam a região. É para possibilitar um exame adequado desse processo que faz-se necessário retomar parte das orientações estratégicas adotadas pelos Estados Unidos, em alguns dos eventos que impactaram de maneira relevante as contradições vigentes, semeadas desde o desmantelamento do antigo Império Turco-Otomano.

Grande parte da ampla gama dos estudos existentes sobre a região do Oriente Médio e Norte da África (MENA) considera a importância geoeconômica do petróleo como a chave do debate. De fato isso é absolutamente indispensável para qualquer análise sobre a política dos Estados Unidos para o Oriente Médio. Mas este estudo busca uma abordagem que enfoque também como a política externa norte-americana tomada em seu conjunto impactou a região do MENA para além do petróleo. As relações que os Estados Unidos engendraram com os levantes populares e movimentos de massas dos povos árabes, em especial do período pós-Segunda Guerra Mundial, quando se forja um novo sistema internacional, até a eclosão da Primavera Árabe são mais complexas que a questão energética, por mais que essa seja muito significativa. Para essa perspectiva é importante apreender as diferentes estratégias adotadas pelos Estados Unidos para a região, considerando que essa foi entendida como de grande importância para a ação de contenção à projeção de poder da URSS, tomando três momentos de inflexões.

O primeiro se deu em meio ao fim dos mandatos britânico e francês sobre a região até a fundação do Estado de Israel entre os anos de 1947 e 1948. O segundo abre-se frente à ascensão do nacionalismo árabe nasserista e da Guerra de Yom Kippur em 1973, que marca a crise do nacionalismo árabe, e a passagem do Egito ao sistema de alianças norte-americano, que abriu o caminho para a adoção da doutrina Carter. Tanto esse momento como o anterior se deram no contexto da Guerra Fria. E um terceiro momento compreendido pela ordem que se abriu após a queda da URSS e o fim da Guerra Fria, marcado pelas guerras humanitárias da década de 1990, à posterior “Guerra ao Terror”, deflagrada pelos neoconservadores durante o governo de George W. Bush, além do período Obama, que estava adiante do governo dos EUA durante a primavera árabe. (BANDEIRA, 2016).

Existem ainda outros momentos e situações de essencial importância para a apreensão da dinâmica de poder dessa conturbada região, tais como a Guerra da Argélia de 1954 a 1962 ou a Revolução Iraniana de 1979, dentre muitos outros mais. Mas a escolha dos três referidos eventos se dá pelo destaque da ação dos Estados Unidos e pelos efeitos que disso foram decorrentes, que contribuíram para promover transformações de importância geopolítica estruturais, muitas das quais seguem vigentes.

A instabilidade da região do MENA e a fragilidade de seus Estados pode ser considerada diretamente proporcional à força dos grandes interesses das potências ocidentais, o que moldou ao longo dos tempos uma situação de permanente conflito e de uma dominação imperialista sem precedentes. A teoria clássica do imperialismo, elaborada por Hilferding, Lênin, Rosa Luxemburgo e Trotsky apontavam que se tratava de transformações estruturais da economia capitalista. O imperialismo é uma derivação de uma mudança de época marcada pela transformação do capitalismo de livre concorrência, para o da fusão entre o capital bancário e capital industrial, dando lugar a predominância do capital financeiro², e ao advento dos monopólios. Do mercantilismo nasceu a política colonial. Às numerosas motivações da política colonial o posterior advento do capital financeiro acrescentou a busca pelas fontes de matérias-primas, exportação de capitais, isto é, de transações lucrativas, de concessões, de lucros

²Nas teses de Hilferding, Bukharin e Lenin, o capital financeiro não é equivalente ao capital especulativo. É o resultado de um complexo e amplo processo de transformação do capitalismo, que deixa de ser de livre-concorrência, e passa a ser organizado em ramos cada vez mais concentrados de produção. Essa concentração, no entanto, não anula a competição, mas, pelo contrário, a aprofunda num grau muito mais elevado. Os pequenos e médios produtores são incorporados aos grandes, ou diretamente quebrados pela concorrência. Porém, Trotsky dirá que o capitalismo não é capaz de levar até o final suas próprias tendências.

monopolistas, estabelecimento de "esferas de influência" e, finalmente, a dominação do território econômico. Quando as colônias europeias na África, por exemplo, representavam a décima parte desse continente, como acontecia ainda em 1876, a política colonial podia desenvolver-se de uma forma não monopolista, pela "livre conquista", poder-se-ia dizer, de territórios. Mas quando nove décimos da África estavam já ocupados por volta de 1900, e o mundo estava já econontrava-se repartido entre as potências dominantes, começa inevitavelmente a era da posse monopolista das colônias e, por conseguinte, da luta particularmente aguda pela instituição de uma nova partilha do mundo (LÊNIN, 1916). Esses conflitos se iniciariam na Primeira Guerra Mundial, mas se resolveriam apenas com a Segunda Guerra Mundial, que definiu os Estados Unidos como potência hegemônica do bloco capitalista. Os EUA emergem com o desafio de expandir e estabilizar seu poderio global, inclusive sobre a rica e geo-estratégica região do Oriente Médio.

O desmantelamento do antigo Império Turco-Otomano, que se transformaria num imenso protetorado francês e britânico no período do entre guerras, é marcado pela contradição de ser a expressão de um colonialismo fora de tempo (ANDERSON, 2014). Sendo uma ponte entre a Ásia, Europa e África desde a época do antigo Império Turco-Otomano, concentrou os interesses estratégicos, primeiramente dos imperialismos britânico, russo, francês e alemão até a Primeira Guerra Mundial e, posteriormente à Segunda Guerra Mundial, dos Estados Unidos. Controlar essa região significa garantir o acesso ao Sudeste da Europa, Ásia Ocidental, Cáucaso e Norte da África. Ou seja, dominar as entradas para uma região transcontinental, com importantes saídas para o mar, e recursos naturais dos mais variados além do petróleo. Os países do hoje denominado Oriente Médio reúnem seis dentre os dez mais importantes produtores de petróleo do mundo (FUSER, 2008). Com o desmantelamento do Império Turco-Otomano, as potências europeias dividiram suas fronteiras de acordo com os seus interesses. No entanto, o momento histórico em que isso se deu já não era mais aquele marcado pelo auge do período colonial. Ocorre em meio ao nascimento do imperialismo, entendido como uma nova época histórica de acumulação do capitalismo. Esta contradição se manifestou na base das vias que os Estados Unidos se utilizaram para suplantar a Grã-Bretanha e a França na dominação do Oriente Médio.

A definição das fronteiras atualmente existentes pode ser considerada como um dos fatores que colaboraram para vários dos conflitos existentes na atualidade. Assim, faz-se útil partir de um breve resgate histórico das vias através das quais tais fronteiras

foram demarcadas, com o acordo de Sykes-Picot, firmado em 1916. Mesmo antes do fim definitivo do Império Otomano, em 1918, a França e a Grã-Bretanha potências hegemônicas em decadência, mas ainda assim em disputa entre si, firmaram o acordo de Sykes-Picot em 1916 em segredo. Nele estabeleceram as fronteiras de toda a região, dividindo os territórios que caberiam a cada uma dominar. Ambas as potências tinham uma compreensão de que com a iminência do desmantelamento do Império Otomano, seria mais funcional aos seus interesses pactuar entre si sua divisão, a enfrentar-se em um novo conflito em meio à Primeira Guerra Mundial. Integrando o bloco aliado avaliavam que uma disputa entre si poderia abrir caminho para seus oponentes na guerra avançarem, em especial a Alemanha.

E, além da Primeira Guerra Mundial, a adoção do Acordo de Sykes-Picot deu-se em meio à Revolução Russa de 1917, que marcaria uma profunda transformação geopolítica, de contornos ainda incertos naquele momento (REGAN, 2017). Os bolcheviques renunciaram às pretensões do outrora Império Russo sobre a região e denunciaram os termos da partilha acordada entre a França e a Grã-Bretanha, na esperança de que isso pudesse levar a uma revolta árabe contra as potências europeias. Mesmo que essa perspectiva não tenha se dado, as incertezas geradas por esse conjunto de elementos fizeram com que as potências europeias tenham firmado o acordo sobre a divisão desse território.

O primeiro termo do acordo de Sykes-Picot estabelecia que a França e a Grã-Bretanha estariam dispostas a reconhecer e proteger um Estado árabe independente, em um território determinado a cargo de um chefe árabe, por eles apoiado. De fato, havia uma negociação entre o alto comissário britânico no Egito, Sir Henry McMahon, e o xerife de Meca, Hussein bin Ali, entre 1915 e 1916. Em troca do apoio britânico para o estabelecimento de um Estado árabe no Oriente Médio, Hussein se comprometeu a organizar um levante árabe contra o Império Otomano, que havia se aliado à Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Esse pretendido Estado árabe envolveria parte da Arábia, Iraque, Palestina, Transjordânia e a Síria (HOURANI, 2005).

No entanto, os termos dessa negociação não foram concretizados. O cálculo feito pelo Reino Unido foi de utilizar-se do levante árabe para desgastar os turcos, enquanto buscava se localizar como um suposto aliado dos árabes, que protagonizaram uma revolta contra os otomanos. Com isso os britânicos buscavam instrumentalizá-los ao mesmo tempo em que evitavam abrir uma outra frente de enfrentamentos em meio à Primeira Guerra Mundial, garantindo mais margem de manobra para posteriormente impor seus

objetivos sintetizados na divisão da região pactuada com a França. O autor paquistanês Tariq Ali indica ainda a característica dos chefes tribais árabes como algo que favoreceu esse desfecho:

No final do século XIX o Império Britânico encorajou o surgimento de correntes anti-otomanas no oriente árabe. Parte dessa nova oposição era nacionalista, mas a maioria dos chefes tribais era basicamente oportunista. A rivalidade entre os impérios levou-os a avisarem determinadas famílias e tribos, que estavam bastante dispostos a trocar de lado em troca de dinheiro e armas. (ALI, 2003, p.25)

Esse caráter que Tariq Ali denomina como oportunista seria uma marca histórica da classe possuidora árabe, sem a qual não se pode compreender como foi possível o estabelecimento de uma dominação ocidental tão contínua e violenta. Cada qual à sua maneira, desde a monarquia saudita, jordaniana, passando pelas ditaduras egípcias e demais ditaduras ainda que de discurso nacionalista, a aquiescência aos imperialismos ocidentais é algo a se destacar. Permitiria a consolidação desse sistema de dominação ocidental sobre o Oriente Médio e o Magreb, que resultou em uma miríade de Estados extremamente débeis. São nações semicoloniais³, cujo atraso denota o caráter submisso de sua classe dominante, que recorrentemente teme mais que os levantes de sua população lhes escapem do controle que a imensa ingerência estrangeira sobre seus rumos políticos, recursos e fronteiras.

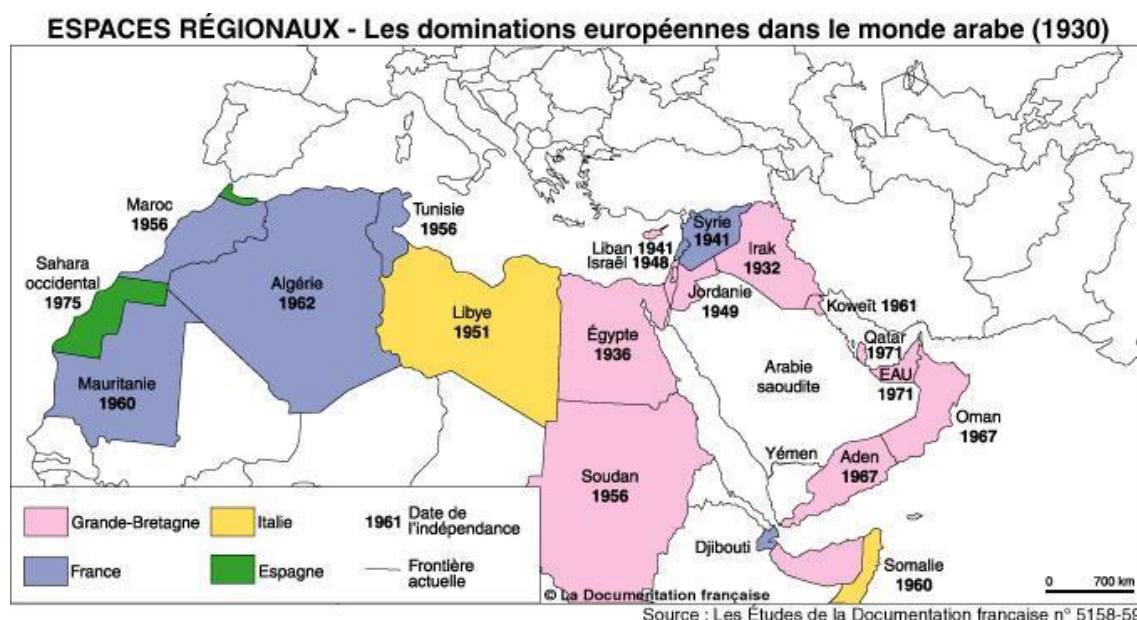
Sobre essas sociedades bruscamente se afirmaram os interesses geopolíticos e petrolíferos das potências ocidentais. Estas buscaram aliados locais para, por intermédio deles, afirmarem seu poder. A autoridade dessas elites árabes se exerceu por meio de regimes conservadores e autoritários, geralmente buscando legitimar-se através do Islã, o que servia de camuflagem à sua colaboração econômica e político-militar com os infiéis do Ocidente e lhes fornecia um poderoso instrumento contra o reformismo modernizante(...) O principal núcleo de regimes conservadores foi a Península Arábica. Na Arábia Saudita – um país imenso territorialmente, porém escassamente povoado, a

³ Por semicolônias entende-se aqueles Estados que até podem possuir alguma autonomia formal, mas que na prática estão submetidos à dominação política e econômica das potências. Esse conceito foi cunhado conjuntamente ao debate marxista clássico do imperialismo, no interior da III Internacional, tendo sido adotada por autores como Rosa Luxemburgo, Lenin, Trotsky. Também foi utilizada por autores da teoria da dependência latino-americana. Lenin abordava a questão da seguinte maneira: “Quanto aos Estados “semicoloniais”, dão nos um exemplo das formas de transição que encontramos em todas as esferas da natureza e da sociedade. O capital financeiro é uma força tão considerável, pode dizer-se tão decisiva, em todas as relações econômicas e internacionais que é capaz de subordinar, e subordina realmente, mesmo os Estados que gozam da independência política mais completa, como veremos seguidamente. Mas, compreende-se, a subordinação mais lucrativa e “cômoda” para o capital financeiro é uma subordinação tal que traz consigo a perda da independência política dos países e dos povos submetidos. Os países semicoloniais são típicos, neste sentido, como “caso intermédio”. Compreende-se, pois, que a luta por esses países semi dependentes se tenha forçosamente exacerbado, principalmente na época do capital financeiro, quando o resto do mundo se encontrava já repartido”. (LENIN, 2016,p.208)

dinastia Saud (oriunda do deserto) reinava apoiando-se no Wahabismo, a primeira seita fundamentalista do Islã. (...) Estabeleceram uma aliança política com os Estados Unidos (que não eram “colonialistas”) e assinaram um acordo com a companhia americana Standar Oil. (VISENTINI, 2014, p. 27)

As raízes desse processo remontam ao início do século XX, quando o acordo foi firmado. Londres já tinha interesse nas ricas fontes de petróleo do Golfo Pérsico e na região que se situava entre esse e o Mar Mediterrâneo, além de garantir uma via de acesso mais direto para a Índia, que seguia sendo sua principal colônia. A França, por sua vez, almejava o controle dos portos da costa do Mediterrâneo, como Beirute e Sidon. Tanto a França quanto a Grã-Bretanha passaram a controlar essas duas áreas diretamente, como se pode ver no mapa abaixo.

Mapa 2 – A dominação europeia no mundo árabe (1930):



Fonte: Instituto da Cultura Árabe. Disponível em https://icarabe.org/sites/default/files/dominaouo_europia_1930.jpg Acesso em 10/ 11/ 2017

Dessa maneira, ao Reino Unido caberia o controle dos territórios da Jordânia e Iraque, além de uma área em torno de Haifa. A França passaria a controlar o sudeste da Turquia, Síria, Líbano e norte do Iraque. As fronteiras dessas áreas seriam definidas arbitrariamente pelas duas potências. A Palestina, que mais tarde se tornaria um centro conflitivo com a fundação do Estado de Israel no período pós-Segunda Guerra Mundial, fora posta nesse momento sob administração internacional. Assim, criaram-se as bases para a transformação radical de uma das regiões mais importantes em termos geopolíticos do mundo e das condições para uma ordem pós Império Otomano. (REGAN, 2016). Uma redefinição drástica do mapa da região que desconsiderou a história dos povos que ali

habitavam, seus costumes e sua trajetória milenar, algo que é apontado por muitos como uma das fontes de instabilidades atuais.

Acrescia-se a isso o controle das rotas comerciais minuciosamente estabelecidas de acordo com os interesses das potências ocidentais:

That Alexandretta shall be a free port as regards the trade of the British empire, and that there shall be no discrimination in port charges or facilities as regards British shipping and British goods; that there shall be freedom of transit for British goods through Alexandretta and by railway through the blue area, or (b) area, or area (a); and there shall be no discrimination, direct or indirect, against British goods on any railway or against British goods or ships at any port serving the areas mentioned. That Haifa shall be a free port as regards the trade of France, her dominions and protectorates, and there shall be no discrimination in port charges or facilities as regards French shipping and French goods. There shall be freedom of transit for French goods through Haifa and by the British railway through the brown area, whether those goods are intended for or originate in the blue area, area (a), or area (b), and there shall be no discrimination, direct or indirect, against French goods on any railway, or against French goods or ships at any port serving the areas mentioned⁴. (SYKES-PICOT, 1916, s/p.)

Assim, o controle tarifário visava estabelecer com o maior grau de definição possível a parte que caberia à França e o que ficaria a cargo do Reino Unido, impedindo dessa maneira que ambos se enfrentassem pelo privilégio do controle de rotas comerciais indefinidas. Haveria então uma rota dedicada à França, Haifa, e outra ao Reino Unido, Alexandretta. E os demais termos do acordo seguiriam essa mesma lógica, não permitindo que uma das duas potências favorecidas pudesse tomar medidas que alterassem estruturalmente a correlação de forças entre si. Ceder territórios para serem zonas de influência de outrem estava fora de questão, e assim se impediria que a partilha do antigo Império Otomano pudesse ser utilizada para obtenção de vantagens junto a terceiros, ou em negociações bilaterais.

Se do ponto de vista dos interesses geopolíticos franceses e britânicos, o Acordo de Sykes-Picot pode ser considerado como algo bem-sucedido, da perspectiva dos povos

⁴“Que Alexandretta deve ser um porto franco no que diz respeito ao comércio do império britânico e que não haverá discriminação nas taxas ou instalações portuárias no que se refere ao transporte marítimo e mercadorias britânicos; que haverá liberdade de trânsito para mercadorias britânicas através de Alexandretta e ferrovia através da área azul, ou (b) área ou área (a); e não haverá discriminação, direta ou indireta, contra mercadorias britânicas em qualquer ferrovia ou mercadorias ou navios britânicos em qualquer porto que atenda às áreas mencionadas. Que Haifa será um porto franco no que se refere ao comércio da França, seus domínios e protetorados, e não haverá discriminação nas tarifas ou instalações portuárias no que se refere ao transporte marítimo e mercadorias franceses. Haverá liberdade de trânsito para mercadorias francesas através de Haifa e pela ferrovia britânica através da área marrom, sejam mercadorias destinadas ou originárias da área azul, área (a) ou área (b), e não haverá discriminação, direta ou indireta, contra mercadorias francesas em qualquer ferrovia ou contra mercadorias ou navios franceses em qualquer porto que atenda às áreas mencionadas”. Tradução livre da autora.

árabes a percepção era oposta. Diversos autores (ACHCAR, 2013; SHENKER, 2016, BAYAT, 2016; ANDERSON, 2011) indicam que a conformação das fronteiras nacionais que compõem esses Estados ignorou as dimensões culturais, demográficas, étnicas e religiosas. Por sua vez, é uma constatação relativamente fácil considerar que isso contribuiu imensamente para os sucessivos conflitos regionais que marcam o desenvolvimento do MENA. Esta partilha também ignorou as aspirações de nações locais como o Egito, que almejava dominar os territórios atualmente correspondentes ao Sudão, Síria, Líbano, Iraque, Kuwait e Arábia Saudita, em nome das quais realizaram um acordo não cumprido pelos britânicos contra os turco-otomanos no calor da Primeira Guerra Mundial (HALIDAY, 2005).

A nascente burguesia egípcia proveniente do período de início de descolonização entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial era demasiadamente débil para conduzir a nação a uma localização efetivamente independente dos interesses britânicos e posteriormente estadunidenses. A monarquia decadente, porém associada ao capital britânico, se colocava como a representação rentista que assegurou para si grande parte da propriedade fundiária. Frente a ela, a burguesia nacional egípcia se mostrava como uma classe débil, que não se constituía como uma força social por si mesma. Os capitalistas egípcios, tanto aqueles que detinham as atividades comerciais, como a parcela industrial majoritariamente ligada à atividade têxtil, criaram na década de 1930 o Partido Nacional e o Partido Wafd. Mas tais movimentos nacionalistas também se revelariam inócuos para conduzir o Egito na conquista de uma efetiva soberania nacional (SMET, 2016).

No Egito, em 1919, ensaiou-se uma tentativa de acabar com o mandato britânico, que, apesar de impor um impasse aos detentores do protetorado, serviu para confirmar a incapacidade da nascente burguesia do país em desfazer-se efetivamente dos laços com o capital estrangeiro, de modo a impor um projeto independente de nação, instaurando no poder uma monarquia dócil aos interesses estrangeiros:

Enquanto a Revolução Russa de 1905 e a Revolução Constitucional Iraniana de 1905–11 foram fortemente reprimidas, a revolução democrático-nacional egípcia de 1919 terminou em uma vitória pílorica contra o imperialismo britânico, parando antes de concluir a luta pela independência nacional, a reforma agrária e a democracia. Incapaz de esmagar a revolta, o Império Britânico negociou um resultado com os líderes conservadores e liberais do movimento nacionalista, que deixaram intactos seus interesses principais. A partir de uma revolução popular contra o imperialismo, o movimento de 1919 se transformou em uma aliança capitalista nacional com o capital estrangeiro. A revolução incompleta levou a um bloco histórico fraco e abertamente

contraditório. Para se tornar realmente independente do imperialismo, o Egito teve que modernizar sua economia. Para modernizar sua economia, era necessária a acumulação de capital enraizada na reprodução expandida: industrialização e um processo de subsunção real do trabalho sob o capital. No entanto, as elites rurais e comerciais detestavam direcionar os investimentos para longe de suas atividades rentáveis, que levando as indústrias do Egito de volta aos braços do capital estrangeiro, reforçando a dependência econômica. A revolução incompleta de 1919 sobrecarregou a nação com uma monarquia apoiada pelos britânicos, que bloqueou qualquer tentativa séria do movimento nacionalista de substituir a burguesia progressista desaparecida - um movimento nacionalista que estava cheio de contradições por causa de sua liderança conservadora. (SMET, 2016, p. 232)

Estes laços se demonstrariam uma marca do desenvolvimento do capitalismo egípcio, como será detalhado adiante. Cabe aqui ressaltar, portanto, que por conta desta dinâmica de classe a dominação europeia sobre o MENA pôde se estender até a Segunda Guerra Mundial.

No período que se sucedeu a partir daí, houve uma reestruturação em profundidade do sistema internacional. Os Estados Unidos finalmente emergem como a potência hegemônica do bloco capitalista, enquanto a Europa do Leste está em grande parte sob influência da URSS. Uma nova configuração que posteriormente se traduziria na dinâmica da Guerra Fria, teria uma enorme influência no destino dos países que compunham o Oriente Médio e o Magreb. Na interpretação de Albert Hourani:

A Segunda Guerra Mundial mudou a estrutura de poder do mundo. A derrota da França, os ônus financeiros da guerra, a emergência dos Estados Unidos e da URSS como superpotências, e uma certa mudança no clima da opinião pública, iriam levar nas décadas seguintes ao fim do domínio britânico e francês nos países árabes. Na antiga Palestina a retirada britânica levou a uma derrota dos árabes quando o Estado de Israel foi criado. Em outras partes, os antigos governantes foram substituídos por regimes comprometidos de um ou outro modo com o aglomerado de ideias que se formou em torno do nacionalismo: desenvolvimento de recursos nacionais, adesão popular e emancipação das mulheres. Eles tiveram que exercer suas políticas dentro de sociedades em processo de rápida mudança. (HOURANI, 2006, p.460)

Essa nova ordem hegemônica pelos Estados Unidos e pela URSS abriu o caminho para que rapidamente ambas as potências buscassem fazer pesar sua influência sobre o Magreb e o Oriente Médio, como parte das estratégias adotadas durante a Guerra Fria. Mas isso não seria um processo fácil, e tampouco encontraria o mesmo mundo árabe de antes da guerra. Frente a uma Europa despedaçada, as declarações de altos princípios da vitoriosa aliança anglo-americana que encerrava a ameaça de ocupações estrangeiras em potencial, favoreciam que os povos do outrora Império Turco-Otomano enxergassem na URSS, também vitoriosa, uma inspiração. Tal referência nos soviéticos não

necessariamente expressava um anseio para a adoção do conjunto de seus preceitos políticos ou econômicos, mas atuava no sentido de disseminar a noção de que seria possível às nações árabes tirarem vantagens da dinâmica posta pela Guerra Fria. Em especial para o intento de conquistar maior autonomia frente às potências centrais.

Entre muitas outras mudanças, as circunstâncias da guerra fortaleceram a ideia de mais estreita unidade entre os países árabes. O Cairo foi o principal centro a partir do qual os britânicos organizaram a luta pelo Oriente Médio, e também sua via econômica; (...) O fato de o Cairo ser o centro de decisão militar e econômica deu ao governo egípcio (com um encorajamento um tanto vago dos britânicos) a oportunidade de tomar iniciativa de criar laços mais estreitos entre os estados árabes. (...) Havia diferenças de sentimentos e interesses: na Síria e no Iraque os líderes ainda se lembravam da unidade perdida do Império Otomano, e desejavam uma ligação mais estreita; o Líbano equilibrava-se precariamente entre os que se viam como árabes e aqueles, sobretudo cristãos, que viam o Líbano como um país separado e estreitamente ligado à Europa; os governos do Egito, Arábia Saudita e Iêmen tinham algum senso de solidariedade árabe, mas também um forte conceito de seu interesse nacional; todos desejavam criar um apoio efetivo para os árabes da Palestina. (HOURANI, 2006, p.464)

Em 1943, o governo libanês limitou a autoridade francesa, tentativa seguida pelos sírios dois anos depois. Isso motivou uma retaliação com o bombardeio francês de Damasco em 1945, uma intervenção britânica e um processo de negociação que acabou num acordo em que tanto França quanto a Grã-Bretanha se retiraram, transformando a Síria e o Líbano em estados independentes no dia 17 de abril de 1946, quando as últimas tropas francesas saem. Desde 1936 havia negociações em curso, cujos termos foram formulados no Tratado Franco-Sírio de Independência, que prometia a independência e retirados das tropas francesas desde que a Síria apoiasse a França em caso de guerra e permitisse o uso de seu espaço terrestre e aéreo. No entanto, apesar das importantes contrapartidas exigidas pela França, este acordo não havia sido levado adiante sob o pretexto de que a saída dos franceses poderia abrir caminho para uma invasão da Alemanha na região.

Mas, assim mesmo, a Síria e o Líbano conseguiram sua independência antes dos territórios sob domínio britânico, como o Egito e o Iraque (REGAN, 2016). Portanto, apesar de quando comparado à África ou América Latina o período colonial da região do MENA ter sido muito menos duradouro, deixou marcas indeléveis que até hoje são sentidas. Isso porque as marcas do passado colonial não se encerraram completamente com o fim dos mandatos britânico e francês sobre a região.

1.2 A expansão de poder estadunidense e a fundação do Estado de Israel

A ascensão dos Estados Unidos à condição de potência hegemônica na saída da Segunda Guerra Mundial teve impactos estruturais para a formação do sistema internacional. Se até 1944, os EUA estiveram relativamente pouco envolvidos na administração do sistema internacional, atuando através de intervenções restritas e buscando garantir objetivos localizados, com as resultantes da Segunda Guerra Mundial passaria a ser a principal potência responsável por redefinir uma nova arquitetura do sistema internacional.

(...) sob a liderança dos Estados Unidos, e com o apoio de seus aliados, uma das primeiras etapas de transição do pós-guerra foi a construção de uma nova ordem internacional, que tinha como objetivo fornecer novos padrões de relacionamento e coordenação de políticas (...). Segundo Williams, o desenvolvimento mais imediato da Segunda Guerra Mundial e de seus efeitos foi que os norte-americanos começaram a acreditar firmemente que sua própria prosperidade e democracia dependiam da contínua expansão de seu sistema para o exterior. (PECEQUILO, 2011, p. 131)

Essa expansão de poder passaria a ser a marca indelével da política externa estadunidense. As 200 intervenções militares que os EUA promoveram ao longo do século XX desde o ano de 1900, 16 das quais buscando abertamente moldar os regimes políticos dos países que atacava (BANDEIRA, 2004) são a demonstração concreta dos efeitos dessa mudança, e de suas implicações para o mundo.

A exportação de capitais, o controle territorial de zonas estratégicas, bem como a aceitação dos ditames das instituições internacionais forjadas para projetar os interesses estadunidenses passam a ser as marcas distintivas da política externa dos Estados Unidos, independente da linha adotada por cada governo, atendendo a uma lógica de fundo calcada na projeção de poder imperialista. Não é coincidência, portanto, que mesmo durante a Segunda Guerra Mundial criaram-se organismos como o FMI e Banco Mundial em 1944, as Nações Unidas em 1945. Na saída da Segunda Guerra Mundial projetar o poder estadunidense sobre os países do MENA passaria a ser essencial para os interesses da potência hegemônica do então bloco capitalista.

A política estadunidense para o Oriente Médio, neste momento, se enquadra na estratégia de contenção à URSS, elaborada pelo diplomata George Kennan com o objetivo de barrar possíveis pretensões expansionistas da URSS. Muito embora os pactos de Yalta e Potsdam, firmados em fevereiro e agosto de 1945 respectivamente, tenham delimitado

as distintas zonas de influência correspondentes às potências hegemônicas pelos Estados Unidos de um lado, e da URSS de outro, as instabilidades mundiais fizeram com que os estrategistas estadunidenses a partir de Kennan contivessem as iniciativas soviéticas durante a Guerra Fria. De acordo com um comunicado do diplomata enviado ao então secretário de Estado, James Byrnes, em 1946, as tendências colocadas pela nova divisão internacional do trabalho favoreciam que os Estados Unidos adotassem uma orientação de criar esferas de influência. Suas observações indicavam que a URSS seria débil para deflagrar uma nova guerra, mas que poderia buscar expandir-se ao Ocidente por meio da proliferação e ação dos Partidos Comunistas, que detinham posições relativamente fortalecidas em alguns países da Europa. (KENNAN, 1946).

Kennan apontava como a hostilidade relativa de Stalin em relação aos países capitalistas tinha como objetivo justificar seu domínio no interior da URSS. Porém, mesmo que o objetivo fundamental de Stalin fosse doméstico isso não equivalia para Kennan que ele abdicaria de ambições expansionistas. Seguindo na elaboração de sua estratégia, Kennan publica um artigo na revista *Foreign Affairs* de 1947 no qual afirma que os Estados Unidos deveriam “criar uma política paciente, firme e vigilante de contenção às tendências de um eventual expansionismo soviético”. (KENNAN, 1947, p. 575-576). Essa política paciente deveria ser compartilhada com as potências europeias, fazendo com que não coubesse apenas aos Estados Unidos de maneira unilateral, englobando ainda a colaboração de governos de regiões geoestratégicas, sobretudo a partir da reconstrução econômica e política das nações europeias, criando-se assim uma barreira à pretensa expansão soviética. Isso levaria, ainda que em médio ou mesmo longo prazo, a que URSS culminasse no “desmoronamento, ou na gradual dissolução de seu poder” (KENNAN, 1947, p. 566).

Kennan posteriormente insistiu que os aspectos militares não eram o predominante da estratégia de contenção. Em 1948, ele inclusive percebeu que o expansionismo de Stalin era mais discursivo que real. Cabe lembrar que Stalin rompe desde o fim da guerra civil russa em 1924 com o princípio do internacionalismo, declarando sua estratégia de “socialismo num só país”, levando ao fim das Internacionais Comunistas, algo que sua prática durante e após a II Guerra Mundial manteve e aprofundou substituindo na agenda stalinista a colaboração revolucionária como agenda internacional pela geopolítica das nações (BROUÉ, 2007). Como consequência disso, Kennan aconselhou o governo Truman a rever as posições de cunho militarista em favor da diplomacia. Mas os Estados Unidos mantiveram a corrida armamentista que

caracterizou a Guerra Fria e a estratégia de contenção, a contragosto de Kennan, que, por fim, termina entregando seu cargo no Departamento de Estado (KENNAN, 1983).

Portanto, no período imediatamente após o fim da Segunda Guerra Mundial, muitos interesses impeliram os EUA em direção ao MENA. Trata-se de uma região estratégica, tanto pela sua posição geográfica, como pelos recursos, e igualmente por ser um território convulsivo. Os Estados Unidos precisavam do controle do petróleo para sustentar a reconstrução da Europa, do Japão e a própria expansão industrial norte-americana. Depois, impedir que a URSS tivesse acesso a essa matriz energética e que ganhasse influência política sobre os débeis Estados que ali seriam erigidos. Parte da Guerra Fria efetivamente se daria nos países do Oriente Médio e do Magreb (KISSINGER, 2015). A busca pela instauração de zonas de influência tanto dos EUA quanto da URSS levaria a que ambos tentassem estabelecer alianças na região. A URSS priorizou a parte ao sul de sua fronteira com o MENA, entabulando relações com as nações não-árabes, em especial o Afeganistão, a quem posteriormente invadiria, o Irã e a Turquia. Já os Estados Unidos buscaram se aliar a parte dos Estados árabes mais importantes, como a Arábia Saudita e, posteriormente, com o Egito. Com a fundação de Israel, sua política encontra um porta-voz direto na região, que altera profundamente o equilíbrio regional, como se detalha abaixo (HALLIDAY, 2005).

Em um primeiro momento, os Estados Unidos elegeram atuar conjuntamente com sua aliada Grã-Bretanha para garantir uma transição favorável no controle das riquezas da região e, depois, enquadrá-la como potência subordinada, na medida em que se mostraria conveniente aos seus objetivos despojá-la de suas colônias e países que estavam sob seu mandato. Um dos epicentros dessa tensão entre os interesses estadunidenses e os britânicos, culminando em uma alteração de posição do primeiro, foi a própria fundação de Israel, que apontava em um sentido contrário à linha adotada pela Grã-Bretanha de priorizar as relações com os árabes. Desde a saída da Primeira Guerra Mundial, os britânicos prometeram aos árabes favorecimentos em troca da garantia de transporte do império pelo Canal de Suez. Esta rota era tão central para os britânicos que, para mantê-la, eles adotaram uma política de contenção relativa à imigração de judeus para a Palestina, mantida até 1947, mesmo ano em que se deu a votação na ONU que criou Israel (BANDEIRA, 2006).

É com esse panorama de fundo que anos antes, em 1944, se realizou a Conferência de Alexandria e a Conferência no Cairo, em 1945, na qual se funda a Liga dos Estados Árabes. Este reunia sete estados, que, mesmo em meio aos mandatos britânicos e francês

ainda vigentes, mantinham certa liberdade de ação. Eram eles o Egito, Síria, Líbano, Transjordânia, Iraque, Arábia Saudita e Iêmen, junto a representantes dos árabes palestinos, deixando a via livre para a integração de outros estados árabes, caso se tornassem independentes. Não havia ainda nenhum projeto claro de unidade, mas se tratava de um movimento preventivo frente à escalada das tensões provenientes do aumento da imigração judia, e das incertezas geopolíticas resultantes da ordem pós-Segunda Guerra Mundial (TAYLOR, 1982).

Sob a argumentação de que haveria que garantir sua segurança nacional cujos interesses deveria ser considerado como coincidentes e funcionais à manutenção da ordem global, os Estados Unidos como principal potência imperialista passa a projetar seu poder. Ainda que todo o discurso fosse defensivo, e não abertamente expansionista, na prática se dá um avanço da presença estadunidense no mundo em um patamar até então inédito. No que se refere ao MENA havia duas frentes fundamentais a serem encaradas. Uma compartilhada pela Grã-Bretanha e a França, que detinham os mandatos sobre a região. A segunda era composta pelo óbvio perigo de avanço da URSS. A primeira foi respondida pelos EUA transformando as potências europeias em sócias menores. Tanto a França quanto a Grã-Bretanha saíram bastante enfraquecidas da Segunda Guerra Mundial, sendo lembradas sem cerimônia de sua reduzida condição econômica pelos EUA, que reunia os Estados capitalistas contra a URSS, e que teriam que declinar de suas pretensões coloniais, ocupando agora o posto de subordinados favorecidos. (ANDERSON, 2015) Combinado ao desgaste crescente dos mandatos das potências europeias sobre os países do Magreb e Oriente Médio, essa estratégia permitiu que os EUA garantem posições na região. Mas esse processo tem várias inflexões.

Uma delas é o ano de 1946, que teve como epicentro a percepção norte-americana crescente de que estaria havendo um avanço das posições soviéticas no Oriente Médio, mediante a tentativa de controle da exploração de petróleo no Irã, enquanto na Turquia se visava o controle do estreito de Dardanelos. Isso seria inadmissível para os objetivos estratégicos da política externa estadunidense de então. Analisando criticamente essa orientação desde hoje, cabe ressaltar a correção da interpretação de Perry Anderson sobre a utilização do discurso defensivo por parte dos Estados Unidos para fins expansionistas e ofensivos. Proporcionalmente, desde os primeiros dias da Guerra Fria quem se expandiu por todas as regiões do globo, fosse mediante a instalação de bases militares, controle de matrizes energéticas, patrocinando golpes e sustentando

organizações inclusive terroristas foram os Estados Unidos. Tal como debatido acima, em escala comparativa sua expansão foi superior à URSS. (ANDERSON, 2015).

Mas as tensões dos Estados Unidos na região do MENA se deram não apenas com a URSS, como também com a aliada Grã-Bretanha, tendo naquele então seu epicentro na Palestina. Nos Estados Unidos, tanto o Partido Democrata quanto o Partido Republicano passaram a ter em conta em sua agenda política as demandas do movimento sionista⁵. Essa seria uma marca da política externa norte-americana, aprofundado a partir de então. A fundação do *American Israel Public Affairs Committee* (AIPAC), em 1951, é uma materialização dessa colaboração. O AIPAC se destina a promover os interesses israelenses na política e na economia estadunidense, e realiza conferências nas quais desde a sua fundação participam praticamente todos os senadores e deputados dos EUA, o primeiro-ministro de Israel e o presidente ou vice-presidente norte-americano. Trata-se de um dos mais importantes espaços para campanha de arrecadação financeira dos postulantes aos altos cargos políticos norte-americanos. Grande parte da agenda da política israelense e norte-americana para a região do Oriente Médio são discutidas ali. O AIPAC foi fundado durante o governo do presidente estadunidense Harry Truman, que teve uma posição de pressionar favoravelmente pelos interesses do movimento (MEARSHEIMER; WALT, 2006). O *lobby* estadunidense pela criação de um Estado judeu no território da Palestina se intensificou e, aproveitando-se da comoção gerada pelo Holocausto durante a Segunda Guerra Mundial, em 29 de novembro de 1947, vota-se pela fundação do Estado de Israel na ONU, com 33 votos favoráveis e 10 abstenções. Em 15 de maio de 1948 é encerrado o Mandato Britânico Palestina e, imediatamente, é proclamada a criação de um Estado judeu apoiado pelo presidente norte-americano Truman, pela União Soviética, com voto de abstenção da Grã-Bretanha (VISENTINI, 2014).

⁵Teodor Herzl, um dos fundadores do movimento sionista, não hesitou em firmar pactos com personagens antissemitas confessos, como membros do governo russo, que prometeram, no início do século XX, financiar uma caravana em direção à Palestina sob a condição de que os sionistas convencessem os judeus a abandonar os partidos operários e socialistas na Rússia, e a sua luta contra o governo, e integrassem o movimento pela formação de um Estado judeu. Nos Estados Unidos, o *lobby* sionista era forte, mas ainda não hegemônico. Foi após a Segunda Guerra Mundial que o movimento sionista obteve com o apoio dos Estados Unidos e das demais potências o aval para criar um Estado judeu. O imperialismo norte-americano utilizou-se da justa aspiração do povo judeu de viver em segurança após os mais de 6 milhões de judeus assassinados pelos nazistas, para dar uma saída regressiva a essa demanda. (GOMES, 2003)

A fundação do Estado de Israel ocorre conjuntamente à adoção da Doutrina Truman nos Estados Unidos. Em seu governo, Harry Truman adota como fundamento de sua política externa a estratégia de contenção dos soviéticos⁶. O temor de que houvesse quedas de regime na Turquia e na Grécia fortaleceu as posições da URSS, levando os EUA a adotarem uma orientação de “apoiar os povos livres na resistência as tentativas de dominação por minorias armadas ou pressões externas”. Como concretização dessa doutrina, os Estados pró-ocidente do Oriente Médio receberam importantes financiamentos. E Israel passaria com o decorrer dos anos a ser visto como a grande plataforma para projetar esses objetivos. (FUSER, 2008)

O equilíbrio da já conturbada região MENA sofreria quiçá o maior abalo desde a queda do Império Otomano. A fundação do Estado de Israel sob o lema de destinar “uma terra sem povo, para um povo sem terra” inaugura uma nova ordem regional, cujos efeitos transcendem os limites locais, em base à expulsão de milhões de palestinos de suas terras⁷, e a um recrudescimento das tensões que seriam o subproduto da orientação expansionista que os governos israelenses adotariam desde então. Do ponto de vista estadunidense a fundação do Estado de Israel atuou paulatinamente como uma plataforma estratégica para a projeção de seus interesses na região. Em um momento histórico em que manter colônias formais não era mais a via de projeção de poder primordial das potências, tanto pelos custos econômicos quanto políticos, essa foi uma medida das mais favoráveis para o imperialismo norte-americano garantir seus objetivos geopolíticos, como a contenção do avanço da influência da URSS sobre a região, sob o argumento de atuar como um apoiador da democracia. Assim, se colocava uma contradição entre o discurso estadunidense anticolonial, instrumentalizado pelo objetivo de minar as colônias

⁶ A política de contenção dos soviéticos adotada por Harry Truman havia sido formulada pela primeira vez pelo diplomata George Kennan. Os EUA temiam que a URSS pudesse avançar com a queda dos regimes na Turquia e na Grécia, o que poderia levar à perda do Oriente Médio e do Norte da África, numa reação em cadeia nos países semicoloniais, que eram territórios bastante propícios para movimentos nacionalistas. A resposta da Casa Branca foi a declaração em 1947 da Doutrina Truman, que afirmava que os EUA deveriam apoiar os povos livres na resistência a tentativas de dominação por minorias armadas ou pressões externas. (PECEQUILO, 2011)

⁷ A *nakba*, ou desgraça palestina, é a denominação em árabe do processo de expulsão realizado para a fundação do Estado de Israel. Aconteceu então a guerra de 1948-1949 que foi vencida pelos israelenses, que ampliaram o seu domínio por uma área de 20 mil km² (75% da superfície da Palestina). Isso provocou o deslocamento de aproximadamente 900 mil palestinos, que deixaram as áreas incorporadas por Israel. Esse imenso contingente de refugiados permaneceu disperso pelos campos do Oriente Médio. Estima-se que desde então exista uma média cerca de 8 milhões de palestinos que vivem como refugiados, e não podem voltar para suas casas. (GOMES, 2001).

francesas e britânicas em regiões de seu interesse, e a sustentação de Israel que inclusive elevou-se após as guerras expansionistas, em especial de 1967. (MEARSHEIMER; WALT, 2006). Como assinala Perry Anderson:

Os EUA embora tardiamente tivessem adquirido colônias no Pacífico e Caribe, definiam-se ideologicamente como uma potência anticolonial, a “primeira nação nova” a conquistar independência do Velho Mundo, e não tinham nenhuma intenção de permitir a restauração de esferas de influência ou de controle de matérias-primas do pré-guerra. (ANDERSON, 2015, p. 76)

A promoção de valores como “liberdade” e “democracia” seriam ainda mais primordiais no discurso que serviu à expansão imperialista estadunidense. Apesar do sistema de alianças constituído pelos Estados Unidos no MENA demonstrar que na prática isso atuava, sobretudo como uma justificação para sua projeção de poder, esse apelo servia tanto para fazer frente à URSS como para intervir na relação de forças local. Mas, ainda que essa via fosse menos onerosa para os Estados Unidos se comparada a uma estratégia colonial, não invalidou a ocorrência de frequentes desafios. Primeiramente, o de estabelecer o próprio Estado de Israel, já que imediatamente após a sua formalização as forças da Liga Árabe declararam guerra ao recém-instaurado país. Os *kibutzim* entraram em guerra contra os sírios, enquanto a Legião Árabe da Jordânia ocupou a parte antiga de Jerusalém e o Egito conquista Gaza e o Deserto de Negev (VISENTINI, 2014). Porém, os árabes foram rapidamente derrotados entre 1948-49, o que culminou na primeira onda expansionista israelense:

No início de 1949 fez-se uma série de armistícios entre Israel e seus vizinhos árabes, sob a supervisão das Nações Unidas, e criaram-se fronteiras estáveis. Cerca de 75% da Palestina foram incluídos dentro das fronteiras de Israel, uma faixa da costa sul, que se estendia de Gaza à fronteira egípcia; o resto foi anexado pelo Reino Hashemita da Jordânia(...). Jerusalém foi dividida entre Israel e a Jordânia, embora muitos outros países não reconhecem formalmente a decisão. (HOURANI, 2007, p.471)

O processo de estabilização e a política expansionista do Estado de Israel, bem como a multiplicidade de objetivos e relações entre os interesses de sua cúpula governante e a política estadunidenses são fatores complexos, que foram alvo de diversos estudos ao longo das décadas. Nos importa ressaltar aqui somente que desde a fundação do Estado de Israel como parte integrante da Doutrina Truman, abre-se espaço para a disseminação de um sentimento anti-imperialista dentre os povos árabes, que não se restringe apenas aos árabes palestinos. Esse sentido somado ao anseio pela unidade dos povos árabes separados pelas fronteiras estipuladas pelo Acordo de Sykes Picot.

1.3 Nasserismo, as doutrinas estadunidenses e a Guerra de Yom Kippur

Com a fundação de Israel e os conflitos que se seguiram, a percepção por parte dos povos árabes de que lhes eram negados os direitos à sua autodeterminação nacional moldou um persistente sentimento anti-estadunidense. Este fator foi um combustível que levou ao surgimento de movimentos contestatórios em distintas conjunturas ruptura que buscavam romper essa dinâmica. Não raro assumiam a feição de busca pela restauração da unidade pan-arabista, com o intuito de anular as fronteiras constituídas por Sykes-Piccot e pela criação de Israel. Essa questão é recorrente e assumiu diversas feições ao longo do tempo. A primeira expressão dessa vertente que constituiria um desafio e, ao mesmo tempo, uma janela de oportunidades para os Estados Unidos seria o nasserismo no Egito.

Filho típico das classes médias baixas de Alexandria, o general Gamal Abdel Nasser foi em sua juventude influenciado pela filosofia de Voltaire e pelo pensamento nacionalista árabe de Tawfiq Al-Haqim, se tornando já em 1935 uma liderança estudantil reconhecida dentre os movimentos contrários ao mandato britânico. Seu envolvimento político durante os anos vividos como estudante era tal, que no período em que deveria cursar o equivalente ao ensino médio esteve presente na escola apenas por 45 dias, dedicando todos os demais às atividades políticas. Em 1936 organizou o movimento contrário ao Tratado Anglo-egípcio que institía as bases militares britânicas no Egito. Mesmo derrotado, este movimento permitiu a Nasser se tornar conhecido para além das esferas estudantis, o que o leva a tentar uma carreira militar. Após uma primeira negativa em 1937 ao seu pedido de entrada na Academia Militar por conta de seus antecedentes, Nasser apelou ao então subsecretário de Guerra, Ibrahim Kairy Pasha, que concordou em ajudá-lo, possibilitando sua entrada no final daquele mesmo ano. É ali que Nasser conhecerá Awnar Sadat, que se torna posteriormente seu assessor e sucessor no governo do Egito. Posteriormente, Nasser amplia seu reconhecimento em meio ao movimento nacionalista formando o Movimento dos Oficiais Livres em 1938. Com esta trajetória era patente que Nasser não reunia os atributos de um aliado ideal para os Estados Unidos. Portador de um discurso nacionalista almejava estabelecer alianças para derrubar a monarquia de Farouk, representante de uma dinastia em decadência e desprestigiada pelos laços de submissão com as potências ocidentais. De maneira pragmática os Estados Unidos, na figura de Kermit Roosevelt, neto do ex-presidente Roosevelt e um dos

exponentes da CIA, negociava a ordem pós-derrubada da monarquia, que não envolveria na opinião de ambas as partes eleições livres. O único ponto de tensão claramente existente entre Nasser e Kermit naquela ocasião era a Palestina. Mas apesar disso, Nasser declara que a questão seria irrelevante no momento e que a desocupação da zona do Canal de Suez pelas forças da Grã-Bretanha constituía a sua prioridade. Apoiados pelos EUA, os militares egípcios derrubaram o rei Farouk em 23 de julho de 1952. A república declarada em 18 de junho de 1953, mesmo ano em que a CIA reestruturou o serviço de inteligência egípcio, o *Mukhabart*. (STEPHENS, 1972)

O general Nasser seria um fruto, e também um desvio, do levante dos trabalhadores egípcios, marcando o ponto culminante do desgaste de um regime sem legitimidade, e de aspirações populares sem respostas. Em 1952, em 25 de janeiro, mesmo dia que marcaria o auge da Primavera Árabe egípcia com a ocupação da Praça Tahrir em 2011, ocorre uma revolta social de envergadura até então inédita no Egito:

Uma insurreição popular espontânea em 25 de janeiro de 1952 no Cairo levou a uma repressão em massa de líderes sindicais e comunistas. Enquanto a coerção violenta do estado enfraqueceu com sucesso a vanguarda proletária da aliança nacional-popular, também revelou sua própria compreensão fraca sobre a gelatinosa sociedade civil do Egito. Seções da polícia e militares egípcios também se juntaram à mobilização contra hegemônica. A insurreição de 25 de janeiro anunciou o fim prático do governo do Palácio, mas não havia força social que pudesse preencher o vácuo de poder. O poder do estado central foi desorganizado, mas não conquistado, e muito menos transformado. O vazio político durou seis meses até que, em 23 de julho de 1952, quando os Oficiais Livres do Conselho de Comando Revolucionário (CCR), liderados pelo coronel Gamal Abd al-Nasser, apareceram na cena política como um *deus ex machina*. O CCR organizou um golpe, cortando o nó górdio que o movimento nacional-popular havia vinculado e não conseguia desvendar. (SMET, 2016, p.238)

A maioria dos membros do Conselho do Comando Revolucionário (CCR) provinha da pequena-burguesia ligada ao exército (RICHARDS; WATERBURY, 2008, p.127) e defendiam uma plataforma tipicamente ordenada pelos interesses desenvolvimentistas nacionais. Dentre os pontos constava a instauração de uma república, a abolição do feudalismo, o estabelecimento de um exército nacional forte e centralizado e uma alusão à necessidade de obter justiça social. Já em setembro de 1952, o regime político surgido após a queda de Farouk realiza uma série de mudanças no campo, limitando a porção de terra a cada proprietário, o que posteriormente se seguiria por novas distribuições nos anos de 1961, 1963 e 1969 com cerca de 12% das terras cultiváveis sendo destinadas aos agricultores sem-terra. Também foi implementado um salário

mínimo agrícola e concedido o direito de arrendamento com alugueis controlados aos camponeses, de modo a limitar os latifúndios (SMET, 2016).

Porém, cabe distinguir tais reformas realizadas sob Nasser de um programa acabado de nacionalização das terras. A intervenção estatal estava orientada para promover a elevação da produtividade da terra, operando sua entrega a setores privados, uma vez que se tornaram mais produtivas e lucrativas (COOPER, 1983). As medidas adotadas visavam enfraquecer o poder econômico da monarquia e dos latifundiários, elevar a produtividade e liberar capital para financiar a formação de certa indústria. Dessa maneira, a reforma agrária nasserista não aboliu a propriedade privada no campo, nem impediu a permanência do latifúndio, ainda que o tenha limitado. Uma lógica similar se apresentava no programa de industrialização:

No que diz respeito ao desenvolvimento industrial, a lógica do Estado era puramente política e serviu para fortalecer a soberania nacional - um meio econômico para "alcançar" as nações ocidentais. A princípio, o Estado simplesmente atuou como parceiro do desenvolvimento industrial "espontâneo" de atores privados nacionais e estrangeiros. Aproximadamente de 1954 a 1960, o poder do estado defendeu diligentemente os interesses do capital industrial privado. O governo incentivou os investimentos industriais nacionais e estrangeiros, reduzindo os impostos corporativos e relaxando as medidas protecionistas. Ao estabelecer comitês público-privados que orientaram o desenvolvimento nacional, o Estado se colocou no papel de facilitador imparcial. No entanto, nem capitalistas nacionais nem estrangeiros estavam interessados na industrialização. Entre 1950 e 1956, os investimentos privados caíram 300%. Passo a passo, o próprio estado foi forçado a tomar a iniciativa econômica: 'Em 1952-1953, 72% da formação bruta de capital ocorreu no setor privado. Em 1959-1960, o estado era responsável por 74% da formação bruta de capital. (SMET, 2016, p.244)

Do ponto de vista político, no entanto, Nasser não emerge como uma figura unânime já que o CCR não era uma força unitária, marcada por uma série de disputas no interior do CCR. Quando consegue se alçar como o principal porta-voz do CCR, e do regime político que começava a se forjar no Egito, Nasser aproveita a correlação de forças favorável e impõe pela primeira vez a clandestinidade a Irmandade Muçulmana, após uma tentativa frustrada de atentado contra a sua vida:

Após o golpe, ocorreu uma luta pelo poder dentro da camarilha militar, que foi expressa em termos do caráter do novo bloco nacional-popular. O general Muhammad Naguib, escolhido pelo CCR como chefe de Estado por causa de sua antiguidade e prestígio, pretendia reduzir ao mínimo a intervenção militar e defendia o estabelecimento de democracia burguesa e políticas de livre mercado. Nasser, no entanto, alegou que essa retirada representava um retorno ao impasse da sociedade. Somente a transformação do projeto nacional-popular em um estado forte, homogêneo e centralizado poderia superar a situação. Em 1953, o novo governo proibiu todas as partes, exceto a

Irmandade, que permaneceu leal ao CCR(...). Durante a luta de poder aberto entre Nasser e Naguib, no final de 1953 e 1954, a Irmandade ficou do lado de Naguib, mas depois mudou para o campo de Nasser. Em troca de seu apoio, a Irmandade exigia uma constituição islâmica, instituições democráticas, liberdade de imprensa e fim das leis de emergência. Como Nasser não estava disposto a dividir o poder, vários membros de Ikhwan fundaram secretamente uma nova célula paramilitar que tentou assassinar o presidente em 26 de outubro de 1954. A tentativa falhou, mas deu a Nasser um alibi perfeito para eliminar a Irmandade Muçulmana como concorrente pelo poder. (SMET, 2016, p. 239)

Nasser, apesar de naquele momento ainda dividir o poder com o general Naguib, que era considerado a verdadeira figura carismática do CCR, inicia a construção das instituições sobre as quais se assentaria o bonapartismo *sui generis* egípcio durante os anos de seu governo. Dedicou-se a articular ministérios de inteligência, redes leais à sua figura nos sindicatos e entre os militares. Assim, as disputas entre Nasser e Naguib tomariam a forma de enfrentamentos nas ruas, em particular com a greve dos trabalhadores do Cairo em 1953, que ajudou a ampliar a base de Nasser e a dissipar as desconfianças populares de setores que encaravam o regime político em construção como demasiadamente controlado pelos militares (BEININ, LOCKMAN, 1987, p 440).

O intuito de Nasser não era estabelecer um regime claramente militar, mas um bonapartismo apoiado em certa mobilização popular, de modo que pudesse negociar com as potências imperialistas cotas de poder regional, centrado em sua figura e salvaguardado pelas Forças Armadas (KANDIL, 2012). O desenvolvimento de um aparato político próprio que primeiro teve a forma da União Socialista Árabe (ASU) era funcional ao seu objetivo de não sustentar um regime cujo único pilar fossem as Forças Armadas. Desde então, os militares se “tornaram um "estado dentro de um estado", consistindo de várias estruturas de poder em disputa - exército, defesa aérea, força aérea, marinha, serviços de inteligência, Guarda Republicana, Ministério da Defesa” (SMET, 2016, p. 241), que eram dominados pelos generais, como pequenos feudos. Assim, instituiu-se um equilíbrio que perdurou durante toda era do nasserismo marcado pela combinação de uma ditadura militar sob um programa que se declarava modernizante.

Em relação ao movimento dos trabalhadores, Nasser operaria um duplo movimento marcado pela repressão de iniciativas independentes, combinado a cooptação que paralisava seu potencial como sujeito capaz de promover transformações sociais mais profundas:

Sob o lema "Unidade, Ordem e Trabalho" a classe trabalhadora foi integrada ao bloco nasserista, de uma maneira que obliterou sua ação autônoma. Após

menos de um mês no poder, o governo do CCR reprimiu violentamente uma greve em Kafr alDawwar, enforcing dois líderes operários. A hegemonia nasserista sobre o movimento dos trabalhadores foi garantida por consentimento coercitivo: por meio de uma combinação de reformas sociais unilaterais e de longo alcance e a liquidação ou transformismo dos intelectuais orgânicos da classe. Greves e trabalhadores independentes tiveram suas ações foram proibidas em 1956. (SMET, 2016, p. 247)

Esta proibição de sindicatos, associações, partidos e mobilizações independentes encontrou na Federação Geral dos Sindicatos Egípcios, controlada pelo Estado, o guardião, responsável por brechar as iniciativas que pudessem colocar aos olhos do mundo as insatisfações existentes durante o governo de Nasser. Isso se combinava às concessões durante o regime nasserista, em especial à classe trabalhadora industrial que pela primeira vez pode ter uma jornada de trabalho semanal fixada em 42 horas semanais, alguma elevação salarial, proteção contra as demissões arbitrárias e educação pública (CLÉMENT 2009, p. 103). No setor público, a co-gestão com trabalhadores atuou como parte da integração de setores das direções dos trabalhadores como parte do projeto nacional, de modo a minimizar as brechas junto ao regime. O resultado foi a proliferação de uma importante e fiel burocracia sindical, que sustentou o regime nasserista. (BAYAT, 1993, p. 68-74). Esta reflexão será retomada no capítulo 4, quando se analisa a tradição organizativa e ideológica dos trabalhadores egípcios, de modo a traçar um balanço da vigência de tais elementos para a eclosão da Primavera Árabe em 2011.

Do ponto de vista dos Estados Unidos os crescentes conflitos que se desenvolviam no Egito passam a ganhar importância na agenda de política externa, e a pautar iniciativas em relação à Grã-Bretanha:

(...) mesmo após o fim da Segunda Guerra Mundial, apesar do seu programa de outorgar a independência aos países integrantes do Império, relutava em fazê-lo em várias regiões do mundo, inclusive no Egito, onde exercia o protetorado e o nacionalismo estava a crescer. Lá entre 1951 e 1952, as tropas britânicas diversas vezes tiveram que reprimir violentamente revoltas e manifestações. O Departamento de Estado, desgostoso com esse procedimento, enviou protesto tanto ao governo da Grã-Bretanha quanto ao rei Farouk, do Egito. E a CIA, segundo Miles Copeland, um dos seus agentes para o Oriente Médio, começou àquele tempo, a trabalhar em um projeto denominado *The Search for a Moslem Billy Graham*, com o objetivo de encontrar um líder carismático que ajudasse a desviar para outros países a hostilidade existente no Egito contra os Estados Unidos e Israel(...) Ao mesmo tempo, Copeland e Kermit Roosevelt, neto do presidente Theodor Roosevelt e chefe de operações da CIA na região estabeleceram

contatos com elementos da Irmandade Muçulmana, e vários encontros com o coronel Gamal Abd al-Nasser. (BANDEIRA, 2006, pg. 178)

Os Estados Unidos percebiam que seriam obrigados a tomar como interlocutor Nasser, na medida em que emergia como uma figura que mantinha uma base de sustentação sólida (KANDIL, 2012, p. 29). Desde então, iniciou-se a ingerência dos Estados Unidos sobre a política egípcia, com sua orientação de estimular Nasser a entrar em acordo com a Grã-Bretanha sobre o Canal de Suez, financiando-o em 40 milhões de dólares. Desde aquela época, era voz corrente no Cairo que o golpe dos Oficiais Livres fora parcialmente financiado pela CIA. Isso evidentemente não seria isento de exigências norte-americanas por contrapartidas. A atuação da CIA sobre Nasser foi recorrente, englobando desde a aliança contra a Irmandade Muçulmana até o patrocínio ao movimento dos Oficiais Livres contra a monarquia de Farouk (MILAN, 2004). Ainda que Nasser expressasse o nacionalismo crescente entre as nações árabes, exacerbado desde a fundação de Israel, num primeiro momento sua aliança com os Estados Unidos seria cautelosamente mantida e ocultada, para viabilizar sua sustentação no poder. Essa era uma característica dos nacionalismos das semicolônias, já que sua estratégia não previa rupturas definitivas com as potências imperialistas, mas melhores condições no sistema internacional para prover uma espécie de desenvolvimentismo que lhe garantisse uma inserção mais positiva, mas nem por isso independente, na divisão internacional do trabalho.

Em outras palavras, Nasser buscava se apoiar em uma mobilização popular controlada, para impor melhores condições de barganha com as mesmas potências que diziam combater. Cabe lembrar que Nasser fora um dos principais expoentes do Movimento dos Não Alinhados de 1961, decorrente da Conferência de Bandung de 1955, cujo mote fundamental era declarar não estar sob a égide da URSS ou dos Estados Unidos em meio à Guerra Fria. A Conferência de Bandung se traduziu, dentre outros aspectos, por ser um cálculo realizado não tanto porque as nações participantes teriam condições efetivas de levar adiante uma orientação independente, mas porque ao não declarar-se aliados de qualquer um dos polos da ordem vigente se poderia ampliar sua capacidade de negociação. (BRENER, 1987).

Dessa maneira, quando as mobilizações populares encabeçadas por Nasser eram obrigadas a ir adiante e deflagrar algum enfrentamento mais profundo, recorrendo inclusive às resistências armadas, isso se dava mais como um produto da radicalização das posições das potências, que de suas próprias. Uma mostra concreta disso é o fato

pouco conhecido de que o agente da CIA, Miles Copeland, tenha sido destacado para escrever boa parte dos discursos de Nasser contra os Estados Unidos, já que pelos acordos que haviam sido pactuados, a Casa Branca também tinha interesse em mantê-lo no poder (BANDEIRA, 2006). Para o governo estadunidense, Nasser era visto como uma possibilidade de instrumentalizar a um só tempo o próprio movimento nacionalista, não deixando que lhe escapasse do controle, e um meio para limitar o apelo que a URSS exercia sobre as nações árabes, já que o Egito era um dos mais importantes expoentes do Movimento dos Não-Alinhados.

Porém, mesmo com este aspecto de colaboração entre o Egito e os Estados Unidos, os conflitos não seriam abolidos completamente. Os Estados Unidos seguiriam fazendo exigências difíceis de serem atendidas e que, ao serem negadas, culminaram na ruptura de relações com o Egito em 25 de setembro de 1955, sob o argumento de que o Egito teria adquirido armamentos da Tchecoslováquia, o que ameaçaria Israel. Em seguida, o Egito reconheceu a República Popular da China em 1956, o que levou à suspensão do financiamento norte-americano de 100 milhões de dólares ao Egito. A Grã-Bretanha e o Banco Mundial se aliaram aos Estados Unidos na política de cortar recursos destinados ao Egito, o que por sua vez fora respondido com a nacionalização da Universal Suez Canal Company, de capital britânico. A resposta foi uma invasão israelense contra o Egito, que ocorria simultaneamente à ofensiva francesa e britânica pelo Canal de Suez (BANDEIRA, 2006). Assim operava-se no nacionalismo de Nasser uma guinada parcial das palavras a alguma ação, tornando-o uma referência emblemática para todo o mundo semicolonial, que buscava no nacionalismo, mais que na URSS, um modelo a seguir.

A erupção do que Eisenhower chamou de virulent nationalism ocorrera não só no Egito onde Nasser emergia como líder do pan-arabismo. Em diversos países do norte da África e da Ásia, movimentos revolucionários, golpes, e insurreições estavam a liquidar o velho colonialismo, o que os partidos comunistas e a União Soviética tratavam de capitalizar, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos instrumentalizavam a CIA, para contê-los e controlá-los, de modo que não transbordassem os limites do sistema capitalista. (BANDEIRA, 2006, p. 180)

No entanto, a crise do Canal de Suez teve uma resolução favorável a Nasser, com o recuo das tropas britânicas sob a condição de retornar caso houvesse ataques ou à Turquia ou a algum dos países da Liga Árabe.

Nasser esperava comprar armas dos Estados Unidos para começar a construir um exército moderno. Naquela época, era uma jogada lógica, já que Nasser

havia sido apoiado pelo departamento de estado dos EUA e pela CIA antes do golpe de 1952. No entanto, sua forte posição anti-sionista bloqueou qualquer possibilidade de aprovação da venda de material militar para o Egito. Nasser voltou-se para a URSS, que lhe vendeu armas através do acordo de armas tcheco em 1955. No ano seguinte, os Estados Unidos retaliaram retirando seu apoio financeiro ao projeto da represa de Aswan. Nasser reagiu imediatamente com a nacionalização do canal de Suez. Uma força tripartida britânica, francesa e israelense invadiu o Egito em outubro de 1956 para neutralizar o que eles haviam percebido como um perigo fundamental para seus interesses na região. O exército egípcio foi derrotado. No entanto, a pressão diplomática e financeira dos Estados Unidos, juntamente com as ameaças militares da União Soviética, forçou os invasores a retirar suas forças. Embora as forças armadas egípcias tenham sido derrotadas, Nasser saiu vitorioso do conflito, fortalecendo soberania nacional, o prestígio do Egito no mundo árabe e sua própria posição dentro do regime em casa. (SMET, 2016, p. 242)

O próprio presidente estadunidense Dwight Eisenhower, republicano que assumiu o poder em 1953, havia cortado os recursos a Londres, como forma de forçar o fim do ataque. O cálculo por detrás desse movimento era de que o recrudescimento da crise em torno do Canal de Suez, e da ofensiva militar francesa e britânica, poderiam resultar no alinhamento de todo o mundo semicolonial contra as potências imperialistas. Assim, explicita-se como o relativo alento norte-americano aos movimentos anticoloniais só seria um recurso utilizado na medida em que não suscitasse a possibilidade de radicalização dos levantes, cujo perigo de transformar-se em lutas abertas pela autodeterminação nacional de uma parcela do mundo em que os EUA ainda buscavam assentar seu poder deveria ser evitado a todo custo. Simultaneamente cai por terra o mito da “solidariedade atlântica” entre os Estados Unidos e seus aliados europeus, tornando-se clara inserção subordinada imposta ao Velho Mundo.

Os Estados Unidos, então, assumem a Doutrina Eisenhower como tentativa de colocar limites aos processos nacionalistas, mediante uma miríade de alianças regionais, utilizadas quando necessário em detrimento das potências imperialistas aliadas, mas mantendo-se no marco da grande estratégia de contenção a URSS. A nova doutrina deveria servir a dois propósitos fundamentais, buscando assegurando os regimes simpáticos ao Ocidente, e impedindo que o radicalismo pudesse derrubar os regimes dos países vizinhos (FUSER, 2008).

A dinâmica regional também se marcaria pelo enfrentamento entre o projeto secular nacionalista encabeçado por Nasser e o Baath, de um lado, e das monarquias sunitas de outro. Apesar das declarações estadunidenses em defesa da democracia, e da necessidade de construção de instituições desta natureza para garantir posições contra a URSS em acordo com a estratégia de contenção, não raramente os Estados Unidos

apoiaram os segundos contra os primeiros. Essa orientação seguiu vigente durante a execução da Doutrina Eisenhower:

Inicialmente o nasserismo e, posteriormente o Baath⁸ criavam regimes republicanos reformistas, que entravam em conflito não apenas com Israel e com as potências ocidentais, mas principalmente com as monarquias conservadoras e com as estruturas feudais vigentes no mundo árabe. Assim, depois dos golpes revolucionários no Egito e na Síria, foi criado em 1955 o Pacto de Bagdá, reunindo os governos conservadores da Turquia, Iraque, Irã, Paquistão e Grã-Bretanha, visando conter a influência dessas revoluções. Após o fracasso anglo-franco-israelense de Suez, em 1956, Eisenhower, Presidente Republicano dos Estados Unidos lançou em 1957 a Doutrina que leva seu nome e que assegurava o envio de tropas americanas ao Oriente Médio para combater “qualquer agressão de países controlados pelo comunismo internacional”. Tal doutrina foi empregada pela Jordânia em 1957, e pelo Líbano em 1958, como forma de apoio aos governos locais contra forças esquerdistas. (VISENTINI, 2014, p.25)

Apesar desse mosaico de interesses e atores geopolíticos, a potencialidade do contágio dos levantes populares, marca que distinguiu a recente Primavera Árabe, já se mostrava operante naquele momento. O anseio por instaurar novas fronteiras, que reunisse parte do território do antigo Império foi a base para a criação da República Árabe Unida (RAU). A RAU uniu o Egito, a Síria e por um curto período de tempo o Iêmen, a partir de 11 de maio de 1958. Com uma votação com 93% de aprovação no parlamento sírio, e 92% da população do país aceitando a unidade com o Egito no referendo popular do mesmo ano, Nasser alcança o auge do prestígio. Também projeta seu poder sobre a Síria, dissolvendo todos os partidos políticos do país, inclusive o Baath, e passa a controlar a Assembleia Nacional em que dos 600 membros, 400 eram egípcios e 200 sírios. Porém, a RAU teria uma existência breve, encerrando-se em 1961 quando oficiais sírios dão um golpe de estado, descontentes pela subordinação imposta ao Egito por Nasser. Mas sua influência regional ainda se manteria, sendo questionada apenas ao final

⁸O Partido Socialista Árabe Baath ou Baath é um partido político fundado na Síria por Michel Aflaq, Salah ad-Din al-Bitar e associados de Zaki al-Arsuzi. Sua ideologia, o Baathismo é uma mistura de nacionalismo árabe, pan-arabismo, socialismo árabe e anti-imperialismo. De caráter laico, o Baath em sua origem defendia a unificação do mundo árabe em um único estado. Seu lema, "Unidade, Liberdade, Socialismo", refere-se a unidade árabe, e liberdade de controle e interferências não árabes. O partido foi fundado pela fusão do movimento árabe Baath, liderado por Aflaq e al-Bitar, e o Baath Árabe, liderado por Al-Arsuzi, em 7 de abril de 1947, como o Partido Socialista Baath. Rapidamente se estabeleceu em outros países árabes, embora só tiveram o poder no Iraque e na Síria. O Partido Árabe Baath fundiu-se com o Partido Socialista Árabe, liderada por Akram al-Hawrani, em 1952 para formar o Partido Socialista Árabe Baath. (ALI, 2003)

da década. Antes disso, Nasser ainda despontava como um dos mais importantes articuladores do Movimento dos Países Não Alinhados, em 1961. (BANDEIRA, 2006).

A década de 1960 marcaria o ponto de viragem definitivo do nasserismo, do projeto pan-arabista e do equilíbrio de poder regional constituindo novamente um desafio para a política externa norte-americana. Em primeiro lugar, por datar daí a consolidação dos países árabes e outros do Oriente Médio como produtores e exportadores fundamentais do petróleo, obrigando ainda mais os Estados Unidos a manterem suas bases de influência e controle na região. “Em meados da década de 1960, os cinco maiores produtores de petróleo árabe – Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Líbia e Argélia – tinham juntos receitas de 2 bilhões de dólares”. (HOURANI, 2005, p. 499). Isso lhes conferia evidentemente uma crescente importância na economia mundial. Como um recurso considerado escasso e vital para a expansão industrial das potências ocidentais no período pós Segunda Guerra Mundial, com mais de 88,6% das reservas mundiais presentes em países semicoloniais, dos quais o Oriente Médio detem cerca de 67% não constitui uma surpresa que a região seja marcada pela geopolítica energética das potências (FUSER, 2008). Dessa maneira, para fortalecer suas posições como países produtores de petróleo funda-se, em 14 de setembro de 1960, a OPEP. Com base na crescente e intensa economia petrolífera, o projeto de constituir um bloco árabe sob a hegemonia egípcia parecia ser algo tangível e promissor. Porém, as divisões internas entre os governos árabes e a Guerra dos Seis Dias no ano de 1967 levariam à derrocada da vertente do nacionalismo nasserista e a consequente ampliação territorial de Israel e da ingerência norte-americana.

Além do fim da RAU em 1961 devido à crise com a Síria, que acusava o Egito de práticas imperialistas demonstrando que as aspirações de Nasser iam além do que se poderia realmente obter, a constituição da República do Iêmen oporia o Egito à Arábia Saudita, expressando as divisões outrora latentes na tentativa de unidade transnacional. Enquanto o Egito seria um apoiador dos clãs da cidade, a Arábia Saudita instrumentalizou o campo, e durante um amplo período haveria um empate estratégico no qual nenhum poderia vencer o outro. É com esse pano de fundo que irrompe, em 1967, a Guerra dos Seis Dias, que envolveu não apenas o Egito, mas uma série de países árabes. (BANDEIRA, 2006)

Os acontecimentos de 1956 e dos anos posteriores transformaram ‘Abd al-Nasser na figura simbólica do nacionalismo árabe, mas por trás disso havia uma certa linha de política egípcia: tornar o Egito líder de um bloco árabe tão estreitamente unido que o mundo externo só poderia tratar com ele através de um acordo com o Cairo. A tarefa de agir como líder e porta-voz da causa

palestina tinha perigos óbvios, e até 1964 o Egito executou-a com cuidado; naquele ano recusou-se a ser atraído a um confronto com Israel sobre os planos israelenses de usar as águas do Jordão para irrigação. Dessa época em diante porém Nasser ficou exposto à pressão por todos os lados. Os regimes “conservadores” com os quais já estavam em conflito por conta da guerra civil no Iêmen, afirmavam que sua cautela era um sinal de que na verdade ele não acreditava na causa que deveria apoiar. Na Síria o poder caíra nas mãos de um grupo baathista que achava que só através da revolução social e do confronto direto com Israel se podia resolver o problema da Palestina e criar uma nova nação árabe. (HOURANI, 2006, p. 538)

Já no final da década de 1950 organizações novas palestinas radicalizaram o nacionalismo árabe, como era o caso do Fatah, que naquele momento assumiria feições muito distintas das atuais, defendendo o fim do Estado de Israel. De caráter laico e independente dos regimes árabes, o Fatah, ao lado de grupos menores, passa durante o ano de 1965 a empreender ações diretas contra Israel. A retaliação israelense, entretanto, se dirigia à Jordânia. Com uma população crescente, que, em 1967, chegava a 2,3 milhões, dos quais os árabes eram 13%, e uma economia fortalecida pelo importante financiamento proporcionado pelos Estados Unidos, Israel estava ciente dos perigos que mesmo um nacionalismo tíbio como o de Nasser representava. E para os Estados Unidos não era diferente. Havia uma série de estados que apesar de não terem qualquer aspiração de promover uma ordem não capitalista, não eram úteis ou toleráveis para os interesses norte-americanos. Dessa forma, o cálculo de Nasser de que os EUA interviriam em favor de uma solução pacífica caso houvesse um conflito com Israel, a quem o Egito vinha exigindo a retirada das tropas na fronteira desde 1956 se mostrou equivocado. (ANDERSON, 2015). Em 5 de junho de 1967, Israel ataca o Egito na Guerra dos Seis Dias, que marcaria uma inversão da correlação de forças a partir da derrota esmagadora sofrida pelos países árabes envolvidos, e em particular do Egito. O resultado imediato foi um golpe no nacionalismo árabe em geral, e em Nasser em particular, que teve seu projeto debilitado. Como assinala Perry Anderson:

Nasser, cujo desajeitado apoio a uma república iemenita temida pela monarquia saudita havia muito incomodava, era agora uma promessa não cumprida no mundo árabe, enquanto Israel emergia de forma esmagadora como a mais forte potência militar na região. (ANDERSON, 2015, p.79)

No longo prazo as marcas da Guerra dos Seis Dias são indeléveis e constituem um foco de tensões vigentes até hoje. O expansionismo israelense levou à ocupação do território do Sinai, das Colinas de Golã e da parte ocidental da Jordânia. Conseqüentemente, isso radicalizou os movimentos palestinos que, na Conferência de Cartum, em setembro de 1947, assumiram a posição de negar o reconhecimento das

ocupações israelenses. Mas, mesmo assim, a Jordânia e, principalmente, o Egito emitiram sinais de que um acordo poderia ser estabelecido, como subproduto do enfraquecimento irreversível de Nasser, que termina inclusive pactuando apoio financeiro da Arábia Saudita para salvar seu regime, em troca de ceder posições no Iêmen. Seus poços de petróleo “foram perdidos, da mesma maneira que as receitas provenientes do Canal de Suez”. (VISENTINI, 2014. p.33). Isso levou Nasser a abandonar a tentativa de se alçar como porta-voz dos interesses dos povos árabes.

Do ponto de vista das alianças regionais, a Guerra dos Seis Dias significou uma definição mais clara por parte dos Estados Unidos em selar sua aliança estratégica com Israel em detrimento dos aliados árabes, com exceção da Arábia Saudita, que, já naquele momento, seria um eixo central do sistema de alianças estadunidense. Se, por um lado, a própria fundação de Israel devia muito à ação de Truman, por outro, até o conflito de 1967, os Estados Unidos sustentavam uma prática de atuar em duas frentes. Sem fazer alardes quanto a isso, os Estados Unidos mantinham acordos e conversações com Nasser, na medida em que o nacionalismo árabe golpeava os interesses da Grã-Bretanha. E, embora Nasser discursivamente se apropriasse de pautas caras aos movimentos socialistas, como a questão da autodeterminação nacional em relação às potências ocidentais, manteve ao mesmo tempo uma atitude hostil em relação aos comunistas. O nacionalismo árabe atuava de forma relativamente funcional para os Estados Unidos, já que capitalizava o crescente sentimento de oposição à ingerência estrangeira na região, mas, ao mesmo tempo, impedia que isso levasse ao questionamento das bases capitalistas da economia. Assim, o nacionalismo árabe se destacava por uma posição contraditória em relação à URSS, que havia participado da ofensiva contra o Egito no Canal de Suez em 1956.

Mas os resultados da Guerra dos Seis Dias fizeram com que os EUA enxergassem em Israel um parceiro regional de formidável força punitiva, com um exército extremamente bem armado e ideologicamente conciso. Isso teria feito com que, a partir de então, a política norte-americana para o Oriente Médio tenha se centrado em sua aliança com Israel, a quem “os reinos árabes do petróleo teriam que tolerar” (ANDERSON, 2015, p. 78). As décadas posteriores comprovariam essa definição, mesmo que os EUA tenham mantido desde o início uma intensa colaboração a monarquia saudita.

Com a ascensão de Richard Nixon à presidência norte-americana em 1969, dá-se a estratégia dos “Dois Pilares”, que priorizava a aliança regional com o Irã e a Arábia

Saudita. Presos em meio às contradições da guerra do Vietnã, lidar com o Oriente Médio havia se tornado algo difícil para os Estados Unidos. Henry Kissinger, o principal estrategista de Nixon, apontava para a necessidade de abrandar as tensões internacionais e delegar parcialmente a tarefa de garantia da ordem para aliados em regiões onde isso fosse possível. A monarquia saudita aprofundou os laços com os Estados Unidos e aceitou cumprir esse papel, aumentando seus gastos militares de US\$ 700 milhões em 1969 para US\$ 1,4 bilhão em 1972. O xá Reza Pahlevi do Irã, impopular e visto como subserviente aos interesses do capital estrangeiro também destinou os petrodólares para elevar seu gasto militar (COGGIOLA, 2007).

Uma verdadeira escalada armamentista financiada pela Casa Branca ocorre no Irã e na Arábia Saudita, o que marcou uma guinada pró-ocidente, mas não impediu que o envolvimento militar dos EUA no Golfo Pérsico seguisse elevado. Primeiro, devido ao atraso dos dois países, que sequer mantinham pessoal especializado para operar os artefatos militares recém-adquiridos, o que fez com que milhares de técnicos e pessoal especializado fossem mandados dos Estados Unidos à Arábia Saudita e Irã. A Doutrina Nixon definiria as premissas básicas da política externa norte-americana, “tentando encontrar um novo equilíbrio entre prioridades e recursos” (PECEQUILO, 2011, p.194), na qual seguiriam intervindo, inclusive militarmente, desde que se tratasse de uma nação ou aliado vital. Isso teria como objetivo também possibilitar uma via de menor tensão com a URSS.

É em meio à Doutrina Nixon que se dá o fortalecimento do Irã e Arábia Saudita, já aliados estratégicos, como atores regionais cujos armamentos eram sem iguais, o que se se liga ao declínio de Nasser. Apesar de continuar no poder até 1971, quando falece, Nasser vai progressivamente perdendo terreno. Awar Sadat assume o país em condições muito distintas às de seu antecessor, fruto da derrota militar, do fechamento do Canal de Suez e da perda dos poços de petróleo do Sinai. Ao mesmo tempo, a colaboração que Nasser mantinha com a URSS também entra em decadência. As bases soviéticas montadas em solo egípcio se demonstrariam de pouca utilidade para a defesa dos interesses do nacionalismo árabe. Sadat ameaça ir à guerra entre os anos de 1971-72, simultaneamente à expulsão de 18 mil assessores soviéticos, e busca atrair o auxílio dos Estados Unidos. Já desde o início, Sadat significa um giro conservador no Egito, aliando-se aos Estados Unidos depois da guerra de outubro de 1973 (LEWIS, 2003).

O início dos anos 1970 foi marcado por acontecimentos de suma importância para a ordem global. A crise econômica internacional assolava as potências ocidentais e

encerrava os “trinta anos gloriosos” do período posterior à Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos dificilmente atenderiam aos apelos de Sadat, já que se encontrava imerso em um desafio inédito ao seu poderio econômico, político e militar. Em meio à Guerra do Vietnã e após a ofensiva do Tet⁹ de 1968, o conflito passa por uma inflexão que anuncia a crescente dificuldade da vitória estadunidense. De forma imprevista, a Guerra do Vietnã confirma as teses do general prussiano Carl Von Clausewitz de que a simples superioridade militar, ainda que extremamente desigual, não assegurava por si mesma uma vitória, sendo as “reservas morais” indispensáveis para tal, e os resultados políticos a chave da verdadeira vitória da guerra. O que se demonstrava com o decurso da ofensiva era que os Estados Unidos poderiam devastar o Vietnã, e mesmo assim não ganhar a guerra, pelos imensos custos políticos domésticos e externos. O militar era subordinado ao político e, politicamente, os EUA perderam.

Os gastos militares cada vez maiores, até poderiam ter aquecido a economia norte-americana por um período¹⁰. No entanto, na medida em que se tornava claro que a guerra era demasiado onerosa, em recursos e vidas, para uma causa que não fazia sentido no plano doméstico, desatou questionamento das vias de projeção de poder estadunidense. O apelo do *establishment* estadunidense à liberdade e à democracia como justificativas para as intervenções militares mundo afora enfrentava um desgaste crescente, e era desmascarado por um amplo movimento por direitos civis, que eram respondidos por repressões, alimentando o ciclo de descrédito.

A necessidade de guerras interiorizava o sistema repressivo que o Pentágono e a CIA tratavam de exportar para os países da América Latina e de outras regiões, de modo a preservar e expandir os investimentos das grandes corporações americanas. A tolerância com

⁹A “virada” que culminou na derrota americana na Guerra do Vietnã (1954-1975) com a “ofensiva do Tet”. Na madrugada de 31 de janeiro de 1968, o governo do Vietnã do Norte e seus aliados, os guerrilheiros da Frente de Libertação Nacional, mais conhecidos como vietcongues, iniciaram ataques simultâneos contra várias cidades do Vietnã do Sul – um país capitalista defendido pelo exército sul-vietnamita e por nações como Austrália, Nova Zelândia, Coreia do Sul e, principalmente, Estados Unidos. A ideia era “libertar” o povo do Sul da “opressão capitalista”. No começo, o ataque-surpresa deu certo, mas os americanos e sul-vietnamitas reagiram rapidamente. Como o poderio militar do lado capitalista era muito maior, os vietcongues foram expulsos em poucos dias. Mas, apesar da vitória militar americana, as imagens da invasão frustrada golpearam os Estados Unidos. A ofensiva do Tet chocou a opinião pública americana. A cobertura dos combates feita pela TV virou a opinião pública contra os Estados Unidos e seus aliados, deixando a impressão de que estavam em situação desesperadora. (RODRIGUES, 2010).

¹⁰ Os Estados Unidos estavam gastando algo em torno de US\$ 8 bilhões sem que a guerra do Vietnã estivesse dando resultados positivos. Mesmo que a indústria bélica estivesse a lucrar, lançando cerca de 4 mil bombas sobre o Vietnã do Norte, os questionamentos da opinião pública sobre os gastos militares, em detrimento dos gastos com os veteranos, por exemplo, começaram a se disseminar aprofundando ainda mais a crise em torno da guerra. (CORTINHAS, 2014)

os que pensavam de maneira distinta estava a desaparecer.
(BANDEIRA, 2006, p. 297)

O escândalo em torno das justificativas forjadas para garantir apoio popular à guerra do Vietnã somou-se à queda econômica, que culminou na crise responsável pelo fim do padrão Bretton Woods. Já durante o ano de 1968, a inflação subiu mais de 4% em relação ao ano de 1961. O papel único detido pelo dólar no sistema monetário internacional era a expressão mais direta e importante de sua hegemonia e lhe conferia a possibilidade de externar suas crises, tendo sido um instrumento fundamental para “exportar para a Europa Ocidental, principalmente para a Alemanha Ocidental, os custos da guerra e da política de contenção da União Soviética” (BANDEIRA, 2004, p. 298), enquanto os EUA emitiam dólares. A crise marcada por uma situação em que não se podia manter um mínimo equilíbrio do balanço de pagamentos, com o dólar sobrevalorizado, inflação e estagnação econômica, ademais de uma importante dinâmica de competição interestatal com o Japão, fez com que Nixon suspendesse a convertibilidade do dólar em ouro em 1971. Mas com a persistência da crise e as ameaças para a posição norte-americana que essa representava, Nixon recorre às desvalorizações do dólar, que por sua vez abriram o caminho para a livre flutuação cambial. O dólar, cujo monopólio de produção era dos Estados Unidos, se transformou na moeda fiduciária internacional se transformando em um importante instrumento de hegemonia (SERRANO, 2003).

Os debates sobre o significado estratégico dos acontecimentos econômicos e políticos daquele momento seguem tão polêmicos quanto vigentes. Há interpretações de que o enquadramento que os EUA conseguiram impor às demais potências em relação à utilização do dólar como moeda de referência internacional, era não apenas uma via de manutenção da hegemonia norte-americana, como seu aprofundamento. Outros analisam que a quebra do acordo de Bretton Woods marca o início do fim da hegemonia norte-americana. A crescente financeirização da economia mundial desde então, as crises econômicas mais profundas e duradouras em espaços de tempos cada vez mais restritos e a percepção de que promover um ciclo de expansão econômica minimamente orgânica se torna cada vez mais raro, favorecem essa interpretação. Observando os desdobramentos dessa complexa conjunção de fatores até a atualidade, parece correto definir que estamos em meio a um período de transição, marcado não mais pelo auge da hegemonia norte-americana, e não ainda da existência de uma nova ordem que o substitua, bem como de uma nova potência que possa ocupar o papel de *hegemon* e, dessa forma, reordenar o sistema mundial.

De qualquer maneira, os efeitos dos acontecimentos da década de 1970 não foram apenas econômicos, mas tomaram a forma da guerra, mais precisamente a de Yom Kippur, de 1973, cujas consequências seguem atuantes até hoje. A Guerra de Yom Kippur foi a última tentativa do Egito de retomar sua localização como potência regional com alguma margem de manobra independente. Deu-se com o intento de Sadat, tendo a Síria como aliada, de retomar os territórios perdidos para Israel em 1967. Num primeiro momento, conseguiram retomar parte das Colinas do Golã e do Sinai. Mas, rapidamente, foram derrotados pela contra-ofensiva israelense, imensamente armada pelos Estados Unidos. Israel já era uma potência nuclear¹¹, com anuência dos Estados Unidos. Nixon e Kissinger alentaram Israel a produzir armas nucleares, de modo a aumentarem sua superioridade técnica militar em relação aos países árabes, pois sabiam que a região jamais seria pacificada. Na guerra de Yom Kippur, ainda que Israel não tenha utilizado seu arsenal, há vários registros, inclusive de ex-generais do Mossad, que relatam que haviam deixado armas nucleares prontas para serem usadas, numa tentativa de forçar uma intervenção dos Estados Unidos junto à URSS para que esses passassem a colocar limites na Síria e no Egito. Os EUA enviaram aviões para intervir em favor de Israel e isso gerou tensões com a Europa Ocidental pelo fato de os norte-americanos terem invadido seu espaço aéreo (BANDEIRA, 2010). No entanto, já na condição de aliados subordinados dos EUA, essa tensão não escalou e Israel pôde sair vitorioso militarmente em poucos dias. Ainda assim, o mito de invencibilidade de Israel fora arranhado, já que não se deu uma derrota humilhante, como na Guerra dos Seis Dias.

Mas o choque do petróleo de 1973, como continuidade da guerra de Yom Kippur no terreno econômico, mostrou a dependência do Ocidente desse recurso energético. Numa economia mundial abalada pelo fim do acordo de Bretton Woods, os países da OPEP usaram o petróleo como instrumento de pressão. Frente à desvalorização do dólar, havia sido acordado com Teerã e Trípoli que o preço do petróleo teria reajuste de 5%, como parte de uma iniciativa para compensar a debilidade da moeda usada internacionalmente. A presença norte-americana nas empresas e conglomerados de petróleo do Oriente Médio foi fundamental para o Plano Marshall e Japão na saída da Segunda Guerra Mundial, superando o carvão como matriz energética mais

¹¹Israel já fabricava em segredo bombas atômicas com a ajuda da Comissão de Energia Atômica da França. A esse respeito Moniz Bandeira salienta que “o agente do Mossad Ari Ben-Menasche revelou em suas memórias que entre 1968 e 1973 Israel havia fabricado treze bombas atômicas, cada qual com o poder destrutivo três vezes maior que as de Hiroshima e Nagasaki”. (BANDEIRA, 2004, p.323).

importante. Pelas suas reservas de petróleo o Oriente Médio já ocupava um lugar central dentre os interesses estratégicos norte-americanos e isso se expressava na entrada da Arábia Saudita no FMI e no Banco Mundial. Portanto, quando o petróleo aumentou de US\$ 2,90 o barril para US\$ 11,65, a economia mundial se viu severamente abalada. O resultado imediato foi um duro golpe para os Estados Unidos, maior comprador, e um benefício importante para a Arábia Saudita, que elevou sua participação nas exportações mundiais de 13% para 21% da totalidade do petróleo comercializado internacionalmente. As bolsas foram derrubadas e as nações industriais, em especial as grandes potências imperialistas, sofreram um grande choque. Tratou-se de uma crise sem precedentes desde a saída da Segunda Guerra Mundial (FUSER, 2008).

E Nixon, orientado por Kissinger, recorreu à ação diplomática, a fim de evitar irreparável ruptura com o Egito e a confrontação com a União Soviética, com a qual os Estados Unidos se uniram para aprovar na ONU uma Resolução demandando o cessar-fogo. A extrema-direita de Israel, que pretendia continuar a guerra, reagiu, porém, o general Moshe Dayan, ministro da Defesa, advertiu no Knesset: “I tell you gentlemen, the tanks and ammunition our forces are firing in Egypt three weeks ago were in the United States (BANDEIRA, 2004, p. 325)

Dessa maneira, o conflito se encerrou sem que Israel devolvesse os territórios ocupados. O objetivo dos regimes conservadores e pró-ocidentais do MENA, dos quais Sadat era o novo representante, de forçar os Estados Unidos a priorizarem uma aliança consigo, foi conquistado. Kissinger, que havia sido o grande articulador da aproximação dos EUA com Mao Tsé Tung, empregou esforços similares em relação a Sadat. Este intento embava-se no fato de que Sadat havia dado mostras de que estava disposto a essa aproximação, tendo afastado os assessores soviéticos mesmo antes da guerra de Yom Kippur. Desde então, o Egito que havia sido o berço do nacionalismo árabe, passa a ser parte indissociável do sistema de aliados estadunidense, passando depois a reconhecer Israel. Essa foi uma conquista fundamental para os interesses dos Estados Unidos na região, tendo sido mantida ao longo de todas as crises posteriores.

Os Estados Unidos acabavam de ter de lidar com a renúncia do presidente Richard Nixon, tendo a partir de então Gerald Ford como presidente. Numa situação de instabilidade doméstica, a passagem do Egito para o arco de alianças estadunidense foi uma primeira conquista do governo Ford, de acordo com Henry Kissinger, que seguia como secretário de Estado norte-americano naquele momento:

O Acordo Sinai II, de 1975, celebrado durante a Presidência Ford, foi um passo decisivo para o caminho que veio a culminar num tratado de paz entre Israel e

o Egito em março de 1979, nos Acordos de Oslo com a OLP, em setembro de 1993, e num tratado de paz entre Israel e a Jordânia em outubro de 1994 (KISSINGER, 2003, p. 314)

Como Kissinger destaca, a importância da declinação de Sadat da orientação nacionalista em favor de uma postura pró-imperialista na região, levou ao fortalecimento das posições e da condição de árbitro dos Estados Unidos na região do MENA, tendo sido a aliança entre o Egito e Israel a antessala dos acordos posteriores envolvendo Israel e os palestinos.

No entanto, mesmo ganhando posições, Kissinger assinala que a crise responsável pelo fim do Acordo de Bretton Woods e o choque do petróleo obrigaram os Estados Unidos a uma abordagem que privilegiasse “acordos parcelares”, contra “acordos globais” para ordenar o conjunto da região, o que tinha a contradição de colocar “todas as questões ao mesmo tempo, e seu fracasso provocaria um enorme incremento das pressões” (KISSINGER, 2003, p. 322). Dessa forma, os Estados Unidos viram-se obrigados a repensar seu sistema de alianças regional, considerando quais “acordos parcelares” privilegiar. Assim, a opção egípcia se sobrepõe à opção jordana. Essa eleição se deu pelo fato de a Jordânia, pois apesar de ser nas palavras de Kissinger o vizinho mais responsável de Israel, era igualmente o mais fraco.

Essa alteração das alianças estadunidenses teve na Revolução Iraniana de 1979 outro ponto de inflexão, que se constituiu como um desafio tanto por ocorrer num dos países mais ricos em petróleo da região, como por levar ao poder um regime abertamente hostil às potências ocidentais tendo adiante de si os aiatolás. A revolução iraniana foi motivada fundamentalmente pelo rechaço à ingerência estrangeira imperialista, sobretudo britânica, que se materializou no controle dos recursos energéticos do país. Este fator era percebido como um dos responsáveis pela imensa pobreza da população em geral que contrastava com as riquezas em petróleo e a opulência do xá Rhexa Pahlevi, instaurado no poder pelos britânicos após o golpe de 19 de agosto de 1953 que depôs o primeiro-ministro Mohammed Mossadegh, parlamentar nacionalista próximo à hierarquia islâmica xiita que havia nacionalizado o petróleo em 1951 (COGGIOLA, 2005). Com o golpe de 1953, o Irã deixaria de ser uma monarquia parlamentar e passaria a ser uma ditadura pró-imperialista. O avanço da dominação norte-americana e demais potências imperialistas durante esse período sobre o petróleo foi enorme:

A Anglo-Iranian teve de dividir seu patrimônio com mais cinco companhias americanas, uma holandesa e uma francesa. A nova companhia, que manteve

o nome dado por Mossadegh – Companhia Nacional Iraniana do Petróleo – concordou em dividir ao meio seus lucros, mas manteve a negativa de abrir os livros da empresa com os iranianos e aceitá-los em seu Conselho Diretor. Os ingleses consideravam um insulto ter que negociar com “nativos ignorantes” e ainda diziam abertamente que a Grã-Bretanha tinha missão civilizadora nos países que dominava. Desumanizavam os colonizados e apenas conviviam com a elite local, ignorando as péssimas condições de vida a que eram submetidas a população local. (COGGIOLA, 2007, p.42)

Ainda que durante a crise do petróleo de 1973, o aumento de seus preços tenha permitido uma relativa melhoria da economia, levando a certa estabilidade, a condição de submissão à ingerência estadunidense, britânica e francesa era estrutural. Apesar de ser o segundo maior exportador de petróleo em 1978, 85% de sua renda nacional se concentrava em 45 famílias, que eram sócias menores dos negócios empreendidos pelo investimento estrangeiro direto. Das 90 empresas que entraram no Irã desde 1965, metade era estadunidense. Como aliado naquele momento dos Estados Unidos, o Irã adquiriu armamentos ocidentais em escala elevada, chegando a alcançar o valor de US\$ 20 bilhões em caças F-16, fuzis e mísseis no período anterior à revolução iraniana durante a década de 1970, além de armamentos destinados a conter distúrbios internos. (COGGIOLA, 2006).

Isso motivou o surgimento de guerrilhas como a dos *muhajeedeen*, que apesar de ter orientação islâmica tenham se aproximado por um momento da guerrilha *fayadden*, que se declarava marxista. Os ataques das guerrilhas foram frequentes durante esse período e se combinaram às manifestações de massas contra o governo entre os anos de 1977 e 1978. Tendo adiante primeiramente os estudantes seguidos por estratos significativos da classe trabalhadora, as manifestações exigiam liberdades democráticas e a partilha do produto das riquezas do país, de modo a promover melhoria das condições de vida da maioria da população. Após a repressão das manifestações, uma greve geral que envolveu cerca de 2 milhões de pessoas em Teerã se estendeu pelo país, que paralisou a produção de petróleo durante 33 dias, sob a reivindicação de queda do xá. Em seu primeiro momento, não era certo que a revolução iraniana desembocaria no poder dos aiatolás (CINATTI, 2007).

A revolução iraniana desdobrou-se rapidamente adquirindo conteúdo de classe. O funcionalismo público e os bancários tiveram papel fundamental na exposição da corrupção do regime. Escriturários dos bancos abriram os livros para revelar que nos últimos três meses de 1978 um bilhão de libras tinham sido retirados por membros da elite. Depois de enviar sua família ao exterior, o xá enviou um bilhão de dólares aos Estados Unidos (além de outro bilhão enviado anteriormente a Bonn, à Suíça e a outras partes do mundo). A

autocracia e seus esbirros, incluída a polícia política saquearam o Tesouro Nacional e isso veio a público. (COGGIOLA, 2007, p. 71)

Mas com o retorno do aiatolá Khomeini, que estava em exílio no Iraque e, depois, na França durante 15 anos, opera uma viragem na revolução iraniana. Detendo grande prestígio, Khomeini foi progressivamente ganhando terreno como força política embasada nos xiitas, suplantando as demais alternativas, sobretudo as identificadas com a esquerda. Houve enfrentamentos armados entre as organizações da esquerda e os líderes religiosos, que conclamavam a população a desarmar as forças revolucionárias não identificadas com os xiitas.

En 1981 los mujaidines se declararon en guerra contra el régimen de Khomeini y antes de ser aplastados realizaron varias acciones armadas en un momento en que la teocracia estaba consolidando su poder interno alrededor de la guerra contra Irak. La represión contra los mujaidines fue brutal. Terminaron exiliándose en Francia donde se aliaron con la oposición liberal al régimen teocrático. De ser uno de los factores clave en la derrota militar de los sectores del ejército que aún se mantenían leales al sha en las jornadas del 10 y 11 de febrero de 1979, los mujaidines del pueblo terminaron estableciendo una relación de utilización mutua con Estados Unidos y Francia, asumiendo una posición abiertamente proimperialista. (CINATTI, 2007, s/p.)

A vitória definitiva de Khomeini se deu no dia 1º de abril de 1979, quando institui um referendo nacional em que se questionava se a maioria da população seria a favor da adoção de uma república islâmica. Constituído apenas das opções sim ou não, o referendo deu a vitória para as forças organizadas em torno de Khomeini e uma Constituinte inspirada na lei islâmica, a *sharia*, foi adotada.

Nesse contexto, Sadat viu uma janela de oportunidades para negociar suas relações com Israel e os Estados Unidos. O Egito passou a oferecer suas Forças Armadas para patrulhar as fronteiras com Israel, dispondo-se a cumprir dessa forma parte do papel outrora protagonizado pelo Irã na condição de aliado estadunidense. O estreitamento de laços entre os Estados Unidos e o Egito seguiria durante a administração do democrata Jimmy Carter. Foi em seu governo que ocorre, tendo os EUA como mediador, dois acordos entre Sadat e Menahem Begin em Camp David em 1978. Um que estipulava uma trégua no conflito com Israel e outro que definia a retirada das tropas israelenses na península do Sinai, com a devida devolução dos territórios ao Egito (VISENTINI, 2011). Mas isso não significou que as relações fossem absolutamente pacificadas. Somente em 1979 foi assinado pela Casa Branca um tratado de paz entre o Egito e Israel que estipulava:

(...) Israel se retiraria em três anos, o Canal de Suez e o Golfo de Ákaba teriam liberdade de navegação, e *last but not least*, os dois países restabeleceriam relações diplomáticas. A devolução do Sinai se concretizaria entre os anos de 1980 e 1982, sendo que as relações já são reatadas a partir de 1980. (VISENTINI, 2004, p.41)

No entanto, apesar da devolução do Sinai, Israel não deixaria de ocupar novos territórios. Pelo contrário, o colonialismo expansionista era uma marca do Estado de Israel e o retorno às fronteiras de 1967, já reduzidas em relação à Palestina histórica, não foi conquistado. Além disso, o governo israelense passou a ter mais vias para ampliar sua capacidade de divisão entre os países árabes. Isso porque a repercussão da posição egípcia para os movimentos de libertação nacional, sobretudo na Palestina, foi imensa. Mesmo que o nacionalismo nasserista tenha negociado com a CIA, o Egito era uma referência de resistência para todo o povo árabe, e inclusive para o mundo semicolonial. Mas foi um elemento que fez pesar a balança a favor dos Estados Unidos e de Israel na região, revestindo-se de importância similar à da derrota na Guerra dos Seis Dias. Pela primeira vez desde que a presença norte-americana no Oriente Médio se iniciara há três décadas, o nacionalismo árabe seria declarado como inimigo fundamental. A situação para o exercício da hegemonia norte-americana, golpeada pela crise econômica internacional e pelo Vietnã, que passou a ser o novo modelo de resistência à expansão imperialista sob o lema “Um, dois, muitos Vietnãs” adotado por vários movimentos fazia com que não pudessem tolerar os nacionalismos mundo afora.

A normalização das relações entre o Egito e Israel também foi um duro golpe no ideário nacionalista árabe, abrindo caminho para um incipiente, mas existente, fortalecimento do movimento islâmico tendo como referência a própria Irmandade Muçulmana, que começou a emergir com uma aura mais radical no que se refere à oposição aos valores pró-ocidentais que os movimentos nacionalistas árabes. Algo que teria consequência imediatas no Egito de Sadat, e mais tarde em todos os países que integraram o processo da Primavera Árabe. A trajetória política interna do Egito passaria a ser marcada crescentemente por governos ditatoriais e impopulares, do qual o sucessor de Sadat, Hosni Mubarak derrubado apenas em 2011 com o auge da Primavera Árabe, foi o mais emblemático representante.

O acordo entre Israel e o Egito também abriu o caminho para o aumento expressivo da presença militar estadunidense em ambos os países. A Doutrina Carter adotada a partir de 1980 como linha orientadora da política externa norte-americana reforçava a importância dessa aliança, elevando num máximo grau a politização do

petróleo ao definir explicitamente que os Estados Unidos fariam tudo que julgassem necessário para garantir o seu controle. Isso não significava em si uma mudança da orientação adotada anteriormente. Assim, a política externa estadunidense para o MENA apresenta certa linha contínua que perpassa os governos republicanos e democratas, cujo controle dos recursos energéticos emerge como parte do seu interesse vital.

A primeira vez que uma alta autoridade dos EUA mencionou a possibilidade do emprego da força para garantir o “direito” ao petróleo do Oriente Médio foi a famosa entrevista do secretário de Estado Henry Kissinger à revista *Business Week*, publicada em 13 de janeiro de 1975, durante o governo Ford, em meio às dificuldades enfrentadas pelo governo norte-americano em articular uma frente comum dos principais países consumidores nas negociações de preços com a Opep. Aos jornalistas, Kissinger declarou que, na ausência da solidariedade entre os consumidores, o único meio de baixar os preços seria “criar uma crise política de primeira magnitude”. Na sequência do diálogo, Kissinger confirmou que a alternativa do uso da força para reduzir os preços do petróleo foi cogitada, mas disse que a considerava “um caminho perigoso demais”. Em seguida, porém, fez questão de dizer que essa opção não estava completamente descartada¹². (FUSER, 2008, p. 103)

A viragem com a Doutrina Carter em especial para o Golfo Pérsico seria muito importante. Se antes dela a orientação adotada pelos EUA não era a de intervir militarmente, mas essencialmente atuar através de seus aliados como parte da estratégia de “Dois Pilares” embasada na utilização do Irã e da Arábia Saudita como executores de seus desígnios, agora a Casa Branca declarava que o acesso ao petróleo deveria ser assegurado de qualquer forma, inclusive mediante ofensivas beligerantes norte se necessário. A motivação era clara. Partia não apenas do balanço do choque do petróleo de 1973, que demonstrou a intensa vulnerabilidade das potências imperialistas nesse quesito, mas também do fato da revolução iraniana e da ascensão do regime dos aiatolás fecharem o acesso estadunidense às suas fontes energéticas. E para garantir a posição estadunidense no MENA seria cada vez mais essencial que os EUA obrigassem os países árabes a se aproximarem de Israel. Isso servia para limitar os movimentos de libertação

¹² A possibilidade da invasão chegou a ser cogitada seriamente pelos formuladores da política externa dos EUA na década de 70. O *Washington Post* revelou, em 1º de janeiro de 2004, um memorando mantido em segredo pelo governo britânico durante trinta anos. O documento, intitulado Oriente Médio – O Possível Uso da Força pelos Estados Unidos, se refere à advertência feita no final de 1973 pelo secretário de Defesa James Schlesinger ao embaixador britânico em Washington, Lord Cromer, de que os EUA não iriam tolerar ameaças de países “subdesenvolvidos e subpovoados” e de que “já não era óbvio para ele (Schlesinger) que os Estados Unidos não iriam usar a força”. O memorando, com data de 13 de dezembro de 1973, foi enviado ao primeiro-ministro Edward Heath pelo serviço secreto britânico. A mensagem afirma que, se a situação no Oriente Médio se deteriorasse devido a uma ruptura do cessar-fogo entre árabes e israelenses ou à intensificação do embargo do petróleo, a opção militar seria inevitável. (FUSER, 2008, p.103)

nacional da Palestina, que passam a ser outra forte referência de mobilização anti-imperialista, sobretudo após o discurso do líder do Fatah Yasser Arafat na ONU em 1974¹³.

Embora a noção de que os Estados Unidos teriam uma espécie de “direito ao petróleo” remonta ao governo de Eisenhower, foi apenas durante a administração de Ford, com Henry Kissinger no cargo de Secretário de Estado em 1975 que a ameaça da utilização da força estadunidense foi colocada explicitamente:

Aos jornalistas, Kissinger declarou que, na ausência da solidariedade entre os consumidores, o único meio de baixar os preços seria “criar uma crise política de primeira magnitude”. Na sequência do diálogo, Kissinger confirmou que a alternativa do uso da força para reduzir os preços do petróleo foi cogitada, mas disse que a considerava “um caminho perigoso demais”. Em seguida, porém, fez questão de dizer que essa opção não estava completamente descartada. “Não estou dizendo que não existe nenhuma circunstância em que nós poderíamos usar a força”, afirmou, num raciocínio oblíquo em que a negativa aparece três vezes na mesma frase. “Mas uma coisa é usá-la numa disputa por preço e outra coisa é (usar a força) no caso de uma situação de real estrangulamento do mundo industrializado. (FUSER, 2007, p.25)

De fato, a Doutrina Carter entendida como a declaração de que o acesso dos EUA ao petróleo do Golfo Pérsico e Oriente Médio é uma questão de segurança energética fundamental, e que em seu nome guerras seriam feitas, marcou desde então a atuação imperialista naquelas regiões.

1.4 Pax Americana e implicações para o MENA

A queda do bloco hegemônico pela URSS alimentou por um momento a utopia regressiva da vitória plena da globalização neoliberal hegemônica pelos Estados Unidos, instaurando um momento unipolar marcada pela *pax americana*. Tratava-se de uma conjuntura em que os Estados Unidos pareciam habilitados a serem a “nação indispensável”, ou posto de maneira ainda mais contundente a “superpotência solitária” (KAGAN, 2012, p. 122). A abertura da China à exportação de capital estrangeiro em escala até então inédita e sua consequente aproximação com os Estados Unidos como produto de um duplo movimento articulado desde a década de 1970 tanto por Mao Tsé

¹³Em 13 de novembro de 1974, o chefe da OLP compareceu pela primeira vez diante da assembleia das Nações Unidas para pedir à comunidade internacional o reconhecimento da luta do povo palestino pela independência. No fim dos anos 1960 se tornou o líder da OLP - a Organização para a Libertação da Palestina.

Tung quanto por Nixon e Henry Kissinger se aprofunda com as reformas de 1992 que viriam a abrir uma nova via de acumulação capitalista. A exportação de capital, sobretudo operada com a deslocalização de monopólios produtivos, que passaram a ter a possibilidade de usufruir das benesses de uma força de trabalho tão vasta quanto acostumada a cumprir jornadas extenuantes, abre os caminhos para uma elevação da demanda com impactos na economia mundial. Tais impactos seriam contraditórios, pois se, por um lado, esse processo possibilitou a recomposição da taxa de lucro estadunidense, por outro depreciou o valor da força de trabalho mundial, ainda que essa simbiose entre Estados Unidos e China naquele momento tenha favorecido a articulação da globalização tal como se deu, favorecendo os interesses estadunidenses (AGLIETTA, BAI, 2012).

Por sua vez, a tentativa de reposicionamento na Eurásia com a abertura de uma rota para o petróleo do Mar Cáspio poderia ser um contraponto para a dependência norte-americana do petróleo do Golfo Pérsico e do Oriente Médio. No entanto, isso não perdurou. Para além do problema do petróleo, vários outros emergiram na medida em que os EUA assumiram a condição de superpotência, agora sem qualquer competidor à altura. Diversos desafios estratégicos emergiram, complexificando a manutenção do poderio estadunidense. Sendo a única nação que declara ter interesses abertamente hegemônicos e que buscou mesclar seus objetivos com uma pretensa materialização de valores universais, as contradições para manter sozinha esse papel se multiplicavam. E algumas de suas respostas a esses desafios aprofundaram o caos sistêmico no Oriente Médio. Para adentrar nesse debate e compreender as motivações das posições estadunidenses em meio à Primavera Árabe, que, ao lado das consequências da segunda guerra do Iraque de 2003, são as chaves para o caos regional instaurado, sobretudo a partir da disseminação das vertentes islâmicas radicais como o Estado Islâmico, é importante retomar as linhas gerais da estratégia norte-americana em política externa no fim do século XX e início de XXI, em especial a partir do ascenso da plataforma neoconservadora do governo George W. Bush.

A Doutrina Carter se aprofundou com a ascensão de George H. W. Bush à presidência. Declarando que se colocaria contra qualquer potência regional que questionasse o acesso dos Estados Unidos ao petróleo, a investida do Iraque de Saddam Hussein sobre o Kuwait em 2 de agosto de 1990 foi entendida como um desafio e retaliada militarmente. Numa ação inédita da Casa Branca, a ofensiva militar buscava a um só tempo levar adiante a orientação de garantir o acesso e controle do petróleo do Golfo Pérsico, mas também dar um claro sinal de como agiria caso alguma potência regional

questionasse seus objetivos (WALLERSTEIN, 2004). A mais radical ala do Partido Republicano, conformada por aqueles que ficaram conhecidos como “falcões”, se colocaram contrários à tomada de decisão de George H. W. Bush de não estender a guerra e derrubar Saddam Hussein. O então secretário de Defesa, Richard Dick Cheney, e alguns teóricos conservadores como Paul D. Wolfowitz julgavam que o governo norte-americano deveria executar ataques preventivos. No ano de 1992, Dick Cheney emitiu um documento intitulado *Defense Planning Guidance*, em que definia que o principal objetivo político e militar dos Estados Unidos após o fim da Guerra Fria deveria ser a prevenção da possibilidade de um novo rival emergir¹⁴.

Sob a argumentação de impedir que nações hostis aos Estados Unidos desenvolvessem armas de destruição em massa, o que se almejava era seguir garantindo as vias de acesso ao petróleo do Golfo Pérsico, dentre outros objetivos. Wolfowitz era representante da ala que defendia que as orientações de contenção estavam superadas, sendo válidas para a ordem da Guerra Fria que não mais existia e que, a partir de então, os Estados Unidos teriam que proclamar abertamente sua hegemonia sobre o mundo. George H. W. Bush tinha uma percepção de que a vitória sobre o Kuwait servia para atestar a continuidade da dominação norte-americana, mas não adotou para si a orientação de ofensivas militares unilaterais como regra, entendendo que essa ainda deveria se dar através das coalizões entre as demais potências que compunham os “cartéis das potências industriais, usando e dominando a ONU, a OEA, o Banco Mundial e o FMI”. (BANDEIRA, 2004. p. 515).

Porém, apesar de terem derrotado o Iraque no Kuwait, Saddam Hussein seguiu no poder, o que permitiu aos EUA definir que sua presença na região seria uma questão de “segurança nacional”, sendo uma linha orientadora que teria continuidade direta na administração democrata de Bill Clinton:

A derrota do Iraque não resolveu o desafio estratégico de garantir a “segurança” regional a partir do ponto de vista de Washington. O Irã, que se manteve à margem do conflito, permaneceu um adversário dos EUA, e a Arábia Saudita não possuía nem a capacidade militar nem a disposição para exercer a hegemonia regional em apoio aos interesses norte-americanos. O impasse levou o governo de Bill Clinton a adotar a política da “dupla contenção” (dual containment), voltada simultaneamente contra o Iraque e o Irã. Dessa maneira, os EUA garantiam uma justificativa para a presença militar nessa região vital para os seus interesses, conforme prescreve a Doutrina Carter. (FUSER, 2007, p.30)

¹⁴Defense Planning Guidance, Disponível em http://nsarchive.gwu.edu/nukevault/ebb245/doc03_extract_nytedit.pdf Acesso em 10/07/2017

Tal presença militar não diminuiria desde então e passaria a ser parte permanente da estratégia norte-americana. Ela se articulou como parte indissociável das linhas gerais da orientação de política externa marcada pelo fim da Guerra Fria. Grosso modo, a política externa estadunidense teria como objetivos garantir sua liderança de forma que justificasse sua expansão; cerceando a possibilidade de ascensão de potências regionais com certa margem de manobra independente. Do ponto de vista econômico a disseminação da ofensiva neoliberal seria o instrumento a ser usado para garantir suas posições. Para executar essa agenda, os Estados Unidos se valeram do discurso de combate às ameaças transnacionais à segurança, como a existência de regimes hostis que pudessem ter ou desenvolver armas de destruição em massa (PECEQUILO, 2011). Não raro, tais regimes seriam identificados com a política de intervenção sobre os “*Rogue States*”. Como assinala Moniz Bandeira, desde o final do governo de Ronald Reagan, gastos militares expressivos eram feitos para financiar complexos industriais destinados a combater o “perigo verde”, identificado com o terrorismo islâmico, que deveria ocupar o espaço de grande ameaça externa deixada pelo fim da URSS. Mas neste momento, a retórica estadunidense não se voltaria contra organizações terroristas, mas contra os “*Rogue States*” acusados de financiarem o terrorismo e o narcotráfico. Sob esse lema os Estados Unidos projetaram seu poder sobre as semicolonias, tanto as latino-americanas como as da região do MENA (BANDEIRA, 2009).

As intervenções militares estadunidenses como tentativas de manter sua hegemonia após o fim da Guerra Fria, passariam a ser uma marca na política externa estadunidense. A OTAN, agora órfã da realidade que lhe emprestou sentido, passaria paulatinamente a ser o instrumento de garantia dos interesses dos EUA com um discurso de “polícia do mundo”, sendo assim responsável por manter a ordem internacional, promovendo uma série de “guerras humanitárias”¹⁵. Enquanto isso, no Oriente Médio e Golfo Pérsico qualquer pretexto de ameaça real ou imaginária, - como foram as “armas de destruição em massa” jamais encontradas pelos EUA no Iraque – já bastava para a

¹⁵As guerras humanitárias eram deflagradas em nome da “segurança da população” de uma determinada nação. Porém, se demonstrariam como guerras de conquista e de expansão do poderio imperialista a regiões estratégicas do mundo. Nos anos 1990, as guerras humanitárias se deram em distintos países, como o Iraque, Síria e Líbia mas também os Balcãs, onde se deu a mais emblemática ação da OTAN sob essa justificativa. No Oriente Médio era o argumento para a guerra do Iraque, após a invasão do Kuwait, e que seria substituída pela “Guerra ao Terror” após os atentados de 11 de Setembro. Ao lado das “revoluções coloridas” ocorridas na Ucrânia e diversos países do Leste Europeu, foi a principal via de intervenção imperialista estadunidense e potências aliadas para redefinir os regimes dessas regiões, de modo a ampliar a ingerência norte-americana.

realização de uma ofensiva militar, ou mesmo uma ocupação, aprofundando as orientações presentes na Doutrina Carter. Bill Clinton declararia uma série de Estados como ilegais, e dirigia a sua ação militar numa nova estratégia de contenção, não mais dirigida a um único Estado como havia sido durante a Guerra Fria. Como assinala seu assessor de Segurança Nacional, Anthony Lake na ocasião:

Como única superpotência os Estados Unidos têm a responsabilidade especial de desenvolver uma estratégia para neutralizar, conter e, através de uma seleção de pressões, eventualmente transformar os Estados retrógrados em membros construtivos da comunidade internacional. (LAKE, 1994,s/p.)

A Guerra do Golfo emerge nesse contexto e divide o período de Guerra Fria com a nova ordem recém-nascida. Os Estados Unidos agora iriam intervir militarmente sempre que avaliassem que seus interesses estariam em risco ainda que naquele momento isso se daria através da ONU e demais organismos internacionais e formação de coalizões. Suas ofensivas não mais se justificariam apenas pela salvaguarda de suas fronteiras nacionais, mas assumiriam a forma ofensiva sempre que conveniente. Essa seria uma característica do primeiro período da nova ordem unipolar. Um dos objetivos da Guerra do Golfo foi impedir que o Iraque se tornasse uma potência regional. Mesmo tendo menos relevância para outras potências europeias, todos apoiaram os EUA. Fosse através da agenda da OTAN, ou de ações próprias, como a guerra contra a invasão do Kuwait pelo Iraque, os Estados Unidos durante toda a década de 1990 não encontraram questionamentos em profundidade do papel e do discurso que mesclava seus interesses e sua segurança, com as das demais potências imperialistas.

Porém, o momento unipolar tampouco duraria. A condição dos Estados Unidos de potência imperialista com poderio militar, econômico e político superior a todas as demais, lhe legou indubitavelmente uma posição privilegiada. Mas também lhe obrigou a ter que lidar com as contradições e conflitos existentes em todas as regiões do globo. Não raro seus interesses se chocavam com o que a construção de uma nova ordem demandava. Para além da inépcia de George H. W. Bush o que operava eram movimentos profundos no âmbito dos conflitos de interesses internacionais, pois intervir como nação indispensável coloca à prova a todo instante os paradoxos entre o discurso, a prática e os reais objetivos dos Estados Unidos.

As “guerras humanitárias”, por exemplo, passariam a ter como objetivo derrubar regimes, governos ou mesmo grupos que atuavam no interior de determinadas nações.

Supostamente, deveria eleger como alvos aqueles governantes ou regimes que massacraram seu próprio povo ou do entorno, constituindo-se como uma ameaça à segurança internacional. Mas qualquer exame ainda que superficial pode rapidamente constatar que os critérios que sempre embasaram a escolha de intervenção dos Estados Unidos são os seus interesses geopolíticos estratégicos. Tratava-se, sobretudo, de uma justificação ao expansionismo estadunidense em uma ordem marcada pela ausência da ameaça da URSS. O exemplo do conflito de Ruanda, que somente em 1994 matou 800 mil pessoas, e não fez com que os Estados Unidos se envolvessem, cabendo à Bélgica intervir, pois não havia nenhum ponto de interesse estadunidense mais significativo na região.

Outro exemplo foi a postura de George H.W. Bush de prestar um aval velado, mas ainda assim aval, aos massacres na Argélia em 1992. Ou ainda ao assassinato em massa comandado pelo próprio Saddam Hussein após o levante xiita no Iraque, que George H.W. Bush jamais repreendeu por ser funcional aos seus interesses em diminuir a possibilidade de fortalecimento dos xiitas sob a égide do Irã. Em suma, em qualquer uma das regiões do globo a benevolência com as piores ditaduras e massacres era facilmente verificada, desde que não ferisse os interesses estratégicos norte-americanos. Caso isso se desse, se constataria com a mesma facilidade, as intervenções militares norte-americanas tendo à frente de si o selo das Nações Unidas.

Mas é com a Doutrina Clinton, tal como foi definida nos anos de 1990, que a questão das guerras humanitárias se dissemina. Seu cerne fora descrito naquela ocasião como o direito reservado aos Estados Unidos de intervir militarmente em outras nações, sob o argumento de evitar ou reprimir as tensões étnicas, raciais ou religiosas que pudessem ser declaradas como “ameaças à segurança internacional”. Em meio a esse crescente papel de garantidor da ordem internacional que emerge a doutrina das “guerras humanitária”, conceito abstrato orientado sob o preceito moral de evitar genocídios e assassinatos de massa, e que poderia ser usado para diversos objetivos, tendo seu conteúdo transformado com a chegada de Clinton ao poder. Se antes de 1993 as intervenções humanitárias se restringiam àquelas que eram produto de violações massivas de direitos humanos e precisavam do aval da ONU, após o fim da URSS e a instauração do momento de aparente unipolaridade no sistema internacional, as guerras humanitárias passariam a ser uma prerrogativa dos Estados Unidos, sobretudo no segundo governo Clinton. Anunciada como parte de sua campanha eleitoral em 1996, a Doutrina Clinton expandia o intervencionismo dos Estados Unidos, tendo como parte constitutiva a

declaração de que delitos de lesa humanidade exercidos por governos estrangeiros passariam a ser considerados como objetos de interesse nacional para os Estados Unidos, que se auto-concederam direitos de intervenção direta. Assim, os Estados Unidos atuariam militarmente, se tivessem oportunidade e julgassem necessário, em qualquer parte do mundo (CHOMSKY, 2006).

Nesse contexto, Bill Clinton, eleito com uma plataforma que privilegiava a agenda doméstica, sobretudo em relação à economia, foi apresentado como defensor de uma política externa multilateral, acentuando a interdependência dos Estados na globalização (BANDEIRA, 2014). Clinton manteve todas as grandes linhas adotadas pelas administrações republicanas que o precederam, sob a adoção do discurso de busca pela “governança global”, que se daria evidentemente sob a hegemonia norte-americana. A globalização era frequentemente evocada como o elemento chave para justificar o papel dos Estados Unidos como interventor internacional, como expressa Clinton nesse discurso na ONU no ano de 1996:

(...) o surgimento da era da informação e da tecnologia nos trouxe todos mais próximos e nos deu extraordinárias oportunidades para construir um futuro melhor. Na nossa aldeia global o progresso pode se espalhar rapidamente, mas o problema também pode. Problemas na outra extremidade da cidade logo se tornam uma praga na casa de todos. (THE WHITE HOUSE, 1995, sp)

No tocante à região do MENA, Bill Clinton seguiu observando os interesses de Israel na formulação de sua política externa, e manteve vários assessores de seu antecessor, inclusive Martin Indyk. Isso fez com que em linhas gerais sua política não tenha sofrido uma reversão importante em relação ao seu antecessor.

Durante o governo Clinton, a política para o Oriente Médio era basicamente elaborada por funcionários que tinham laços estreitos com Israel ou com organizações notoriamente pró-Israel; entre eles, Martin Indyk, ex-vice-diretor de pesquisa do Aipac e co-fundador do pró-israelita Washington Institute for Near East Policy (Winep); Dennis Ross, que ingressou no Winep depois de deixar o governo em 2001; e Aaron Miller, que viveu em Israel e costuma visitar o país. Esses homens estavam entre os conselheiros mais íntimos de Clinton na reunião de cúpula de Camp David em julho de 2000. Embora os três apoiassem o processo de paz de Oslo e a criação de um Estado palestino, faziam isso apenas nos limites do que seria aceitável para Israel. (...) esses funcionários sempre defenderam políticas apoiadas por Israel e sustentadas por organizações do Lobby. É claro que o Lobby não quer um debate aberto, porque isso poderia levar os americanos a questionar o nível de apoio que dão a Israel. Da mesma forma, as organizações pró-Israel se esforçam para influenciar as instituições que têm mais peso na moldagem da opinião popular. (WALT; MEARSHEIMER, 2006, sp)

Em relação à região do MENA, sobretudo para o Golfo Pérsico, Clinton seguiu sendo um executor da Doutrina Carter. Logo no início de seu governo, em 1993, foi parte do Acordo de Oslo, firmado entre Yasser Arafat e Yitzhak Rabin, que parecia ter pacificado as relações entre os palestinos e Israel, trégua que seria quebrada em 2000 com a segunda intifada e pelo cerco israelense contra o líder palestino do Fatah. Sem jamais ter o mesmo apelo que a luta contra a URSS, o terrorismo começa a emergir como o grande mote das intervenções militares dos EUA. E as feições que esse terrorismo teria seriam crescentemente islâmicas, em detrimento das organizações que se utilizavam desses métodos para defender questões relativas ao separatismo nacional, como seriam as correntes do ETA basco ou do IRA irlandês, que, além disso, por serem europeus era problema das potências do Velho Continente. Já o terrorismo islâmico estava localizado no epicentro dos interesses geopolíticos estadunidense, e isso definiria com ainda mais importância toda a agenda da política externa a partir de então.

A agenda dos neoconservadores seria responsável por aprofundar essa orientação com a declaração da “guerra ao terror” durante a administração George W. Bush após Clinton. No entanto, é ainda no governo de Clinton em 1997 que se fundaria o *Project for a New American Century*, *think tank* que delineou as linhas orientadoras adotadas pelos neoconservadores. Suas pautas seriam a da elevação dos gastos em defesa e da presença militar estadunidense pelo mundo, desafio aos regimes considerados hostis, ampliação do liberalismo político e econômico e reforço do papel dos Estados Unidos como guardião do sistema internacional. Como desenvolvemos abaixo essas orientações foram geradoras de grandes contradições para a localização dos Estados Unidos no mundo, levando a que o final do governo George W. Bush tenha sido marcado pela elevação do sentimento anti-estadunidense pelo mundo e pela retomada do debate sobre a decadência da hegemonia norte-americana. Para os povos da região do MENA, a agenda neoconservadora selou as contradições que pavimentaram o caminho para a explosão posterior da Primavera Árabe.

1.5 O intento neoconservador de impor um novo século americano

A percepção de que os Estados Unidos poderiam erguer uma nova ordem mundial embasada em uma unipolaridade relativamente estável deveria mudar brevemente, com a segunda guerra do Iraque, deflagrada por George W. Bush em 2003, após os atentados de 11 de Setembro, e a adoção da plataforma neoconservadora com o

“Projeto para um Novo Século Norte-americano”. Esse conjunto de elementos levou ao fortalecimento das alas terroristas radicais do Islã Político, das quais o próprio *Daesh* é um subproduto distorcido. Mas é importante ressaltar que o final do emblemático século XX, definido por Lênin como uma época de “crises, guerras e revoluções” se dava de uma maneira muito distinta de como havia se iniciado. No início do governo de George W. Bush, em 2001, o momento de aparente hegemonia unipolar já tinha chegado ao limite. Uma resposta precisava ser dada. É neste contexto que a plataforma neoconservadora se fortalece, como um intento de expandir e aprofundar o momento unipolar, mas agora através da força.

Os neoconservadores compunham uma corrente cujas raízes remontam aos anos 1960, sendo um fenômeno estadunidense por excelência. Irving Kristol e Leo Strauss são apontados como os intelectuais orgânicos que deram forma ao neoconservadorismo. Kagan conceitualizou o neoconservadorismo indicando que a explicação da guerra como algo derivado da manipulação “de um punhado de neoconservadores é um esforço para escapar do que para muitos pode ser uma realidade incomôda: a de que existe alguma coisa no caráter americano que o leva nessa direção”. (KAGAN, 2008, p.30). Portanto, pode-se afirmar que o neoconservadorismo é uma expressão do papel único que os Estados Unidos detem na hierarquia entre as potências e nações.

Em sua fase inicial os neoconservadores representavam uma reação aos movimentos de contracultura ocorridos nos Estados Unidos. Reivindicavam para si o papel de verdadeiros defensores dos valores americanos, em crítica aberta ao que tomavam como hedonismo e corrupção da esquerda. Se no plano interno esse seria seu traço distintivo em relação às demais correntes liberais, em política externa isso se traduziria na defesa da adoção de uma postura de confrontos ativos contra a URSS, se tornando conhecidos como “guerreiros da Guerra Fria”. Organizados no Partido Republicano essa postura dos neoconservadores se manteve durante os governos de Nixon, Ford e Carter. (TEIXEIRA, 2007). Para Huntington a distinção entre os neoconservadores e os liberais seria a de que os primeiros destacam o papel dos Estados Unidos como polícia global, enquanto para os segundos seria mais bem uma espécie de “trabalhador social global”. (HUNTINGTON, 1999, p.34). Mas ambas as vertentes se unificavam pelo anticomunismo, ainda que pudessem guardar distinções entre si de como abordar a questão.

Porém, com o fim da Guerra Fria chegou-se a considerar que o neoconservadorismo havia esgotado seu sentido de existência, pela lacuna de um inimigo

de alcance internacional que legitimasse a ofensividade estadunidense em política externa. (PODHORETZ, 1996). A busca pela definição de uma nova ameaça mundial confluía com a defesa da necessidade de expandir o poder unipolar estadunidense. A busca pela hegemonia, entendida como a capacidade de transmitir a identificação de seus próprios interesses com os do conjunto do mundo, seria um tema recorrente para os neoconservadores. Muito embora caiba ressaltar que os neoconservadores não operavam com a distinção feita pelas leituras gramscianas sobre a hegemonia aplicada às relações internacionais, que separam força e consenso. Para esta interpretação quanto mais consenso, menor será o uso da força. Se uma potência é obrigada a recorrer ao uso da força, ainda que as demais a siga, o que existe é dominação, mas não hegemonia (ARRIGHI, 2008). Para os neoconservadores esta distinção não existe já que a partir da definição de uma ameaça potente o suficiente, se poderia criar essa identificação de interesses entre os Estados Unidos e o mundo inclusive para legitimar o uso da força.

Após este momento de certa crise de identidade os neoconservadores têm nos atentados de 11 de Setembro a identificação do novo grande inimigo. No plano da política externa os neoconservadores mantinham um elo de continuidade com a ala mais radical do neoliberalismo de Reagan, tanto no que se refere à economia, como na defesa do endurecimento militar mundo afora. Já desde as suas origens, ainda no contexto da Guerra Fria, os neoconservadores defendiam que os Estados Unidos na condição de polícia do mundo deveriam atuar preventivamente. Também avaliavam que a ONU já havia se convertido em um organismo contrário aos interesses estadunidenses, na medida em que uma parcela dos Estados ali reunidos não correspondiam ao modelo econômico e político alinhado aos seus interesses e valores. Como uma continuidade destes apontamentos, o unilateralismo era uma decorrência lógica que correspondia à ação de uma potência munida de pretensões globais. Portanto, o unilateralismo neoconservador se distingue de qualquer traço isolacionista, sendo antes a expressão das aspirações dos Estados Unidos sobre o conjunto do mundo. (TEIXEIRA, 2007)

Assim, os neoconservadores representavam a faceta mais aberta e agressiva do imperialismo norte-americano, que almejava impor um “novo século americano” mesmo que em base à força. Tem lugar uma variante de unilateralismo ainda que mantido sob o discurso da construção de alianças materializado na militarização da política externa e orientado para o combate aos regimes considerados hostis aos valores estadunidenses, a salvaguarda do papel dos Estados Unidos como agente único e exclusivo da preservação de um sistema internacional orientado pelos seus princípios e interesses. Assim, a forma

através da qual os neoconservadores buscavam impor sua agenda era algo nada trivial. Tanto que pela radicalidade de suas posições, até a condução de George W. Bush à presidência, os neoconservadores haviam sido relegados aos bastidores do Partido Republicano. Mas nem por isso estavam ocupando postos menos estratégicos, tendo se localizado nos setores ligados à política energética e militar.

Já Samir Amin apontava continuidades em relação aos períodos predecessores:

Esse projeto (*neoconservador*) é o que a classe dirigente dos Estados Unidos alimenta desde 1945 e que nunca abandonou, mesmo que, evidentemente, sua implementação tenha passado por altos e baixos, conhecido certas vicissitudes e, em alguns lugares, sido posta colocado em xeque, só podendo ser conduzida com a coerência e a violência que ela mesma implica em determinados momentos conjunturais como o nosso, que se configurou após a derrocada da União Soviética. Não é difícil conhecer os objetivos e os meios do projeto dos Estados Unidos. São objeto de uma grande exibição, cuja principal virtude é a franqueza, mesmo que a legitimação dos objetivos seja sempre submersa em um discurso moralizador próprio à tradição americana. A estratégia global americana visa cinco objetivos: (i) neutralizar e subjugar os parceiros da tríade (a Europa e o Japão) e minimizar a capacidade desses Estados de agir por fora da influência americana; (ii) estabelecer o controle militar da OTAN e "latino-americanizar" as antigas partes da União Soviética; (iii) controlar sem partilhas o Oriente Médio e seus recursos petrolíferos; (iv) dismantelar a China, assegurar-se da subordinação dos outros Estados (Índia, Brasil) e impedir a constituição de blocos regionais que possam vir a negociar os termos da globalização; (v) marginalizar as regiões do sul que não representam interesse estratégico. (SAMIR, 2005, s/p.)

Assim, o primeiro objetivo relaciona-se com um sistema internacional marcado pelo papel preponderante dos Estados Unidos como guardião da ordem internacional, que lhe conferia grande poder, mas ao mesmo tempo lhe consumiria por obrigá-lo a lidar com as contradições geradas em escala global. A ausência de uma potência que pudesse rivalizar no mesmo patamar com os EUA após o fim da Guerra Fria, a derrota das forças contrárias à ofensiva neoliberal dos anos prévios e a ilusão da unipolaridade fizeram com que os neoconservadores vissem uma situação em que se deveria adotar uma estratégia ofensiva revertendo sua única que seria o controle dos recursos energéticos. (PECEQUILO, 2004). Com o petróleo ocupando o papel de principal matriz energética para sua expansão econômica, o aumento da presença e do controle norte-americano sobre o Oriente Médio era entendido como uma necessidade. Tanto é assim que ao assumir a presidência, George W. Bush não declara que a grande linha orientadora da política externa seria o combate ao terrorismo, mas a ampliação do controle dos fluxos externos de petróleo, sobretudo após o blecaute na Califórnia e a elevação da exportação desta *commodity* responsável por

fazer com que 50% do consumo estadunidense viesse de fontes estrangeiras (BANDEIRA, 2009).

No entanto, como aponta Samir Amin, o momento unipolar não equivalia realmente a condições para o exercício de uma hegemonia única e absoluta. Pelo contrário, os Estados Unidos se veriam obrigados a adotar diversas iniciativas para neutralizar as demais potências. Já em sua plataforma eleitoral, os neoconservadores organizados em torno da candidatura de Bush tornaram claro que primavam pelo aumento das ações beligerantes no terreno internacional. Denominado “Internacionalismo Diferenciado”, sua diretriz essencial partia de uma avaliação de que os Estados Unidos estariam sofrendo uma perda de hegemonia, produto das concessões feitas pelos democratas. De acordo com a visão dos neoconservadores, os instrumentos e organismos internacionais que serviram ao governo Clinton para projetar a liderança norte-americana haviam se transformado em um limitador da margem de manobra estadunidense, e para romper isso haveria que se implementar uma mudança de orientação, adotando uma postura unilateral de modo a aproveitar o momento unipolar (PECEQUILO, 2004).

Porém, o desgaste da hegemonia política estadunidense atendia a múltiplos elementos. O desaparecimento da URSS como desafio deixava um vazio de uma pretensa ameaça global. O terrorismo internacional, antes da existência do *Daesh* como desenvolvemos posteriormente, demonstraria ser uma causa muito mais débil para gerar consenso e orientar o conjunto do sistema internacional. E, além disso, a superioridade estadunidense obrigava seu alto mando a debruçar-se sobre muitos conflitos e desafios de ordem econômica e política. As crises superpostas do final da década de 1990 no Sudeste Asiático, nos chamados “mercados emergentes”, e movimentos como a segunda Intifada palestina¹⁶, que ajudaram a disseminar um sentimento anti-norte-americano pelo Oriente

¹⁶A segunda Intifada foi a revolta dos palestinos contra a política administrativa e a ocupação Israelense na região da Palestina a partir de setembro de 2000. A primeira Intifada ocorreu em 1987. O movimento ocorreu dentro de um contexto marcado pelo impasse no processo de paz entre árabes e israelenses, pela retirada israelense do sul do Líbano, pela disputa de influência entre as facções palestinas do Fatah e do Hamas e pela oposição de parte da população israelense em relação às concessões feitas pelos acordos de Camp David. O conflito, que durou do final de 2000 até o começo de 2005 deixou centenas de mortos, em muito maior número entre palestinos. Violentos combates em áreas urbanas, atentados e bombardeios e ataques em regiões muito povoadas deixaram um alto saldo de perdas de vidas civis. Os palestinos recorreram ao lançamento de foguetes e também, principalmente, a atentados suicidas. Já os israelenses usaram tanques, artilharia e aeronaves. Em 2004, 7.366 palestinos encontravam-se detidos por Israel: 386 das quais crianças; 760 deles encontravam-se em detenção administrativa sem terem sido formalmente acusados ou julgados. De 2000 a 2004 o exército israelense demoliu cerca de 3.700 casas palestinas: 612 casas foram destruídas como castigo contra famílias de palestinos suspeitos de tentar realizar ou de ter cometido ofensas violentas contra civis ou forças de segurança israelitas; 2.270 foram demolidas pelo

Médio, eram partes constitutivas da ampla gama de contradições com as quais os Estados Unidos se veriam obrigados a lidar mundo afora.

Assim, a inexistência de outras potências capazes de suplantar os Estados Unidos não era equivalente a um mundo mais seguro para seus interesses, sobretudo na perspectiva dos neoconservadores. A miríade de contradições para os interesses estratégicos dos Estados Unidos abarcava desafios econômicos e políticos, em especial as nações com ambições de se constituírem como potências regionais, o que levou os Estados Unidos a adotarem diversas táticas:

Tais inimigos (*dos Estados Unidos*) são definidos como países pequenos hostis, não-democráticos, com ambições de expansão regional (...). Segundo Kagan e Kristol a transformação, e não a coexistência era a opção devendo-se perseguir as seguintes táticas: aumento do poderio das Forças Armadas (nuclear e convencional), o comando dos aliados e alianças em posição de força, a construção do sistema de defesa antimísseis e a promoção de mudanças de regime nestas localidades. Com relação a essa mudança, os instrumentos a serem utilizados indicavam um padrão de intervenção e interferência, englobando desde o apoio a grupos rebeldes/insurgentes dentro de um determinado país, o estilo de assistência aos freedom fighters de Reagan, até operações militares. Dada a disparidade de poder entre a superpotência e seus adversários, essas guerras serão definidas como de natureza assimétrica. (PECEQUILO, 2011, p. 37)

A respeito dessas orientações, primeiro cabe observar que a definição do critério de países não-democráticos era importante apenas para possibilitar uma justificativa moral e ideológica para as incursões norte-americanas. Os Estados Unidos elegiam os países que representariam uma ameaça de acordo ao seu próprio interesse nacional e não ao perigo que pudessem representar às suas populações, ou ao entorno. Esse *modus operandi* segue vigente e é parte constitutiva da própria localização imperialista que os EUA ocupam no sistema internacional. As guerras visando a queda de regimes já eram uma prática comum. Estima-se que, entre os anos de 1990 e 2003, os Estados Unidos tenham atuado militarmente em pelo menos 14 ocasiões com o objetivo de promover mudanças de regime. E o resultado era invariavelmente trágico, piorando as condições de vida das populações locais, em favorecimento dos objetivos imperialistas delineados. (BANDEIRA, 2016).

A segunda questão a ser destacada é que os apoios a grupos rebeldes/insurgentes também englobam as organizações terroristas, inclusive islâmicas, como foi o caso da

argumento de “segurança”; mais de 800 demolições administrativas foram realizadas contra casas construídas sem permissão israelenses. (SMET, 2016)

própria Al Qaeda por ocasião do conflito com a URSS e o Afeganistão anteriormente. E o terceiro elemento é que tampouco a disparidade entre os EUA e seus adversários equivale a desafios menos complexos. Em se tratando de ofensivas militares contra Estados, mesmo que débeis, já se demonstrou desde o Vietnã que a superioridade militar simplesmente não assegura uma vitória. A guerra do Iraque de 2003 demonstrou isso cabalmente. Tratou-se de uma derrota que apesar de ter sido administrada e não resultar numa crise política da profundidade da que se sucedeu após a derrota do Vietnã, levou ao crescimento do sentimento de oposição aos Estados Unidos em todo o mundo, inclusive na Europa, sendo uma enorme derrota política. Já quando se tratam de guerras assimétricas contra organizações terroristas, a dificuldade reside em que essas não reconhecem os parâmetros tradicionais de negociação e legalidade, a que se aplicam internacionalmente (PECEQUILO, 2011).

Com essa perspectiva, a formação do gabinete de Bush deixava clara a ligação com os setores militar e energético, nomeando membros que haviam passado pelos principais governos republicanos, como os de George H. W. Bush e Ronald Reagan. Dick Cheney, que foi seu vice-presidente, era ligado a empresas de ambos os setores e foi nada menos que vice-presidente da Halliburton, um dos mais importantes conglomerados do setor energético. Donald Rumsfeld, secretário de Defesa, havia atuado nos governos Nixon, Ford e como assessor de Bush pai. Condoleezza Rice era especialista em Leste Europeu e também foi integrante de empresas ligadas ao petróleo. E o secretário de Estado, Collin Powell, atuou como comandante da Guerra do Golfo. Apesar disso, Powell destoava do restante dos neoconservadores, ficando conhecido como “pomba” em meio aos “falcões neoconservadores” que hegemonizaram o gabinete de Bush. (BANDEIRA, 2004)

Com essa configuração estratégica, reforçada pela plataforma neoconservadora que ascendera junto ao governo de George W. Bush, a ocupação militar do Oriente Médio pelos Estados Unidos era uma questão de tempo. Havia apenas que lograr uma boa justificativa que possibilitasse a coesão interna em torno dos objetivos declarados. Externamente a plataforma neoconservadora já indicava que ações unilaterais não estavam descartadas e todo o discurso de que isso deveria se sobrepôr aos organismos internacionais era uma mensagem clara de que, a partir de então, os Estados Unidos agiriam com ou sem o apoio de seus aliados tradicionais. E de que reorientaria sua política de ofensivas militares no Oriente Médio. Como afirma Moniz Bandeira:

Assim, poucos meses depois de inaugurado o governo do presidente George W. Bush e muito antes dos atentados terroristas contra as torres gêmeas de World Trade Center em 11 de setembro, o vice-presidente Dick Cheney recebeu o presidente da megaempresa petrolífera Conoco-Phillips, Archie Dunham, e dois executivos da US Oil and Gas Association, bem como Falah Aljibury, consultor da Amerada Hess Oil e da Goldman Sachs, Pamela Quanrud do Conselho de Segurança Nacional dos Estados, para discutir a questão do petróleo não apenas no Cáucaso, mas no Iraque, cuja invasão já estava na agenda desde antes do ataque às torres do WTC e ao Pentágono em 11 de setembro de 2001. (BANDEIRA, 2009, p.139)

Os quatro aviões usados nos atentados de 11 de Setembro protagonizaram uma ação de forte carga simbólica. Lançados contra símbolos do poderio econômico e militar dos Estados Unidos e seu modo de vida, fazia saltar dos filmes de ação de Hollywood para a realidade as cenas apocalípticas de caos e destruição. O último ataque sofrido por Washington havia ocorridos em 1812, quando os ingleses incendiaram a Casa Branca na guerra anglo-americana (BARBOSA, 2002, s/p.). Se por um lado a magnitude dos atentados demonstrava que os Estados Unidos não eram invioláveis aos terroristas, por outro era uma justificativa absolutamente conveniente para armar uma ofensiva. Um ataque de tais proporções em solo americano, algo inédito, que marca a trajetória peculiar dos Estados Unidos como potência hegemônica, cujo território não costumava servir palco de grandes guerras ou invasões mesmo tendo sido parte de duas guerras mundiais e de se envolverem em conflitos ao redor globo, gerou uma comoção igualmente inédita. Com o agravante de que as organizações terroristas não eram tão facilmente identificáveis, e poderiam se misturar à população, o que ampliava ainda mais a sensação de pânico que num segundo momento o governo Bush soube explorar à exaustão.

O efeito dos atentados seria contraditório. Imediatamente após os atentados o governo dos neoconservadores se mostrou despreparado. Como um gabinete composto por militares tão experientes e membros de empresas ligados ao petróleo e, portanto completamente familiarizados com a geopolítica do MENA, pôde ser surpreendida com ataques terroristas tão devastadores foi uma das questões que emergiram. Mesmo entre analistas considerados sérios, se disseminavam hipóteses aproximadas das teorias da conspiração na qual as relações comerciais de longa data entre a família de Osama Bin Laden e de Bush eram examinadas.

Por outro lado, após os atentados e os bombardeios ao Afeganistão –com o apoio das demais potências europeias e dos organismos internacionais – o respaldo popular ao governo e suas ações militares alcançam a marca de 90%. A própria liberdade individual

tão cara nos discursos liberais, foi golpeada com respaldo popular motivado pelo clima de pânico que se instalara nos Estados Unidos. A CIA e o FBI passaram declaradamente a monitorar a população, enquanto a lei antiterrorismo foi aprovada quase unanimemente no Congresso legitimando a ampliação de tribunais militares, a prisão e monitoramento de suspeitos. A própria prática da tortura passou a ser vista como algo a ser relativizado, sob o argumento de que poderia ser útil para a “Guerra ao Terror”. O Ato Patriota, que concedeu legalidade da violação aos direitos civis, era a feição interna do endurecimento externo do imperialismo estadunidense:

O Foreign Intelligence Court também pode ser utilizado para fins mais gerais de espionagem política. O USA Patriot Act permite ao tribunal conceder ordens judiciais para a produção de documentos relacionados a uma investigação. Essa medida aparentemente inocente pode ser usada, por exemplo, para solicitar que as bibliotecas revelem quais livros foram retirados pelos leitores, sem poder informar aos leitores que eles estão sob investigação. Após uma tempestade de críticas, em setembro deste ano [2003], o secretário de Justiça, John Ashcroft, anunciou que o Departamento de Justiça jamais havia "usado" essa lei para forçar qualquer biblioteca a entregar seus registros, afirmando opor-se a "distorções e informações errôneas" relacionadas a ela. Talvez ao pé da letra seja verdade que o governo jamais foi ao tribunal a fim de conseguir uma ordem judicial para forçar qualquer biblioteca a revelar informações, mas um levantamento prévio revelou que o FBI obteve informações a respeito de centenas de leitores. Se há uma lei permitindo que as autoridades consigam essa informação por coerção, parece pouco provável que um bibliotecário recuse uma solicitação "voluntária". (CHEVIGNY, 2004, sp)

Essa situação no plano doméstico assumiu uma faceta aguda na política externa. Uma nova era se abriu na política externa estadunidense. A mudança na estratégia de segurança nacional estadunidense que deixaria de se nortear pela “contenção e dissuasão”, e agora adotaria os “ataques preventivos” foi adotada declaradamente a partir de 2002, o que possibilitaria aos Estados Unidos o acesso aos fluxos de petróleo e demais recursos energéticos do MENA, um dos objetivos das guerras travadas nesta região. A doutrina da “Guerra ao Terror” foi a marca indelével dos governos de George W. Bush. Na busca por redefinir uma nova ameaça global, sem a qual a reivindicação de uma nação que vise manter a ordem do sistema internacional não faz sentido, a “Guerra ao Terror” viria acompanhada de uma teorização sobre as novas ameaças à hegemonia norte-americana.

O discurso ideológico se articulou rapidamente em base à teorização de Samuel Huntington e seu “Choque de Civilizações”, que passaria a ser amplamente debatido pelos programas em Ciências Políticas das universidades norte-americanas e do mundo, e se

identificou rapidamente com o intento regressivo de imposição de um “novo século americano”. De bases liberais, e listando uma gama de civilizações e com reconhecidas – ocidental, islâmica, confucionista, hinduísta, eslava-ortodoxa, e latino-americana – Huntington elabora que a própria identidade norte-americana, e sua própria existência de fato, estaria em perigo. Dessa forma, Huntington afirmaria que a “fonte fundamental dos conflitos nesse novo mundo não será ideológica ou econômico”. As grandes divisões da humanidade e a fonte de todo conflito será cultural. (...). O choque de civilizações será a fonte dominante da batalha do futuro”. (HUNTINGTON, 1996, p. 13)

Desenvolvendo esse raciocínio, Huntington conclui que a principal ameaça para a existência da cultura estadunidense são as civilizações islâmica e chinesa. Não por coincidência os primeiros provinham do epicentro da política externa dirigida pelos neoconservadores, fazendo com que sua definição como ameaça aos Estados Unidos justificasse suas intervenções beligerantes. E o segundo era a economia que mais crescia no mundo, e que apesar de durante a década de 1990 ainda manter uma relação de colaboração no terreno econômico com os Estados Unidos, se constituiria tempos depois em um dos principais desafios para a manutenção da hegemonia norte-americana. Dessa maneira, para Huntington a via de contestação a tais ameaças seria o fortalecimento da hegemonia sobre o Ocidente, além da exploração de possíveis conflitos entre os Estados muçulmanos e confucianos, criando as condições militares e políticas necessárias para intervenções sempre que necessário. No plano interno defende a assimilação cultural absoluta de toda a ampla parcela de imigrantes que vivem dentro dos Estados Unidos. O argumento de que haveria um verdadeiro “choque de civilizações”, o que em si teria determinações históricas e culturais de longa duração, servia perfeitamente para legitimar ideologicamente as guerras preventivas unilaterais, e devidas ocupações territoriais, em nome de uma pretensa e renovada missão civilizatória nesse início de século XXI.

Ignorava-se absolutamente que embora as organizações islâmicas radicais tenham sempre existido, essas tinham uma influência secundária em relação aos movimentos seculares de reivindicações nacionais até a projeção hegemônica dos Estados Unidos sobre o Oriente Médio e a criação do Estado de Israel, como demonstra o próprio Fatah palestino, ou ainda os regimes formados em torno do partido Baath, que abarcam tanto a Síria quanto o Iraque. O nacionalismo árabe formado em torno de Nasser décadas antes, como foi tratado nesse trabalho, era laico, e os partidos comunistas árabes tinham imensa expressão até bem pouco tempo antes de George W. Bush invadir o Iraque e forçar uma mudança de regime, transformando em doutrina política parte das análises de Samuel

Huntington. Decerto que o islamismo sempre fora a religião dominante, parte ancestral da cultura do antigo Império Otomano, e mesmo o Partido Baath teve que levar em conta esse importante fator para existir. Mas crer que o dilaceramento religioso entre distintas facções é algo que está inscrito numa espécie de essência dos povos árabes, é parte da propaganda usada como justificativa para a existência de tropas de ocupação ou missões civilizadoras ocidentais.

E o que essa concepção tornada uma espécie de senso comum islamofóbica não destaca é a própria radicalização do caráter religioso da administração de George W. Bush. O governo dos neocons junto à agenda da “Guerra ao Terror” adotou um crescente tom religioso, chegando mesmo a considerar o ensino do criacionismo nas escolas. As evocações recorrentes de que os EUA estariam empregando uma batalha do bem contra o mal, sem agora sequer apresentar qualquer refinamento argumentativo de tal maniqueísmo. Mas no imediato período após o 11 de Setembro, no plano externo a militarização dos países semicoloniais do Oriente Médio sob um programa de democratização liberal e discurso que sugeria uma espécie de cruzada civilizatória esteve momentaneamente legitimada. Com isso os Estados Unidos buscavam superar a “Síndrome do Vietnã”, que colocava limites ao já crescente militarismo no terreno internacional, pela relutância doméstica de lançar o país em novas empreitadas desse tipo. A “Síndrome do Vietnã” deixou marcas profundas na sociedade estadunidense, sendo a base da transformação do caráter do exército norte-americano, acabando com o alistamento obrigatório. A partir de então os Estados Unidos adotaram o uso de empresas privadas que ditam sua lógica às Forças Armadas do país mais poderoso do mundo.

Mas em meio à resposta aos atentados a popularidade do governo elevou-se. Foi em base a esse fortalecimento no plano doméstico, que George W. Bush decide invadir o Iraque numa ação militar em que pela primeira vez desde o pós Segunda Guerra Mundial agiriam unilateralmente, e mediante a desaprovação de parte dos aliados europeus tradicionais. Este fator teve um impacto significativo para a manutenção da posição estadunidense no sistema internacional, aprofundando conforme se desenvolvia a situação de atoleiro estadunidense no Iraque uma percepção de que a hegemonia dos Estados Unidos atingia um momento de queda, reinaugurando parte dos debates acerca dessa questão iniciados com a crise dos anos de 1970. Como assinala José Luís Fiori:

Os atentados de 2001 serviram para que os Estados Unidos criassem um novo inimigo bipolar, propondo ao mesmo tempo uma parceria estratégica global, com todas as demais grandes potências, com o objetivo de combater o

“terrorismo internacional”. Essa parceria estratégica, entretanto, só foi aceita pelas grandes potências de maneira parcial e com o devido respeito pela soberania mútua, mas além disto a prolongação e indefinição da “guerra global” ao terrorismo vem criando dificuldades crescentes para os próprios Estados Unidos. (FIORI, 2005, p. 8)

Alegando a existência de armas de destruição em massa por Saddam Hussein, em pouco tempo viria à tona que isso era uma mentira, e que objetivos geopolíticos dos grupos e empresas que os neoconservadores representavam a verdadeira razão para essa ofensiva, em especial a ampliação do controle dos fluxos energéticos. O Iraque não detinha laços diretos com os talibãs afegãos, ou com o 11 de Setembro. Mas Saddam Hussein, além de uma retórica de relativa hostilidade para com os Estados Unidos, vinha negociando contratos de grande vulto com a empresa russa Lukoil, e pela Total de capital francês, ademais de crescentemente adotar o euro em detrimento do dólar como moeda de suas transações. A essas medidas contrárias aos interesses estadunidenses se somava a necessidade estratégica de ampliar o controle das fontes energéticas e isolar a Rússia.

(...) a guerra contra o terrorismo constituiu mera figura de retórica, um eufemismo, para disfarçar os reais objetivos do presidente George W. Bush, que consistiam em vencer a resistência e/ou a insurgência islâmica, e controlar a Ásia Central e o Oriente Médio, com suas enormes jazidas de gás e petróleo. A convergência das necessidades da economia mundial capitalista e os interesses das grandes corporações pautou a sua política internacional. (...) A segurança nacional dos Estados Unidos, portanto, implicava necessariamente, o domínio das fontes de energia, no Oriente Médio, onde estavam depositadas cerca de 64,5% das reservas conhecidas de petróleo, bem como na Ásia Central. Qualquer outra potência, que dominasse aquelas regiões, teria poderosa arma para ameaçar a sociedade americana, cuja segurança energética se tornara bastante vulnerável, uma vez que mais de 50% do consumo de petróleo nos Estados Unidos dependia das importações. Daí o ataque ao Afeganistão, por onde deveria passar um oleoduto, ligando o Turcomenistão ao Paquistão, e a invasão e ocupação do Iraque, onde estavam, após as da Arábia Saudita, as maiores reservas provadas de petróleo, algumas com baixo custo de extração. (BANDEIRA, 2009, p.18)

Soma-se a esses fatores a questão de que a garantia dos interesses estadunidenses através da formação de um arco de alianças que havia vigorado desde o fim do antigo Império Otomano, passando pelas guerras travadas por Israel contra os palestinos e os países árabes, havia alcançado um limite. Israel atuava como um enclave, mas não era uma colônia no sentido estrito. E a própria monarquia saudita também constituía uma aliada contraditória, cujos interesses particulares na região nem sempre coincidiam com os estadunidenses. Portanto, a guerra do Iraque era igualmente uma busca por redesenhar o mapa do Oriente Médio impondo a queda dos regimes de oposição aos Estados Unidos,

isolando o Irã, e patrocinando governantes mais dóceis em países como Síria, Irã, e qualquer um que pelos seus recursos naturais, ou pela importância regional, assumissem alguma relevância na agenda estadunidense.

Mas havia outra motivação, ainda mais estratégica que a questão dos recursos energéticos. Era a necessidade de reafirmação, num mundo absolutamente distinto ao da Guerra Fria, das vias de exercício da própria hegemonia norte-americana. Agora este exercício de poder se reverteria em direção ao unilateralismo declarado. Enquadrar todas as demais potências como a França e a Alemanha, em seu desígnio de deflagrar uma guerra que favorecia apenas aos Estados Unidos, e em verdade golpeava setores ligados às empresas petrolíferas das potências europeias, era parte fundamental da tentativa de impor “um novo século norte-americano”. (AMIN, 2005, s/p.).

A guerra do Iraque iniciada e televisionada ao vivo em 2003 era a concretização de algo que ia além do pragmatismo imediatista. Era uma mensagem endereçada às demais potências do mundo, tradicionais e emergentes, de que os ditames dos EUA predominariam, mas agora sem sequer lançar mão de movimentações diplomáticas prévias ou da aprovação mediante consenso internacional. A França e a Alemanha, duas potências aliadas à OTAN, colocaram-se contrárias à deflagração da guerra do Iraque de 2003. Ambas estavam engajadas na construção da União Europeia, como projeto defensivo diante do unilateralismo estadunidense que sofreria um golpe importante com a perda do referendo de 2004, mas que ainda assim buscava se apresentar como uma variante de capitalismo discursivamente benevolente e multicultural, em oposição aos EUA beligerante e unilateral.

Naquela conjuntura poderia parecer que o equilíbrio instável entre as potências imperialistas ocidentais que se manteve desde o período pós Segunda Guerra Mundial poderia se romper, ou ainda que o sistema internacional passava por um grande paradoxo. E de fato houve elementos que apontavam nesse sentido. Ao mesmo tempo em que os EUA tentavam artificialmente estender o momento unipolar e transformá-lo em uma nova forma de moldar o conjunto do sistema, a investida sobre o Iraque rapidamente se transformaria no oposto do pretendido, e levaria à ampliação da percepção da perda de sua hegemonia. A ausência de uma coalizão com os outros membros chave da OTAN com exceção da Grã-Bretanha aumentava o sentimento de desordem internacional, e a União Europeia não tinha as condições, ou mesmo a pretensão de assumir um papel de maior liderança internacional. Como aponta Tariq Ali:

A França e a Alemanha, por outro lado, afirmaram durante meses que eram totalmente contra um ataque dos EUA ao Iraque. Shroeder deve sua reeleição por estreita margem à promessa de não apoiar a guerra em Bagdá, ainda que autorizada pela ONU. Chirac, armado com um veto do Conselho de Segurança, foi ainda mais influente nas declarações de que nenhum ataque não autorizado ao regime do Baath seria aceito pela França. Juntas, Paris e Berlim persuadiram Moscou a expressar seu desacordo com os planos americanos. Até Pequim emitiu alguns cautelosos sons de protesto. As iniciativas franco-germânicas provocaram tremenda excitação e espanto entre os comentaristas diplomáticos. Era com certeza um racha sem precedentes na Aliança Atlântica. (ALI, 2003, p. 170)

Porém, o racha entre as potências ao qual Tariq Ali se refere não foi profundo o suficiente para romper o equilíbrio internacional. Com a fortaleza e superioridade militar incontestes dos EUA frente às demais nações, sobretudo após a restauração capitalista no Leste, emergiram várias interpretações que atualizavam a noção kautskista de superimperialismo. Ainda que essa concepção partisse de elementos parcialmente reais, pois era certo que nenhuma outra potência poderia rivalizar com os EUA e pretender assumir o posto de imperialismo hegemônico, o problema dessa leitura é que secundarizava a competição interestatal e as tensões entre as nações. Desde o período pós-Segunda Guerra Mundial se formou uma relação de colaboração e tensão simultâneas entre as principais potências. Ignorar isso abre a possibilidade de se incorrer em uma visão por demasiado harmoniosa das relações interestatais, que não daria conta por exemplo das tensões abertas entre os EUA, a França e a Alemanha por ocasião da deflagração da guerra do Iraque. Porém, mesmo com a oposição de parte das potências europeias e da tímida tomada de posição de Pequim contra a ofensiva no Iraque, era claro que uma força capaz de colocar limites aos Estados Unidos não viria do sistema internacional.

Um expressivo movimento popular de oposição à guerra do Iraque se levantou espontaneamente em distintos pontos do globo, sobretudo na Europa, inclusive na Grã-Bretanha que integrava a coalizão, e também nos Estados Unidos. Mais de oito milhões de pessoas marcharam contra a guerra antes mesmo de seu início. No mundo árabe, muitas vezes desafiando seus próprios governos, as manifestações voltaram a ser parte do cotidiano.

Houve manifestações no Cairo, em Sanaa e em Amã. Hosni Mubarak, o ditador egípcio que depois seria derrubado pela Primavera Árabe, decretou lei marcial e prendeu quase mil pessoas num intento de frear as mobilizações. No Iêmen as ruas também foram tomadas, e na Jordânia aliada dos Estados Unidos houve um princípio de sublevação, respondida com brutalidade pela monarquia. O questionamento “onde está o nosso exército”, que ecoava nas ruas das principais cidades de diversos países trazia à tona as

feridas que apenas superficialmente haviam se fechado com a derrota da Guerra dos Seis Dias, da Guerra de Yom Kippur, e pelo expansionismo israelense que Ariel Sharon promovia com o aumento da ocupação de terras palestinas. O fantasma de um levante coordenado dos povos árabes separados por fronteiras artificialmente impostas pelas potências ocidentais, era algo que nem os Estados Unidos, e muito menos Israel gostariam de deixar rondar. Como o escritor paquistanês Tariq Ali destaca, um movimento anti-guerra transnacional com adesão de massas, só havia ocorrido antes na história por ocasião da proximidade da Primeira Guerra Mundial.

Naquelas circunstâncias, os Partidos Social Democratas contavam em suas fileiras com amplos setores de trabalhadores e da população, em especial na Alemanha. O debate sobre a necessidade de colocar em prática os preceitos do internacionalismo revolucionário, negando a votação dos créditos de guerra que oporiam os trabalhadores de distintos países em uma guerra que beneficiaria apenas as classes detentoras das nações envolvidas, parecia num primeiro momento ser algo tão elementar que não se poderia antever os rumos que a socialdemocracia alemã tomaria. Mas, em agosto de 1914, esses princípios fundantes da II Internacional Comunista haviam sido substituídos por um giro nacionalista das direções socialdemocratas, e os créditos de guerra foram votados. A divisão do partido socialdemocrata alemão foi inevitável, e a sua posição majoritária enterrou qualquer possibilidade de evitar a guerra. (LOUREIRO, 1988)

O movimento de oposição à guerra do Iraque não era fruto da ação consciente de qualquer organização política específica, muito embora elas tenham participado tanto nos Estados Unidos como na Grã-Bretanha, apresentando um caráter relativamente espontâneo. Mas indubitavelmente era um subproduto da conjuntura unipolar de dominação do sistema internacional responsável pela elaboração da tese de “Fim da História”, trazida pela globalização neoliberal. Em certo sentido o movimento contra a guerra do Iraque era uma ampliação e mantinha um fio de continuidade com o movimento antiglobalização. O questionamento aos organismos financeiros internacionais havia sido menos massivo, mas anunciava a retomada da prática de sair às ruas das capitais europeias e de cidades norte-americanas contra a “incorporação” forçada ao livre mercado promovido pelos organismos financeiros internacionais. Já o movimento contra a guerra do Iraque estourou e alcançou uma amplitude inédita em muitos anos, dentre outros fatores porque as alegações do governo Bush soaram falsas. O desejo de impedir a ocupação imperialista de um país árabe rico em petróleo numa região já dilacerada havia forjado essa unidade (ALI, 2004).

Para os menos leigos sobre a situação das nações do MENA, as alegações de que o Partido Baath, de origem laica e cuja ascensão só fora possível ao absorver parte significativa do Partido Comunista do Iraque, teria laços estreitos com a Al Qaeda soavam como algo improvável. A pretensa ameaça mundial que Saddam Hussein representava de acordo com o discurso neoconservador carecia de apelo para justificar no plano doméstico uma ofensiva militar daquele porte, já que o Iraque não constituía uma ameaça real a qualquer país do Ocidente. E o caráter assimétrico entre os Estados Unidos e o Iraque do ponto de vista militar, econômico e social só elevaria progressivamente o descontentamento doméstico e internacional com a ocupação militar.

A exemplo das invasões promovidas pelos Estados Unidos em outros países, a guerra do Iraque teve consequências negativas para sua população. Os nove anos de ocupação não “levaram a democracia” ao Iraque, como ainda foram responsáveis pelo aumento sem precedentes na história recente das tensões entre xiitas e sunitas, que viria a ser um dos fundamentos da criação do Estado Islâmico. O breve lampejo de uma resistência unificada entre sunitas e xiitas ocorreu em 2004, quando as cidades de Fallujah, Najaf, Sadr City foram o bastião da resistência unificada e organizada pelo Exército Mahdi, chefiado pelo clérigo xiita Moqtada Al Sadr, que naquele momento elegeu o combate à ocupação estadunidense como prioridade. Al Sadr era um contraponto à postura adotada pelo mais alto aiatolá xiita iraquiano, Ali Al Sistani, cuja principal ação era sua própria inação, com algumas raras exceções como quando insistiu na realização das eleições. Naquela ocasião Moqtada Al Sadr parecia ter a iniciativa para unir os iraquianos. Como assinala Immanuel Wallerstein:

Assim, ao final, o grupo-chave é o xiita. Muqtada al-Sadr tem sido muito claro desde o princípio. Quer um Iraque unificado. Por um motivo: é o único modo de sua gente em Bagdá ter chances de sobreviver e florescer. E por um outro: ele acredita no Iraque. Al-Sadr e os seus seguidores sofreram enormemente sob os baathistas. Porém ele está aberto a se relacionar com baathistas reformados e enfraquecidos. E demonstrou-o claramente ao longo dos últimos dois anos. Deu apoio moral ao povo de Fallujah, quando esta cidade foi assaltada por tropas americanas, dois anos atrás. E ela retribuiu nos recentes combates em Bagdá, quando os seguidores de al-Sadr estiveram sob ataque dos mesmos americanos. (WALLERSTEIN, 2012, s/p.)

Durante um breve período poderia parecer que a ocupação norte-americana não conseguiria se estabelecer. As forças xiitas e sunitas unificadas eram um foco de conflitos e problemas para o exército, colocando limites para que os EUA armassem um governo servil aos seus interesses no Iraque. Porém, a unidade do Exército Mahdi duraria pouco, sendo encerrada como consequência de sucessivos e letais ataques terroristas da Al

Qaeda, que contou com o apoio financeiro e de homens bombas financiados pela Arábia Saudita e outros Estados do Golfo Pérsico (BANDEIRA, 2014), a quem não interessava uma resistência unitária aos Estados Unidos.

A ação da Arábia Saudita, de maioria sunita da corrente *wahabanista*, e sua aliança com os Estados Unidos foram decisivas para o posterior desfecho da Primavera Árabe, como será debatido adiante. De acordo com Patrick Cockburn, o *wahabanismo* já vinha ganhando cada vez mais espaço, em detrimento das vertentes xiitas e mesmo sunitas tradicionais, expressando uma das facetas da disputa entre o Irã xiita e a Arábia Saudita pela posição como potência regional fundamental. Essa versão fundamentalista do Islã datada do século XVIII não apenas impõe a *sharia* – lei islâmica que regula minuciosamente a vida pública e privada dos povos onde é aplicada -, punindo duramente em caso de desrespeito aos seus dogmas, como ainda enxerga os xiitas e sufistas como não-muçulmanos. Por isso, de acordo com esta posição deveriam ser tão perseguidos quanto os “infiéis”. Esse aspecto que será aprofundado em outra parte desse trabalho deve ser observado aqui para apontar que a ação da Arábia Saudita, com o beneplácito dos EUA, em prol da disseminação da violência sectária é algo que já se faz notório na própria guerra do Iraque. Dessa maneira, o *Daesh* ou Estado Islâmico, é um descendente da ação da Arábia Saudita com a difusão do wahabanismo e das guerras do Iraque em 2003 e da Síria em 2011. A política de “divide e reinarás” aplicada pelos EUA em base à marginalização constante dos sunitas triunfou. Quando Nouri Al-Malik, um personagem historicamente marcante no Iraque pela submissão aos interesses imperialistas, foi nomeado como primeiro-ministro iraquiano em 2006, as tensões se elevaram. Com uma agenda sectária, Al-Malik levou a marginalização dos sunitas ao extremo, e isso criou as bases para que anos depois o *Daesh* iraquiano pudesse ganhar apoio em parte dessa população, inclusive em territórios ricos em petróleo, trazendo contradições abertas para os interesses estratégicos dos conglomerados petrolíferos ocidentais (COCKBURN, 2015). Nem mesmo a tática do *surge* usada por George W. Bush, e que mais tarde seria utilizada por Obama no Afeganistão, pôde aliviar essas contradições:

Los jefes sunitas de la provincia de Anbar, acorralados entre la derrota en la guerra civil a manos de la mayoría shiita y la acción de grupos islámicos extremistas que atentaban contra sus objetivos nacionalistas, terminaron negociando con las tropas norteamericanas a cambio de importantes sumas de dinero y de la promesa de Estados Unidos de integrarlos al Estado, dominado por los shiitas. Así los grupos sunitas fundaron el movimiento conocido como “Despertar” y pasaron a colaborar con las tropas de ocupación para detener los ataques contra los soldados norteamericanos y mantener el orden entre la

población. De esta manera, disminuyeron cualitativamente los ataques contra las tropas de la coalición, y en menor medida la cantidad de atentados, y se abrió una negociación con el gobierno iraquí de Al Maliki para un calendario de retirada de las tropas norteamericanas, que se replegarían a sus bases para agosto de 2010 dejando en manos de las fuerzas locales la seguridad del país (CINATTI, 2010, s/p.)

No entanto, apesar dos efeitos imediatos do *surge*, a progressiva incorporação dos sunitas não transcende a pequena parcela composta pela classe dominante iraquiana. A imensa maioria da população sunita seguia na miséria e sendo perseguida. Muitos milicianos xiitas provenientes de uma ruptura das forças de Moqtada Al Sadr chamada *Asaib Ahl aq-Haq*, controlada diretamente por Nouri Al-Malik, a quem ele mesmo viria a combater posteriormente durante o ano de 2008 perseguia os sunitas pelas ruas de Bagdá. Em suma, entre os anos de 2006 e 2007, graças à ação dos Estados Unidos e de Nouri Al-Malik, uma intensa violência sectária explode no Iraque entre sunitas e xiitas. Mas embora a explosão de violência servisse de argumento para a manutenção das tropas norte-americanas, a percepção que se generalizou junto à opinião pública era a de que o Iraque se demonstrou fácil de ocupar e difícil de sair, trazendo crescentes questionamentos aos Estados Unidos, e a clareza de que a missão de apelo civilizatório que os neoconservadores haviam se dado falhou em todos os âmbitos:

Os Estados Unidos perderam a credibilidade e, nove anos depois de atacar e invadir o Iraque, onde perderam cerca de 4.486 soldados, tiveram 33.184 seriamente feridos e mataram entre 106.000 e 115.000 iraquianos (...) Calcula-se que 1,5 milhão de iraquianos morreram durante os nove anos de ocupação. E os registros da ONU indicavam que até 2011, mais de 3 milhões de iraquianos haviam sido deslocados de suas casas: 1.683.579 no exterior e 1.343.569 no próprio país (BANDEIRA, 2014, p. 146)

Além do número de mortos e feridos havia o problema da visível desintegração da sociedade iraquiana. Com a queda de Saddam Hussein o caminho mais direto para a reconstituição do regime político por meio de eleições gerais levaria a um governo xiita. E isso poderia fortalecer as relações com o Irã e sua projeção, naquele momento governado pelo conservador Ahmadinejad, com quem os EUA mantinham relações tensas. Apesar das contradições, os Estados Unidos mantiveram a política de buscar alianças com os xiitas, e a destruição do Partido Baath, relegando os sunitas a segundo plano fazendo com que estes percebessem que não mais teriam acesso às reservas de petróleo, a não ser pela violência (BANDEIRA, 2014). Isso levou a que uma parcela

importante dos sunitas tenha se tornado simpática à Al Qaeda e, posteriormente, ao Estado Islâmico.

Mas o cenário iraquiano era de um crescente caos, que parecia não ter fim, e cujo sentido se esvai a cada dia. A promoção da democracia havia se demonstrado farsesca e tornavam-se claros os desígnios imperialistas que visavam o aumento do controle do petróleo e a presença militar dos Estados Unidos. De acordo com os dados do Departamento de Defesa norte-americano em 2003, havia 725 bases militares em 38 países, distribuídas estrategicamente nos países que aderiram à OTAN após o fim da URSS, e no MENA, principalmente próximos às zonas que concentram o petróleo (PIVEN, 2017, s/p.).

No entanto, ainda que a militarização do mundo, e em especial do Oriente Médio pelos Estados Unidos, fosse uma vantagem única ao lado do dólar como moeda lastro internacional, a agenda neoconservadora teve resultados opostos ao pretendido. Da busca pela imposição de um “novo século norte-americano”, o resultado da guerra do Iraque e de toda a argumentação ideológica predominante no governo George W. Bush foi a ampliação de um expressivo rechaço internacional aos Estados Unidos e a percepção de queda de seu poderio. Ou, em outras palavras, de que a superioridade militar não assegura vitórias políticas. E nem sequer todas as vitórias militares, o que não foi o caso do Iraque, podem equivaler a vitórias políticas. E isso atingiu não só o governo Bush, como as próprias instituições norte-americanas. As Forças Armadas, que, no período imediatamente após o 11 de Setembro, eram consideradas no plano doméstico como os guardiões dos valores universais que os EUA reivindicavam representar, se mostravam aos olhos do mundo com os escândalos de Abu Ghraib como torturadores e abusadores.

A degradação moral dos Estados Unidos, sob a administração de George W. Bush atingiu tal nível que, enquanto os soldados americanos, como os algozes de Saddam Hussein sequestravam e executavam torturas pornográficas, sadicamente registradas em fotos e vídeos, as corporações do complexo industrial-militar-petrolífero, tais como Halliburton, KBR, Betchel Group Inc Betchel, MCI e outras, todas vinculadas a Bush, Cheney *et caterva*, locupletavam-se com as obras de reconstrução do país, cuja destruição as próprias Forças Armadas promoveram George Soros, arquimilionário homem de finanças e famoso como especulador nas bolsas de valores, qualificou como a ‘bubble’ a tentativa de administração de George W. Bush de implantar a supremacia americana, e advertindo que ‘the nexus between big businesses and the military can corrupt connection’ entre os neocons e os interesses monetários. (BANDEIRA, 2014, p. 719)

A utilização de forças mercenárias aprofundou essa situação. As companhias privadas militares foram responsáveis por entre 20% e 30% serviços essenciais prestados durante a ocupação iraquiana, dentre os quais a Halliburton, que tinha ligações profundas com o *establishment* neonconservador, era responsável por serviços de tecnologia, inteligência e comunicação. Além da Halliburton, o favorecimento das empresas que forneciam alimentação aos soldados, segurança, além da promessa de imensos lucros para as empresas petrolíferas na reconstrução do Iraque, muitas das quais ligadas à família Bush, foram ampliando a percepção de que a guerra do Iraque havia sido deflagrada sob falsos pretextos, para favorecer grupos de interesses e monopólios norte-americanos.

O termo “imperialismo”, que havia caído em relativo descrédito nas décadas de 1980 e 1990, diante do fim da Guerra Fria e com a aparente utopia da globalização neoliberal, assumia uma renovada força e ampliava seu sentido. Novamente, o debate sobre o imperialismo entendido como a ocupação direta das semicolônias, como era o próprio Iraque, sob pretextos pouco críveis e também como a junção indissociável do Estado e dos grandes conglomerados capitalistas para promover seus interesses, recorrendo à mentira, à pilhagem, à guerra, e ao caráter parasitário e rentista de seus grupos financeiros mais importantes, encontrava na agenda neoconservadora uma materialização praticamente perfeita. Decerto que as nações imperialistas não detinham esse caráter devido apenas a uma orientação de governo. Trata-se de uma posição estruturalmente definida, em base à localização do Estado em questão na divisão internacional do trabalho, tal como definiram os mais diversos teóricos do imperialismo. As nações que chegaram tarde na partilha do mundo ocuparam um lugar subordinado às potências imperialistas. Na virada do século XIX para o XX, só se pôde resolver o dilema entre a decadência da Grã-Bretanha e a ascensão dos Estados Unidos à condição de potência internacional hegemônica mediante duas guerras mundiais, que instituíram uma nova partilha do mundo. Tendo em vista que o século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, tem lugar a descolonização do mundo, a disputa passa a ser não sobre colônias, mas sobre mercados para exportação de capital e zonas de influência militar, econômica e política.

Com a ordem instituída no decorrer da Guerra Fria ordenada em torno de dois blocos, URSS e EUA, o sistema internacional operava em certa medida de maneira bastante clara, ainda que não harmoniosa ou pacífica. Mesmo que cada governante estadunidense tenha adotado linhas particulares, a estratégia de contenção da URSS foi a grande chave da estratégia imperialista, marcando iniciativas diversas, como o

financiamento dos talibãs afegãos contra os soviéticos, o restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais com a China, ou ainda o engajamento para a sustentação do governo de Sadat no Egito.

Mas o momento unipolar que sucedeu a Guerra Fria, e que parecia dar razão aos teóricos inspirados na visão de Kautsky de ascensão de um superimperialismo, foi de breve duração. Frente a esse desgaste emerge a plataforma de George W. Bush e sua planejada guerra do Iraque, com a busca por redesenhar o mapa do Oriente Médio, como via de garantir seus interesses econômicos e geopolíticos, mas também de enquadrar as potências europeias no marco de crescentes instabilidades no sistema mundial. Mas com o fracasso dessa tentativa dos neoconservadores de promover a instauração pela força de um “novo século norte-americano”, o que se deu foi justamente o seu oposto.

A política de clamar aos palestinos que aceitassem os limites territoriais delineados após a guerra de 1967 era na prática uma anulação dos acordos de Camp David e de Oslo, articulados pelos próprios norte-americanos. O ano de 2004 seria emblemático por marcar a transferência de poder da ocupação estadunidense que deveria dar lugar a um governo iraquiano, com eleições diretas no ano seguinte. Mas, ao contrário de pacificação, o que se viu foi a elevação da violência, com atentados nos mais significativos países aliados em diversos cantos do globo, como no Japão, Itália, Polônia, Inglaterra e Espanha, este último tendo retirado suas tropas. O Iraque se transformara em um “atoleiro”, e um centro de gravidade a irradiar violência e caos regional, fortalecendo o terrorismo islâmico e diversos grupos que se ramificaram a partir da Al Qaeda.

E, para além das forças terroristas islâmicas, também ganhavam peso, inclusive eleitoral, as organizações do Islã político, isto é, aquelas que se organizaram através de uma ampla rede de assistência social que possibilitou sua capilaridade social, transformando-as em alternativas políticas mediante a decadência do pan-arabismo, o que aprofundou a polarização e o sentido contrário aos Estados Unidos.

Sin embargo, la realidad ha desmentido estas tesis "normalizadoras" del Medio Oriente, aunque no por razones religiosas. Desde los atentados contra las torres gemelas en 2001, pasando por la resistencia iraquí, la victoria electoral de *Hamas* en las elecciones legislativas palestinas en enero de 2006, hasta el triunfo político de *Hezbollah* en su resistencia contra Israel en la breve guerra del Líbano de julio-agosto de 2006, el llamado "islamismo radical" se ha instalado en la escena mundial como el principal antagonista a la política norteamericana y sus aliados como el Estado de Israel, empleando métodos de acción que en algunos casos emulan a las guerrillas de los años '70. El peso de la "amenaza islamista" en los discursos de los gobiernos y de los medios

imperialistas aumenta a medida que la acción de estos movimientos no se limita al Medio Oriente y los países musulmanes y se ha extendido sobre todo a los países europeos que fueron o son aliados de Estados Unidos en la guerra contra Irak. Tanto en los atentados de Madrid como en los subterráneos de Londres, habrían participado jóvenes hijos o nietos de inmigrantes procedentes de países árabes o musulmanes. Y hay que tener en cuenta que en Francia la comunidad musulmana es de alrededor de 5 millones, en Gran Bretaña viven 2 millones de musulmanes, y que en ambos casos, tomados de conjunto, constituyen los sectores más empobrecidos de la población. (CIINATTI, 2007, s/p.).

No plano doméstico dos Estados Unidos, diante das eleições presidenciais de 2004, torna-se patente que o Partido Democrata tampouco tinha uma resposta à dinâmica de caos que havia se instaurado no Oriente Médio pela execução da agenda dos neoconservadores. John Kerry, candidato democrata que havia votado a favor tanto do Ato Patriótico quanto da própria guerra do Iraque, aparecia como uma figura carente de coerência e determinação. Mais do que suas debilidades pessoais, a ausência de apelo de Kerry era a expressão das lacunas do Partido Democrata em oferecer uma nova estratégia capaz de assegurar a localização dos Estados Unidos em um mundo marcado por contradições menos claras que caracterizaram a ordem mundial negociada em Yalta e Potsdam. Dessa forma, em 3 de novembro de 2004, George W. Bush conquista um novo mandato. Porém, os Estados Unidos seriam cada vez mais um país dividido, com Bush tendo 58 milhões de votos contra 55 milhões para John Kerry (PECEQUILO, 2011) e essa determinação interna se expressaria externamente.

O segundo mandato do governo Bush manteve Donald Rumsfeld, além de Paul Wolfowitz, enquanto Collin Powell fora substituído por Condoleezza Rice, como Secretária do Departamento de Estado. A adoção da nomenclatura “eixo do mal”, indicando, dentre outros, Irã e Coreia do Norte, são evocados como argumento para essa mudança. Em 2005, a Estratégia Nacional de Defesa adotada pelos EUA, e assinada por Donald Rumsfeld, declarou que os “EUA são uma nação da guerra” (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2005, p. 1) em um mundo marcado por “diversos desafios”. No mesmo documento, afirma-se que diferentemente da era da Guerra Fria, a segurança estadunidense seria mantida através da prevenção dos ataques mediante intervenções, beligerantes e de inteligência. Muito embora os Estados Unidos desde que emergiram como potência hegemônica jamais tenham deixado de ser uma “nação de guerra”, os seus envoltimentos diretos e unilaterais em conflitos militares sempre foram combinados e, muitas vezes, apresentados como meras linhas auxiliares de outras esferas como a diplomacia e a construção de organismos multilaterais.

Porém, ciente da percepção de enfraquecimento dos EUA, Condoleeza Rice adotou uma agenda que tentou sem sucesso dirimir parte das contradições da linha adotada no governo anterior, sem mudar a sua substância. Essa seria marcada pela tentativa de relativa aproximação com os aliados tradicionais, em especial a França e a Alemanha, além da criação de uma pauta de ajuda internacional às nações semicoloniais, sob um discurso de valorização das parcerias regionais. No Oriente Médio tentaria moldar a imagem de relativa independência em relação à política expansionista israelense de Ariel Sharon. Mas nem isso e nem a tentativa de instaurar eleições no Iraque foram convincentes para reverter a percepção de que atuavam como uma potência imperialista, cujos interesses eram absolutamente contrários aos dos povos árabes. Decerto, como mais tarde se mostraria no Egito pós-Primavera Árabe, os efeitos da ação estadunidense tiveram efeitos exatamente opostos aos almejados pelo seu discurso:

Com sua política internacional, *Rambo-like*, ameaçando usar armamentos nucleares, George W. Bush realmente assustou os outros países, que passaram a definir seus próprios interesses nacionais. Alguns, como a Coreia do Norte e o Irã, trataram de adquirir a capacidade de produzir também novas ogivas atômicas. Outros repulsaram a liderança unilateral dos Estados Unidos. E o antiamericanismo recrudesciu, em todas as regiões do mundo. Se eleições realmente democráticas fossem realizadas na Arábia Saudita e em outros países árabes, principalmente ali e na Jordânia, os fundamentalistas islâmicos, senão o próprio bin-Ladin, seriam provavelmente eleitos. Também no Egito onde a secretária de Estado, Condoleeza Rice pressionou o presidente Hosni Mubarak a anunciar eleições, sem que ele seja candidato único, a Irmandade Muçulmana fundamentalista foi quem sempre representou a oposição. (BANDEIRA, 2004, p. 746)

Pouco depois, em 2006, a insurgência iraquiana seguia acuando o governo recém-formado pelos Estados Unidos, chefiado por Nouri Al-Maliki, com uma média de 900 ataques semanais, de acordo com o Pentágono. E, como decorrência disso, os conflitos sectários entre sunitas e xiitas se ampliaram, sobretudo na capital. A execução de Saddam Hussein em 2006, sob o argumento do massacre de xiitas iraquianos em 1982, não ajudou a pacificar a situação e tampouco foi comemorada nos Estados Unidos. Mesmo assim, George W. Bush decide elevar os efetivos no Iraque em 150 mil soldados a mando agora do General David Petraeus, que deveria também supervisionar o treinamento do exército iraquiano. (VISENTINI, 2014).

Essa conjunção de fatores foi minando o apoio da opinião pública estadunidense à guerra do Iraque. Dentre estes figuram os efeitos da geopolítica do petróleo garantida a

todo custo, o unilateralismo agressivo, as mentiras forjadas para ir à guerra, a explícita garantia de interesses privados dos monopólios empresariais ligados ao petróleo e aos militares, associada a uma aberta corrupção endêmica e ao crescente ataque aos direitos civis. E, mais importante, a percepção de que os EUA poderiam vencer o terrorismo se demonstrava cada vez menos plausível. O mundo era percebido progressivamente como um lugar mais inseguro desde a ascensão do governo dos neoconservadores. O intervencionismo norte-americano era o epicentro das ameaças às quais estava exposto. O medo doméstico de novos ataques terroristas por um lado esvaía-se e, por outro, onde persistia se transformava em críticas severas a como a guerra do Iraque estava sendo conduzida.

1.6 Obama: da crise de 2008 à estratégia de contenção

A isso se agregaria o descontentamento pelo estouro da bolha imobiliária, que precipitou a crise econômica internacional mais importante desde a década de 1970. Além de explicitar que o sistema da economia mais importante do mundo teve seu último ciclo de crescimento sustentado em base à fraude no mercado imobiliário, cujos fundamentos haviam sido a proliferação dos *hedge-funds* e da especulação, o unilateralismo expansionista encontrava agora também um limitador econômico. O déficit comercial com dos EUA aumentava a cada ano, tendo alcançado a marca US\$ 617 bilhões em 2004, dos quais US\$ 162 bilhões estavam relacionados apenas à China (BANDEIRA, 2004).

Isso era a expressão de um padrão de crescimento internacional que havia sido articulado a partir de uma divisão não-declarada na qual a China financiava a dívida pública norte-americana, enquanto em base à abertura operada desde 1992 os monopólios estadunidenses puderam recompor a extração de mais-valia se instalando no país. Dessa forma, enquanto os cofres chineses acumulavam um elevado excedente em conta corrente, os Estados Unidos, e crescentemente o conjunto do globo, funcionavam como importadores da produção chinesa. Dessa forma o crescimento de dois dígitos da economia chinesa, que perdurou durante duas décadas, alimentava também a capacidade de financiamento externo da economia estadunidense e a demanda por *commodities* mundiais. O consumo estadunidense das manufaturas chinesas estava embasado em crédito barato, gerando um nível de endividamento histórico das famílias financiado em grande parte com a especulação imobiliária. Com a falência das agências imobiliárias Fannie Mae e Freddie Mac, e o rápido efeito contágio pelo sistema financeiro

internacional, as contas norte-americanas entraram em alerta total. O comércio internacional diminuía, e a economia mundial era lançada a um abismo de incertezas. Nos Estados Unidos, com milhões de famílias perdendo suas casas, os gastos militares que chegaram a custos estimados entre US\$1,6 trilhões¹⁷ e US\$ 2 trilhões passaram a ter ainda menos sentido junto à maioria da opinião pública, tornaram-se insustentáveis. (BLOOMBERG, 2014).

É em meio a esse cenário que George W. Bush encerra seu segundo mandato com um dos piores índices de aprovação da história, com 71% de reprovação popular. A dominação unipolar norte-americana cedia espaço a interpretações das mais variadas, como a hipótese do momento não-polar de Richard Haas ou o retorno do debate acerca do declínio dos Estados Unidos nas teses de Wallerstein, com o denominador comum da decadência de sua hegemonia como marca distintiva. A hipótese do declínio da hegemonia estadunidense segue aberta até os dias de hoje e atende a múltiplas determinações, sendo alvo de muitas controvérsias. No entanto, durante o final do segundo governo de George W. Bush, a percepção de declínio era praticamente um senso comum. O cálculo neoconservador de que ao invés do império da liberdade se imporia a liberdade do império parecia anunciar igualmente não um novo século norte-americano, mas um novo século de crise hegemônica.

Frente a essa percepção crescente de decadência hegemônica, que em certa medida recolocava o debate aberto após o choque do petróleo de 1973, era claro que medidas drásticas deveriam ser adotadas. Recompôr a imagem dos Estados Unidos frente ao mundo, e a um Oriente Médio imerso em uma situação de caos na qual Osama Bin Laden era considerado por amplos setores de diversos países da região como a figura mais confiável na política contemporânea. Reverter esta situação e ao mesmo tempo lidar com uma crise econômica de impacto global exigia mudanças. Ou, pelo menos, a aparência de mudanças. Karl Marx afirmava que se a essência e a aparência de um determinado objeto coincidissem, toda a ciência seria supérflua. Se essa é uma observação cabível a quase todos os fenômenos sociais, a política estadunidense também não escapa disso. Nos meses finais do governo de George W. Bush, era uma percepção comum entre as cúpulas tanto dos democratas quanto dos republicanos que os objetivos estratégicos imperialistas

¹⁷Até o ano fiscal de 2014, finalizado em setembro, o Congresso aprovou US\$ 815 bilhões para a guerra no Iraque, US\$ 686 bilhões para a guerra no Afeganistão e outras operações contra o terrorismo, US\$ 81 bilhões para outros gastos. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2014/12/19/custo-de-guerras-dos-eua-desde-os-atentados-de-11-de-setembro-us-16-trilhao.htm>) Acesso em 10.10.2017

seriam mais bem-sucedidos se protagonizados através de múltiplos meios, privilegiando a diplomacia e o diálogo em detrimento do trauma neoconservador.

Neste contexto, o candidato Barack Obama emergia como uma alternativa que parecia enquadrar-se no que se convencionou chamar na teoria das Relações Internacionais de “*smart power*”:

”*Smart power*” é um termo que desenvolvi em 2003 para combater a percepção equivocada de que somente o poder brando pode produzir uma política externa eficaz. Poder é a capacidade de afetar o comportamento dos outros para conseguir o que se quer. Existem três maneiras básicas de fazer isso: coerção, pagamento e atração. Poder duro é o uso de coerção e pagamento. *Soft power* é a capacidade de obter resultados preferenciais através da atração. Se um estado pode definir a agenda de outros ou moldar suas preferências, pode economizar muito em cenouras e paus. Mas raramente ele também pode substituir totalmente. Daí a necessidade de estratégias inteligentes que combinem as ferramentas de força bruta e branda. (NYE, 2009, sp.)

Dessa forma o *smart power* é compreendido como uma síntese de poder que abarca tanto os pilares militar e econômico do Estado, ampliando sua capacidade de desenvolvimento em diplomacia, alianças e parcerias, inovação e tecnologia e integração econômica. Trata-se de um enfoque que pretende abarcar tantos elementos da escola neo-institucionalista, como parte da elaboração neo-realista. (NOGUEIRA, MESSARI, 2005)

O enfoque desenvolvido por esta pesquisa parte de outro paradigma, pois para a teoria do imperialismo a ameaça de força é fundamental para forjar o consenso em um sistema internacional assimétrico, em que são exacerbadas recorrentemente as tensões entre as nações, enquanto alianças e colaborações são determinadas apenas temporalmente. No entanto, é útil ressaltar aqui que parte das expectativas depositadas em uma reversão das linhas orientadoras do neoconservadorismo seria justamente a adoção de um exercício de poder tal como descrito por Nye. E a alternativa que caberia ser apresentada pelo *establishment* norte-americano para atender a esse objetivo seria a candidatura democrata de Barack Obama.

Após vencer acirradas prévias contra Hillary Clinton, que posteriormente seria sua Secretária de Estado, o primeiro presidente negro da história dos Estados Unidos, também era descendente de muçulmanos quenianos, e continha Hussein como nome do meio. Letrado e culto era a síntese das necessidades da Casa Branca para recompor a sua imagem, de um Estados Unidos supostamente plural e *hegemon* por consenso. Sob os slogans de “*Yes, we can*” e “*Change we can believe*”, uma campanha em grande parte

financiada por internautas, a vitória de Obama sobre seu oponente, John McCain, um velho representante da ala dura republicana, parecia estar selada bem antes do pleito.

A agenda de campanha em política externa de Obama era ordenada torno do estabelecimento de um cronograma de saída do Iraque e outras prioridades que pudessem liberar os Estados Unidos de conflitos que não poderia vencer, de modo a reorientar seus esforços. Não se tratava de uma guinada, já que a proposta para o Iraque encontrava seu complemento no aprofundamento da guerra do Afeganistão, que seria encarada como uma “guerra de necessidade” a ser estendida ao Paquistão. Essa diretriz contou com a colaboração de Antony Lake, responsável por definir a plataforma de Bill Clinton, “Engajamento e Expansão” (PECEQUILO, 2010). O ponto mais relevante de como Obama apresentou sua agenda internacional em meio à campanha foi a admissão de que o mundo não era unipolar, e que o desafio dos Estados Unidos seria articular uma ordem de feições multilaterais, sem deixar de levar adiante sua orientação estratégica de ter como epicentro de intervenções a região do MENA. A base argumentativa seria Estratégia de Inteligência Nacional, que norteou a “Doutrina Obama”, no que se convencionou chamar Estratégia de Acomodação. Essa estratégia se constituiria como uma alternativa, ou antes, uma combinação de recursos, ao “poder bruto” (*hard power*), entendido este como a capacidade de enquadrar economicamente e militarmente os demais atores do sistema internacional.

Os Estados Unidos deveriam agora no exercício de sua hegemonia abandonar o uso exclusivo do *hard power* e utilizar-se de toda gama de recursos disponíveis, como a diplomacia, sistema de alianças, persuasão, e atração ideológica e cultural para atingir seus objetivos geopolíticos. De inspiração proveniente da teoria de Nye Jr, e no “poder inteligente” o texto oficial da Estratégia de Inteligência Nacional expunha justamente o entendimento de que haveria um vínculo causal entre segurança, progresso, oportunidade e a consolidação e aperfeiçoamento da democracia, a ser instituída pela ação norte-americana.

Simultaneamente, Obama demonstrou que poderia ser mais ofensivo ao fazer cálculos em relação a inimigos já existentes, como ficou claro na caça a Osama bin Laden e no uso de ataques com veículos aéreos não-tripulados contra suspeitos de envolvimento em atividades terroristas no Paquistão. A categoria de atores cujos valores e interesses centrais eram irreconciliáveis com os dos EUA era pequena na visão da administração Obama, e raramente tais ameaças pareciam chegar ao nível de atores estatais. Dessa forma, a suposição central parecia ser a de que virtualmente qualquer Estado poderia ser engajado de forma bem sucedida, independentemente do tipo de regime. Assim, a grande estratégia não seria desenvolvida por meio da promoção arrojada da

democracia ou da interdependência econômica no exterior, mas da acomodação mútua de interesses. Ademais, Obama sinalizava que, quando se tratava da atuação internacional dos EUA, o papel do presidente era crucial na definição de escolhas e prioridades, as quais envolviam *tradeoffs* políticos domésticos. Ele estava determinado a manter em suas próprias mãos as principais decisões acerca da atuação internacional dos EUA e tomá-las com cuidado, demonstrando sua confiança na habilidade de pessoalmente analisar, articular e gerir os vários estágios do processo de formulação da decisão. (JESUS, 2014, s/p.)

Dessa maneira, a política externa estadunidense se marcaria pelas promessas de não apenas solucionar as questões do Iraque e do Afeganistão, mas ainda de estabelecer um regime de cooperação com o Irã, normalizar em novos termos as relações com a Rússia, e aprofundar a cooperação com a China. Dentro deste escopo geral, as ameaças terroristas não deveriam ser compreendidas somente como alvo da repressão militar. Pelo contrário, para vencê-las a missão militar deveria também conquistar a simpatia e a confiança da população sob sua ocupação. Mas tal plataforma seria adaptada recorrentemente pelo pragmatismo, e pela continuidade do exercício de poder de acordo com as posições imperialistas que marcaram a administração Obama.

Por exemplo, a Estratégia da Acomodação, quando levada à prática, não pode ser compreendida como uma reversão das ofensivas militares do período predecessor. Isso ficará claro quando posteriormente eclode a guerra civil síria, um dos maiores alvos de bombardeios estadunidenses no segundo governo Obama. E se desde sua posse, a declarada “Guerra ao Terror” de Bush fora riscada do discurso de Obama como um objetivo de guerra global, seus governos marcaram uma continuidade em todas as ocupações e ofensivas abertas pelo seu antecessor. O que haveria, - além da mudança discursiva que privilegiava agora uma postura de aparente diálogo e de busca por ações multilaterais, com um retorno às organizações internacionais como a ONU e a OTAN -, era uma mudança tática de como seguir as guerras.

A própria nomeação do primeiro escalão do governo Obama indicava mais continuidade que rupturas, com muitos nomes relacionados à política econômica marcada pela desregulamentação financeira, enquanto no plano da política externa contavam-se apoiadores da guerra do Iraque. Hillary Clinton como secretária de Estado, Robert Gates, que havia sido secretário da Defesa de Bush e um dos responsáveis pela guerra do Iraque; James Jones, ex-assessor do senador republicano John McCain; Timothy Geithner, secretário do Tesouro que ao lado de Henri Paulson elaborou o enorme plano de resgate do sistema financeiro durante a crise de 2008 foram alguns deles. (BOTELHO, 2012),

Do ponto de vista dos objetivos norte-americanos que buscavam recuperar algo de sua referência como líder inconteste no sistema internacional, os governos de Obama atingiram parcialmente esse propósito quando toma-se como marco referencial os anos de administração dos neoconservadores. Em relação aos mandatos de George W. Bush, a imagem dos Estados Unidos melhorou parcialmente. Mas não se recuperou aos patamares do período pós-Segunda Guerra Mundial e, ao final, ainda que tenha iniciado parte de seus objetivos como a elaboração de um acordo com o Irã, a própria Primavera Árabe e seus contraditórios resultados colocaram-se como desafios para a agenda de política externa anunciada por Obama no início de sua primeira administração.

Por sua vez, a situação de caos regional no MENA durante os governos de Obama, e em especial após a transformação do levante por libertação nacional na Síria de 2011 numa guerra civil labiríntica e regressiva, se aprofundou. A nomeação de Hillary Clinton como secretária de Estado foi a marca de uma orientação beligerante em política externa. Como afirma José Luis Fiori:

Mais recentemente, a volta dos democratas ao governo, com Barack Obama, em 2009, não alterou o rumo das coisas, porque seus projetos pessoais de um “multilateralismo atenuado”, com aproximação da Rússia e a pacificação negociada da Palestina, foram atropelados de dentro de sua própria administração democrata. Pelos mesmos setores que promoveram a rebelião tutelada da Praça Maiden, e se utilizaram do “atentado aéreo” da Ucrânia, para consolidar a fronteira geopolítica e militar que volta a separar a Europa da Rússia Ortodoxa. Ao mesmo tempo em que transformavam o sudeste asiático na região mais militarizada do mundo, à sombra da nova “fronteira chinesa”, anunciada por Hillary Clinton, na condição de chefe do Departamento de Estado do governo Obama. Resumindo: nestes últimos 24 anos, o projeto de “globalização americana” foi ficando cada vez mais conservador, agressivo e intervencionista, e apesar disto, o “multilateralismo” se robusteceu com a expansão econômica e militar de algumas velhas potências regionais, como Alemanha e Rússia, e de algumas novas potências, ainda mais complicadas, por serem também “polos civilizacionais” - com é o caso da China, Índia e Iran - com seus próprios “sistema de verdade”, e sua visão ética autônoma do indivíduo, da sociedade e do mundo. (FIORI, 2014, s/p.)

Portanto, este caráter conservador e agressivo da política externa estadunidense não deixaria de ser a prática corrente durante os anos de Obama, demonstrando seu caráter relativamente estrutural. Moniz Bandeira, por sua vez, alega que Obama não pôde mudar essencialmente as diretrizes de George W. Bush por estar atado às relações de poder reais dos EUA. Se o tentasse, diminuindo o orçamento militar e as ofensivas belicosas, diversas indústrias bélicas poderiam quebrar (BANDEIRA, 2014). Essa parece ser uma interpretação recorrente. Aaron Miller, ex-diplomata e escritor do *Foreign Policy*, em um artigo nessa mesma publicação, aconselha Obama a reduzir seus esforços em política

externa, já que este havia herdado um conjunto de batalhas exteriores particularmente delicadas, no qual na Ásia e no Oriente Médio não se avistavam vitórias militares conclusivas, ou mesmo pactos e acordos que pudessem estabelecer ordens locais estáveis, já que até os aliados seriam corruptos. O que predominaria agora não seria mais um mundo em preto e branco, mas cinzento (MILLER, 2010).

Esse argumento é questionável, pois o mundo jamais fora preto e branco. Mesmo durante a Guerra Fria, a ordem do sistema não poderia ter sido assegurada sem os tratados de Yalta e Potsdam, ou seja, mesmo numa realidade ordenada em dois grandes blocos de poder hostis entre si, houve uma tensa colaboração. E aliados corruptos não eram necessariamente uma novidade para um Estado, que, através da CIA, havia financiado nos anos 1980 a própria Al Qaeda contra a URSS, uma infinidade de golpes militares na América do Sul, e grupos paramilitares dos mais variados tipos. O que estava acontecendo agora de diferente era que os resultados dessas ações não estavam obtendo sucesso, e não havia nenhum plano alternativo, a não ser reconhecer que a guerra do Iraque e do Afeganistão não poderiam ser ganhas, e rearticular suas posições a partir disso. (BANDEIRA, 2004)

A agenda do primeiro mandato de Obama se apresenta tendo como pontos-chave reorientar o foco da “ameaça terrorista” novamente sobre a Al-Qaeda no Afeganistão e também no Paquistão, realizar uma transição para a saída do Iraque, e a tentativa de restabelecer suas posições no mundo muçulmano. Num plano mais geral, Obama também declarou que hierarquizava o problema dos armamentos nucleares, em um intento de reorientar sua diplomacia em relação à Rússia. Poucos meses após sua eleição, Obama proferiu um discurso no Cairo em que prometia aproximar-se do mundo muçulmano e promover uma mudança de orientação, afirmando que os EUA não estariam em guerra contra o Islã. Além disso, fez uma alusão subliminar de que não estaria em acordo com o expansionismo colonial israelense, que estava ocupando novos territórios na Cisjordânia.

Porém, Obama fora claro em reafirmar já naquela ocasião que os EUA seguiam mantendo laços indissociáveis com Israel. Como se demonstraria mais tarde, a questão palestina não seria uma hierarquia para suas administrações. A retirada das tropas norte-americanas no Iraque foi iniciada em dezembro de 2011, como a concretização do acordo que havia sido estabelecido entre George W. Bush e Nouri Al-Maliki. Mas isso não encerrava a ocupação iraquiana. Essa seguiria tendo adiante as companhias militares, como o *US Army Sustainment*, que detinha um contrato de US\$ 2,7 bilhões, enquanto “5000 mercenários permaneceriam em Bagdá, a serviço do Departamento de Estado, para

a proteção do pessoal diplomático” (CINATI, 2007). O volume e importância dessa força de mercenários era tal que, no ano de 2011, morreram mais membros desses grupos privados que soldados regulares no Iraque. Em janeiro de 2012, havia oficialmente 113.491 mercenários a serviço das empreiteiras estadunidenses, e 90.000 soldados regulares (NORDLAND, 2012, sp).

Dessa maneira, para garantir a divisão dos grandes monopólios no promissor negócio de reconstrução do Iraque, a ocupação seguiu existindo, mas sem os custos políticos junto à opinião pública, que significaria estendê-la. Um efeito evidente dessa situação é que agravaram-se ainda mais as violações aos Direitos Humanos e a persistência da própria tensão entre essas forças ocupantes e a população, que apreende claramente o sentido econômico que a presença estrangeira tem, enquanto se sofre com as privações e as misérias da guerra aumentada pelo despojo de seus recursos e riquezas naturais. A manutenção dessa situação no Iraque foi de suma importância para que o Estado Islâmico tenha uma de suas origens entre a minoria sunita do país e, conseqüentemente, para o aprofundamento da crise regional e, agora, global em torno do Daesh.

No Afeganistão, a situação era tão ou mais dramática. Após dez anos de guerra o empobrecimento do país, e a instabilidade regional aumentaram consideravelmente, com a sua divisão em uma miríade de grupos de oposição. A infraestrutura do país estava destruída e, apesar dos projetos para refazê-la, 5 das 7 ações propostas pelo Pentágono em 2012 não haviam se concretizado. A principal atividade econômica passava a ser o cultivo de ópio, de uso proibido aos *mujahidim*, mas permitido pela religião de serem plantados e vendidos para não-muçulmanos. Inclusive fontes revelaram que o tráfico de ópio tinha envolvimento direto dos Estados Unidos, através da CIA, num esquema do qual participava o próprio governo de Hamid Karzai, que teria recebido alguns milhões de dólares em suborno (SCOTT, 2010).

A decadência da ocupação do Afeganistão foi o tema de um polêmico informe dado no final do ano de 2009 pelo General McChrystal, em um documento que foi usado como base para a reivindicação de aumento de quase uma centena de milhar de novos efetivos. Os pontos centrais do informe se centram na dificuldade de seguir travando uma guerra de contra-insurgência, em meio à completa ausência de apoio da população local. Além das dificuldades no teatro de operações, as diferenças entre as alas do governo também se intensificaram. Enquanto Joe Biden defendia uma estratégia centrada nos ataques aéreos, McChrystal e o Pentágono exigiam mais tropas terrestres. Obama opta

por uma estratégia intermediária, como uma tentativa de enfraquecer os talibãs para em seguida forçar negociações, consciente de que a vitória sobre eles já era impensável. Os aliados da OTAN aderiram a essa orientação e, em fim de janeiro de 2010, se realiza em Londres uma conferência internacional na qual se cria um “fundo para a reconciliação”, com o intuito de fortalecer o governo de Karzai, apresentando esse plano como a via de saído Afeganistão. (BANDEIRA, 2004)

Posteriormente, Robert Gates, que havia sido ex-secretário de Defesa dos Estados Unidos tanto de George W. Bush como de Barack Obama, assumiu publicamente em suas memórias que nenhum dos dois governos tinha a menor ideia da complexidade envolvida no Afeganistão. Dessa maneira, os Estados Unidos buscavam uma reorientação para os temas domésticos, principalmente após a perda das eleições de meio-termo em 2010 e do surgimento e fortalecimento do Tea Party:

Según Obama, “el liderazgo norteamericano ha sido renovado”, la guerra de Irak está acercándose a su fin y en Afganistán se habría limitado la influencia de los talibán y se podría iniciar la transferencia de la seguridad al gobierno y las tropas afganas. A esto se agrega que Pakistán estaría colaborando más estrechamente con los objetivos norteamericanos (...)Sin embargo, la realidad no coincide con este panorama optimista con el que Obama pretendió dar por superada la profunda crisis del poderío imperialista. Estados Unidos aún tiene que dedicar sus recursos a resolver los viejos conflictos de Afganistán, Irak y el Medio Oriente, con un proceso revolucionario que se está extendiendo por todo el mundo árabe, sin poder volcarse de manera decisiva a reforzar su estrategia hacia el Pacífico, donde el ascenso de China como potencia regional plantea los mayores desafíos. En Afganistán, la estrategia de contrainsurgencia copiada casi literalmente de la aplicada por la administración Bush en Irak, no ha dado los resultados esperados. A pesar de haber triplicado la presencia militar –las tropas de ocupación ascienden a 150.000 soldados, 100.000 norteamericanos y 50.000 de otros países de la OTAN– Estados Unidos no logró disminuir las bajas propias ni los ataques contra la población civil. Tras diez años de ocupación, los talibán no solo recuperaron capacidad de combate y control territorial, sino que además, se afirmaron como un actor indispensable para cualquier negociación que permita establecer un gobierno local con mayor legitimidad que el fraudulento y corrupto gobierno de Karzai (CINATTI, 2011, sp)

Assim, viu-se ao longo deste capítulo como o mapa geopolítico do atual Oriente Médio e dos países que compõem o Norte da África foi marcado pela ingerência direta das potências imperialistas estrangeiras, e mais particularmente pelos Estados Unidos, sobretudo no período aberto após a II Guerra Mundial (ANDERSON, 2011). Isso legou à região características especiais. Esse elemento assume importância, já que através dele se deu o estabelecimento das fronteiras dos países da região do MENA de maneira relativamente exterior às dinâmicas e identidades nacionais ali existentes, legando a um segundo plano as distinções culturais, étnicas e religiosas. Dessa maneira, o exame da

Primavera Árabe coloca a necessidade de uma retomada de suas motivações e dinâmicas exógenas e endógenas, para a qual o contexto internacional exerce uma importância significativa.

Examinou-se também como os Estados Unidos em suas distintas administrações definiu a região do MENA como um dos centros de sua política externa, motivados pela sua importância como terreno fértil em fontes energéticas. A escolha do MENA como epicentro da projeção de poder estadunidense, forjou a dinâmica geopolítica do petróleo, e levou à estruturação de um arco de alianças elaborado para a sustentação de interesses econômicos e políticos norte-americanos. Por sua vez, o recrudescimento da tensão em torno do Estado de Israel e a ascensão do movimento nacionalista pan-árabe agregaram instabilidades regionais, que desafiaram os Estados Unidos, implicando na necessidade da reestruturação de seu arco de alianças. Esta questão seria contestada parcialmente com a passagem do Egito ao arco de aliados norte-americanos a partir do governo de Awnar Sadat.

O auge das tensões regionais no MENA após os anos 1970 vem com a ascensão dos neoconservadores, que assumem as guerras preventivas na região em nome do combate ao terror como pauta principal de sua política externa. Assim, da política para o Iraque marcada pela marginalização dos sunitas a partir da ocupação, criam-se as contradições que levarão posteriormente ao surgimento do *Daesh*. No plano internacional a posição dos Estados Unidos cai ao patamar mais baixo em relação aos anos 1970, o que conflui com a crise internacional de 2008, abrindo espaço para a ascensão de Barack Obama e com ele promessas de uma reversão qualitativa da política de guerras e ocupações para o MENA, algo que como foi discutido não se cumpre.

Esse era o panorama geral da política norte-americana quando mundo foi surpreendido pela explosão da Primavera Árabe. Enquanto se tratava de apenas um vendedor de frutas que imolou o próprio corpo em protesto pela apreensão de suas mercadorias na Tunísia, os Estados Unidos não prestaram atenção. Mas quando isso acendeu a chama de um levante popular, de massas, e coordenado nas ruas do Egito, Iêmen, Bahrein, Síria, Líbia, Marrocos, Jordânia, Argélia e península arábica isso teve que mudar. Passemos a análise dos traços gerais deste processo.

Capítulo 2 – Analogias, origens, dinâmica e interpretações da Primavera Árabe

Após o exame dos objetivos e vias com as quais os Estados Unidos expandiu sua ingerência imperialista sobre a região do MENA, e como isso sedimentou parte das contradições que prepararam o terreno para a posterior eclosão da Primavera Árabe, passaremos agora para o exame deste fenômeno propriamente dito. Neste capítulo abordamos a analogia com a Primavera dos Povos, bem como o debate com parte dos autores que dedicam-se a traçar hipóteses sobre a dinâmica que os processos revolucionários podem assumir no século XXI.

Além deste exame teórico e histórico, o capítulo abaixo traz o detalhamento da dinâmica que a Primavera Árabe assumiu no conjunto das diferentes nações em que se deu, de modo a oferecer ao leitor um panorama geral das semelhanças e particularidades em cada um dos processos, e da ação estadunidense frente a eles. O objetivo é elucidar a relação entre os tópicos desenvolvidos no primeiro capítulo, com a Primavera Árabe, além de fornecer subsídios teóricos e metodológicos para contestar o questionamento sobre a sua natureza como fenômeno político, econômico e social. A exceção é o Egito, que por compor um dos objetos centrais da pesquisa tem um capítulo dedicado exclusivamente ao tema adiante.

2.1- A analogia com a Primavera dos Povos de 1848

Uma primeira questão a ser examinada é a natureza social e o desenvolvimento das tendências contidas na Primavera Árabe. Há leituras, como a que essencialmente baliza o presente trabalho, que a trata como um conjunto de potenciais revoluções derrotadas, fruto de uma combinação tanto de suas insuficiências internas e subjetivas, tais como a ausência de uma clara direção política e da centralidade do protagonismo das classes subalternas, como também da lacuna sobre qualquer perspectiva anti-imperialista. Isso deixou em especial os Estados Unidos com margem de manobra para seguirem instrumentalizando os atores políticos regionais, novos e antigos, para a salvaguarda de seus interesses. Essa posição dos Estados Unidos teve como fundamento o seu fortalecimento geopolítico, proveniente da restauração capitalista na URSS e da possibilidade de adentrar em novos mercados e explorar nichos cuja mão-de-obra havia

sido anteriormente bloqueada aos Estados Unidos, como foi o caso da China. Neste contexto, para os países do MENA a ação da política estadunidense nas últimas décadas foi a de patrocinar uma agenda executada pelos poderes locais de desmantelamento das conquistas sociais legadas pelo nacionalismo pan-árabe. Como assinala Samir Amin:

Esses regimes alcançaram tudo o que puderam nesse cenário em um curto período, digamos 20 anos, e depois disso perderam a força, como resultado de seus limites e contradições internos. Isso, coincidindo com o colapso do poder soviético, facilitou a ofensiva "neoliberal" imperialista. Os círculos dirigentes, para permanecer no cargo, optaram por recuar e submeter às demandas da globalização neoliberal. O resultado foi uma rápida degradação das condições sociais; tudo o que foi alcançado na era do Estado Popular Nacional em benefício da classe popular e da classe média foi perdido em poucos anos, sendo a pobreza e o desemprego em massa o resultado normal das políticas neoliberais adotadas. Isso criou as condições objetivas para as revoltas. É curioso notar que alguns dos mais fortes defensores das "revoluções democráticas" que chamam o Ocidente em seu socorro são alguns dos ex-líderes que apoiaram com entusiasmo o alinhamento neoliberal! (AMIN, 2012, sp)

Quando os levantes populares se iniciaram na Tunísia após o vendedor de frutas Mohamed Bouazizi ter atado fogo em seu próprio corpo em dezembro de 2010, não se sabia ao certo qual seria o alcance dos protestos, que rapidamente tomaram conta das ruas do país governado então pelo ditador Zine el-Abidine Ben Ali. Mas o contágio rápido que estendeu os levantes da Tunísia para a Líbia, Egito, Argélia, Bahrein, Síria, Marrocos e Iêmen foi um indicador de que um tipo distinto de fenômeno social e político, ocorria nesses países do Oriente Médio e Norte da África. Como desenvolvemos ao longo deste capítulo, não se pode tratar a Primavera Árabe como uma totalidade homogênea. As especificidades políticas, econômicas e sociais das formações nacionais, mesmo que em alguns casos derivadas diretamente dessas fronteiras relativamente artificiais definidas pelo Tratado de Sykes-Picot em 1916, cumpriram um papel importante para que quase uma década após o início da Primavera Árabe seus resultados tenham sido tão distintos nos países em que se deram.

Mas sem desprezar esse elemento, aqui serão sublinhadas três questões que se apresentaram de maneira inter-relacionadas. A primeira consiste na tentativa de oferecer uma caracterização da natureza desses levantamentos, buscando contestar ao questionamento sobre se a Primavera Árabe compôs-se de processos revolucionários legítimos, ainda que derrotados. A segunda remete-se às possíveis motivações que foram comuns a toda região permitindo o encadeamento e expansão dos levantes de maneira tão inequívoca e rápida, o que levou à analogia com a Primavera dos Povos de 1848. E a

terceira relaciona-se com a hipótese de que a crise econômica que se abriu em 2008 nos países centrais, como os Estados Unidos e as potências europeias, atuou como um dos elementos desencadeadores para os processos da Primavera Árabe, desgastando e colocando em xeque as alianças e vias de dominação até então existentes.

Após três décadas da revolução iraniana de 1979, que levou ao poder o regime dos aiatolás, rompendo a aliança do Irã com os Estados Unidos e transformando-se num desafio geopolítico de grande hierarquia para os interesses estadunidenses (COGIOLLA, 2008), poderia parecer que as transformações sociais promovidas pela ação das massas tinham sido bloqueadas como possibilidade histórica. “A era das revoluções”, usando a designação de Hobsbawn, parecia até então circunscrita e encerrada ao século XX. A crítica dos teóricos do social-liberalismo de que a “revolução desapareceu sem deixar rastros” em meio à “era da globalização”, como pretendia Anthony Giddens, encontrou na Primavera Árabe seu primeiro questionamento sério em três décadas sem qualquer revolução. A eclosão da Primavera Árabe foi responsável em seu início por recolocar no imaginário coletivo a revolução como via de transformação social. Rapidamente os levantes populares do Oriente Médio e Norte da África foram caracterizados como “revoluções democráticas” e parte da imprensa estrangeira os buscavam localizar como processos de cunho liberal pelas suas demandas, dirigidas contra as monarquias e ditaduras, muitas delas instauradas há décadas. Há ainda outras interpretações que defendem que esse processo foi em verdade algo similar às “revoluções coloridas” (VISENTINI, 2011) patrocinadas no Leste Europeu pelos Estados Unidos. De acordo com estas interpretações as motivações seriam promover o desgaste a regimes supostamente contrários aos interesses estadunidenses, como seria o de Bashar Al Assad na Síria ou Muammar Kadafi na Líbia. Esta hipótese será examinada criticamente adiante.

Diferentemente dessas abordagens que serão debatidas ao longo deste trabalho, a presente investigação retoma a hipótese delineada por Gilbert Achar, dentre outros autores, acerca da natureza da Primavera Árabe no período que abarca seu início até a intervenção da OTAN na Líbia. Esta interpretação considera as dimensões da política externa norte-americana e da crise econômica, política e social dos países do Oriente Médio e do Norte da África em sua interrelação, conferindo-lhe os fundamentos cenrais:

Foi baseado na visão de que essa “Primavera” foi o resultado de uma mutação cultural e política nascida por uma nova geração conectada à cultura global, graças às novas tecnologias da informação e comunicação. De acordo com essa visão, os levantes foram essencialmente, se não exclusivamente, uma luta pela

liberdade política e pela democracia. Essa visão não estava completamente errada, é claro. Essas dimensões foram definitivamente uma característica marcante do levante. No entanto, o ponto principal que enfatizei desde o início foi que as raízes profundas da revolução regional são sociais e econômicas, antes de serem políticas. O que aconteceu foi uma explosão social em primeiro lugar, mesmo que assumisse um caráter político como qualquer explosão social em larga escala. (ACHCAR, 2015, s/p.)

Analisando os desenvolvimentos e resultados há quase uma década de seu início, torna-se útil para o exame da complexidade ressaltar hipóteses interpretativas sobre em que medidas tais explosões sociais teriam sido revoluções, e no caso afirmativo de que tipo. E também qual o papel de seus atores, tanto tomados no plano interno, quanto externo. Dessa maneira, buscar as distinções e possíveis pontos de contato com alguns dos processos revolucionários mais expressivos da história, ainda que tomando as devidas precauções para que não se extrapolem os limites que qualquer analogia deve ter, torna-se útil para responder ao questionamento sobre se em algum momento a primavera árabe constituiu-se como uma concatenação de revoluções.

Para o desenvolvimento deste debate, faz-se relevante retomar a analogia mais recorrente tem sido com a primavera dos povos de 1848, que legou a denominação “Primavera Árabe” para designar os levantamentos populares de 2011 nos países do Oriente Médio e do Magreb, de modo a caracterizar como e por que esses processos se assemelham de acordo com a matriz teórica legada pelos marxistas tanto contemporâneos da Liga dos Comunistas como os da III Internacional. O historiador britânico Perry Anderson caracterizou a Primavera Árabe como uma espécie rara de evento histórico:

A revolta árabe de 2011 pertence a uma rara classe de eventos históricos: uma concatenação de convulsões políticas, uma detonando a outra em todo o mundo. Houve apenas três casos anteriores - as Guerras Hispânicas de Libertação, que começaram em 1810 e terminaram em 1825; as revoluções europeias de 1848-49; e a queda dos regimes no bloco soviético, 1989-91. Cada uma delas é historicamente específica para o seu tempo e lugar, como será a cadeia de explosões no mundo árabe. Nenhum durou menos de dois anos (ANDERSON, 2011, sp)

Esse caráter distintivo da Primavera Árabe teria como um de seus fatores de origem elementos *sui generis* do desenvolvimento histórico do Oriente Médio e da África do Norte. O primeiro e mais evidente é a longevidade e intensidade do domínio imperialista ocidental na região. Como decorrência disso a história da constituição do mapa dessa região, tal como hoje conhecemos, é marcada por levantes e guerras dos mais variados tipos, e as potências imperialistas cumpriram um papel determinante:

Estes começaram tão cedo quanto a expedição britânica para reinstalar um regente fantoche no Iraque em 1941, e se multiplicaram com a chegada de um estado sionista no cemitério da revolta palestina, esmagado pela Grã-Bretanha em 1938-1939. (...) Desde a Segunda Guerra Mundial, cada década teve sua colheita de violência entre suseranos e colonos. Nos anos quarenta veio o *nakba* pela questão de Israel na Palestina. Nos anos cinquenta, o ataque anglo-franco-israelense contra o Egito e os desembarques americanos no Líbano. Nos anos 60, a Guerra dos Seis Dias de Israel contra o Egito, a Síria e a Jordânia. Nos anos setenta, a Guerra do Yom Kippur, seu resultado controlado pelos EUA. Nos anos 80, a invasão israelense do Líbano e o esmagamento da intifada palestina. Nos anos noventa, a Guerra do Golfo. Na última década, a invasão americana e ocupação do Iraque. Neste, o bombardeio da OTAN da Líbia em 2011. Nem todo ato de beligerância nasceu em Washington, Londres, Paris ou Tel Aviv. Os conflitos militares de origem local foram bastante comuns: a guerra civil do Iêmen, na década de sessenta, a marroquina do Saara Ocidental na apreensão dos anos setenta, o ataque iraquiano ao Irã na década de oitenta e a invasão do Kuwait nos anos noventa. Mas o envolvimento ou conivência do Ocidente também raramente estava ausente. Pouco na região e a necessidade de solicitar financiamento. (ANDERSON, 2011, sp)

Além da atuação direta e persistente das potências imperialistas estrangeiras, outro elemento que se relaciona àquele e distingue politicamente a região é a persistência de regimes *bonapartistas*. Diferentemente da promoção da democracia liberal como “valor universal” que marcou o cenário político e a própria noção de desenvolvimento nos países centrais, no MENA foram os regimes bonapartistas, tanto monárquicos como os ditatoriais sustentados através de inócuos processos eleitorais, foram os baluartes da ordem de dominação regional. Como exemplos notórios temos a monarquia saudita e a ditadura de Hosni Mubarak, ambos apoiados pelos Estados Unidos. Isso data de um longo processo, que mescla-se com a própria formação das dinastias hashemita e alauita na Jordânia e no Marrocos, sendo a primeira um subproduto do protetorado britânico e o segundo do colonialismo francês, abrindo o caminho para a instauração de regimes teocráticos atuantes sob fachadas parlamentares, ambos apoiados pelas principais potências do sistema internacional. Assim, sustentar os regimes despóticos são pilares fundamentais para os objetivos estratégicos dos Estados Unidos. Nesse sentido, a relação entre a existência de tais regimes e a intervenção das potências imperialistas não é apenas uma decorrência causal, mas atende aos interesses estrategicamente delineados pelo menos desde a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos emergem como potência hegemônica do bloco capitalista. Ainda que cada um desses regimes tenha raízes locais, que foram fundamentais para o seu surgimento e persistência, foram apoiados ativamente das mais variadas maneiras, seja econômica ou militarmente, pelos Estados Unidos. Assim, neste capítulo examinamos a hipótese de que a ausência de uma

interconexão entre a primeira etapa dos levantes da Primavera Árabe contra os regimes locais e o questionamento à ingerência e exercício de poder das potências imperialistas sobre a região constituiu um dos fatores mais relevantes para que o seu contraditório resultado tenha se dado da maneira como ocorreu.

Esse esforço analítico também cobra importância na medida em que buscamos traçar uma reinterpretação crítica sobre o senso comum que se disseminou de que as organizações jihadistas seriam entes absolutamente desligados e impossíveis de serem compreendidos a partir de uma perspectiva teórica calcada na apreensão das classes sociais dos países árabes. Comumente analisada apenas partindo de um prisma étnico-religioso-cultural, a disseminação das organizações terroristas radicais islâmicas está ligada ao financiamento proveniente das classes capitalistas locais e estrangeiras. Inclusive dos Estados Unidos, como outrora se deu com a Al Qaeda quando foi instrumentalizada contra o avanço da URSS no Afeganistão entre os anos de 1979 e 1989. A expansão atual de suas vertentes mais radicalizadas, como o Estado Islâmico, é dentre outros fatores um subproduto da dinâmica assumida pela guerra civil síria e a ocupação estadunidense no Iraque. Como já mencionado no capítulo 1 o *modus operandi* dos Estados Unidos na região era marginalizar os sunitas e as versões islamitas moderadas, sendo parte da dinâmica das guerras travadas no Oriente Médio e do Norte da África, abrindo caminho para a derrota das possibilidades revolucionárias abertas pela Primavera Árabe.

Decorridos alguns anos desde seu início, e tendo em vista os caminhos erráticos que a Primavera Árabe assumiu, cabe uma reavaliação de parte dos elementos empregados pela analogia com a “Primavera dos Povos”, os levantes de 1848. Como similitudes pode-se destacar o rápido efeito contágio, a revolta popular contra a elevação dos preços dos alimentos, como uma antecipação dos movimentos e o questionamento aos regimes políticos e governantes, bem como a dinâmica de classes de 1848 e da Primavera Árabe marcam algumas das similitudes fundamentais entre os dois processos. Mas também existem muitas distinções, que devem ser consideradas, já que como toda analogia, sobretudo as traçadas entre eventos ocorridos em momentos históricos tão distintos, exigem cautela. Dentre as mais relevantes pode-se destacar as distinções da própria etapa do capitalismo internacional, já que 1848 se dava em uma situação anterior ao advento do imperialismo. Além disso, ocorreu na Europa, coração do sistema, enquanto a Primavera Árabe dá-se na época imperialista, e na periferia do sistema.

O epicentro da Primavera dos Povos de 1848 se iniciou na França, berço da anterior revolução de 1789, que forneceu o paradigma clássico das revoluções até então. eclodiu a partir de um levante contra o governo de Luís Felipe, que angariou com uma série de medidas impopulares em meio a uma crise econômica que não se restringia à França. Isso gerou a oposição da população empobrecida, dos trabalhadores e dos espectros tanto identificados com os socialistas quanto com os republicanos. O questionamento ao regime levou ao fim da Monarquia de Julho de 1830 e à queda do rei Luís Felipe, com a instauração da Segunda República. No entanto, a Segunda República se revelaria conservadora em relação às aspirações dos amplos setores de trabalhadores e das camadas populares que haviam derrubado a monarquia, ao lado da burguesia. Dessa maneira, se desenvolveram as Revoltas de Junho, que se encerraram com a subida ao poder de Luís Napoleão, o que levou Marx a cunhar a famosa sentença de que a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa. (MARX, 2011 [1851]).

Já na Itália, a revolução de 1848 uniria como reivindicações tarefas históricas ainda sem resolução, legadas pelo seu atraso relativo às demais nações europeias. Dentre elas a questão da unidade nacional e a independência do país em relação à dominação dos Bourbon. Na Alemanha, o processo revolucionário se deu contra a estrutura autocrática dos 39 estados independentes que haviam sido legados pelo Sacro Império Romano-Germânico, além das demandas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e vida. No Império Austríaco os levantes contra a monarquia assumiram características mais radicalizadas, com barricadas nas ruas contra o regime absolutista de Fernando I e Klemens von Metternich, que foi obrigado pela força das manifestações a fugir. Sem encontrar outra saída, Fernando aceita a emancipação do campesinato e a promulgar uma constituinte. No entanto, a burguesia austríaca não pôde levar a cabo as demandas que haviam sido postas pela revolução de 1848, e como consequência disso se deu a restauração da monarquia com a tomada do poder por Schwatzenberg, que dissolveu a constituinte, o que se combinou a um levante de checos e húngaros contra a dominação austríaca. (MARX, 2011 [1851]).

Eric Hobsbawn em *A era das revoluções*, afirma que as revoluções de 1848 tinham como centro de gravidade a França, mas haviam sido motivadas também contra a dominação eslava no Leste, o que conferiu aos setores burgueses liberais que nelas participaram um caráter nacionalista. Ademais, Hobsbawn sublinha que a questão da partilha da terra, tarefa resolvida pela Revolução Francesa de 1789 e inconclusa em diversas outras nações da Europa em 1848, dentre as quais segundo o autor apenas a

Inglaterra constituía-se como uma economia industrializada, colocava-se como uma questão fundamental, que, todavia, não foi resolvida, assumindo relevância para o desfecho de desvio e derrota:

Fora da França, onde o republicanismo ou o bonapartismo haviam conquistado uma importante fração do campesinato entre 1791 e 1815, e onde a Igreja tinha em muitas regiões definhado mesmo antes da Revolução, havia umas poucas áreas - talvez mais claramente aquelas em que a Igreja era um governante estrangeiro de há muito odiado, como na Romagna Papal e na Emília - em que existia o que nós hoje chamaríamos de agitação camponesa de esquerda. E até mesmo na França, a Bretanha e a Vendéia permaneceram fortalezas do bourbonismo popular. O fato de os camponeses europeus não se insurgirem juntos com os jacobinos e os liberais, quer dizer, com os advogados, os lojistas, os administradores de fazendas, os funcionários civis e os proprietários de terras, condenou ao fracasso as revoluções de 1848 nos países em que a Revolução Francesa não lhes tinha dado a terra; e onde ela lhes dera, seu medo conservador de perdê-la ou o seu contentamento mantiveram-nos igualmente inativos. (HOBSBAWN, 2012, p. 113)

Mesmo observando todas as distinções existentes entre os dois processos, podemos afirmar que o Cairo no Egito operou em meio à Primavera Árabe como Paris para a Primavera dos Povos. Esta relação será retomada adiante.

A citação acima revela que as revoluções de 1848 foram motivadas em parte pelo choque trazido pela ordem agrária que se via estrangida por forças que impunham padrões de acumulação distintas e, para isso, forçavam mudanças econômicas, políticas e sociais. Como Hobsbawn aponta, para além do problema da terra, do nacionalismo e das demandas dos trabalhadores urbanos por melhores condições de trabalho, havia ainda transformações relevantes que se desenvolviam na Europa. Essa transformação suscitou a ampliação da economia, bem como o volume do comércio e das emigrações.

Antes de 1830 não havia qualquer companhia de capital social na mineração belga; por volta de 1841, quase metade da produção de carvão vinha destas companhias. Seria monótono citarmos dados análogos para a França, para os Estados alemães, a Áustria e outros países e áreas em que os princípios da moderna indústria foram lançados nestes 20 anos: os Krupp na Alemanha, por exemplo, instalaram sua primeira máquina a vapor em 1835, as primeiras minas do grande campo de carvão do Ruhr foram abertas em 1837, o primeiro forno movido a coque foi instalado no grande centro siderúrgico tcheco de Vítkovice em 1836, e o primeiro moinho de rolo de Falck, na Lombardia, em 1839-40. Tanto mais monótono porque a industrialização realmente maciça - com exceção da Bélgica e talvez a França - só ocorreu depois de 1848. Os anos que vão de 1830 a 1848 marcam o nascimento de áreas industriais, de famosos centros e firmas industriais cujos nomes se tornaram conhecidos até nossos dias. (HOBSBAWN, 2012 [1962] p. 123)

É com esse pano de fundo que a Primavera dos Povos na Europa se gestaria como uma combinação entre a industrialização crescente das nações europeias, a inadequação política do regime monárquico absolutista para atender aos interesses das burguesias nacionais, aliado ao surgimento de uma potente classe trabalhadora urbana e a impossibilidade dos liberais responderem seus anseios. O grande paradoxo na interpretação de Hobsbawn seria justamente a França, que em tese deveria avançar mais rapidamente por já ter realizado a revolução burguesa mais clássica dentre todas as demais, o que abriu caminho para a formação de uma economia capitalista que detinha grandes reservas de capital, que exportava, auxiliado por sua capacidade técnica para todo o continente europeu, e mantinha superioridade técnica e científica em relação às demais nações europeias, com exceção da Grã-Bretanha, não se constituiria como uma potência industrial capaz de suplantando os Estados Unidos. (HOBSBAWN, 2012 [1962]). O exame detido desse problema extrapola os limites desse trabalho, mas a observação é válida na medida em que ainda que isso possa ter se desenvolvido dessa forma do ponto de vista econômico, é na França, e mais especialmente em Paris, onde a classe trabalhadora se coloca como mais centralidade como um dos sujeitos do processo, pois tal como afirma Marx:

Se é Paris, em consequência da centralização política, que domina a França, em momentos de convulsões revolucionárias são os operários que dominam Paris. O primeiro ato da vida do Governo provisório foi a tentativa de se subtrair a esta influência predominante por um apelo da Paris embriagada à França sóbria. Lamartine contestou aos combatentes das barricadas o direito de proclamar a República, só a maioria dos franceses seria competente para tal; haveria que esperar que ela se manifestasse pelo voto, o proletariado parisiense não deveria manchar a sua vitória com uma usurpação. A burguesia permite ao proletariado *uma* única usurpação: a da luta. (MARX, 1850, p 78)

Assim, as revoluções de 1848 podem ser caracterizadas como processos distintos da revolução francesa de 1789, que forneceu o modelo mais acabado da revolução burguesa, voltada contra as monarquias e o feudalismo na qual a burguesia desempenhava o papel de direção e sujeito. Já nos processos de 1848 há uma contradição na medida em que a classe trabalhadora e as massas camponesas e urbanas empobrecidas foram as grandes protagonistas, e não mais apenas a burguesia e a pequena-burguesia, mas sob a direção política da burguesia, que, como analisa Marx, nem bem conquista a queda dos monarcas se voltará contra a classe trabalhadora. (MARX, 1848).

Marx, em diversos textos dedicados a analisar Primavera dos Povos de 1848 deu uma relevância significativa à dinâmica que as classes sociais assumiram durante esse processo como parte substancial de seu desenvolvimento. Pela primeira vez, Marx cunhou

o conceito de *revolução permanente* para analisar a posição das classes sociais envolvidas no processo de 1848, atestando como a burguesia liberal que seria o sujeito das revoluções contra as monarquias se utilizaria dos trabalhadores e do conjunto das classes subalternas, para em seguida voltar-se contra àqueles (MARX, 1848).

Os hemos dicho, hermanos, en 1848 que el liberalismo alemán vendría pronto al Poder y emplearía éste una vez más contra la clase trabajadora. Habéis visto cómo ha sido realizado. Fue la burguesía quien, después del victorioso movimiento de marzo de 1848, tomó las riendas del gobierno, y el primer uso que hizo del Poder fue hacer retroceder a los trabajadores, sus aliados en la lucha contra el absolutismo, a su anterior condición de oprimidos. No podían ellos conseguir su propósito sin la asistencia de la derrotada aristocracia, a la cual transfieren incluso el Poder gubernamental, guardando, no obstante, para sí mismos la intervención definitiva del Gobierno a través del presupuesto. (MARX, 1850, sp)

Dessa maneira se percebe como Marx inicia a reflexão posteriormente desenvolvida pela teoria da revolução permanente, de que as próprias reivindicações típicas da revolução burguesa, como a eliminação de todos os resquícios do feudalismo, já em 1848 não podiam ser resolvidas por aquela classe. A independência política e estratégica da classe trabalhadora já naquele movimento deveria dar a tônica da sua orientação, pois apesar da unidade com a burguesia para dirigir-se contra a coalizão aristocrata-liberal, os trabalhadores deveriam atuar de forma independente. Portanto, para Marx em meio às revoluções de 1848 era esta a via para que se pudesse efetivamente alcançar as demandas mais profundas, abertas pelos levantes antimonárquicos. Assim, o que subjaz da lógica de Marx é o encadeamento entre o objetivo de derrubada das monarquias e a transformação deste processo não na instauração de uma nova ordem democrático-liberal burguesa, mas a busca do caminho para uma revolução que culminasse com a instauração de um governo dos trabalhadores. Tratando da situação francesa, Marx dirá em 1850:

Tan pronto como el nuevo Gobierno esté establecido comenzará a combatir a los trabajadores. A los fines de estar efectivamente en condiciones de oponerse a la democracia pequeño-burguesa, es necesario, en primer lugar, que los trabajadores estén organizados en Clubs, que serán en seguida centralizados. La autoridad central, después de la caída del Gobierno existente trasladará sus cuarteles en la primera ocasión a Alemania; inmediatamente reunirá un Congreso y hará las necesarias proposiciones para la centralización de los Clubs de obreros bajo un Comité Ejecutivo, que residirá en el centro del movimiento. La rápida organización, o por lo menos el establecimiento de un organismo provincial de Clubs obreros, es uno de los más importantes puntos de nuestras indicaciones para vigorizar y desarrollar el partido de los

trabajadores. El resultado inmediato de la caída del Gobierno existente será la elección de una representación nacional. El proletariado vigilará en primer término para que ningún obrero sea privado de su sufragio por los trucos de las autoridades locales o de los comisionados del Gobierno; en segundo lugar, hará que contra los candidatos burgueses democráticos se presenten en todas partes candidatos de la clase trabajadora, quienes, en la medida que ello sea posible, deberán ser miembros de la Liga y por cuyo triunfo todos deben trabajar por todos los medios a su alcance. Incluso en los distritos donde no hay posibilidad de que nuestro candidato salga triunfante, los obreros deben, no obstante, presentar nombres a los fines de mantener su independencia, templar sus fuerzas y presentar su actitud revolucionaria y los puntos de vista del partido ante el público. (MARX, 1850, sp)

A Circular ao Comitê da Liga dos Comunistas de 1850 apresentada por Marx e Engels pode ser interpretada como uma atualização da orientação sustentada para a Alemanha até então, na medida em que contemplava a possibilidade de que os trabalhadores tomassem o poder naquele país, após um primeiro momento marcado pela unidade com a burguesia para promover a queda das monarquias. O elemento de contágio das revoluções de 1848 seria responsável por criar um elo entre a Alemanha e as demais nações europeias, abrindo perspectivas para a instauração de uma economia socializada e interligada. (MAIELLO; ALBAMONTE, 2017).

Porém isso não se deu em 1848. No entanto, a Comuna de Paris de 1871 demonstrava a tendência da entrada em cena da classe trabalhadora, como sujeito dos processos revolucionários. Como balanço geral da Primavera dos Povos de 1848, Leon Trotsky diria que por um lado chegaram muito rápido; por outro demasiado tarde (TROTSKY, 1938) constatando que as condições para o desenvolvimento de uma revolução socialista, não apenas as subjetivas, referentes à organização dos trabalhadores, mas inclusive as que se referem às condições econômicas, isto é, objetivas, ainda não estavam desenvolvidas o suficiente a esse ponto. Mas tampouco as demandas e as forças motoras dos processos revolucionários de 1848 seriam puramente burguesas. O surgimento e a concentração de uma nascente classe trabalhadora urbana, a centralidade da indústria sobre o campo, a existência e o fortalecimento de uma burguesia financeira legaram condições qualitativamente distintas às encontradas no terreno em que se deu a Revolução Francesa de 1789.

A crítica que Trotsky, em seu texto *A 90 anos do Manifesto Comunista*, de 1937, fez à interpretação de Marx em base a seus escritos acerca de 1848, e mais especificamente ao balanço da Comuna de Paris de 1871, é a de que o seu mestre havia confundido “as dores do parto com a agonia da morte” do capitalismo (TROTSKY, 1937).

Em outras palavras, com essa sentença, Trotsky indicava que nem as revoluções de 1848 e, tampouco a Comuna de Paris, poderiam culminar na ascensão ao poder dos trabalhadores, fundamentalmente porque o avanço das forças produtivas sob o capitalismo ainda não o permitiria, pois não teria ainda esgotado suas possibilidades.

A hipótese a ser debatida adiante é que contrariamente às revoluções de 1848, seguidas da Comuna de Paris de 1871, a Primavera Árabe desenvolveu-se em um momento histórico imperialista, marcado pela crise capitalista internacional de 2008. Se a Primavera Árabe não pôde, portanto, se desenvolver sequer como levantes por libertação nacional bem-sucedidos, isso se deveu, dentre outros fatores, à ausência da centralidade dos trabalhadores como um sujeito social organizado capaz de se colocar à frente dos levantes do MENA, dotando-os de uma estratégia clara. Isso se combinou ao papel das potências, e mais especialmente a estratégia dos Estados Unidos, que como debatemos adiante conseguiu impor limites ao questionamento à sua ingerência histórica na região, sendo percebido inclusive por alguns setores e movimentos que atuaram nos levantes da Primavera Árabe como opositor aos regimes que foram sustentados por eles mesmos durante décadas.

2.3 Teorias do imperialismo e a dialética entre as revoltas e as revoluções

De tudo o que foi exposto deriva-se que as revoluções de 1848 se colocariam, portanto, como uma espécie de “híbrido” entre as revoluções burguesas e as revoluções socialistas, e isso corresponderia ao próprio momento histórico em que se desenvolveram. Esse paradoxo só seria superado com as revoluções da primeira metade do século XX, e mais especificamente a partir de 1917, com a eclosão da Revolução Russa em meio à I Guerra Mundial. A existência de uma revolução socialista num país atrasado, que trazia em seu interior as pressões típicas do desenvolvimento das potências ocidentais, quanto dos traços ainda relevantes do feudalismo oriental, parecia contrariar as hipóteses traçadas por Marx de que uma determinada relação de produção e sua correspondente dinâmica de classes não são superadas até que se esvaziem de potencialidade para prover o desenvolvimento das forças produtivas. Na Rússia, durante o período anterior à revolução de 1917, a burguesia sequer havia obtido o poder político, algo que só conquista em fevereiro daquele mesmo ano.

No entanto, a observação de uma dinâmica de desenvolvimento desigual e combinada fornece as pistas para apreender parte dos elementos que possibilitaram que a

primeira revolução socialista vitoriosa se desse justamente num país considerado atrasado em relação às demais potências europeias, e não na Alemanha ou na Inglaterra. Se essa possibilidade não havia ainda sido vislumbrada por Marx e Engels, isso seria menos devido a uma insuficiência teórica e mais porque as próprias potencialidades de desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo ainda não haviam atingido um grau tal que lhe permitisse perecer, e ser superado por uma nova forma de produção. É com a internacionalização decorrente das transformações da acumulação capitalista, que promove uma nova divisão internacional do trabalho, que a dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado se torna passível de ser apreendida em sua totalidade. A articulação entre o desenvolvimento capitalista específico de cada país, com suas particularidades, ao sistema internacional definido pelas potências centrais, cuja dominação agora não mais seria essencialmente colonial, mas se daria através da exportação de capital fornece os elementos para a apreensão da dialética entre o particular e a totalidade. (NOVACK, 1968).

O capitalismo não apareceu simultaneamente em todos os lugares a partir das mesmas condições sociais e culturais; teve seu centro na Europa e desde lá se expandiu e se impôs em sociedades previamente existentes, cuja evolução havia sido diferente. Nesse sentido, a Inglaterra não representa um modelo de desenvolvimento do capitalismo no qual se possa ver refletidos o resto das sociedades. Ao contrário, o “modelo” da extensão planetária do modo de produção capitalista faz com “pressionados pelas necessidades materiais, os países atrasados se vejam obrigados a avançar aos saltos”. Desse ponto de vista não há contraposição entre “modo de produção” e particularidades nacionais, mas que justamente da lei do “desenvolvimento desigual”, que estabelece uma primeira diferenciação, se depreende a lei do “desenvolvimento combinado”, que estabelece a integração à escala nacional: “a aproximação das distintas etapas do caminho e a confusão de distintas fases, à amalgama de formas arcaicas e modernas”. Este processo de diferenciação-integração passa, por sua vez, a redefinir a totalidade. O capitalismo, por um lado, se transforma no modo de produção dominante, integrando ao conjunto do globo, o que se traduz, por outro lado, na assimilação em seu interior das contradições de sua expansão desigual. (ALBAMONTE; MAIELLO, 2018, p. 427)

Dessa forma, a pretensa barreira que algumas interpretações poderiam afirmar existir na teoria original de Marx e Engels entre países maduros e países não maduros para as revoluções socialistas, como os do Oriente, estaria superada com a internacionalização do modo de produção capitalista, que se aprofundou ainda mais na época imperialista iniciada na virada do século XIX para o XX. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado é, portanto, um dos principais elementos constitutivos da dinâmica dialética existente entre atraso nas formações econômicas, que

em algumas localidades ou ramos de produção podem assumir formas inclusive pré-capitalistas, e a tendência imposta pela internacionalização e expansão do capitalismo.

De acordo com George Novack:

A descoberta e formulação desta lei é o resultado de mais de dois mil e quinhentos anos de investigações teóricas sobre as formas de desenvolvimento social. As primeiras observações sobre ela foram feitas pelos filósofos e historiadores gregos. Mas a lei como tal foi levada a primeiro plano e efetivamente aplicada, pela primeira vez, pelos fundadores do materialismo histórico, Marx e Engels, há aproximadamente um século. Esta lei é uma das maiores contribuições do marxismo à compreensão científica da história e um dos mais poderosos instrumentos de análise histórica. Marx e Engels, por sua vez, derivaram a essência desta lei da filosofia dialética de Hegel. Hegel utilizou a lei em suas obras sobre a história universal e a história da filosofia, porém sem lhe dar um nome especial nem reconhecimento explícito. Da mesma maneira, muitos pensadores dialéticos, antes e depois de Hegel, utilizaram esta lei em seus estudos e aplicaram-na mais ou menos conscientemente, para a solução de complexos problemas histórico-sociais e políticos. Os mais destacados teóricos do marxismo, desde Kautsky até Plekhanov e Lênin, reconheceram a sua importância, observaram seu funcionamento e consequências e usaram-na para a solução de problemas que confundiam a outras escolas de pensamento. (NOVACK, G. 1968, s/p)

Dessa dinâmica de desenvolvimento desigual e combinado resulta a interligação entre as tarefas que concernem à revolução burguesa e as tarefas da própria revolução socialista nos países de desenvolvimento capitalista atrasado ou dependente, ou ainda da periferia do sistema. Isso se daria pelo caráter subordinado das classes dominantes desses países em relação à burguesia imperialista, o que as impediria de realizar as tarefas democráticas da sua própria revolução, como a divisão das terras ou a emancipação nacional frente às demais potências, tal como se deu na revolução russa de 1917. Dessa maneira, esta seria uma das características fundamentais da época imperialista, entendida de um ponto de vista marxista clássico, aberta como uma nova etapa de acumulação capitalista internacional, e de primazia dos monopólios e do capital financeiro. Como sintetiza Virgínia Fontes sobre as posições de Lênin:

Para ele, o imperialismo não poderia ser reduzido a um único aspecto, econômico ou político, mas remetia ao conjunto da vida social, uma vez que expressava uma nova dimensão na própria dinâmica capitalista. O nível de concentração atingido, expresso na monopolização e no capital financeiro (fusão entre capitais de procedência industrial e de procedência bancária), configurava um novo patamar histórico, uma mudança qualitativa no capitalismo até então existente. Para ele, o imperialismo envolvia não apenas a partilha (e eventuais redivisões) do mundo, mas uma nova conexão entre

ciência e processo produtivo, o crescimento das exportações de capitais (com uma subsequente capitalização desigual do mundo), uma nova correlação entre a classe trabalhadora dos países imperialistas e “suas” burguesias, a modificação das relações entre capital financeiro e Estado. Lenin apontava para transformações substantivas no conjunto da vida social, implicando novos desafios para as lutas de classes. Lastimando dedicar-se prioritariamente aos aspectos econômicos, Lenin sublinha a alteração qualitativa resultante da expansão e concentração dos capitais. Para permanecer o mesmo (assegurando a extração ampliada de mais-valor), o capitalismo fora obrigado a revolucionar-se e abria uma nova era, na qual o controle do mundo passava a ser elemento fundamental. Uma vez que estava realizada a partilha do mundo, este se tornava agora inteiramente subordinado à expansão capitalista. Assinalava ainda elementos de apodrecimento das relações sociais, sem que isso entretanto, significasse um enfraquecimento do capital e do capitalismo. (FONTES, 2010, p. 112)

Portanto, para uma correta compreensão do imperialismo em Lênin é preciso caracterizá-lo como uma mudança de época histórica, - e não apenas uma orientação beligerante das grandes potências ou como a predominância do capital financeiro sem relacionar os aspectos econômicos e políticos à luta de classes. Entendida da forma acima descrita o imperialismo é uma definição fundamental dos teóricos marxistas organizados em torno da III Internacional até o IV Congresso no período anterior a 1924. As teses clássicas do marxismo sobre o imperialismo, tais como estruturadas por Lênin a partir das obras de Hobson e Hilferding acerca do surgimento do capital financeiro e suas consequências para a divisão internacional do trabalho, ligam indissociavelmente o capitalismo e o imperialismo, cuja exacerbação da competição monopólica aprofunda as tendências à luta de classes no interior das nações e interestatais pela partilha do mundo. Isso é relevante já que no debate das relações internacionais contemporâneo, cada vez mais o termo *imperialismo* ganhou outra significação.

Benjamin Cohen, por exemplo, é um dos autores não-marxistas que trabalha com o conceito de imperialismo restrito às assimetrias entre as nações (COHEN, 1976), sem relacioná-lo com as dimensões referentes à forma de acumulação capitalista. Trata-se de uma apreensão do conceito do imperialismo a partir da perspectiva da corrente realista, que reafirma dentre outros elementos a noção de que o imperialismo nasce fundamentalmente da necessidade de ordenamento do sistema internacional. Ainda que na teoria clássica marxista efetivamente considere a assimetria de poder entre as nações como gênese, perde-se de vista a raiz econômica de sua natureza, alterando então substancialmente a vitalidade original da teoria do imperialismo. Em especial a sua decorrência lógica tal como expressa por Lênin quando define que o imperialismo é uma “época de crises, guerras e revoluções”. Cohen é parte dos autores que efetivamente realiza uma distinção entre o “antigo imperialismo” colonial, e o “novo imperialismo”

que teria lugar a partir de 1870, quando a busca pela expansão de poder das potências europeias pela conquista da África levaria a uma dinâmica violenta “fora do comum”. (COHEN, 1976, p.34).

Mas ao contrário das interpretações tomadas pelos autores do marxismo, tanto em suas tendências recentes como clássicas, para Cohen o imperialismo não seria o sinônimo de imperialismo econômico. O autor realiza uma quebra da ligação entre a disputa pela exportação de capital, que seria a faceta assumida pelo “imperialismo econômico”, das guerras e tensões interestatais. Sua argumentação parte do questionamento à validade da tendência à queda da taxa de lucro, que obrigaria o movimento expansivo do capital através da elevação da competição engendrada por monopólios e suas respectivas nações, abrindo caminho para a eclosão de conflitos interestatais abertos ou indiretos protagonizados pelas grandes potências. De acordo com este autor, as contratendências à queda da taxa de lucro, como, por exemplo, o acesso às fontes de matérias-primas mais baratas, poderiam neutralizá-la. Dentro do sentido designado por Cohen, o “poder adquire conotação neutra, e a política de poder e expansão torna-se um movimento quase mecânico”. (GARCIA, 2010, sp).

Outro autor significativo que trabalhou com a noção de que a ofensiva imperialista seria uma mudança de época foi o geógrafo marxista David Harvey. De acordo com suas análises em *Neoliberalismo, história e implicações* a ofensiva neoliberal seria o resultado de uma espécie de ardil político da classe dominante, para restabelecer a acumulação de capital. Uma de suas contribuições teóricas mais relevantes em *O novo imperialismo* seria a denominada acumulação por espoliação, ampliada durante a ofensiva neoliberal. A lógica apresentada por Harvey é a de que a crise da década de 1970 funcionou como uma espécie de bloqueio à reprodução ampliada de capital, que passa a ter que buscar uma via que reproduzisse em meio à segunda metade do século XX os efeitos que a acumulação primitiva tal como Marx analisou possibilitou durante o nascimento do capitalismo. Para Marx a acumulação primitiva refere-se ao “processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção” (MARX, 2005, p. 828) sendo portanto um dos fatores que favorece à formação da classe capitalista. O exemplo mais recorrente é a expulsão dos camponeses das terras na Inglaterra.

Para Harvey, a acumulação por espoliação é uma atualização da acumulação primitiva, adequada às condições encontradas no século XX. O autor entende a acumulação primitiva como uma espécie de processo ainda em desenvolvimento, que molda a classe trabalhadora contemporânea, muitas vezes obrigando-a a assumir formas

pré-capitalistas de relações de produção. Nas palavras de Harvey o que a acumulação por espoliação faz é “liberar um conjunto de ativos (inclusive força de trabalho) a custo baixíssimo (zero em alguns casos). O capital superacumulado pode tomar posse desses ativos e empregá-los imediatamente em uso lucrativo”. (HARVEY, 2003, p. 145). Portanto, a política de privatização não apenas de serviços e empresas estatais, mas de bens como as águas ou o conhecimento, retirada de direitos sociais, elevação do fluxo de capital que decorreu deste processo, bem como a enorme disseminação das suas formas especulativas, e aumento sem precedente da dívida pública dos países centrais, ordenam essa busca pela reprodução ampliada de capital tendo à frente a condução do Estado que adota as medidas cabíveis para possibilitar tal mecanismo.

(...) a hegemonia é construída com mecanismos financeiros de modo a beneficiar o país hegemônico, enquanto leva os Estados subalternos pelo caminho supostamente dourado do desenvolvimento capitalista. O cordão umbilical que liga acumulação por espoliação a reprodução ampliada é aquele dado pelo capital financeiro e pela instituição de crédito, apoiados, como sempre, pelo poder estatal. (HARVEY, 2003, p. 149)

Dessa maneira, os Estados passam a promover medidas imperialistas para justamente possibilitar a acumulação por espoliação. Por um lado se constituem como um *modus operandi* do capital, também de caráter finito, na medida em que dá lugar a produção de novas contradições estratégicas para sua sustentação. Desvalorizando ativos e a própria força de trabalho seria possibilitada a continuidade de lucro, pois o capital que estava em sobreacumulação torna-se capaz de adquirir tais ativos em um momento de desvalorização para reciclá-lo. Este mecanismo permitiria na opinião de Harvey fazer com que as crises possam

(...) ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema. A isso com frequência se resumem os programas de austeridade administrados pelo Estado, que recorrem às alavancas vitais das taxas de juros e do sistema de crédito” (HARVEY, 2003, p. 125).

Portanto, a característica do novo imperialismo para David Harvey refere-se a que a classe detentora estadunidense teria criado formas para reproduzir o roubo que está na raiz do processo de reprodução ampliada, muito embora de maneiras distintas à do capitalismo nascente analisado por Marx. Um ponto discutível dessa concepção de Harvey, tal como já criticado por Virgínia Fontes, é o de que se a analogia com Marx fosse levada até às últimas consequências, uma vez realizada a acumulação primitiva

através da acumulação por espoliação, uma vez normalizado, o capitalismo seria capaz de suavizar suas características especulativas e fraudulentas das etapas primitivas. Nesse sentido, não se trataria de um processo de expropriação ininterrupta, proveniente das transformações irreversíveis na própria acumulação capitalista. Porém, como assinala Virgínia Fontes:

Ora, Marx de fato considera que, uma vez realizada a violenta expropriação camponesa, a coação econômica “normalizada” sobre os trabalhadores agora “livres” substitui a violência aberta. No entanto, em inúmeras passagens d’O Capital, como já mostrado anteriormente, reafirma que a expansão das relações sociais capitalistas pressupõe sempre sucessivas expropriações, para além daqueles trabalhadores já “liberados” (inclusive mencionando a expropriação de capitalistas menores). Além disso, a expansão histórica do capitalismo jamais correspondeu a uma forma plenamente “normalizada”, pois nunca dispensou a especulação, a fraude, o roubo aberto e, sobretudo, as expropriações primárias, todos, ao contrário, impulsionados. A maior produtividade, ou a intensificação de uma exploração judicializada (contratual e com direitos) de força de trabalho nos países centrais, foi acompanhada de permanente expropriação a par da recriação de formas mais ou menos compulsórias de trabalho nas periferias que, não obstante, não podia mais ser considerada como externa ao capital. A passagem para a grande indústria, no século XIX, impôs a colonização brutal da Ásia; a intensa tecnologização da produção, já em plena etapa monopolista caracterizada pelo fordismo, exigiu violentas lutas de partilha do mundo, com o recrudescimento da colonização, e foi atravessado por duas guerras mundiais. Finalmente, os chamados “anos gloriosos” do Welfare State em alguns países conviveram com a imposição de ditaduras ferozes nos mais distantes pontos do planeta: Oriente Médio, América Latina (com especial truculência na América Central), na própria Europa – Grécia, Portugal e Espanha – e na Ásia, sendo o mais dramático o caso da Indonésia. (FONTES, 2010, p. 64)

Justamente por esse apontamento acima que a noção de Harvey de novo imperialismo nascida da apropriação por espoliação termina sugerindo a possibilidade de que as crescentes tensões existentes no interior dos Estados nacionais e do sistema internacional possam ser resolvidas através de decisões políticas (HARVEY, 2008), diminuindo, portanto, as chances de que as revoluções, bem como as guerras, possam emergir quando as contradições da acumulação capitalista tornam-se demasiadamente agudas. Dessa maneira, muito embora Harvey indique corretamente que a ofensiva neoliberal sustenta uma ordem que beneficia o Estado hegemônico impondo uma elevação dos níveis de exploração do trabalho ancorada na pauperização dos Estados subalternos, criando uma determinação espaço-temporal com uma ofensiva sobre os elos débeis da cadeia capitalista internacional, por outro deixa aberta uma lacuna que parece sustentar que a reversão desse processo poderia dar-se sem que houvesse necessariamente uma ruptura de sua estrutura. Dito de outra forma, deixa entrever de maneira subliminar

que seria possível que uma mudança de orientação da política econômica pudesse operar sobre bases estruturais do capitalismo contemporâneo.

Conforme será debatido adiante, os exemplos das políticas aplicadas pelos países do MENA em geral, e com o Egito em particular, nos momentos que antecederam a Primavera Árabe e o papel ocupado pelos Estados Unidos neste contexto questionam a interpretação de que o abrandamento do capitalismo, uma vez executada a acumulação por espoliação, poderia dar-se sem que os levantes questionassem as raízes econômicas e sociais do país, mudando por completo suas relações de produção.

Por sua vez, as teses fundamentais da teoria do imperialismo sob sua forma clássica tinham como ponto de partida as transformações da acumulação capitalista, que deixaria de se dar em base à livre concorrência, para ser uma cada vez mais monopólica. O advento dos monopólios na interpretação de Lenin, em *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, atenderia, dentre outros fatores, à necessidade dos grandes grupos capitalistas de preparar as condições para melhor responderem às crises econômicas. Buscando proteger os ramos econômicos em que atuam, os carteis proliferam, unificando grupos capitalistas, criando grandes conglomerados que se juntam para atuar em detrimento de outros. A partir do surgimento do imperialismo, a concorrência transforma-se em monopólio. Isso resulta em um “gigantesco progresso na socialização da produção”, e consequentes avanços tecnológicos. Essa evolução se opera porque a partir da concentração da produção permite-se saber, por exemplo, “uma estimativa aproximada de todas as fontes de matérias-primas de um país, ou de vários países de todo mundo” (LÊNIN, 1916, p.9), questão que se estende para as inovações tecnológicas. Neste sentido:

O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à beira da socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas contra sua vontade e sem que disso tenha consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. A produção torna-se social, mas a apropriação continua privada. Os meios de produção permanecem sob a forma da propriedade privada de um pequeno número de indivíduos. O quadro geral da livre concorrência, que se reconhece nominalmente subsiste e o jugo exercido por um punhado de monopolistas sobre o restante da população torna-se cem vezes mais pesado, mais sensível, mais intolerável (LENIN, 1916, p.9)

Assim, ao contrário de promover monopólios totais em cada ramo de produção como havia defendido Kautsky, o resultado do advento do imperialismo significa o aprofundamento da sujeição dos trabalhadores, além da tendência relativa à quebra de pequenos e médios produtores e comerciantes, à fusão do capital industrial ao capital

bancário gerando o capital financeiro, e à elevação da competição entre os Estados nacionais na divisão internacional do trabalho. Tal competição pode assumir a forma de tensões geopolíticas, guerras indiretas entre as potências travadas nas periferias, ou mesmo guerras comerciais. Essa época do capitalismo marcada por tal forma de acumulação perdura até a atualidade, ganhando novos contornos com o aprofundamento da financeirização da economia, e com a restauração do capitalismo na URSS, com o acesso a zonas outrora vedadas para a entrada de capital como era a própria China, que atualmente ocupa o posto de segunda economia mundial.

Dessa maneira, nota-se que o debate acerca do imperialismo e de suas implicações para a natureza das revoluções na atualidade envolve muitas leituras teóricas. E não apenas isso. O próprio desenvolvimento de cada processo revolucionário é singular, marcado tanto pelas condições objetivas encontradas no terreno em que se desenvolve, tais como as formações econômicas, sociais e políticas, como também pelo desenvolvimento dos aspectos subjetivos definidos pelas organizações políticas que encabeçam tais processos. Nesse sentido, a Revolução Russa de 1917 emerge como a expressão mais acabada das revoluções socialistas que tiveram como sujeito a classe trabalhadora, organizada por um partido marxista e internacionalista nos anos anteriores à ascensão de Stalin, responsável por uma estratégia de combinação entre auto-organização das massas, os soviets, e a ação metodicamente elaborada de sua camada mais consciente reunida no partido.

As revoluções que se desenvolveram após a Segunda Guerra Mundial, tais como a cubana e chinesa, não tiveram como pressuposto sua internacionalização, tal como havia se dado com a russa até 1924. O fim das Internacionais Comunistas selaria após a ascensão de Stalin ao poder a negação do internacionalismo revolucionário, em nome da adoção da estratégia de socialismo num só país. Como assinala Trotsky sobre a teoria do socialismo num só país após a derrota da revolução alemã de 1923:

A nova doutrina diz: pode construir-se o socialismo sobre a base de um Estado nacional sob condição de que não se produza uma intervenção armada. (...) O objetivo é evitar a intervenção; com efeito isso garantirá a construção do socialismo, o problema histórico fundamental estaria resolvido. A missão dos partidos da Internacional Comunista toma desta maneira um caráter secundário: preservar a URSS das intervenções e não lutar pela conquista do poder. Trata-se, evidentemente, não de intenções subjetivas, mas da lógica objetiva deste pensamento político. (TROTSKY, 2018 [1936] p.123)

Os Estados que emergiram das revoluções do pós-Segunda Guerra Mundial foram considerados parte do “socialismo real” hegemônico pela URSS, em que o

denominador comum foi a expropriação dos meios de produção e a nacionalização da economia, não limitando-se apenas à derrubada dos governos até então vigentes. Mas diferentemente das diretrizes que orientaram a estratégia da III Internacional no período prévio à sua stalinização, tanto Cuba quanto a China não primaram pelo internacionalismo, estabelecendo no terreno das relações internacionais colaborações com a URSS em alguns períodos históricos, mas que não assumiram a dinâmica de ser um motor para a internacionalização dos processos revolucionários. E, mais, posteriormente as tensões entre a URSS e a China seriam exploradas inclusive pelos Estados Unidos. A rivalidade chinesa com a URSS foi amplamente explorada foi a base para a retomada das relações sino-estadunidenses entabuladas por Kissinger e Mao. Em suma, ao contrário de uma estratégia internacionalista, a agenda adotada pelos países que foram palco de revoluções após a Segunda Guerra Mundial atendeu em certa medida às diretrizes mais assemelhadas aos teóricos realistas que aos marxistas clássicos da III Internacional prévia a Stalin. De acordo com Raymond Aron:

Quanto mais se “nacionaliza” um partido comunista, mais se conduz como gestor dos interesses do Estado, e não como um missionário da luta de classes. A “nacionalização” dos partidos que assumiram a responsabilidade de impérios históricos quebraram a coerência do socialismo, contribuindo para aproximar as relações interestatais no sistema internacional de hoje, em relações de tipo clássico, ou seja a reduzir ao elemento ideológico a dimensão da guerra civil. (ARON, 1976, p.196-197)

Assim, quebrava-se a dinâmica internacionalista dos processos revolucionários, o que fez com que apesar das revoluções ocorridas nas periferias do sistema, estas não tenham aberto caminho para a derrocada do capitalismo em escala global. Assim, a segunda metade do século XX aberta com o pós-Segunda Guerra Mundial marcou-se durante três décadas pelo crescimento econômico dos países centrais proveniente da reconstrução da Europa e Japão, e a Ordem de Yalta estabelecida pelo pacto firmado entre a URSS e os Estados Unidos que dividiu o mundo em zonas de influência. Mas esta dinâmica combinou-se também com o deslocamento dos processos revolucionários do centro para a periferia do sistema.

O desenvolvimento dessa combinação de elementos que marcaram as relações interestatais na segunda metade do século XX, culminou anos mais tarde na restauração capitalista da URSS. A queda da URSS e dos regimes socialistas no Leste Europeu abriu um momento de triunfalismo da globalização neoliberal, cujo ideário vaticinava que as

revoluções, não apenas as socialistas, mas toda e qualquer forma entendida como a transformação de um determinado Estado pela ação das amplas massas populares estariam riscadas como possibilidade histórica. Dessa maneira, uma primeira questão a ser examinada é se as transformações trazidas, em especial após a ofensiva com o Consenso de Washington, confirmam plenamente a hipótese de que estaríamos diante de uma etapa de restauração de poder da classe dominante.

Mas as teorias marxistas clássicas partem das possibilidades revolucionárias como algo inerente ao desenvolvimento capitalista e ao acúmulo de suas contradições, não apenas econômicas, como políticas e sociais. No entanto, a última revolução existente, a iraniana de 1979, além de ter apresentado resultados contraditórios com a instauração de um regime teocrático dirigido pelos aiatolás, ainda transcorreu há quatro décadas. O que isso diz para a teoria marxista clássica que entende o imperialismo como uma mudança de época? O neoliberalismo teria fechado a época imperialista, dando lugar a um novo momento histórico do capitalismo marcado pelo bloqueio absoluto das tendências revolucionárias, ou se trataria de interlúdio? Para analisar este aspecto há uma interessante abordagem que realiza uma analogia entre a Restauração Bourbonica de 1814 e o período iniciado com a ofensiva neoliberal do Consenso de Washington e o fim da URSS.

Esta ofensiva regressiva, que foi batizada de “neoliberalismo”, se expressou num primeiro momento nos países imperialistas, a partir da entrada de Reagan no governo dos EUA e de Thatcher na Grã Bretanha, mediante a implementação de uma série de “contrarreformas” econômicas, sociais e políticas, com o objetivo de reverter as conquistas obtidas pelo movimento operário durante os anos de “boom” do pós-guerra (em previdência, serviços públicos, condições de vida e de trabalho) sob as bandeiras do livre mercado para garantir os lucros capitalistas. Depois se estendeu aos países semicoloniais mediante o chamado “Consenso de Washington”, e teve sua expressão nos ex-Estados operários burocratizados pela via da restauração do capitalismo, ainda que, como veremos, com diferentes consequências na URSS com relação à China. Seria possível continuar esta analogia, enquanto processo, com a Restauração Bourbonica em 1814, que dá lugar à implantação de um neo absolutismo e à conformação da Santa Aliança, denominando “restauração burguesa” a contra-ofensiva que o imperialismo lançou ao conjunto do mundo, após fechar, mediante uma combinação de derrotas físicas e desvios, o ascenso revolucionário ocorrido entre 1968 e 1981. (ALBAMONTE; MAIELLO, 2011, p.20)

O desenvolvimento da analogia posta acima é concluído pelos autores com a indicação de que tal como a Restauração Bourbonica não foi capaz de reverter a dinâmica

de decadência histórica da monarquia absolutista e, dessa maneira, frear as revoluções burguesas, a ofensiva neoliberal que se constituiria como a restauração burguesa englobando em seus marcos a restauração capitalista da URSS tampouco haveria se constituído como uma mudança de época que excluiria a possibilidade de transformações revolucionárias.

Se esse traço foi o que predominou até o início da Primavera Árabe, isso se deu por uma combinação de fatores, dentre os quais figura com grande relevância o elemento subjetivo, materializado nas organizações políticas e sindicais dos trabalhadores, em especial nos partidos social-democratas e PCs, que passaram a administrar os Estados capitalistas em diversos momentos desde então. Assim, as possibilidades abertas não conseguiriam se desenvolver de modo a culminar em novos processos revolucionários não porque o neoliberalismo tenha transformado o capitalismo a tal ponto que impeça essa dinâmica. Mas devido, entre outros elementos, à debilidade contida nos aspectos subjetivos compreendidos nas organizações políticas e sindicais, na consciência de classe e na formulação programática necessária para que permitisse que as revoltas populares se transformassem em processos revolucionários. Portanto, ainda que a globalização neoliberal tenha fragmentado e dividido a força de trabalho em uma escala inédita, o que aprofunda as contradições subjetivas que operam na passagem de *classe em si* em *classe para si*, também foi responsável por integrar uma numerosa parcela da população mundial como trabalhadores assalariados com a entrada de cerca de 1,5 bilhão de novos trabalhadores na China e na Rússia durante os anos 1980 e 1990, primeiro auge do neoliberalismo. (POCH-DE-FELIU, 2009)

A análise de que o século XXI seria uma nova etapa do capitalismo marcada pela restauração neoliberal dentro da época imperialista aberta desde o início do século XX constituiu-se como uma temática abordada também pelos filósofos franceses Daniel Bensaid. Retomando Alain Badiou, Bensaid igualmente trabalha com a analogia do período atual com a Restauração Bourbônica, definirá essa etapa como “o contrário de uma revolução” resultante da assimetria favorável às forças de conservação sobre as forças de transformação (BADIOU, 2006, p. 45). Mas isso significaria que de uma assimetria existente em determinada conjunção de forças de um dado momento histórico particular se negue a vigência da possibilidade de que ocorra qualquer revolução, o que extrapola os limites cabíveis à analogia:

Aqui está o segredo dessas derrocadas e desmoronamentos sem gesto inaugural, sem novidade nem promessa, onde o sentido se reduz a uma

restauração. Não a uma restauração puramente econômica das 'leis de mercado'. Mas sim a uma restauração maiúscula, em toda a linha". A analogia de Bensaïd de "restauração em toda a linha", não apenas não respeitava a realidade das limitações que teve em seu momento a Restauração Bourbonica, como tampouco reparava nos limites da própria comparação histórica, adaptando-se desta forma ao clima ideológico imperante nos anos 1990. O certo é que, com o que ficou dito anteriormente, acaba-se a pertinência da analogia histórica, já que a derrota de Napoleão, e este é o ponto de partida fundamental, não somente significou para a burguesia a restauração absolutista e o retorno ao antigo regime, senão que demarcou o final da última revolução burguesa, e com ela o da época das revoluções burguesas, um ciclo que havia compreendido quatro revoluções em nada mais, nada menos, três séculos (a dos Países Baixos no século XVI, a Guerra Civil Inglesa no século XVII, a Guerra de Independência norte-americana e a Revolução Francesa do século XVIII). A diferença fundamental é que o fim do ciclo das revoluções burguesas não se deveu ao desafio das forças feudais senão às consequências do desenvolvimento do próprio capitalismo, e em primeiro lugar ao surgimento do proletariado como novo ator independente a partir de 1848. (ALBAMONTE; MAIELLO, 2011, p.21)

Seguindo o raciocínio acima dar por encerrada a possibilidade de revoluções protagonizadas pelos trabalhadores e pela ampla maioria do povo, entendendo-a como o fechamento da época imperialista, embadada em somente algumas décadas de sua ausência, seria tão equivocado quanto dar por encerrada a época das revoluções burguesas em 1680 porque haviam se cumprido 20 anos da restauração dos Stuart.

Existem ainda outras interpretações, distintas das que negam a própria possibilidade da revolução, mas que questionam quais seriam o seu sujeito em meio ao início do século XXI. Um dos expoentes da corrente conhecida como marxismo analítico, Goran Therborn, é o maior exemplo dessa abordagem. Em seu texto *Las clases en el siglo XXI*, esse autor afirma que o século XX foi marcado pelas revoluções da classe trabalhadora, que moldaram as relações geopolíticas e os modelos a serem seguidos pelos movimentos de resistência que se seguiram:

No se puede entender el siglo XX sin una comprensión plena de sus grandes revoluciones, la rusa y la china, con sus profundas repercusiones en Europa oriental, el Caribe y gran parte de Asia oriental y central, por no mencionar su influencia sobre el movimiento obrero y la política social en Europa occidental. Su valoración sigue siendo políticamente controvertida, y desde una perspectiva académica, prematura. Ciertamente es que esas revoluciones dieron lugar a una represión brutal y a episodios de arrogante crueldad modernista que generaron un vasto sufrimiento, como las hambrunas que tuvieron lugar durante los periodos de Stalin y Mao, pero sus resultados geopolíticos están igualmente más allá de toda duda, aunque ése no sea precisamente un criterio de validez desde la izquierda (THERBORN, 2012, p. 78)

Ainda que hajam muitas distinções entre os processos da Revolução Russa e da Chinesa, Therborn indica os legados progressistas fundamentais que teriam sido deixados

por ambas. Dentre eles, figuram o Estado de Bem-Estar Social vigente na Europa no pós-Segunda Guerra Mundial, além da existência de um bloco de poder oposto ao euro-estadunidense, capaz de lhe impor limites geopolíticos e da extensão de um movimento sindical mais amplo e composto de partidos e militantes que atuam nas mais diversas causas. Não obstante destacar tais “conquistas progressistas duradouras” das revoluções do século XX, Therborn teoriza que as transformações econômicas produto da ofensiva neoliberal, sobretudo a financeirização da economia numa escala até então inédita, consistiriam ao lado da relativa desindustrialização em especial nos países centrais, em efeitos não apenas ideológicos, mas concretos. Segundo o autor estes resultam em uma transformação de fundo nas feições das possíveis revoluções do século XXI, sobretudo em relação ao seu sujeito social.

De acordo com sua hipótese teria ocorrido uma “Grande Dialética” presente no choque entre forças e relações de produção, que foi confirmada pelos acontecimentos históricos do século XX, mas que posteriormente teria sido interrompida pelo neoliberalismo. Simultaneamente há também a transformação daquilo que o autor denomina como “Pequena Dialética”, que seria definido como fruto do desenvolvimento capitalista que gerava a força da classe trabalhadora em oposição ao capital. A Pequena Dialética também teria se dado no início do século XXI posta como hipótese minoritária, produto das transformações decorrentes do processo de desindustrialização dos países centrais, o que teria alterado a composição e importância da classe trabalhadora, e o fortalecimento das classes médias (THERBORN, 2012). Assim, diferentemente de pretender que os conflitos de classe estariam anulados, ou mesmo que as revoluções estariam bloqueadas de forma absoluta como possibilidade em meio ao século que se inicia, o que o autor aponta é que a combinação de tais transformações abriria um momento histórico no qual as revoluções não teriam mais como sujeito os trabalhadores, mas as classes médias. Dessa forma:

En un mundo en el que la modernidad de la clase obrera y el socialismo han sido declarados obsoletos, la sociedad de clase media se ha convertido en símbolo de un futuro alternativo. Los países desarrollados del Atlántico Norte son calificados retrospectivamente como de clase media, aunque ésa sea una noción estadounidense que nunca prendió realmente en Europa. El núcleo de esa utopía es un sueño de consumo sin límites, de una clase media que toma posesión de la tierra, compra automóviles, casas y una variedad infinita de artículos electrónicos, y mantiene una industria turística mundial. Aunque ese consumismo globalizado puede suscitar pesadillas en la gente ecológicamente consciente, les hace la boca agua a los hombres de negocios y sus publicaciones. El consumo de la clase media tiene también la gran ventaja de

facilitar los privilegios de los ricos al tiempo que ofrece un horizonte aquiescente de aspiraciones a las clases populares (THERBORN, 2012, p.25)

Sobre essa questão poderiam ser coerentes alguns questionamentos e observações. Primeiramente que as aspirações da sociedade de classe média, tal como descritas acima, chocam-se com as tendências econômicas, políticas e sociais na atualidade, seja nos países centrais, seja nos países da América Latina ou do MENA, sobretudo após o início da crise econômica internacional de 2008.

Mesmo que atualmente estejamos diante de uma situação de relativa recomposição econômica em países centrais como nos Estados Unidos, a instabilidade financeira é um fenômeno persistente, que se combina às projeções cada vez menos auspiciosas dos organismos internacionais como o FMI e a OCDE, segundo os quais a perspectiva de crescimento para as economias centrais seria de 2,2%, índices similares aos dos anos de 2010 e 2015 (OCDE, 2017). Nesse sentido, os dados se assemelham mais a uma recomposição relativa após a crise de 2008, que uma superação aos seus patamares anteriores àquela. Isso se combina a uma situação marcada por contrarreformas em distintos países, caracterizada como retiradas de direitos trabalhistas, precarização do trabalho e de avanço de uma agenda neoliberal com privatizações, além da restrição ao crédito às famílias. Esse conjunto de políticas econômicas tem se expressado de formas distintas nas diversas regiões do globo e se chocam com as aspirações de consumo que Therborn indica como eixos norteadores de “uma sociedade de classe média”.

De outro ponto de vista, a definição de que a desindustrialização existente em alguns países teria enfraquecido as posições da classe trabalhadora também pode ser relativizada. Ainda que exista um debate em curso sobre o papel da decadência da indústria em países tão distintos entre si como os Estados Unidos e o Brasil, a elevação do contingente de trabalhadores assalariados em escala mundial se aprofundou muito na última década. Mesmo que pelas desigualdades geradas a partir da incapacidade de absorção desse contingente como força de trabalho ativa, tenha-se também elevado a porção do exército industrial de reserva, a consequência da superação da população urbana em relação à industrial quando tomada mundialmente indica esse fortalecimento objetivo da massa de trabalhadores assalariados.

Pela primeira vez na história, os trabalhadores assalariados, junto com os semi-proletários, constituem a maioria da população mundial, com uma demografia que faz com que a população urbana tenha superado a população rural. Longe de configurar um processo homogêneo, o capitalismo foi incapaz de proletarizar o conjunto das grandes massas que afluíram às cidades, gerando

simultaneamente enormes exércitos de desempregados, amplos processos de decomposição social, e unido a isto aquilo que Mike Davis chamou de “o planeta favela”, em referência às favelas que abrigam no mundo mais de 1 bilhão de pessoas, um sexto da população mundial. (...) Durante os anos 1990, com a restauração capitalista, a China, a Rússia e os Estados do Leste Europeu (junto com a Índia) aportaram 1,470 bilhão de novos trabalhadores ao mercado mundial, que de conjunto duplicaram a força de trabalho de que dispunha o capital que, excluindo esses países, contava com 1,460 bilhão. Entre estes novos operários incorporados ao mercado mundial, não somente se contaram os trabalhadores previamente existentes que passaram à órbita do capitalismo, senão uma nova classe operária proveniente do campo, que na China compreendeu um exército de entre 100 a 200 milhões de novos trabalhadores urbanos que emergiu em pouco mais de duas décadas, e outro tanto pode-se assinalar à Índia. Enquanto que na Índia grande parte dessa nova classe operária centrou-se no setor de serviços (com 14% dos trabalhadores na indústria e 34% nos serviços, em 2003), na China destacou-se o desenvolvimento da classe operária industrial (27% em 2009 contra 33% nos serviços. (ALBAMONTE; MAIELLO, 2011, p.28)

Tais dados corroboram a leitura de que se não houvesse até o momento processos revolucionários tendo os trabalhadores urbanos como sujeitos, isso se deve mais aos fatores relacionados aos processos políticos e ideológicos que a um suposto enfraquecimento numérico da força de trabalho mundial. Ao contrário, demonstram que houve um aumento da massa de assalariados em praticamente todas as regiões do mundo, muito embora se saiba que uma ampla parcela dentre essa se constitui como ocupantes de vagas precárias e muitas vezes sem contar com direitos trabalhistas básicos. Assim, a fragmentação dos trabalhadores em escala global emerge como um desafio para sua unificação. Contestar sob quais formas se poderia articular as distintas frações da classe trabalhadora, fragmentada de maneira crescentemente elevada pela informalidade, terceirização e precarização do trabalho, é um tema que ganha muita importância na abertura da segunda década do século XXI.

Mas examinar esse tema de enorme importância transcende a proposta desta pesquisa. Para o escopo do debate aqui realizado cabe apenas ressaltar a aceitação do sentido de que as revoluções, não apenas socialistas, como quaisquer revoluções, teriam sido superadas absolutamente do horizonte de transformações sociais foi um dos triunfos parciais do neoliberalismo. Tomando a analogia acima descrita com o período de Restauração Bourbônica, não se pode considerar que o neoliberalismo tenha sido responsável por promover uma mudança de época, entendida em termos leninistas. Mas obteve um favorecimento que fez pesar a balança da correlação de forças em seu favor, em base não apenas na retirada dos direitos típicos do Estado de Bem-Estar Social, mas também mediante a cooptação das organizações social-democratas, que se transformaram nas próprias aplicadoras de tais medidas. Como assinala Perry Anderson:

(...) pela primeira vez, governos de esquerda, chamados de euro-socialistas: Mitterrand, na França; González, na Espanha; Soares, em Portugal; Craxi, na Itália; Papandreou, na Grécia. Todos se apresentavam como uma alternativa progressista, baseada em movimentos operários ou populares, contrastando com a linha reacionária dos governos de Reagan, Thatcher, Kohl e outros do norte da Europa.(...) Mas o projeto fracassou, e já em 1982 e 1983 o governo socialista na França se viu forçado pelos mercados financeiros internacionais a mudar seu curso dramaticamente e reorientar-se para fazer uma política muito próxima à ortodoxia neoliberal, com prioridade para a estabilidade monetária, a contenção do orçamento, concessões fiscais aos detentores de capital e abandono do pleno emprego (...) O que demonstravam estas experiências era a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia. No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal. O neoliberalismo havia começado tomando a socialdemocracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da socialdemocracia. Depois, os governos socialdemocratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais. (ANDERSON, 2008, p.4)

Portanto, a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo ao qual Perry Anderson se refere não foi obtida apenas com a imposição de derrotas dos movimentos de greves no período imediatamente anterior ao Consenso de Washington, durante o final dos anos de 1960 e a década de 1970. Foi acima de tudo, uma conquista que contou com a própria colaboração das organizações políticas que falavam em nome dos interesses das classes subalternas, que de resistentes às políticas neoliberais passaram a atuar como aplicadoras das mesmas agendas neoliberais. Nesse sentido é que se pode interpretar tal movimento como a dialética das conquistas parciais do proletariado, voltando-se contra ele próprio, em escala ampliada, como uma espécie de signo da época da restauração. Com isso se designa que a própria restauração capitalista levada adiante pelas próprias cúpulas dos Partidos Comunistas, cada qual à sua maneira e em processos bastante distintos entre si, na China e na ex-URSS somam-se à passagem ao neoliberalismo da socialdemocracia europeia com o eurocomunismo.

Do ponto de vista econômico o ciclo de acumulação capitalista erigido a partir do fim do pacto de Bretton Woods, seguido por um aprofundamento sem precedentes dos instrumentos de financeirização e especulação da economia mundial como forma de recomposição da acumulação gerou os fundamentos responsáveis pela negação da hipótese revolucionária. Com a primeira fase da Primavera Árabe essa questão voltou a ser debatida como um fenômeno histórico de importância, ainda que muitas vezes de maneira totalmente distinta ao enfoque legado pelas teorias marxistas dedicadas a abordar o problema, incluindo dimensões inclusive integradas às análises psicológicas:

Estes movimentos são, com efeito, manifestações colectivas de desequilíbrio social. E tem-se aduzido um vasto leque de explicações para analisar o que pode causar um desenvolvimento deste tipo. Para os psicólogos sociais funcionalistas, estes movimentos resultam de uma pressão estrutural induzida por uma causa exógena ao próprio movimento. Isto cria um sofrimento generalizado e anomia em massa, de tal modo que os indivíduos se envolvem numa acção colectiva como mecanismo de lidarem com a pressão, numa resposta patológica para estabelecer a ordem política. As causas exógenas podem reflectir transições socioeconómicas, exclusão política e autoritarismo, bem como conflitos culturais ou ideológicos. Estas circunstâncias definem, sem dúvida, o pano de fundo sobre o qual estes movimentos podem surgir, e explicam por que motivos a acção colectiva se pode desenvolver, embora não descrevam de que modo isso acontece. Por esse motivo, este tipo de explicações é visto desde há muito como demasiado simplista para captar as complexidades dos movimentos sociais, especialmente no que respeita aos modos como eles operam. (...) eles (os movimentos) necessitam de burocracias, e criam-nas ou apoderam-se de estruturas administrativas já existentes como parte do processo de formação. É por isso que, por exemplo, nos movimentos activistas islâmicos a mesquita pode desempenhar um papel fulcral, paralelamente com instituições informais islâmicas, como organismos de caridade, escolas, sociedades e centros culturais. A Irmandade Muçulmana no Egipto foi adepta da mobilização desse tipo de estruturas em proveito próprio durante os anos 1970, antes de ter começado, nas décadas seguintes, a explorar estruturas mais formalizadas, como organizações profissionais e até partidos políticos (JOFFÉ, 2011, sp)

Ainda que o enfoque acima citado se centre na dimensão dos padecimentos e nos aspectos da psicologia social para dar nexos ao exame dos elementos constitutivos que levaram à eclosão da Primavera Árabe, mas é na economia política praticada pelos governos locais, em aliança com o receituário ordenado pelo capital imperialista que deu as formas elementares das contradições que se acumularam até sua explosão em 2011. Essa combinação de fatores teve uma importância significativa para o desenvolvimento dos levantes da Primavera Árabe, que ao contrário do nacionalismo árabe da década de 1950, se dá sem ter como base qualquer referência revolucionária relativamente recente, e das organizações necessárias para levar suas motivações de fundo a termo. Passemos ao exame de parte das formas específicas que estes elementos tomaram na região do MENA.

2.3: Antecedentes da Primavera Árabe: crise internacional de 2008, greves no Egipto e as *food riots*

A analogia entre o neoliberalismo e Restauração Bourbônica foi elaborada para contestar a noção de que tal como os anos marcados pela ausência de revoluções burguesas, e pelo retorno conjuntural da monarquia, não encerravam a época do

capitalismo e da burguesia como classe dominante, o neoliberalismo dos anos 1980 não significou uma mudança de época imperialista. No entanto, como foi debatido, permitiu uma nova hegemonia em base à retirada de direitos das classes subalternas, financeirização da economia, cooptação das organizações políticas socialdemocratas e dos PCs, e o fim da URSS e da ordem geopolítica erigida com a Guerra Fria, que anulou do imaginário coletivo a questão da revolução como via de transformações históricas, e instaurou um sentido comum de triunfalismo quase ilimitado dos ditames neoliberais.

Se houve um momento no qual esse sentido começou a ser questionado de forma mais global pela dinâmica econômica foi mediante a crise capitalista internacional, gerada pela quebra do mercado imobiliário norte-americano e que rapidamente estendeu seus efeitos na Europa. A quebra do Lehman Brothers foi responsável por trazer à tona que grande parte da vitalidade da economia norte-americana residia na financeirização que havia se aprofundado como saída para a crise de 1970, sendo uma contratendência importante, mas que encontrou um limite em 2008 com o desequilíbrio entre a recomposição de lucro através das atividades financeiras que não são acompanhadas por investimentos, como assinala o economista francês Michel Husson:

Las relaciones entre capital productivo y capital financiero se han modificado profundamente: se ha pasado de una economía de endeudamiento, en la que es el crédito bancario el que asegura la financiación de las empresas a una economía financiarizada en la que las empresas han desarrollado sus propias actividades financieras. La exigencia de la finanza de una rentabilidad muy elevada viene a pesar, por un efecto de vuelta, sobre las condiciones de explotación de los trabajadores. No se puede, sin embargo, disociar artificialmente el papel de la finanza y el conflicto entre el capital y el trabajo por el reparto del valor agregado. No es el auge de la finanza lo que hace bajar los salarios sino que, inversamente, la finanza es alimentada por el aumento de los beneficios no invertidos. Si se razona en términos de reproducción del capital nos encontramos ante el siguiente problema. La parte de los salarios se reduce y la inversión se estanca: en estas condiciones ¿quién va a comprar una producción que continúa creciendo? La solución a esta dificultad se basa en el reciclaje de los beneficios no invertidos, que se efectúa a través de la redistribución efectuada por la finanza. La financiarización no es pues un factor autónomo sino que aparece como la contrapartida lógica de la reducción de la parte salarial y de la rarefacción de las ocasiones de inversión suficientemente rentables. (HUSSON, 2009, p.2)

Outra contratendência que pôde recompor a acumulação de capital foi o acesso à exploração de uma força de trabalho até então vedada ao capital, com destaque para a China, que, desde os anos 1990 até a primeira década do século XXI, havia recebido grande parte das indústrias que se deslocalizaram dos Estados Unidos e da Europa (AGLIETTA, 2012). Dessa maneira, havia se criado ao longo das décadas precedentes

um mecanismo de relativa simbiose, no qual a China funcionava como exportador em última instância, enquanto os Estados Unidos atuavam como comprador em última instância (HUSSON, 2010). Essa situação possibilitou à China um excedente de conta corrente que financiou a dívida pública norte-americana aprofundando uma relação de interdependência econômica, que atuou como pilar do ciclo de crescimento vigente até 2008 (ARRIGHI, 2007).

A resposta dada inicialmente pelo governo de George W. Bush e aprofundada por Barack Obama à crise de 2008 foi a compra dos ativos que haviam sido a raiz da própria crise. Dessa maneira, o Estado, que vinha se enfraquecendo de acordo com as teorias globalizadoras em voga na década de 1990, mostra-se não apenas presente, como explicita ser a dimensão fundamental de salvaguarda dos interesses do capital especulativo. Como assinala José Luis Fiori:

Neste sistema, portanto, não existe nenhum conflito entre a política e o mercado, entre o Estado e o capital, como pensa a teoria econômica convencional. E tampouco existe um erro de regulação ou “déficit de atenção” do poder público dos na origem da atual crise financeira mundial. Pelo contrário, a desregulamentação dos mercados financeiros e as “bolhas” ou ciclos de ativos dos anos 80 e 90 cumpriram um papel na financeirização capitalista e no enriquecimento privado, mas também no fortalecimento do poder fiscal e creditício do Estado e da moeda norte-americanos. Como consequência, agora, os passivos que estão realimentando a própria crise não são uma “massa podre homogênea”; pelo contrário, eles têm nome e sobrenome, individual, corporativo, partidário e nacional e envolvem interesses contraditórios que estão travando uma luta ferrenha em todos os planos e instâncias nacionais e internacionais. O Estado e o capital financeiro norte-americanos foram sócios no fortalecimento do poder político e econômico americano na década de 80 e 90, e agora se defenderão à morte a cada novo passo e a cada nova arbitragem que imponha seu enfraquecimento dentro e fora dos EUA. (FIORI, 2009, p.2)

Dessa maneira, mais que abordar os mecanismos com os quais o governo estadunidense e das demais potências responderam à crise de 2008, importa aqui ressaltar seu alcance global, e os desafios geopolíticos que sua irrupção provocou, dos quais os países do Oriente Médio e do Norte da África não ficaram ilesos, sendo um dos elementos que contribuiu para o advento da Primavera Árabe. Trataremos aqui mais especificamente dos efeitos econômicos que contribuiram para isso, como a aguda crise do preço dos alimentos gerada tanto pelos acordos de comércio internacional firmados previamente ao ano de 2011, e dos traços estruturais de conformação da política econômica dos países da região.

A Primavera Árabe foi interpretada por diversos analistas e grandes meios essencialmente como uma variação de “revolução democrática”. Nesse sentido, num primeiro momento se ressaltam as aspirações às liberdades democráticas no interior de regimes políticos ditatoriais. Mas há uma interligação de fundo entre as motivações políticas e econômicas que envolvem processo tomado em seu conjunto, que é uma marca distintiva das revoluções e de levantes populares. Como assinala George Joffé:

Embora as questões económicas não tenham sido a causa directa das insurreições e das revoluções a que assistimos, não podemos negar que elas eram um dos antecedentes das revoltas. E isso é especialmente verdadeiro no que se refere à alta global do preço dos alimentos e da energia que se verificou na segunda metade do ano passado, que se assemelhou à situação de 2008. O efeito imediato foi uma impressionante escalada nos preços dos alimentos e da energia na região, com um impacto directo nas populações que já viviam perto do limiar de pobreza, o que acontece com frequência no Norte de África. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), desde Julho de 2010 que os preços de vários cereais e de outros alimentos subiram de forma assustadora. Os preços do milho aumentaram 75% o trigo subiu 84%, o açúcar 77% e os óleos e as gorduras subiram 57%. A FAO também fez notar que em Janeiro de 2011 o seu índice do preço dos alimentos tinha subido 3,4 por cento desde Dezembro de 2010, chegando aos 231, atingindo o nível mais elevado desde que a organização começou a medir os preços dos alimentos, em 1990. Ao mesmo tempo, os custos da energia subiram vertiginosamente: em 2010 os preços do crude saltaram de uma baixa de 75 dólares por barril, em Julho, para 91 dólares por barril em Dezembro e para 109 dólares por barril em Março de 2011. Segundo a Administração Americana da Informação da Energia, os preços subiram perto de 29 por cento entre 2009 e 2010 e esperava-se que subissem 34 por cento entre 2010 e 2011. (JOFFÉ, 2011, sp)

A crise do preço dos alimentos aumentou a insatisfação popular com os regimes do Oriente Médio e do Norte África. Essa região é a mais dependente da importação de alimentos do mundo, e isso não deve ser revertido tão rapidamente. O entendimento sobre os fundamentos dessa dependência assume grande relevância, na medida em que reflete a inserção subordinada dos países do Oriente Médio e do Norte da África na divisão internacional do trabalho. A escassez, que gera a insegurança alimentar dessas regiões, não provém necessariamente de fatores sazonais, como as más colheitas, ou ainda de determinações naturais como a má qualidade do solo. Trata-se antes do resultado das políticas adotadas pelos governos que aceitam termos firmados pelos acordos de comércio internacional, que determinam a pauta de importação e exportação. Isso se combina a programas que são utilizados como instrumentos de projeção dos interesses imperialistas sobre a região, tais como *Food for Peace* ou *Food for Oil*. O programa *Food for Oil* foi um dos pilares da pax americana após as guerras da década de 1990, estando vigente até

2003, quando se inicia a guerra do Iraque. Instaurado em 1996, permitiu aos aliados dos Estados Unidos, como o Egito e a Jordânia, acessarem o petróleo de países como o Iraque a um preço irrisório enquanto lhes fornecia alimentos, sendo um mecanismo que impediu o desenvolvimento de uma política de autossuficiência alimentar, prejudicada pela primeira guerra do Golfo. (GANZEL, 2007).

O programa permitia ao Iraque vender petróleo de forma e com preço controlado pelos Estados Unidos aos países vizinhos para financiar a compra de alimentos. O programa executado pela ONU, num contexto de manutenção de sanções econômicas sobre o petróleo iraquiano, foi alvo de escândalos de corrupção que não coincidentemente se aprofundaram em 2003, com a iminência da guerra do Iraque. Assim, neste mesmo ano, os Estados Unidos encaminham uma investigação que produz uma investigação que se materializa no Relatório Volcker, cujos resultados indicam que o petróleo iraquiano vendido pelo programa tinha um destino que não estava em acordo com os objetivos geopolíticos estadunidenses, já que iam fundamentalmente para a Rússia e a França:

O Relatório Volcker demonstrou como o Iraque manipulou o programa Petróleo por Alimentos para distribuir contratos dependendo de suas preferências políticas e recebia pagamentos de empresas que obtiveram contratos de petróleo e produtos de assistência humanitária. O Iraque vendeu seu petróleo para empresas e indivíduos de países considerados como “amigáveis” ao Iraque e que também eram membros do Conselho de Segurança da ONU de maneira a restringir as sanções. Dessa maneira, as empresas russas receberam quase um terço das vendas de petróleo empresas francesas foram o segundo maior comprador do petróleo vendido sob o programa. (YAMAMOTO, 2019, p. 662)

Além desse elemento, a acusação de que Saddam Hussein estava agindo sob corrupção no programa *Food for Oil* e fortalecendo oponentes dos Estados Unidos, como a Rússia, era conveniente para ajudar a obter não apenas a suspensão da medida, como a própria invasão do Iraque.

Já o *Food for Peace* data da Plano Marshall e nos primeiros anos se destinava a países como Alemanha, Itália e Japão. Pela ação do presidente estadunidense Eisenhower, a partir de 1955, se tornou um dos principais pontos de política externa para o Egito. Posteriormente, estendeu-se a cerca de 135 países, com centralidade na região do MENA e África. Sob argumentação de que se tratava de um esforço humanitário, os Estados Unidos buscavam novos mercados para o escoamento de excedentes de grãos, algo que

era uma pauta permanente dos lobistas agrícolas estadunidenses a partir da década de 1960 (GANZEL, 2007).

Como resposta a esses grupos, em 1961, o então presidente John F. Kennedy amplia o escopo do *Food for Peace* como um instrumento de ampliação do apoio aos Estados Unidos junto aos países semicoloniais em meio ao pano de fundo da Guerra Fria, utilizando a questão da soberania alimentar como um instrumento de obtenção de objetivos geopolíticos. Tratou-se de um amplo fornecimento de assistência econômica que os Estados Unidos forneceram ao Egito, desde 1947, quando a monarquia ainda estava no governo. Tal assistência seguiu durante o período da República Árabe Unida com Gamal Abdel Nasser, chegando a atingir US\$ 1 bilhão de assistência fornecida pelo governo estadunidense. Essa assistência financeira, em verdade, assumia a forma de empréstimos para que Nasser importasse trigo dos EUA através do *Food for Peace*, escoando o excedente de produção norte-americana, que buscava em só movimento atender aos interesses dos Estados Unidos de aprofundar a dependência alimentar do Egito e projetar sua política sob um manto aparentemente benéfico (HAWTHORNE, 2016).

Esse conjunto de fatores ajudou a estabelecer um desequilíbrio na produção alimentar dos países do MENA, sendo parte dos fatores responsáveis por criar uma situação na qual as economias com inserção dependente são ainda mais expostas à volatilidade dos preços internacionais de alimentos e de commodities, cujos efeitos recaem diretamente sobre as classes subalternas. Dessa forma:

É um exemplo do papel cada vez mais central que a interdependência global está desempenhando na sobrevivência e no bem-estar humanos. Podemos entender a aparência de agitação social em 2011 com base em uma hipótese de que a agitação generalizada não decorre de falhas políticas de longa data do sistema, mas sim do repentino fracasso percebido em fornecer segurança essencial à população. Nos países importadores de alimentos com pobreza generalizada, as organizações políticas podem ter um papel crítico na segurança alimentar. O fracasso em fornecer segurança mina a própria razão da existência do sistema político. Quando isso ocorre, os protestos resultantes podem refletir a ampla gama de razões para a insatisfação, ampliando o escopo do protesto e mascarando o gatilho imediato da agitação. (LAGI *et al.*, 2011, p.2)

Quase uma década antes da Primavera Árabe, entre os anos de 2000-2002, as importações líquidas de alimentos totalizaram de 25% a 50% do consumo nacional dos países do Oriente Médio e Norte da África, devido aos acordos internacionais de comércio, sendo também uma expressão dos efeitos que a intervenção estadunidense e

européia mantém sobre a região. Com isso, a proporção de desnutridos entre os países do Oriente Médio e Norte da África teve grande aumento no ano de 2008, estimando-se que cerca de 132 milhões de pessoas possam ter caído na pobreza devido ao aumento dos preços dos combustíveis e dos preços globais de alimentos. Chen e Ravallion (2009) estimam que 64 milhões de pessoas irão cair na pobreza como resultado da crise financeira de 2009, usando US\$ 2 por dia. (BREISINGER, *et al.*, 2019, p. 16).

Isso se combina a uma conformação econômica caracterizada pela baixa industrialização, sobretudo a voltada para a produção de mercadorias com alto valor agregado, para além do petróleo. Isso contribui para o aumento das desigualdades na região do Oriente Médio e Norte da África (MENA):

Na região do MENA como um todo, no entanto, a manufatura ainda é relativamente baixa. Em 13,4%, e os setores de serviços são dominados por atividades domésticas em vez de intensivas em conhecimento e orientadas para a exportação. Ao mesmo tempo, esses produtos desempenharam um papel importante no processo de transformação e redução da pobreza de outras regiões do mundo, e tem sido altamente volátil devido à alta dependência de chuvas e recursos hídricos. No entanto, o crescimento nas áreas rurais, nas atividades agrícolas e não-agrícolas, será importante, uma vez que 40% da população do MENA ainda vive em áreas rurais. Dado que a maioria da população tem menos de 30 anos e uma fonte limitada de renda, o principal desafio será encontrar a combinação certa de políticas para acelerar o crescimento gerador de empregos e transformar os setores rural e urbano para alcançar padrões de vida e segurança alimentar. (BREISINGER, C. *et al.*, 2019, p. 20)

Para além da produção de petróleo, existente em quase todos os países do MENA, mas majoritariamente concentrado no Golfo, as economias da região são marcadas por um peso rural bastante significativo. O setor agrícola representa 15% das economias ricas em recursos minerais. Nos países em que esses recursos são escassos a agricultura desempenha o papel mais importante, como são os casos do Egito, Tunísia, Marrocos e Jordânia. Os Estados Unidos absorvem cerca de 2% das exportações agrícolas provenientes do MENA, enquanto os países da região importavam em 2005 em insumos e alimentos estadunidenses cerca de 26% do total de suas importações. Isso faz com que esses países também sejam exemplos de economias determinadas pela dinâmica de desenvolvimento desigual e combinado, na qual centros industriais de relativa importância, como é o caso da indústria têxtil egípcia além das grandes refinarias de petróleo e gás, coexistem com grandes populações rurais, que seguem produzindo com tecnologias similares há muitas décadas atrás (BREISINGER *et al.*, 2019).

Num primeiro momento, antes que a Primavera Árabe alcançasse seu ponto culminante com a ocupação da Praça Tahrir, os levantes na Tunísia chegaram a ser denominados como “revoltas da fome”. Quando a crise econômica internacional de 2008, originada nos Estados Unidos, expandiu-se pelo mundo, lançando a economia internacional em uma enorme retração, os efeitos se fizeram sentir no Oriente Médio e em países do Norte da África, como o Egito, o que se agravou com a dependência dos países da região em relação à importação de grãos.

A mudança está varrendo o Oriente Médio hoje, mas uma coisa permanece a mesma: a região antes conhecida como Crescente Fértil agora é a mais dependente do mundo em grãos importados. Dos 20 principais importadores de trigo para 2010, quase metade são países do Oriente Médio. A lista parece uma cartilha de regimes derrubados e oscilantes: Egito (1), Argélia (4), Iraque (7), Marrocos (8), Iêmen (13), Arábia Saudita (15), Líbia (16), Tunísia (17). (CIEZADLO, 2011, sp)

Tais revoltas não estariam acontecendo pela primeira vez. Em 1976, também em meio à outra crise econômica de proporções mundiais, durante o governo de Awnar Sadat, o Egito foi o palco do que ficou conhecido como *bread riots*. Naquela ocasião, centenas de milhares de pessoas tomaram as ruas do Cairo em protesto contra o FMI e o Banco Mundial, que impuseram um programa de corte estatal do subsídio aos alimentos, o que elevou o seu preço. O resultado da revolta foi uma violenta repressão, que terminou com o saldo de pelo menos 160 pessoas mortas. A “Intifada dos Pães” no Egito se dava no contexto da Guerra Fria e do fim da política pan-arabista, levada adiante por Gamal Abdel Nasser de subsidiar os alimentos para garantir a ordem social. "Eles concordam que essa é uma forma de comprar lealdade da sociedade", diz Ibrahim Saif, economista e secretário-geral do Conselho Econômico e Social da Jordânia. "É o sistema de patronato que prevaleceu por algum tempo: eu sou o estado, cuido de você e você não questiona meu comportamento político." (CIEZADLO, 2011, sp)

A revolta no Egito como resultante da política do FMI em 1977 foi apenas um episódio dentre muitos em toda a região. Ao longo da década de 1980, diversas manifestações, algumas delas muito expressivas, tomaram as ruas do Marrocos, Tunísia, Argélia e Jordânia, tendo como epicentro o problema dos subsídios aos alimentos. Os Estados Unidos também passaram a observar essa questão como forma de sustentar a ordem interna nos regimes aliados:

Nas três décadas seguintes, os contribuintes dos EUA ajudaram a comprar esse pão. Segundo o Serviço de Pesquisa do Congresso, os Estados Unidos concederam ao Egito US \$ 4,6 bilhões em empréstimos e subsídios do

programa Food for Peace da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, a maioria fluindo entre 1979 e 1997. Mubarak não foi o único autocrata que desenvolveu o gosto para trigo americano barato; Saddam Hussein, do Iraque, recebeu trilhões de dólares da Jordânia, do Iêmen e de outros países do Oriente Médio. Durante décadas, os Estados Unidos consideraram que um pequeno preço para manter os ditadores no poder (CIEZADLO, 2011, sp)

De maneira similar aos discursos e as plataformas humanitárias que passaram a marcar a política externa estadunidense esses programas atuavam em meio às condições abertas pela Guerra Fria como uma via para construir alianças favoráveis aos Estados Unidos, utilizando como alegação uma política de aparência assistencial. No caso do Egito, o programa durou até 1967, período marcado pela Guerra dos Seis Dias, quando as relações entre os EUA e o Egito se romperam. Posteriormente, o acordo foiretomado e se rompeu novamente em 1977, quando os acordos com o FMI e o Banco Mundial para o fim dos subsídios culminam na “revolta dos pães”. No entanto, em nenhum momento o trigo barato oferecido pelo programa deixou de trazer como contradição o aumento do desemprego, o aumento da dependência externa:

Durante os anos 80 e 90, os programas de liberalização do comércio levaram o Egito e o Marrocos, entre outros, a uma perigosa dependência de carboidratos baratos do exterior. Encorajados pelo FMI e pelo Banco Mundial a levantar tarifas e proibições de importação, e desencorajaram (ou mesmo restringiram) o investimento em seus próprios setores agrícolas. Em 1960, o Egito estava produzindo trigo suficiente para ser quase autossuficiente; em 2010, importava cerca de metade do consumo total do país (nove trilhões de toneladas), tornando-se, de longe, a maior importação de trigo do mundo. (CIEZADLO, 2011, sp).

Na década de 1980 a dependência egípcia do trigo estadunidense era tão grande que de cada três pães produzidos no Cairo um provinha dos Estados Unidos. Naquele momento, o governo egípcio gastava cerca de US\$ 2 bilhões, ou 28% do seu orçamento da época, em subsídios alimentares. Durante o governo de Sadat, marcado pelo Acordo de Camp David, em 1979, em que o Egito reconhece Israel, os Estados Unidos aprofundaram o financiamento de seu aliado, tanto no que se refere à exportação de alimentos, como em assistência econômica geral, alcançando entre os anos de 1975 e 1981 cerca de US\$ 5,4 bilhões (CRITTENDEN, 1981). Dessa maneira, aprofundaram-se as bases para uma economia extremamente dependente dos Estados Unidos, o que marcaria as feições econômicas do Egito em todos os governos que se sucederam, em especial no de Hosni Mubarak.

dos alimentos básicos como o trigo aumentaram em 20% e se combinaram a uma distribuição de riqueza extremamente desigual.

Existem várias interpretações sobre os fundamentos dessa elevação do preço dos alimentos. Uma delas foi a alta das *commodities*, e mais especificamente do petróleo, que, em 2008, elevou-se entre 80% e 120%, o que encarece os custos de produção, afetando o preço dos alimentos (HEADEY; FAN, 2008). Isso impacta outras *commodities* agrícolas, muito embora sua alta nesse período não tenha se dado na mesma proporção que o petróleo. E a própria alta do petróleo não atua como fator isolado, mas se interliga nesse momento com a desvalorização do dólar, a crescente demanda por *commodities* por parte da China e da Índia, e a especulação e ajustes com redução das taxas de juros após o estouro da bolha imobiliária norte-americana. De agosto de 2005 até novembro de 2007, o preço do arroz aumentou sem cessar, alcançando a marca de 50%. No início do ano de 2008 a elevação de outras *commodities* instaurou um clima de insegurança, antecipando em certa medida os efeitos da crise econômica, sendo responsável pela elevação de 140% do preço do arroz, mesmo com uma produção recorde em 2007 e sem aumento significativo da demanda. O efeito na política comercial foram novas restrições de exportação de vários países, dentre os quais o Egito (FAN; HEADEY, 2008).

Porém, todos esses elementos, caso atuassem separadamente, talvez não fossem capazes de criar uma crise dos alimentos como a que se deu em 2008. Assim, a coordenação dentre todos esses fatores, aprofundada pelas incertezas abertas na economia internacional com o estouro da bolha imobiliária em 2008 nos Estados Unidos, e suas consequentes incertezas geopolíticas, é o que parece fornecer as chaves interpretativas, que exerce efeitos mais duros sobre as populações dos países mais empobrecidos, agravando as desigualdades sociais.

Vários fatores - distúrbios alimentares, restrições à exportação, dependência de importações de alimentos, persistência dos alimentos e aumento do preço do petróleo - sugerem que o recente aumento nos preços dos alimentos terá um impacto severo nas populações mais pobres do mundo, talvez até jogando mais de 100 milhões de pessoas em situação de pobreza (Ivanic e Martin, 2008; Banco Mundial, 2008). Essas previsões, no entanto, exigem um exame mais detalhado e, frequentemente, uma qualificação significativa. O grupo mais vulnerável ao aumento dos preços dos alimentos é geralmente o pobre urbano, mas esse grupo também é muito mais vociferante do que o pobre rural. (HEADEY, 2008, p.378).

Dentre todos os fatores que podem levar à alta dos alimentos em escala mundial, dois têm sido os mais recorrentemente apontados como responsáveis pela elevação desde

o ano de 2008. O primeiro é a produção e a elevação do preço do petróleo e o segundo a especulação com o preço dos alimentos, sobretudo para algumas *commodities* essa tendência que se aprofundou com a explosão da bolha imobiliária estadunidense, quando houve uma fuga de capitais daqueles ativos, gerando uma bolha relacionada ao preço dos alimentos. Ambos ligam-se diretamente às políticas dos EUA. A elevação dos preços dos alimentos pode ser ligada à especulação aprimorada pela desregulamentação dos mercados de *commodities* que isentaram os concessionários dos limites de negociação e os subsídios e outras políticas foram centrais para o crescimento da conversão do etanol. Portanto, a relação entre a fome trazida pelo aumento generalizado de preços dos alimentos nas regiões do Oriente Médio e Norte da África e as revoltas sociais em 2008 demonstra mais uma das grandes contradições da projeção de poder *sui generis* das potências europeias e dos Estados Unidos ao longo das décadas.

Pesquisadores a serviço do Banco Mundial passam a analisar o fenômeno das “revoltas da fome”, tais como Angrist e Kluger (2008), Arezki e Bruckner (2011), Brinkman e Hendrix (2011), Bruckner e Ciccone (2010), Carter e Bates (2011), Dube e Vargas (2008), Maystadt, Tan e Breisinger (2012), Pinstруп-Andersen e Shimokawa (2010). O estudo feito pelo Banco Mundial definiu como “revoltas da fome” aquelas manifestações em que se combinam uma “violenta ação de massas que leva à perda de controle estatal, danos corporais ou à propriedade, essencialmente motivada pela falta de disponibilidade de alimentos” (WORLDBANK, 2014).

Para essa categorização assume importância a quebra da normalidade social, que difere tais movimentos dos que recorrentemente ocorrem nas periferias do sistema, mas que se traduzem em manifestações ora pacíficas, ou mesmo na ausência dessas, gerada pela escassez de alimentos ou pela alta de seu preço. Essas revoltas podem se ligar, como frequentemente ocorrem, a outras demandas de natureza social, tais como o problema do desemprego, da inflação, ou mesmo da corrupção. Nesse sentido, de acordo com a própria análise do Banco Mundial, a Primavera Árabe tendo como evento inicial a morte por autoimolação de Mohamed Bouazizi na Tunísia, enquadra-se nessa caracterização.

No caso da Primavera Árabe, parece existir um consenso crescente, principalmente na mídia, mas também na academia (ver Lagi, Bertrand e Bar-Yam [2011] e Bellemare [2013]), de que a inflação dos preços dos alimentos e os alimentos insegurança foram importantes catalisadores por trás da agitação. De fato, após as revoltas da Primavera Árabe, o *The Economist* (17 de maio de 2012) declarou: “desde o início, a comida tem desempenhado um papel maior nas agitações do que a maioria das pessoas imagina”. Essa opinião foi apoiada por vários especialistas e jornais. No entanto, embora os distúrbios alimentares

tenham sido importantes para desencadear distúrbios, esses eventos podem ser descritos de maneira mais apropriada como revoluções e manifestações antigovernamentais do que distúrbios alimentares: o motivo essencial do descontentamento foi uma insatisfação e um descontentamento esmagadores com o regime em exercício. As queixas relacionadas a alimentos podem ter agido como um catalisador, mas fica claro quando todas as reivindicações podem se fundir e se fundir em demandas capazes de impulsionar a revolução em todo o país e derrubar uma administração. Como resultado, em contraste com Lagi, Bertrand e Bar-Yam (2011), a definição proposta não incorpora a maioria dos eventos da Primavera Árabe de 2011 - embora o banco de dados os registre para referência. O que, em vez disso, a definição permitiria é a inclusão de estágios iniciais da pré-revolução na Tunísia e na Argélia, onde as pessoas se revoltaram com a inflação dos preços dos alimentos antes que os eventos se transformassem em revoluções mais amplas. (WORLDBANK, 2014, p.4)

No entanto, como até mesmo o Banco Mundial é obrigado a aceitar, categorizar a Primavera Árabe como meras derivações da insatisfação social com o preço dos alimentos seria limitar a amplitude de tais de processos. Isso porque se a especulação com o preço dos alimentos nos países do Oriente Médio e Norte da África cumpriu um papel fundamental como uma antecipação da Primavera Árabe, tal como ilustra o fato simbólico da autoimolação do jovem vendedor de frutas na Tunísia em dezembro de 2010, é certo que a dinâmica e as motivações que levaram a disseminação desse processo foram muito mais complexas. A crise dos alimentos teria sido o estopim de levantes que posteriormente assumiriam feições de revoluções sociais, confirmando a definição de que as *food riots* “não são fenômenos caóticos ou espasmos violentos irracionais das multidões, mas ações políticas organizadas e com propósitos” (WALTON; SEDDON, 1994, p.39). Mas sendo um processo profundo, não poderia ser desviado ou encerrado com novos subsídios alimentares.

Isso se dá porque tais revoltas se desenvolvem em meio a um cenário socioeconômico precário, como produto da elevação da densidade populacional, que se somou às questões estruturais que marcam o desenvolvimento desigual e combinado dos países do Oriente Médio e do Norte da África. A desigualdade social, agravada pelo aumento da dependência econômica com programas como *Food for Peace*, é um elemento que se coloca com grande importância. Assim, a política de elevação da dependência alimentar imposta aos países da região do MENA se assemelham à definição oferecida por David Harvey dos processos descritos como acumulação por espoliação. Impondo exportações alimentares que visavam responder aos seus ramos de produção agrícola, utilizando-se para isso das condições legadas pela arquitetura geopolítica regional, os Estados Unidos teriam por esse meio realizado uma ação que se enquadra nas práticas do

“novo imperialismo” descrito por Harvey, ainda que mantenha-se a ressalva do problema de tratar tal mecanismo como uma espécie de acumulação primitiva da qual tratou-se já neste trabalho.

2.4 Desigualdades sociais e luta de classes no MENA

As nações do Oriente Médio e o Norte da África (MENA) são muito desiguais entre si. Ademais, a realidade social das nações da região muitas vezes é pouco conhecida devido à manipulação ou inexistência de dados. Ainda que o preço dos alimentos tenha cumprido um papel relevante como parte das contradições que sedimentaram o caminho para a Primavera Árabe, há que se tomar com cautela os índices e dados apresentados pelo Banco Mundial e pelos coeficientes como o Gini, usado para indicar a concentração de renda e medir a desigualdade. Piketty e Alvaredo questionam a medição socioeconômica do Banco Mundial mostrando que especificamente no Egito um indicador tendencioso o fez ser excluído das regiões mais marcadas pela desigualdade social do mundo (PIKETTY; ALVAREDO, 2015). Desenvolvendo um debate crítico sobre a forma como índice o GINI é determinado no Egito, Piketty e Alvarado apontam como existe uma desigualdade e aumento populacional entre os países produtores de petróleo em relação aos demais, que aprofundam os contrastes entre as nações da região, sobretudo no início dos anos 1990. Não por coincidência neste momento tinha lugar grande parte das reformas neoliberais, quando os organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI alegavam que o Egito crescia razoavelmente em base ao índice Gini

Como primeira aproximação, a distribuição regional de população e renda foi relativamente estável desde os 1990. Há um certo número de mudanças significativas, no entanto, e as populações do Egito e do Irã declinaram, enquanto as do Iraque, Síria e outros países petrolíferos aumentaram. A participação dos países petrolíferos no Oriente Médio de acordo com o índice GINI aumentou, particularmente no início dos anos 90 (de menos de 50% para quase 60%). No entanto, ao longo de 1990-2012 a sua parcela na população aumentou mais do que participação no RNB, de modo que o rendimento médio relativo dos países petrolíferos tenha levemente crescido. Em particular, a participação da população dos EAU-Qatar-Kuwait quase duplicou (de 2,4% para 4,9%), enquanto a sua participação no GINI subiu de 18,9% para 28,8% que é uma distorção dos índices tomados como certo para indicar a desigualdade social e econômica no Oriente Médio. (PIKETTY; ALVAREDO, 2015, p.10)

No entanto, sabe-se que a população dos países do Oriente Médio e do Norte da África passaram por drásticas mudanças nas últimas décadas. Essas se referem tanto à sua densidade populacional, realidade socioeconômica, como aos aspectos políticos. De acordo com o mesmo estudo de Piketty e Alvaredo tomada em seu conjunto, desde 1970, a população da região praticamente triplicou, ainda que com as desigualdades nacionais acima indicadas, passando de 128 milhões de pessoas a 359 milhões, processo que se deu de forma concomitante a uma rápida urbanização, com altas taxas de pobreza e de desemprego. Mesmo o FMI indica essa brecha existente entre o crescimento populacional e a geração de emprego:

Tabela 2. Índice de desemprego de parte dos países do MENA (2007-2010):

	2007	2008	2009	2010
Egito	8,9	8,7	9,4	9
Iêmen	15,3	15	14,6	17,8
Síria	8,4	10,9	8,1	8,4
Tunísia	12,4	12,4	13,2	13

Fonte: FMI compilado pela autora

Isso se combinou a uma realidade paradoxal, de que ao contrário da situação encontrada em outras localidades do mundo, a urbanização marcada pela desigualdade social esteve acompanhada também de uma elevação do acesso à educação, em especial entre as mulheres (CURREA-LUGO, 2012) que compuseram um dos setores mais ativos nas mobilizações que antecederam a Primavera Árabe no Egito e na Tunísia. Aliada à essa situação, os planos neoliberais que integraram a plataforma do Consenso de Washington durante os anos 1980, adotada por vários governos do Norte da África e do Oriente Médio, que tiveram grande impacto no aumento do desemprego e da pobreza:

O final da década de bonança, marcado por uma queda nos preços do petróleo em meados de 1986, para menos de US \$ 10 por barril, expôs as deficiências estruturais dos países árabes não petrolíferos. As consequências foram mais evidentes na falta de oportunidades reais de emprego para a força de trabalho em rápido crescimento. Em poucos anos, o desemprego aumentou significativamente, atingindo no Egito cerca de 20% no final de 1988. Na Jordânia, o desemprego subiu de 4,3% em 1982 para mais de 10% em 1989. Na Tunísia, a taxa de desemprego já estava estimada em 16,4% em 1984. Devido à sua deterioração econômica, esses países adotaram reformas socioeconômicas, incluindo políticas de planejamento familiar mais amplas e reformas estruturais alinhadas com o "Consenso de Washington": um ajuste das taxas de câmbio; privatização de fábricas do setor público, bancos e outros ativos; redução de tarifas para incentivar investimentos privados; e alguma redução de subsídios. (WINCKLER, 2010, sp)

A tabela abaixo traz dados do Banco Mundial mostra as taxas de crescimento econômico de forma comparativa entre os países centrais, e as economias do Norte da África e do Oriente Médio.

Tabela 3. Taxas de Crescimento Comparado 1960-2000 e 2006-2012

Período	1960-70	1970-80	1980-90	1990-00	2006-07	2008-09	2010-11	2012			
Economias Desenvolvidas											
USA	4.3	3.0	3.4	3.5	2.7	1.9	0.0	-3.5	3.0	1.6	2.2
Canada	5.6	3.9	3.4	3.0	2.8	2.2	0.7	-2.8	3.2	2.4	1.8
UK	2.9	1.9	3.1	2.6	2.8	2.7	-0.1	-4.9	1.4	0.8	0.2
France	5.5	3.5	2.2	1.8	2.5	2.3	-0.1	-2.7	1.5	1.7	0.0
Sweden	4.4	1.7	2.2	2.0	4.3	3.3	-0.6	-5.2	5.6	4.0	1.2
Germany**	4.4	2.6	2.1	1.5	3.7	3.3	1.1	-5.1	3.7	3.1	0.9
Japan	10.9	5.0	4.1	1.3	2.0	2.4	-1.2	-6.3	4.0	-0.7	2.0
Australia	5.6	3.0	3.4	4.0	3.1	3.8	3.7	1.3	2.7	2.1	3.6
Países Árabes não Exportadores de Petróleo											
Egypt	4.3	7.4	5.0	4.6	6.8	7.1	7.2	4.7	5.1	1.8	2.2
Jordan	--	9.3*	--	4.8	7.9	8.5	7.6	2.3	3.1	2.6	2.8
Syria	4.6	10.0	2.1	5.5	5.0	5.7	4.7	6.0	3.2	--	--
Tunisia	4.7	7.5	3.6	4.7	5.7	6.3	4.7	3.1	3.7	-1.8	3.6
Morocco	4.4	5.6	4.0	2.5	7.8	2.7	5.6	4.8	3.7	4.9	3.0

Fonte: Banco Mundial. Disponível <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?page=5>>; IMF, World Economic Outlook Database, Abril 2013.

Assim, nota-se que a alta nos índices econômicos do Egito durante a década de 1990 até meados de 2008 foi sustentada artificialmente, tendo como moeda de troca o apoio às coalizões lideradas pelos Estados Unidos, isto é, foram o resultado das mudanças no equilíbrio estratégico do Oriente Médio. Primeiramente isso se deu pelo financiamento da economia egípcia e síria durante a crise do Kuwait entre os anos de 1990 e 1991, em troca do apoio aos Estados Unidos na coalizão contra o Iraque. Para o Egito essa política incluiu fundamentalmente o perdão das dívidas aos Estados Unidos, aos países petrolíferos do Golfo, e ao Clube de Paris. Isso fez com que no ano fiscal de 1997-98 a dívida externa egípcia tenha sido reduzida para US\$ 26,6 bilhões dos US\$ 49 bilhões originais, o que na prática significava antes de tudo em um alívio que recaiu majoritariamente sobre os juros e dividendos. No começo dos anos 2000, a política de financiamento da economia egípcia pelos EUA em troca de apoio político se aprofundou, agora tendo como objetivo a invasão do Iraque em 2003. A destituição do regime de Saddam Hussein permitiu aos EUA o acesso ao petróleo iraquiano em proporções até então inéditas, o que resultou nos baixos preços do petróleo, e na expansão do turismo,

que beneficiou o país, sempre com a contradição de aprofundar a dependência do Egito com os Estados Unidos. No caso da Síria, a combinação de US\$ 3 bilhões em ajuda dos Estados do Golfo, a descoberta de novos campos petrolíferos e a emigração maciça de trabalhadores para o Líbano após 1991 deu à economia um crescimento de 5-6% ao ano durante a primeira metade da década de 1990. Para a Jordânia, o tratado de paz com Israel em outubro de 1994 veio acompanhado de anulação do pagamento da dívida externa, muito embora tenha sido obrigada a assumir acordos com o FMI, além de acordo de livre comércio com os EUA. Assim, se por um lado trouxe certo alívio conjuntural nos índices econômicos da década de 1990, tais medidas amplificaram a sujeição dessas economias aos organismos financeiros internacionais, o que trará contradições nos anos posteriores estando diretamente relacionado com o aprofundamento das desigualdades, dos termos de comércio internacional, aprofundando, por exemplo, a dependência das exportações de alimento no Egito alentando as *foods riots*. (WINCKLER, 2010).

Em 2010, a situação no Egito era de enorme crise, e seus índices econômicos atestam uma grande crise de liquidez, que se ligava à percepção crescentemente generalizada de que as condições de vida declinaram:

A taxa de crescimento econômico caíra de 4,6% para 2% em 2008. As oportunidades de trabalho havia décadas não acompanhavam a taxa de crescimento da população que estava a alcançar em dezembro de 2010 cerca de 84,5 milhões de habitantes dos quais 43,4% viviam em áreas urbanizadas, cerca de 20% a 25% viviam abaixo do nível da pobreza, e o índice de desemprego, de uma força de trabalho de 26,1 milhões era bastante elevado. (...) A juventude estava seriamente afetada pelo desemprego. Cerca de 90% dos desempregados eram jovens de menos de 30 anos. Os graduados tinham de esperar pelo menos cinco anos por uma oportunidade de trabalho na administração. (BANDEIRA, 2015, p. 239)

Os índices de renda per capita também expressavam uma ampla concentração da riqueza, que agudiza as brechas regionais entre os países produtores de petróleo, e os de composição econômica mais direcionada às outras atividades, tais como a indústria de bens de baixo valor agregado, e agricultura. Dessa forma, nota-se como os PIB per capita de alguns dos países em que os levantes da Primavera Árabe foram mais fortes, como o Egito, a Tunísia e a Síria se constituíam como parte dos mais baixos da região.

Tabela 4: PIB per capita dos países do MENA (2001-2010)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Arábia S.	8760	8639	9390	10854	13303	14855	16051	19714	16013	19327
Argélia	1716	1743	2056	2956	2550	3039	3851	4801	3786	4365
Bahrein	12846	13096	14345	16027	18156	19460	21049	23038	19251	20546
EAU	5	34062	36906	40404	43534	45556	44489	46403	33013	34049
Egito	1350	1267	1067	1122	1316	1476	1780	2184	2448	2749
Iraque	721	691	637	982	1325	1944	2606	3622	3772	3942
Jordânia	1856	1954	2046	2241	2403	2773	3025	3717	3854	4094
lêmen	623	660	710	796	945	1104	1210	1401	1280	1369
Kuwait	17616	18619	22621	27060	35186	42011	44869	54540	37180	40085
Líbia	6477	4103	4838	6046	8124	9686	10838	16221	11542	13440
Líbano	5083	5323	5366	5570	5483	5500	6053	7186	8159	8552
Marrocos	1300	1379	1684	1907	1976	2160	2453	2871	2907	2869
Omã	8664	8685	9017	10014	12253	14405	16305	23421	18113	20984
Qatar	7	30749	35644	44052	54229	62920	69167	84813	62528	71510
Síria	1258	1282	1206	1389	1563	1761	2059	2583	2573	2808
Tunísia	2286	2374	2788	3135	3211	3383	3787	4317	4134	4169

Fonte: Banco de Dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. Disponível em (<http://unctadstat.unctad.org>). Acesso em 10/02/2017

Com esse pano de fundo, pode-se considerar que a crise dos alimentos atuou como a antecipação de fenômenos de luta de classes mais clássicos, no sentido de manifestar-se como expressões ligados a ramos produtivos importantes. Essa foi a dinâmica nos levantes europeus de 1848, quando a elevação dos preços também atuou como estopim da Primavera dos Povos. Como antessala da Primavera Árabe quiçá as expressões mais significativas foram a greve das indústrias têxteis em Mahalla Al-Kubra no Egito a crise da mineração de Gafsa, na Tunísia, ambas ocorridas durante o ano de 2008, que forçaram as autoridades a responder com medidas de alívio, e contribuíram para criar uma cultura de protesto (CAMPOS, 2015).

A indústria têxtil no Egito sempre ocupou um lugar de destaque na economia, sendo inclusive estatal. Mas, desde os anos 1980, vinha sofrendo com perdas de

produtividade, que alcança seu nível mais baixo em 1999, inclusive em comparação com os vizinhos Tunísia e Turquia. Essa debilidade do parque industrial egípcio se revertia em baixas salariais e piora das condições de trabalho, como produto da ausência de investimentos. Essa situação se agravava ainda com as condições geopolíticas, e os acordos com o FMI e Banco Mundial, que cobravam como contrapartida uma aceleração das privatizações:

La guerra del Golfo de 1991 creó las condiciones para que Egipto firmara un acuerdo de "ajuste estructural" con el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial. Este acuerdo abrió el camino hacia la privatización del sector público, paso en el que las instituciones financieras internacionales insistían desde más de una década. Después de resistir a la privatización desde 1974, la directiva de la Federación General de Sindicatos Egipcios terminó suscribiéndolo. Como consecuencia, varias firmas textiles del estado se vendieron a inversionistas egipcios y extranjeros a mediados de los 90, generando 12% de todos los fondos de la venta de las empresas del sector público. De 1992 al 2000 la participación de mercado del hilado de algodón en el sector privado aumento de 8% a 58%. La privatización no mejoró la situación de los trabajadores. Los salarios de los trabajadores textiles egipcios están entre los más bajos en el mundo: 85% de los sueldos en Pakistán y 60% de los sueldos en la India. El oficio de tejer en una empresa privada bien administrada tiene un sueldo estipulado de cerca de 1.000 libras al mes; el de hilado, cerca de 880 libras al mes. Y las hiladoras peor pagas son en su mayoría mujeres. Estos salarios son el doble de lo que ganan los trabajadores en los mismos oficios en el sector publico, pero los trabajadores del sector textil privado trabajan por turnos de 12 horas (a diferencia del sector publico, que trabaja 8 horas diarias) y casi nunca reciben seguro de salud o cualquier otro beneficio que les corresponda por ley.(BEININ, HAMALAWY, 2007, sp)

A greve de Mahalla assumiu a forma de um primeiro grande teste imposto ao até então incontestado regime de Hosni Mubarak. Defendendo reivindicações ligadas à melhoria das condições de trabalho, a greve tomou completamente a cidade de Mahalla transformando-se em uma greve geral, com a adesão de novos setores a partir da ampliação das reivindicações para englobar também a reversão das privatizações de diversos setores durante os anos de 2005 e 2007. No movimento do complexo *Misr Spinning and Weaving* em Mahalla participaram cerca de 24 mil trabalhadores, e conquistaram um reajuste salarial que seria o primeiro desde 1984 (HAMALAWY, 2008). Para valorar corretamente a importância desse movimento deve-se notar que ele ocorreu em meio ao regime ditatorial de Hosni Mubarak, nos quais as greves e a organização sindical eram formalmente legais, mas na prática violentamente coibidas, bem como qualquer manifestação política de oposição ao governo. A Federação Geral dos Sindicatos dos Trabalhadores foi instituída de maneira similar às estruturas sindicais

da URSS sob Stalin, isto é, sem independência, atuando antes como um mecanismo de controle que de organização dos trabalhadores.

El sector obrero y de oficina que trabaja en el sector público tiene empleo de por vida y el derecho a una pensión equivalente al 80% de su salario al momento de retirarse. Sin embargo, desde el 2004 el gobierno egipcio ha vuelto a insistir en sus esfuerzos por privatizar la industria textil. Los trabajadores temen que los nuevos inversionistas, muchos de ellos de la India, no les provean la seguridad laboral o los beneficios que ellos y otros trabajadores del sector público han disfrutado desde que la mayoría de empresas textiles, junto con otras grandes y medianas empresas de todos los sectores de la economía, fueran nacionalizadas a principios de los 60 bajo el mandato de Gamal Abdel Nasser. Estos temores han provocado una ola de huelgas salvajes sin precedente, que desde finales del 2004 se han centrado en el sector textil, y también se han expandido a otras industrias. A finales del 2006 y en el 2007, la ola de huelgas alcanzó un clímax particular. Desde la promulgación de la Ley de Trabajo Unificada de Egipto en el 2003, técnicamente se legalizó la huelga para el sector obrero, pero sólo si la aprueba la directiva de de la Federación General de Sindicatos. Desde que la Federación, así como demás comités sindicales y empresariales, están firmemente enganchados al Partido Democrático Nacional (NDP), que actualmente está en el poder, todas las huelgas desde el 2003 han sido "ilegales". Muhammad 'Atar y Sayyid Habib fueron parte de los líderes de la huelga de diciembre de 2006 en Mir Spinning and Weaving, una de las protestas más significativas militante y políticamente en la actual ola de huelgas (BENIN, HAMALAWY, 2008)

Após as greves de 2006, um novo movimento eclodiu em 2008. Durante três dias consecutivos no mês de abril de 2008 as ruas da cidade permaneceram tomadas, até que o governo se viu obrigado a retroceder e tentou um acordo com os grevistas, prometendo o atendimento a parte de suas reivindicações Assim, apesar de não ter chegado com a mesma intensidade ao Cairo, a greve iniciada nas plantas têxteis exerceu um poder de atração que logrou paralisar os médicos, na primeira greve nacional desde 1951, e os professores universitários também sem realizar qualquer movimentação semelhante desde 1977. Os funcionários públicos responsáveis pela coleta de impostos pararam de forma inédita desde 1919, mantendo sua greve durante três meses, realizando um encontro nacional com delegações que totalizaram 5 mil pessoas. (IBRHAIM, 2012)

(...) eles conseguiram derrubar muitos dos líderes sindicais que estavam perto de regime e a redução da dívida da fábrica em um bilhão de EGP. O espírito de greve também conquistou trabalhadores em vários outros setores e províncias, como a indústria de cimento em Tura e Helwan, motoristas de metrô do Cairo, padeiros e assim por diante. Em contraste com as décadas de 1980 e 1990, as greves não se restringiram aos funcionários do setor público, mas também incentivaram os trabalhadores de empresas privadas a lutar por seus direitos. Em fevereiro de 2008, mais uma vez, cerca de 20.000 trabalhadores e cidadãos tomaram as ruas de Mahalla. A fábrica havia reivindicado uma perda de 45 milhões de EGP, apesar de uma injeção de

capital de 450 milhões de EGP. Em 6 de abril de 2008, líderes operários de esquerda e ativistas planejaram uma nova greve. Alguns grupos políticos, blogueiros e intelectuais aproveitaram o evento para pedir uma "greve geral" política contra o regime, sem, no entanto, organizar nada no terreno. Uma combinação de repressão e cooptação - o regime prometeu aderir a algumas das demandas dos trabalhadores - pressionou o comitê de greve para cancelar a greve. No final, os trabalhadores de Mahalla e suas famílias participaram de protestos de rua como cidadãos, transferindo suas demandas para o alto preço do pão. Eles foram recebidos pela violência e a insurreição foi reprimida. Embora houvesse algumas ações simbólicas de solidariedade em outras cidades, em geral o apelo dos aventureiros por uma 'greve de massas' não foi atendido e a insurreição de Mahalla permaneceu isolada. (SMET, 2016, p. 306)

Mas o conflito que se desenvolveu no Egito, e terminou obrigando o governo de Hosni Mubarak a realizar concessões, não era meramente redistributivo. Também foi contra a candidatura do filho de seu filho, Gamal Mubarak, às eleições presidenciais e como membro mais alto do então partido governante Partido Nacional Democrático, tal como está detalhado no capítulo 3 do presente trabalho. Dessa maneira, esse processo constituiu-se como uma antecipação da Primavera Árabe, expressando por um lado que o receio ao regime começava a dar lugar a um sentimento de insatisfação popular, e que as demandas econômicas relacionadas com o aumento das desigualdades sociais, piora das condições de trabalho, se combinam às reivindicações de cunho político.

Na Tunísia as manifestações de 2007 aconteceram na região mineira de Gafsa, Redeyef, Umm Al Arais, Mdhila e Métalaoui, que ao todo são pouco populosas, com cerca de 100 mil habitantes em sua totalidade. A Companhia de Fosfatos de Gafsa (CPG), que chegou a ser a quinta maior do mundo, é uma empresa estatal que estava adiante da exploração dos minérios, sendo o principal empregador da região, e na última década levou adiante um plano de reestruturação que reduziu a força de trabalho em 75%. Isso elevou ao aumento do desemprego e da pobreza na região, que desencadearam as manifestações cujos principais protagonistas foram os jovens desempregados. (SMET, 2016). Nas movimentações pré-Primavera Árabe na Tunísia, o traço distintivo foi a pluralidade das formas organizativas que o movimento assumiu. Em Redeyef, os representantes da central sindical UGTT apoiaram o movimento. Mas os mineiros da CPG negaram-se a se unir aos protestos. As autoridades regionais, numa tentativa de apaziguar a mobilização prometeu atender à reivindicação por criação de postos de trabalho, o que efetivamente não se deu. Assim, pouco depois se deu a prisão de alguns integrantes das manifestações, o que elevou a indignação popular, até que em junho com a morte pela repressão policial acirrando ainda mais os ânimos, o presidente Ben Ali, numa tentativa

de recuperar a imagem do governo, denunciou a gestão da CPG por corrupção e destituiu seu diretor e o governador de Gafsa (GOBE, 2012).

Tal como no Egito, a Tunísia também contava com um regime de partido único. A composição econômica era igualmente similar, sendo ambos países escassos em recursos naturais se comparados às outras nações árabes como o Iraque ou os países do Golfo. Também têm uma estrutura agrária relevante que se combina à um significativo setor industrial estatal, gerido até então por uma única associação sindical controlada pelo Estado. Ademais, trata-se de países com localizações geográficas estratégicas, com a Tunísia tendo uma ampla costa voltada para a Europa no Mar Mediterrâneo, mantendo fronteira com a Argélia e a Líbia, enquanto o Egito encontra-se no extremo Norte da África com saída pelo Mar Mediterrâneo e pelo Mar Vermelho. Essa localização lhes concede uma importância geopolítica, que se soma à referência política exercida sobre a região pelos anos de auge do nacionalismo árabe, e a uma conformação de classes mais urbana e industrializada, embora os trabalhadores estejam entre os mais mal remunerados do mundo¹⁸, que se manteve intacta por ambos os países não terem sido o terreno das guerras travadas pelo menos desde 1967. Dessa maneira, é uma hipótese válida a de que as semelhanças na forma com que se expressaram os levantes durante o início da Primavera Árabe em ambos os países derive em certa medida dessas características.

2.5 A primeira fase da Primavera Árabe: levantes populares e revolução

Como já foi apontado, para um exame detalhado da Primavera Árabe faz-se necessário tomar em consideração tanto seus aspectos globais, como as particularidades presentes em cada um dos países nos quais se desenvolveu. Dessa maneira, nesse ponto do trabalho resgatam-se alguns aspectos fundamentais das tendências gerais que motivaram os levantes em cada momento, seu desenvolvimento, para posteriormente sublinhar o enfoque central no processo egípcio e na resposta estadunidense. A escolha das relações entre o Egito e os Estados Unidos se dá pelo papel que essa aliança cumpriu para o equilíbrio regional. Do ponto de vista da dinâmica da Primavera Árabe o movimento egípcio foi o que mais proximamente pode ser considerado como um ensaio revolucionário, mesmo que derrotado. Mas aqui retomamos os momentos de inflexão

¹⁸ O salário per capita egípcio ocupa o lugar de 90, ficando atrás da Palestina, Iraque, enquanto o da Tunísia ocupa o 87º lugar. Ver (https://www.numbeo.com/cost-of-living/country_price_rankings?itemId=105). Acesso em 10.jan.2017

mais importantes da primeira fase da Primavera Árabe, que caracterizamos como aquela marcada pela dinâmica de manifestações populares contra os regimes vigentes, demarcando seu início na Tunísia, sua expansão para o Egito que expressa uma transformação de qualidade, com a ocupação da Praça Tahrir até a queda de Hosni Mubarak.

Grosso modo, podemos caracterizar a Primavera Árabe em três fases distintas. A primeira marcada pelos levantamentos populares e expansão do movimento para diversos países do Oriente Médio e Norte da África que se inicia no final de 2010 e estende-se até agosto de 2011. A segunda que vai de agosto de 2011 ao início de 2012, marcada pela intervenção da OTAN na Líbia e pela adoção da política estadunidense de se postular como apoiador das transições democráticas no Egito e na Tunísia. A terceira fase aberta durante o decorrer do ano de 2012 em que se dá a transição egípcia entre o governo da Irmandade Muçulmana e a crise aberta que culminará no golpe cívico-militar de 2013, pela situação síria que passa a ocupar o primeiro plano de importância, se transformando crescentemente em uma guerra civil em que se entrecruzam vários interesses e frentes de combate, envolvendo Rússia e Estados Unidos, posteriormente o combate ao Estado Islâmico.

A continuidade da guerra civil síria, responsável por uma das maiores crises humanitárias da história recente com a questão dos refugiados, segue vigente enquanto esse trabalho é elaborado, e não será detalhada por esse motivo. Além da periodização acima proposta, cabe ressaltar que ademais das grandes linhas de resposta dos Estados Unidos correspondentes a cada um desses momentos da Primavera Árabe, também se somarão diferenciações sobre como aquele tratou cada um dos processos particularmente. Dialeticamente essas respostas influíram sobre a dinâmica global da Primavera Árabe, possibilitando ofensivas militares diretas, ou intervenções mais assemelhadas a justaposição de guerras, como no caso da Síria, e expressavam também as transformações na política externa norte-americana e de seu pensamento estratégico.

É a partir de 2012, com a intervenção da OTAN na Líbia, que a ingerência estadunidense se amplifica com o intento de protagonizar uma política de apoio às transições de regime. E podemos considerar para efeitos de delimitação do objeto de estudo que a terceira fase, que marca o fim da Primavera Árabe, se inicia em julho de 2013, com a ascensão da ditadura cívico-militar no Egito, passando pela intervenção russa na Síria em 2015. É naquele ano que a dinâmica se demarca pela degeneração dos levantes sírios na atual guerra civil, e a desintegração estatal da Líbia, que vê-se dividida entre

diversos clãs e tribos, o que desmantelou seu sistema de governo. Neste capítulo trataremos dos principais processos na primeira etapa da Primavera Árabe.

2.5.1 A Revolução de Jasmim na Tunísia

O desenvolvimento da primeira etapa da Primavera Árabe se deu Tunísia com a já citada autoimolação de Mohammed Bouazizi, um jovem vendedor de frutas de 26 anos, na vila de Sidi Bouzid, localizada a 265 km da capital Tunis. Bouazizi tinha uma trajetória muito similar a um contingente numeroso de jovens de sua geração. Era graduado e, no entanto, desempregado, sem qualquer perspectiva de transformação em suas condições de vida. Um resultado contraditório da política levada adiante durante os anos do pan-arabismo, que ampliou o acesso à universidade pública de diversos países da região, sem que isso viesse acompanhado das mudanças na estrutura econômica de modo a permitir o exercício da profissão de milhares de jovens. Em 17 de dezembro de 2010, após ter sua mercadoria apreendida pela polícia, ateou fogo a seu corpo vindo a falecer em 4 de janeiro de 2011. Seu funeral se transformou em uma demonstração política espontânea, reunindo milhares de pessoas. A politização gerada em torno da morte de Sidi Bouzid rapidamente deu lugar a manifestações políticas sob a palavra de ordem *dégage*, ou “fora”, dirigida contra Ben Ali há 23 anos no poder (VISENTINI, 2012). Em 14 de janeiro de 2011, o ex-presidente Ben Ali fugiu do país em direção à Arábia Saudita, o que alentou o sentimento dos povos dos países vizinhos de que era possível pela via das manifestações populares derrubar os governos de turno.

Do ponto de vista das relações interestatais o regime de Ben Ali tinha com a França, de quem fora protetorado desde 1881 deixando de ser colônia em 1956, uma relação de dependência econômica relevante. Em 2008, a antiga metrópole constituía-se como o principal investidor estrangeiro na Tunísia, acumulando mais 280 milhões de euros nos mais variados ramos, com destaque para as 1.207 empresas francesas instaladas no país concentradas no setor têxtil, eletrônico, turístico, e de serviços como call centers. A ligação entre o investimento francês e a família do presidente Ben Ali era de conhecimento público:

O investimento francês nesse país atingiu US\$ 191 bilhões em 2009, o que converteu a França no principal sócio econômico da região do Magreb. Muitas dessas companhias têm estreitos vínculos com a família Ben Ali. Por exemplo, 49% da operadora de telecomunicações Orange Tunisie pertencem ao outrora monopólio francês France Telecom. Os outros 51% são da Investec, a

companhia de investimento do genro de Ben Ali, Marwan Mabrouk, acusado de corrupção. A participação econômica e a conivência de empresas francesas com o regime da Tunísia podem explicar porque Paris, desde François Mitterrand (1981-1995) até Nicolas Sarkozy adotava uma conduta complacente com Ben Ali, apesar das acusações fundadas da corrupção generalizada e de graves violações de direitos humanos. A complacência francesa alcançou seu ponto máximo no dia 14, véspera da fuga de Ben Ali do país. (GODOY, 2011, sp)

Como alegação geopolítica para a exportação de capital francesa estaria ainda a aliança para o controle da imigração, que vinha se transformando numa orientação preponderante na política francesa no início do século XXI. Esse processo se intensifica a partir de 2003 quando essa orientação repercute no projeto da União Europeia de conjunto, adotando uma série de medidas anti-imigração:

Desde o início do seu mandato como ministro do Interior, Nicolas Sarkozy afirmou na Assembleia Nacional querer abordar a priori as questões ligadas à segurança, incluindo nestas a imigração clandestina. Nesse sentido, a partir de 2003 instaurou quotas de expulsões. A Lei 2007-1631 de 20 de novembro fixou, por sua vez, objetivos pouco realistas em matéria de reunificação familiar e de imigração profissional. No entanto, com a criação do Ministério da Imigração, da Integração, da Identidade Nacional e do Desenvolvimento Solidário pelo então Presidente Sarkozy, Brice Hortefeux comprometeu-se a atingir esses objetivos. Eis um sinal evidente de continuidade na política de Nicolas Sarkozy que sublinhou o facto de que uma imigração descontrolada e não integrada poderia ser perigosa para a identidade do Estado. Na verdade, esta tendência restritiva parece persistir, mesmo após a chegada do Partido Socialista ao poder, já que o atual ministro do Interior, Manuel Valls, também já evocou a possibilidade de reformar o sistema de reunificação familiar. (MARTINS, 2013, sp)

A entrada de capital francês na Tunísia, aliadas aos acordos como o Documento-Quadro de Parceria, eram apresentadas como a conformação de uma política que supostamente visaria a criar as condições para que não houvesse o desejo de emigrar para a França. (MARTINS, 2013). Como complemento dessa política as exigências para a concessão de vistos aos tunisianos que desejavam chegar à França foram elevadas. E as melhorias declaradas como o objetivo do Documento-Quadro de Parceria não se reverteram em percepção de declínio das taxas de desemprego, dentre as quais a Tunísia apresentava índices de 12,4% em 2007, equiparável aos países que foram o epicentro da crise econômica de 2008, tal como a Grécia que em 2010 detinha 12,5% de sua população em idade ativa desempregada (WORLD BANK, 2014)

Logo que as manifestações populares se disseminaram pelo país, a então ministra de Relações Exteriores da França do governo Nicolás Sarkozy, Michelle Aliót-Marie propôs na Assembleia Nacional apoio militar francês para assegurar a continuidade do

governo e Ben Ali. A posição do governo de Sarkozy foi rapidamente questionada, com o próprio primeiro-ministro François Fillon qualificando-a desarrazoada. O que passaria a estar em questão a partir da Revolução de Jasmim que marca o início da Primavera Árabe seria o próprio sistema de alianças traçado ao longo do período marcado pelo pós II Guerra Mundial, fim dos Acordos de Sykes Picott, e pela ordem instituída pelo pós Guerra Fria. (SIMONS, 2011). Se a reação francesa foi abertamente de apoio a Ben Ali, a norte-americana através do governo de Barack Obama se caracterizou por um apoio formal às mobilizações, muito embora houvesse consternação e receios sobre os efeitos regionais que a queda de um regime pró-ocidental, e aliado na guerra ao terrorismo.

O movimento pró-democracia foi anunciado internacionalmente, mas uma onda de inquietação no Oriente Médio também despertou preocupação internacional sobre a estabilidade em uma região associada a regimes pró-ocidentais previamente seguros, autocráticos. Os primeiros meses do governo pós-Ben Ali foram marcados pela contínua agitação e contestação popular, em parte em resposta à decisão inicial do governo interino de manter vários funcionários de longa data do ex-partido no poder. Além disso, um vácuo de segurança - em meio a relatos de sabotagem por milícias não identificadas, e quando a polícia fugiu de seus postos e os cidadãos formaram grupos de autodefesa - levantou temores de violência e caos (ARIEF, 2012, sp)

A funcionalidade do governo de Ben Ali à principal orientação de política externa estadunidense com a Guerra ao Terror já havia sido amplamente comprovada. Dentre as organizações jihadistas combatidas pelo governo da Tunísia constavam grupos como *Algerian Salafist Group for Preaching and Combat*, *Tunisian Combatant Group*, *Al-Qa'id*, que apesar se serem grupos de alcance localizado reforçam a legitimidade da plataforma estadunidense no estratégico território do Magreb. Tal como era feito no Egito essa cooperação foi responsável pelo financiamento estadunidense:

A Tunísia participava da *US-North African Economic Partnership* (USNAEP), que visava promover os investimentos americanos e a integração econômica da região do Magreb. Entre 2006 e 2010 a Tunísia recebeu dos Estados Unidos a título de assistência um total de US\$ 69,28 milhões, dos quais apenas US\$ 15,69 milhões para a promoção da democracia e dos direitos humanos e o restante US\$ 53,9 milhões para assistência "*military and security*". Entre 1987 e 2009 as vendas de armamentos somaram US\$ 349 milhões e, em 2010, a administração do presidente Obama solicitou ao Congresso a aprovação de US\$ 82 milhões para o fornecimento de "*12 SH-60F Multi-Mission Utility Helicopters Sikorsky-made*" à Tunísia (BANDEIRA, 2015, p. 236)

Assim, a Tunísia constituía-se como um terreno no qual estava em jogo os interesses tanto da França quanto dos Estados Unidos. Cada qual utilizava a alegação de que barraria os grupos jihadistas. A França se utilizava de sua ascendência sobre a Tunísia legada desde

o século XIX mantendo uma aliança praticamente irrestrita com Ben Ali, abrindo mão inclusive de críticas à ausência dos “direitos democráticos” buscando por meio de acordos bilaterais controlar o fluxo migratório. Já os Estados Unidos igualmente financiavam militarmente o regime tunisiano, muito embora guardando-se a reserva de arcar com a assistência para a suposta promoção da democracia e dos direitos humanos, ainda que na Tunísia houvesse um regime laico, com direitos democráticos inclusive negados em diversos países do Ocidente, tal como o direito ao aborto.

Após a derrubada de Ben Ali, o partido islâmico considerado moderado *Ennahda*, ligado à Irmandade Muçulmana egípcia e chefiado por Ganouchi, ganhou eleições para uma Assembleia Constituinte, com participação de 90% dos eleitores, sendo essa a primeira consulta democrática realizada no regime político em 55 anos. As eleições para a Assembleia Constituinte contaram com 14 mil observadores, dos quais 600 eram estrangeiros enviados pela União Europeia, ou pela Fundação Carter. No entanto, a continuidade da Revolução de Jasmim não cedeu lugar à estabilidade. Enfrentamentos entre os sindicalistas da União Geral dos Trabalhadores Tunisinos, que teve um destacado papel durante as mobilizações pela queda de Ben Ali, o *Ennahda*, e as organizações de juventude se tornaram frequentes, e greves gerais foram convocadas contra o governo provisório controlado pelo *Ennahda*. As tensões culminaram em 2014 no assassinato de Mohammed al-Brahmi, um membro da Assembleia Constituinte. (BANDEIRA, 2015)

Mesmo assim, na análise de meios como o *Foreign Affairs*, ligada ao *Council on Foreign Relations*, fundada em 1921 por representantes de alguns dos maiores monopólios norte-americanos, como JP Morgan e John D. Rockefeller, a Tunísia forneceu, ao contrário do Egito, Síria e Líbia, mas principalmente do primeiro, uma espécie de modelo de transição a ser seguido após a queda dos regimes, na qual destacam como fundamental a conduta do islamismo moderado personificado no *Ennahda*:

Como no Egito, os principais islamitas estavam prestes a tomar o poder depois que o líder foi expulso. Assim como a Irmandade Muçulmana egípcia fez uma forte demonstração na primeira votação pós-Mubarak, o Partido *Ennahda* da Tunísia conquistou 41% dos assentos na Assembleia Constituinte no primeiro voto pós-Ben Ali. Em vez de fortalecer os outros partidos, os políticos do *Ennahda* se uniram em uma coalizão da tríade com o Partido *Ettakatol* e o Congresso para a República, ambos grupos de centro-esquerda. *Ennahda* também decidiu apoiar a nomeação do secularista Moncef Marzouki para a presidência. Marzouki, um ativista de direitos humanos e detento sob Ben Ali, liderou o Congresso para a República, que recebeu apenas 13,4 por cento dos assentos da Assembleia. Apesar das diferenças ideológicas dos três partidos, a coalizão se mantém há quase dois anos; Por sua parte, Marzouki conseguiu se manter no topo da coalizão, mas não se estabeleceu como um líder

especialmente poderoso em nível nacional, particularmente em meio a crises políticas. (SHARQIEH, 2013, sp)

Quando a Revolução de Jasmim completava três anos, o *Council on Foreign Relations* (CFR) destacava como o governo provisório do *Ennahada* teria promovido uma transição mantendo vários elementos do antigo regime:

Evitou promulgar qualquer coisa que se assemelhe à Lei de Isolamento Político da Líbia, que penalizou a maioria das pessoas que ocuparam cargos públicos entre 1969 e 2011. A Tunísia também optou por algo mais rigoroso do que o Iêmen, onde a lei de imunidade que acompanhou o acordo Circuitou qualquer tentativa de justiça transicional e impediu processos por violações passadas. Nenhuma pessoa no Iêmen foi responsabilizada por crimes passados, e o antigo regime continuou a governar sem uma reforma do partido mínima. A abordagem da Tunísia, por outro lado, foi denominada *tahseen al-thawra* (fortalecendo a revolução). Alguns dos ex-funcionários mais antigos serão banidos do cargo público por cinco anos. Mas aqueles que não foram julgados ou condenados terão permissão para participar da política - permitindo, por exemplo, que o oficial da era Habib Bourguiba, Beji Caid Essebsi, chegue ao Partido *Nidaa Tounes*. (Essebsi também disse que planeja concorrer na próxima eleição presidencial.) Os tunisianos enfatizaram um processo direcionado de justiça de transição, processando individualmente; caso contrário, eles estão decididos que somente a urna deve excluir esses números da vida pública. (SHARQIEH, 2013, sp)

Porém, o entusiasmo expressado pelo *Council on Foreign Affairs* em relação ao *Ennahada*, como modelo de partido islâmico moderado a ser apoiado pela União Europeia e pelos Estados Unidos em oposição à Irmandade Muçulmana, e articulador de uma grande coalizão capaz de pacificar a Tunísia não se consolidou nos anos posteriores. Ao contrário de criar estabilidade, a manutenção dos partidos e dos representantes do antigo regime mostrava que as reivindicações populares por mais direitos democráticos, bem como questões relativas à reversão do desemprego, que suscitaram os levantes populares não seriam atendidas. Dessa maneira, o que se obteve a partir de então foi uma situação marcada tanto por greves, organizadas em sua maioria pela UGTT, como tensões por conta da disseminação dos grupos islâmicos, inclusive de origem salafista¹⁹.

¹⁹ Nem todos os islamistas da Tunísia estão de volta ao *Al Nahda*, e a disposição do partido em se comprometer pode ter custado algum apoio a facções mais radicais da opinião pública. Alguns salafistas religiosamente conservadores apóiam abertamente a criação de um Estado islâmico na Tunísia, e alguns desafiaram autoridades governamentais - assim como artistas, ativistas sindicais, jornalistas, acadêmicos e mulheres consideradas insuficientemente modestas - por meio de protestos, ameaças e / ou violência. Um punhado de grupos salafistas se registrou como partidos políticos, mas muitos parecem preferir operar fora do sistema político formal. Em algumas áreas, grupos salafistas supostamente controlam mesquitas e criaram redes de segurança e de prestação de serviços. A repressão contra as mesquitas não registradas foi iniciada sob o governo liderado por *Nahda* e continuou sob o governo tecnocrático Mehdi Jomaa em 2014, provocando preocupações entre alguns defensores das liberdades civis. (BANDEIRA, 2015)

Em 2014 uma nova Constituinte foi adotada no país, e apesar de garantir o direito de crença, e não ser completamente embasada na *sharia* – lei islâmica – determina que apenas indivíduos muçulmanos podem concorrer à presidência. No entanto, a adoção da nova Constituinte tampouco pôde apaziguar a instabilidade política. No período que vai de 2011 a 2016 a Tunísia teve sete governos distintos em sua maioria tentativas de governos de coalizão. (ARIEFF;HUMUD, 2015). O atentado de Seifeddine Rezgui em que um estudante assassinou 38 pessoas em uma praia em 2015 em nome do Estado Islâmico também marcou um ponto de inflexão na Tunísia pós Primavera Árabe, sendo responsável pelo declínio de 15% do PIB do país, que passaria a ser alvo de ataques dessa natureza. Além disso, greves gerais se deram recorrentemente, como a do ano de 2015 que paralisou as escolas, condutores de trens, transportes urbanos, e mineiros das cidades de Metlaoui, Om Lrayes, Mdhila e Redayf, além da paralisação da indústria do fosfato, uma atividade econômica importante. Estima-se que apenas no ano de 2015 houve 474 ações de protesto social, de acordo com o Fórum Tunisiano de Direitos Sociais e Econômicos (CHINGO, 2015).

A juventude desempregada, cujos índices alcançava 30% em 2015, e que foi um importante protagonista da Revolução de Jasmim, tampouco expressou uma percepção de melhora em suas condições de vida, e seguiu protestando contra os governos, que por sua vez definiram como prioridades políticas a adoção de leis antiterroristas, os empréstimos das organizações internacionais como o FMI, em uma plataforma que ficou conhecida como “Reestruturação da economia e luta contra o terrorismo”. Do ponto de vista econômico o receituário do FMI para a Tunísia é a austeridade tradicionalmente defendida:

Para garantir que o déficit orçamentário diminua em linha com o objetivo da Lei Orçamentária de 2018, é necessário reduzir os subsídios injustos à energia por meio de aumentos nos preços domésticos de energia que acompanham os preços internacionais do petróleo. A massa salarial do setor público é muito grande e qualquer novo aumento salarial seria muito difícil de sustentar, a menos que o crescimento surpreenda positivamente. Da mesma forma, aumentar a idade de aposentadoria e reformas paramétricas adicionais nas aposentadorias são cruciais para conter os déficits no sistema de seguridade social. (FMI, 2018, sp)

Do ponto de vista político, a Tunísia recorrentemente é avaliada pelos organismos internacionais como um exemplo de transição de regime para um inspirado nas democracias liberais. Porém, a modo de conclusão pode-se definir que não se obtiveram respostas às demandas que alentaram a Revolução de Jasmim, como o

desemprego, que em 2018 alcançou o índice de 15,5%, índice que se eleva para a força de trabalho feminina, chegando a 22,55% (FMI, 2018).

2.5.2 A intervenção da OTAN na Líbia

O processo que culminou com a derrubada de Muammar Kadafi marcou a primeira intervenção militar estrangeira aberta em meio à Primavera Árabe, através da OTAN. Assim, a política de priorizar as ações de cunho econômico ou diplomático que os Estados Unidos e seus aliados encerra-se e fecha igualmente a primeira etapa da Primavera Árabe. Desde então dá-se a guerra civil síria e a instrumentalização da transição egípcia. Mais que detalhar o desenvolvimento do levante na Líbia e a natureza da intervenção da OTAN, que em si merece um estudo próprio, o que buscaremos aqui é retomar alguns elementos importantes para a consideração da Primavera Árabe em seu conjunto.

O levantamento popular contra Kadafi suscitou diversas posições entre analistas, por ser considerado por alguns como um regime progressista. Essa é uma perspectiva questionável, como desenvolvemos, mas remete-se ao papel cumprido por Kadafi durante o golpe que encerrou a monarquia do Rei Idris, em 1 de setembro de 1969. Ideologicamente, a inspiração do golpe militar que acabou com o regime monárquico, se referenciava no *Livro Verde*, em que Kadafi desenvolve as linhas gerais de uma variante particular de “socialismo” que na verdade se assemelhava mais ao nacionalismo pan-arabista inspirado em Nasser, sob o lema de ser uma Terceira Teoria Universal, “oferecendo uma alternativa à ideia de democracia, o Estado de Massas, com a organização do poder da comunidade sem o peso tribal e religioso (BANDEIRA, 2016). Assim, a ex-colônia italiana, que continha grandes reservas de petróleo, e era marcada pelo contraste entre a pobreza da maioria da população e a opulência da monarquia, não ofereceu resistência ao golpe militar de Kadafi.

Durante a primeira década de seu governo Kadafi implementou uma orientação de relativo estatismo, colocando a produção petrolífera sob gestão estatal, revertendo parte de seus lucros para o financiamento de programas sociais, em especial em Saúde e habitações populares. A partir da segunda metade de seu governo, houve restrições às empresas privadas e bancos, o que estimulou certa distribuição de terras nas regiões da capital. No entanto, essa política não conseguiu fazer com que as brechas econômicas entre as regiões do país fossem revertidas, e à continuidade da existência das tribos e clãs

pelo país se somou à disputa pela divisão das riquezas, como as que se deram no leste do país, que constituiu-se como uma das menos favorecidas por Kadafi. Assim, seu governo não tinha um apoio unânime. Apesar do discurso nacionalista que perdurou durante as quatro décadas, Kadafi abriu o país para exploração do petróleo às empresas provenientes de países membros da OTAN, que posteriormente seriam responsáveis pela sua derrubada, tais como a ENI petrolífera de origem italiana, ou o fornecimento de armas provenientes do Reino Unido (PAIVA, 2012).

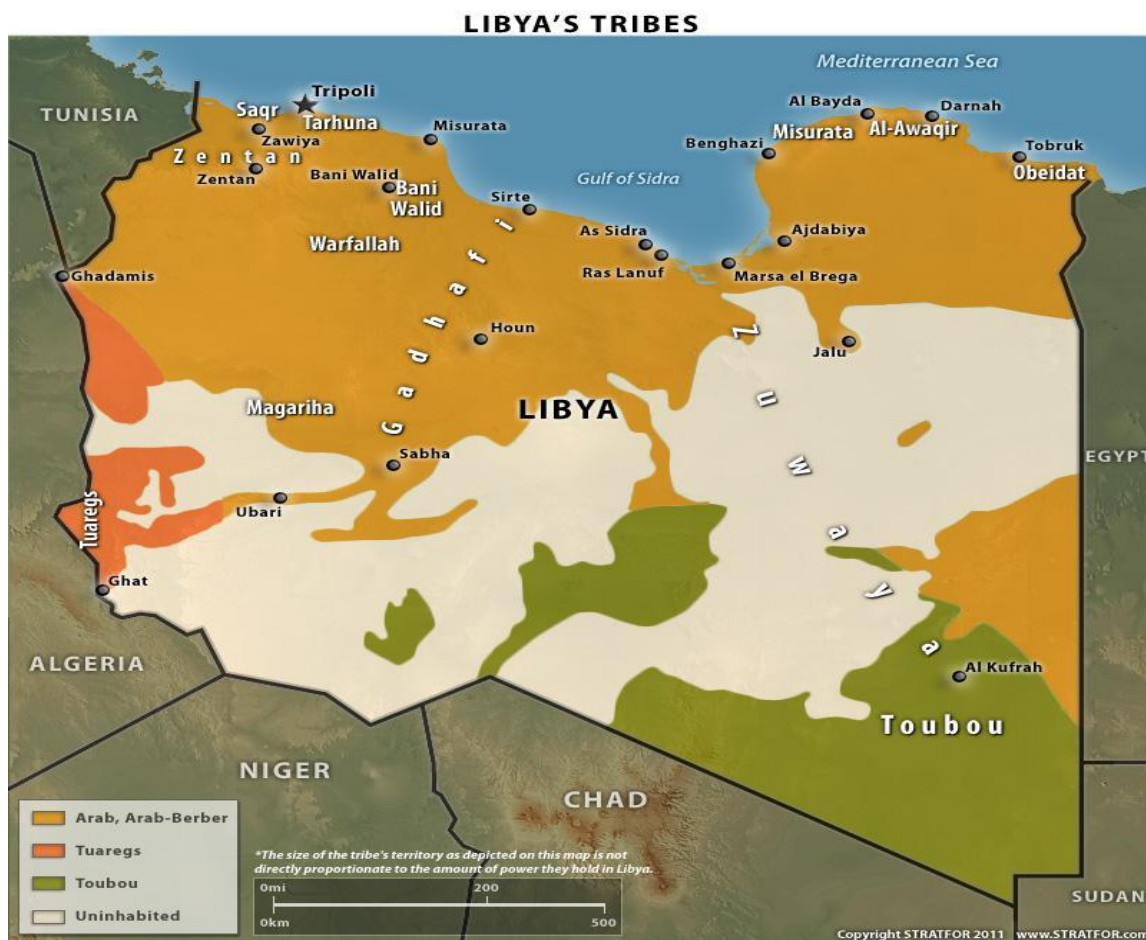
Assim, enquanto se iniciavam as manifestações no Egito no início do ano de 2011, os protestos contra Kadafi também começavam nas cidades de al-Bayda, Darnah e Benghazi próximas a Cirenaica, tendo como desencadeador a elevação do preço dos alimentos. De acordo com Moniz Bandeira:

A situação na Líbia porém era ainda mais complexa que na Tunísia e no Egito. (...) Com um golpe militar (Kadafi) derrubou o rei Idris, da seita Senussi (tarikka), fundada no século XIX, em Meca pelo berbere Sayyid Muhammad ibn Ali, descendente da Fatimah, filha de Muhammad, o Profeta. Durante a monarquia o Estado sustentava-se sobre os chefes das tribos, que desempenhavam o papel de intermediários entre o rei Idris e os demais habitantes e redistribuíam a renda do petróleo sob a forma de *bay'ah*, obrigação determinada pelo *Qur'na* e também obedecida pela Arábia Saudita e pelas demais monarquias tribais. (...) Diferentemente da Tunísia e do Egito a Líbia ainda não havia se consolidado como um Estado-nação. Era o mais tribal de todos os países árabes, uma espécie de Estado semi-tribal. Sua estrutura rural praticamente se assentava em mais de 140 tribos e clãs nômades e seminômades, muito segmentadas e nas quais o sangue, o parentesco, era o fator primordial de união. (...) Os chefes das tribos, clã e família constituíam a elite social, a fonte de poder, e deles emanava a autoridade. Kadafi a princípio tentou reduzir a influência das tribos (...) Ele considerava o tribalismo “nefasto” na medida em que a obediência tribal enfraquecia a lealdade nacional e retirava a autoridade do governo. E dividiu a Líbia em zonas que atravessavam as fronteiras das tribos, separando-as e combinando-as com outras, em uma zona comum, de maneira a reduzir a força das instituições tradicionais e do parentesco local. (BANDEIRA, 2015, p. 254)

Benghazi, na Cirenaica, está próxima à bacia de Sirte, onde estão 80% das reservas de petróleo da Líbia, calculadas em 43,1 bilhões, e o equivalente a 1,7% das reservas mundiais de um tipo de óleo de alta qualidade, que empregava volumosa mão-de-obra imigrante. A região da Cirenaica é marcada historicamente pela existência de separatistas, que já eram atantes mesmo durante a monarquia, quando em 1949 o rei Idris proclamou a independência da região apoiada pela ONU. A separação da Cirenaica perdurou até a tomada do poder por Kadafi, quando é novamente anexada. Mas mesmo isso não pôde suplantar a influência sufista, uma seita do Islã ascética e purificante, com

um caráter dinástico e hierárquico. Essa questão também abrange outras regiões, como se pode ver pela distribuição das tribos no mapa abaixo:

Mapa 3. As tribos da Líbia



Fonte: <https://www.fragilestates.org/wp-content/uploads/2012/03/Libya-tribes-stratfor.jpg> Acesso em 10/03/2017

A região habitada pela tribo Warfalla, onde fica Misurata, o maior grupo tribal líbio era dividido por 52 subtribos, que aglutinavam cerca de 1 milhão de pessoas, o equivalente a cerca de 66% da população do país (SENSINI, 2011, p.125). O histórico da constituição dessas tribos é complexo, e remonta ao século XI:

Essas tribos foram levadas para a Líbia no século XI, pelos fatímidas, por motivos políticos. A elas estava aliada a tribo Az-Zintam, que habitava as montanhas de Nafusa, ao noroeste da Líbia, entre as cidades berberes – Jado, Yefren e Kabaw -, e também se insurgiu e sustentou a luta armada contra o governo de Kadafi, assim como, em fevereiro de 2011 as tribos Tuareg, Warfallah e Hasawna desertaram para o lado da oposição. A população da Líbia era de aproximadamente 6,5 milhões de habitantes, dos quais 78% viviam em áreas urbanas, e o desemprego situava-se em torno de 30%; um

terço da população vivia abaixo da linha da pobreza, embora o país tivesse um PIB de US\$ 37,97 bilhões e uma renda per capita de US\$14.100,00. Os Tuareg e Toubou, na região de Fezzan, eram beduínos, mas os Sanusi (*zawaayaa*) – cerca de 500.000 – que viviam no norte do Saara, no leste da Líbia, formavam o maior grupo de nômades, e sua influência era mais forte na Cirenaica. Os níveis de educação eram mais baixos do que na Tunísia. A influência da cultura europeia, apesar da ocupação italiana (1910-1947) era muito pequena. Cerca de 20% da sua população permanecia iletrada, para os mais pobres não havia habitações melhores. A Líbia importava cerca de 75% dos alimentos, e as exportações de petróleo respondiam por cerca de 95% de sua receita comercial, e 80% da receita do governo. (BANDEIRA, 2015, p.257)

A continuidade da composição tribal e as imensas desigualdades sociais fizeram com que mesmo a rica exploração do petróleo não revertesse o paradoxo de um país rico em recursos com altos índices de pobreza e desemprego, já que uma ampla parcela dos trabalhadores do setor era de imigrantes. Estima-se que em 2011, quando se iniciaram os enfrentamentos contra Kadafi, cerca de 220 mil trabalhadores imigrantes foram embora nas primeiras semanas. Mediante essa composição social não é de estranhar que a Líbia tenha sido um terreno fértil tanto para a disseminação das organizações radicais islâmicas, quanto para a instrumentalização das mesmas através do financiamento norte-americano, que tirou proveito desde o início da fragmentação tribal característica do país. Isso lega aos conflitos da Líbia anteriores à intervenção da OTAN traços mais assemelhados às Revoluções Coloridas do Leste Europeu dentre os demais processos da Primavera Árabe. (BANDEIRA, 2015)

Tratando do primeiro aspecto relacionado à disseminação das organizações islâmicas radicais cabe notar que a composição tribal da Líbia fornecia um terreno fértil. Um dos principais protagonistas do levante, o Grupo de Combate Islâmico Líbio vinculado à Al-Qaeda, e cujos jihadistas já haviam se insurgido contra Kadafi em 1990 na região de Benghazi, onde se fixaram após terem participado da resistência à invasão do Afeganistão pela URSS. Quando as manifestações contra Kadafi se iniciaram, muitos salafistas exilados pelo governo retornaram à Líbia pelas fronteiras com o Egito, Tunísia e outros países, estimando-se que houvessem 850 deles registrados como membros de organizações islâmicas radicais em 2011 (SENSINI, 2011). Os enfrentamentos na Líbia desde então tiveram um caráter menos similar às revoluções populares e mais aproximado a enfrentamentos entre bandos armados, parte pelos Estados Unidos e pelas potências aliadas contra Kadafi, e outra parte pelo líder do governo. A lacuna aberta pela desarticulação de parte do exército foi suprida com o uso de grupos paramilitares e mercenários. Os trabalhadores dos setores estratégicos rapidamente fugiram do país, o que favoreceu a que nenhuma estratégia pautada em revoluções e revoltas populares de

feições mais clássicas, como as greves gerais que irromperam tanto no Egito como na Tunísia, tenham se dado.

A Líbia, mesmo antes da intervenção da OTAN, foi um dos principais terrenos em que os Estados Unidos intervieram, primeiramente armando os rebeldes, que muitas vezes terminava favorecendo o Grupo de Combate Islâmico, cujo objetivo estratégico era reconstruir o Califado Islâmico e restabelecer a sharia. Além dos grupos jihadistas o próprio presidente do Conselho Nacional de Transição, Mustafa Abdel-Jalil havia declarado que seu objetivo também era a instauração da sharia no país. Na ocasião também Osama Bin Laden, que seria assassinado pouco tempo depois no Paquistão, afirmava que os levantes na Líbia e na Síria poderiam favorecer a recomposição da própria Al Qaeda. (RASSLER *et al.*, 2012)

A alegação para a intervenção da OTAN deflagrada em 19 de março de 2011 de excesso do uso da força e foi referendada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que anulou a cadeira da Líbia como membro do Conselho de Direitos Humanos. Após essa medida, a resolução 1973 impunha uma zona de exclusão aérea e autorizou a intervenção militar, com dez votos favoráveis e duas abstenções que couberam à China e à Rússia. Hillary Clinton afirmou então que a decisão de Obama tinha como base a crença de que os Estados Unidos deveriam fazer a diferença trabalhando no interior da Líbia, saindo do papel de meros críticos ou observadores.

Com isso, encerra-se a posição estadunidense de mera observação dos levantes populares, e se abre a situação marcada pela intervenção aberta, seja militar como através da OTAN, ou pela instrumentalização das transições de regime, como se daria em relação ao Egito. Os sinais já haviam sido dados desde o discurso de Hillary Clinton, então secretária de Estado norte-americana, em Doha no dia 13 de janeiro de 2011. O teor do discurso não se distinguia qualitativamente dos fundamentos da plataforma de promoção da democracia liberal como alegações para a intervenção estadunidense (LANDLER, 2011).

Depois de um périplo pelo Iémen, Emirados Árabes e Omã, Clinton dirige-se ao Fórum para o Futuro (um espaço de diálogo anual entre os Estados Unidos e o mundo árabe estabelecido pela anterior administração), reunido em Doha, em linguagem muito mais remanescente da retórica da promoção da democracia do que do realismo do empenho construtivo. Depois de se ter encontrado com ativistas regionais de organizações que lutam pelos direitos humanos, Clinton critica a relutância de muitos regimes árabes em proceder a reformas significativas, avisa-os de que «enquanto alguns países deram grandes passos no sentido do bom governo, em muitos outros as pessoas estão cansadas de instituições corruptas e de uma ordem política estagnada», exigindo «reformas

que tornem os seus governos mais efectivos, mais atentos e mais abertos». Num apelo directo à reforma, Clinton desafia os dirigentes presentes a «ajudar a construir um futuro em que os vossos jovens acreditem, que os faça ficar e que queiram defender», e insta-os a «verem a sociedade civil não como uma ameaça mas como um parceiro (BOTELHO, 2011, p.5).

Se na Tunísia e no Egito a primeira etapa da Primavera Árabe assumiu uma conformação autenticamente popular e impôs uma posição cautelosa aos Estados Unidos, na Líbia e Síria a ambiguidade cedeu espaço a intervenção aberta. Em relação à Líbia, o governo estadunidense viu uma espécie de janela de oportunidades para se projetar regionalmente como apoiador dos movimentos de contestação aos governos vigentes. Ao mesmo tempo dava uma demonstração de força militar para impactar os grupos opositores dos países da região de que interviria se julgasse necessário, isto é se os movimentos tomassem outros contornos que não a busca pela imposição de regimes subservientes a seus interesses. O receio da queda de outros regimes pró-Estados Unidos, como na Tunísia e no Egito, e a grande instabilidade somada à incerteza sobre quais regimes políticos emergiriam com a Primavera Árabe motivaram a intervenção da OTAN (EBAYE *et al.*, 2011) que no entanto tampouco foi unânime entre o *establishment* norte-americano:

O caso da Líbia ilustra claramente as tensões entre as alas realista e idealista no seio da burocracia governamental americana, bem como uma acentuada relutância em assumir uma postura tradicional de liderança. É evidente que os interesses dos Estados Unidos na Líbia eram quase insignificantes, aquando do início da campanha de contestação a Khadafi. A Líbia apresentava também um cenário interno muito mais complexo do que a Tunísia ou o Egito, com um enfraquecimento efectivo de instituições do Estado, substituídas por redes baseadas nas estruturas tribais e uma liderança rebelde incoerente e difusa. Em comparação com o Egito, onde o sucesso ou fracasso do impulso democrático árabe se joga, a Líbia só podia ser lida inicialmente como um cenário secundário. Como comentaria um diplomata do Médio Oriente, «O que acontece na Líbia fica na Líbia, o que acontece no Egito afecta toda a região. A brutalidade de Khadafi asseguraria que o que acontece na Líbia viria a ter impacto global quando o «imperativo de proteger» populações civis empurra os Estados Unidos para uma decisão que pareciam não querer ter de tomar – a de intervir de facto numa guerra civil, favorecendo um dos lados sobre o qual pouco sabiam, numa intervenção militar de desfecho incerto. As pressões sobre a Administração para que actuasse, apoiando a criação de uma zona de exclusão aérea que implicava um acto de agressão militar, vinham não só dos intervencionistas liberais como também dos sectores neoconservadores, que descreviam como humilhante o embaraço de uma Administração incapaz de tomar uma decisão a menos que, como apontaria Bill Kristol na Fox News, «um bando de ditadores árabes nos peça que intervenhamos contra um ditador terrível». (EBAYE *et al.*, 2011, p. 175)

No entanto, é notável que mesmo assim o *establishment* norte-americano não estava unificado em torno da intervenção na Líbia. O então secretário de Defesa, Robert

Gates, bem como o *Council on Foreign Relations*, chamava a atenção para o risco envolvido em abrir uma nova frente de intervenção na zona de exclusão aérea, e para a indefinição dos objetivos da ofensiva, na qual se mesclavam a alegação da defesa da população civil na aparência, enquanto na essência emergia de forma relativamente perceptível o intento de patrocinar uma mudança de regime, o que agregava enormes complicações num país com a estrutura social tribal da Líbia. (BOTELHO, 2011)

Uma vez deflagrada a intervenção foram realizados pesados ataques ao governo líbio, com a França tomando a frente da operação Harmattan, dividindo tarefas com os Estados Unidos, que executou a operação *Odyssey Dawn*, enquanto couberam ao Reino Unido e ao Canadá as operações *Ellamy* e *Mobile*, respectivamente. Após esse primeiro momento, as operações foram todas reunidas em uma, passando para as forças da OTAN e denominando-se agora Unified Protector. Todas as operações foram muito além do estabelecido pela resolução 1973, com a ação assumindo de forma crescente o objetivo de promover uma mudança de regime, e deixando evidente a atuação comum com as forças rebeldes, inclusive ao lado do Grupo de Combate Islâmico Líbio. (VISENTINI, 2012).

Ainda que a resolução 1970, reafirmada pela de 1973, que declarava embargo à venda de armas aos grupos da oposição e paramilitares na Líbia, foi amplamente divulgado que tanto a França, como o Reino Unido, além dos Estados Unidos forneceram armas aos rebeldes (EYAL, 2012). Dessa forma, a alegação dos Estados Unidos de que se colocariam à distância após a unificação das operações da OTAN é facilmente questionável. Em verdade Obama desde o início havia declarado que o objetivo dos Estados Unidos era promover a queda de Kadafi e instaurar uma transição no regime político, tal como se demonstra no pronunciamento abaixo:

Há um caminho para a paz que promete esperanças renovadas para a população da Líbia – um futuro sem Kadafi que preserve a integridade e soberania líbias, e que recupere sua economia e a prosperidade e segurança de sua população. (...) Entretanto, enquanto Kadafi estiver no poder, a OTAN deve manter suas operações para que os civis permaneçam protegidos, e para que a pressão sobre o regime aumente. Então, uma transição genuína de uma ditadura para um processo constitucional inclusivo poderá realmente começar, comandada por uma nova geração de líderes. Para que essa transição tenha sucesso, Kadafi deve partir, e para sempre. (WHITE HOUSE, 2011, sp)

Não seria a primeira vez que os Estados Unidos intervieram na Líbia. Durante o governo de Ronald Reagan e da ofensiva do Consenso de Washington nos anos 1980, Kadafi buscou posicionar-se como oposição à Sadat no Egito que acabara de reconhecer

a existência do estado de Israel. A escalada de tensões levou a que os Estados Unidos fechassem sua embaixada na Líbia e realizassem vários exercícios militares no Mediterrâneo, além de adotarem sanções econômicas contra o país. Em 1986, o governo norte-americano impôs um embargo à compra do petróleo do país, e no mesmo ano os EUA bombardearam Trípoli e Benghazi, alegando que Kadafi estaria por trás do financiamento de grupos terroristas responsáveis por atentados na Alemanha (LEWIS, 2013).

Esse posicionamento de tinturas nacionalistas adotado por Kadafi foi a justificativa para que parte dos analistas opositores aos interesses dos Estados Unidos se colocassem contra a ofensiva militar. Mas apesar da retórica com a reaproximação da França e Itália na primeira década do século XXI, Kadafi realizou uma série de privatizações, o que levou ao aumento do desemprego, e questionava na prática sua retórica nacionalista (VISENTINI, 2012). Além disso, ao longo dos anos 1990 até o governo de George W. Bush, a política do governo líbio foi de distensão nas relações mantidas com os Estados Unidos. Negociações entre Bush e Kadafi levaram ao abandono por parte da Líbia de seu programa de armamento de armas de destruição em massa, bem como a adesão ao TNP e à *Biological Weapons Convention* (BWC) e à *Chemical Weapons Convention* (CWC), que visavam estabelecer o protocolo imposto pelos Estados Unidos. Como contrapartida, Bush anunciou em 2004 o fim das sanções contra a Líbia. Até mesmo o reconhecimento por parte de Kadafi do papel da Líbia nos atentados terroristas contra o Boeing 747 da Pan Am em Lockerbie na Escócia em 1988 e em 1989 com o avião DC-10 derrubado na França não interrompeu o processo de reaproximação com os Estados Unidos. A Grã-Bretanha também havia normalizado suas relações com a Líbia, e tanto as petroleiras norte-americanas como britânicas, como a British Petroleum, Exxon-Mobil, Halliburton, Chevron, Conoco e Marathon Oil, se dirigiram para a Líbia e fundaram em 2005 a US-Libya Business Association. Além das petroleiras a US-Libya Business Association, que se declara como sendo uma organização criada para “facilitar oportunidades de comércio e investimento mutuamente benéficos, melhorar as relações diplomáticas e comerciais bilaterais e educar o público sobre a importância dos laços econômicos dos EUA-Líbia” recentemente expandiu seus membros para englobar monopólios como APR Energy, Merck&Co, General Electric, PepsiCo e Motorola Solutions (BANDEIRA, 2015).

Quando os protestos da Primavera Árabe se iniciaram, além do objetivo estadunidense de evitar que novos atores políticos pudessem abrir caminho para que

regimes não-alinhados emergissem, outras motivações geopolíticas são consideradas, dentre as quais as crescentes rivalidades com a China, que passou a exportar capital de forma concentrada para várias regiões do mundo, destacando-se a África. Frente ao levantamento contra Kadafi a China buscou não envolver-se diretamente, o que tampouco era uma posição que lhe garantiria manter as mesmas margens de manobra que vinha acumulando, ao instaurar dezenas de milhares de trabalhadores na Líbia:

A China, no entanto, corre o risco de ser demitida de contratos futuros devido ao seu fracasso em apoiar os rebeldes. Sua posição de "mãos livres" pode ser um golpe potencial para a política adotada por Pequim em direção ao continente africano. Sua relutância em reconhecer o CNT e a descoberta de um suposto acordo para fornecer armas fabricadas na China a tropas leais a Kadafi parecem ter colocado o governo de Pequim em uma situação ruim. O suposto acordo para o fornecimento de armas constituiria uma violação do embargo de armas da ONU sob o Conselho de Segurança e até colocaria em questão o papel da Argélia, o suposto intermediário negociador entre as duas partes. A China não pode se dar ao luxo de ser vista como vacilante em um país que exportou para Pequim um décimo de toda a sua produção de petróleo e abrigava cerca de 36.000 trabalhadores chineses e 75 empresas chinesas. A mais importante delas foi sem dúvida a companhia estatal de petróleo CNPC, cujas estruturas foram bombardeadas durante a guerra civil. (ROUSSEAU, 2011, sp)

A própria intervenção da OTAN por iniciativa dos Estados Unidos devia ser interpretada como parte dos efeitos da crise econômica internacional de 2008. Como já foi debatido, por um lado por que essa agravou os problemas das economias do Oriente Médio e Norte da África. Mas também porque visto de outro prisma, isso trazia um novo desafio para o equilíbrio instável pós-fim da Guerra Fria com a entrada em cena da luta de classes. Dessa maneira, a intervenção da OTAN buscava a um só tempo derrotar de forma preventiva os levantes populares, enquanto seria um aviso às demais potências não alinhadas como Rússia e China, de que os Estados Unidos e aliados estariam dispostos a intervir militarmente em meio à crise econômica internacional:

A operação da OTAN expôs a realidade de que na depressão atual haverá uso massivo de força pelas corporações ocidentais para manterem-se competitivas. Essas entidades corporativas decidiram ir além das "reformas" de ajustes estruturais, e adotaram uma posição militar na África. Há também analistas que percebem a intervenção na Líbia como uma guerra proxy com a China (CAMPBELL, 2013, sp)

Já a França e a Itália, em particular, também atuaram na Líbia em prol de interesses econômicos estratégicos. A Itália tinha sua rede de segurança energética

atrelada à Líbia, sendo responsável sozinha por 29% da exportação de petróleo líbio, o que a levou a adotar uma postura ambígua de não se enfrentar abertamente a Kadafi, ainda que cedeu bases militares para a OTAN, e se responsabilizou por fazer rondas aéreas sobre o território líbio. Além disso, os investimentos no gasoduto *Greenstream* que permitia à Itália importar cerca de 25% do total de gás, e os campos de petróleo Buri, o maior *offshore* do Mediterrâneo, e a negociação de uma cooperação para um acordo militar de US\$ 1,05 bilhões na fronteira da Líbia levou a Itália àquela posição, obrigando-a a colaborar ainda que menos ostensivamente com a OTAN por conta do receio de que um novo regime alçado sem sua colaboração pudesse direcionar esses investimentos para a França (STRATFOR, 2011).

As relações com a França e a participação de Nicolás Sarkozy suscitaram tensões, que perduram até a atualidade. Há relatos de que o serviço secreto francês, Direction Générale de la Sécurité Extérieure (DGSE) tenha participado do planejamento da rebelião em Benghazi em 21 de outubro de 2010, e o exílio na França de Nuri al-Mesmari, ex-chefe de protocolo do governo de Kadafi e um dos muitos que passaram a atuar contra ele na Líbia e no exterior, colabora para essa hipótese (BANDEIRA, 2013).

Por mais que a princípio possa parecer contraditório com as boas relações que Sarkozy mantinha com o regime líbio, tendo inclusive fornecido financiamento de campanha eleitoral para Kadafi com os interesses dos grupos capitalistas ligados ao petróleo na França vinham sofrendo diversos reveses, o que colaborava para que também participasse da queda do governo líbio (SENSINI, 2011):

Em 2009 a companhia francesa Total fora forçada, juntamente com outras petrolíferas, como a Chevron e a Ocidental Petroleum, ambas dos Estados Unidos, a aceitar a renegociação dos contratos para exploração de gás e petróleo na Líbia. Seu contrato para exploração dos campos de Mabruk e al-Jurf com a National Oil Corporation (NOC) companhia estatal da Líbia foi estendido até 2031, mas significativamente reduzido: a Total e os demais consórcios conforme documento de 2000 revelado pelo WikiLeaks, só teriam direito a 27% da produção de petróleo e a 40%, e posteriormente 30% da produção de gás, e não mais de 50% nos contratos anteriores. (BANDEIRA, 2015, p. 275)

Além das forças de coalizão da OTAN, a Liga Árabe também cumpriu um papel importante na Líbia. Logo que se iniciaram os levantes, em março de 2011, a Liga Árabe com 11 de seus 22 membros realizou uma reunião no Cairo e pediu a votação de uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia, sob o argumento de que o governo de Kadafi não era mais legítimo. Dentre esses seis eram os países membros do Conselho de Cooperação

do Golfo, enquanto quatro integravam a Iniciativa de Cooperação de Istambul da OTAN, fundada em 2004, sendo Síria e Argélia os únicos a votarem contra à resolução (PRASHAD, 2012). Portanto, apesar da própria Liga Árabe de conjunto não ter apoiado de maneira unânime a intervenção da OTAN, dois atores prontamente responderam positivamente ao chamado acima relatado, por serem peças fundamentais da sustentação do xadrez regional. O primeiro, e mais importante, é a Arábia Saudita, e o segundo que também votou pela intervenção na Líbia, foi o Bahrein.

Dentre os países da região do Golfo, o Bahrein foi talvez o palco dos levantes mais intensos contra o regime, governado por uma família real sunita em um país cuja maioria é xiita, o que foi um foco de tensão com a política de conceder cidadania aos árabes sunitas em detrimento de outros setores, como os iemenitas e paquistaneses. Ademais, o desemprego com 30% entre os jovens no ano de 2011 fomentou a revolta. Porém, isso não impediu que as manifestações fossem integradas por todas as gerações, e sunitas e xiitas. Frente a essa situação o rei do Bahrein, Hamad Al Kalifa, alegou que o Irã estava por detrás das manifestações incitando os xiitas, e sob esse argumento realizou-se uma violenta repressão comandada pelas forças sauditas dos Emirados Árabes Unidos (PINTO, 2011). Tal interferência do Irã jamais fora provada, e ademais cabe salientar que a base naval da V Frota dos Estados Unidos localiza-se justamente no Bahrein, agregando ainda mais contradições aos interesses estadunidenses frente a possibilidade de queda da monarquia sunita (SALT, 2012).

Por conta dessa localização assumida pelo Bahrein dentre os países da Iniciativa o apoio à intervenção da OTAN na Líbia também ganhava importância na medida em que tornava factível a continuidade de seu próprio regime. O emirado do Qatar também teve papel fundamental para a derrubada de Kadafi ao enviar tropas terrestres para combater no país, o que a princípio a OTAN não poderia fazer. As forças especiais do Qatar a cargo de Hamad bin Ali al-Atiya treinaram as milícias da oposição, que em sua maioria era composta de civis, promovendo dessa maneira a ligação direta entre a OTAN e a oposição. (PRASHAD, 2012)

Após cinco meses de bombardeios, Kadafi é deposto e sendo morto por setores da oposição, num espetáculo transmitido ao vivo pela internet em 20 de outubro de 2011. Rapidamente, os chefes de Estado que estiveram na linha de frente da intervenção da OTAN se reuniram em Paris numa cúpula convocada por Sarkozy e o então primeiro-ministro britânico David Cameron em 01 de setembro de 2011, convocando ao redor de 60 países, dentre os quais estiveram a Rússia, Alemanha, Índia, China e até mesmo o

Brasil com o Conselho Nacional de Transição líbio para articular a formação de um novo regime. Na ocasião, foi anunciado que o Conselho Nacional de Transição líbio havia garantido à França a exploração de 35% do seu petróleo (CINATTI, 2011). Rapidamente as empreiteiras contratadas pelo Pentágono, tais como a RBR, DynCorp, tomariam a frente do processo de reconstrução da infraestrutura do país, abrindo caminho para que esse se tornasse “uma porta giratória para privatizações, (...) das quais a AFRICOM funcionava como frente de operação comercial com uma função predatória”. (BANDEIRA, 2015, p. 315)

A estabilidade, no entanto, não ocorreu. No dia 12 de setembro de 2012, quase coincidindo com o 11º aniversário do 11 de Setembro, o embaixador norte-americano na Líbia, Christopher Stevens, foi morto em Benghazi junto a mais três funcionários da embaixada sob circunstâncias ainda não esclarecidas de todo. Foi o primeiro assassinato de um embaixador norte-americano desde 1979, que gerou importantes efeitos sobre a política norte-americana para a região. A morte de Stevens se deu em meio a uma série de protestos que aconteciam naquele mesmo momento em frente à embaixada norte-americana. Outras mobilizações igualmente massivas se deram no Egito, Iêmen e também na Tunísia. Estas foram motivadas pelo repúdio ao filme *Inocência dos Muçulmanos*. O filme foi rodado com financiamento de sionistas dos Estados Unidos, e mostra Maomé como ladrão e pedófilo, tendo despertado a ira de diversos setores do mundo árabe. (PRASHAD, 2012)

A avaliação dos resultados da intervenção da OTAN sobre o desfecho da Primavera Árabe na Líbia do ponto de vista dos setores populares é o aumento da pobreza, da divisão do país e o aumento da disputa e das tensões entre os clãs e tribos, criando uma dinâmica regressiva em relação à frágil unidade nacional existente durante os anos de Kadafi, e uma sujeição ainda maior aos interesses norte-americanos e europeus. De um potencial processo revolucionário com participação popular, o que se sucedeu foi a imersão da Líbia em uma situação marcada por uma guerra civil em que clãs, organizações islâmicas radicais e as potências imperialistas são os principais atores. O país passou a ser dominado por milícias, e as organizações islâmicas radicais proliferaram. Em 2013, o desemprego se eleva a 33%, e a mão-de-obra empregada provém fundamentalmente da Tunísia e do Egito:

Hoje, a Líbia é um Estado destruído. A intervenção militar por exércitos ocidentais sob comando dos EUA gerou o pior cenário imaginável: todas as embaixadas ocidentais foram abandonadas; a região sul do país tornou-se

abrigo seguro para os terroristas do ISIS/ISIL/Daesh/Estado Islâmico; e a costa norte é hoje centro de tráfico de migrantes. Egito, Argélia e Tunísia fecharam suas fronteiras com a Líbia. E isso acontece num quadro dantesco de estupros, assassinatos e torturas generalizados, que completa a descrição de estado destruído até a medula. Hoje, na Líbia há dois governos que disputam o país, dois parlamentos, dois bandos que disputam o controle do banco central e da empresa de petróleo do país, nenhuma polícia ou exército funcionais, e os EUA agora temem que o ISIS comande campos de treinamento de terroristas em vastas áreas do país. De um lado, no oeste do país, milícias aliadas de islamistas tomaram o controle da capital Trípoli e de outras cidades-chaves, e impuseram ali seu próprio governo, depois de expulsarem um parlamento que havia sido eleito. Do outro lado, no leste do país, o governo 'legítimo', dominado por políticos anti-islamistas e que vive exilado a 1.200 quilômetros de distância da capital, em Tobruk, já não governa coisa alguma. (CHENGU, 2015, sp)

Do ponto de vista dos objetivos da OTAN, e mais precisamente dos Estados Unidos e das potências que participaram das operações, a intervenção Líbia pode ser considerada bem-sucedida no que se refere aos objetivos imediatos, e contraditória se analisada de um prisma menos conjuntural. No imediato pode-se afirmar que seu grande ganho foi colaborar para impor uma dinâmica regressiva nos levantes populares da Primavera Árabe, inaugurando a etapa das ofensivas militares, que seguiria na guerra civil síria, marcada por caminhos erráticos que após a Líbia se transformaria no terreno de uma guerra por procuração ainda vigente travada entre Estados Unidos, Rússia e Arábia Saudita. Nesse sentido não se trata de uma vantagem desprezível, pois impor uma dinâmica regressiva aos levantes que foram considerados como os primeiros processos revolucionários em praticamente três décadas, se constituiu como algo que permitiu aos Estados Unidos e seus aliados seguir impondo seus interesses na região do Oriente Médio e Norte da África, dando uma relativa sobrevida à contestada Guerra ao Terror, ainda que como desenvolvemos mais adiante no marco do aprofundamento de uma geopolítica da crise.

Outro aspecto a ser destacado é que os Estados Unidos e as nações aliadas também conseguiram a um só tempo reprimir a dinâmica popular inicial dos protestos, e disseminar a falsa noção de que atuaria em defesa dos Direitos Humanos. Com isso, se apresentaram como se fossem aliados das mobilizações e da reivindicação popular por "democracia". Crer que essa posição dos Estados Unidos fosse realmente orientada para garantir os Direitos Humanos e a democracia seja no mínimo ingenuidade, como afirma José Luis Fiori (2011). Mas a ausência de uma perspectiva claramente questionadora da dominação exercida em especial pelos Estados Unidos sobre a região, como parte do movimento contestatório às monarquias e ditaduras vigentes, que como debatemos aqui poderiam até adotar retóricas nacionalistas e independentistas, mas na prática se adaptam

aos interesses das potências imperialistas ou eram diretamente patrocinadas pelos Estados Unidos, foi um elemento de importância para o encerramento da Primavera Árabe.

Capítulo 3 - A Primavera em gestação no Egito

Uma vez retomados os traços gerais da dinâmica da Primavera Árabe considerada em seu conjunto, e da intervenção da OTAN como uma primeira e decisiva inflexão, passamos agora ao aprofundamento do exame de um dos objetos pilares da presente pesquisa. Neste capítulo desenvolvemos a dinâmica específica do desenvolvimento capitalista egípcio a partir da substituição do paradigma nacional-desenvolvimentista de Nasser pela via neoliberal e de colaboração aberta com os Estados Unidos aprofundada por Hosni Mubarak. Nos detemos também sobre os impactos que essa aliança teve para cada uma das partes, e para a conformação da economia política dos anos Hosni Mubarak, trabalhando com a hipótese de que este foi um dos elementos fundamentais para a eclosão da Primavera Árabe no Egito.

A Primavera Árabe foi considerada por muitos analistas como o primeiro ensaio revolucionário de cunho social progressista do século XXI (ACHCAR, 2013; SMET, 2016; ANDERSON, 2011; ZIZEK, 2012; ALI, 2014; AMIN, 2013; SMET, 2016). Diferentemente das revoluções coloridas ocorridas no Leste Europeu entre os anos 2000 e 2004, que tinham como característica a instrumentalização de atores internos em prol de interesses externos orientados pelas normas do manual elaborado por Gene Sharp, os levantes populares que ocorreram entre os anos de 2011 e 2013 no Egito foram o resultado de jornadas revolucionárias fomentadas pelo acúmulo de contradições econômicas, sociais e políticas no período precedente.

A hipótese fundamental com a qual trabalharemos neste capítulo é que a economia política dos anos de Mubarak, apoiada pelos Estados Unidos, foi um fator que motivou a eclosão da Primavera Árabe egípcia. As formas que a Primavera Árabe tomou no Egito se constituíram como jornadas revolucionárias derrotadas pela continuidade e aprofundamento das tendências bonapartistas derivadas da posição que o país ocupa na divisão internacional do trabalho. Dessa maneira, paulatinamente as jornadas revolucionárias de cunho progressista foram transformando-se em seu oposto logo após a queda do governo de Mubarak, abrindo caminho para um processo contrarrevolucionário que se estende até a atualidade, mas cujo exame neste estudo será encerrado em 2013, com a ascensão de uma ditadura cívico-militar.

Este capítulo também analisa a dinâmica de classes e das organizações sociais e políticas durante os protestos em sua primeira fase, até alcançar o ponto culminante com

a ocupação da Praça Tahrir, e a consequente queda de Hosni Mubarak, bem como o período de governo da Irmandade Muçulmana, sua composição e relações com os Estados Unidos. A hipótese aqui examinada é a de que a Primavera Árabe no Egito nasceu como um fenômeno amplo e radicalizado da luta de classes, mas que teve como debilidades a ausência de uma percepção estratégica sobre como conduzi-lo de modo a que se operasse uma transformação econômica e social nas bases do Estado bonapartista e semicolonial erigida no Egito.

3.1 As relações de Hosni Mubarak com os Estados Unidos

As relações entre os Estados Unidos e o Egito moldaram as contradições econômicas, políticas e sociais que se acumularam ao longo de décadas, culminando no estalar da Primavera Árabe no país, com as massivas jornadas de manifestações populares em 25 de janeiro de 2011. Estruturalmente a formação capitalista egípcia poderia ser caracterizada pela dinâmica de desenvolvimento desigual e combinado, que combina no interior de um único e mesmo Estado formas pré-capitalistas de produção, e simultaneamente ramos de produção e áreas específicas com maior capital investido. Isso proporcionou a conformação de formas de produção similares às das economias avançadas. Isso é o resultado da inserção subordinada ao capital imperialista, que faz com que ocupe uma posição semicolonial na divisão internacional do trabalho:

O fracasso dos capitalistas nacionais em industrializar a economia e a consolidação do poder dos capitalistas comerciais domésticos, dos grandes proprietários, do Palácio e do capital financeiro estrangeiro, revelaram que o Egito na primeira metade do século XX não era uma formação social em movimento gradual e naturalmente em direção ao capitalismo "pleno", mas uma combinação instável de formas capitalistas e pré-capitalistas nacionais subordinadas ao capital monopolista internacional. A intervenção imperialista britânica reforçou continuamente a posição da propriedade fundiária, a monarquia e o capital do pequeno dinheiro vis-à-vis o incipiente capital industrial doméstico. Em vez de simplesmente "dissolver" as relações pré-capitalistas, o capitalismo acrescentou uma nova camada de contradições sociais à sociedade egípcia. Até o início da década de 1950, latifundiários poderosos ainda eram capazes de bloquear qualquer tentativa de distribuição de terras entre os pequenos camponeses. Em geral, os proprietários de terras relutavam em liberar recursos da agricultura, especialmente a lucrativa produção de algodão, e a canalizavam para iniciativas industriais, que, afinal, não podiam competir com o capital monopolista ocidental. Alguns deles se engajaram, hesitantemente, na construção de uma base industrial egípcia, e poderiam ser concebida como uma espécie de "burguesia nacional", mas, no final, não havia diferenciação fundamental entre interesses fundiários, financeiros, comerciais e industriais, e também não houve uma clara ruptura entre capital nacional, estrangeiro e mútuo (Clawson 1978: 21). A burguesia industrial egípcia não se desenvolveu como uma força política, mas

permaneceu uma coleção fragmentada e amorfa de atores econômicos, subjugada a senhores de terras conservadores e capital financeiro imperialista. (SMET, 2016, p. 221)

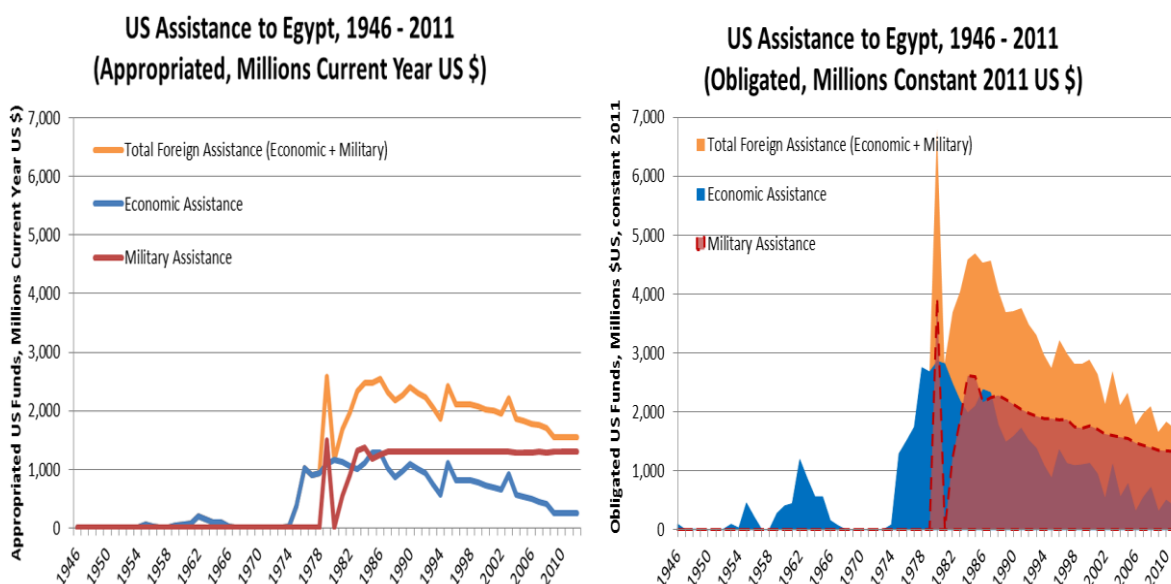
Se do ponto de vista econômico os anos de Mubarak foram marcados pelo avanço das medidas tipicamente neoliberais ditadas pelos organismos financeiros internacionais, sob as quais os Estados Unidos haviam estruturado seu posicionamento hegemônico no sistema internacional desde o pós Segunda Guerra Mundial, no que se refere às relações interestatais entre EUA e Egito em linhas gerais mantiveram-se a colaboração. Após o fim do nasserismo, e com a ascensão de Sadat ao poder, adotou-se o discurso de “Egito primeiro”, slogan que tentava se utilizar do forte nacionalismo egípcio, porém separando-o da identidade árabe. Dessa maneira, Sadat buscava privilegiar a estabilidade interna rompendo a unidade egípcia com os movimentos de libertação nacional árabe, possibilitando a adoção das linhas de política externa para a região do MENA marcadas pela pacificação com Israel, e aliança com os Estados Unidos. No terreno da política externa tratava-se de uma grande diferenciação com Nasser, cuja projeção no entorno e a identidade árabe haviam sido pilares fundamentais. (BANDEIRA, 2006)

Quando Mubarak ascende ao poder mantém essa mesma linha. No entanto, a sustentação do Egito como um dos pilares da ordem regional mantida pelos Estados Unidos não deixou de apresentar focos de inflexões entre os anos de 1981-2011 em que o regime de Mubarak durou. A colaboração entre ambas era visivelmente assimétrica, como corresponde a uma típica relação entre a potência imperialista mais central do sistema, e um país de constituição semicolonial, como o Egito. Tal assimetria é um elemento verificável, tanto politicamente quanto economicamente, como por exemplo pelo fato de que os EUA são o maior parceiro comercial bilateral do Egito, enquanto este é apenas o 52º maior parceiro comercial dos Estados Unidos. O Egito é um dos maiores mercados individuais do mundo para o trigo americano e é um importante importador de outras commodities agrícolas, máquinas e equipamentos. Os Estados Unidos também são o segundo maior investidor estrangeiro no Egito, principalmente no setor de petróleo e gás. (SHARP, 2009, p. 23).

Dessa forma, a economia egípcia se constituiu após a queda do regime de Nasser como uma formação muito dependente do comércio e financiamento dos Estados Unidos a várias atividades, das quais as Forças Armadas compõem uma das instituições para as quais mais afluíu capital estadunidense. Este foi um posicionamento estratégico dos

Estados Unidos no interior dos blocos de poder do Egito, e um instrumento de pressão para impor a Mubarak a adoção de políticas que favorecessem os interesses norte-americanos, que foi sendo construído ao longo dos anos. O mapa do financiamento estadunidense de 1946 até o ano de 2011, quando se iniciam os levantamentos da Primavera Árabe fornecem uma visão deste quadro:

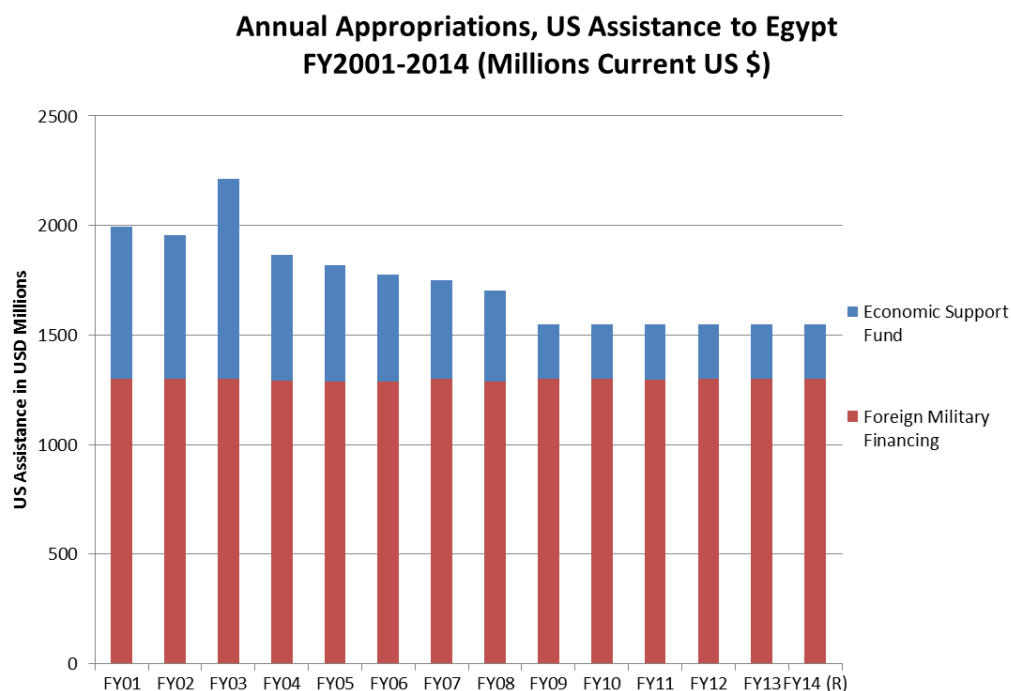
Gráfico 5. Assistência estadunidense ao Egito, e às Forças Armadas - 1946/2011



Fonte: <https://www.cgdev.org/blog/aid-egypt-numbers>. Acesso em 10/03/2018

Entre os anos de 1946 e 2011 os Estados Unidos forneceram ao Egito um montante equivalente a US\$ 71,7 bilhões. O financiamento militar dos EUA ao Egito começou a elevar-se com o Tratado de Paz de 1979 entre Israel e Egito, fazendo com que desde 1987 o Congresso americano tenha destinado US\$ 2 bilhões anuais. Durante o ano fiscal de 2011 “o Egito recebeu quase um quarto de todos os fundos de financiamento militar estrangeiro dos EUA e Israel recebeu quase 60%”. Porém, esse volume de financiamento estadunidense à economia egípcia veio sofrendo um declínio gradual no mesmo período de tempo. De 2009 até 2011 o Congresso destinou US \$ 250 milhões ao Fundo de Apoio Econômico, o que equivalia a menos de um quarto dos valores apropriados no início dos anos 1990. (SOWA, A. 2013, sp). Assim, de 2000 até 2014 a alocação desses recursos se distribua conforme a figura abaixo:

Tabela 6. Apropriação anual da assistência estadunidense ao Egito



Fonte: Relatório do Serviço de Pesquisa do Congresso “Egito: Antecedentes e Relações dos EUA”, 27 de junho de 2013. Disponível em <<https://www.cgdev.org/blog/aid-egypt-numbers>>

Disso deriva que os Estados Unidos foram comparativamente mais favorecidos pela colaboração, ao contar com o apoio do Egito para a realização de praticamente todas as suas iniciativas na região do MENA, fossem estas beligerantes, como as guerras do Golfo, as duas guerras do Iraque, e a do Afeganistão, ou nas tentativas de articulações de acordos entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina com o Acordo de Camp David.

Porém, mesmo sem enfrentar-se abertamente com os Estados Unidos, Mubarak buscou estabelecer novas relações para o Egito, sobretudo junto às demais nações árabes e africanas. Ainda que tais iniciativas fossem muitas vezes protocolares, Mubarak comparecia às cúpulas da Unidade Africana, além de ter atuado como mediador em conflitos como o da Namíbia, e das tensões entre a Mauritânia e do Senegal. De certa forma essas iniciativas não eram mal vistas pelos Estados Unidos, na medida em que não se contrapunham aos objetivos norte-americanos. Pelo contrário, tais iniciativas encaixaram-se na localização regional que o Egito assumiu de potência cuja importância regional derivaria de sua aliança com os Estados Unidos, e não de aspirações de tornar-se a liderança regional árabe, tal como se manifesta durante os anos de Nasser. Como

subproduto dessa localização Mubarak não apenas renunciou a tomar para si as demandas de libertação nacional dos povos árabes, como manteve uma posição de silencioso consentimento por ocasião do bombardeio de Israel ao reator nuclear iraquiano e à sede da OLP na Tunísia em outubro de 1985 durante aquela que ficou conhecida como Operação Perna de Pau²⁰. A renúncia de Mubarak, tal como anteriormente a de Sadat, em cumprir um papel regional com qualquer traço de independência em relação aos Estados Unidos tinha dentre os objetivos fundamentais interesses econômicos. Com os serviços prestados na guerra de 1990 o Egito obteve o perdão de sua dívida externa pelos EUA e demais países do Golfo, com os primeiros abdicando de US\$ 6,7 bilhões, e os segundos de mais de US\$ 7 bilhões, além de 50% de perdão da dívida egípcia com o Clube de Paris. (OSMAN, 2010).

A primeira guerra contra Saddam Hussein em 1990, desencadeada com apoio egípcio e da Arábia Saudita, foram elementos que renovaram a atuação de Mubarak como apoiador da agenda estadunidense para a região. Para enfrentar as tropas iraquianas no Kuwait durante o conflito de 1990, os Estados Unidos buscaram posicionar suas tropas na Arábia Saudita. Para possibilitar a execução desse objetivo, Mubarak permite o uso do Canal de Suez pelas tropas norte-americanas, além de liberar seu espaço aéreo, e toda sua infraestrutura, como transportes, além de enviar um contingente de 35 mil soldados egípcios. (BANDEIRA, 2006, sp).

Posteriormente, com a queda da URSS e o fim da estratégia de contenção estadunidense, substituída paulatinamente pela agenda da “guerra ao terror”, Mubarak passou a buscar sua realocização tomando como centro o enfrentamento às organizações radicais islâmicas. Isso atendia às necessidades externas e domésticas. Por um lado visava garantir que o Egito fosse um ator de importância na geopolítica estadunidense, assegurando dessa maneira que os investimentos estadunidenses não cessassem de fluir. No plano doméstico a unidade com a guerra ao terror era utilizada para que Mubarak

²⁰ De acordo com o comunicado emitido por Israel na ocasião: “A onda crescente de terror contra israelenses e judeus, em Israel, nas áreas e no exterior, culminando com o assassinato de três israelenses no porto de Larnaca, levou o governo de Israel a buscar novas formas de combater o terrorismo. Como era evidente que os ataques foram planejados pela OLP e pelas várias organizações sob seu guarda-chuva, Israel decidiu atacar a sede da OLP em Túnis. Em um ousado ataque aéreo de longa distância, aviões israelenses bombardearam uma base da OLP em Túnis, a 4800 quilômetros de Israel. 60 terroristas foram mortos, incluindo alguns membros seniores da "Força 17." Arafat não estava em Túnis na época, mas sua sede foi atingida. As razões para o ataque foram dadas na seguinte conferência de imprensa pelo Ministro da Defesa Rabin, Chefe do Estado-Maior Moshe Levy e Comandante da Força Aérea Amos Lapidol”. Press Conference Following Israel Air Force Attack on PLO Tunis Base, 1985. (<https://mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/mfadocuments/yearbook7/pages/92%20press%20conference%20following%20israel%20air%20force%20att.aspx>) Acesso em 10/11/2018

colocasse na marginalidade grupos como a Irmandade Muçulmana, maior oposição existente ao seu governo no país, legitimando parcialmente o estado de exceção permanente que caracterizou seu governo.

Dessa maneira, já nos anos 1990 durante o governo de Bill Clinton o governo norte-americano concedeu à inteligência egípcia um papel de destaque como receptor de investimentos para atuar contra o radicalismo islâmico. Omar Suleiman seria nomeado chefe do serviço secreto, tornando-se um nome forte do regime, vindo a falecer apenas quatro dias após o início das manifestações da Primavera Árabe. Suleiman foi uma peça central em meio à crise que derrubou o regime de Mubarak, e muitos o apontam como o nome eleito pelos Estados Unidos chefiado por Barack Obama para presidir o país após a queda do governo:

Um oficial de inteligência que treinou na Escola Especial de Guerra dos EUA em Fort Bragg, Suleiman tornou-se chefe da agência de espionagem em 1993, o que o colocou em contato próximo com a Agência Central de Inteligência. Recentemente, ele assumiu um papel mais público como principal interlocutor egípcio com Israel para discutir o processo de paz com o Hamas e o Fatah, as facções rivais palestinas. Nos últimos anos, a maioria dos analistas políticos assumiu que o herdeiro aparente era Gamal Mubarak, o filho mais novo do presidente, mas a embaixada dos EUA no Cairo chegou a uma conclusão diferente há mais de cinco anos. Em 15 de junho de 2005, um memorando escrito por Timothy Pounds, o diretor da Síria, Líbano, Egito e Norte da África no Conselho de Segurança Nacional dos EUA, observou: “Todos concordaram que o candidato mais provável a ser nomeado para o cargo (de vice-presidente) era o general Omar Suleiman, diretor do Serviço Egípcio de Inteligência Geral (EGIS). (SMALTEATCHEAR, R. 2011, sp)

Na entrada do século XXI após os atentados de 11 de Setembro de 2001, e da ascensão dos neoconservadores ao governo dos Estados Unidos com George W Bush e com o processo de mudança das orientações de política externa da “promoção da democracia” com a *freedom agenda*, à qual o regime de Mubarak não se enquadra, o Egito passa a ser novamente uma peça importante para os interesses estadunidenses. No ano de 2003 a inteligência egípcia ainda chefiada por Suleiman atuou para legitimar a alegação do governo norte-americano de que Saddam Hussein estaria conectado à Al-Qaeda, após prisioneiros paquistaneses supostamente ligados àquela organização terem sido enviados ao Egito. Com essa posição Mubarak se desgastou no plano interno, já que a maioria da população egípcia rechaçou a invasão estadunidense ao Iraque enquanto expressava simpatia com a Intifada palestina iniciada em 2000. O descontentamento por estes fatores de forma combinada levou às grandes manifestações na Praça Tahrir em março de 2011. Mas apesar de ser um sintoma importante, ainda não

seria o momento da Primavera Árabe, com as manifestações sendo debeladas mediante uma grande repressão estatal, resultando em acusações de violação dos direitos humanos pela *Human Watch Right*. (BLACK, 2003).

A política externa embasada na *freedom agenda* dos neoconservadores levou a que os Estados Unidos adotassem para o Egito um discurso de promoção de liberdades democráticas. Como assinalava em discurso Condoleeza Rice durante o ano de 2005, quando se realizam pela primeira vez eleições no Egito com setores controlados de opositores, sobretudo da Irmandade Muçulmana:

Por 60 anos, meu país, os Estados Unidos, buscou estabilidade à custa da democracia nessa região aqui no Oriente Médio - e não conseguimos nenhum dos dois. Agora estamos fazendo um curso diferente. Estamos apoiando as aspirações democráticas de todas as pessoas...Agora, aqui no Cairo, a decisão do presidente Mubarak de alterar a constituição do país e realizar eleições multipartidárias é animadora. O Presidente Mubarak abriu a porta para a mudança. Agora, o governo egípcio deve colocar sua fé em seu próprio povo. Todos estamos preocupados com o futuro das reformas do Egito, quando os pacíficos defensores da democracia - homens e mulheres - não estão livres da violência. Chegará o dia em que o estado de direito substitui os decretos de emergência - e quando o judiciário independente substitui a justiça arbitrária. O governo egípcio deve cumprir a promessa que fez ao seu povo - e ao mundo inteiro - dando aos seus cidadãos a liberdade de escolher. As eleições do Egito, incluindo as eleições parlamentares, devem atender a padrões objetivos que definem todas as eleições livres. Os grupos de oposição devem estar livres para montar e participar, e para falar com a mídia. A votação deve ocorrer sem violência ou intimidação. E os observadores e observadores eleitorais internacionais devem ter acesso irrestrito para realizar seus trabalhos. (ACHCAR, 2013, p.40).

Muito embora a importância do Egito como aliado dos Estados Unidos em seu arco de alianças dentre os países árabes fosse fundamental para a manutenção de poder de Mubarak, a agenda adotada pelos neoconservadores trazia uma série de contradições para a estabilidade interna do Egito, na medida em que reacendeu o sentido de pertencimento à identidade árabe, e seu consequente anti-imperialismo. No entanto, mesmo o descontentamento interno com a política regional de Mubarak não o levou a uma mudança de orientação. Em 2007 a fronteira com Rafah, que havia sido parcialmente aberta para possibilitar a entrada de suprimentos aos palestinos, foi novamente fechada, aprofundando a enorme crise humanitária com o cerco imposto por Israel após a eleição do Hamas para o governo da Faixa de Gaza. As guerras travadas no Oriente Médio foram o epicentro de uma percepção crescente de que como assinalava em estudo para o *Carnegie Endowment for International Peace* retomado por Moniz Bandeira:

As tentativas de nation-bulding dos Estados Unidos, na maioria dos casos, foram trágicas e o objetivo de Washington, ao tentar substituir ou apoiar os regimes em outros países, não foi construir uma democracia, mas defender sua segurança e seus interesses econômicos. (...) Com efeito a ocupação do Iraque pelos Estados Unidos durante nove anos não criou nenhuma democracia em um país dividido em seitas islâmicas, etnias e tribos cujas condições eram muito diferentes das que existiam no Ocidente. (BANDEIRA, 2014, p. 144).

Dessa maneira, os aliados estadunidenses na região também passariam a sofrer os efeitos destas tensões, e o Egito não seria uma exceção. Em especial porque a ação dos neoconservadores e sua *freedom agenda* e *war on terror* levariam a Israel a apoiar-se nessas diretrizes para expandir suas próprias colônias, aprofundando a repressão aos palestinos através do bloqueio à Faixa de Gaza. Isso, como colocado acima, representava uma tensão para o Egito, como por exemplo quando durante o ano de 2007 quando parte do governo israelense acusou o regime de Mubarak de uma suposta cumplicidade com o Hamas, facilitando o contrabando de armas. Este argumento serviu de base para que uma discussão sobre as Operações Estrangeiras e Programas Apropriados (HR 2764) na câmara dos deputados norte-americanos no ano de 2008, tenha-se proposto a retenção de US\$ 200 milhões em financiamento militar ao Egito. O Congresso estadunidense aprova então uma legislação que suspendeu temporariamente cerca de US\$ 100 milhões, e em “março de 2008, a secretária de Estado Condoleezza Rice declarou ter exercido em nome dos Estados Unidos a renúncia em termos de assistência egípcia”. (SHARP, 2009, p. 24).

No entanto, posteriormente ainda nos anos Bush o financiamento norte-americano às Forças Armadas egípcias foram restauradas. Em troca os Estados Unidos seguiram enviando ao país cerca de uma dúzia de navios através do Canal de Suez por mês, permitindo que navios de guerra nucleares cruzassem o canal em tempo recorde.

A eleição de Obama em 2008 havia sido o resultado dentre outros fatores do desgaste gerado pelas agendas adotadas por George W Bush na política externa obrigando o abandono da *freedom agenda*. Dessa forma, Os Estados Unidos recolocaram o Egito no centro desta tentativa, realizando uma visita ao país, e proferindo lá um de seus primeiros discursos no exterior após ser eleito. Tratava-se de um gesto que tinha a intenção de propagar a ideia de que uma reconstrução das relações com o mundo árabe e muçulmano se daria, em bases radicalmente distintas às exercidas durante os anos de governo neoconservador.

Mais adiante será debatido como isso se expressou frente aos levantes da

Primavera Árabe. Cabe aqui apenas ressaltar que com a eleição de Barak Obama havia inicialmente uma avaliação de que a agenda neoconservadora seria abandonada. Este foi o sentido geral do primeiro discurso de Obama no Cairo em 2009, intitulado de “Novo Começo”. Em agosto daquele mesmo ano Mubarak também viajaria os Estados Unidos pela primeira vez, o que parecia ser uma reafirmação da durabilidade da aliança entre os dois países. Mas foi então que veio a Primavera Árabe como um dos mais importantes desafios em política externa ao governo Obama, em seu primeiro mandato. No entanto, antes de abordar as respostas dadas pelo governo estadunidense e os consequentes efeitos para o exercício de sua dominação regional, e global, faz-se necessário abordar alguns elementos fundamentais que formaram as condições para a eclosão do levante egípcio, seus atores, e resultados.

3.2 A economia política de Hosni Mubarak e o fim da sustentação do regime

A escolha do Egito como o estudo de caso a ser examinado em meio ao processo singular da Primavera Árabe não é fortuita. Transcorrida uma década desde os acontecimentos aqui analisados, muitos podem indicar o conflito sírio como o epicentro da Primavera Árabe, tanto pela sua duração quanto pela complexidade do cenário e atores envolvidos. No entanto, uma hipótese importante posta pelo presente trabalho é a de que o Egito consistiu-se como um ponto fundamental da inflexão para a Primavera Árabe considerada em seu conjunto, transformando os movimentos populares por “justiça, liberdade e pão”, demandas do movimento que ocupou Tahrir, em seu oposto. Isso possibilitou um novo posicionamento dos Estados Unidos sobre o conjunto da região. Foi no Egito que os levantamentos populares mais assemelharam a processos efetivamente populares, tendo alcançado grande amplitude em sua composição de atores sociais, e radicalidade. Além disso, a importância da economia egípcia, cuja conformação é marcada por estruturas sociais capitalistas mais clássicas que as formações existentes em países como a Líbia, e de seu papel geopolítico atuando como um pilar da ordem de sustentação regional, além das estreitas relações de cooperação com os Estados Unidos e aliados, como Israel, agregam ainda mais relevância para a influência de seu destino sobre o conjunto das nações que integraram a Primavera Árabe.

Gilbert Achar define a Primavera Árabe como um produto de contradições que vieram acumulando-se por décadas, apontando coerência em caracterizar o movimento de 25 de janeiro de 2011 como um processo de revolução social derrotada:

Vi a explosão não primariamente como resultado de uma crise política, como foi amplamente retratada, ou provocada por uma sede de liberdade política. Esta foi uma dimensão importante da revolta, com certeza. No entanto, as raízes mais profundas da explosão eram socioeconômicas, na minha opinião. Por várias décadas, o mundo árabe teve as taxas mais baixas de crescimento econômico de todas as regiões da Ásia e da África e as taxas mais altas de desemprego do mundo, especialmente o desemprego entre jovens e mulheres. Esses foram os ingredientes cruciais da grande explosão. E não são questões que podem ser resolvidas com uma nova constituição ou uma simples mudança de presidente. Eles só podem ser resolvidos através de uma mudança radical das estruturas sociais, políticas e econômicas. Eles pedem uma verdadeira revolução social, que não pode ser meramente política. (ACHCAR, 2016, sp)

Tal como foi debatido no segundo capítulo, a Primavera Árabe não pode ser considerada como um raio em um céu sereno. Tratou-se em um plano mais profundo do fruto da acumulação de contradições econômicas, políticas e sociais derivadas da ordem instaurada desde o desmantelamento do antigo Império Otomano e do final da Segunda Guerra Mundial, que combinou-se às formas específicas assumidas pela crise econômica internacional de 2008 no MENA desatada pela alta do preço dos alimentos. O primeiro acontecimento foi responsável pela delimitação *sui generis* das fronteiras dos países árabes, em protetorados a cargo das potências europeias. O segundo projetou a dominação estadunidense, alterando significativamente o mapa da região com a fundação do Estado de Israel apoiada pelos Estados Unidos, e a conformação de um sistema de alianças que inclui desde as petromonarquias do Golfo Pérsico até o Egito pós nasserista.

Dessa maneira, o Egito pós-nasserista foi um dos terrenos em que o receituário neoliberal que tomava conta da arena internacional após a crise do petróleo de 1973 mais levaria a transformações de cunho regressivo. O neoliberalismo cunhado pela orientação firmado no Consenso de Washington forneceu as bases para a retirada de direitos estabelecidos durante os anos do período posterior à Segunda Guerra Mundial nos países centrais, mas seu receituário foi largamente exportado para os países das semicolônias, dentre as quais o Egito passaria a ser um caso emblemático. O historiador britânico Perry Anderson em seu texto *Balanço do Neoliberalismo* sintetiza o panorama econômico e político da época:

As raízes da crise (de 1973), afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação

capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. (ANDERSON, 1995, p.11).

Essa orientação foi integralmente cumprida por Sadat, e aprofundada por Mubarak, sobretudo após a Guerra de Yom Kippur, marcando uma viragem na localização estratégica do Egito que passou de ser um questionador de Israel e dos Estados Unidos, para uma localização de colaborador, e pilar da ordem regional.

As revoltas do ano de 2008, que tiveram uma ampla dimensão no Egito, foram responsáveis por abrir uma nova etapa da luta de classes, na qual paulatinamente se rompia o pacto social vigente até então, que fora responsável por décadas de uma tensa estabilidade. O neoliberalismo teve assim um grande impacto social dado o aumento do desemprego e da pobreza:

Em poucos anos, o desemprego aumentou significativamente, atingindo no Egito cerca de 20% no final de 1988. Na Jordânia, o desemprego subiu de 4,3% em 1982 para mais de 10% em 1989. Na Tunísia, a taxa de desemprego já estava estimada em 16,4% em 1984. Devido à sua deterioração econômica, esses países adotaram reformas socioeconômicas, incluindo políticas de planejamento familiar mais amplas e reformas estruturais alinhadas com o "Consenso de Washington": um ajuste das taxas de câmbio; privatização de fábricas do setor público, bancos e outros ativos; redução de tarifas para incentivar investimentos privados; e alguma redução de subsídios. (LUGO 2012, p. 275)

A história econômica do Egito como um país de localização estratégica para os interesses das grandes potências, aliada à sua projeção regional sempre significativa, ao seu passado e cultura milenares se distinguiram pela aspiração ao retorno da grandiosidade de seu passado. O tema do desenvolvimento foi recorrentemente evocado, e distintos pactos sociais foram propostos em seu nome. Nos diferentes regimes políticos que se desenvolveram no Egito a partir dos anos 1950 a melhoria das condições de vida do povo egípcio era prometida, em troca da mesma exigência: a anulação da participação, e sobretudo a alienação da mobilização popular nos processos decisórios. Demonstrações, mobilizações, protestos ou críticas ao regime estavam decididamente fora do pacto imposto pelos distintos governos que estiveram a frente do poder. Essa tradição foi uma

marca. Quando Gamal Abdel Nasser tomou o poder após o golpe em 23 de julho de 1952 apoiado nos militares, um pacto social que perdurou durante grande parte do seu governo foi apresentado aos egípcios:

Gamal Abdel Nasser apresentou ao povo egípcio um contrato: ficar de fora da política e da descolonização, em troca de uma série de melhorias concretas em suas vidas. Os Oficiais Livres enquadraram os governantes do Egito e governaram como parceiros em uma batalha conjunta para derrotar o feudalismo e o imperialismo; o tipo de poder exercido pelos al-Fiqis em Kamshish ou britânicos os soldados em Denshawai seriam reprimidos e um novo governo nacionalista garantiria que saúde, a educação e o emprego estivessem disponíveis para todos. Mas os mecanismos pelos quais esses ganhos materiais eram entregues seriam controlados pelo Estado, que seria forte, patriarcal e dominador, fora do alcance para os egípcios comuns. Sob esse tipo de política, não havia espaço para protestos contra o regime ou participação democrática das massas; aqueles que tentassem invadir o reino do governo seriam expulsos da nação como antipatriotas e perigosos, e enfrentariam punição. O Estado também não poderia aceitar a organização política por parte dos indivíduos ou comunidades que estivessem fora de seu controle. E assim, juntamente com a defesa de mudanças radicais de cima para baixo, o regime de Nasser lutou para expropriar qualquer mudança radical vinda de baixo. (SHENKER, 2016, p.63).

Após a morte de Nasser em 1970, Sadat assume o poder, e aprofunda um movimento já em curso nos últimos anos do governo de seu antecessor de abertura do mercado egípcio e a adoção de reformas neoliberais que ficaram conhecidos sob o nome de:

(...) "liberalismo incorporado", porque, diferentemente da era pré-guerra, o "liberalismo" dos mercados livres estava agora "embutido" em uma rede de restrições sociais e políticas. Quando Sadat assumiu o cargo, porém, a acumulação global de capital havia diminuído e o liberalismo incorporado entrando em um período de crise. Duas alternativas distintas competiam por proeminência: o socialismo, que ganhava terreno em bolsões da Europa Ocidental, como a "Bolonha Vermelha" da Itália, e uma forma de "fundamentalismo de mercado" visando "desassociar" a troca privada de bens e serviços do controle governamental. As noções intelectuais por trás do fundamentalismo de mercado eram radicais e haviam sido desenvolvidas nas sombras por muitos anos via organizações como a Mont Pelerin Society, um grupo de economistas e acadêmicos nomeados após o spa suíço em que se conheceram no final dos anos 1940. A sociedade contou entre seus membros alguns dos fundadores do moderno pensamento econômico de direita, incluindo o filósofo austríaco Friedrich von Hayek e o economista americano Milton Friedman, que mais tarde viriam a pôr em prática muitas das ideias do grupo na América Latina, a um efeito devastado. (SHENKER, 2016, p.69)

Os anos de Sadat foram marcados, portanto, pela aproximação aberta com as ideias e a plataforma do grupo de Mont Pelerin Society, culminando no plano de reformas apresentado em 1974, denominado como o início da *infitah* ("abertura"), apresentado como um projeto modernizador. A *intifah* foi interpretada por uma série de analistas como

um processo de reversão do nasserismo, cuja devolução da terra aos latifundiários que outrora a haviam perdido durante o governo anterior, mediante um processo violento de expropriação da população que havia passado a habitá-la foi uma marca indelével, completou-se com a eliminação de programas sociais. A *infitah* de acordo a Hibbard e Layton fez com que o Egito se tornasse:

(...) mais dependente do comércio, tendo que importar alimentos básicos, e o financiamento externo limitou-se a setores não produtivos da economia. O Egito exportou cada vez mais sua mão-de-obra para o Golfo Pérsico, o que ajudou a reduzir os problemas de desemprego em casa e aumentou a dependência do país das remessas de seus trabalhadores vivendo no exterior, que enviavam seus salários de volta para casa. Em 1974, as remessas de mão de obra subiram mais que as exportações de petróleo, o turismo, a ajuda externa e o Canal de Suez, chegando a representar quase um terço da receita externa do Egito, um número que explodiu para 75% em 1980. Uma nova elite comercial se desenvolveu com extensos laços com o Estado. (HIBBARD, S. LAYTON, 2010, p.199).

Porém, ainda que o setor público seguisse tendo peso na economia local, o projeto apresentado por Sadat favoreceu interesses privados, gestando as bases do que posteriormente seria o padrão de acumulação dos anos Mubarak definido pela proliferação de uma classe capitalista cujos lucros provinham da relação explícita com o Estado. Os efeitos sociais da economia política exercida durante os anos de Sadat foram drásticos. A própria crise do preço dos alimentos ocorrida anos depois em 2008 teve suas raízes durante o regime de Sadat. Foi nesse período que o Egito deixou de ser um dos maiores exportadores de grãos do mundo para se tornar um dos maiores importadores, com um superávit agrícola de US\$ 300 milhões em 1970 se transformando em um déficit de US\$ 800 milhões em 1977. (SHENKER, 2016, p.73). Esses índices eram em parte o resultado da política agrícola embasada na expropriação da agricultura familiar que havia sido estruturada durante os anos de nasserismo, e também dos acordos de comércio internacional firmados ao longo dos anos 1970 com a *intifah*, e que seriam aprofundados durante a década seguinte.

Hosni Mubarak ascendeu ao poder em 1981, após a morte de Sadat, tendo estendido seu governo por três décadas. Apreender o sentido da Primavera Árabe no país implica no exame das contradições acumuladas aberta por Sadat, mas aprofundada de maneira qualitativa durante os anos transcorridos sob Mubarak, nos quais se disseminou a percepção de que o Egito decaía social e economicamente. Uma retomada da economia política típica da era Mubarak revela como a adoção do conjunto das medidas neoliberais forjou uma classe capitalista altamente identificada com o governo e o exército, enquanto

corroía o pacto estabelecido desde o nasserismo em que a passividade social frente à ausência de direitos democráticos, em troca da existência de um sistema de relativa seguridade social. (ACHCAR, 2011). Após o fim das aspirações nacionalistas inspiradas por Nasser, e definitivamente relegadas ao passado detrás do governo de Sadat, o Egito de Mubarak era marcado por transformações pouco positivas, como assinala Fouad Ajimi para especial publicado pelo Foreign Affairs:

Dezesseis milhões de pessoas foram adicionadas à população desde que Mubarak chegou ao poder em 1981. Este aumento por si só é mais do que o total combinado populações da Jordânia, Israel, Líbano e os palestinos da Cisjordânia e Gaza. A pobreza do Egito e as necessidades são tão bem conhecidas que dificilmente é necessário indicá-las. O seguinte quadro revela o problema: 400.000 pessoas entram no mercado de trabalho todos os anos; 75% dos novos ingressantes estão desempregados; 90% dessas pessoas têm ensino médio ou superior. É por isso que alguns dos críticos de Mubarak admitem o fardo que o regime tem que carregar. A tarefa de manter o lugar intacto é como arar o mar. (AJIMI, 1995, pg. 12).

De fato os anos transcorridos sob Mubarak coincidiram no plano internacional com o avanço do neoliberalismo através do Consenso de Washington. A ofensiva neoliberal responsável pelo início do dismantelamento do Estado de Bem-Estar nos países do centro do sistema encontrou seu correlato nas reformas que flexibilizaram relações trabalhistas, aceleraram as privatizações de vários setores, retiraram direitos, abriram os países da periferia à entrada de capitais voláteis e aprofundaram a primarização daquelas economias. Isso fez com que os países do Oriente Médio e Norte da África tenham encontrado ao final da década de 1960, quando ainda se tratavam de economias com grande peso do setor estatal dismantelado sob a política de *intifah* ao longo das décadas posteriores, crescentes problemas de desenvolvimento, apresentando índices de crescimento menores se comparados a outras regiões da periferia do sistema. (ACHCAR, 2011). A dependência dos empréstimos de organismos financeiros internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, também foram uma marca distintiva do período de Mubarak, aprofundando-se ao longo da década de 1990:

Tabela. 7 Histórico de empréstimos do FMI ao Egito - 1984 a 2008

Table 6.1 Egypt – History of lending arrangements with the IMF from 1 May 1984 to 30 June 2008 (thousands of SDRs)

Facility	Date of arrangement	Date of expiration or cancellation	Amount agreed		Amount drawn	Amount outstanding
Standby arrangement	11 October 1996	30 September 1998	271,400	0	0	
Extended fund facility	20 September 1993	19 September 1996	400,000	0	0	
Standby arrangement	17 May 1991	31 May 1993	234,400	147,200	0	
Standby arrangement	15 May 1987	30 November 1988	250,000	116,000	0	
Total			1,155,800	263,200	0	

Source: IMF (2008)

Fonte: TALEI, 2006. p. 180.

A tabela acima mostra o fluxo de capital proveniente dos empréstimos fornecidos pelo FMI a partir de maio de 1984. Assim, apesar do financiamento do FMI ter possibilitado uma elevação relativa do PIB egípcio, as contrapartidas exigidas, tais como o aprofundamento das privatizações e a retirada de direitos trabalhistas, fez com que isso elevasse os custos sociais sentidos pela maioria da população. No caso egípcio a adoção deste receituário foi indicada por organismos internacionais como responsável pelo crescimento econômico durante as décadas de 1970 e 1990, com índices relativamente superiores aos países do Oriente Médio e Norte da África, denominados como MENA por sua sigla em inglês.

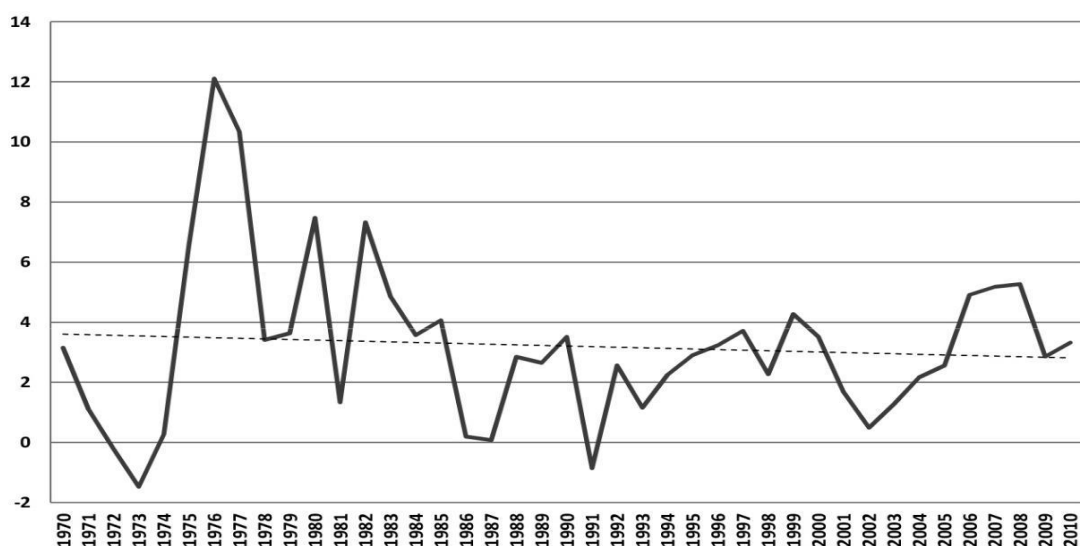
No entanto, essa diferença não pode ser tomada como o resultado dos processos de *intifah*, mas antes disso como o produto de fatores pouco estruturais:

O Egito foi separado dos outros países da região, com uma taxa média anual de 4,1% em 1970-90. Essa taxa de crescimento, substancialmente mais alta do que a registrada pelos outros países MENA, foi impulsionada pelas crescentes receitas de petróleo do Egito, remessas de egípcios imigrantes que trabalham no exterior, subsídios fornecidos pelas monarquias petrolíferas e potências ocidentais e a expansão do turismo. (Todos esses fatores, somados à

compensação paga devido à guerra de outubro de 1973, explicam o apogeu de 1976.) Em 1990–2010, no entanto, a taxa de crescimento do Egito caiu para 2,7%, apesar do desempenho excepcional de 2006 a 2008. Durante os quarenta anos considerados, o PIB per capita do Egito exibiu uma linha de tendência de declínio. (ACHCAR, 2011, p.12).

Ao contrário do senso comum propagado pelos organismos internacionais, a modernização prometida com tais medidas se deu de maneira desigual, e não se refletiu em uma elevação substancial dos índices de crescimento da economia egípcia, ou em uma melhoria das condições de vida da maioria da população. O gráfico abaixo mostra a variação do PIB per capita do Egito desde a década de 1970:

Tabela 8. Variação do PIB per capita entre os anos 1970 a 2010



Fonte: Banco Mundial (et ACHCAR, G, 2012, p.12)

Os dados acima demonstram como a despeito do crescimento vertiginoso ocorrido entre os anos de 1973 e 1978, que fizeram o Banco Mundial e o FMI comemorarem a *intifah* como um importante exemplo de política econômica a ser seguido pelos países da periferia do sistema, a queda nos anos subsequentes é igualmente drástica. Ademais, os efeitos desse crescimento atendem ainda a um aspecto geopolítico, materializado na “Guerra de Outubro”, quando durante aquele mês do ano de 1973, o Egito e Síria atacaram Israel durante o feriado de Yom Kippur. Os preparativos para a guerra, que deslocou um contingente de 70 mil soldados egípcios pelo Canal de Suez e Colinas do Golã, ao lado da injeção de capital para realizá-la, foram parte dos elementos que estão por detrás da elevação da atividade econômica do Egito naquele momento.

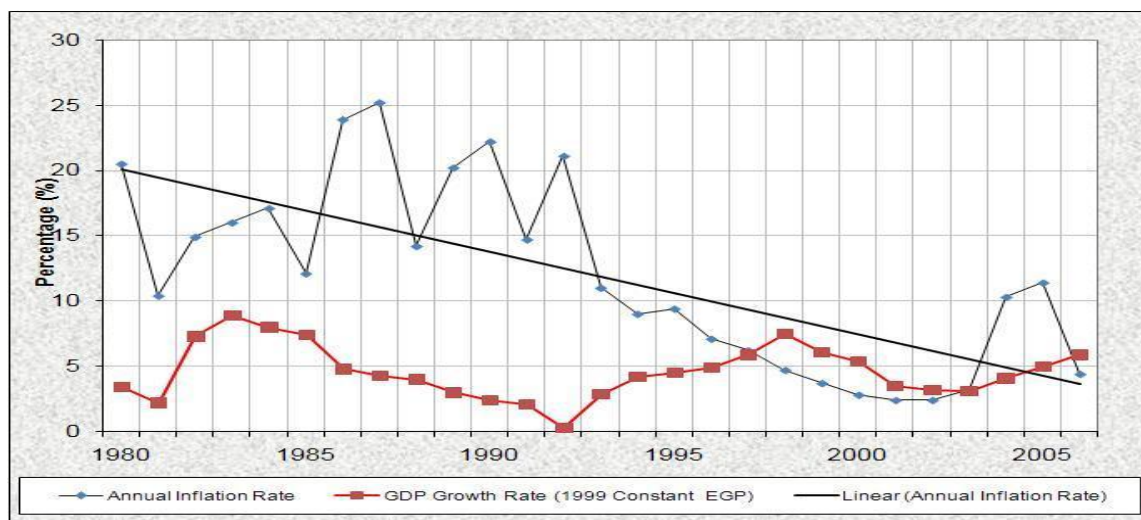
Após o fim da Guerra de Outubro que foi seguido pelos Acordos de Camp David cujas negociações em novembro do ano de 1978 marcam um ponto de virada com o país passando a reconhecer Israel e se transformando em aliado regional também dos Estados Unidos, há uma nova queda do PIB per capita egípcio, conforme pode-se ver no gráfico acima, que só se reverterá a partir de 1981.

Os problemas econômicos do início da era Mubarak se deram em torno do aumento do desemprego, da inflação, e também dos déficits orçamentários, que foram respondidos pelos organismos internacionais com quem o Egito passaria a contrair dívidas crescentes, enquanto se adotou uma política de contração dos gastos com setor público, e privatizações. No entanto, a maioria das empresas estatais não-financeiras que foram privatizadas durante esse período eram geradoras de lucro. Uma retomada do exame das condições macroeconômicas do Egito durante a década de 1980 indica como a crise orçamentária se dava por conta de outros fatores que não o gasto público, fosse sob a forma de investimento direto, ou em gastos com assistência social:

Em vez da crise econômica do Egito ser culpa do "socialismo da era de Nasser", o déficit orçamentário ao final dos anos 1980 pode ser consequência da queda dos preços globais do petróleo - um fator sobre o qual o Egito tinha pouco controle - e a turbulência foi intensificada por uma crise no setor bancário privado alimentada pelas maquinações de financistas e empresários bilionários: em 1989, um quarto empréstimos privados e de investimento estavam inadimplentes, a maioria deles por uma minúscula minoria de especuladores.² Mas tais fatos não se ajustavam ao impulso narrativo do ajuste estrutural, então eles foram esquecidos, reformulados ou transformados em seu oposto para fazer com que as soluções neoliberais parecessem inevitáveis. (SHENKER, 2016, p. 79).

O gráfico abaixo indica a taxa da inflação e o índice de crescimento da economia egípcia durante o referido período, indicando como a taxa da inflação esteve sobretudo no início da era Mubarak com índices muito elevados em relação à taxa de crescimento, o que se traduziu em uma elevação da percepção da pobreza do país:

Tabela 9. Taxa de inflação e índice de crescimento durante os anos Mubarak



Fonte: By Abdel Hameed Nawar - The Emerging Landscape of Natural Gas in Egypt, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=2689281> Acesso em 10/03/2018

Dessa maneira, durante os anos de Mubarak aprofundaram-se as contradições econômicas, especialmente por conta da drástica redução do papel do Estado em assegurar a seguridade social, e os níveis de emprego, que se aprofundava no decorrer do tempo. No ano de 1991 o regime de Mubarak elaborou um programa de ajuste estrutural, que foi administrado por instituições financeiras internacionais cujo mote sintetizado na tríade “estabilizar, privatizar, liberalizar” se transformaria na plataforma de entrega de parte das riquezas mais importantes do país. Em especial as privatizações se acentuaram a uma velocidade sem precedentes conforme se acumulavam os anos de Mubarak no poder, como assinala o analista britânico Jack Shenker em sua detalhada obra *The Egyptians: a radical history of Egypt’s unfinished revolution* sobre a aceleração das privatizações de diversos setores econômicos durante os anos turbulentos que precederam o início dos levantes da Primavera Árabe no país:

Durante os anos 1990 e 2000 o governo do Egito vendeu centenas de instituições públicas, geralmente a preços abaixo do mercado, ao investimento privado consórcios que muitas vezes se associaram a ministros de Mubarak e seus sócios de gabinete; redes de segurança social foram reduzidas, os direitos dos trabalhadores foram reduzidos e padrões de produção dizimados. Um dos muitos recursos coletivamente afetados foi a gigantesca Helwan Cement Company, fundada em 1929 por decreto real e nas margens do centro da cidade de Helwan. Em 2001, foi comprada parcialmente por um investidor suíço de gestão e consultoria que foi posteriormente assumido pela maior empresa de private equity da Egion, antes de ser comprada pela subsidiária francesa de uma multinacional italiana, que continua a dirigir a fábrica hoje. Os proprietários aproveitaram as leis trabalhistas reformadas do Egito, empurradas sob pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, que possibilitou colocar trabalhadores em contratos temporários com

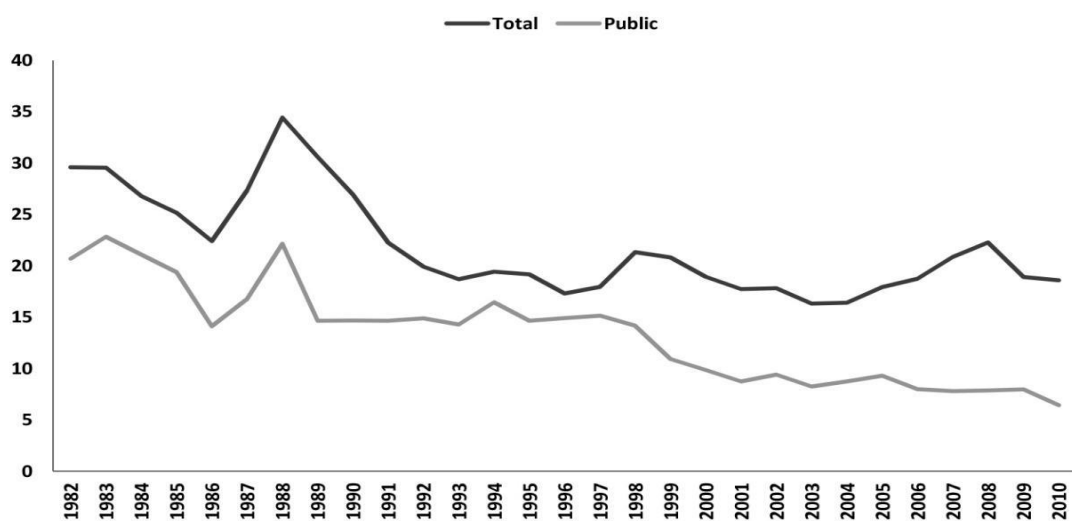
virtualmente nenhum benefício ou proteções - contratos que poderiam ser renovados indefinidamente. (SHENKER, 2016, p. 24).

Mesmo as interpretações inspiradas por correntes teóricas neoliberais são obrigadas a indicar que não houve resultados favoráveis provenientes da *intifah* para a população egípcia. Ao contrário, algumas análises indicam como seus efeitos foram um processo de desindustrialização e elevação da fragilidade da indústria local mediante a política de *joint ventures*:

Em princípio, as classes médias egípcias poderiam ter se favorecido da política de portas abertas e do processo de liberalização. No entanto, a forma como foi implementado na prática era desfavorável para as classes médias e exacerbava sua progressiva marginalização das alavancas de poder que já haviam provocado seu descontentamento. De fato, essa preferência pela "política de porta aberta" tornou a indústria local mais frágil, expondo-a repentinamente à competição externa que ela não poderia suportar. A fórmula preferida para a implementação da *intifah* no Egito foi uma das *joint ventures* entre o setor público egípcio e corporações multinacionais estrangeiras. Paradoxalmente, no entanto, apesar da existência de uma estratégia clara das elites estatais para atrair capital internacional, os investimentos diretos estrangeiros só chegaram ao Egito de forma limitada, conforme detalhado na próxima seção. Na maioria dos casos, o Egito testemunhou aquisições pontuais, como a venda de US \$ 1,6 bilhão do Banco de Alexandria, ocorrida em outubro de 2006, ou o acordo de *private equity* transferindo a empresa familiar Amoun Pharmaceutical para as mãos dos Estados Unidos por US \$ 450 milhões. (TALANI, 2014, p. 117).

Ademais, a era Mubarak também se caracterizou por uma queda importante do investimento do setor público, com uma leve melhora durante os anos de 1987 e 1988, conforme se vê no gráfico abaixo que mostra o volume de capital fixo total, e o setor público:

Tabela 9. Formação bruta de capital fixo, total e pública; Egito - 1982 a 2010 (% de PIB)



. Fonte: Banco Mundial, compilado pela autora.

Se nos momentos da *intifah* os índices macroeconômicos do Egito se elevaram em alguns setores, isso se deveu mais à política de empréstimos contraídos através dos organismos financeiros, como o Banco Mundial e o FMI, o que vinha acompanhado sempre da exigência de uma contrapartida sob a forma de adoção dos ditames clássicos contidos na agenda neoliberal. Gilbert Achcar indica como as baixas taxas de crescimento do PIB per capita e a elevação do desemprego na região do MENA marcam o período iniciado com Sadat e depois seguido por Mubarak, destacando-se pela desaceleração populacional derivada de uma dinâmica decrescente de investimento em capital fixo. Liga-se a isso os dados que indicam que as taxas de investimento privados mostram que “a maior parte da culpa pelo lamentável estado da região deve ser colocada na queda do investimento público induzida pela mudança no paradigma econômico regional e global”. (ACHCAR, 2013 p. 46). O autor ainda prossegue indicando como essa relação é patente no Egito, com a correlação indicada no gráfico acima pelo investimento público e investimento total em capital fixo, excluindo a elevação de 2007-2008 no investimento estrangeiro no país. A relação indica que os investimentos privados não se elevaram no mesmo patamar que a retirada de investimento público, o que confirma através dos indicadores que a *intifah* denota que o crescimento econômico era inferior aos níveis que marcaram os anos de Nasser, contrariando o argumento neoliberal de que o investimento público seria o empecilho para o crescimento, enquanto a classe capitalista árabe local aprofundava a primarização da economia, e as relações de dependência em relação sobretudo aos Estados Unidos.

Assim, os dados do gráfico acima apontam ainda que o financiamento da economia egípcia, com a recuperação entre os anos de 1987 e 1988 coincidiram com a Guerra de Yom Kippur, seguida pelo Acordo de Camp David, e se manteve no decorrer dos anos seguintes entre 1990 e 1991. Isso revela que os índices da economia egípcia expressam os efeitos do financiamento exercido pelos Estados Unidos por conta de interesses geopolíticos, como durante a primeira guerra do Iraque de 1990-1991 quando o Egito recebeu US\$ 3,9 bilhões pelo apoio à agenda estadunidense. Ou ainda quando o Egito foi favorecido com o cancelamento de cerca de US\$ 12,9 bilhões de dívidas, em meio a um corte substancial dos serviços da própria dívida. (AYUBI, 2008 p; 346-347). Esta forma de comprar o apoio dos países do MENA aos projetos estadunidenses cresceu com os anos, aprofundando as tendências à constituição de uma modalidade de capitalismo rentista. Estima-se que cerca de 84% de todos os subsídios militares gastos

pelos Estados Unidos no exterior tenham sido gastos nos países da região em 2010, com Israel detendo a metade desse montante, seguido pelo Egito, com 25% dos gastos de acordo com o Departamento de Estado norte-americano. (US DEPARTMENT OF STATE, 2010)

Portanto, esse receituário não se transformou em melhoria significativa na agenda de desenvolvimento, não sendo passível de elevar os índices de investimento estrangeiro direto:

Nem mesmo o fato do governo egípcio ter embarcado em um programa substancial de ajuste macroeconômico durante a década de 1990 ajudou a atrair IEDs. Este programa, acordado com o FMI, fazia parte de um pacote mais amplo destinado a cancelar metade da dívida pública egípcia (Owen 2004). A partir de maio de 1991, o pacote previa o cancelamento de 15% da dívida até outubro de 1992; outros 15% seriam eliminados com a implementação do segundo acordo com o FMI entre novembro de 1992 e abril de 1993. O valor remanescente seria cancelado de maio de 1993 a novembro de 1994. No entanto, o FMI impôs como condição à sua concessão de crédito (no valor de 60% das contribuições egípcias para o fundo) a implementação reformas estruturais macroeconômicas de acordo com as diretrizes do FMI e do Banco Mundial. (TALANI, 2014, p. 117)

Seguindo a análise realizada por Talani o estoque de Investimento Estrangeiro Direto no Egito, cuja marca histórica não costuma superar os 0,4%. A média acumulada entre os anos de 1981 e 2010 demonstram, de acordo com o gráfico abaixo, uma dinâmica de declínio:

Com efeito, se na década de 1980 a percentagem e a participação do estoque total de IED no Egito era de apenas 0,53%, na década de 1990, diminuiu para 0,4% e, na década de 2000, para um valor minúsculo de 0,29% (Figura 6.8). Não de forma diferente, a porcentagem do total de ingressos de IDE que vai para o Egito vem declinando de forma constante desde os anos 80. Não surpreendentemente, isso atingiu um nível negativo em 2011, após a Primavera Árabe. Vale a pena notar que o ligeiro aumento dos fluxos de IDE no período entre 2004 e 2009 deve-se à expansão do setor petrolífero e a um boom nas privatizações. (...) No caso do Egito, não apenas o nível de IDE é limitado, mas também o investimento de carteira em ações da empresa cotadas em bolsas de valores regionais também é mínimo, se não negativo. Investimento de carteira líquido em Egito no ano fiscal de 2001–2002 totalizou US \$ 45,3 milhões, e os três primeiros trimestres do exercício de 2002–2003 registraram uma saída líquida de US \$ 206 milhões. Voltando às fusões e aquisições, a participação percentual das vendas sobre o total mundial é insignificante no Egito (0,2 em média nas duas últimas décadas). (TALANI, 2014 p. 185)

Ao baixo nível de IDE, à ausência de um projeto de avanço no setor industrial, e ao surgimento de novos problemas com impactos sociais diretos, como a nova dependência egípcia da exportação de alimentos, em especial grãos, durante os anos de Mubarak, ligam-se ainda a elevação da dependência da economia ao setor de turismo, às remessas provenientes dos egípcios residentes fora do país, e ao petróleo. Ainda de acordo

com Talani, o Banco Central do Egito indicou que nos anos 1990 as principais fontes de divisas egípcias eram compostas em apenas 9% de IED, enquanto a de remessas era responsável por 12% e o turismo 17%. (IDEM, 2014, p. 187). Combinado a esses aspectos, os desequilíbrios econômicos regionais entre as economias petrolíferas e as não petrolíferas elevou os problemas do Egito nos primeiros anos do século XXI. De acordo com os dados levantados pelo professor da Universidade de Haifa, Onn Winckler, as altas do petróleo ocorridas desde o ano de 2004 não serviram para alavancar as economias dos demais países da região do MENA, tal como se deu nas décadas passadas. Isso ocorreu porque agora as receitas dos países exportadores de petróleo não são mais usadas para fornecer ajuda financeira às nações que por sua importância geopolítica eram receptoras de investimento e ajuda das economias exportadoras de petróleo. (WINCKLER, 2013) Pelo contrário, a elevação do preço do petróleo acarretou para o Egito em mais dispêndios, aumento da inflação e aquisição de dívidas:

O aumento constante dos preços das commodities combinado com o rápido crescimento populacional devido ao "momento demográfico" levou a um aumento acentuado no custo dos subsídios para alimentos básicos e produtos energéticos. No Egito, por exemplo, os gastos governamentais com produtos energéticos somaram US \$ 12,3 bilhões no ano fiscal de 2009-10, comparado a US \$ 6,9 bilhões no ano fiscal de 2005-06. No entanto, mesmo essas alocações enormes não foram suficientes para evitar um rápido aumento no custo de vida só durante 2008-10, os preços dos alimentos locais no Egito aumentaram 37%. O resultado inevitável foi a inflação galopante. No Egito, em 2006, a inflação atingiu 7,6%, subiu para 9,3% em 2007, 18,3% em 2008 e caiu para 11,8% em 2009, devido à queda nos preços do petróleo nos primeiros meses do ano. (WINCKLER, 2010, sp)

As consequências sociais desta constituição econômica se agravaram com o decorrer dos anos. É muito difícil mensurar com exatidão qual é o índice real de desemprego no Egito de Mubarak. Se mesmo em economias como a norte-americana esse índice é relativamente distorcido pela taxa de desalento, ou seja daqueles que deixam de buscar um trabalho após determinado tempo de busca sem sucesso, em países como o Egito mapear o desemprego é ainda mais difícil. O impacto socioeconômico do desemprego se agrava ainda mais quando considera-se que os países do MENA competem com a África subsaariana na ausência de qualquer forma de assistência social aos que não conseguem um posto de trabalho. Nos países árabes 98% dos desempregados não recebem assistência, enquanto este índice na África Subsaariana chega a 99%, com exceção apenas da Tunísia com 97%, Bahrein 65,8%, enquanto no Egito o número não é

conhecido pela ausência de fontes, muito embora Gilbert Achcar avalie que alcança os 100%. (ACHCAR, 2013, p. 25)

Esse panorama econômico, que rompe definitivamente os aspectos nacionais-desenvolvimentistas do nasserismo em prol de uma agenda abertamente neoliberal, fez com que a “situação social que a população da região confronta seja resumida em três palavras: pobreza, desigualdade, precariedade. No caso egípcio, há certa dificuldade em acessar dados precisos sobre o índice de pobreza. Estimativas embasadas na paridade de poder de compra pelo Banco Mundial estimam que mais de 40% dos egípcios viviam com menos de US\$ 2 por dia entre os anos de 1999-2000. Porém, no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2010 a avaliação do número de egípcios que vivem com essa quantia, com base nas paridades de 2005 teria caído para 18,4%. (ACHCAR, 2013, p. 150). De acordo com parte dos analistas essa variação se deve mais ao uso de dados e critérios enviesados, que a uma melhoria real dos índices de distribuição de renda no país, já que o indicador de “pobreza” varia de acordo com os referenciais adotados:

Mesmo quando existem levantamentos de campo de receitas e despesas (que constituem a fonte básica para estimativas de distribuição de renda), tais pesquisas sofrem falhas que diminuem sua credibilidade, particularmente no que diz respeito aos parâmetros de distribuição de renda, como resultado do viés dos dados. No Egito, por exemplo, basear-se nos resultados das pesquisas de receita e despesa na primeira parte da década de 1990 leva a uma melhoria do coeficiente de Gini - ou seja, a distribuição de renda se torna mais igual. Mas isso não corresponde à situação econômica geral, particularmente aos critérios de desemprego e pobreza e às observações feitas sobre a distribuição de renda durante o mesmo período... A parte trabalhista do valor agregado caiu de quase 40% em 1975 para quase 25% em 1994, o que indica uma deterioração da distribuição do PIB em favor dos retornos da riqueza. (WORLD BANK, 2003, p.139-40)

Dessa forma, sugere-se que uma ampla gama dos dados disponíveis não reflete exatamente a situação econômica do Egito. Por um lado porque em alguns levantamentos confunde-se os índices de pobreza com os de consumo. E por outro porque durante os anos Mubarak o controle ditatorial do regime dificultava o levantamento dos dados. Estudiosos e especialistas em Egito indicam que os índices de pobreza tendem a ser superiores aos indicados nos relatórios dos organismos internacionais, como o Banco Mundial:

Tomemos novamente o Egito como nosso exemplo: segundo o mesmo conjunto de estatísticas, o décimo que compõe a camada inferior da população tem uma participação de 4% do consumo nacional, enquanto o décimo superior tem uma participação de 26,6%. Qualquer pessoa familiarizada com os padrões de vida do Egito sabe perfeitamente que a disparidade entre o gasto dos 10% mais pobres - que vivem principalmente nas áreas rurais - e os 10% mais ricos é muito maior, sem contar as desigualdades de

de renda e riqueza. Se os dados do Banco Mundial fossem precisos isso significaria que no país mais de 40% da população viveria com menos de US \$ 2,70 por dia na escala PPP, (linha de pobreza nacional superior), enquanto 18,4% viveriam com menos de US \$ 2 (PPC) por dia (a linha superior da pobreza internacional), os 10% mais ricos gastariam menos de US\$ 14 (PPP) por dia, em média - isto é, US\$ 420 (PPP) por mês, ou 155% como taxa de mercado média em 2008. Isso parece altamente improvável. (WORLDBANK, 2013, p. 21).

No campo a *intifah* também promoveu violentas transformações a partir do final da década de 1990. Primeiro durante o ano de 1997 após o fim das terras compartilhadas existentes desde os anos de Nasser, votou-se uma lei que permitia aos proprietários cobrarem qualquer aluguel que lhes conviesse, criando-se assim as condições para elevações de até 400%. (SHENKER, 2016, p.85) De acordo com essa nova lei, os proprietários de terra podiam negar-se a renovar contratos de longo prazo, e poderiam dispor dos arrendamentos da maneira que lhes parecesse, e sem aviso prévio. Dessa maneira, aqueles agricultores que muitas vezes tinham passado toda a sua existência em uma porção de terra, já não podiam mais arcar com os valores do aluguel, se viram repentinamente forçados a emigrar para as cidades já que não mais existia nenhuma proteção do Estado. A Lei 96 foi considerada pelo USAID no ano de 2000 como algo que havia eliminado o “desequilíbrio entre inquilinos e senhorios”, enquanto o Banco Mundial declarava que o setor agrícola egípcio passava a ser completamente privado e orientado para a exportação. (HANIEH, 2013, p. 78). Esse processo não foi pacífico, e foi uma das justificativas encontradas por Mubarak para estender a Lei de Emergência durante todos os anos em que esteve no governo, que se renovará no decorrer dos anos 2000 sob a justificativa de combate ao terrorismo. Os enfrentamentos no campo foram responsáveis por centenas de mortos ao longo dos anos subsequentes. (ACHCAR, 2011, BANDEIRA, 2014, SHENKER, 2016).

O acúmulo das contradições econômicas trazidas pela *intifah* foi elevando-se até a ruptura do pacto de sustentação de Mubarak. De acordo o sociólogo egípcio radicado nos Estados Unidos, Hazem Kandil os protestos no Egito não podem ser compreendidos sem que se considere a dissolução do contrato social que atuava como um pilar de sustentação do regime forjado a partir de Sadat, questionado nas ruas em 25 de janeiro de 2011. O contrato implicava um acordo tácito, mediante o qual o regime “oferecia ensino gratuito, emprego em um setor público em expansão, assistência médica a preços acessíveis, habitação barata e outras formas de proteção social em troca de obediência”. (KANDIL, 2011, sp). Para Kandil a população cedia

seus direitos políticos em troca de proteção social estatal. Tratava-se de um equilíbrio instável, mas que garantia a uma parcela da população urbana as chances de constituir uma existência que apesar de ser qualitativamente mais baixa se comparada a outros países da periferia do sistema, ainda oferecia relativa estabilidade. Como resultante, o descontentamento latente na sociedade egípcia se elevaria junto com a percepção generalizada de que enquanto a maioria da população tinha seus direitos retirados, parte dos capitalistas mais ricos do país havia se ligado ao grupo político de Mubarak, que há décadas havia se apoderado do poder e se favorecia em um ritmo igualmente crescente. O Partido Democrático Nacional, no poder por iniciativa de Gamal Mubarak, filho do presidente, havia criado e fortalecido um órgão estatal denominado Comitê de Diretrizes, forjado para promover a fusão entre o Estado e empresários monopólicos. De acordo com Kandil as ações do Comitê de Diretrizes se intensificaram após 2004:

Em 2004 o ministério de empresários do primeiro-ministro Ahmed Nazif assinalou pela primeira vez que aquele grupo efetivamente se apossara do governo. Capitalistas monopólicos assumiram pastas de grande interesse para seus ramos de atividade. Mohamed Mansour, um dos maiores revendedores de automóveis do Egito, tornou-se ministro dos Transportes. Um magnata da indústria turística, Zoheir Garraneh, tornou-se ministro do Turismo. Os intelectuais neoliberais não eram menos proeminentes. O ministro dos Investimentos, Mahmoud Mohieddin, acabou por se tornar diretor administrativo do Banco Mundial em 2010. O ministro da Economia, Youssef Boutros-Ghali, era economista sênior do FMI e permaneceu ligado à instituição, por exemplo, ao presidir o Comitê Monetário e Financeiro Internacional, o principal órgão consultivo do Conselho Diretor do FMI para planejamento de políticas. (KANDIL, 2011, sp)

Os cortes no orçamento público elevaram-se de forma significativa, e diversos serviços foram privatizados, adotando-se um novo regime fiscal orientado para onerar a população enquanto havia claro favorecimento aos setores empresariais integrantes do Comitê de Diretrizes. Em discurso proferido no Fórum Econômico Mundial, Ahmed Nazif deixaria claro que as prioridades seguiriam sendo as privatizações e as reformas que aprofundaram a movimentação de capital especulativo, além da adoção de planos econômicos elaborados por George W. Bush:

Sobre a privatização, nossa prioridade neste ano é embarcar na privatização dos setores de petróleo, gás e transporte do Egito, nos setores bancário e de seguros, além de dar início ao processo de privatização da Telecom Egypt. (...)Por último, mas não menos importante, dê uma olhada nos nossos mercados de capitais como um forte barômetro para nosso desempenho e nosso futuro. Se você investiu US \$ 100 em julho de 2004, na CASE, nossa bolsa de valores, hoje você terá lucrado em US \$ 254 - é uma das bolsas de valores mais lucrativas do mundo hoje. Nossa bolsa de valores ficou no topo da lista da S &

P e dos índices do Morgan Stanley que classificaram os mercados emergentes e globais. (...) Além disso, apoiamos plenamente a iniciativa do presidente Bush de endossar o Acordo de Livre Comércio do Oriente Médio até 2013, no qual trabalharemos como um único bloco comercial, impulsionando as exportações, as oportunidades de emprego e reforçando nossa estabilidade econômica.(WORLD BANK, 2010, sp)

Assim a contrarrevolução do Egito no campo fortaleceu a conexão de Mubarak com dois principais eleitorados que seu regime dependia para a sobrevivência: as elites domésticas e os representantes do capital internacional. (SHENKER, p. 85, 2016). Essas privatizações foram ainda mais aceleradas durante os anos de governo de Mubarak, e o surgimento de holdings e de parcerias público-privadas se estendeu sobre áreas diferentes que outrora estavam sob administração estatal:

Na década de 2000, o setor público do Egito foi dividido em dezenas de "holdings", que poderiam então dispor de seus ativos no mercado aberto. As instituições do Estado não mais eram consideradas projetos de desenvolvimento econômico, e não seriam julgados pelo seu sucesso no cumprimento ou não dos objetivos sociais e políticos do Estado. Agora, eles eram meramente inventários de agentes imobiliários. (...) Inúmeras isenções de impostos corporativos foram estabelecidas, e os mais ricos do Egito acabaram recebendo um imposto de renda fixo de 20%; em meados dos anos 2000, a responsabilidade fiscal média de muitos das maiores e mais lucrativas empresas do Egito, apenas 8%. As novas leis trabalhistas estabeleceram a contratação por tempo determinado como norma e permitiram aos empregadores renovar os contratos temporários de seus funcionários indefinidamente, sem lhes oferecer direitos trabalhistas de longo prazo; os trabalhadores também enfrentam novos limites ao seu direito de greve. Os governantes do Egito ficaram tão entusiasmados com o ajuste estrutural que passaram mais e mais rápido de implementá-lo do que o próprio FMI esperava. (...) o governo prometeu aos tecnocratas que venderia "uma empresa por uma semana" e eles se tornariam bem sucedidos - até o final do reinado de Mubarak nada menos que 336 entidades públicas anteriormente haviam sido privatizadas. (SHENKER, 2016, p.84)

Esses processos favorecem tanto a classe empresarial local, quanto os objetivos estabelecidos pelos Estados Unidos, com quem grande parte dos grupos mais ricos do Egito estavam associados. Assim, o programa de privatizações buscava abarcar desde as empresas têxteis, até os serviços de saneamento básico, com o agravante de que a maneira como esse plano havia se instituído favorecia o nepotismo, sobretudo junto às famílias ligadas ao regime.

Dessa maneira, a rede real que constituía a principal instituição econômica no Egito era formada por laços pessoais que abrangia empresas, setor bancário, instituições estatais, e as Forças Armadas. Dentro desta rede os contratos civis e militares mais valiosos eram muitas vezes sustentados por meio de injeções de capital vindas de instituições como o USAID, que estabeleceu uma ampla gama de consórcios. Dentre as

famílias adiante dos monopólios que se favoreceram disso constam os Seoudis, os Bahgats, os Metwallis, os Mohamed Mahmouds, os Mansours, os Sawirises e os Lakahs. Todos mantinham estreitas ligações com o governo, como o magnata siderúrgico Ahmed Ezz (alto funcionário do NDP, membro do parlamento e presidente do comitê de orçamento da Assembleia do Povo), desenvolvedor de propriedade Hisham Talaat Moustafa (representante do Conselho Shura e membro do comitê central de política do NDP), ou o magnata da água engarrafada Sayed Meshaal (general do exército, ministro da produção militar e chefe do consórcio de produção militar das forças armadas) foram elementos críticos dentro dele.(SHENKER, 2016).

Um traço distintivo que praticamente todos os patriarcas das grandes fortunas egípcias têm em comum era, portanto, a estreita relação com Mubarak e com os Estados Unidos. Sayed Meshaal, por exemplo, ademais de ser um magnata da água engarrafada ocupava também o posto de parte do alto escalão militar, estando particularmente bem posicionado para se fazer valer das conexões entre o Estado e o capital privado, parte do qual provinha do financiamento conferido pelos Estados Unidos. Outro dos mais exemplares nomes desta classe empresarial favorecida por Mubarak é Ahmed Ezz, bilionário do aço, amigo pessoal de Gamal Mubarak, cujos negócios cresceram progressivamente, com a aquisição de diversas empresas e fábricas, dentre elas a estatal Al-Dekheila Steel. Sua nomeação ao parlamento no ano de 2000 pelo partido de Mubarak criou as bases para que posteriormente ele fosse indiciado e preso por corrupção, tendo sido acusado de ter se favorecido com licenças industriais que elevaram consideravelmente sua fortuna. (SMET, 2013)

Havia ainda um clã notório, que se tornou conhecido pelo favorecimento durante os anos Mubarak. Trata-se da família Sawiri, que está adiante de um conglomerado transnacional que abarca desde resorts na Suíça, até o ramo de telefones celulares na Coreia do Norte. Nassef Sawiri ocupa o posto de quarto lugar dentre as maiores fortunas da África, com um patrimônio pessoal estimado em US\$ 6,8 bilhões de acordo com a Forbes de 2015, sendo um dos 200 maiores bilionários do mundo de acordo com a mesma publicação. Somado aos demais membros da família, esse patrimônio se eleva à casa das dezenas de bilhões de dólares, sendo também detentora da maior empreiteira egípcia, em atividade desde a década de 1930, a Orascom Construction, além de ter fábricas no Texas e em Amsterdã. A Orascom Construction foi responsável por diversas obras de infraestrutura não apenas no Egito, mas em todo o mundo árabe, sobretudo na Arábia Saudita, sendo a maior empresa listada no país, com 43% de sua

receita vindo desses países. Antes da queda de Mubarak, os Sawiri foram um dos maiores articuladores da expansão das parcerias público-privadas. Mesmo em meio aos protestos de 2011, enquanto os jornais de todo o mundo destacam que uma parcela significativa da população egípcia sobrevivia com menos de US\$ 2 diários, a Orascom Construction anunciou elevação de 77% de seus lucros líquidos. Do ponto de vista político, Nassef Sawiri declara-se como liberal também sendo amigo pessoal de Gamal Mubarak, mas após sua queda fundou o partido *Free Egyptians*, tentando capitalizar para uma perspectiva neoliberal na economia e com um discurso liberal nos costumes, parte dos setores que haviam atuado na queda do antigo governante, e fazer frente à Irmandade Muçulmana. De fato, o *Free Egyptians* é atualmente o maior no parlamento egípcio e atua como um dos principais sustentadores de Fatah Abdel Al-Sissi, general que se alçou ao poder após a queda do governo da Irmandade Muçulmana. (SHENKER, 2016)

O caso de Mohamed Mansour é também emblemático. Figurando na lista da Forbes de 2015 como o nono homem mais rico da África Mohamed Mansour supervisiona o conglomerado familiar Mansour Group, fundado por seu pai Loutfy em 1952 e possui 60.000 funcionários. Mansour é ligado com os monopólios estadunidenses desde que iniciou sua atividade empresarial, tendo estabelecido as concessionárias da General Motors no Egito em 1975, tornando-se depois um dos maiores distribuidores da GM em todo o mundo. Além disso, o Mansour Group também tem direitos exclusivos de distribuição de equipamentos Caterpillar no Egito e em outros sete países africanos. Como um dos mais expressivos expoentes da política de Mubarak de dispor os cargos públicos durante seu governo aos setores mais concentrados dentre os capitalistas locais, Mansour foi Ministro dos Transportes entre os anos 2006 e 2009, ampliando ainda mais sua fortuna durante esse período. Em contrapartida ao favorecimento à classe empresarial egípcia as reformas pesavam crescentemente sobre a maioria do povo e dos trabalhadores egípcios. Em 2005, “as taxas tributárias sobre rendimentos de pessoas jurídicas foram cortadas pela metade, de 40% para 20%, e mesmo isso raramente era pago, enquanto os impostos que recaíam sobre a massa da população foram severamente aumentados” (KANDIL, 2011, sp), com os impostos sobre pequenos imóveis figurando entre os que mais se elevaram. Em seguida Kandil caracteriza que:

Nos primeiros anos do século XXI vigorava dentro no Egito uma realidade paradoxal, em que a urbanização marcada pela desigualdade social esteve acompanhada de uma elevação do acesso à educação, em especial entre as mulheres, que compuseram um dos setores mais ativos nas mobilizações que antecederam a Primavera Árabe no Egito e na Tunísia. (KANDIL, 2011, sp).

A elevação do nível de empobrecimento da população e o desgaste do pacto que mantinha a passividade em troca da ausência de direitos políticos foi dando lugar a uma série de eventos, que de alguma maneira anunciavam os anos turbulentos que viriam. No entanto, as previsões do FMI e do Banco Mundial não destacavam a real situação pela qual a economia egípcia passava.

(...)por exemplo, no relatório do FMI de abril de 2010 sobre o Egito, apenas sete meses antes do colapso do regime de Mubarak, a seguinte análise foi apresentada: reformas sustentadas e abrangentes desde 2004 reduziram as vulnerabilidades fiscais, monetárias e externas e melhoraram o clima de investimento. Estes reforçaram a durabilidade da economia e forneceram espaço para respirar respostas políticas adequadas. Respostas imediatas, fiscais e monetárias, ajudaram a amortecer o impacto da desaceleração pós-Lehman. À medida que a recuperação ganha força, o foco das políticas pode voltar à consolidação fiscal e outras reformas orientadas para o crescimento. Esse relatório, assim como os das outras economias árabes que não são petrolíferas, nem sequer mencionou o problema demográfico ou a falta de empregos suficientes, particularmente aqueles pertencentes aos jovens instruídos, como os maiores problemas da economia egípcia naquela época. No relatório do FMI sobre o Egito, a questão demográfica nunca é mencionada. (...) Como a maioria dos países árabes não ligados ao petróleo seguiu essa política, não se deve ficar surpreso com as previsões positivas do FMI em relação à sua situação econômica, mesmo quando o desemprego, particularmente entre os jovens, e a inflação estavam aumentando continuamente. Somente após a eclosão da Primavera Árabe, as organizações internacionais perceberam que o crescimento econômico não era suficiente para evitar a turbulência política. (WINKLER, 2010, sp)

Nos anos subsequentes, sobretudo em 2008, quando se inicia a crise econômica internacional nota-se que a recuperação do GPD (PIB) egípcio iniciado em 2006:

Tabela 10. Taxa de crescimento anual do PIB egípcio 1970-2011

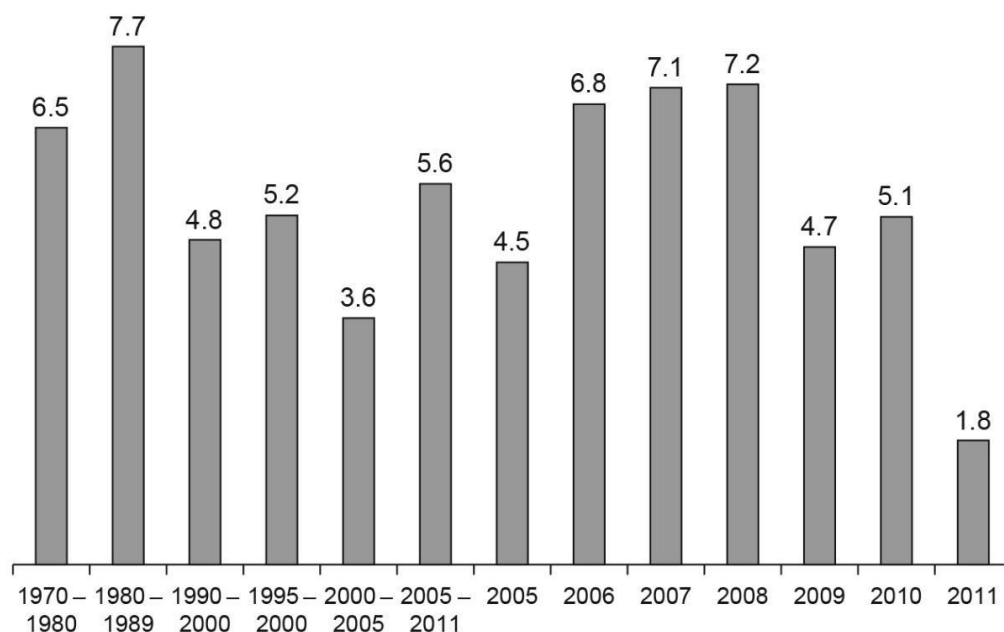


Figure 6.1 Egypt – annual average growth rates of real GDP, 1970–2011

Source: Elaboration by the author on data from UNCTAD website <http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=1584&lang=1> as accessed on 7 May 2013

Fonte: TALAI, p. 183, 2013

O desempenho econômico egípcio parecia ser animador nos primeiros anos do século XXI, de acordo com a indicação acima, que projetava crescimento de 3,6% em 2000 para 7,2% em 2008, considerando que a meta de médio prazo que havia sido fixada pelo acordo com o FMI em 1996, alcançada dez anos depois. No entanto, novamente, tal como na recuperação parcial de 1997 esses índices não se reverteram em melhoria nas condições de vida da população, que naquele mesmo ano de 2008 enfrentaram uma grande alta do preço dos alimentos, e as greves das indústrias têxteis de Malhala, conforme debate-se adiante. Nesse sentido, uma interpretação mais sólida que a oferecida pelo FMI sobre essa melhoria dos indicadores é a colocada novamente por Gilbert Achcar:

Quais fatores explicam a aceleração do crescimento do Egito? O turismo melhorou, principalmente através de um aumento do fluxo de visitantes europeus. As remessas de trabalhadores egípcios para o exterior aumentaram 26% entre 2005/6 e 2006/7. Tendo alcançado US \$ 6,3 bilhões, eles ajudaram a elevar o superávit da conta corrente do Egito para US \$ 5,3 bilhões. (ACHCAR, 2009, sp).

Além disso, parte significativa viria do financiamento das economias petro-exportadoras do Golfo:

(...) Uma pista adicional: 45% das remessas egípcias também vieram de países árabes. Tanto o IDE como as remessas resultaram indubitavelmente do boom de receitas dos países exportadores de petróleo árabes mais ricos, nomeadamente os do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC). Suas receitas de exportação de petróleo aumentaram de US \$ 191,1 bilhões em 2004 para US \$ 381,9 bilhões em 2007 - em quase 100%. A acumulação de enormes superávits em conta corrente do GCC traduziu-se em saídas de capital gigantescas. A maior parte dessas saídas de capital tradicionalmente deixou a região, ligada principalmente aos EUA. Mas em 2005/06 e 2006/07, devido ao excesso de "receita excedente" gerada pelo forte aumento dos preços do petróleo, quantidades significativas foram direcionadas para a região árabe e para o Egito em particular. (ACHCAR, 2009, sp).

Essa economia política neoliberal praticada nos anos de Mubarak foi interpretada pela população egípcia como algo que não lhes assegurava mais a possibilidade de um cargo público, ou acesso à assistência social. Dessa maneira, não haviam mais motivações para seguir sustentando o pacto social. E então a Primavera Árabe irrompeu no Egito, mas teve de enfrentar-se a um regime bonapartista amplamente embasado na repressão estatal, por sua vez em grande medida financiada pelos Estados Unidos. Sigamos abaixo retomando algumas de suas características fundamentais.

3.3 O regime político sob Mubarak e a categoria de bonapartismo

Como foi desenvolvido acima, as enormes disparidades sociais, a crescente concentração da riqueza, as privatizações, a primarização econômica, e a conseqüente ausência de perspectiva de futuro que foram tomando crescentemente dando a tônica da situação do país despertaram amplas camadas da população, sobretudo as mais jovens, do torpor e da passividade reinante até então. Antecedidas pelas greves têxteis de 2007, pelas revoltas da fome em 2008, pelo movimento contra violência policial em 2010, as manifestações na Praça Tahrir em 25 de janeiro 2011 foram uma demonstração de que um equilíbrio, decerto precário, se rompia, e novos atores se colocariam em cena.

As manifestações de janeiro de 2011 foram comumente analisadas como movidas pelas aspirações democráticas e populares, que se realizaram, sobretudo, no âmbito das transformações do regime político vigente. E, ainda que isso cumprisse um papel significativo, o pano de fundo econômico denota que os anseios de grande parte da população não eram simplesmente uma derivação das liberdades típicas das democracias liberais ocidentais, cujo receituário econômico neoliberal era propagado como

equivalente indissociável no regime político egípcio vigente até então. O pacto que estabelecia a ordem em troca de relativa assistência social provida pelo Estado rompido em 2011, deixava entrever que a conquista das liberdades políticas sem a recomposição de bases econômicas mais favoráveis para a maioria da população dificilmente poderia evitar a queda do regime de Mubarak. No entanto, seria um equívoco tratar as duas dimensões, a econômica e a política, como separadas. A aplicação dos planos neoliberais que caracterizaram crescentemente a economia egípcia a partir dos anos 1970 era acompanhada pela elevação da repressão estatal e do caráter *bonapartista* do regime político em questão.

O conceito de bonapartismo é quicá um dos mais relevantes, e muitas vezes incompreendido, dentre os oferecidos pela literatura clássica marxista. Foi utilizado primeiramente na obra *18 de Brumário de Luís Bonaparte* elaborado por Karl Marx em 1852. Aí o autor analisa as situações em que as crises se aprofundam abrindo espaço para o surgimento de figuras que se colocam como porta-vozes do Estado, e parecem concentrar em si todo o poder, elevando-se aparentemente por cima das classes sociais. A exemplo de Louis Bonaparte, que em 1 de dezembro de 1851 dá um golpe, e passa a concentrar em sua figura o poder do Estado, o traço comum dos bonapartismos seria a transmissão da falsa noção de que guardariam uma posição equidistante das classes, ou frações de classe, em disputa. Ao contrário disso, o bonapartismo se liga e atua para garantir o poder da classe proprietária, construindo saídas conservadoras frente à ameaça da revolução social. Dessa maneira Marx analisa a constituição do regime sob Napoleão III:

Enquanto cada representante do povo representa apenas este ou aquele partido, esta ou aquela cidade, esta ou aquela cabeça de ponte, ou até mesmo a mera necessidade de eleger algum dos 750 candidatos, sem levar na devida consideração nem a causa nem o homem, ele é o eleito da nação e o ato de sua eleição é o trunfo que o povo soberano lança uma vez em cada quatro anos. A Assembleia Nacional eleita está em relação metafísica com a Nação ao passo que o Presidente eleito está em relação pessoal com ela. A Assembleia Nacional exhibe realmente, em seus representantes individuais, os múltiplos aspectos do espírito nacional, enquanto no Presidente esse espírito nacional encontra a sua encarnação. Em comparação com a Assembleia ele possui uma espécie de direito divino; é Presidente pela graça do povo. (MARX, 2008, p.49)

Assim, o bonapartismo se vale do autoritarismo que passa a determinar as feições do regime político, desautorizando o legislativo e concentrando todo o poder na figura do executivo. No entanto, é relevante nos deter na afirmação de que a aparente elevação da figura bonapartista sobre as classes, em especial à burguesia, não equivale a um

descolamento real. Muito pelo contrário, a figura bonapartista na acepção original posta por Marx emerge sob o manto de árbitro entre os conflitos sociais, mas em verdade é ligado indissociavelmente à classe detentora dos meios de produção. O que ocorre é que a classe dominante quando imersa em uma situação de crises agudas, recorre a uma figura bonapartista, que apoiada nas Forças Armadas e na burocracia estatal exerce a direção da nação, visando sua pacificação.

Desde a elaboração original do conceito de bonapartismo por Marx muitas controvérsias marcaram este debate. Desde então, o conceito expandiu-se em sentido, abarcando também outros elementos, de modo a acomodar os regimes políticos e figuras de características distintas, que emergiriam em condições e locais diferentes da França de 1851. Um dos responsáveis por ampliar o conceito de bonapartismo foi Leon Trotsky, analisando a ascensão do governo de Cardenas no México no período entre a I e a II Guerras Mundiais, no século XX, como um tipo distinto de bonapartismo, ao qual definiu como *sui generis*:

Nos países industrialmente atrasados o capital estrangeiro desempenha um papel decisivo. Daí a relativa debilidade da burguesia nacional em relação ao proletariado nacional. Isto cria condições especiais de poder estatal. O governo oscila entre o capital estrangeiro e o nacional, entre a relativamente débil burguesia nacional e o relativamente poderoso proletariado. Isto confere ao governo um caráter bonapartista *sui generis*, índole particular. Este se eleva, por assim dizer, por cima das classes. Na realidade, pode governar ou bem se convertendo em instrumento do capital estrangeiro e submetendo o proletariado às amarras de uma ditadura policial, ou manobrando com o proletariado, chegando inclusive a fazer-lhe concessões, ganhando deste modo a possibilidade de dispor de certa liberdade em relação aos capitalistas estrangeiros. A atual política se liga à segunda alternativa; suas maiores conquistas são as expropriações das linhas férreas e das companhias petrolíferas. (TROTSKY, 2009, p.36)

Esta nova variação de bonapartismo seria, portanto, uma decorrência da divisão internacional do trabalho típica da época imperialista, que já nas primeiras décadas do século XX teria sido responsável pela partilha do mundo entre nações imperialistas, dependentes ou semicoloniais, isto é, aquelas marcadas por um desenvolvimento capitalista atrasado. Assim sendo, nos países do segundo tipo, a conformação interna entre as classes fundamentais, o proletariado e a burguesia, e a relação de dependência da própria classe capitalista local com as burguesias imperialistas legariam ao bonapartismo novas feições. Suas duas variações fundamentais poderiam ser *sui generis* de inspiração fascista, isto é, quando as classes detentoras apoiam-se no capital financeiro contra as massas de seus próprios países, ou de traços populistas, quanto se apoiam em uma

mobilização controlada das massas de seus países para negociar em melhores condições com as nações imperialistas sua localização na divisão internacional de trabalho. Esta condição deriva justamente do caráter atrasado do desenvolvimento capitalista em algumas regiões do mundo, dentre as quais figura a América Latina analisada por Trotsky durante os anos 1930.

Mas essa definição geral das tendências bonapartistas presentes nos países semicoloniais e dependentes poderia ser expandida, desde que observadas as distinções inequívocas de situação, para os países do Oriente Médio e do Norte da África em geral e no Egito em particular. A análise do tipo de regime político que se forjou no Egito, cuja ascendência e dominação do capital imperialista deixou marcas indeléveis, indica que aí também existiriam tendências à instauração de regimes políticos bonapartistas. Visto deste ângulo, grosso modo, o regime nasserista poderia adequar-se à descrição de bonapartismo *sui generis* embasado nas massas, enquanto o de Mubarak crescentemente assumia características de um bonapartismo *sui generis* apoiado no capital financeiro. Como assinala Gilbert Achar:

Em outros lugares, particularmente na região árabe, experimentos bonapartistas que geralmente eram conduzidos por castas oficialistas nacionalistas e populistas, mas às vezes também por partidos políticos ou uma combinação dos dois, tentou para acelerar a industrialização tentou uma versão capitalista de Estado inspirado modelo burocrático da URSS. Esses regimes bonapartistas, no entanto, não aboliram a propriedade privada dos meios sociais de produção, especialmente a pequena propriedade. Em última análise, as castas bonapartistas geraram novas burguesias que haviam incubado dentro delas; estes foram combinações dos vestígios da burguesia do antigo regime e uma burguesia estatal nepotista. Nós pesquisamos os resultados dessas experiências nos capítulos anteriores. (ACHCAR, 2013, p.94).

A concentração de poder no executivo, a ausência de liberdades e instituições democráticas elementares, como a liberdade política para as mais variadas organizações ou ainda a proibição das oposições, manifestações públicas, com exceção apenas da Irmandade Muçulmana foram marcas significativas do regime de Mubarak. Outros traços bonapartistas podem ser notados da mesma maneira que seu programa econômico, como foi desenvolvido acima, que se orientava para o favorecimento dos interesses do capital financeiro imperialista e capital local àquele associado. E, por fim, um dos aspectos mais importantes é a relação que Mubarak estabeleceu com as Forças Armadas, e a própria burocracia estatal, que passou a ser dominada crescentemente por membros da própria família de Mubarak.

Este último aspecto em particular levou a que Gilbert Achcar analisasse a formação do capitalismo dos países do MENA, e em especial do Egito, usando um conceito distinto ao bonapartismo, mas que descreve o mesmo processo:

O patrimonialismo é um tipo absoluto, hereditário de poder autocrático, que é, no entanto, capaz de funcionar com uma comitiva de “parentes”. O poder patrimonial apropria-se do Estado, especificamente através (1) das forças armadas, dominadas por um guarda pretoriano cuja lealdade é para os governantes, não para o Estado como tal; (2) os meios econômicos à disposição do Estado; e (3) a administração estadual. As espécies de capitalismo que tendem a se desenvolver sob esse tipo de governo, em detrimento do capitalismo de mercado, são de “capitalismo de compadrio”, dominado por uma burguesia estatal. A burguesia estatal se beneficia de uma geração de renda concedida pelo poder político. Em troca paga o aluguel em dinheiro. A burguesia do mercado é frequentemente obrigada a fazer o mesmo. (...) O neopatrimonialismo distingue-se do patrimonialismo do tipo que acabamos de descrever sendo uma forma institucionalizada de poder autoritário republicano - no sentido de que o exercício do poder sob condições neopatrimoniais tem, em termos weberianos, um significante “racional-legal” em sua dimensão burocrática. Em maior ou menor medida, o Estado neopatrimonial goza de autonomia em relação aos seus governantes. O nepotismo, no entanto, também reina nesse tipo de regime. A corrupção, no sentido da venalidade dos privilégios, tende a ser mais extensa em um regime neopatrimonial do que em regime patrimonial, na relação dos governantes com o Estado não é uma relação proprietária, como no regime patrimonial, mas sim de usufruto temporário. Uma vez um regime neopatrimonial autocrático alcançou estabilidade a longo prazo, tende a se tornar um regime patrimonial, com transmissão de poder hereditário ou semi-hereditário (o autocrata designa seu sucessor. (ACHCAR, 2013, p. 59).

Gilbert Achcar utiliza portanto definições provenientes tanto da tradição teórica marxista, quanto outras de inspiração weberiana para descrever um aspecto que marcou de maneira significativa a formação do regime político sob Mubarak, traduzida na relação entre os membros de sua família e o próprio Estado. Esta relação como descrita anteriormente englobava o favorecimento constante dos conglomerados capitalistas e seus respectivos patriarcas como um dos aspectos fundamentais da formação de um capitalismo de compadrio. Tal variante de capitalismo se distinguria para Achcar também pela concentração de poder no executivo, e proibição de organizações e opositores políticos, que pudessem disputar o poder com Mubarak. A debilidade deste marco teórico escolhido por Achcar reside em que o conceito de patrimonialismo apesar de designar uma prática comum ao regime sob Mubarak, não estabelece claramente a dinâmica existente entre as classes. Isto é, não destaca com a devida importância que a tendência latente ao conflito agudo de classes, obriga o regime em questão a apoiar-se nas Forças Armadas, e instaurar um tipo de dominação altamente concentrada no poder executivo. No caso do

Egito tais tendências operam desde o fim do governo Nasser, tendo sua dinâmica bloqueada, mas não anulada, pelo pacto social que provia os setores mais pobres com assistência.

Ademais, a oposição entre “capitalismo de compadrio” e “capitalismo de mercado” não parece ser algo verificável em termos absolutos, em especial nos países semicoloniais, onde o favorecimento às famílias e capitalistas associados aos grupos de poder dominante não constitui uma exceção. É certo que os regimes bonapartistas, como o de Mubarak, ou a ditadura militar brasileira instaurada em 1964 para tratar de um exemplo próximo, aprofundam este favorecimento de grupos capitalistas, muitas vezes familiares, justamente por contarem com mais recursos repressivos, como o controle da imprensa, que outros regimes políticos. No entanto, isso não significa que as vias de ação do “capitalismo de compadrio” não estejam integradas à do “capitalismo de mercado” nos países centrais, mesmo que as suas redes operem de maneira distinta, detrás de instituições do regime e organizações como os *think tanks* e lobbys organizados. Isso demonstra a necessidade de um olhar mais cuidadoso quando se toma, por exemplo, a relação das famílias mais ricas dos Estados Unidos e suas atuações políticas. Por exemplo a família estadunidense Koch, dona da Koch Industries e considerada a segunda mais rica do país, possui um amplo histórico de atuação política, sendo fundadora de diversos *think tanks* conservadores, dentre os quais o *Heritage Foundation*. (SKOCPOL, FERNANDES, 2017) A forma de funcionamento através da qual o Estado garante aos grupos capitalistas próximos ao poder dá-se por vias distintas, decerto, entre países centrais, como os Estados Unidos, e as semicolônias. Mas a distinção entre o “padrão racional” que o patrimonialismo teria em relação ao neopatrimonial, que seria mais abertamente corrupto e nepotista como pretende Achcar, deriva mais da dialética presente nos países semicoloniais derivada da própria debilidade da classe capitalista local em ser portadora de um projeto nacional. Isso as leva a construírem um Estado e regimes políticos que apesar de se conformarem como ditaduras que na aparência sugerem ser fortes, porquanto não toleram questionamentos ou oposições, são em suas raízes instáveis e débeis, dependendo das Forças Armadas em um grau ainda superior aos demais.

Desde 1981, com exceção apenas do ano de 2005, Mubarak havia sido o único candidato ao pleito egípcio, e mesmo sua vitória quando houve eleições é suspeita de ter sido o resultado de manipulações jamais esclarecidas. Decerto que este aspecto, somado à existência de um pacto implícito com o restante da população egípcia, que como já foi debatido anteriormente se marcava pela existência de um Estado repressivo que concedia

algumas seguranças assistenciais, somadas ao papel da burocracia estatal, e em especial das Forças Armadas apoiado pelo imperialismo estadunidense fornecem um quadro geral das características bonapartistas *sui generis* elementares do regime político de Mubarak. Assim, a relação com o imperialismo estadunidense e Israel, o apoio das Forças Armadas, e decorrente sistema político egípcio foram os elementos que compuseram a formação do bonapartismo *sui generis* direitista de Mubarak. Retomemos alguns aspectos dessa conformação.

Em 2005 o Egito foi o palco de enormes manifestações contra Mubarak, que haviam sido organizadas pelo *Kefaya*, ou Movimento Egípcio pela Mudança, criado no ano anterior e composto por diversos setores opostos ao regime, dentre os quais a Irmandade Muçulmana era a mais relevante. Os Estados Unidos, naquele momento governado por George W. Bush em pleno exercício da agenda de “Guerra ao Terror”, exercem pressão para que o Egito acate a demanda de realização de eleições abertas a outros candidatos. Tratava-se de uma tentativa de preservar um importante aliado regional, cuja crise de regime não favorece os interesses estadunidenses, imersos em duas complicadas frentes no Iraque, cuja primeira eleição após a queda de Saddam Hussein se daria também naquele mesmo ano, e no Afeganistão. Assim, quando o movimento Kefaya anuncia que uma viragem estava se gestando e golpeava o regime de Mubarak, a posição dos Estados Unidos foi receosa, como assinala artigo publicado no *Foreign Affairs*:

Dentro do governo Bush, no entanto, havia um claro desconforto, particularmente quando se tratou dos acontecimentos no Egito. Autoridades norte-americanas estavam preocupadas sobre como reagir, não porque questionassem a "estratégia avançada de liberdade" do presidente George W. Bush, mas porque a transformação no Egito apresentava um enigma político sem uma solução simples. Por um lado, Mubarak e seus associados eram profundamente impopulares; por outro lado, a oposição era escassa em democratas e liberais e pesada em esquerdistas, nasseristas e islamistas, todos profundamente contrários aos Estados Unidos. Mais amplamente, a oposição foi dividida ao longo de falhas que atormentaram a política egípcia por seis décadas. Era difícil acreditar que esses grupos, agindo sozinhos ou em uma coalizão, poderiam desalojar Mubarak (COOK, 2009, p. 57)

Por essas razões, a pressão estadunidense naquele momento se dirigiu no sentido de promover uma certa concessão ao movimento opositor, mediante a realização de eleições controladas, na esperança de desinflar o descontentamento político, preservando as bases fundamentais do regime, e acima de tudo postergando a abertura de uma nova frente de tensões em um país aliado, com a qual os Estados Unidos teriam que lidar mesmo que indiretamente.

Sobretudo em um momento em que a aliança de Mubarak com Israel era ainda mais importante como um pilar regional de favorecimento aos Estados Unidos. Mubarak havia apoiado as invasões estadunidenses ao Iraque, Líbano e havia trabalhado em colaboração com Israel no cerco à Faixa de Gaza, a quem ainda servia como exportador de gás e havia firmado pactos como o estabelecimento de “zonas industriais qualificadas”, ampliando as relações econômicas entre os dois países. Como uma decorrência desse fator, o regime de Mubarak agrega outro elemento bonapartista *sui generis* identificado com sua variante de direita, ao apoiar-se no imperialismo estadunidense, e seus aliados regionais como Israel, promovendo suas agendas econômicas e políticas. Isso trará uma feição pró-imperialista ao regime de Mubarak, cuja apreensão resulta ser fundamental para o entendimento da reversão de um senso quase comum durante os anos de nasserismo de que o Egito estaria destinado a emergir enfrentando-se com as potências imperialistas. Assim, quando a Primavera Árabe irrompe no cenário nacional egípcio o sentido anti-imperialista que havia caracterizado os anos do nasserismo, e do pan arabismo, havia se perdido. Dessa forma, “sob essas condições, as tensões de classe que surgiram sob o neoliberalismo não podiam mais ser encobertas por um apelo de cima para baixo ao sentimento nacionalista”. (SHENKER, 2017, p.223).

Sobre a sustentação nas Forças Armadas que caracterizam os regimes bonapartistas, cabe ressaltar que Mubarak governou desde 1981 sob um Estado de Emergência permanente, com o argumento de que isso seria necessário para evitar ataques dos militantes islâmicos, em especial da Irmandade Muçulmana. No entanto, não se tratava apenas disso, mas de um traço bonapartista do regime de Mubarak de ampliar preventivamente a repressão estatal, que se aprofunda conjuntamente com a elevação do descontentamento da população conforme avançam as medidas neoliberais de privatização, e retirada de direitos e benefícios assistenciais.

3.4 As Forças Armadas: pilar bonapartista financiado pelos Estados Unidos

Para a constituição de um regime político de natureza agudamente repressiva, a ligação com as Forças Armadas era parte essencial, e até o momento da irrupção do movimento de 25 de janeiro de 2011, Mubarak efetivamente pôde contar com o apoio daquela poderosa instituição. As Forças Armadas egípcias teriam seu papel transformado durante os anos de Mubarak, já que não se orientava mais a armar-se para um eventual enfrentamento contra Israel, a quem o Egito passaria a ser aliado desde o governo de

Sadat. Como assinala o analista das Forças Armadas no Egito, Robert Springborg, em artigo para o think tank *Carnegie Middle East Center*:

A promessa de assistência dos EUA que transformaria as Forças Armadas até então um forte exército ao estilo soviético - que foi organizado e equipado para combater uma grande batalha terrestre contra Israel - em um exército mais móvel e diversificado, não foi realizada durante o longo período de Hosni Mubarak na presidência de 1981 a 2011. Como seu antecessor, Anwar Sadat, que inaugurou a relação estratégica com os Estados Unidos, Mubarak suspeitou que o apoio dos EUA à modernização das forças egípcias revelava o desejo de tê-las implantadas em apoio aos objetivos americanos na região. Além disso, Mubarak temia que seus próprios oficiais desenvolvessem ambições políticas à medida que se tornassem mais profissionalizados e autônomos. Tendo pouca ou nenhuma necessidade de um grande exército para enfrentar Israel, com o qual o Egito estava agora em paz, e não desejando convertê-lo em uma força de combate moderna e integrada capaz de projetar poder na região, Mubarak desviou seus militares para atividades econômicas. Ele também apaziguou o corpo de oficiais ao inundá-lo com armas americanas de última geração. Esse armamento não foi acompanhado, entretanto, pela organização, treinamento e sustentação necessários para torná-lo verdadeiramente efetivo, nem foi adequado para os desafios de segurança domésticos e regionais que surgiram recentemente (SPRINGBORG, 2019, sp)

O favorecimento de setores das Forças Armadas durante o regime de Mubarak foi também econômico, e financiado em larga escala pelos Estados Unidos, o que garantia a lealdade ao regime de Mubarak, que só foi questionada no auge das manifestações de 25 de janeiro de 2011. Como ressalta uma análise do *Council on Foreign Relations* de 2002:

As relações entre os EUA e o Egito ajudaram o Egito a modernizar suas Forças Armadas e aumentaram sua posição como força regional estabilizadora. O apoio dos EUA também fortaleceu a economia do Egito. Como tem sido verdade nas últimas duas décadas, um Egito moderado é a chave para a paz e a estabilidade no Oriente Médio e uma forte relação entre os EUA e o Egito é essencial para garantir a presença americana na região. O relacionamento entre os EUA e o Egito serviu bem aos dois lados. Duas décadas de cooperação militar e treinamento deram forma ao establishment militar do Egito, a instituição mais poderosa do país, e o tornaram um parceiro confiável dos EUA. Durante a Guerra do Golfo, o apoio do Egito foi fundamental para a participação dos árabes na guerra contra o Iraque; A vontade do Egito de manter aberto seu canal em crise e permitir o sobrevoo e reabastecimento não pode ser tomada como garantida. Esses laços permanecem centrais para a capacidade dos EUA de projetar e proteger seus interesses estratégicos na região mais volátil do mundo. (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2002, sp)

Essa proeminência das Forças Armadas na formação do próprio Estado egípcio não se inicia com Mubarak, tendo sido um dos componentes fundamentais dos anos sob Nasser sendo ele próprio proveniente do exército, e sob cujo governo as Forças Armadas foram consideradas pela Agência de Desenvolvimento Internacional dos EUA como

parceiro contratual de primeira hierarquia. Recursos estatais foram destinados aos militares desde as décadas de 1960 e 1970, quando desde a infraestrutura pública até a produção de insumos industriais e agrícolas ficaram a cargo de engenheiros e empreiteiros ligados às Forças Armadas, cuja presença nas empresas estatais era uma marca da formação econômica do país. Membros de alto escalão do corpo de oficiais também foram nomeados para substituir os gerentes de fábricas civis; a presença desses administradores militares em várias estatais e quase públicas. Sob Sadat a atividade econômica das Forças Armadas se ligaram à Organização Árabe para a Industrialização, cujo objetivo primordial era a fabricação de aeronaves, além de ter promovido no plano das relações interestatais uma alteração de grande significação, já que deslocou o foco diplomático egípcio das relações com a URSS para os EUA. A presença do alto comando das Forças Armadas nas empresas estatais ainda se manteve no decorrer do governo de Sadat. (KETCHLEY, 2017)

Durante os anos em que perdurou o regime de Hosni Mubarak a posição histórica das Forças Armadas na economia se manteve, muito embora não tenha passado incólume às políticas econômicas neoliberais aplicadas. Decerto que as Forças Armadas seguiram acumulando uma série de privilégios, tanto financeiros devidos aos postos de comando de diversas empresas estatais que o alto comando militar deteve, como políticos, sendo um dos sustentadores do regime. Ademais contavam com insumos subsidiados de combustível, controle sobre imóveis lucrativos, mão-de-obra conscrita, equipamento de capital transferido sob acordos de venda de armas, acesso preferencial a contratos estatais e o uso de permissões especiais para exercer supervisão extralegal em setores que vão da petroquímica ao turismo. No entanto, na medida em que o Egito foi posto crescentemente à mercê dos investidores privados e credores internacionais, também reduziram a margem de manobra para o emprego de seu próprio pessoal nos altos mandos das empresas, mas sem que isso minasse seu poderio econômico e político frente ao Estado. A própria proliferação das *joint ventures* foi, de certa forma, responsável pela continuidade do favorecimento econômico das Forças Armadas:

Essas *joint ventures* representaram novos investimentos significativos de bancos estatais e credores internacionais e, no caso do transporte marítimo, de alguns dos maiores conglomerados de navegação do mundo. O enorme investimento privado no setor portuário do Egito desencadeou o crescimento de indústrias complementares nas quais as Forças Armadas continuaram ativas, como a ferrovia fluvial e a rede de barcas fluviais que fornece transporte ao longo do Nilo. E porque muitas dessas *joint ventures* foram organizadas em holdings sob a autoridade do Ministério do Investimento, o Estado egípcio era responsável por possíveis perdas financeiras, enquanto as Forças Armadas

egípcias tinham o controle de fato sobre as receitas. Esse arranjo não foi perdido em investimentos, analistas regionais destacaram o “total apoio” do governo que essas holdings desfrutaram como um fator para potenciais investidores considerarem ao examinar a viabilidade de subsidiárias e joint ventures. Foi precisamente essa confiança dos investidores que os militares tinham em mente quando foram mobilizados para proteger os ativos estratégicos dos parceiros de investimento do setor privado durante as revoltas de 2011–2012, ações que incluíam a violenta repressão de manifestações de trabalhadores que ameaçavam a produção em condições críticas. (MARSHAL, 2015, p.13)

Dessa forma, o Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA) mesmo em meio ao avanço das privatizações e do cumprimento dos ditames impostos pelos organismos financeiros internacionais, pôde durante os anos de Mubarak atuar como sócio menor do regime político. Tratou-se de mais um fator de sustentação das características bonapartistas, apoiando-se simultaneamente nos interesses estadunidenses no país, que seguiu financiando-a anualmente com US\$ 2 bilhões. Seguindo a observação do artigo *do Council on Foreign Relations*:

A assistência americana contribuiu para a estabilidade do Egito e dá aos Estados Unidos influência considerável nas decisões-chave sobre as políticas egípcias (...)A ajuda militar dos EUA ao Egito criou um sistema militar solidamente pró-americano, que é a instituição mais forte do Egito e a base fundamental do regime. Vinte anos de cooperação militar estão produzindo uma liderança militar egípcia confortável com a abordagem e a doutrina americanas. A ajuda militar norte-americana ajuda a garantir que o Egito permaneça associado aos Estados Unidos, apesar das críticas da elite egípcia. (COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2002, sp).

Este papel das Forças Armadas também contribuiu para o enfraquecimento do sentido anti-imperialista como parte integrante do nacionalismo egípcio, algo que pode parecer contraditório, mas que emerge como um dos elementos de fundo que contribuem para a compreensão da dinâmica de transformação dos levantes de 25 de janeiro contra a ditadura de Mubarak em seu oposto. Tais laços entre as Forças Armadas egípcias e os Estados Unidos tinham raízes profundamente econômicas. No ano de 2011 enquanto o montante de capital estadunidense destinado ao Egito era qualitativamente menor que diversos outros países, aqueles destinados apenas às Forças Armadas se mantinha estável:

Tabela. 5 Assistência Econômica e Militar prestada pelos Estados Unidos

	Total Assistance	% of Total	Economic Assistance	% of EA	Military Assistance	% of MA
1	Afghanistan	26.1%	Afghanistan	8.4%	Afghanistan	57.5%
2	Israel	6.1%	Haiti	4.0%	Israel	16.8%
3	Iraq	4.3%	Iraq	3.7%	Egypt	7.3%
4	Pakistan	3.4%	Kenya	3.2%	Iraq	5.4%
5	Egypt	3.0%	Pakistan	3.2%	Pakistan	3.8%
6	Haiti	2.5%	South Africa	2.4%	Jordan	1.8%
7	Kenya	2.1%	Ethiopia	1.9%	Colombia	0.9%
8	Jordan	1.7%	Philippines	1.8%	Mexico	0.5%
9	South Africa	1.5%	Tanzania	1.8%	Lebanon	0.4%
10	Philippines	1.2%	Sudan	1.7%	Somalia	0.4%
11	Ethiopia	1.2%	Jordan	1.7%	South Sudan	0.2%
12	Tanzania	1.1%	Nigeria	1.6%	Russia	0.2%
13	Sudan	1.1%	Uganda	1.5%	Poland	0.2%
14	Nigeria	1.1%	West Bank/Gaza	1.5%	Philippines	0.1%
15	Uganda	0.9%	Congo (Kinshasa)	1.3%	Indonesia	0.1%
16	West Bank/Gaza	0.9%	Mozambique	1.1%	Congo (Kinshasa)	0.1%
17	Colombia	0.9%	South Sudan	1.1%	Yemen	0.1%
18	Congo (Kinshasa)	0.9%	Zambia	1.0%	Guatemala	0.1%
19	Mexico	0.8%	Mexico	1.0%	Tunisia	0.1%
20	South Sudan	0.8%	Colombia	0.9%	Georgia	0.1%

Fonte: SOWA, A. Aid to Egypt by the numbers. 2013 <https://www.cgdev.org/blog/aid-egypt-numbers>> Acesso em 10/11/2018

Sob esta forte dependência do financiamento norte-americano, e contando com um desgaste menor dentre as instituições do Estado, as Forças Armadas chegaram ao início da Primavera Árabe como um dos fatores de poder mais relevantes do bonapartismo *sui generis* egípcio. Sua atuação em meio aos protestos de janeiro de 2011 seria decisiva para moldar o desfecho posterior, marcado por dois elementos fundamentais. O primeiro foi a preservação da ascendência estadunidense sobre o Egito, e o segundo a continuidade e aprofundamento do caráter bonapartista do regime político, conforme debatido adiante.

E enquanto as movimentações do regime político de Mubarak passavam a criar contradições crescentes ao seu poder pelo excesso de favorecimento explícito de sua família, e de empresários específicos próximos ao seu círculo, o alto comando das Forças Armadas emergia antes das manifestações de 2011 como um ator visto com bons olhos

pelo establishment estadunidense. Tornava-se claro que um novo nome deveria ascender com a perspectiva de substituir Mubarak, que indicava seu filho Gamal Mubarak como o seu sucessor. No entanto, Gamal Mubarak mantinha uma posição ambivalente, enquanto as Forças Armadas nas figuras dos generais Omar Suleiman, e posteriormente de Marshal Mohamed Tantawi, já estariam desde os bastidores articulando-se para cumprir esse papel:

Em meados de 2004, quando se formou o Gabinete Nazif, Gamal Mubarak e Omar Suleiman eram os nomes mais cotados para eventual sucessão do presidente. O filho de Mubarak tornara-se, em 2002, diretor do Secretariado de Políticas Públicas do PND. O Gabinete Nazif fortaleceu Gamal Mubarak ao empreender reformas que ampliaram o poder econômico do seletivo grupo de homens de negócios próximo ao filho do presidente. Gamal Mubarak nunca declarou publicamente interesse em suceder o pai nem jamais negou essa possibilidade. A partir de 2003, acompanhou o pai em todas as suas viagens aos Estados Unidos. Representava o Egito no Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça. Analistas locais salientavam carecer Gamal Mubarak, todavia, de respaldo político suficiente para garantir transição para um sistema predominantemente civil¹⁷⁴. Nesse cenário, Omar Suleiman ampliava sua credibilidade perante interlocutores externos. À luz das atribuições da EGID em campos de política externa sensíveis para o Egito, Suleiman tornou-se principal ponto focal das autoridades de defesa e segurança doméstica americanas para terrorismo transnacional. (GONÇALVES, 2017, p.84).

Dessa forma o estamento militar apoiado pelos Estados Unidos era uma liderança chave no país, constituindo-se como um dos “poderes de fato” que atuava como parte do “Estado profundo”, segundo o qual uma articulação de distintas instituições que iam para além das ações de estratégia e defesa operam a partir de canais extraoficiais, alheios a quaisquer mecanismos de controle social.

3.5 Sistema político sob Mubarak

Os regimes bonapartistas utilizam-se de um aparente árbitro entre as classes fundamentais que concentra em sua figura o poder político de maneira autoritária, apoiando-se para isso nas Forças Armadas. Nos países de capitalismo dependente ou semicolonial, como o Egito, isso pode dar-se com a figura bonapartista apoiando-se nas massas para regatear melhores condições, e às vezes até certa autonomia, frente aos imperialismos, como foi com Nasser. Ou então apoiar-se no capital e potências imperialistas, para através de um regime bonapartista defender estes interesses contra as massas de seu próprio país, sendo este o caso de Mubarak. Desta maneira, o regime político que vigorou no Egito durante os anos de Mubarak era profundamente antidemocrático com as oposições e demais organizações políticas. Abordaremos aqui os

atores e organizações políticas que atuaram nos levantes da Primavera Árabe, tratando tanto dos que surgiram em meio ao calor do processo, como a nova confederação sindical conhecida como EFITU (*Egyptian Federation of Independent Trade Unions*), e também daqueles que a exemplo da Irmandade Muçulmana seguiram mantendo sua existência mesmo sob a repressão do regime.

As características do regime político bonapartista tornam-se explícitas a qualquer observador da política egípcia ao longo dos anos. Mubarak foi reeleito para a presidência em campanhas que não contaram com qualquer oposição nos anos de 1987, 1993 e 1999. Apenas nas eleições de 2005 Mubarak foi obrigado a concorrer com oponentes, com uma medida concedida através de emenda constitucional, por conta do desgaste que seu regime político já vinha sofrendo.

No entanto, as eleições que deram novamente a vitória a Mubarak foram encaradas como fraudulentas. Seu Partido Nacional Democrático (NDP) continuou a aumentar sua maioria de delegados na Assembleia Popular nas eleições realizadas a cada cinco anos, o que elevou ainda mais as suspeitas de manipulação. Até o ano de 2011 o regime político egípcio era composto pelo parlamento, integrado pelo Conselho Shura, que cumpria o papel de uma espécie de senado com 264 membros, dentre os quais 174 indicados por eleições diretas, e 88 nomeados pelo presidente, e a Assembleia do Povo, que seria o principal órgão legislativo, com 444 membros eleitos diretamente e 10 indicados pelo presidente. Ambos foram dissolvidos após a queda de Mubarak. Para brevar o avanço da Irmandade Muçulmana nas eleições de 2005, em 2007 votou-se um artigo que proíbe qualquer partido religioso. O sistema político no Egito seria multipartidário, com o registro de 25 organizações partidárias antes do ano de 2011, mas efetivamente não se configurava como tal. A Comissão dos Assuntos dos Partidos Políticos vigente naquele período era uma organização mista entre governo e organizações da sociedade civil, presidida pelo Conselho Shura, no qual atuavam três ministros do governo e três juízes, todos nomeados por Mubarak, com o intuito de controlar o surgimento de partidos políticos e de novas candidaturas, tendo aceitado ao longo de todo o seu governo o registro de apenas duas candidaturas, sendo a primeira a da Al-Umma em 1983 e a segunda a da Conciliação Nacional (Al-Wifak) em 2000. Todos os demais partidos que se apresentaram às eleições egípcias tiveram que recorrer à justiça, também fortemente controlada por Mubarak, tornando na prática quase impossível o estabelecimento de uma oposição articulada. (HASSAM, 2011, p. 8).

Ademais, Mubarak ainda buscou ampliar a concentração de poder em si, ao tentar nomear seu filho Gamal Mubarak como seu sucessor, contrariando o pacto firmado desde a era de Nasser de que os nomes deveriam ser parte do alto mando das Forças Armadas. Isto foi um dos elementos que fizeram com que o alto comando das Forças Armadas tenha deixado de sustentar Mubarak após os levantes de 2011. Através desta concentração de poder e apoiando-se nas Forças Armadas, Mubarak exerceu constituiu um regime bonapartista, que resultou em quase nenhuma oposição organizada para além da Irmandade Muçulmana quando ocorreram os levantes da Primavera Árabe.

A Irmandade Muçulmana vinha ganhando posições desde as eleições de 2005, quando pediram para concorrer com 200 candidatos a 444 cadeiras na Assembleia do Povo, para os quais obtiveram permissão de lançarem 120, tendo conseguido eleger 34 deles no primeiro turno, com um pleito de baixo quórum. Mas o resultado bem-sucedido da Irmandade Muçulmana encorajou outros setores a votarem no segundo turno, possibilitando que ganhassem mais 42 assentos. A reação do regime não tardou, culminando em 1700 detidos, vários mortos e centenas de feridos. Mesmo assim os números de representantes na Assembleia do Povo subiram de 17 no ano de 2000 para 88 em 2005. Com essa movimentação Mubarak buscava responder à pressão do governo estadunidense por eleições relativamente mais abertas em 2005 no contexto da guerra ao terror, devolvendo a contradição aos Estados Unidos, ao possibilitar que a Irmandade Muçulmana ganhasse cadeiras, sem que no entanto houvessem mudanças qualitativas no próprio regime, mas que servisse de aviso a Washington e seus aliados de que eleições e a democratização do sistema egípcio poderiam se tornar uma fonte de contradições para seus interesses regionais, na medida em que ampliaria-se a localização das organizações do Islã político. (SHARP, 2009). Dessa forma, as eleições de 2005 não alteraram as bases da dominação bonapartista que marcaram o regime político de Mubarak, mas anteciparam o papel que a Irmandade Muçulmana teria antes, durante e depois dos levantes de 25 de janeiro de 2011.

3.6 A trajetória do movimento dos trabalhadores antes da Primavera Árabe

Contrariamente à noção propagada durante a campanha de Guerra ao Terror segundo a qual os países árabes teriam como denominador comum uma espécie de vocação ao fanatismo religioso, o Egito mantinha uma longa de tradição de organização

do movimento de trabalhadores. Uma primeira tentativa de articulação das organizações dos trabalhadores tendo como demanda o fim do mandato britânico na década de 1930:

O surgimento de um movimento operário totalmente independente estava ligado reciprocamente ao renascimento do comunismo no Egito. Na segunda metade da década de 1930, as ideias comunistas foram reintroduzidas por migrantes italianos e gregos e intelectuais judeus. A partir da década de 1940, essa 'segunda onda de comunismo' concedeu à luta proletária uma perspectiva política e preencheu a lacuna entre uma camada de *effendiyya* nacionalista radicalizada e os trabalhadores. Entre 1942 e 1952, o "partido" político dos trabalhadores, em seu sentido amplo, foi representado por várias organizações, das quais as mais influentes foram o Partido Comunista do Egito, o Grupo de Libertação do Povo, Iskra, o Movimento Egípcio de Libertação Nacional (EMNL) e New Dawn. (...) após a Segunda Guerra Mundial trabalhadores, apoiados por comunistas, nacionalistas de esquerda e, às vezes, na Irmandade Muçulmana organizaram-se uma série de greves e protestos econômicos e políticos, que geraram organizações em todo o país, como o Comitê Nacional de Trabalhadores e Estudantes (NCWS). A coalescência do movimento operário e nacionalista construiu um novo e mais radical contra bloco nacional-popular com os sindicatos e a *effendiyya* (maneira respeitosa de tratar os altos funcionários, sábios e mestres durante o Império Otomano) comunista e nacionalista de esquerda como seu 'núcleo duro' e a Irmandade como seu aliado em algum momento. (SMET, 2016, p. 220)

Esta primeira onda de organização do movimento operário egípcio se daria antes da ascensão de Nasser, e seria um produto do desenvolvimento desigual e combinado que marcou o surgimento do capitalismo egípcio, altamente suscetível à ingerência externa britânica, francesa, e posteriormente estadunidense. No entanto, esta primeira tentativa de articulação de organizações de trabalhadores não foi capaz de impor uma derrota à aliança entre os setores que aspiravam instaurar no Egito uma monarquia títere e os britânicos, e conquistar o fim do colonialismo. A Irmandade Muçulmana, que já cumpria um importante papel, auxiliou esta derrota na medida em que prestou um apoio apenas vacilante ao movimento. Ademais, tal como havia ocorrido durante a revolução chinesa derrotada em 1926, a orientação dos comunistas egípcios inspirados em Stalin de colocar-se detrás de setores da burguesia nacional, minando sua independência, atuou igualmente contra o desenvolvimento de uma estratégia de libertação nacional. (BEININ, 1996, p. 254). Como foi posto no capítulo 1 o regime de Nasser se assentou sob o controle do movimento dos trabalhadores, paralisando suas iniciativas independentes, e utilizando a Federação Geral dos Sindicatos Egípcios como um organizador da sustentação do regime político:

Os órgãos de controle social canalizaram benefícios como acesso a esquemas de assistência social no local de trabalho para os trabalhadores e trabalharam

juntos com os empregadores estatais para reforçar a 'paz social' no local de trabalho. Como órgãos de controle político, eles agiram como uma máquina eleitoral para o partido no poder, controlando as nomeações para os 50% dos assentos no parlamento reservados a 'trabalhadores e camponeses' e um mecanismo para mobilizar um exército de palcos de partidários aparentemente leais do regime sempre que necessário. O regime achou necessário fazer uma demonstração de sua 'base de massa'. Consistente com esses dois papéis, a burocracia sindical agiu impiedosamente em conjunto com o aparato repressivo do Estado para esmagar as tentativas dos trabalhadores de organizar ações coletivas e construir suas próprias organizações independentes. (ALEXANDER, 2012, p. 111)

Dessa maneira, esta variação do Estado integral entendido no sentido gramsciano articulou no Egito as bases de poder, que sofreria um abalo significativo apenas após o fim da estabilidade constituída durante o regime bonapartista nasserista. Com a morte de Nasser em 1970 o Egito tem um novo auge da luta de classes, que havia sido fermentada pelo descontentamento com a derrota militar de 1967, sendo um primeiro capítulo da passagem das organizações nacionalistas e da esquerda para o islamismo como principais referências de resistência junto aos trabalhadores e ao povo egípcio. Esta segunda onda de levantes dos trabalhadores duraria até 1977:

Em fevereiro de 1968, os trabalhadores de Helwan entraram em greve contra as sentenças leves recebidas pelos oficiais egípcios que foram considerados responsáveis pela derrota de 1967. Trabalhadores de outros locais de trabalho e estudantes de todas as universidades do Cairo juntaram-se protesto. Em novembro, os estudantes organizaram ações contra os planos de reforma educacional e a favor da expansão das liberdades políticas, ocupando a Universidade de Alexandria. Em 1969, reuniões de massa organizadas por esquerdistas em Helwan reuniram cerca de 4.000 ou 5.000 trabalhadores discutindo questões políticas e econômicas. O crescente movimento de massas vindo de baixo entraria em conflito com as transformações neoliberais de cima. (SMET, 2016, p.269)

Mas tais processos não teriam continuidade, muito embora tivesse ajudado a forjar uma tradição de luta de classes no Egito. Durante o governo de Sadat parte da burocracia sindical que havia sido favorecida por Nasser ensaia passar à oposição. A resposta do novo governo foi a perseguição a estes setores, que colocou parte da burocracia de esquerda na clandestinidade durante os anos 1971 e 1972, abrindo caminho para o início das reformas neoliberais, e para o alinhamento crescente com os Estados Unidos no plano externo. Sadat cria o Partido Nacional Democrata que se tornou o partido no poder do Egito, e centraliza ainda mais o poder em suas mãos. A década de 1970 foi repleta de greves contra a retirada de direitos, e o programa econômico de *intifah*. Os camponeses também protagonizaram enfrentamentos que se generalizaram durante o ano

de 1975, contra o fim da divisão de terras que havia sido legada pela reforma agrária nasserista. (YOSSEF, CERAMI, 2015)

Do ponto de vista político, o fim do nasserismo também abriu caminho para o surgimento de novos partidos de esquerda. Dentre eles os mais relevantes seriam o Tagammu e o Partido Comunista Egípcio (ECP). O Tagammu fundado em 1976 havia sido estruturado para ser parte do regime, que caminhava para ser um multipartidarismo controlado, e tinha como orientação a defesa do direito de greve e de liberdades políticas, sendo por isso reprimido por Sadat que encarcerou 200 militantes em 1977. Já o ECP se constituiu como uma organização multifacetada, que reunia distintos setores entre nacionalistas e comunistas que estiveram ao lado dos estudantes em distintos enfrentamentos duros contra o regime no final da década de 1970. No entanto, estas organizações não eram coesas ideologicamente para se contrapor de maneira contundente ao regime de Sadat:

O fato de as massas poderem ser rapidamente desmobilizadas foi devido à fraqueza organizacional e ideológica das organizações proletárias e nacionais populares. Embora houvesse atividade política quase febril entre trabalhadores e ativistas de esquerda durante esta década, era impossível em tão curto período de tempo para a classe trabalhadora desenvolver-se, por si só, de sua condição corporativa destruída em uma força hegemônica independente. A expressão política autônoma da classe trabalhadora foi erradicada durante a era nasserista e teve que ser forjada na própria luta. Isso foi complicado pela falta de entendimento posição dos esquerdistas do caráter de seus oponentes e de suas próprias tarefas na luta. (SMET, 2016, p. 278)

Durante a década de 1980 já sob os anos de Mubarak operou-se uma reconfiguração na esquerda egípcia, com ativistas abandonando o Tagammu e o ECP por conta de sua adaptação ao regime. Assim, nasce o grupo Socialistas Revolucionários por um lado, que organizou o setor marxista crítico ao stalinismo, enquanto os nacionalistas também deixariam o Tagammu e formariam o Partido Nasserista Democrático Árabe. Já o partido Karama (Dignidade) priorizaria os enfrentamentos de rua. Novas associações sindicais também se formaram ao longo dos anos 1990 mesmo sob repressão estatal, como o Centro de Serviços Sindicais e Trabalhadores (CTUWS), com sede em Helwan, com foco em oferecer serviços, campanhas de solidariedade e educação aos trabalhadores (BEININ, HAMALAWY 2007).

Concluindo, antes da revolta de 25 de janeiro, já havia um movimento independente e vibrante dos trabalhadores no Egito. Entre 2004 e 2010, cerca de 2 milhões de trabalhadores entraram em greve. O movimento dos trabalhadores organizados foi a principal força dentro de um amplo movimento social que reunia "trabalhadores, agricultores e quase todo mundo". Desde que

o Estado desistiu com seu compromisso com o pleno emprego, a diminuição constante e a proletarização da força de trabalho agrícola não foram compensadas com o aumento de empregos industriais. Enquanto a contribuição da manufatura para o PIB foi maior em 2007 do que em 1982, o número de trabalhadores no setor industrial havia declinado. O setor formal e informal de "serviços" absorveu grande parte do trabalho proletarizado. (SMET, 2016, p. 308)

Porém, como será desenvolvido abaixo estas organizações restringiam-se a uma pequena influência, desenvolvendo-se à margem das amplas camadas dos trabalhadores e dos setores populares, sobretudo se comparado ao trabalho de criação de redes de solidariedade articuladas pela Irmandade Muçulmana.

Capítulo 4 - A Primavera Árabe no Egito: da Praça Tahrir a ditadura cívico-militar

Uma vez delineados os nortes fundamentais da economia política praticada durante os anos de Mubarak, e seus efeitos sociais e políticos, passamos agora ao exame das organizações atuantes durante a Primavera Árabe, e de da dinâmica que o levante egípcio assumiu em todas as suas etapas. Neste capítulo nos detemos no exame das formas que o Islã Político, como corrente que ocupou grande parte da localização cabível outrora ao nacionalismo árabe laico, tomou no Egito com a Irmandade Muçulmana, de modo a lançar luzes sobre as contradições atuantes durante o seu primeiro governo. Também é tratado aqui a dinâmica dos movimentos que culminaram na ocupação da Praça Tahrir, durante os eventos de 25 de janeiro de 2011, e de seu posterior refluxo.

O recorte temporal deste capítulo vai até a ascensão da ditadura cívico-militar em 2013, em que serão examinados os papéis protagonizados pelos atores fundamentais, internos e externos, para a conformação de uma nova ditadura, que é um marco no encerramento do momento revolucionário da Primavera Árabe. Neste capítulo também traçamos um balanço teórico-político sobre os resultados deste processo.

4.1 Organizações políticas islâmicas e atores sociais da Primavera Árabe

O papel da Irmandade Muçulmana como um dos atores de relevância na consolidação da Primavera Árabe não ocorre por acaso. A Irmandade Muçulmana egípcia era uma das organizações que se constituíram como parte do fenômeno do “Islã Político” tal como definiu Samir Amin, que crescentemente foi se desenvolvendo em distintos países do mundo islâmico, e em particular no mundo árabe como subproduto da decadência do nacionalismo pan-arabista, que era laico por excelência. Fundada em 1928 no Egito foi a primeira organização do Islã Político, por apresentar uma estrutura organizacional moderna, e um programa de inspiração fundamentalista islâmico. Dessa forma, organizações como o Hamas palestino, o Hezbollah libanês, e a própria Irmandade Muçulmana egípcia seriam expressões do Islã Político, que ampliaram sua participação na política e em alguns casos em governos e na própria administração estatal de determinadas nações. O conceito de Islã Político, que não difere em si as frações xiitas ou sunitas abarcando ambas, foi cunhado em um momento marcado pelas tensões abertas

no sistema internacional pelo 11 de Setembro sendo uma resposta à teorização que identifica o islamismo como uma das maiores ameaças aos Estados Unidos e aos valores ocidentais. (AMIN, 2011)

As concepções de que os muçulmanos seriam ameaças em potencial, haviam sido elaboradas já desde a década de 1990 pelo historiador britânico Bernard Lewis²¹, que se transformou em uma espécie de guia teórico dos neoconservadores. Estas correntes se ampliaram sobretudo após a sistematização destas mesmas teses por Samuel Huntington em sua obra *Choque de Civilizações*, e serviram como justificativa teórica para a política externa estadunidense durante os anos de George W. Bush. Embora a instrumentalização da política não se restrinja ao islamismo, como analisou Gilles Kepel em *A Revanche de Deus*, obra em que analisa como este é um movimento que se aprofunda desde os anos 1970 e envolve também as distintas frações do cristianismo, foi nos países árabes que isso serviu para a justificativa da plataforma política estadunidense de guerra ao terror.

Ainda que a definição oferecida por Samin Amin sobre o Islã Político seja muito heterogênea, já que inclui desde a monarquia saudita até organizações com bases populares, como o Hamas palestino, a categoria explícita a disseminação desta variante política, que ao contrário do que o senso comum crê era menos expressiva antes da década de 1970. A significação empregada por Samir Amin congrega algumas características. Dentre estas, as mais relevantes são o caráter similar ao surgimento da teologia que não predica a emancipação, mas a submissão; ideologicamente se manifestam como vertentes reacionárias que defendem o retorno ao passado. De um ponto de vista mais abrangente englobando seus aspectos econômicos seriam complementares ao neoliberalismo, e por isso funcionais ao estabelecimento de autocracias, podendo atuar

²¹Segundo Lewis: “O Corão, por exemplo, deixa claro que há um dever de obediência: “Obedeça a Deus, obedeça ao Profeta, obedeça àqueles que detêm autoridade sobre você”. E isso é elaborado em vários ditos atribuído a Muhammad. Mas há também ditos que estabelecem limites estritos ao dever de obediência. Dois ditos atribuídos ao Profeta e universalmente aceitos como autênticos são indicativos. Um diz: “não há obediência no pecado”; em outras palavras, se o governante ordena algo contrário à lei divina, não somente não há dever de obediência, mas há um dever de desobediência. Isso é mais do que o direito de revolução que aparece no pensamento político ocidental. É um dever de revolução, ou pelo menos de desobediência e oposição à autoridade. O outro pronunciamento, “não obedecer uma criatura contra o seu criador”, limita novamente a autoridade do governante, qualquer que seja a forma de governante que possa ser”. Dessa maneira ele teoriza como o Corão forneceria as bases para um duplo posicionamento dos muçulmanos, marcada fundamentalmente pela subserviência no plano interno, entendido ainda como preceito religioso, combinada ao dever de oposição e desobediência, o que poderia ser instrumentalizado contra o mundo Ocidental, considerado “infel”. (LEWIS, B. Freedom and Justice in the Modern Middle East, Foreign Affairs, p. 38, 2005)

em benefício das burguesias rentistas, sejam estas as locais ou de potências neocoloniais. E, por último, tal como ocorre com o cristianismo, o discurso religioso nas vertentes do Islã Político serve para a legitimação de um determinado grupo que almeja o poder político. Assim, para Samir Amin haveria uma espécie de divisão do trabalho entre as organizações moderadas, como a própria Irmandade Muçulmana, das organizações que privilegiam as ações das organizações terroristas, como a Al Qaeda e o posterior ISIS. (AMIN, 2007).

A observação de Samir Amin de que o Islã Político pode ser instrumentalizado para a garantia de interesses de classes capitalistas locais e neocoloniais se demonstraria correta no decorrer dos levantes egípcios. Analisado de um ponto de vista de classe o surgimento das diversas correntes do Islã Político, incluindo aí a Irmandade Muçulmana egípcia, e sua disseminação nos anos 1970 tinham uma composição que mesclava as camadas da classe média urbana empobrecida como base, mas representantes ligados às classes detentoras em suas cúpulas. Um dos fatores é a acensão da vertente wahhabita-islâmica proveniente da Arábia Saudita:

(...) a politização do Islã durante esta década não se restringiu à revolução iraniana, apesar de ser este o caso mais dramático. Cinco anos antes, logo após a Guerra de Outubro de 1973, a consagração do poderio financeiro saudita havia permitido à corrente wahhabita-islâmica, puritana e socialmente conservadora, difundir-se amplamente e conquistar uma posição de destaque na expressão internacional do Islã. (...) Essa corrente tomou a dianteira em relação ao nacionalismo progressista dos anos de 1960, reorganizou os quadros religiosos favorecendo as associações e os ulemás que lhe declaravam obediência, e ao injetar recursos financeiros consideráveis no movimento islâmico angariou muitos adeptos. (...) Não podemos reduzir o movimento do islamismo político dos anos 1970 a um movimento revolucionário ou antimperialista. (KEPEL, 2003, p.90-91)

Decerto que a Irmandade Muçulmana egípcia logrou manter sua existência, e mesmo ampliar seus laços com a população mediante a erosão do nacionalismo árabe de orientação laica, embasada nas Forças Armadas, da qual Nasser, mas também Mubarak haviam saído como representantes. Fundada em 1928 por Hassam al-Banna, a Irmandade Muçulmana de orientação sunita ganha uma inserção significativa não apenas no Egito, como em todos os países árabes e muçulmanos, retomando a noção de Umma, segundo a qual se haveria que criar uma comunidade religiosa unificada, derivada dos princípios básicos do Islã. Hassam al-Banna conseguiu semear a “lealdade política da Irmandade Muçulmana em três dimensões: a lealdade para com o país, para com o arabismo e para com o Islã”. (ZAHREDDINEI, PIRES, 2016, p.119). Sobretudo durante o período que precede os anos 1970 a Irmandade Muçulmana fugia do paradigma do culto e do pietismo,

defendendo uma variante de modernização islâmica, que deveria trazer ao Egito e ao mundo islâmico um outro modelo de desenvolvimento oposto ao europeu.

De fato, se considerarmos a modernidade como a separação e a independência entre os aspectos sociais, políticos, religiosos, culturais, etc, a proposta dos Irmãos Muçulmanos dos anos de 1930 e de seus herdeiros atuais caminha em sentido oposto, porque funde em um único bloco “total e completo” a sociedade, o Estado, a cultura, e a religião da qual tudo se origina. A ordem social que eles almejam é livre de contradições; os partidos políticos não merecem ser considerados, pois eles quebram a união da comunidade de fiéis e a tornam vulnerável aos inimigos do islã. Assim, os Irmãos Muçulmanos conseguiram ao mesmo tempo se infiltrar particularmente bem no grupo social politicamente alienado, marginalizado e descontente (a pequena burguesia urbana, os funcionários de baixo escalão, os professores) e manter relações cordiais com a Corte do Rei Faruk no Egito. (KEPEL, 2003, p. 54)

Hassam al-Banna, fundador da Irmandade Muçulmana egípcia, ligou-se aos sauditas já no início de sua organização, com quem colaborou regionalmente. Após a então monarquia egípcia tornar a Irmandade Muçulmana ilegal em 1948 emigra para Riad. Esta relação entre a monarquia saudita e a Irmandade Muçulmana se sustentou, inclusive através de financiamento, até a revolução iraniana de 1979, responsável por um impulso importante do fundamentalismo islâmico. Assim, a disseminação regional da Irmandade Muçulmana se alimentava do impulso da revolução iraniana, mas também seria parte também da própria estratégia de contenção estadunidense em meio à Guerra Fria, devidamente apoiada pela monarquia saudita:

Um dos instrumentos da aliança anti-Nasser, anticomunista entre o reino saudita, os Irmãos Muçulmanos e os Estados Unidos foram forjados com a fundação da Liga Mundial Muçulmana em Meca em 1962. A Liga reuniu, sob patrocínio Wahhabi, vários grupos e correntes islâmicos, entre eles a Irmandade Muçulmana Egípcia e os outros ramos que os Irmãos Egípcios ajudaram a estabelecer em vários países árabes e em outras partes do mundo. Desde muito cedo, o genro de Banna, Said Ramadan, desempenhou um papel de liderança na criação da rede internacional da Irmandade. Posteriormente, ele se tornou um dos principais líderes de suas atividades na Europa e também ajudou a fundar a Liga Mundial Muçulmana. (ACHCAR, p.98. 2013)

No Egito após se expandir durante toda a década de 1940 a Irmandade Muçulmana foi dissolvida no ano de 1948 acusada de causar sedição nacional, o que foi respondido pela organização com o assassinato do primeiro ministro Mahmud Fahmi al-Nuqrashi. No entanto, a organização continuou agindo na clandestinidade, e se expandindo regionalmente, até o momento em que Nasser dá o golpe contra o Rei Farouk, transformando o panorama do Egito. A queda da decadente monarquia é amplamente saudada pela pequena burguesia urbana que também era a base da Irmandade Muçulmana,

o que fez com esta assumisse uma posição ambivalente. Em um primeiro momento apoiou o movimento de deposição de Farouk, mas em seguida a Irmandade Muçulmana percebe que o projeto laico de Nasser choca-se com a sua concepção de como deveria-se ordenar a sociedade egípcia. Em outras palavras, a Irmandade Muçulmana “expressa a contradição entre sua ideologia e sua base social”. (KEPEL, 2003, p.56)

Por sua vez, Nasser buscou cooptar alguns referentes importantes da Irmandade Muçulmana sem sucesso. Assim durante o período nasserista, que seria também o auge do nacionalismo árabe laico, as relações com a Irmandade Muçulmana foram de grande tensão. Mas em 1954 ele próprio sofreu um atentado imputado a um membro da organização, o que a colocou novamente na ilegalidade. A hegemonia nasserista dos anos 1950 e 1960 parecia indicar que a Irmandade Muçulmana entraria para a história como pouco mais que um resquício colonial, e suas fileiras reduziram-se qualitativamente. Como expressão deste processo após o atentado a Nasser vinha concomitante a ascensão de novas lideranças mais radicais no interior da Irmandade Muçulmana, dentre as quais a do ideólogo Sayyid Qutb, que advogava em nome de um enfrentamento aberto com o regime. Com a derrota fragorosa da Guerra dos Seis Dias em 1967 a Irmandade Muçulmana teve condições de reviver, e angariar parte do descontentamento popular por esta derrota para Israel. (ZOLLNER, 2009, sp).

Com Sadat essa relação se transforma qualitativamente, já que também nesta esfera ele buscou se distinguir do nasserismo, primeiro declarando-se como um homem religioso, disseminando escolas religiosas e incluindo os preceitos da *sharia*, isto é, a fé islâmica traduzida para a política, na Constituição de 1971, culminando posteriormente na anistia da Irmandade Muçulmana e na libertação dos detidos desta organização entre os anos de 1971 e 1975. (WICKHAM, 2013, p. 30).

Assim, quando se inaugura a era de Mubarak há de início uma primeira movimentação no sentido de afrouxar a perseguição à Irmandade Muçulmana, que fazia com que a repressão dura fosse seletiva. A estratégia adotada por Mubarak seria a de separar as alas mais radicais do movimento islâmico, das moderadas, abrindo uma margem controlada de atuação para essas frações. Às alas abertamente radicais estariam reservadas as tratativas típicas do bonapartismo ancorado na Lei de Emergência, com o encarceramento arbitrário e o impedimento do direito de reunião e organização. Às demais a primeira tratativa seria o intento de cooptação. Em 1981 Mubarak concede clemência a um setor da Irmandade Muçulmana que estava encarcerada, e durante esta década uma parte se juntaria à Jihad afegã na Arábia Saudita.

Conforme a situação avança, membros jovens da Irmandade disputam postos nos movimentos estudantis das universidades do Cairo. Paulatinamente os recursos financeiros da Irmandade Muçulmana expande-se, e se combina ao fortalecimento da burguesia religiosa:

Desde meados dos anos 1980 a maior parte das 22 associações ou sindicatos profissionais do Egito passou a ser controlada por seus jovens membros, ligados aos Irmãos Muçulmanos. (...) Essa penetração nas profissões liberais e entre os “especialistas” aliou-se ao enriquecimento da burguesia religiosa, cuja prosperidade estava associada aos bancos islâmicos e às sociedades islâmicas de aplicação de fundos, então em crescimento. O Banco Faissal Islâmico do Egito criado em 1977 correspondia perfeitamente a esse perfil. Presidido por um príncipe saudita, filho do rei Faissal (...) o banco exigia um depósito mínimo de duzentos dólares, o que na época correspondia a várias vezes o valor mensal de um professor universitário no Egito. Isso significava que o alvo primário do banco era a clientela formada pelos possuidores de divisas, ou seja, os expatriados que se preocupavam de ver suas finanças prosperarem de acordo com os preceitos da *sharia*. (KEPEL, 2003, p. 409)

No caso egípcio essas organizações foram encorajadas pelo próprio Mubarak, que as viam como formas de controlar a classe média religiosa. Porém, a partir de 1988 o governo começou a temer a amplitude de tais sociedades de crédito, que poderiam caso as organizações islâmicas se tornassem desgostosas dos rumos do governo patrocinar um golpe. Dessa maneira, neste ano o governo egípcio impõe a mudança das regras para sua estruturação, e os depositantes temerosos retiram dali seus investimentos. Assim, no final da década de 1980 esta política se reverteria em perseguição aberta a toda Irmandade Muçulmana novamente, apesar de sua ala majoritária ter declarado que abandonaria a violência desde a década de 1970.

No plano da geopolítica regional também se abriria uma segunda crise viria com a Arábia Saudita durante a Guerra do Golfo em 1990. Naquela ocasião Riad atuou como aliado estratégico dos Estados Unidos, enquanto a Irmandade Muçulmana e as organizações relacionadas se opuseram de maneira contundente à ofensiva, e um arco amplo de organizações que incluía inclusive a Al Qaeda rompem com os sauditas a partir de então. (COGGIOLA, 2016). Tal influência foi substituída pelo Qatar, que manteve sua ascendência sobre a Irmandade Muçulmana egípcia em prol dos interesses dos Estados Unidos, criando laços econômicos de sustentação significativos. A trajetória de uma das figuras mais proeminentes da Irmandade Muçulmana egípcia materializa bem esta relação

entre esta organização, e seus financiadores locais, variando entre a monarquia saudita, ou o emir do Qatar:

Reconhecido no Egito como um dos principais membros da Irmandade depois de seu ressurgimento público sob Sadat, Qaradawi foi em três ocasiões, de acordo com seu próprio testemunho, convidado a assumir a liderança da organização, em 1973, em 1986 e novamente em 2003. Ele recusou a oferta a cada vez, preferindo o papel de “guia e preceptor da inteira Umma” (a comunidade dos fiéis) à guia geral dos Irmãos Muçulmanos do Egito. A aliança entre o emir e o pregador é uma versão posterior entre Muhammad bin Saud e Muhammad bin Abdul- Wahhab, o fundador do movimento religioso-tribal do século XVIII, ao qual o regime saudita traça suas origens. Ele desempenhou um papel central na condução da política externa de seu país por Hamad bin Khalifa Al Thani. Assim como outros magnatas adquirem times de futebol, o emir patrocinou os Irmãos Muçulmanos, que seus vizinhos sauditas haviam repudiado menos de cinco anos antes de assumir o poder. Ele comprou assim a lealdade de uma grande força: uma rede de organizações que não apenas cobre toda a região árabe, mas também se estende bem além dela, e alcançou, na maioria dos países árabes, uma posição hegemônica quando se trata de canalizar o descontentamento popular. (ACHCAR, 2013, p.103)

No decorrer das décadas seguintes, em especial nos anos 1990 o Egito foi o palco de vários eventos violentos, produto das disputas internas entre a liderança oficial Hassan al-Hudeibi e Umar al-Tilmisani da Irmandade Muçulmana, que adotavam uma orientação gradual e reformista do processo de islamização, privilegiando a atuação parlamentar, e aqueles que tal como Sayyid Qutb combatiam violentamente o Estado. Novamente isso culminaria em novo atentado contra o próprio Mubarak. Dentre os exemplos mais emblemáticos deste momento, figura o atentado de Luxor em 1997 quando 58 turistas estrangeiros foram assassinados. Muito embora Mubarak contasse com apoio da população para reprimir os atentados e seus autores, não pôde atuar de maneira eficaz para isolar as alas moderadas do Islã Político, dentre as quais a própria fração oficial da Irmandade Muçulmana. Cada vez mais as organizações islâmicas de orientação moderada penetravam crescentemente nas classes médias e baixas do país, conforme se elevava o descontentamento com a economia política aplicada por Mubarak, fazendo com que fossem vistos como “agentes efetivos de mudança social e política, desenvolvendo instituições socioeconômicas alternativas e participando do processo político, demonstrando sua força na construção de instituições e mobilização popular” (ESPOSITO & VOLL, 1996, p. 178).

Entretanto, cabe ressaltar que a definição da ala oficial da Irmandade Muçulmana como moderada, é válida quando se remete à comparação com as organizações jihadistas islamistas. Decerto no decorrer dos anos a Irmandade Muçulmana

foi adotando uma orientação crescentemente orientada ao parlamento, o que se aprofunda com a percepção da decadência de Mubarak, incluindo as rusgas com os neoconservadores estadunidenses nas eleições de 2005. Mas isso não significava que pudesse ser comparada com uma organização política reformista de tipo socialdemocrata, ou mesmo com os movimentos latino-americanos que se disseminaram em distintos países em base a um projeto terceiro-mundista. Como assinala Samir Amin:

A Irmandade Muçulmana corresponde à única força política que o regime não apenas havia tolerado a sua existência, mas também apoiado ativamente o seu desenvolvimento. Sadat e Mubarak tinham-lhe entregue a gestão de três instituições fundamentais: a educação, a justiça e a televisão. A Irmandade Muçulmana nunca foi e não pode ser *moderada*, e menos ainda *democrática*. O seu chefe – o *mourchid* (tradução árabe de *guia*) – é autoproclamado e a organização funda-se à luz do princípio da disciplina e da execução das ordens dos chefes, sem possibilidade de discutir. Daí verifica-se que: a *direção* é constituída exclusivamente por homens extremamente ricos (graças, entre outras coisas, ao apoio financeiro da Arábia Saudita, quer dizer de Washington); o *enquadramento* por homens procedentes das frações obscurantistas das classes médias; a *base* por pessoas do povo recrutadas pelos serviços sociais de caridade oferecidos pela confraria (e financiados sempre pela Arábia Saudita); e, por fim, o *braço armado* é constituído pelas milícias (os baltaguis) recrutadas no lumpen. A Irmandade Muçulmana é fiel a um sistema econômico baseado no mercado e totalmente dependente do exterior. Ela é, com efeito, um componente da burguesia compradora. Aliás, tomou posição contra as grandes greves da classe operária e as lutas dos camponeses para conservar a propriedade das suas terras. A Irmandade Muçulmana é, portanto, *moderada* na medida em que sempre recusou formular um programa econômico e social qualquer – o que, por um lado, não repõe em causa as políticas neoliberais reacionárias e, por outro, aceita a submissão às exigências do desdobramento do controle dos Estados Unidos no mundo e na região. Ela é, portanto, um aliado útil para Washington que lhe concedeu um “certificado de democracia”! (AMIN, 2010, p.235)

Muito embora a Irmandade Muçulmana tenha penetrado na sociedade egípcia fruto de suas ações assistenciais, conferindo-lhe um caráter de base popular, a relevância que Samir Amin concede para a composição de classe de sua direção revela-se muito significativa para uma justa apreciação da natureza desta organização. A posterior experiência com o breve governo de Mohamed Morsi após a queda de Mubarak, como será debatido adiante, demonstrou ser novamente uma confirmação de que sua direção não corresponderia aos anseios de parte de sua base social. O financiamento contínuo garantido por petrodólares sauditas, e mesmo de capital estadunidense, o comprometimento com uma ordem econômica cuja desigualdade social se eleva drasticamente e apresentava características estruturais. Também assim foi com a tentativa de responder à essa realidade através da promessa da religião, embasando a defesa da

sharia foram elementos importantes que fizeram com que a Irmandade Muçulmana não pudesse se consolidar solidamente como a resposta aos levantes da Primavera Árabe.

No entanto, metodologicamente é importante realizar a devida separação entre a cúpula dirigente, e a base da Irmandade Muçulmana no que se refere a interesses e composição de classe. Uma ilustração disso foi o papel da ala jovem da Irmandade Muçulmana, que havia se constituído de maneira organizada em 2008 a partir da crítica à postura adotada pela direção tradicional do movimento, que buscava constituir um partido político próprio, e em face aos avanços eleitorais de 2005 pactuaram com o regime de Mubarak iniciativas para dissuadir os Estados Unidos de pressionar por mais abertura eleitoral. Quando no ano de 2010 Mohamed Badie, um conservador tradicional foi eleito como guia supremo da organização e negou-se a atender aos grupos opositores que chamavam o boicote às eleições pelas suspeitas de fraude, tendo ainda perdido os postos parlamentares para os quais a Irmandade Muçulmana havia sido eleita, a ala jovem da organização, proveniente em grande escala das principais universidades do país, desacatou explicitamente a direção do movimento. Dessa maneira, quando os chamados para as manifestações contra o regime de Mubarak se espalharam pelas redes sociais em 25 de janeiro de 2011, a ala jovem da Irmandade Muçulmana se somou e replicou o chamado entusiasticamente, sendo um dos mais importantes atores dentre os que atuaram nas manifestações. (KANDIL,2011, p.168).

4.2 Movimentos e atores da Praça Tahrir

Além da Irmandade Muçulmana grupos provenientes do novo ativismo digital, como os já mencionados “Todos somos Khaled Said”, articulado a partir do Facebook, e o Movimento Jovem 6 de Abril, constituído em apoio às greves ocorridas no ano de 2008, sobretudo a partir de algumas cidades industriais da região do Delta. Ligados àquele, outro grupo atuante nas manifestações de 25 de janeiro de 2011 foram os membros de novas organizações de esquerda, cujas alas também mais jovens emergiam no interior do Partido Comunista mediante um processo similar ao da juventude da Irmandade Muçulmana. No entanto, a qualidade da crise entre a direção e a juventude dessa organização era bem diferente. Considerando que a islamização do Egito era o principal problema a ser evitado, a antiga direção do Partido Comunista havia firmado pactos e na prática atuava em unidade com o regime de Mubarak em distintas ocasiões. Muito embora a nova esquerda adotasse uma posição essencialmente progressista, não pôde

servir como um elo de conexão entre o movimento político que ocupou a Praça Tahrir e as potentes greves de Alexandria, atuando dessa maneira para que as feições de classe das mobilizações que levaram à derrubada do regime fossem difusas. (BAYAT, 2017).

Ainda que o movimento dos trabalhadores tenha sido muito ativo nos anos que precederam a queda de Mubarak, e durante o processo tenham feito diversas greves e criado comitês locais, não houve possibilidade de que fossem o sujeito social à frente do processo, o que poderia ter aberto uma dinâmica revolucionária mais clara, e abriria outras possibilidades de desfecho, quiçá distinta da eleição da Irmandade Muçulmana, e do subsequente retorno a uma ditadura cívico-militar em 2013. No entanto, faltava ao movimento de trabalhadores a unidade, estratégia e organização que lhe possibilitasse isso:

Aquilo que levou os trabalhadores a criar novos comitês locais e a eleger novos dirigentes foi a necessidade não só de fugir ao controle dos sindicatos estatais (na sua maioria considerados corruptos ou cúmplices dos gestores públicos e privados), mas também de convocar uma série de greves de muitos dias, de maneira a resistir à repressão estatal e ao contra-ataque do patronato. Este tipo de greve exige um nível de organização mais elevado, uma vez que obriga os trabalhadores a criar mecanismos para pernoitar e providenciar refeições diárias nos locais de trabalho, bem como para os proteger, e exige também uma direção capaz de manter os trabalhadores motivados e unidos durante períodos mais longos. Embora as reivindicações dos trabalhadores fossem essencialmente de natureza econômica, não foi incomum a apresentação de reivindicações de caráter político, e menos incomum ainda as denúncias contra o regime de Mubarak e a repressão do Estado. Há ainda outros aspectos importantes a sublinhar: o movimento operário egípcio era – e continua a ser – demasiado fragmentado e desorganizado. A verdade é que ele se revelou incapaz de moldar ou encabeçar o movimento de oposição política no período anterior a 2011, tendo a sua intervenção em toda a agitação vivida nesse ano sido importante do ponto de vista quantitativo, ou seja, em função do grande número de trabalhadores presentes nos protestos de rua. (GJERGJI, 2014, sp)

O grupo reunido sob a liderança de Mohamed Al-Baradei, que havia sido chefe da Agência Internacional de Energia Atômica, era visto com bons olhos pelas potências imperialistas como uma alternativa razoável a ser alçada após instaurada a crise do regime. Baradei havia conquistado relativa autoridade junto a um setor de jovens que se alinharam em torno da Associação Nacional pela Mudança, “uma miscelânea cujo espectro ia de liberais e de islamitas progressistas a um punhado de esquerdistas, alguns filiados a partidos políticos, em particular a Frente Democrática, e muitos deles independentes”. (KALIL, 2011, p.161). Após a queda de Mubarak a aliança entre esses setores se desfez. A tensão entre o governo da Irmandade Muçulmana e os movimentos laicos de juventude, bem como o alto mando do exército, culminou no golpe cívico-militar de 2013.

E por fim, mas seguramente não menos importante, figurava o movimento dos trabalhadores organizados nas confederações sindicais. Até então a principal confederação existente seria a *Egyptian Trade Union Federations* (ETUF) criada em 1957 no auge do nasserismo, funcionando não apenas como um polo organizador dos trabalhadores, como também como um limitador de possíveis ações independentes deste setor em relação aos interesses do governo. No entanto, mesmo assim, a base dos trabalhadores seguiu ativa em todos os principais protestos e eventos da luta de classes, como o motim dos pães de 1977, durante as revoltas que se sucederam ao incêndio do Cairo em 1952, e posteriormente nas manifestações de 25 de janeiro de 2011. Como parte da onda de greves dos trabalhadores das indústrias têxteis em 2008, e da entrada em cena das paralisações dos trabalhadores do setor público, cria-se naquele mesmo ano o primeiro sindicato independente do governo, a União da Autoridade Tributária Imobiliária, que seria reconhecida legalmente em 2009. (SHENKER, 2016) Esse processo já vinha se estendendo há décadas, e marcava os momentos de ruptura do pacto de sustentação de Mubarak:

O primeiro grande aumento no número total de protestos sociais no Egito (greves, reuniões de massa, protestos e manifestações) ocorreu em 2004: havia 266 ações desse tipo naquele ano, em vez de 86 no ano anterior. O número se estabilizou em 202 em 2005 e 222 em 2006, depois subiu para 765 em 2007. Ele caiu ligeiramente em 2008, quando houve pouco mais de 700 protestos, e perseguiu esse declínio relativo em 2009 e 2010, com uma concomitante queda no número total de manifestantes em comparação com o pico de 2007 (cerca de 400.000 em 2007, contra menos de 300.000 nos anos seguintes). Estes foram, apesar do relativo declínio pós-2007, níveis impressionantemente altos de luta, especialmente quando Consideramos tanto o fato de que a luta foi perseguida em face da constante repressão, acompanhada de demissões em massa, e os resultados limitados de uma greve geral convocada para 6 de abril de 2008. Essa greve geral foi organizada em solidariedade com uma nova luta dos trabalhadores de Mahalla. Desta vez, foi severamente reprimido, no entanto, conseguiu obter promessas do governo, no entanto. Abalada pelo golpe, a luta dos trabalhadores finalmente conseguiu controlar seu ímpeto. Assim, pode-se ver facilmente que a insurreição geral desencadeada por Thus pode ser facilmente percebida que a insurreição geral desencadeada pelos acontecimentos de Sidi Bouzid, na Tunísia, em dezembro de 2010 - tanto a insurreição tunisiana quanto sua extensão, primeiro para o Egito e depois para toda a região árabe - não saiu de um céu azul claro. (ACHCAR, 2013 p. 126)

Quando as manifestações massivas iniciadas com o “Dia da Revolta” em 25 de janeiro de 2011 tomaram as ruas do Cairo e de Alexandria foi dado muito destaque para as demandas contrárias ao caráter autoritário do regime político. Mas é preciso fazer notar também que isso se mesclava com reivindicações distributivas, produto das condições socioeconômicas marcadas pela enorme desigualdade como já desenvolvido acima. Mas

os grandes meios destacaram três reivindicações que apareceriam como constantes. A primeira foi o fim da Lei de Emergência, seguidas da renúncia do Ministro do Interior, e pôr fim a limitação do mandato de Mubarak, minando seus planos de se reeleger ou colocar o seu filho como sucessor nas eleições previstas para setembro de 2011. Seria o início de 18 dias de manifestações contínuas, que culminaram na ocupação da Praça Tahrir.

A resposta de Mubarak ao início foi uma tentativa fracassada de manter-se no poder. Não havendo possibilidade de impedir que as manifestações se ampliassem, Mubarak foi escalando igualmente a intensidade da repressão policial. É relevante distinguir durante os 18 dias de protestos entre janeiro e fevereiro de 2011 a ação das forças policiais e do exército. Enquanto a polícia enfrenta-se com os manifestantes nas ruas, realizando atos brutais e prisões muitas vezes arbitrárias, o alto mando das Forças Armadas cuidou para que passassem por estes tensos eventos pavimentando um caminho que os distanciaria paulatinamente do governo prestes a cair, e para isso trataram de não serem os agentes dos episódios mais duros de repressão, que chegaram ao momento de renúncia de Mubarak em fevereiro. Isso a despeito da própria tentativa de Mubarak de apresentar-se como alinhado às Forças Armadas, nomeando Omar Suleiman como vice-presidente, e Ahmed Shafik, ex-chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, como seu primeiro ministro. (FOREIGN AFFAIRS, p.84, 2011). No entanto, enquanto as Forças Armadas buscaram se preservar, a polícia atuou com muita violência frente à escalada dos protestos:

Em 25 de janeiro de 2011, a polícia egípcia atirou e matou Mustafa Ragab Mahmoud, um aluno de ensino médio de dezenove anos, no distrito de Arbeyeen, no Suez. Mahmoud, um dos vários milhares de manifestantes anti-Mubarak que tomaram as ruas naquele dia. Foi o primeiro mártir da Revolução de 25 de Janeiro. Na noite de 25 de janeiro e após violentos confrontos com a polícia, mais de cem manifestantes morreram no Suez e mais de cem ficaram feridos. Em resposta aos assassinatos, os moradores locais e os parentes dos mártires sitiaram a delegacia do distrito de Arbeyeen. Armados com coquetéis molotov e outras armas improvisadas, os manifestantes entraram em confronto com as unidades policiais, antes de atearem fogo à delegacia e a vários veículos policiais.² Vários postos de controle da polícia, bem como a sede do Partido Democrático Nacional de Mubarak, também foram atacados. (KETCKLEY, pg. 18, 2017).

A repressão se combinava ainda com a tentativa de Mubarak de desinflá-la também mediante o anúncio de algumas concessões. Tratava-se de um intento de retomar a simbiose que lhe havia garantido a permanência no poder durante várias décadas entre autoritarismo bonapartista e algumas diminutas garantias de assistência social.

Dessa maneira conforme o movimento espontâneo se ampliava e ocupava a praça Tahrir, que passaria a ser o centro de gravidade da Primavera Árabe, Mubarak anunciava medidas como aumento salarial para os funcionários públicos. No entanto, essa iniciativa foi feita muito tarde, e os objetivos de apaziguar a situação resultaram em seu oposto, apenas encorajando ainda mais os manifestantes a seguirem nas ruas, e clamarem pela saída do até então inquestionável presidente egípcio e seu partido. Uma verdadeira batalha de rua que se prolongou por muitas horas se desenvolveu no Cairo no dia 25 de janeiro, e a sequência de eventos daquele dia narrada no livro *Egypt in a Time of Revolution: Contentious Politics and the Arab Spring* fornece um quadro da agitação febril, que anunciava transformações rápidas e irreversíveis, promovida de maneira relativamente espontânea:

12h - Manifestantes se reúnem nos degraus do Clube dos Juizes e são cercados por unidades da polícia uniformizadas de preto. Um segundo grupo de manifestantes surge de repente de uma rua lateral. Em meio ao aumento tensões, Mohamed el-Beltagy tenta acalmar a multidão e chama os manifestantes a permanecer em frente ao Clube dos Juizes. Os manifestantes ignoram el-Beltagy e rompem o cordão policial para chegar à Rua Galaa.

13h – Manifestantes descem a Rua Galaa em direção a Midan Abd alMoneim Riyyad cantando, "Liberdade, Liberdade". Eles quebram através de uma segunda linha policial para chegar a Midan al-Tahrir. Alguns manifestantes tentam marchar sobre o Ministério do Interior, mas são repelidos pela polícia que dispara gás lacrimogêneo. A multidão de manifestantes atingiu vários milhares. Ao chegar em Midan al-Tahrir, a multidão se divide, com demonstrações simultâneas sendo realizadas fora da sede do NDP, a emissora de televisão estatal alojada em Maspero e fora do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

15:00. Outra coluna de manifestantes chega no centro do Cairo tendo partiu de outra parte da cidade. Esses manifestantes quebram através de um cordão policial para chegar a Midan al-Tahrir. Os manifestantes cantam por pão, liberdade e justiça social.

4 da tarde. Alguns manifestantes começam a atirar pedras nas unidades do CSF, mas estão contidos por outros manifestantes que cantam "pacífico, pacífico". As forças policiais se reúnem no cruzamento entre Kasr al-Aini Street e da Universidade Americana no Cairo e começam a disparar vóteios de gás lacrimogêneo em Midan al-Tahrir.

17h30 - Marchas que começaram em Gizé e Imbaba chegam ao centro Cairo. Os manifestantes gritam: "É isso, é isso, é isso, O povo egípcio está aqui".

20:00 Os manifestantes em Midan al-Tahrir realizam uma reunião ad hoc no centro da praça para decidir o próximo curso de ação.

21h - Manifestantes circulam uma declaração entre a multidão. Comida e a água também é distribuída. Uma divisão do trabalho emerge; um grupo de manifestantes mantém uma linha em frente ao cordão policial, enquanto os outros descansam no centro do Midan.(KENTEKLEY ,pag.27, 2017)

Assim, nota-se como apesar de relativamente espontâneas, as manifestações de 25 de janeiro não foram desorganizadas. Conceitualmente a espontaneidade do movimento de massas não equivale necessariamente a desorganização, como demonstram

diversos acontecimentos históricos típicos de processos revolucionários, que se desenvolvem mediante à dialética entre ação consciente de suas direções políticas, organizações e vanguardas, e a ação de amplos setores da população sem os quais a instauração de qualquer situação revolucionária é impossibilitada de ocorrer. O poder de atração que a ocupação da Praça Tahrir passou a exercer vinha não apenas da resolução dos manifestantes em desafiar uma ordem estabelecida, mas acima de tudo pela auto-organização dos que ali estavam, que funcionava como o centro de gravidade de todo o processo:

A "zona libertada" foi cada vez mais apelidada de "República do Tahrir" por participantes e observadores. Como no caso da Comuna de Paris, o caráter espontâneo do movimento de massas não impediu que ele se organizasse. Não havia nada desorganizado sobre os comitês que defendiam, limpavam, entretenham e governavam a Tahrir. (...) Além da defesa da praça, como descrito anteriormente, os ocupantes tinham que criar uma rotina de vida diária: garantir comida e abrigo, tratar os feridos, lavar roupas, fornecer estações para carregar telefones celulares, construir banheiros, instalar enfermarias para produzir os filhos dos testadores, e assim por diante. Médicos, engenheiros e técnicos apoiaram a República de Tahrir com seus conhecimentos. (...) Ativistas políticos distribuíram panfletos com conselhos práticos e táticos para os manifestantes, por exemplo, o que fazer ao ser atacado por gás lacrimogêneo. Artistas e atores se juntaram aos protestos, e cartunistas amadores, músicos e cantores surgiram da atividade da própria Tahrir. Estágios foram erguidos onde qualquer pessoa poderia falar, cantar, agir, recitar ou tocar música (comunicação pessoal com M.Z. Murat, 30 de março de 2011). Canções clássicas de Fuad Negm e Shaykh Imam, como 'Eu sou o Povo' e 'Eu te chamo', foram cantadas e interpretadas por manifestantes, juntamente com criações novas e espontâneas (Antoon 2011). Poemas cativantes e bem-humorados foram compostos em "ammeyya", o registro coloquial egípcio. Esses intelectuais culturais não apenas proporcionavam entretenimento, mas também ofereciam os meios semióticos para que o movimento compreendesse seu antagonista e a si mesmo. A arte da praça era sua consciência material. (SMET, 2016, p.330)

Existem limites da analogia histórica com a Comuna de Paris, que deu-se em um momento distinto, e que além disso configurou-se como uma experiência superior à ocupação da Praça Tahrir. No movimento parisiense de 1871 firmou-se um conjunto de normas programáticas pelos *communards*, como a eleição e revogabilidade de todos os magistrados e políticos, ou mesmo a definição de que o salário pago a estes setores não poderiam ser maiores que os de um trabalhador médio, algo do qual o movimento egípcio esteve longe de se dotar. Porém, é relevante ressaltar essa tendência que se comprovou historicamente para a formação de centros de gravidade, que organizam os setores que se ativam e tomam a dianteira dos processos revolucionários, e que por vezes eram mais incipientes ou logravam desenvolver-se. Essa dinâmica geral dos movimentos revolucionários não implica, no entanto, que o processo ocorrido no Egito seja

equivalente a revoluções anteriores, ou mesmo que todos os levantes revolucionários ocorram de uma mesma forma. Em verdade cada processo histórico é único, e assumem dinâmicas e formas organizacionais muito particulares e distintas entre si. Entretanto, as manifestações que levaram cerca de 15 milhões de pessoas às ruas em seus momentos mais agudos, e constituiu um epicentro na ocupação da Praça Tahrir pôde ser considerada por sua amplitude e caráter popular como um processo revolucionário posteriormente derrotado, de caráter difuso quanto à sua direção:

Todos os ativistas e sindicalistas entrevistados confirmam a ideia de que a revolta egípcia teve, inequivocamente, um cunho nacional e popular. A Praça Tahrir, na cidade do Cairo, tornou-se o símbolo da revolução, sobre ela recaindo o foco principal da cobertura midiática ocidental, sem no entanto ter sido o local privilegiado, visto que todo o país esteve envolvido, desde as cidades e províncias até aos lugares mais remotos. Segundo os entrevistados, os manifestantes de outras cidades, como Suez, Porto Said e Alexandria, deram mostras de uma ousadia ainda maior. Em Alexandria, por exemplo, e ao invés do que, de um modo geral, aconteceu no Cairo, os manifestantes não se limitaram a ocupar uma praça; foram aparecendo todos os dias, de cada bairro e de cada rua, às dezenas e centenas de milhares, enfrentando a polícia e o gás lacrimogéneo, até derrotarem a polícia de Mubarak, expulsando-a da cidade. Tal significa que as estratégias de participação e de confrontação nas ruas foram diferentes consoante o local. O mesmo se pode dizer das características organizativas dos diversos atores sociais egípcios, incluindo os trabalhadores e os seus novos sindicatos e comités. (GJERGJI, 2014, sp)

A amplitude dos setores que participaram dos enfrentamentos contra o governo de Mubarak, e a extensão que esses movimentos alcançaram pelo país, para além dos 18 dias de ocupação da Praça Tahrir que objetivamente desafiava o estado de emergência vigente há décadas são outros aspectos que confirmam a caracterização de que se tratou de um processo revolucionário. Mas seus limites passariam a ser os fatores preponderantes pouco após a conquista do que unificava a todos: a saída do então governo de turno.

Os protestos não se limitavam à Praça Tahrir; também ocorreram manifestações perto de prédios do governo, da Assembleia do Povo e do Conselho Shura. Além disso, em Alexandria, milhares de pessoas protestaram em frente à mesquita de Ibrahim. Também nas cidades regionais, como Ismailia, Asyut e Mahalla al-Kubra, foram organizadas ações de massa. A partir de 8 de fevereiro, os trabalhadores egípcios começaram a protestar em grande escala. Em Suez, Port Said e Ismailia, mais de 6 mil trabalhadores da Companhia do Canal de Suez iniciaram uma ocupação aberta. Milhares de funcionários da Telecom Egito começaram a protestar também, exigindo um aumento salarial de 10% e a renúncia do principal administrador (Guardian Live Blog, 8 de fevereiro de 2011). No vale novo cerca de 500 quilômetros ao sul do Cairo, 3.000 manifestantes foram às ruas e entraram em confronto com as forças de segurança. Em Asyut, 8.000 pessoas, a maioria delas agricultores, montaram barricadas de palmeiras em chamas, bloqueando a principal rodovia e a ferrovia para o Cairo, contestando a escassez de pão. Mesmo em áreas

remotas, como o oásis no deserto de Kharga, manifestantes confrontaram o FCS, atacando prédios do governo e delegacias de polícia, e exigindo a renúncia do chefe de segurança provincial (SMET, p.324, 2016).

A derrubada de Mubarak foi considerada por alguns analistas como uma sorte de revolução política (SMET, 2016), para outros foi uma revolução social (ACHCAR, 2013), e há os que não realizam esse corte analítico, argumentando que o processo como um todo teve demandas sociais e políticas. Esse debate será aprofundado adiante, mas cabe aqui ressaltar que em 25 de janeiro de 2011 táticas haviam sido combinadas em páginas de facebook e demais redes sociais. Porém, isso não habilita a que se considere que a Primavera Árabe egípcia tenha sido uma espécie de “revolução das redes sociais”, pois as redes apesar de terem cumprido um papel para a organização do movimento que derrubou Mubarak foi um mero instrumento. Qualificar que tipo de revolução esteve em curso exige uma abordagem analítica que parta da definição dos sujeitos sociais, isto é classes e frações de classes e das relações estabelecidas entre si, além de seus objetivos e motivações. Como assinala Richard Hass:

Revoluções acontecem por um motivo. No caso do Egito, são várias razões: mais de 30 anos de governo de único homem, Hosni Mubarak; os planos de Mubarak de passar a presidência para seu filho; corrupção generalizada, patronato e nepotismo; e a reforma econômica que não beneficiou a maioria dos egípcios, mas que, apesar disso, contrastou fortemente com a quase completa ausência de mudança política. O resultado final foi que muitos egípcios se sentiram não apenas alienados, mas também humilhados. A humilhação é um poderoso motivador. O Egito estava maduro para a revolução; mudança dramática teria chegado em algum momento nos próximos anos, mesmo sem a faísca da Tunísia ou a existência de mídias sociais (HASS, 2011, p.115).

Dessa maneira, no dia 28 de janeiro, três dias após as manifestações terem se iniciado, as redes de comunicação via internet são cortadas a mando de Mubarak. Mas essa também resultaria ser uma medida estéril, e a “Sexta-feira da Ira” como ficou conhecida a manifestação deste dia ao contrário de refluir elevava seu número englobando também Suez, onde os manifestantes tomaram uma delegacia policial e libertaram todos os detidos, em sua maioria encarcerados durante os protestos. O ataque às delegacias de polícia e o repúdio à sua ação eram sinais relevantes de que a autoridade estatal estava sendo posta em xeque pelas manifestações.

Como ataques a delegacias policiais e ativos de segurança do Estado continuaram, Ministério do Interior rapidamente perdeu sua capacidade de reagrupar e desmobilizar protestar ainda mais em áreas-chave do país. (...) No entanto, em muitos casos são relatados para ter desobedecido a esta ordem,

optando por mudar para roupas civis e volte para casa, desanimado demais para continuar. Falando aos jornalistas nos dias após o 28 de janeiro, funcionário do ministério do Interior admitiu que policiais na Grande Cairo recusando-se a aparecer para trabalhar, mesmo em distritos onde as delegacias de polícia tinham sido poupadas, porque eles estavam "com medo de ser atacado por locais residentes". Tal era o impacto psicológico da violência anti policial no moral dos policiais que alguns políticos egípcios, após discussões com o funcionário do ministério, mais tarde descreveriam a polícia como "um exército quebrado, mais ou menos como o exército egípcio após a derrota de 1967". (KETCHLEY, 2017, p.40).

A partir disso a marcha dos acontecimentos deu-se em um turbilhão. No dia 30 de janeiro a sucursal da Al Jazeera no Egito é fechada, e tanques são enviados à Praça Tahrir, enquanto aviões militares dão voos rasantes nas concentrações massivas. No dia seguinte uma greve geral é convocada por tempo indeterminado, através da formação de uma nova federação de sindicatos independente do governo, a EFITU, enquanto o alto comando das Forças Armadas já analisando que o regime não teria condições de se sustentar no poder, nega-se a reprimir abertamente as manifestações. Neste momento as articulações para uma transição de regime pactuada com os militares estão em pleno desenvolvimento, e envolvem também os Estados Unidos, que se veem obrigados a mudar de posição abandonando a sustentação de Mubarak (ACHCAR, 2013).

O almirante Mike Mullen, presidente do Estado-Maior Conjunto dos EUA, tentou convencer o recém-nomeado vice-presidente egípcio, general Omar Suleiman, a exortar Mubarak a deixar o cargo, para que ele pudesse elaborar um governo de transição mediante um pacto de políticos da oposição, incluindo a Irmandade Muçulmana (Miller 2011). Com o desenrolar da crise no Egito, os militares egípcios emergiram como o mais importante centro de poder rival de Mubarak: as manifestações pareciam balançar o apoio da instituição em favor das exigências dos manifestantes e contra Mubarak. (ARENA, 2017, sp)

A distância cautelosa que a administração de Obama guardara durante os primeiros dias de manifestações foi cedendo espaço para uma ação aberta, tendo em vistas a deposição de Mubarak. As implicações dessa mudança de posição foram muito significativas para a alteração do sistema de alianças regionais que os Estados Unidos sustentaram durante décadas na região do MENA. Embora o desgaste do regime bonapartista egípcio de Mubarak já tivesse sido pautado pelos Estados Unidos em 2005 quando se deu a pressão para a realização de eleições abertas a outras candidaturas, sua sustentação não estava em questão. Sob Obama que havia assumido em meio às promessas de adoção de outras diretrizes para os países árabes em relação à agenda

neoconservadora, a estabilidade do Egito era um ponto fundamental. No entanto, a tentativa de mantê-la à força, opondo-se às massivas manifestações que rompiam com o Estado de Emergência decretado há décadas poderia ter um alto custo para a região. Dessa maneira, a administração Obama muda seu posicionamento no Egito devido a um cálculo pragmático, que se fortalecia sobretudo quando em 31 de janeiro de 2011 as Forças Armadas, instituição parceira dos Estados Unidos, nega-se a reprimir as manifestações vaticinando o caminho sem volta da queda de Mubarak, e qualificando-se como os articuladores preservados para um novo ordenamento de poder.

Em 31 de janeiro os militares prometeram não disparar contra quaisquer protestos pacíficos, reconheceram "a legitimidade das demandas do povo" e recusaram-se a recorrer ao uso da força para dispersá-los (apesar de seu protesto ser ilegal sob as leis existentes), o apoio do Exército ao presidente estava em colapso. Com isso, qualquer legitimidade remanescente do governo de Mubarak de repente desmoronou. No final do dia, as Forças Armadas convenceram o presidente a renunciar. Os principais comandantes militares alegadamente instaram o presidente a renunciar. Naquele mesmo dia, Obama declarou em um discurso televisionado que uma transição para um novo governo egípcio deveria começar imediatamente: "uma transição ordeira deve ser significativa, deve ser pacífica e deve começar agora". Com o anúncio de Obama, a política sobre o Egito entrou em uma nova etapa, com as declarações públicas cuidadosamente formuladas de Obama sinalizando, no entanto, um claro desejo de Mubarak se afastar. (...)O governo Obama tentou realizar um ato de alta tecnologia, "entre posicionar-se" no lado direito da história "e não despejar, sem a menor cerimônia, um líder que apoiou a política americana sobre as principais políticas regionais". Durante vários dias, houve discrepâncias entre as mensagens trocadas em declarações privadas e públicas foi devido à própria avaliação confusa do governo sobre a situação. Como resultado, em certos momentos, a mensagem que aparecia frequentemente soava indiferente e confusa. (ARENA,2017, sp)

Como será desenvolvido adiante, uma das hipóteses deste trabalho é que o governo Obama pode ser considerado relativamente bem-sucedido na operação acima descrita se forem tomados em conta apenas os eventos envolvendo a queda de Mubarak, e seu papel como elemento consciente para bloquear uma dinâmica revolucionária mais profunda. Decerto, Obama soube se posicionar frente à Primavera Árabe em geral, e o Egito em particular, garantindo seus interesses, e acima de tudo aparecendo como se fosse um apoiador das demandas das massas que saíam às ruas nesta primeira etapa dos protestos nos países da região do MENA. Entretanto, a negação em sustentar o governo eleito da Irmandade Muçulmana levará a que os EUA tenham que lidar naquela conjuntura com o surgimento e expansão do Estado Islâmico como ala ultrarradical do movimento islâmico, sem ter um contraponto moderado em um país aliado no qual se apoiar. Isso se constituiu como uma das mais importantes contradições para a adequação

da agenda de política externa estadunidense em direção à Ásia Oriental, e mais especificamente para colocar limites à China, como será debatido ao longo do capítulo 4. Mas as décadas de relação direta entre os Estados Unidos e o Egito legaram lições a ambas as partes, que seriam consideradas como observa analista do Foreign Affairs:

Mubarak enfrentou assim duas posições irreconciliáveis: ele poderia ser o homem de Washington ou um homem do povo - mas não os dois. Ele escolheu o primeiro e tentou preencher a lacuna de legitimidade resultante com manipulação e força. Não é surpresa, portanto, que a relação entre o Egito e os Estados Unidos seja como um fio vivo através da oposição popular ao governo de Mubarak. Como os manifestantes no Cairo declararam em março de 2003, enquanto as forças dos EUA estavam entrando no Iraque, apenas um Egito democrático seria capaz de resistir às políticas israelenses e norte-americanas no Oriente Médio. Mais recentemente, oponentes de Mubarak expressaram um sentimento semelhante, chamando a presidência de Mubarak de "regime de Camp David". Nenhum líder egípcio cometerá o erro de Mubarak novamente, o que não significa algo positivo para a posição de Washington no Oriente Médio. Nos próximos dias, analistas e formuladores de políticas nos Estados Unidos expressarão altas recriminações de décadas de política dos EUA. Este debate não vai se concentrar em descobrir quem "perdeu" o Egito; (...) Em vez disso, os comentaristas discutirão como lidar com a súbita explosão do poder dos povos árabes e como fortalecer os aliados de Washington na região. No entanto, é improvável que a simples reformulação da assistência dos EUA para se concentrar na promoção da democracia, na criação de referências para um novo governo egípcio e na divulgação das expectativas de Washington (sejam elas quais forem) aos atores políticos egípcios influencie a trajetória da transição do Egito. (FOREIGN AFFAIRS, 2011, p.89)

Como aponta análise acima, os Estados Unidos lidariam com as movimentações nos países árabes durante a Primavera Árabe de maneira distintas, a depender de interesses geopolíticos variáveis, mas que consideraria em todos os casos a existência de atores internos, relativamente confiáveis e sólidos, que pudessem atuar em seu favor. No caso do Egito, a partir de então o governo Obama debateria todos os detalhes fundamentais para a formação de um governo de transição, que deveria ser chefiado pelo vice-presidente egípcio Omar Suleiman e pelos militares. No dia 11 de fevereiro Suleiman anuncia que Mubarak renunciava, e que o Conselho Supremo das Forças Armadas estaria adiante do Estado organizando a transição. Esta saída no imediato era a mais favorável aos interesses dos Estados Unidos, já que a ligação com os militares era estratégica.

A queda de Mubarak foi comemorada efusivamente pela multidão que estava acampada na Praça Tahrir, e foi considerada como uma vitória da primeira demanda do processo aberto em 25 de janeiro de 2011, que inspirou inclusive um movimento internacional de ocupação de praças públicas que abrangeu tanto Madri e Barcelona, como o movimento conhecido como *Occupy Wall Street*. No entanto, para além de Tahrir

nos dias que antecederam a renúncia de Mubarak houve uma intensificação das movimentações de trabalhadores, que convocaram greves gerais. Muito menos noticiadas que a ocupação de Tahrir, o fortalecimento dessas ações por parte de trabalhadores organizados pode ter sido um dos elementos que colaboraram com a renúncia de Mubarak, como um movimento das classes dominantes para tentar evitar que confluíssem com o movimento democrático que ocupava as ruas do Cairo e de Alexandria. No entanto, o movimento de trabalhadores crescia, mas não superava suas limitações que o impedia de primar como elemento ordenador da situação:

As greves passaram a ocorrer quatro dias antes da queda de Mubarak. Elas vinham sendo frequentes nos últimos anos: estima-se que cerca de 2 milhões de trabalhadores tenham se envolvido em algum tipo de atividade grevista ao longo da década passada. Mas de modo geral as greves eram apolíticas, restringindo-se a reivindicações salariais, protestos contra demissões, campanhas por aposentaria com menor tempo de serviço. Ademais, eram estritamente locais. Jamais houve tentativa de qualquer mobilização reivindicatória de âmbito nacional, em parte porque a vigilância era tão rigorosa que os trabalhadores só organizavam greves entre aqueles que conhecessem e em quem confiassem, que morassem nas suas vizinhanças, perto da fábrica. Faltava-lhes a confiança necessária para fazer greves nacionais, já que não podiam estendê-la a trabalhadores de outros distritos ou províncias. Desde que as reivindicações fossem apenas por modestas melhorias trabalhistas, o regime as tolerava (Gamal não queria assustar investidores estrangeiros com repressões armadas contra grevistas), podendo até mesmo tratá-las como uma espécie de resquício tardio do contrato social que de resto ele invalidara. Uma vez iniciado o levante, porém, qualquer greve adquiria uma força política e impulsionava a revolta. Nos últimos dias antes da queda de Mubarak, líderes grevistas começaram a demandar a criação de uma confederação sindical independente no lugar das centrais sindicais de fachada da ditadura. Tudo isso certamente abalou o regime. Contudo, as conexões entre as lideranças grevistas e as organizações que se mobilizaram na praça eram muito tênues, e seria um equívoco imaginar que a movimentação grevista foi a gota d'água. (KANDIL, 2011, sp).

O ponto culminante das manifestações entre os dias 10 e 11 de fevereiro coincidiram com a generalização das greves, com a paralisação de cerca de 300 mil trabalhadores que reivindicavam demandas econômicas e sociais, além da renúncia de ministros e gestores indicados pelo governo para estarem a frente de empresas estatais, e a renúncia de Mubarak, igualmente aos demais setores que saíram às ruas. A esse processo somaram-se grande parte dos 24 mil trabalhadores de Mahalla, cuja greve vitoriosa em 2006 havia sido um impulso para a reconstituição da mobilização dos trabalhadores, aos quais somaram-se também médicos e advogados. Esta perigosa unidade entre movimento de massas e os trabalhadores estruturados nas maiores unidades de produção do país, foi interpretada pela burguesia local como o sinal de que chegara o momento de atender à reivindicação de saída de Mubarak, antes que a mobilização

escalasse e resultasse em paralisação dos ramos produtivos gerando um prejuízo econômico, político e social ainda maior para a classe dominante. (ACHCAR, p.140, 2013).

Com o anúncio pronunciado por Omar Suleiman em 11 de fevereiro de que Mubarak renunciou, a dinâmica da mobilização, sobretudo entre os trabalhadores entraria em declínio, e se iniciaria então a transição organizada pelo alto comando das Forças Armadas para a organização de novas eleições.

4.3 A transição sob as Forças Armadas e a tentativa de desvio

Após a queda de Mubarak instaurou-se no Egito um governo provisório, chefiado pelas Forças Armadas cujas primeiras ações foram dissolver o parlamento eleito três meses antes, e suspender a Constituinte vigente desde 1971, sob a promessa de convocar uma revisão dos artigos para possibilitar eleições livres de um novo parlamento, elegendo igualmente um novo presidente. Com isso a transição egípcia iniciava-se sob uma forma completamente diferenciada da que ocorria na Tunísia, onde de acordo com o previsto na própria Constituição o poder transitório havia ficado a cargo do presidente do parlamento Fouad Mebazza, até a eleição de uma nova Assembleia Constituinte. O Conselho Supremo das Forças Armadas (SCAF), buscou, portanto, aliados para elaborar o plano de transição. Mas tomou as precauções para que esses não questionassem seu papel, fosse como liderança do governo provisório, fosse como pilar do governo futuro.

Os passos dados pelo SCAF evidenciaram aliança tácita com a IM: em 15 de fevereiro, um comitê de especialistas sob o comando do jurista Tarek Bishri (próximo a IM e um dos formuladores da plataforma política da Irmandade na década anterior) iniciou seus trabalhos para reescrever seis artigos do texto constitucional suspenso, que diziam respeito regras de elegibilidade de candidatos independentes ao cargo de presidente, limitado do número de mandatos eletivos, ao escrutínio judicial do processo eleitoral e ao poder presidencial de encaminhar processos judiciais a tribunais militares. A IM havia deixado claro ao SCAF que não apoiaria eventual tentativa de revisão do artigo 2º da Constituição, segundo o qual os princípios da *Sharia* constituem a fonte principal de legislação no país. (GONÇALVES, 2016, p.99)

As tendências bonapartistas que marcaram a formação dos regimes políticos e do Estado egípcio, seja sob sua forma de “revolução passiva nasserista”, ou de autoritarismo neoliberal de Mubarak, se fizeram presentes já no período de transição chefiado pelo SCAF em comum acordo com a Irmandade Muçulmana. O governo provisório chefiado pelo general Mohamed Tantawi que era ministro da Defesa desde a

era de Mubarak, mas que havia sido saudado pelos manifestantes da Praça Tahrir no dia 4 de fevereiro de 2011 por ter declarado que apoiava a queda do governo, tinha sido designado para organizar um calendário para eleições livres.

Como será exposto no decorrer deste tópico, as movimentações para a instauração de um novo regime bonapartista submetido economicamente e politicamente às potências imperialistas, e em especial aos Estados Unidos, começa a operar imediatamente após a queda de Mubarak. A necessidade de controle pelo alto da dinâmica aberta com as mobilizações de janeiro e fevereiro de 2011 concatenou interesses e setores das elites locais e estrangeiras. Os elementos mais progressistas legados pela atuação dos trabalhadores e das massas populares foram vencidos, já durante o período de transição da SCAF, pela própria ausência de coordenação que pudesse ampliar e dotar o movimento de objetivos claros e compartilhados:

Há muitos governos estrangeiros que ganham muito com a estrutura existente do Estado egípcio e também temem que a revolução contra ela, a menos que controlada, possa inspirar movimentos semelhantes em seus próprios países contra seus próprios mecanismos de exclusão política e econômica, muitos dos quais estão interligados com aqueles que operam no Egito. As elites domésticas também foram ajudadas pelas rivalidades de algumas forças de oposição egípcias, liberais e islamistas. Alguns desses movimentos se rotularam de revolucionários, mas na verdade são reformistas: mais afoitos em penetrar na estrutura de Estado existente e mantê-la para si do que em demolir-la completamente. Muitas dessas medidas foram bem sucedidas; por enquanto, o estado em sua forma tradicional continua vivo. Mas o país de Mubarak foi fragmentado pela revolução e contrarrevolução em curso. Dentro dela, novos espaços surgiram - radicais e imaginativos do Egito, nos quais a vida e a política se desenvolvem de um modo completamente diferente de tudo o que foi feito antes: fábricas operadas por seus próprios trabalhadores, aldeias que declararam sua independência, alternativas coletivos de segurança dedicados a resistir à violência sexual, grandes projetos energéticos que foram apreendidos e transformados por moradores locais, enviando funcionários gendarmes correndo para as colinas. Esses espaços alternativos foram frequentemente isolados uns dos outros; sendo rapidamente reprimidos pelas autoridades. (SHENKER, 2013, p. 349).

Dá-se o processo de contrarrevolução que passa a operar no Egito, desenvolve-se nos anos subsequentes, e encontra na ascensão da ditadura cívico-militar instaurada em 2013 seu ponto culminante. Durante o período de transição esse movimento ainda é pouco claro, e assume a forma de uma tentativa de desvio, a partir da adoção de decretos que parecem ter como intuito a resposta às demandas populares por maior participação política, mas conforme a situação avança torna-se cada vez mais evidente que as tendências autocráticas não seriam superadas tão facilmente. O acordo entre a Irmandade Muçulmana e Tantawi para a quebra do fio de continuidade com o movimento popular

de janeiro foi a marca indelével de que um novo regime bonapartista estava sendo delineado no Egito:

Em 13 de fevereiro, primeiro dia útil da transição, o SCAF, presidido pelo ministro da Defesa, marechal Mohamed Tantawi, dissolveu o Parlamento eleito três meses antes, suspendeu a Constituição de 1971 e anunciou formação de painel de juristas para revisar artigos do texto constitucional, de modo a possibilitar eleições livres para novo Parlamento e novo presidente da República. (...) Interessava ao SCAF uma transição que mantivesse a posição do estamento militar de ator político decisivo, embora não mais como protagonista. Entre as forças civis atuantes, somente a IM (Irmandade Muçulmana) possuía capilaridade social e estrutura hierárquica para assumir tal compromisso com o SCAF. Os partidos políticos legalizados tinham limitada penetração social, com exceção do Partido Nacional Democrático, que veio a ser dissolvido em abril de 2011, por decisão judicial. (...) Os passos dados pelo SCAF evidenciavam aliança tácita com a IM: em 15 de fevereiro, comitê de especialistas sob o comando do jurista Tarek Bishri (próximo à IM e um dos formuladores da plataforma política da Irmandade na década anterior) iniciou seus trabalhos para reescrever seis artigos do texto constitucional suspenso, que diziam respeito às regras de elegibilidade de candidatos independentes ao cargo de presidente, à limitação do número de mandatos eletivos, ao escrutínio judicial do processo eleitoral e ao poder presidencial de encaminhar processos judiciais a tribunais militares. A IM havia deixado claro ao SCAF que não apoiaria eventual tentativa de revisão do artigo 2º Constituição, segundo o qual os princípios da Sharia constituem a fonte principal de legislação no país. (GONÇALVES, 2017, p.98)

Para garantir o esvaziamento dos protestos, e dessa maneira possibilitar a pacificação desejada não apenas pelo SCAF, como também pela classe dominante egípcia que havia tido perdas financeiras volumosas durante os conturbados meses iniciais de 2011, o papel da Irmandade Muçulmana foi fundamental. A combinação entre repressão e desvio do movimento operou inclusive através das crenças religiosas difundidas pela Irmandade Muçulmana:

A Irmandade, cujos líderes vinham negociando com o regime desde 1º de fevereiro de 2011, bem antes de Mubarak deixar o palácio presidencial, era em muitos aspectos o colaborador ideal do Estado para a "estabilidade do projeto". A liderança da organização era inatamente conservadora, crentes em hierarquias rígidas do poder, que desaprovou as tentativas de derrubar o status quo. Eles também estavam firmemente comprometidos com o neoliberalismo. Muitos dos que se mobilizaram nas ruas durante a revolta anti-Mubarak eram membros da Irmandade Muçulmana ou simpatizantes que compartilhavam o objetivo da revolução de construir um tipo diferente de Estado - mesmo que o tipo de Estado que eles procuravam construir fosse diferente daquele defendido pela esquerda democrática - e cujas prioridades políticas e econômicas eram muito mais radicais do que os altos funcionários da organização. Mas depois de tantos anos no frio, os oficiais estavam determinados a usar as oportunidades oferecidas pela revolução para entrar no centro fechado do poder estatal, mesmo quando a revolução tentava abri-la e, portanto, assinaram um acordo para o plano de transição que giraria em torno de uma série de eleições - eleições que só a fraternidade bem organizada era provável ganhar. Ao contrário da Irmandade, os revolucionários não tinham experiência em concorrer ao cargo. Eles nunca haviam criado instituições para esse fim, em

parte por causa das restrições históricas impostas a eles e em parte por causa de sua interpretação particular do poder do Estado e do modo como queriam derrotá-lo. A estrutura política da Irmandade, por outro lado, era um espelho quase exato da estrutura política do Estado: uma clara pirâmide de autoridade, um plexo de interesses comerciais compartilhados, laços familiares e lealdades regionais, uma longa tradição de organização formal e obediência. Os ativistas da Irmandade recorreram à religião para justificar seu apoio ao SCAF; Os ativistas insistiram que a oposição às emendas constitucionais propostas pelos generais para facilitar seu plano de transição era uma afronta a Deus e ao Islã. (SHENKER, 2016, p.358)

Por outro lado, o papel dos Estados Unidos como apoiador do SCAF foi significativo, tanto neste momento quanto posteriormente para garantir a queda de Mohamed Morsi. Assim, os Estados Unidos apoiaram as medidas contraditórias com os anseios populares adotadas pela SCAF. Dentre estas, figurou o chamado a um referendo realizado já em março de 2011 para decidir sobre uma série de emendas constitucionais, dentre as quais constavam a redução de possibilidades de reeleição para a presidência para dois mandatos de quatro anos. Ainda que esta medida tenha sido apreciada como uma ampliação democrática do regime, o calendário que deveria nortear a realização das eleições foi marcado por suspensões frequentes mudanças, por fora de qualquer debate público. Ademais, o SCAF havia se comprometido a acabar com o estado de emergência, um dos pilares do bonapartismo estatal, o que não foi cumprido. Isso fez com que mesmo com menor participação as manifestações tenham se mantido praticamente durante todo o período de transição. Milhares de pessoas tomaram novamente as ruas do Cairo em 8 de julho de 2011, sobretudo em relação à impunidade das forças repressivas, e à repressão estatal que o SCAF continuou exercendo pós-manifestações, cometendo arbitrariedades e negando-se a garantir julgamentos, prosseguindo assim com as mesmas práticas bonapartistas adotadas durante todo o regime anterior, como assinala o think tank liberal estadunidense *Freedom House*:

A percepção difundida entre os egípcios é que os processos judiciais falharam em lidar com os abusos do regime de Mubarak enquanto eram exercidos como um clube para sufocar a dissidência política. Apenas um policial foi condenado (à revelia) por matar um manifestante - em uma revolução que viu mais de 850 mortos nas mãos das forças de segurança do governo e bandidos pró-regime. Os julgamentos de policiais e outros ex-funcionários (incluindo o ex-ministro do Interior Habib Adly, cujo ministério estava encarregado da segurança interna) foram adiados. Outros agentes de segurança foram libertados sob fiança. Enquanto isso, o julgamento no caso de Khaled Said, o homem de Alexandria cuja morte pela polícia em junho de 2010 ajudou a retaliar os eventos que levaram à queda de Mubarak em fevereiro, foi adiado, mais uma vez, desta vez até 24 de setembro. O Conselho Supremo das Forças Armadas do Egito (SCAF, na sigla em inglês) tem sido lento em punir os malfeitores da força de segurança e, segundo

estimativas próprias, sujeitou 7.000 civis a julgamentos militares desde que Mubarak deixou o cargo. Esses julgamentos rápidos violam o direito dos cidadãos ao devido processo legal e não aderem ao estado de direito. O SCAF também continua a deter presos políticos e não conduziu novos julgamentos para aqueles que foram falsamente condenados em tribunais militares. A frustração pela aparente inércia judicial levou a confrontos na Praça Tahrir em 28 de junho, quando mais de 1.100 manifestantes ficaram feridos. (DUNE, 2011, sp).

No final de 2011 outras emendas seriam apresentadas, nas quais o SCAF garantia para si uma cota de poder importante sobre a futura Constituição, e seria uma das primeiras atribuições do governo após as eleições. Isso fazia com que permanecesse desta maneira a ascendência das Forças Armadas sobre o regime político egípcio, e por esta via de um de seus maiores financiadores, os Estados Unidos. Essa seria uma antessala para o turbulento pano de fundo sob o qual se deram as eleições parlamentares, que ocorreu em duas fases, sendo a primeira iniciada em 28 de novembro e a segunda em janeiro de 2012. Mesmo os think tanks estadunidenses mais otimistas como o *Midle East Institute* observaram na ocasião que a promessa das eleições se darem sob regras mais transparentes, não garantia ausência de coerção e adulteração de seus resultados:

O anúncio do Ministro da Informação de que todos os partidos políticos receberão o mesmo tempo para fazer campanha no ar mostra que a mídia egípcia, pela primeira vez em sua história, agirá de maneira justa e imparcial durante as eleições. (...) O fato de que quase 30% da população do país é analfabeta aumenta a importância do papel da mídia egípcia nas próximas eleições, particularmente a dos meios audiovisuais como a televisão e o rádio. Ainda assim, os desafios para a eleição e o processo democrático são numerosos e complexos. Dois cenários ameaçam atrapalhar essa transição para a democracia: Primeiro, é fundamental observar que, mesmo sob o regime de um partido de Mubarak, quando os resultados das eleições eram essencialmente predeterminados, os líderes locais recorreram à violência e coerção para intimidar os eleitores. O aprofundamento da polarização da sociedade egípcia e a deterioração das condições de segurança sugerem que estas eleições serão acompanhadas de violência, o que pode obrigar o SCAF a cancelar as eleições após o primeiro turno e prolongar ainda mais o já prolongado período de transição. (MIDDLE EAST INSTITUTE, 2011, sp).

Além disso, o SCAF também prendeu jornalistas e restituiu o antigo Ministério da Informação de Mubarak que atuava como órgão para controlar a imprensa. Os pronunciamentos oficiais também foram se tornando crescentemente mais duros contra os setores que seguiam mobilizados. Isso se expressou em um discurso proferido pelo vice-ministro da Defesa, general Mohsen al-Fangary, em 12 de julho, no qual advertiu contra tentativas de "sequestrar" a autoridade militar e acusou os manifestantes de prejudicar os interesses do Egito, o que foi amplamente interpretado como ameaçador e provocou considerável indignação pública. (DUNE, 2011 sp) Dessa maneira, logo que o

ensaio revolucionário que havia unificado vários setores obteve a sua demanda inicial de derrubada de Mubarak, o cenário político pouco havia mudado:

De fato, o regime continuou a cultivar a opinião pública antirrevolucionária e antirreforma usando as mesmas táticas de Mubarak. Durante a revolta inicial e nos meses seguintes, a mídia controlada pelo Estado, que domina o mercado egípcio de televisão e jornais, continuou a seguir a linha de propaganda estabelecida durante o governo de Mubarak. Transmissões e talk shows excluem rotineiramente figuras da oposição e articulam membros da situação. Na verdade, a televisão estatal e os jornais exibem relatos espúrios que retratam os manifestantes como bandidos, caracterizam erroneamente suas demandas e estimulam o medo público de segurança e bem-estar econômico com relatórios não fornecidos e muitas vezes certificadamente falsos de ilegalidade e emergência econômica. (MIDDLE EAST INSTITUTE, 2011, sp).

O papel da liberdade de imprensa como um dos elementos mais relevantes para o questionamento das tendências autoritárias e bonapartistas é apontado com centralidade em diversos textos que vão desde 1842 a 1849 por Marx. Ainda que não defenda as opiniões expressas pelas classes dominantes, Marx que havia sido julgado por textos publicados na Nova Gazeta Renana indicava a importância da imprensa livre visto que sua função é “ser o cão de guarda público, o denunciador incansável dos dirigentes, o olho onipresente, a boca onipresente do espírito do povo que guarda com ciúme sua liberdade” (MARX, 2006 [1842] p. 103). Muito embora isso fosse o oposto de disseminar uma crença ilusória na imparcialidade e pretensa neutralidade com que os meios buscam forjar a opinião pública, Marx era consciente de que qualquer medida tomada contra as oposições políticas a um regime bonapartista, que retirasse liberdades de expressão se voltariam cedo ou tarde contra a própria classe trabalhadora. Nesse sentido, ao contrário de suprimir a liberdade de imprensa tratar-se-ia de buscar constituir veículos que tivessem por objetivo “portanto, é minar todas as bases do sistema político existente”. (MARX, 2006 [1842] p. 106-107).

No caso egípcio parte desta censura era pouco eficaz por conta do uso das redes sociais. Mas a vigilância estatal também fora implementada sobre a internet, e o próprio alcance deste tipo de meio era razoavelmente mais circunscrito entre a vanguarda que havia se formado durante as manifestações. Neste sentido as redes sociais tinham um alcance limitado para formar a opinião do conjunto da população. A somatória de todas estas medidas foi responsável por cunhar uma separação entre a vanguarda que permanecia ativa, e que reunia desde militantes do Movimento 6 de Abril até membros

da Irmandade Muçulmana, em especial sua organização de juventude, e os setores mais amplos que haviam se ativado durante a ocupação da Praça Tahrir em janeiro.

Do ponto de vista das perspectivas em relação ao que se instalaria no poder do Egito abriu-se uma inflexão. Primeiramente pela dificuldade de estabelecer uma democracia liberal no Egito. Em relação a esta questão várias interpretações surgiram, mesclando desde visões que apontavam uma incompatibilidade de valores e de conformação social dos povos do Oriente Médio, que faria com que almejar a uma democracia liberal inspirada nas europeias ou estadunidense seria incorrer em uma perspectiva orientalista (CRIPEEN, 2013). Outras indicavam que as organizações políticas e instituições egípcias forjadas ao longo das décadas, dentre as quais as Forças Armadas e a Irmandade Muçulmana eram a máxima expressão, não corresponderiam à essa forma de regime político (GOLDBERG, 2011; STACHER, 2011). E uma terceira vertente ainda ressaltava que o bloqueio da dinâmica revolucionária impediu que se obtivessem transformações sociais estruturais, o que levaria possivelmente a um regime tão ou mais bonapartista que o de Mubarak, e o conseqüente aprofundamento das desigualdades econômicas e a repressão política. (ACHCAR, 2013; SHENKER, 2016). Analisando os acontecimentos que se sucederam após a realização das primeiras eleições presidenciais do país após a queda de Mubarak, nota-se como todas essas interpretações continham elementos corretos, que combinados atuaram para a ascensão da ditadura cívico-militar em 2013.

Tais fatores já vinham se constituindo desde o acordo entre a Irmandade Muçulmana e o SCAF para a transição de poder. Um exemplo significativo se refere à articulação de uma nova Constituição, demanda que havia sido posta pelas manifestações e deveria ser uma das primeiras iniciativas do poder instaurado após a queda do regime, as movimentações do governo provisório do SCAF tornavam patentes o intuito de minimizar a participação popular.

Em 30 de março, o SCAF, em vez de divulgar versão reescrita da Constituição com os artigos revisados aprovados no referendo, anunciou Declaração Constitucional com 62 artigos que permaneceria. Os artigos reescritos eram os de nº 76, 77, 88, 93, 179 e 189. O PND também fez campanha pelo “sim” no referendo constitucional; políticos ainda afiliados mantinham influência em zonas eleitorais pobres e rurais (fontes tradicionais de votos do partido) em vigor até a redação de nova Constituição; a futura Assembleia Constituinte seria composta por 100 personalidades selecionadas pelo novo Parlamento. O SCAF assumia os Poderes Executivo e Legislativo até a realização de eleições²¹⁸. O teor da Declaração Constitucional demonstrava interpretar o estamento militar o resultado da consulta popular como mandato para emitir uma Constituição provisória com os dispositivos que considerasse

apropriados. Criavam-se, desse modo, dois precedentes negativos na transição: o de que a Constituição (provisória ou definitiva) poderia ser redigida unicamente por aqueles que acreditavam deter mandato popular para fazê-lo; e o SCAF, ao atuar após o referendo de modo diverso da questão apresentada ao eleitorado, criou precedente para o lado perdedor nas urnas rejeitar o resultado e a legitimidade da votação. (GONÇALVES, 2017 p.100)

A Associação Nacional para a Mudança, de El Baradei que era visto com bons olhos por Washington pela sua atuação como supervisor nuclear das Nações Unidas, seguiu defendendo a conformação de uma nova Constituinte antes de qualquer eleição. Seu maior temor era que um parlamento com forte presença da Irmandade Muçulmana determinasse a escolha dos 100 membros que deveriam compor a Assembleia, resultando em uma carta orientada pelos preceitos da *sharia*. No entanto, a posição do e Baradei não foi suficiente para centralizar as ações do SCAF, e seu prestígio político junto aos Estados Unidos decaía conforme a situação avançava dando mostras de que ele não era visto como um líder natural para os setores que estiveram diante das manifestações, o que culminou com a sua retirada voluntária do pleito eleitoral. Enquanto a configuração política indicava que um novo regime seria articulado entre as Forças Armadas e a Irmandade Muçulmana, o ex-presidente Mubarak teve sua saída do país proibida em 28 de fevereiro, sendo indiciado por corrupção e pela morte de manifestantes. Em 3 de agosto seu julgamento, para o qual o ex-presidente foi exibido dentro de uma jaula, iniciou-se simultaneamente ao começo da campanha eleitoral protagonizada pelos partidos islamistas salafistas. No final de julho foi convocada da Praça Tahrir uma concentração que reuniu milhares de pessoas por ocasião da “sexta-feira de Kandahar” na qual o Partido Nour declarava que o Corão seria sua Constituição. (CAMBANIS, 2011, sp).

Entretanto, as tensões latentes da sociedade egípcia se tornavam crescentemente explícitas, e a execução do calendário eleitoral articulado pelo SCAF e pela Irmandade Muçulmana passa a ser cada vez mais executada através do uso da violência. Em novembro de 2011 pouco antes do início das votações, e a exemplo do mês de julho, uma nova onda de protesto contra o governo provisório ocorreu. Nos confrontos cerca de 100 pessoas foram mortas, abrindo uma nova crise responsável pela renúncia de diversos ministros. O levante de novembro só se fechou pela violência das Forças Armadas, que já havia abandonado a postura aparentemente apoiadora aos manifestantes contra Mubarak, e o apoio dado a Irmandade Muçulmana. Em uma ocasião notória a Irmandade Muçulmana realizou em local nos arredores da Praça Tahrir um cordão humano de militantes para proteger as Forças Armadas, impedindo que os manifestantes chegassem

até eles. Essa ação emblemática selava o comprometimento da alta direção da Irmandade Muçulmana com o SCAF em sua tentativa de desviar a continuidade do processo revolucionário para as urnas, que se revelaria relativamente bem-sucedida. Mas posteriormente esta operação se mostraria incapaz de pacificar o Egito. (SHENKER, 2016).

Com este pano de fundo, as Forças Armadas também perdiam parte do seu prestígio, conquistado pela negativa em reprimir as manifestações contra Mubarak, fazendo com que isso lhe cobrasse um custo eleitoral importante, que anunciavam a atuação bonapartista do SCAF frente ao governo que seria eleito:

No final de semana do segundo turno presidencial do Egito (16 a 17 de junho), os militares do Egito acompanharam rapidamente esses acontecimentos. No sábado, o SCAF fechou o edifício do parlamento e reuniu-o com tropas para manter os legisladores que agora se separaram da sua própria câmara. No domingo, o SCAF emitiu uma nova "declaração constitucional", um documento abrangente que afirmava ampla autoridade para os militares controlarem quase todas as esferas do poder político, incluindo o direito de emitir leis, nomear o corpo que escreverá a constituição, cancelar disposições constitucionais de que não goste e manter controle total sobre seu próprio orçamento, livre de supervisão civil. E com isso, a contrarrevolução estava em grande parte completa. (...) O SCAF declarou publicamente que vai entregar o poder no final de junho, e implorou aos cidadãos que "confiem nas forças armadas". Mas essas garantias foram vazias, uma vez que o SCAF não mostrou sinais de abrir mão de suas autoridades recém-confiscadas. Além disso, os generais dizem que irão transferir apenas poderes "autorizados" para o presidente, que neste momento incluem muito pouco de substância. (DUNNE, 2012 sp).

Em janeiro de 2012 realizaram-se as eleições parlamentares nas quais tornava-se patente a ascensão da Irmandade Muçulmana como a força política preponderante, apesar de ter perdido apoio entre os setores que seguiram mobilizados nas manifestações de julho de 2011 pelos acordos que foram firmados com as Forças Armadas em prol da repressão. (SLAKMAN, 2011). Os acordos da Irmandade Muçulmana com o governo provisório chefiado pelo SCAF buscavam colocar um ponto final na continuidade dos movimentos de massas, almejando ampliar sua localização no regime político através das eleições. Mas este processo não se deu sem contradições. A juventude da Irmandade Muçulmana não aprovou de forma homogênea a saída das ruas com a promessa de ampliação do posicionamento parlamentar da organização. Os próprios decretos emitidos pelo SCAF sobre as alterações do tempo para a convocação das novas eleições

presidenciais foram feitos em acordo com a Irmandade Muçulmana, que por sua vez apelava aos objetivos de que isso favoreceria o combate a um Estado laico.

Antes da votação, Essam el-Erian, um líder da Irmandade e porta-voz, apareceu em um popular programa de televisão, "The Reality", defendendo a posição do governo em favor da proposta. Com um comparecimento recorde, o voto foi aclamado como um sucesso. Mas a campanha do "sim" foi baseada principalmente em um apelo religioso: os eleitores foram avisados de que, se não aprovassem as emendas, o Egito se tornaria um Estado secular. "O problema é que nosso país não terá religião", dizia um panfleto distribuído no Cairo por um grupo que se chamava Sociedade da Revolução Egípcia. "Isso significa que a chamada para a oração não será mais ouvida, como no caso da Suíça, as mulheres serão proibidas de usar o hijab como no caso da França", disse, referindo-se ao lenço de cabeça muçulmano. "E haverá leis que permitem que os homens se casem com homens e mulheres para se casar com mulheres como no caso da América." (DUNE, 2011, sp).

O braço político da Irmandade Muçulmana conhecido como Partido da Liberdade e da Justiça, pela primeira vez na legalidade em décadas, realizou intensas negociações com as demais forças políticas no período anterior às eleições de 2012, almejando a formação de um pacto que lhe permitisse governar, tentando dissuadir o SCAF de fraudar as eleições em favor do candidato proveniente da era de Mubarak, Ahmed Shafik. Como símbolo de suas intenções de pacificação do regime, Mohammed Morsi, presidente do Partido da Liberdade e da Justiça, declarou que nomearia uma mulher e um representante dos cristãos, minoria religiosa temerosa da vitória da Irmandade Muçulmana, como sinais de que não tentaria estruturar um regime político à sua imagem e semelhança. (SHENKER, 2016).

Esse tipo de intento não era novo dentre as práticas da Irmandade Muçulmana. Em junho de 2011 a organização islâmica havia se juntado ao partido nacionalista Wafd, criando a Aliança Democrática para o Egito, coalizão eleitoral que chegou a contar com aproximadamente 40 organizações e partidos políticos diferentes, numa ampla gama ideológica que abarcava desde salafistas, nacionalistas até democratas liberais. Esse movimento da Irmandade Muçulmana buscava capitalizar em torno de si um amplo espectro composto por novos partidos políticos, forjados após a derrubada de Mubarak. Dentre os de orientação laica os mais relevantes foram o Partido Socialdemocrata Egípcio (PSDE), influenciado pelo PSD alemão, e o Partido dos Egípcios Livres, financiado pelo milionário Naguib Sawiris adotou uma orientação política liberal, além do já existente previamente Wafd, que fizeram uma coalizão separada da Irmandade Muçulmana, mas não foram capazes de obter bons resultados eleitorais pela ausência de propostas claras em relação às pautas mais candentes. Além dos partidos laicos foram fundadas também

organizações políticas mais radicais que a Irmandade Muçulmana, como o Partido Nour de inspiração salafista que constitui-se como uma das correntes mais ultraconservadoras dentre os sunitas, defensora da aplicação literal e rigorosa da *sharia*. O Partido Nour se coligou eleitoralmente ao também recém criado o Partido da Construção e do Desenvolvimento ligado ao Grupo Islâmico. Por sua vez, o Partido Nacional Democrático de Mubarak deu lugar uma série de outras organizações menores. (STEUER, 2015)

Mas a Aliança Democrática para o Egito não teve vida longa, cindindo-se pouco depois de sua formação, como subproduto da insistência da Irmandade Muçulmana de reservar para si a cota de 40% das candidaturas da coalizão. Ainda que a coalizão não tenha resistido serviu para a Irmandade Muçulmana emergir aparentemente como uma força plural, o que lhe legou 47% dos votos nas eleições parlamentares de 2012, e conferindo 51% dos votos para as eleições presidenciais que colocaram Mohammed Morsi no cargo executivo, finalizando o processo eleitoral realizado em duas etapas, entre maio e junho de 2011. A Irmandade Muçulmana atuaria na presidência da mesma maneira que havia agido com a Aliança Democrática para o Egito, abrindo rapidamente uma série de crises, sobretudo com a cúpula do SCAF, que resultariam fundamentais para a derrubada de seu curto governo. (TRAGER, 2016).

Em relação às medidas econômicas adotada pelo governo de transição, pode-se definir que houve um primeiro movimento de adoção de políticas parcialmente distintas da era de Mubarak.

(...) seu primeiro sinal foi a contratação, em caráter definitivo, de 480 mil servidores temporários, bem como o reajuste salarial de 15% para todo o serviço público anunciado na semana final de Mubarak no poder. (...) decidida pelo marechal Tantawi em junho de 2011, de negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial para um pacote econômico de US\$ 5,2 bilh.es para a economia egípcia, a juros anuais de 1,5%. Tantawi e o SCAF concluíram, com apoio de islamitas e secularistas, não haver condições políticas para acordos identificados com condicionalidades recessivas. EGP 35 bilhões (US\$ 5,8 bilhões) foram cortados do orçamento em virtude do fim das tratativas. (GONÇALVES, 2016, p. 103).

Porém, seria relativamente ilusório almejar a uma redistribuição estrutural da riqueza capaz de reverter a situação social das amplas camadas trabalhadoras no Egito, ou o papel do país como economia subordinada na divisão internacional do trabalho, em meio a uma crise econômica internacional, sem apoiar-se nas mobilizações de massas que já começavam a se colocar no horizonte. Seria necessário para seguir, e aprofundar, essa via um enfrentamento contra as classes dominantes local e estrangeira, que se

beneficiaram historicamente das vias de consolidação do capitalismo dependente no Egito. (ACHCAR, 2013).

Mas esta não era a perspectiva do governo provisório, que não almejava reproduzir as tentativas de revolução passiva nasserista. Por outro lado, aspectos relacionados aos interesses estadunidenses e de seus aliados também pesavam para a inicial negativa da adoção de um acordo com o FMI, já que se sabia tal como havia ocorrido durante os anos de Sadat e de Mubarak que uma das contrapartidas exigidas seria a moderação, senão o apoio, às orientações regionais estabelecidas pelos Estados Unidos em geral, e por Israel em particular, o que poderia trazer custos políticos de alcance imprevisível em um país recém convulsionado pelas manifestações. Neste sentido, as medidas econômicas tomadas inicialmente pelo SCAF seguiram seu curso lógico durante o governo de Mohamed Morsi, com a aceitação de um novo acordo com o FMI.

4.4 A Irmandade Muçulmana e o bonapartismo islâmico

Quando as eleições egípcias se realizaram em 2012 entendia-se que isso seria um desfecho dos levantes da Primavera Árabe no país. Não obstante, conforme a situação avançava o otimismo dava lugar a novas consternações, já que longe de preannunciar o fim das tensões e da crise econômica, política e social que assolava o país, trazia presságios de maiores enfrentamentos. A Irmandade Muçulmana emergia como a principal força política do país, com uma rede social constituída por décadas a fio em escolas, comunidades, universidades, bairros e uma teia de amparo religiosa que perpassa o conjunto da sociedade, em especial dentre a parcela protagonista dos levantes. A amplitude da Irmandade Muçulmana naquele momento pode ser considerada como um exemplo daquilo que Gramsci havia caracterizado como “Estado ampliado”.

De acordo com a reflexão elaborada pelo marxista italiano, a busca pela consolidação de uma determinada hegemonia, envolve as dimensões da sociedade civil, que organizariam o consenso sem o qual o Estado, sobretudo no Ocidente não teria como se sustentar. Dessa maneira, nas palavras de Gramsci:

[...] Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são

“prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social (...); 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativamente nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2001, p. 20-21).

Ou seja, de acordo com Gramsci a ampliação do Estado, a partir do processo que culmina no Estado integral, é parte fundamental da organização do consenso, que por sua vez é um dos pilares de sustentação da hegemonia da classe dominante, que não pode ser obtida apenas mediante o uso da força. Quando Gramsci elaborou essas reflexões indicava a importância do papel da sociedade civil e suas instituições, como escolas, igrejas e sindicatos para a conformação da hegemonia. Por lógica derivava-se que quanto maior a profundidade do consenso que a classe dominante detém nas organizações da sociedade civil, menor a tendência a ter que se valer do uso da força para a realização de seus objetivos. Muito embora o debate sobre a distinção do papel da sociedade civil nas sociedades orientais e ocidentais seja alvo de controvérsias até a atualidade, e seu exame detido extrapole os limites deste trabalho, é interessante ressaltar a validade do conceito para examinar os motivos que levavam a Irmandade Muçulmana a ganharem as primeiras eleições organizadas após a queda de Mubarak.

Durante anos essa organização ampliou sua presença nas universidades durante os anos de Sadat, de onde provinham muitos militantes e posteriormente ideólogos. Além disso, a Irmandade Muçulmana havia passado a ter uma posição sólida na sociedade civil egípcia, sobretudo conforme avançava o fim do pacto de passividade em troca de assistência social dos anos Mubarak, controlando desde hospitais, escolas, e até mesmo agências de emprego. (LIMA, 2015). Assim, quando as eleições parlamentares se realizaram essa localização da Irmandade Muçulmana como ator da ampliação do Estado egípcio se traduziu em votação no Partido Justiça e Liberdade, a despeito inclusive das crises e críticas sobre o papel de sócio do SCAF durante o governo provisório:

O resultado eleitoral foi um triunfo para o PLJ e o Nour e uma decepção para as agremiações seculares: a Aliança Democrática liderada pelo PLJ recebeu 37,5% dos votos válidos e conquistou 235 dos 508 assentos da Assembleia do Povo (respondendo o PLJ por 213 das 235 cadeiras da coalizão); o Bloco Islâmico liderado pelo Nour teve 27,8% dos sufrágios e ocupou 123 cadeiras (107 destas para o Nour); o Wafd ficou em terceiro lugar com 9,2% dos votos e 41 assentos; coube ao Bloco Egípcio (PSDE e Egípcios Livres) a quarta colocação com 8,9% dos sufrágios e 35 cadeiras. Sete partidos gressos do extinto PND tiveram, somados, 9,6% dos votos e ocuparam 29 assentos. O

bloco “A Revolução Continua”, que congregava todos os movimentos liberais, de esquerda e revolucionários que haviam atuado diretamente nos 18 dias do levante popular (como a CJR), recebeu apenas 2,8% dos sufrágios, conquistando nove cadeiras na Assembleia do Povo. Formava-se o primeiro Parlamento democraticamente eleito em 60 anos de Egito republicano. (GONÇALVES, 2016, p. 111).

Já as eleições presidenciais expressaram a polarização e a fragmentação política que seguia perpassando o país. Após o segundo turno do pleito Mohamen Morsi ganha 25,3% dos votos válidos, enquanto Ahmed Shafiq, que expressava a continuidade com o governo anterior tendo sido seu o último primeiro-ministro, obteve 23,7% dos votos, disputando ambos o segundo turno, com uma baixa margem de vantagem em relação aos demais. Sahabi de orientação nasserista, que buscou se colocar como porta-voz do movimento da Praça Tahrir obteve 21,6% enquanto Aboul-Fotouh, que integrara a Irmandade Muçulmana no passado mas havia assumido uma posição mais moderada sendo expulso da organização, teve 17,9%. Por fim, Amr Mousa, ex-secretário da Liga Árabe e ministro durante o governo de Mubarak, obteve 11% como votação. No total as eleições egípcias tiveram 46% de comparecimento no primeiro turno, e 52% no segundo (CARTERCENTER, 2012, sp).

Mohammed Morsi foi eleito como o quinto presidente da história do Egito, tendo o seu governo uma duração de apenas um ano. Eleito e empossado em 30 de junho de 2012 seria destituído por um golpe dado pelos militares, em meio a uma intensa escalada de protestos contra o seu governo, culminando na declaração de sua destituição em julho de 2013. As vias que pavimentaram o caminho para o golpe foram marcadas pelo enfrentamento contínuo entre Morsi e o alto comando das Forças Armadas, sendo estes apoiados pelos Estados Unidos. Mas também derivaram da própria manutenção das configurações sociais e econômicas legadas pelo antigo regime bonapartista de Mubarak, que seguiram intactas durante o governo de Mohamed Morsi.

Os otimistas ficariam amargamente desapontados. Uma vez que ele tinha as ferramentas do Estado autoritário à sua disposição, Morsi voltou-se contra a revolução: quebrando greves, espancando manifestantes, censurando artistas, defendendo o aparato de segurança contra as demandas populares por reforma e resistindo a qualquer movimento em direção à justiça transicional. Longe de romper o antigo regime, Morsi estava decidido a coabitá-lo. Mohamed Ibrahim, um veterano do aparato de segurança mubarquista, foi nomeado ministro do Interior e acusado de reprimir manifestações. Para codificar o acordo que garantiu seu poder, Morsi retirou parte da velha guarda militar e promoveu uma nova geração de líderes do exército, incluindo um novo ministro da Defesa: Abdel Fattah el-Sisi. Concedeu bastiões de influência aos militares - incluindo um direito institucionalizado de generais levarem civis a tribunais militares - para usarem contra a oposição popular, na constituição do Egito. (SHENKER, 2016, p. 364).

Ademais dessa conduta adotada por Morsi, desde o início de seu mandato, o “Estado profundo” egípcio composto pelo SCAF, pelos demais corpos repressivos como a polícia e os serviços de inteligência, somados à burocracia estatal e ao Poder Judiciário atuaram como forças opositoras, promovendo tensões que se elevariam no decorrer do tempo. Um conflito institucional entre os portadores dos projetos bonapartistas para o Estado egípcio, configurados pelo projeto de autoritarismo islâmico moderado da Irmandade Muçulmana por um lado, e pelo bonapartismo burocrático-militar do SCAF e do Poder Judiciário por outro se enfrentariam recorrentemente. Em 8 de julho de 2012 quando Morsi tentava convocar novamente a Câmara Baixa, dissolvida anteriormente, um novo ponto de tensão se instaura com a anulação da decisão anterior do SCAF. Em resposta, o Poder Judiciário declarou que o decreto presidencial era inválido, alegando que se tratava de uma tentativa de ampliar a presença dos defensores da sharia na Câmara, forçando um recuo de Morsi. Combinado a isso, o recém empossado presidente do Egito também nomeou ministros que não estavam ligados à Irmandade Muçulmana, como Hisham Kandil, nomeado primeiro-ministro, que era um tecnocrata graduado nos Estados Unidos. (GONÇALVES, 2016)

O marechal Tantawi seguiu inicialmente a frente da pasta da Defesa, enquanto os ministros das Finanças, Momtaz Al-Saeed, e das Relações Exteriores, Mohammed Kamel Amr, também continuarão, enquanto o Ministério da Educação foi devolvido para Mostafa Mossaad e o de Habitação para Tarek Wafik, duas figuras do Partido da Liberdade e Justiça. Morsi ainda havia oferecido para o Partido Nour a pasta do Meio Ambiente, que não foi aceita, demonstrando que sua capacidade de articular a heterogênea composição para o governo não encontrava-se favorecida, a despeito da votação substancial que obtivera nas urnas. A “crise pelo alto”, um dos elementos responsáveis pela derrocada rápida do primeiro governo eleito de forma considerada relativamente legítima no Egito em décadas, se aprofunda muito rapidamente, e tendo como pano de fundo um conturbado ataque terrorista realizado em 5 de agosto de 2012, que vitimou 16 soldados. Após Tantawi recusar-se a exonerar os comandantes militares que estavam a frente dessa unidade acusados de omissão, Morsi em 12 de agosto se aproveita da comoção pública e demite Tantawi, substitui vários nomes do alto comando das Forças Armadas e publica uma nova emenda constitucional na qual determina que ele assumiria o posto de comandante-em-chefe das Forças Armadas, deixando a cargo dele próprio também o Poder Legislativo. Ademais, impôs aposentadorias compulsórias a

diversos militares ligados a Tantawi, substituindo-os por outros mais jovens, que haviam iniciado suas carreiras em meio ao governo de Sadat em meio à adoção da linha de diálogo com a Irmandade Muçulmana. (ECONOMIST, 2012) Essa medida longe de disciplinar as Forças Armadas cuja alta cúpula era parte estrutural da formação do tipo de capitalismo patrimonialista do Egito, sobretudo de Sadat em diante, instaurou uma disputa entre os “poderes de fato” contra Morsi, que também passaram a questionar as alterações constitucionais propostas pelo novo governo.

Além dessas tensões com as Forças Armadas no plano político, Morsi também os atingiria em sua posição econômica. Como já foi debatido a presença do alto comando das Forças Armadas egípcias na direção das principais empresas estatais, bem como de outros negócios, era considerável. O governo Morsi assim que eleito definiu que um novo projeto para a ampliação do Canal de Suez, transformando-o em polo logístico e tecnológico de ainda maior importância deveria ser supervisionado por um vice primeiro-ministro que se remeteria diretamente ao presidente, sem se reportar às Forças Armadas, algo que contrariava a prática comum adotada no país para esse tipo de empreendimento. Dessa maneira, Morsi pretendia que esse projeto que envolvia um investimento de US\$ 100 bilhões se daria de maneira completamente externa às Forças Armadas, através de Parcerias Público-Privadas (PPPs), de composição majoritariamente externa, o que só elevou a oposição ao seu governo nas fileiras do alto comando militar detentor de grandes parcelas da economia egípcia. Isso faria com que pela primeira vez o então ministro da Defesa, o general Fatah Abdel al-Sissi, declararia publicamente estar contra a orientação de Morsi, obrigando a que em 2013 o governo tivesse que rever a concessão desta obra, entrega-la para as Forças Armadas. Mais importante que o destino dessa empreitada, essa contenda seria o ponto de inflexão que marcava a passagem do alto comando das Forças Armadas para o polo opositor ao governo (MARSHALL, 2015).

O tema da nova Constituinte também se transformou muito rapidamente em um foco de tensões entre todas as forças políticas que tinham algum peso no regime egípcio, criando oposições entre os que buscavam uma carta mais alinhada à sharia, e os que se opunham a isso. Na ocasião da apresentação dos primeiros rascunhos da Constituição praticamente nenhum setor parecia contemplado. Ademais, em novembro uma nova crise desatara-se quando a proposta do vice primeiro-ministro Ali El-Selmi foi apresentada, indicando que somente 20% da futura Assembleia Constituinte seria composta por deputados eleitos, enquanto 80% dos demais seriam provenientes de setores da sociedade

indicados de maneira indireta, enquanto se reservava às Forças Armadas o poder de veto sobre os artigos da Constituição. (FOREIGN AFFAIRS, 2016).

Dois rascunhos da carta foram apresentados, suscitando ainda mais tensões:

Os dois rascunhos também provocaram reações iradas do Supremo Tribunal Constitucional (SCC) do Egito. Em um comunicado na terça-feira, a SCC afirmou que o rascunho da constituição retirou o tribunal de sua independência e colocou-o à mercê da presidência. A SCC passou a afirmar que seus poderes deveriam ser definidos em um capítulo separado da constituição, não sob aquele dedicado ao judiciário como um todo. "Isso é necessário para garantir que o tribunal não faça parte de qualquer autoridade; que permaneça completamente independente e que suas decisões sejam vinculativas para todas as autoridades estaduais", afirmou a SCC. O Movimento Nacional Egípcio (ENM), liderado pelo proeminente professor de direito constitucional Ibrahim Darwish, também condenou os esboços, argumentando que "eles mantêm a maioria dos poderes draconianos concedidos ao presidente pela Constituição de 1971". Em um comunicado, o ENM acrescentou: "O projeto tira as mulheres de seus direitos, alegando que esses direitos não devem violar as regras da lei islâmica. (EL-DIN, 2012, sp).

E havia aqueles que não aceitavam a carta proposta pelo argumento contrário, como os salafistas do Partido Nour que declarou que qualquer projeto de Constituinte que não declarasse abertamente que estava embasado na sharia, isto é na lei islâmica, sofreria oposição aberta de sua parte. Além dos aspectos religiosos, artigos que tratavam de demandas de gênero, liberdade de imprensa e direitos humanos também eram alvo de controvérsia, bem como a criminalização do tráfico de mulheres e crianças cuja manutenção da legalidade era defendida tanto pelos salafistas quanto pela Irmandade Muçulmana sob o argumento de que uma votação oposta seria produto da influência de valores ocidentais. (EL-DIN, 2012).

No final de novembro de 2012 poucos dias antes do julgamento que referendaria a aceitação da Constituinte, Morsi cometeu aquele que seria considerado como o equívoco que selaria seu destino ao emitir uma nova Declaração Constitucional que impediria qualquer ordem judicial de questioná-la, evocando “ato de soberania”, um conceito jurídico empregado desde 1980 e relacionado ao estado de emergência que impedia recursos judiciais à decisões do executivo sob a alegação de que isso colocaria em perigo a segurança do país. Isso foi interpretado, não sem correção pelas demais forças políticas do país, como uma tentativa de golpe por parte de Morsi, que concentraria em si um poder praticamente inquestionável em meio ao debate sobre a nova carta constitucional. Rapidamente Mohamed El-Baradei, que seguia tendo prestígio frente aos imperialismos ocidentais, Amr Moussa e Hamdeen Sabahi articularam uma campanha pela revogação

da proposta de Constituinte, e chamaram as manifestações contra Morsi na Praça Tahrir. (BROWN, 2012)

A crise das cúpulas do poder passou a se combinar com a crise provocada pela continuidade dos problemas econômicos.

As questões sociais que desencadearam os protestos de janeiro de 2011 se agravaram e as demandas por justiça social que emanaram dessas grandes manifestações permaneceram totalmente desatendidas. O poder de compra da população continuou a corroer-se diante do rápido aumento da inflação, particularmente dos produtos alimentares, enquanto a taxa de desemprego, segundo os números oficiais, subiu 4 pontos percentuais, de 9% em 2010 para 13% em 2012. O cenário socioeconômico assim descrito foi agravado por uma grave crise energética. A capacidade do país de gerar eletricidade e fornecer combustível para a população foi seriamente comprometida, resultando em apagões repetidos, longas filas nos postos de gasolina e crescente descontentamento poucas semanas após as revoltas. Embora a produção de petróleo e gás não pareça ter sofrido particularmente com a instabilidade política, o Egito não está mais em condições de satisfazer a crescente necessidade de energia do país. (PACIELO, 2013, p.3).

No entanto, o mais importante para o aprofundamento da crise econômica foi a continuidade da economia política neoliberal e adaptada às imposições dos organismos financeiros internacionais dos anos de Mubarak adotada por Morsi. Ainda que o presidente da Irmandade Muçulmana tenha no início do seu governo resistido à contração de uma nova dívida, no dia 22 de agosto de 2012 o Egito pede US\$ 4,8 bilhões ao FMI, que exigia o corte dos subsídios alimentares entre outros, levando a um alto custo social:

Mas, principalmente, as respostas dadas pelos governos responsáveis nos meses seguintes aos protestos não foram adequadas para lidar com os problemas econômicos e sociais do país. Todos os sucessivos governos reescreveram as mesmas receitas econômicas fracassadas do regime anterior e não tiveram uma visão consistente e de longo prazo. (...) A forte continuidade entre o regime de Hosni Mubarak e as figuras que lideraram o país depois de seu depoimento aparece claramente no campo da política fiscal e dos subsídios estatais. O pós-Mubarak os governos não têm a vontade de reformar seriamente o sistema tributário, de modo a redistribuir a riqueza de maneira mais equitativa e para conter o déficit orçamentário. Por exemplo, a proposta de tributar propriedades imobiliárias e transações do mercado de ações, uma proposta que já estava incluída na primeira lei de finanças (2011/2012) após as revoltas, foi arquivada repetidamente pelos governos responsáveis. O sistema fiscal egípcio continua fortemente inclinado a impostos regressivos, como impostos sobre vendas, que o então presidente Mohamed Morsi e o governo de Hesham Qandil, sob pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI), tentaram até aumentar, embora sem sucesso. (PACIELO, 2013, p.4)

Praticamente em todos os principais ramos econômicos do país havia crise. As exportações egípcias caíram 6,5%, e as importações elevaram-se 7,4% em 2012 no

comparativo ao ano anterior. O espectro da crise alimentar que havia antecipado a eclosão da Primavera Árabe no ano de 2008 ainda rondava o país, já que o Egito continuava dependente em até 55% das importações de toda a demanda por produtos alimentares básicos. Somava-se a isso a pressão das agências internacionais que elevavam a classificação de risco do Egito desde o início das manifestações em 2011. O desemprego oficial, sem considerar a taxa de desalento, isto é daqueles que simplesmente desistiam de buscar algum tipo de trabalho, chegava a 12% no ano de 2012, em sua ampla maioria ainda constituída pelos jovens de 18 a 24 anos, que seguiam sem perspectiva. Havia ainda racionalização dos subsídios de alimentos e gás doméstico, o que trazia diretas consequências sociais justamente para a parcela mais empobrecida da população, enquanto a memória da grande fome trazida pela alta dos alimentos em 2008 era ainda bastante viva. (ONU, 2013).

Além disso, se fazia presente a noção cada vez mais ampliada de que Morsi mantinha as mesmas práticas de corrupção, favorecendo empresários envolvidos em escândalos, evitando que fossem alvo de processos judiciais, e até mesmo criando organismos estatais que ampliasse o diálogo destes setores com o Estado. O mais renomado seria o Tawassul, formado para permitir que a classe empresarial mais rica do país pudesse externar diretamente aos porta-vozes do presidente Morsi suas demandas e preocupações. A junção de toda essa orientação fez com que o sentimento opositor crescesse, e as sedes do Partido Justiça e Liberdade passaram a ser alvo de protestos e ataques:

As sedes regionais do Partido da Liberdade e Justiça da Irmandade foram incendiadas; em Itthadeya, os manifestantes romperam barricadas e chegaram às paredes do palácio. Morsi era um líder encarregado de manter a revolução contida, e os velhos guardiões do Estado o tolerariam apenas enquanto cumprisse seu papel profilático de maneira eficaz. Os eventos do final de 2012 revelaram que essa “magistral solução autoritária” para o dilema de combinar políticas excludentes com demandas massivas por mudança não foi bem-sucedida. Os protestos contra o governo de Morsi aumentaram a cada mês que passava no poder, culminando em uma série de manifestações em massa que devolveram milhões às ruas no verão de 2013. (SHENKER, 2016, p. 370).

Combinava-se a isso campanhas que começavam a sair às ruas para exigir a saída de Mubarak. Dentre todos os setores que passaram a colocar essa exigência, o movimento Tamarod foi o mais relevante, e coletou cerca de 26 milhões de assinaturas em uma petição ignorada pelo governo. Dessa maneira, em 30 de junho de 2013 uma nova

manifestação de massas foi convocada, tomando uma proporção muito grande, reunindo cerca de 33 milhões de pessoas por todo o país, que tem uma população estimada de 85 milhões de pessoas. (AMIN, sp, 2013). Essa situação desataria o início do fim do que havia sido a Primavera Árabe no Egito, abrindo caminho para a ascensão de mais uma etapa de dominação ditatorial, desta vez a cargo diretamente das Forças Armadas apoiada em confusas manifestações.

4.5 Presságios do inverno: a ascensão da ditadura cívico-militar

O processo de aprovação da nova Constituição do Egito ao contrário de criar as bases para um novo regime político nascido do fim da passividade popular, polarizou de maneira superior o cenário político do país, e opôs de maneira irreconciliável os atores sociais e suas organizações. A concentração de poder na Irmandade Muçulmana que dissolveu a Assembleia do Povo, o Conselho Shura em julho de 2013, e concentrou em si a Constituinte e tal como havia tentado fazer com os generais do SCAF, dissolvido em 2012, reduziu o tempo para aposentadoria em dez anos para os juízes. Isso faria com que houvesse uma renovação geracional em meio a qual o governo esperava ampliar sua base de apoio. Simultaneamente esperava-se aumentar também o cerco à imprensa e o controle dos canais estatais de televisão por parte da Irmandade Muçulmana, e a iniciativa de Morsi de elevar de 5 para 8 ministérios sob controle do Partido Justiça e Liberdade ajudou a aprofundou a crise (COOK, 2016).

Nesses elementos residiam parte dos intentos bonapartistas fundamentais de Morsi e da Irmandade Muçulmana, muito embora a ampliação da presença daquela organização em um conjunto de 26 ministérios tenha sido superestimada como argumento para a arquitetura de um golpe que se aproximava casa vez mais. Mais do que radicalizar a implementação de uma sharia moderada, um dos elementos que teria criado bases para a derrubada de Morsi compõem-se do desagrado à cúpula das Forças Armadas, somada à prática de favorecimento dos mesmos setores empresariais dos anos de Mubarak sem que as demandas sociais e populares houvessem sido atendidas, e o crescente temor por parte das potências estrangeiras, em especial dos Estados Unidos, que um regime teocrático em um país que havia sido seu aliado histórico terminasse dificultando seus objetivos regionais.

Cabe ressaltar aqui que a Constituinte se alçou como o pilar de uma discórdia que novamente cindiu o país. Com uma oposição alimentada também pela opinião pública

internacional a nova Constituinte egípcia começou a ser questionada sob a alegação de que concedia poderes excessivos para o executivo, e o movimento conhecido como a Frente de Salvação Nacional, dirigido por Amr Moussa, Hamdeen Sabahi e El-Baradei começou a convocar um processo de boicote às eleições parlamentares que deveriam acontecer em 2013., e a tensão com a comunidade de cristãos coptas, minoria importante no Egito, levaria à ruptura desse setor com o governo:

Igualmente, em 7 de abril de 2013, teve lugar episódio que selou a separação definitiva entre o governo Morsi e a comunidade copta: enfrentamento no Cairo entre manifestantes e forças de segurança diante da Catedral de São Marcos, local de culto primaz dos coptas, resultou em vandalismo e dezenas de feridos durante missa fúnebre em curso na nave da Catedral. Embora Morsi tenha declarado, em seguida, considerar “o ataque. Catedral um ataque a mim”, a Presidência, nos dias seguintes, responsabilizou manifestantes coptas pelo confronto, em tom semelhante ao utilizado pelo SCAF por ocasião do episódio de Maspero, em outubro de 2011. O presidente, que ao ser eleito prometera governar “para todos os egípcios”, tivera sua vitória eleitoral saudada pelo Pontífice interino Anba Pachomius (no exercício do cargo após falecimento de Shenouda III em março de 2012) e aventara a possibilidade de designar vice-presidente copta, terminou por não comparecer à cerimônia de entronização de Tawadros II como novo Pontífice, em novembro de 2012, nem à missa de Natal ortodoxa na referida Catedral, em janeiro de 2013. Malgrado não haver discriminação institucional da comunidade copta sob Morsi, cristãos sofreram, em nível individual, intimidações crescentes de criminosos comuns e islamitas radicais. (GONÇALVES, 2016, p.147).

Paralelamente, o índice de aprovação do governo de Morsi começa a decair, e de julho de 2012 a maio de 2013, pouco menos de um ano, essa taxa cai de 78% para 46%, tendo nos desempregados jovens que compuseram as manifestações contra Mubarak sua maior expressão. (PEW RESEARCH CENTER, 2013) Apesar da Irmandade Muçulmana seguir tendo adesão, inclusive entre essa camada socialmente desfavorecida, a orientação adotada pelo governo era alvo de constantes questionamentos, que muitas vezes rompiam os marcos da oposição pacífica e levavam aos enfrentamentos nas ruas entre partidários e opositores.

O movimento Tamarod passou a ter crescente visibilidade e unificado ao Movimento de 6 de Abril passou a receber importantes somas das Forças Armadas, que por sua vez seguia sendo o destino do financiamento estadunidense de US\$ 2 bilhões, juntamente a parcela do empresariado descontente com Morsi. Mas os Estados Unidos passariam a atuar nos bastidores contra o governo egípcio de maneira mais decidida a partir das declarações de Morsi sobre a Síria. Naquele momento a Síria governada por Bashhar Al Assad já dava sinais de que se transformaria em um terreno de importante

guerra civil, com uma miríade de grupos de oposição de origem islâmica radical que dariam lugar ao Estado Islâmico atuando. Assim, quando no dia 15 de junho de 2013 Morsi declarou em um comício que reuniu dezenas de milhares de pessoas no Estádio Internacional do Cairo que aqueles que quisessem se unir aos sírios para impulsionar não uma oposição laica a Assad, mas uma jihad seriam bem vistos, o sinal de alerta sobre a possibilidade de uma unidade entre o governo da Irmandade Muçulmana e grupos islâmicos radicais de trajetórias incertas foi recebido pelos Estados Unidos. (MASOUD, 2013).

Desde a plataforma neoconservadora de “Guerra ao Terror” os Estados Unidos impulsionavam uma política de marginalizar os sunitas, como havia ocorrido no Iraque. Não bastou que uma repreensão pública à China e à Rússia, aliadas de Assad, se somasse à declaração do governo egípcio nas mãos da Irmandade Muçulmana sunita em meio a uma conferência que reuniu mais de 70 organizações islâmicas sunitas no Cairo em junho de 2013 para acalmar os Estados Unidos, e as Forças Armadas egípcias, seus mais importantes aliados no plano interno. (FAMY, 2013). As Forças Armadas além de terem sofrido diversos reveses em seus interesses estratégicos, não desejava se envolver em qualquer contenda regional, principalmente sob pretextos jihadistas. Como resposta passaram a estimular as manifestações de descontentamento com o governo, que eram menos coesas, tanto na composição social, mas principalmente em suas demandas, se comparadas ao levantamento iniciado em 25 de janeiro de 2011:

Os protestos de rua contra a Irmandade eram reais e revolucionários, mas houve uma falha por parte de muitos envolvidos em discernir as maneiras pelas quais o estado profundo era capaz de canalizar os desenvolvimentos para sua vantagem. O aparato de segurança que Morsi havia lutado tanto para proteger jogou seu peso por trás de uma enorme petição nacional anti-Morsi chamada Tamarod ("Rebelde"), que alegava ter coletado 23 milhões de assinaturas. Os empresários que a Irmandade havia defendido usaram seus meios de comunicação para demonizar os islamitas. E foi aqui que a revolução sofreu sua segunda traição pelos reformistas, desta vez da variedade liberal e secular. Apesar de ter pouca influência nas ruas, a Frente Nacional de Salvação (NSF), uma aliança de políticos de oposição do establishment, assumiu uma liderança organizacional formal em batalhas contra a Irmandade, e muitas vezes alegou, erroneamente, falar pela causa da revolução. Mas à medida que o envolvimento do Estado no processo se tornou mais claro, a NSF - em vez de buscar uma agenda independente contra Morsi e os generais militares - optou por formar alianças oportunistas com o "coração de aço" do país de Mubarak. Ao fazê-lo, eles se tornaram um espelho contrarrevolucionário das próprias pessoas que eles juraram destruir. (SHENKER, 2016, p. 376)

Em 30 de junho de 2013 manifestações de grande escala tomam novamente as ruas das principais cidades do país, desta vez contra o governo de Mahmoud Morsi contra

quem toda a opinião pública nacional e internacional já se levantara. No entanto, apesar de significativas, as manifestações não tiveram uma avaliação exata que pudesse caracterizar com precisão sua participação, relatando-se números que variam de 3 a 33 milhões de pessoas. No entanto, já estava claro que o governo cairia novamente, e as Forças Armadas já estavam posicionadas para tomarem seu lugar à frente do governo. No dia 1 de julho o general Fatah Abdel al-Sissi daria o ultimato que duraria 48 horas para que os termos da saída do atual governo fossem elaborados em comum acordo. Caso isso não ocorresse, as Forças Armadas iniciariam uma nova transição política a partir de um golpe. A declaração da cúpula das Forças Armadas foi bem aceita nas ruas, e as manifestações seguiram, com enfrentamentos entre setores favoráveis e contrários a Morsi, totalizando 39 mortos durante os dois dias de vigência do comunicado de Sissi. A Frente 30 de Junho se formaria na tentativa de dar ao movimento uma liderança civil, a cargo de Baradei, que ao lado do Tamarod buscava dar um rosto aparentemente democrático para o movimento de destituição de Morsi. (GONÇALVES, 2016).

Após esse primeiro momento em que as ruas pronunciariam majoritariamente que não sustentariam Morsi, a marcha dos acontecimentos avançou velozmente. No dia 2 de julho de 2013, um dia após Morsi conversar com Obama e negar a possibilidade de entregar seu posto, o primeiro presidente eleito após os levantes da Primavera Árabe egípcia declara que a oposição é composta apenas por traidores, e profere um discurso no qual reafirma sua determinação em seguir no cargo, mesmo com as prisões cada vez mais numerosas realizadas contra os membros da Irmandade Muçulmana. (KIRKPATRICK, 2013).

As Forças Armadas decidiram-se por governo de transição em que não assumiriam diretamente o poder. Não haveria um novo SCAF como Poder Executivo. Tratava-se de elemento essencial da narrativa doravante empregada, pelo governo egípcio, de que a deposição de Morsi considerava-se não por um golpe de estado, mas por uma “segunda Revolução”. Não seria, todavia, uma transição democrática. Realizar eleições livres como as de 2011 e 2012 significaria incorrer no risco de novas vitórias do PLJ, apesar de seu enfraquecimento em virtude dos equívocos do governo Morsi. Os atores institucionais buscaram inviabilizar a repetição desse cenário. Começava a contrarrevolução, com recurso, mas com a narrativa não de restauração, mas de início de nova etapa da Revolução. (GONÇALVES, 2016, p. 160).

Abria-se dessa maneira a contrarrevolução que selaria a dinâmica da ascensão de um regime político igualmente, ou ainda mais, repressivo que o de Mubarak. As Forças

Armadas, na figura de Fatah Abdel al-Sissi seriam agora os arquitetos dessa ordem que não era de fato nova:

Revoluções sempre envolvem contrarrevoluções e são uma série de escaramuças vencidas e perdidas - mas essa perda foi de uma ordem diferente. Não foram apenas as mortes que tiveram que ser lamentadas, mas a alegria com a qual essas mortes foram satisfeitas por muitos dos vivos. Fora dos círculos revolucionários ativos, o ódio justificado à liderança da Fraternidade e sua contrarrevolução era tão intenso que cegou milhões de egípcios para o papel desempenhado pelos militares naquela mesma contrarrevolução. (SHENKER, 2016, p. 381)

Dessa forma se encerraria a primeira jornada revolucionária do século XXI, dando lugar a conformação de um regime político ainda mais repressivo, e subserviente aos Estados Unidos, a cargo no início de Adlyr Mansour, nomeado pela Corte Constitucional como presidente interino. A primeira medida tomada a mando dos militares após o golpe de 3 de julho de 2013 foi o desencadeamento de uma onda repressiva endereçada violentamente contra a Irmandade Muçulmana em primeiro lugar, e em seguida contra toda e qualquer oposição. As condenações às penas de morte para os membros da Irmandade Muçulmana, posta novamente na ilegalidade e declarada como organização terrorista em dezembro de 2013, atinge os maiores patamares com a sentença determinando a morte de 529 pessoas, dos quais 400 foram julgados à revelia, acusação que posteriormente se ampliaria para 682 réus, incluindo Mohamd Badie, líder dessa organização islâmica. Posteriormente, 492 sentenças seriam convertidas em prisão perpétua. A acusação proferida pelo tribunal de Minia em março de 2014 era de participação na morte de um policial, após uma violenta repressão ao acampamento islâmico *Rabaa al-Adawiya*, que custou a vida de mais de 700 membros e simpatizantes da Irmandade Muçulmana. (GONZALEZ, 2014). A ONU considerou o julgamento arbitrário, e indicou que a sentença em massa no Egito não tinha precedentes na história recente, agravado ainda torna-se patente que o regime político tomaria um curso ainda mais bonapartista regressivo, apoiando-se em uma escala superior de repressão que derivava da ausência de respostas às demandas que haviam suscitado os levantes de 2011. As Forças Armadas garantem e ampliam suas posições econômicas, retomando a economia política típica da era Mubarak:

Os generais do SCAF tinham boas razões para temer qualquer democratização da economia do Egito. (...) Ficou claro que as empresas administradas pelo Exército permaneceriam imunes à privatização e que os altos escalões do exército estariam entre os primeiros a se beneficiar das oportunidades

lucrativas da nova era. Além disso, a Military Inc. - como às vezes é conhecida a enorme rede de empresas e conglomerados controlados pelo exército do Egito - conseguiu obter novas e lucrativas enredar fluxos sob Mubarak, expandindo sua produção de material de guerra em áreas comerciais. Pela eclosão da revolução em 2011, o âmbito econômico do exército tinha crescido tanto que estava diretamente envolvido em sectores tão diversos como transporte marítimo, óleo, energia renovável, imobiliário, portos e estaleiros, manutenção do transporte privado, a produção de fertilizantes, vagões ferroviários, hardware de computador, oleodutos (...). Esse império econômico se baseava cada vez mais em parcerias lucrativas com corporações internacionais - de fábricas petroquímicas italianas a grandes conglomerados do Golfo, como o Kharafi Group, do Kuwait, que através de sua subsidiária americana de alimentos opera as lojas KFC, Pizza Hut e Krispy Kreme em todo o Oriente Médio. A estreita integração financeira com o capital multinacional não era novidade para uma instituição que há muito desfrutava de laços financeiros transatlânticos no valor de centenas de milhões de dólares para empresas como a Lockheed Martin e a empresa de consultoria Deloitte; agora, parceiros civis como a Tesco, Macy's e A Costa Coffee também estava sendo arrastada para o domínio econômico da Military Inc. (...) Para o SCAF, as ruidosas denúncias da revolução sobre a injustiça econômica representavam mais do que apenas um desafio para o veículo militar de controle político, o Estado; inextricavelmente, eles também ameaçaram torpedear as fortunas financeiras privadas do exército. (SHENKER, 2016, p.397)

Após sucessivos atrasos no calendário eleitoral, foram organizadas as primeiras eleições ao final de maio de 2014, cujo resultado repetia o padrão vigente durante os anos Mubarak ao ser conhecido antes mesmo de realizado o pleito. A vitória seria do general Fatah Abdel el-Sissi, que se postulou como nome forte das Forças Armadas após a aposentadoria de Omar Suleiman, em uma votação de baixa participação que teve de contar com a extensão imprevista de mais um dia de duração para elevar seu quórum acima dos 20%. Como assinala um artigo publicado no Foreign Affairs:

Desde então, grandes partes da sociedade se fundiram em torno de Sisi como a personificação de uma renovada força nacionalista do poder egípcio. Ele é uma espécie de leão da mídia estatal e elogiado por figuras do extinto partido governante de Mubarak e de redes capitalistas de compadrio. Grande parte da população em geral, fora da Irmandade Muçulmana e dos revolucionários, vê-o acima da disputa política. Noivas professam querer se casar com ele, e os homens projetam sua masculinidade para reforçar seu patriarcado. E aqueles que clamam por estabilidade - dos magnatas da mídia aos médios egípcios e ao secretário de Estado dos EUA, John Kerry - falam de roteiros democráticos e eleições vindouras, enquanto varrem a realidade política embaixo do tapete. (...) Quando a revolução acabou, quase todo o controle político estava nas mãos do SCAF. Nesse ponto, o conselho tinha várias opções. Poderia ter governado por conta própria, mas não queria. Em vez disso, os generais decidiram proteger seus interesses, mas se esconderam atrás de um rosto civil. Por isso, procurou uma administração civil que não pudesse contestá-lo. No processo, reduziu o regime de Mubarak, que foi projetado para servir a múltiplos grupos e redes, em um sistema que serviria apenas aos interesses dos militares. (STACHER, 2014, 167).

Com o resultado eleitoral que deu a vitória a Sissi a violência estatal atingiu patamares inéditos. Até julho de 2015 estima-se de acordo com os indicadores oficiais cerca de 1800 civis haviam sido mortos pela repressão estatal, e o país que havia deixado de ser palco de contínuos ataques terroristas passou a ser um terreno para este tipo de ação por parte de várias organizações, inclusive do Estado Islâmico (SHENKER, 2016).

Como será debatido adiante, o enfraquecimento e a perseguição à Irmandade Muçulmana como medida protagonizada pelas Forças Armadas, e apoiada pelos Estados Unidos, teria como consequência o aprofundamento da radicalização sobretudo da juventude islâmica, trazendo efeitos inclusive regionais. É em base a essa situação que a cúpula das Forças Armadas determinada a manter a economia política de Mubarak, e encerrar a primavera aberta em janeiro de 2011, utilizando-se de condições mais favoráveis na opinião pública para avançar na concentrando o poder político sob o argumento de que haveria que combater o radicalismo islâmico. A situação aberta na Síria, com a degeneração dos protestos populares em uma guerra civil que ajudou a disseminar o poder do Estado Islâmico, e os bombardeios da OTAN e a consequente divisão da Líbia, reduzida a uma miríade de clãs tribais que enfrentavam-se entre si dia e noite, atuavam como lembranças constantes aos egípcios do sentido que assumia a estabilidade violenta do Estado policial de Sissi, apoiada pelos Estados Unidos.

Desde então, ao contrário de conquistas democráticas, o que se desenvolveu no Egito foi a crescente tendência à reprodução de um regime autocrático das Forças Armadas, sobretudo personificados em Abdel al-Sissi que acaba de se reeleger nas eleições de março de 2019. Estas eleições não superaram o comparecimento de 40% da população votante às urnas, se assemelhando às realizadas sob a era de Mubarak, com opositores sendo forçados a desistir de candidaturas. Uma das emendas constitucionais que estão em debate enquanto esse trabalho é escrito é a que concede a Sissi a possibilidade de concorrer uma vez mais, e garantir a presidência do país em 2023. (ECONOMIST, 2018)

Paralelo a isso, Sissi está investindo na construção de uma nova capital para o Egito no meio do deserto para substituir a milenar Cairo, promovendo licitações que se transformaram em um grande atrativo para as empreiteiras capazes de competir nos mercados internacionais. Como aponta o The Economist:

Ninguém sabe quanto tudo isso custará (a estimativa inicial foi de US \$ 45 bilhões) ou como o Egito pagará por isso. O projeto tem sido afetado por problemas financeiros desde seu início em 2015. As negociações do contrato

estagnaram com a Emaar, uma gigante imobiliária de Dubai, e com uma segunda empresa chinesa destinada a construir US\$ 20 bilhões em instalações. Como sempre no Egito, o exército entrou na brecha. Ela é proprietária de 51% da empresa que supervisiona o projeto, com o restante controlado pelo Ministério da Habitação. Uma modesta primeira fase abre este ano. O Parlamento espera mudar já neste verão. Cerca de 50.000 burocratas (menos de 1% dos trabalhadores do setor público) seguirão em breve. Mas as embaixadas estrangeiras estão relutantes em se mudar enquanto a cidade ainda está deserta. Eles também se preocupam que, confinados a uma cidade com um “centro de comando” do exército, eles ficarão isolados do que resta da sociedade civil. O governo de Sisi avisa que não pode (ou não vai) garantir embaixadas no Cairo (...).No dia 25 de janeiro, os egípcios comemoram o aniversário da revolução que derrubou Mubarak. Seu antigo ministro das Relações Exteriores, Ahmed Aboul Gheit, lembrou-se de ter assistido à agitação da janela de seu escritório. Cairenes logo terão que viajar se quiserem confrontar o governo. Isso foi, sem dúvida, parte do plano. (ECONOMIST, 2018, sp)

Sisi está abertamente inspirando-se nos antigos faraós que transferiram a capital do país de Tebas para Memphis, e daí para Alexandria, para um milênio depois ser sediada no Cairo em 969 antes de Cristo quando os conquistadores fatimídias encomendaram uma cidade murada para marcar sua vitória. Para a imensa maioria da população egípcia pouco mudou. Em 2018 estima-se que 27% da população egípcia siga abaixo da linha da pobreza. Completando o quadro Mubarak foi solto em 2017. (BLOOMBERG, 2019)

Morsi faleceu em circunstâncias pouco claras em junho de 2019. Enquanto essas linhas são elaboradas novas manifestações ocorrem no Egito, exigindo a saída de Fatah Abdel Al-Sisi. Embora as manifestações do final do ano de 2019 por ora não assumam uma envergadura equiparável aos acontecimentos de janeiro de 2011, resumindo-se a uma pequena vanguarda, demonstram que o ciclo de bonapartismo que a princípio sugere movimento de constante retorno no Egito não é estável.

4.6 Apontamentos para um balanço da Primavera egípcia

Transcorrida uma década desde o início dos eventos que culminaram nos “Dias da Ira” em 25 de janeiro de 2011, a Primavera Árabe e a forma que assumiu no Egito seguem sendo alvos de debates polêmicos sobre a melhor forma de defini-los. Evidentemente que as caracterizações variam de acordo com o ponto de vista teórico do qual se parte, o que define por sua vez a importância conferida a cada sujeito social atuante, em meio a um processo social de tamanha complexidade. Para parte dos analistas e teóricos geopolíticos realistas, a Primavera Árabe como um todo, e o processo egípcio em particular, foi também um produto da utilização das redes sociais e de táticas da guerra

híbrida, lançadas pelas ONGs e corporações ligadas ao establishment. Dentre este escopo de análise costuma ser relativamente disseminado um balanço que sublinha os seus resultados, negativos, e da agenda de instauração de democracias liberais na região (STRATFOR 2011; FRIEDMAN, 2014). Em relação aos impactos para os Estados Unidos a leitura mais amplamente encontrada aponta as contradições do surgimento do Estado Islâmico, e as dificuldades das guerras sem ganho claro como elementos de relevância. (KISSINGER, 2017).

O debate com a concepção de que a Primavera Árabe seria produto da execução de táticas de guerra híbrida, que confere aos algoritmos e não à luta de classes a qualidade de atuar como um motor da história, é feito de maneira mais aprofundada no capítulo 4. Aqui cabe apenas ressaltar que ainda que organizações não-governamentais como o CANVAS, ou membros de grandes corporações como o Google, tenham treinado ativistas egípcios, e as redes sociais cumpriram um papel de organizador virtual do movimento, a Primavera Árabe não poderia ser um mero resultado dessas iniciativas. Como buscou-se argumentar nos capítulos predecessores foi a eclosão das contradições gestadas durante décadas pela ingerência imperialista na região do MENA e pela economia política de Hosni Mubarak. Tratou-se de um processo profundo antecedido pelas greves e movimentos contra a fome no ano de 2008, e pelas manifestações contra a repressão bonapartista de Mubarak em 2011.

Portanto a hipótese apresentada por este trabalho é a de que se tratou do primeiro processo revolucionário no século XXI. No entanto, a derrota de tal processo suscita uma série de questionamentos. Primeiramente emerge o questionamento relativo à que tipo de revolução teria se dado na região do MENA. Esta questão leva à uma segunda, que refere-se ao método de avaliação de um processo revolucionário. Uma via coerente de avaliação das revoluções deve sublinhar suas demandas e atores sociais, ou seus resultados? Esta questão pode parecer simples ao princípio, mas é tema de amplos debates entre os que se debruçam sobre este problema, tanto entre os autores marxistas como de outras vertentes. Por fim, se a Primavera Árabe egípcia teve o ciclo aberto em 2008 encerrado em 2013 com a ascensão da ditadura cívico-militar de Mubarak quais foram os elementos cruciais que atuaram para isso?

A discussão sobre o que caracteriza uma revolução e os tipos que podem se dar é extremamente ampla. Embora seja especialmente caro aos teóricos marxistas, não é uma exclusividade de autores desta corrente. Trataremos aqui exclusivamente das revoluções sociais, ou seja, as que compreendem processos que envolvem luta de classes direta, não

nos centrando, portanto, nas transformações unicamente centrada nas forças produtivas englobando seus aspectos tecnológicos, como a revolução industrial inglesa do século XVIII.

Pode-se afirmar em linhas gerais que para Marx a existência dos processos revolucionários deriva das transformações operadas no interior do modo de produção vigente, que fazem com que o nível alcançado pelas forças produtivas encontre-se aprisionado pelas relações sociais de produção, gerando uma contradição que obriga a criar as situações revolucionárias. Portanto, um processo revolucionário tem suas raízes na transformação das relações de produção em um obstáculo. Mesmo antes de suas elaborações maduras, Marx e Engels indicavam que as revoluções ocorrem nas condições históricas legadas a cada geração, e não podem ser consideradas como eventos que se reproduzem na história, seja em termos de intensidade, seja no que se refere aos seus resultados.

São igualmente essas condições de vida, que cada geração encontra já elaboradas, que determinam se o abalo revolucionário que se reproduz periodicamente na história será suficientemente forte para derrubar as bases de tudo quanto existe; os elementos materiais de uma subversão total são, por um lado, as forças produtivas existentes e, por outro, a substituição de uma massa revolucionária que faça a revolução não apenas contra as condições particulares da sociedade passada mas ainda contra a própria «produção da vida» anterior, contra o «conjunto da atividade» que é o seu fundamento; se estas condições não existem, é perfeitamente indiferente, para o desenvolvimento prático, que a ideia desta revolução já tenha sido expressa mil vezes como o prova a história do comunismo. (MARX, ENGELS, 2007 [1845-46], p.45)

Assim, as condições para uma revolução derivam da própria contradição existente entre modo e relações de produção, isto é das bases econômicas legadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo. Mas cabe aqui ressaltar que isso não significa que haja uma concepção determinista desta dialética, ou economicista em Marx. É inexistente a noção, muitas vezes atribuída à Marx, de que sua teoria seria resumida à declaração da supremacia da economia de forma a negar a apreensão do conjunto das relações sociais em todas as suas esferas. O que havia na extensa crítica desenvolvida por Marx era a indicação de que a economia capitalista contém o cerne da dominação empreendida pelas classes possuidoras aos trabalhadores. Dessa forma, a centralidade da dimensão econômica revela-se não como uma sobreposição às formas sociais que uma revolução pode assumir, mas como um fundamento que depende de distintos fatores para se desenvolver.

Dessa forma, as transformações operadas no interior do próprio modo de produção feudal dão lugar às condições para a realização da revolução burguesa considerada clássica, a francesa de 1789. Não é objetivo deste trabalho esmiuçar esses temas, que já foram amplamente debatidos e analisados, a começar pelo próprio Marx. Cabe aqui apenas ressaltar como em seus escritos sobre as revoluções europeias de 1848, Marx desenvolve uma profunda crítica que contrasta a burguesia de contornos mais revolucionários, isto é a francesa, sujeito da revolução de 1789, com a pusilânime burguesia europeia de 1848, em especial a alemã que se revelaria como a mais conservadora. Isso porque em sua teoria pressupõe-se que a revolução burguesa é uma condição prévia para a luta da classe trabalhadora por sua emancipação, na medida em que do ponto de vista econômico engendra a dialética entre relações e modo de produção, e no campo político opera uma simplificação, “deixando diante do proletariado um único inimigo a ser abatido: a própria burguesia”. (LOWY, 1978, sp).

Mas as revoluções de 1848 e a Comuna de Paris de 1871, essa segunda a experiência mais avançada que Marx pôde assistir, indicavam que se tratava de um momento histórico marcado pela não mais existência de uma burguesia revolucionária como norma, e uma não ainda maturidade das condições subjetivas dos trabalhadores como sujeitos sociais independentes. O aspecto mais conhecido da apreciação crítica de Marx sobre a Comuna de Paris após sua derrota era a de que os trabalhadores não poderiam simplesmente se apoderar da máquina estatal tal como se apresentava para colocá-la a serviço de seus objetivos. Era preciso quebra-la, e então reconstruí-la sobre novas bases. (MARX, 1872).

Entretanto, isso não se tornou um entrave para a definição de ambos os processos como revolucionários, ainda que a Comuna de Paris fosse considerada por Marx como um processo superior à Primavera dos Povos de 1848. A grande distinção estava que enquanto a sublevação dos *communards* se apresentava como um incipiente ensaio das revoluções que ocorreriam a partir das transformações operadas no capitalismo durante a passagem do século XIX para o século XX²², a Primavera dos Povos mostrava a passagem da burguesia para a condição de classe conservadora. Assim, nota-se que a caracterização da Comuna de Paris como um processo revolucionário Marx destaca com relevância as demandas, que dentre outros elementos políticos questionava a existência de Estado

²² A este respeito Trotsky em seu texto “90 anos do Manifesto Comunista” afirma que Marx teria em sua teoria da revolução aplicada às experiências ocorridas no século XIX “confundido as dores do parto, com a agonia da morte” do capitalismo.

separado que se destaca acima de sua população, com um braço armado e uma burocracia exterior a ela.

No caso da Primavera dos Povos de 1848 a definição oferecida por Marx destaca com elevada ênfase o papel cumprido pelos trabalhadores, ainda que não tenham atuado de maneira independente, mas detrás dos interesses e da direção política da burguesia. Em seus escritos de 1848 Marx observa que “burguesia não tinha mexido um dedo, deixando o povo bater-se por ela”. (MARX, 1848, p.40). Esta ausência de tenacidade e audácia revolucionária da burguesia prussiana de 1848 contrasta para Marx com o caráter exercido resolutamente assumido pela burguesia inglesa em 1649 e francesa em 1789, impactando diretamente na qualidade destes processos revolucionários. Dessa maneira Marx aponta a diferença entre as revoluções de 1648 e 1789 como autênticas revoluções europeias, que marcavam uma mudança de época, que transcendia em importância os limites nacionais. Naqueles processos os trabalhadores não cumpriram um papel independente por não terem interesses separados da burguesia. Algo completamente distinto do que ocorre na Prússia em 1848:

As revoluções de 1648 e de 1789 de modo algum foram revoluções *inglesas ou francesas*, foram revoluções de estilo *européu*. Não foram a vitória de uma classe *determinada* da sociedade sobre a velha ordem política; foram a *proclamação da ordem política para a nova sociedade europeia*. Nelas, a burguesia venceu; mas a *vitória da burguesia* foi então a *vitória de uma nova ordem social*, a vitória da propriedade burguesa sobre a feudal (...) Na *revolução prussiana de Março* nada disto [se dá]. (...) Muito longe de ser uma revolução europeia, foi apenas a repercussão atrofiada de uma revolução europeia num país atrasado. Em vez de estar avançada em relação ao seu século, estava mais de meio século atrasada em relação ao seu século. Era desde o princípio *secundária*, mas é sabido que as doenças secundárias são mais difíceis de curar e simultaneamente desgastam mais o corpo do que as primitivas. Não se tratava do estabelecimento de uma nova sociedade, mas da ressurreição berlinense da sociedade falecida em Paris. A revolução prussiana de Março nem sequer era *nacional, alemã*; desde o princípio, era *provincial-prussiana*. As insurreições de Viena, de Kassel, de München, toda a espécie de insurreições provinciais, se deram nas proximidades dela e disputaram-lhe o primado. (MARX, 1848, p.103)

Dessa forma, a ação das distintas classes sociais nos processos revolucionários impacta em sua profundidade e nos seus resultados, fazendo com que se possam definir distinções qualitativas entre as várias formas que um processo revolucionário assume. Mas ainda que Marx trace uma distinção entre a clássica revolução burguesa de 1789 e os processos de 1848, sublinhando a debilidade da classe que deveria ser dirigente do segundo processo, cabe ressaltar duas questões. A primeira é a de que mesmo que 1848

não tenha sido uma revolução europeia, por ser atrasada em relação ao seu século, tratava-se de “repercussão” da revolução europeia. A segunda questão é que em termos históricos o século XIX marcou-se como o interlúdio entre a época das revoluções burguesas e a época das revoluções socialistas, que seria inaugurada com o advento das transformações do capitalismo de livre concorrência para o capitalismo imperialista, operando mudanças de grandes proporções nas crises, guerras e revoluções que se abateriam sobre o mundo a partir de então. Definir qual seria o tipo de revolução cabível a cada momento histórico constituiu-se como um grande debate para os teóricos marxistas, pois disso deriva a avaliação do resultado de cada uma delas.

Lênin define que o advento do imperialismo deveria ser entendido como uma verdadeira transformação de época. Muito embora sua elaboração a respeito do tema tenha se centrado nos aspectos econômicos, restrição para a qual a vigilância instaurada pelo czarismo cumpriu um papel fundamental, o entendimento de que a transformação do capitalismo de livre concorrência em capitalismo monopolístico marcado pela associação do capital bancário e industrial levava ao aprofundamento das tensões entre as classes no interior de cada país, e da elevação sem precedentes das disputas interestatais, denota que não se tratavam apenas de debates para especialistas em economia. A definição leninista sobre a natureza do imperialismo levava conseqüentemente a grandes impactos nas formas que a revolução e as guerras assumiriam. Neste sentido as formulações que o debate econômico assume para Lênin sobre as transformações do capitalismo, para as quais as elaborações prévias de Hilferding e Hobson cumprem um papel importante, indicam igualmente uma nova dinâmica das guerras:

Vale destacar que a situação apontada por Lenin enfatiza duas situações então em curso: de um lado, o crescimento dos monopólios e sua expansão, com um cortejo de transformações na vida social e, de outro, as guerras entre países imperialistas para o controle direto ou semidireto de territórios dos demais países. A luta de classes se multiplicava com o enfrentamento entre trabalho e capital, a luta entre países centrais e entre eles e os demais países; estes últimos reduzidos a colônias ou semicolônias. O cerne coerente e central de seu argumento procurava o fio da luta de classes que permitia explicar a guerra entre países. Sem meias palavras, Lenin apontou que a escala da expansão de capitais, em inícios do século XX, transformara qualitativamente o capitalismo, sendo o imperialismo monopolista o seu resultado e aprofundamento, introduzindo novos traços e nova complexidade à luta de classes. (FONTES, 2010, p.150)

Da época imperialista deriva-se então que o período histórico marcado pelas revoluções burguesas como paradigma teria se encerrado, abrindo caminho para o início

de uma época de revoluções cujos sujeitos sociais seriam os trabalhadores, e as demandas e reivindicações deveriam se voltar à transformação da ordem econômica, política e social capitalista. Estas conclusões de que as transformações provenientes da época imperialista impactam não apenas a natureza das guerras no século XX, como o conjunto da luta de classes, e sobretudo, da dinâmica das revoluções, ganha uma expressão teórica mais acabada com a formulação da teoria da revolução permanente de Leon Trotsky.

Muitas vezes esta teoria foi erroneamente entendida em algumas interpretações como se fosse o equivalente a uma estratégia de ofensiva permanente, isto é uma orientação embasada na utilização exclusiva de táticas ofensivas por parte das classes subalternas. Contrariamente a esse entendimento equivocado, a teoria da revolução permanente partia de uma concepção totalizante das relações contraditórias entaboadas entre as classes, e cada país em particular, partindo das distinções existentes entre os diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas de cada país, e o papel igualmente distinto que as nações detinham na divisão internacional do trabalho. A noção do desenvolvimento desigual e combinado já debatida neste trabalho atua como um dos pilares da teoria da revolução permanente.

Grosso modo, a teoria da revolução permanente tem suas origens nas avaliações críticas sobre uma das primeiras experiências da classe trabalhadora russa em meio a época imperialista, com a revolução de 1905. Um debate amplo se desenvolveu entre Kautsky, Rosa Luxemburgo, David Riazanov, Franz Mehring, Parvus e Trotsky. Este último elabora *Balanços e Perspectivas*, obra em que pela emergência sistematizadas algumas das teses fundamentais da teoria da revolução permanente, que realiza um caminho nos escritos de Trotsky que acompanham os acontecimentos da luta de classes internacional que ele pôde vivenciar.

Em outras palavras, a teoria da revolução permanente emerge em meio ao debate existente entre a vanguarda revolucionária russa sobre as particularidades da revolução naquele país. É na discussão entre mencheviques e bolcheviques sobre se haveria que derrubar o regime czarista para desenvolver um longo período de capitalismo sob a democracia liberal, ou se estariam já colocadas as condições para que os trabalhadores em aliança com o campesinato russo tomassem o poder e instaurassem um regime de produção e um governo próprio que residia a questão da revolução permanente. Esta segunda posição assumida por Trotsky em 1905 e com a qual Lenin conflui na prática com as suas Teses de Abril em 1917 ainda estava restrita ao debate exclusivamente russo. É somente com os debates abertos em 1926 a propósito da revolução chinesa derrotada,

na qual os comunistas chineses orientados por Stalin anulam sua independência política e se somam ao nacionalista Partido Kuomintang, que persegue e assassina os comunistas posteriormente, que se inicia a generalização da teoria da revolução permanente como perspectiva para os países semicoloniais ou de desenvolvimento dependente. (BROUÉ, 2007). É apenas uma década antes de seu assassinato em 1940 Trotsky formula a teoria da revolução permanente, já não mais como um conjunto de teses para a revolução nos países de capitalismo atrasado, mas como uma teoria-programa da revolução na época imperialista tomada em sua totalidade.

Nas *Teses da Revolução Permanente* de 1940, dentre outros aspectos nota-se a relevância dada por Trotsky à debilidade da classe burguesa dos países de capitalismo atrasado para realizarem as tarefas de sua própria revolução:

Para os países de desenvolvimento burguês atrasado e, em particular, para os países coloniais e semicoloniais, a teoria da revolução permanente significa que a resolução íntegra e efetiva das suas tarefas democráticas e de libertação nacional somente pode ser concebida por meio da ditadura do proletariado, que se coloca à cabeça da nação oprimida e, primeiro de tudo, das suas massas camponesas. (TROTSKY, 2008, 1940, p.7)

Por tarefas democráticas neste contexto entende-se não àquelas relativas aos direitos políticos dos regimes políticos democrático-liberais, mas sobretudo as resolvidas pela clássica revolução burguesa na França de 1789, consideradas estruturais, tais como a supressão da ingerência externa e a divisão das terras. Essas tarefas não haviam sido realizadas em boa parcela do mundo semicolonial no início do século XX, devido às ligações que as classes dominantes dos países semicoloniais detinham desde a sua origem com o capital imperialista. Dessa maneira, se depreende então que as tarefas sociais que em outros momentos históricos cabiam à burguesia, agora teriam que ser realizadas pela classe trabalhadora em aliança com o campesinato. Isso é uma decorrência da divisão internacional do trabalho imposta pela hierarquia das nações na época imperialista, em que “umas ascendem em detrimento de outras”. O “caráter pusilânime” que Marx apontou como uma das marcas da burguesia prussiana em 1848 não seria proveniente a partir da entrada na época imperialista apenas da ausência de audácia, ou qualquer outra valoração moral, e até mesmo de debilidades programáticas, mas da localização que as burguesias dos países de capitalismo atrasado detêm na economia quando considerada em sua totalidade, isto é sob quais relações essa se insere no sistema internacional.

Desta dinâmica deriva-se que:

Encerra-se esquema do desenvolvimento da revolução mundial antes traçado elimina a questão dos países "maduros" ou "não maduros" para o socialismo, segundo a classificação pedante e morta que estabeleceu o atual programa da Internacional Comunista. Na medida em que o capitalismo criou o mercado mundial, a divisão mundial do trabalho e as forças produtivas mundiais, preparou o conjunto da economia mundial para a transformação socialista. Os diferentes países atingirão essa fase a ritmos diferentes. Em certas circunstâncias países atrasados podem chegar à ditadura do proletariado mais rapidamente do que países avançados, mas atingirão o socialismo mais tarde do que estes. Um país colonial ou semicolonial atrasado, cujo proletariado não esteja suficientemente preparado para agrupar a sua volta o campesinato e para conquistar o poder, é, por esse mesmo fato, incapaz de levar a bom termo a revolução democrática. Em compensação, num país em que o proletariado chegue ao poder no seguimento de uma revolução democrática, o destino ulterior da ditadura e do socialismo dependerá menos, no fim das contas, das forças produtivas nacionais do que do desenvolvimento da revolução socialista internacional. (TROTSKY, 2008, [1940], p.32)

Portanto, para a teoria da revolução permanente a dialética entre a dinâmica expansiva do capitalismo sob o imperialismo, e as condições nacionais particulares de cada nação estabelecia que um país semicolonial poderia pelas suas contradições sociais ser o terreno onde as revoluções poderiam dar-se primeiro. Dessa maneira a interpretação dogmática de Marx e Engels segundo a qual as revoluções socialistas apenas poderiam dar-se nos países de capitalismo avançado, pois aí as forças produtivas já teriam atingido seu mais alto grau de maturidade, passa a ser considerada superada sob o exemplo da revolução russa. Mas, por outro lado as revoluções nos países semicoloniais dependeriam ainda mais da dinâmica internacional. Posto em outras palavras, a revolução nos países semicoloniais e dependentes poderia chegar mais cedo, mas sua dependência econômica e desenvolvimento das forças produtivas a fariam tais nações chegarem mais tarde ao socialismo que as nações imperialistas.

O capital nacional no mundo colonial não pôde se desenvolver da mesma maneira que nos países avançados, porque o capital, em sua forma internacional, financeira, monopolista desenvolvida, isto é, na forma imperialista, já estava lá. A mudança de paradigma que viu o subdesenvolvimento nacional como a consequência lógica do desenvolvimento capitalista global também incluiu a rejeição de uma compreensão trágica da revolução colonial. O caráter reacionário do capitalismo global tornou-se absoluto: portanto, como perspectiva geral, a revolução e o desenvolvimento burgueses numa base capitalista não eram mais uma possibilidade nos países em desenvolvimento. O proletariado teve que assumir um papel de liderança nos movimentos de libertação nacional, empurrando-os para a revolução socialista. Como uma crítica da teoria stalinista de dois estágios, a revolução permanente libertou as classes trabalhadoras do mundo de "esperar" seu tempo e tocar o segundo violino a uma burguesia progressista imaginária que teve que realizar alguma tarefa histórica predeterminada. Pelo contrário, quando o capitalismo se rompeu em seu elo mais fraco, o proletariado colonial desempenhou um papel crucial e de vanguarda ao iniciar a revolução mundial. (SMET, 2016, p. 225)

Assim, as revoluções democráticas assumem de acordo com a teoria da revolução permanente um caráter que deveria ser transcendido em sua dinâmica. Ao ser a classe trabalhadora o sujeito social em potencial capaz de oferecer uma saída de conjunto às contradições engendradas pelo capitalismo, por ser aquela que entre as duas únicas classes com interesses estratégicos verdadeiramente próprios, a burguesia e os trabalhadores, a que pode cumprir um papel efetivamente revolucionário, se veria uma vez desatada uma revolução democrática impelida a assumir para si as tarefas da própria revolução burguesa inacabada nos países semicoloniais. Portanto, uma revolução democrática que se detivesse nas conquistas democrático-liberais sem romper o âmbito do capitalismo não seria de acordo com a teoria da revolução permanente uma revolução democrática vitoriosa, mas uma revolução socialista prematura, incapaz de solucionar em profundidade os problemas que a suscitou. Como Trotsky assinala abaixo:

Después de la guerra, se produjeron una serie de revoluciones, que significaron brillantes victorias: en Rusia, en Alemania, en Austria-Hungría, más tarde en España. Pero fue sólo en Rusia donde el proletariado tomó plenamente el poder en sus manos, expropió a sus explotadores y, gracias a ellos, supo como crear y mantener un Estado Obrero. En todos los otros casos, el proletariado a pesar de la victoria se detuvo, por causa de dirección, a mitad de camino. El resultado de esto fue que el poder escapó de sus manos y, desplazándose de izquierda a derecha, terminó siendo el botín del fascismo. En una serie de otros países, el poder cayó en manos de una dictadura militar. En cada uno de ellos, el parlamento no ha mostrado tener la capacidad de conciliar las contradicciones de clase y asegurar la marcha pacífica de los acontecimientos. El conflicto se resolvió con las armas en la mano (...) las libertades de la democracia burguesa, ... en el terreno del estado burgués" sería producto no de una "revolución democrática triunfante", como etapa independiente previa a la revolución socialista, sino del "aborto de una revolución proletaria insuficientemente madura y prematura" en el caso italiano; o de "una contrarrevolución burguesa obligada por las circunstancias a revestir después de la victoria obtenida por el proletariado, formas pseudodemocráticas. (TROTSKY, 1936, sp)

Denota-se então que a teoria da revolução permanente, bem como grande parteda produção teórica marxiana e marxista elaborada entre 1848 até o período que compreende o entre guerrasmundiais do século XX destaca a importância da relação entre fatores objetivos, definidos pela economia, e subjetivos, que se remetem à organização dos trabalhadores, para que um processo revolucionário se desenvolva em bom termo. Trotsky inicia o Programa de Transição com uma categórica afirmação de que as forças produtivas não apenas pararam de crescer, como já estão em putrefação, e que se a revolução ainda não se disseminava pelo mundo era por conta essencialmente das debilidades subjetivas dos trabalhadores. Elaborado em 1940 este prognóstico encontrava

nos processos convulsivos de revolução e contrarrevolução que antecederam, e fizeram parte da própria Segunda Guerra Mundial, uma confirmação. (DEUTSCHER, 2006)

Não retomaremos aqui o debate sobre como as debilidades subjetivas da organização dos trabalhadores operaram no mundo ao fim da Segunda Guerra Mundial. Cabe apenas notar aqui que ao contrário do que esperava Trotsky, Stalin não saiu derrotado por uma nova revolução política, que deveria retomar a organização dos soviets como expressão da democracia direta a ser exercida pelos trabalhadores, e reinstaurar o internacionalismo como prática da URSS. Ao contrário, Stalin e a URSS emergem prestigiados, controlando um terço do mundo, enquanto as revoluções que ocorrem na periferia do sistema, como a cubana e a chinesa, tampouco contestam a logicada política internacional exercida como Estado-nação, segundo o qual “os conflitos sociais, o elemento popular da guerra, não podem mais que revestir-se de uma forma: a da nação”. (NAVILLE, 2005, p. 301).

Entretanto, por mais que os resultados da Segunda Guerra Mundial tenham sido distintos ao previsto por Trotsky, a vigência de sua teoria da revolução deriva em partes da permanência das condições objetivas para tal, e não de sua frequência, para a qual os fatores subjetivos cumprem um papel fundamental. Dessa maneira, a teoria da revolução permanente segue sendo um instrumental teórico valioso para avaliar os movimentos atuais, se partimos de que o mundo na virada do século XX para o século XXI ainda está marcado por fatores como

(...) a falsidade dos prognósticos dos que imaginaram um mundo pós-industrial, pós-capitalista e pós-moderno, no qual o trabalho perderia tanto seu sentido ontológico de configuração do ser humano, quanto seu sentido de base para a emancipação da humanidade, ou, ainda, o de elemento fundamental para extração do mais-valor e para a reprodução do capital. Ao contrário, a difusão da industrialização, isto é, de formas massivas de extração de mais-valor, sob suas mais variadas modalidades, fabril ou outras, arrisca submergir a humanidade em dejetos; a produção de trabalhadores disponíveis para o mercado acelerou-se com a superposição de inúmeras expropriações, incidindo em todo o mundo, embora de maneira desigual e intensificando crises sociais, porém barateou em nível planetário o valor da força de trabalho. A concentração de capitais atinge patamares inimagináveis e produz uma gigantesca socialização das forças produtivas – muito além do que uma ideia singela de mercado mundial ou de império pode expressar – porém reforçando em proporção equivalente a alienação dos trabalhadores diante das dimensões internacionais ciclópicas de sua cooperação real, aprofundando o estranhamento da grande maioria da população perante o mundo que ajudam a construir, ainda que o façam de maneira crescentemente destrutiva, pois impulsionada pelo capital e encapsulada por sua lógica. (FONTES, 2010, p.150).

A interpretação do momento histórico corrente, com as suas manifestações capitalistas concretas, determina, portanto, um debate sobre quais tipos de revolução estão postas. Isso não equivale a afirmar que uma vez definido o tipo de revolução correspondente às caracterizações de época, entendida esta como algo que modela as relações de produção, a realidade estaria marcada única e exclusivamente por eventos semelhantes aos definidos teoricamente. Definir que em meio ao século XXI uma revolução que seja capaz de resolver efetivamente as demandas que a suscitou implica em um processo que promova uma profunda transformação no modo e relações de produção. Mas isso não significa afirmar que somente ocorrerão revoluções deste tipo, o que seria incorrer em uma perspectiva teleológica. Muito pelo contrário, quando se considera a importância do aspecto subjetivo, isto é a organização da classe trabalhadora, seu nível de consciência e sua capacidade de hegemonizar os demais setores oprimidos da população, nota-se como justamente este elemento esteve por detrás crescentemente do desenvolvimento das contradições objetivas do capitalismo, o que fez com que pela primeira vez na história da época imperialista tenha-se transcorrido quatro décadas sem que ocorresse qualquer revolução relativamente vitoriosa, se considera-se a última como a revolução iraniana de 1979.

Portanto, para efeitos de elucidação do debate aqui realizado, assume relevância destacar então quais os critérios que a teoria da revolução permanente lega para avaliar um evento como a Primavera Árabe. Os movimentos que tomaram o MENA em 2011, e o Egito em particular, surgiram de maneira espontânea. Processos revolucionários em sua maioria têm suas explosões de maneira espontânea, que perfazem uma primeira etapa nas quais seus atores motivados pelo acúmulo das contradições capitalistas rompem a normalidade de forma surpreendente, muitas vezes tendo como mote algo aparentemente impensável. A autoimolação do vendedor de frutas tunisiano pertence à esta classe de eventos. Um fato da vida cotidiana, que canalizou a insatisfação popular de longa data, que crescia silenciosamente aos olhos dos analistas especializados em política internacional, mas que um observador mais atento poderia reconhecer os indícios mais claramente postos desde 2008 de que algo ocorreria.

Mas ainda que tais eventos eclodam num primeiro momento de forma espontânea, para que culminem em uma transformação consciente de um determinado estado concreto de ordenamento político, econômico e social, as explosões sociais exigem organização. O alcance desta organização, entendida não apenas como a maneira tal como

se estabelecem calendários de protestos, ou ações semelhantes, depende do grau de organização previamente existente a conjuntura marcada pelas explosões sociais. Em outras palavras, depende do grau de capilaridade existente entre as classes subalternas de organizações primeiramente políticas, e em outro nível sindicais, que saibam traduzir sob a forma de estratégias corretas seus anseios. Nisto reside a importância central dada à existência de um partido que como organização política deveria organizar a ala mais consciente das classes subalternas, propagar as ideias condizentes à sua emancipação, e promover as vias estratégicas para a articulação existente entre partidos e os organismos capazes de expressar a auto-organização das classes de modo a garantir que a emancipação dos trabalhadores seja produto da ação da própria classe trabalhadora.

Gramsci e Trotsky indicam, entretanto, que tais organizações apesar de terem surgido da necessidade de articulação e defesa dos interesses das classes despossuídas, atuam em verdade como linhas auxiliares da organização do consenso exercido pelas classes dominantes e sobre as quais o Estado capitalista se assenta. Assim, confluem na crítica à estatização das organizações como os sindicatos e determinados partidos das classes subalternas, que passam a atuar como elementos da organização do consenso responsável para a manutenção do papel das classes dominantes. Gramsci em especial dedicou sua reflexão à elaboração da análise do Estado integral, entendendo que apenas a coerção não poderia sustentar a hegemonia burguesa. A dinâmica observada pela teoria da revolução permanente no Egito se confirmou na medida em que a cada inflexão posta pela formação da economia política do país demonstrava-se a incapacidade da burguesia nascente em levar adiante um projeto de país efetivamente independente. O desenvolvimento capitalista egípcio foi, como já desenvolvemos neste trabalho, amplamente marcado pela ingerência externa, que por sua vez atuou como um elemento chave que moldou a dinâmica das classes sociais locais.

Do ponto de vista da luta de classes o sentido antiimperialista emergiu diversas vezes no Egito nas décadas anteriores à Primavera Árabe, como por ocasião da Intifada Palestina de 2000, ou das guerras dos neoconservadores:

A guerra no Afeganistão em 2001 e a iminente intervenção no Iraque deram um novo impulso aos movimentos. Em janeiro e fevereiro de 2003, pequenos comícios no Cairo e em outras cidades protestaram contra os preparativos para a intervenção militar contra o Iraque, seguidos em 20 e 21 de março por um protesto em massa de 20.000 egípcios ocupando a Praça Tahrir Essa manifestação sinalizou com destaque o retorno da política de massa ao Egito Ao longo dos meses seguintes, os movimentos de solidariedade anti-guerra e palestinos começaram a abordar questões domésticas. Em setembro de 2004,

o Movimento de 20 de março, a Irmandade Muçulmana, a ECP, al-Karama, HMLC e outras organizações estabeleceram o Movimento Popular pela Mudança com um slogan exigindo eleições presidenciais livres e democráticas. Em 12 de dezembro, o Movimento Popular organizou a primeira manifestação explícita anti-Mubarak. Embora tenha mobilizado apenas de 300 a 400 ativistas, na época o evento constituiu um marco na política de rua egípcia por suas críticas ousadas ao presidente. Em 21 de fevereiro de 2005, Kefaya (Suficiente) foi estabelecido como um movimento unitário dos comitês e campanhas existentes. (SMET, 2016, p.303)

Este sentido questionador da unidade e da colaboração entre o poder local com a ingerência externa, combustível das manifestações em apoio aos palestinos na virada do século, foi uma das mais importantes ausências dos protestos que compuseram a Primavera Árabe em 2011. Obama foi, em certo sentido, eficaz em se apresentar como um quase aliado dos protestos, evitando que o levante egípcio se radicalizasse, e quebrando assim a dinâmica dos processos revolucionários indicada pela teoria da revolução permanente. Esta lacuna indicava uma curiosa dialética da Primavera Árabe, segundo a qual apesar do seu efeito contágio pela região, que lhe garantiu a analogia com a Primavera dos Povos de 1848, o fio de continuidade com os recorrentes levantes anti-imperialistas parecia ter sido desgastado ao ponto de não se apresentar como um fator decisivo na dinâmica dos processos. Isto impôs igualmente que os momentos mais avançados da Primavera Árabe tenha sido justamente sua primeira etapa, marcada por uma reivindicação expressada pela negativa, isto é, restrita a queda dos regimes vigentes. Para isso o nível de organização, tendo não as unidades de produção e os serviços fundamentais como centros de gravidade do movimento, mas adotando a estratégia de ocupação da Praça Tahir tomada pelos movimentos foi suficiente. Mas para definir o que colocar no lugar da ditadura Mubarak de modo a reverter a desigualdade econômica e as mazelas sociais profundamente instauradas na sociedade egípcia, era evidente que o movimento demonstrava-se débil. De acordo com Asef Bayat:

Os revolucionários detinham enorme poder social e de rua, mas não assumiram a autoridade governamental; eles realmente não governaram. As revoluções permaneceram relativamente pacíficas e ordenadas, mas trouxeram poucas mudanças estruturais. As esferas política e social permaneceram relativamente abertas e pluralistas, favorecendo a democracia eleitoral, mas tornaram-se suscetíveis ao perigo da contrarrevolução. Os protagonistas eram ricos em táticas de mobilização, mas pobres em visão e estratégia de transformação; eles adotaram organização frouxa, flexível e horizontal, mas que sofria de fragmentação; eles defendiam a oposição civil, mas ignoravam o perigo de restauração; eles estavam mais preocupados com a democracia, os direitos humanos e o estado de direito do que a realocação da propriedade e a justiça distributiva. O que veio a ser concretizado então parecia revolução em termos de mobilização, mas reforma em termos de mudança. Essas revoluções foram reformistas no sentido de que os protagonistas que lideravam a mobilização

magistral eram incapazes de imaginar formas de organização e governança que se afastavam daquelas contra as quais estavam se rebelando; eles eram incapazes, relutantes ou desinteressados em dirigir o processo de mudança nas instituições estatais; separaram conceitualmente a economia daqueles aspectos da ordem política que procuravam derrubar; e eles dificilmente ofereceram uma exploração de como o poder estatal funcionava ou de como transformá-lo. (BAYAT, 2017, p. 42)

Uma das características do regime de Mubarak já tratadas neste trabalho era justamente a proibição das oposições políticas, com exceção da Irmandade Muçulmana que florescia cumprindo um papel de auxiliar na sustentação do capitalismo dependente egípcio, sendo à sua maneira um organizador do Estado integral, ainda que se posicionasse como um opositor ao regime vigente naquele então, em detrimento da influência das organizações da esquerda. Esta localização nos anos prévios à Primavera Árabe foi fundamental para garantir que Mohamed Morsi ganhasse a primeira eleição após a derrubada de Mubarak. O fortalecimento da Irmandade Muçulmana foi um dos fatores que auxiliou naquilo que quicá pode ter sido, ao lado da ausência do questionamento ant imperialista, uma das mais importantes lacunas do movimento de 25 de janeiro de 2011, a saber a separação que operou entre o movimento popular de Tahrir e a greve geral dos grandes centros produtivos no Egito. A greve geral convocada pela nascente Federação Sindical Egípcia não se articulou com o movimento de ocupação de Tahrir, com exceção de iniciativas parcialmente definidas. Dessa forma, apesar de impressionante, o movimento de Tahrir destacou-se pelo caráter espontâneo, sem poder contar com uma organização política efetivamente revolucionária que lhe dotasse de uma estratégia e programa capaz de levar a sua própria potencialidade ao ponto culminante. Tampouco criou organizações próprias de unidade capazes de constituir-se como embriões de um duplo poder popular, tal como haviam sido os soviets surgidos das revoluções russas de 1905 e 1917. (SMET, 2014)

Um aspecto ideológico desta lacuna organizacional é indicado por Asef Bayat em sua obra *Revolution without revolutionaries*:

Como movimentos revolucionários foram certamente espetaculares. Mas a política, a visão e as grandes trajetórias dessas revoluções mostraram uma diferença notável em relação às da década de 1970. Primeiro, as revoluções árabes careciam de qualquer âncora intelectual associada. As revoluções geralmente inspiram e são alimentadas por certas produções intelectuais - um conjunto de ideias, conceitos e filosofias - que vêm para informar o subconsciente ideacional dos rebeldes, afetando sua concepção ou a escolha de estratégias e dos tipos de liderança. A revolução inglesa foi associada às teorias políticas de filósofos como John Milton sobre liberdade de expressão, Thomas Hobbes sobre o contrato social e John Locke sobre os direitos naturais. A Revolução Americana foi formada pelas ideias de Thomas Paine; e os pensadores Montesquieu, Jean-Jacques Rousseau e Voltaire informaram a

faceta republicana da Revolução Francesa. Figuras como Václav Havel (Tchecoslováquia), Adam Michnik (Polônia) e György Konrád (Hungria) simbolizavam a face intelectual das revoluções do Leste Europeu; enquanto os revolucionários iranianos se baseavam na literatura marxista-leninista, pensadores islâmicos como Sayyid Qutb, mas acima de tudo o intelectual revolucionário popular Ali Shariati. Mas nenhuma corrente intelectual visionária parecia acompanhar a Primavera Árabe. (BAYAT, 2017, p.30)

O aspecto ideológico na Primavera Árabe, neste sentido, reflete igualmente a ausência de organizações capazes de dotá-la de um nexos, da mesma forma que a ausência de um norte claro que transcendesse a mera queda de Mubarak. Isso confirma um dos postulados da própria elaboração marxista clássica anterior à ascensão do regime stalinista da URSS, que indica ser altamente contraditório e tortuoso forjar uma organização consciente no calor dos processos. Assim, a crescente perda de influência dos partidos e organizações dos trabalhadores durante os anos de Nasser, Sadat e Mubarak demonstrou-se também na difusão de uma noção autonomista, embasada nos movimentos de juventude organizados pelas redes sociais, que no entanto não lograram elaborar uma estratégia para evitar que os acontecimentos de janeiro de 2011 dessem lugar à ascensão da ditadura cívico-militar de 2013. Porém, é relevante sublinhar que mesmo desviado ou encerrado, um processo desta envergadura passa a fazer parte da memória histórica da classe trabalhadora e dos atores sociais que nele atuaram. Suas lições auxiliam a que a reorganização das ações, em meio a um cenário convulsivo como o que se abateu sobre o mundo desde então, partam de um patamar superior, ainda que se mantenham as contradições organizacionais e políticas.

Entretanto, cabe ressaltar que o encerramento da Primavera Árabe não se deu apenas pelas insuficiências do movimento, ainda que estas cumpram um papel primordial. A ascensão do Estado Islâmico como parte da ofensiva contrarrevolucionária, cujo epicentro centrou-se na Síria, mas exerceu efeitos inclusive ao Egito como um subproduto da orientação estadunidense de minar veladamente as bases do islamismo moderado materializado pela Irmandade Muçulmana foi parte da derrota da Primavera Árabe. Passemos ao exame deste elemento.

Capítulo 5 - A política norte-americana para a Primavera Árabe no Egito

Durante todo o processo que se iniciou com a chegada da Primavera Árabe no Egito era evidente que a forma como os Estados Unidos, principal sustentador externo de Mubarak, teria um papel relevante para o desenrolar dos acontecimentos. E isso não se restringiria apenas ao regime político a emergir das manifestações egípcias, como ainda traria efeitos duradouros regionais e para a política externa estadunidense. Dessa maneira, o presente capítulo oferece algumas hipóteses sobre como interpretar a política externa estadunidense no Egito durante e imediatamente após os levantes no Egito, suas motivações e efeitos, buscando oferecer uma interpretação sobre a estratégia do governo Obama, considerando para isso as diferenças em suas alas internas. A primeira delas é que o destino do Egito após os levantes de janeiro e fevereiro de 2011 foi selado pela posição estadunidense, que a partir do pronunciamento de Obama pôde ocupar um espaço de pretensão apoiador das manifestações, minando assim a possibilidade de uma continuidade revolucionária que pudesse radicalizar-se e questionar a política estadunidense na região. Sobre essa questão debateremos como e se a estratégia de Obama diferia da então secretária de Estado, Hillary Clinton.

A segunda hipótese traz um exame das formas como a inteligência e *think thanks* estadunidenses agiram durante todas as etapas da Primavera Árabe no Egito, de modo a entabular uma discussão crítica com as vertentes teóricas e analíticas que defendem que os Estados Unidos desencadearam ali uma “guerra híbrida”. Essa interpretação que ganhou força recentemente e emergiu como uma contraposição das que definem a Primavera Árabe no Egito como um processo revolucionário derrotado, alegando que tudo teria sido articulado a partir da ação estadunidense.

A terceira hipótese versa sobre as contradições abertas para os interesses estadunidenses na região da política adotada a partir da ascensão de Mohamed Morsi e do Partido Justiça e Liberdade ao poder. Aqui apresenta-se uma análise sobre como o cálculo de instaurar, diretamente ou indiretamente, a instabilidade do primeiro governo eleito após a queda de Mubarak levou a que as versões moderadas do movimento islâmico perdessem espaço, abrindo caminho para suas vertentes mais radicais, com destaque para o Estado Islâmico na Síria e no Iraque.

A quarta hipótese analisa os efeitos que a ação estadunidense na Primavera Árabe trouxe para a sua localização no Oriente Médio e Norte da África, e como isso

afetou a política externa considerada em sua totalidade. Para isso serão trazidos para o debate alguns conceitos e análises da geopolítica levada adiante pelos Estados Unidos como responsável pelo desencadeamento de uma situação de caos sistêmico, gerando as bases para a instauração de uma situação de multipolaridade beligerante, que terminou abrindo caminho para ascensão do discurso antiglobalização e de nacionalismo agressivo de Donald Trump em 2016.

5.1 A diplomacia estadunidense e suas fundamentações estratégicas

A queda de Mubarak se deu em um contexto marcado por novos desafios para a dominação imperialista estadunidense no cenário global. Obrigado a lidar com os efeitos da crise de 2008, que pela primeira desde os anos 1970 questionava em profundidade a ordem econômica nos países centrais com o fim das bases da relativa simbiose econômica com a China o que anunciava novos desafios geopolíticos. O estrategista democrata símbolo da ala *hawkish*, Zbigniew Brzezinski, inicia sua última obra publicada *Strategic vision: America and the crises of global power* em 2012, com a seguinte definição:

A dispersão em curso do poder global é promovida pelo surgimento de um fenômeno volátil: o despertar político mundial das populações até recentemente politicamente passivo ou reprimido. Ocorrendo recentemente na Europa Central e Oriental e, ultimamente, para o mundo árabe, esse despertar é o cumulativo produto de um mundo interativo e interdependente conectado por comunicações visuais instantâneas e do bojo demográfico de jovens no menos avançado sociedades compostas pelo fácil de mobilizar e estudantes universitários politicamente inquietos e os socialmente desempregados. Ambos os grupos se ressentem das parcelas mais ricas da humanidade e da corrupção privilegiada de seus governantes. Esse ressentimento de autoridade e privilégio é o que liberta paixões populistas com potencial sem precedentes para gerar grandes turbulências. (BRZEZINSKI, 2012, p. 26)

Na interpretação de Brzezinski esse fenômeno ocorrido na primeira metade do século XXI teve um alcance universal, e pode ser considerado como socialmente novo, já que em outros momentos históricos a politização de massas não era uma tônica comum, com as convicções políticas sendo traços distintivos de determinados estratos sociais. O processo de alfabetização de amplas camadas da classe trabalhadora, a disseminação do ideário da Revolução Francesa de 1789, e a “revolução dos meios de comunicação de massas, dos quais a internet seria um avanço qualitativo capaz de conectar povos mundo afora, seriam os elementos fundamentais que compõem esse processo. Esses fatores somados à grande população jovem, como no caso egípcio, seriam responsáveis pelo maior potencial de revolta violenta que esses países teriam. Para o estrategista e teórico em geopolítica, a Primavera Árabe trazia ainda mais uma questão, que deveria ser

cuidadosamente examinada, a saber, a do perigo que esses novos movimentos, tal como ocorrera anteriormente, se revestissem de características anti-imperialistas, voltando-se contra a ação estrangeira sobre a região em geral, e estadunidense em particular. Tal como os processos anticoloniais o elemento anti-imperialista não deveria ser desprezado sob pena de elevar muito os custos da dominação externa. Sobretudo mediante uma situação marcada pelos primeiros levantes populares da envergadura que a Primavera Árabe assumiu, contra uma parcela de governos e regimes ditatoriais vistos por décadas como aliados estratégicos dos Estados Unidos. O mesmo Brzezinski destaca, por exemplo, o declínio da receptividade aos Estados Unidos no Egito, ao retomar uma pesquisa feita pela Pew em 2010 na qual:

(...) a porcentagem de entrevistados que tinham visão favorável dos Estados Unidos era de 17% na Turquia, 17% no Egito, 21% na Jordânia, 52% no Líbano e 17% no Paquistão. Na mesma pesquisa, a porcentagem de entrevistados que acreditava que os Estados Unidos consideravam os interesses de seu país ao fazer uma política externa “grande” ou “justa” era de 9% na Turquia, 15% no Egito e 26% na Jordânia. 19% no Líbano e 22% no Paquistão. Na pesquisa da Pew de 2008, a porcentagem de entrevistados que associaram egoísmo com pessoas em países ocidentais foi (...) 63% no Egito (...). Na mesma pesquisa, a porcentagem de entrevistados que associaram arrogância com pessoas em países ocidentais foi de 74% na Nigéria, 72% na Indonésia, 67% na Turquia, 64% entre muçulmanos britânicos, 53% no Paquistão, 49% no Egito. (BRZEZINSKI, 2012, p.213)

Brzezinski atuou durante as administrações Obama como um influente conselheiro extraoficial, cujos apontamentos ajudaram a moldar a política externa estadunidense daquele período. Essa perspectiva de evitar que os levantes se tornassem manifestações contrárias aos Estados Unidos foi, talvez, um dos ganhos mais relevantes da maneira como Obama respondeu ao movimento da Praça Tahrir. A declaração de apoio de Obama às manifestações de Tahrir assume o sentido da busca por um posicionamento que foi capaz de evitar que levantes populares de muita expressividade, e em vários países, se voltassem de maneira mais agressiva contra os Estados Unidos. Mas até que Obama e a equipe de seu governo se declarasse favorável às manifestações, haveria um caminho preenchido por hesitações, divisões e oscilações a ser percorrido, cujos passos fundamentais merecem ser reconstituídos para que se possa traçar uma avaliação mais criteriosa da política externa estadunidense sobre o tema.

Quando a Primavera Árabe chegou ao Egito muitos analistas indicaram que os Estados Unidos haviam sido surpreendidos, ou que não haviam interpretado corretamente os sinais acumulados no decorrer dos anos de que algo dessa magnitude pudesse

efetivamente ocorrer. Os relatos de que a equipe máxima do governo estava reunida na Casa Branca durante os acontecimentos de 25 de janeiro de 2011 assistindo-os com hesitação, permeiam diversos meios. (FOREIGN AFFAIRS, 2016; FINANCIAL TIMES, 2016). A hesitação em relação a como agir frente ao levantamento egípcio derivava por um lado do fato de que se tratava de um aliado estratégico dos Estados Unidos na região do Oriente Médio e do Norte da África, que foi publicamente sustentado por anos como um interlocutor privilegiado da Casa Branca. Por outro, de que se tratava de um processo que se disseminava por vários países da região, cada qual com a sua especificidade e com regimes políticos que mantinham relações qualitativamente distintas com os Estados Unidos, o que agregava contradições importantes para a definição de uma resposta coordenada.

Depois de se apoiar com relutância nas revoluções populares na Tunísia e no Egito contra regimes pró-americanos, Obama teria voltado ao antigo padrão duplo de Washington de proteger regimes autoritários amigáveis no mundo muçulmano. Obama parece ter adotado o mesmo cálculo estratégico de administrações anteriores: onde interesses econômicos, energéticos ou de segurança estão em jogo, regimes autocráticos não podem ser examinados por sua democracia e seus direitos humanos. A resposta cautelosa do governo às revoltas populares no Oriente Médio e Norte da África é o reflexo de uma política realista impulsionada por interesses estratégicos, como a segurança do petróleo, o combate ao terrorismo, a ascensão do Irã na região e, igualmente importante, a realização dos limites do poder americano e sua capacidade de moldar eventos. (PINTO, 2012, sp)

E ainda havia a instabilidade proveniente de que os resultados dos levantes eram ainda incertos, e poderiam marcar-se por uma elevação da radicalização, instaurando no poder regimes abertamente hostis aos Estados Unidos. A continuidade por parte de Obama da *freedom agenda* executada pelo seu antecessor George W. Bush, que envolveu mais de 680 projetos financiados pelos Estados Unidos em 18 países (BANDEIRA, 2014) tornava a neutralidade por omissão no início dos protestos egípcios uma situação contraditória.

Pouco antes dos protestos tomarem as ruas do Cairo e de Alexandria, a equipe de Mubarak avaliava que Obama, com seu primeiro discurso internacional realizado na capital egípcia, era mais favorável ao seu regime que os antecessores republicanos. A relação de longa data que mantinha com Hillary Clinton parecia sustentar essa interpretação do presidente egípcio.

Ao contrário do Irã, o Egito não era inicialmente uma prioridade na lista de política externa de Obama. Ele deixou claro que não estava interessado em promover a democracia e estava preocupado principalmente em manter a estabilidade, uma palavra-código para manter o status quo. Os guardiões do

status quo eram Mubarak e autocratas árabes (como o presidente da Tunísia, Ben Ali) que prometeram proteger os interesses vitais dos Estados Unidos em uma região turbulenta, especialmente as táticas de contraterrorismo de Obama. Depois de um breve interlúdio, Obama abraçou Mubarak como um velho e sábio estadista do Oriente Médio árabe, um aliado de confiança a quem às vezes os Estados Unidos pediam conselhos e apoio. Quaisquer que sejam as reservas que Obama tinha sobre o governo opressor e corrupto de Mubarak - se houver - ele não as tornou públicas. Na verdade, quando perguntado se o governo dos EUA considerava Mubarak um ditador, Obama e o vice-presidente Biden disseram separadamente que o líder egípcio não era um ditador, simplesmente porque ele era um aliado. (GERGES, 2012, p. 238)

A secretária de Estado, Hillary Clinton também alinhada ao setor representado por Brzezinski, em seu livro de memórias relata como as dificuldades de tomar um posicionamento em relação a queda de Hosni Mubarak era ao mesmo tempo estratégica, e dificultada pela política protagonizada por anos em relação ao país. O problema fundamental eram as incertezas do que emergiria no Egito como resposta à queda de Mubarak, já que o ditador havia sido um dos pilares para a construção de acordos cuja agenda continuava mantendo centralidade para os interesses estadunidenses.

Sin embargo, muchos de los mismos intereses de seguridad nacional que habían llevado a cada una de las administraciones anteriores a mantener estrechos lazos con Mubarak seguían siendo prioridades urgentes. Irán todavía intentaba construir un arsenal nuclear. Al Qaeda seguía tramando nuevos ataques. El Canal de Suez seguía siendo una ruta comercial vital. Mubarak había sido un socio en todas esas áreas, a pesar de los sentimientos antiamericanos y antiisraelíes que su propio pueblo albergaba. Su Egipto había sido pieza clave en la paz de una región volátil. ¿Realmente estábamos listos para retirarnos de esa relación después de treinta años de cooperación? (CLINTON, 2014, p. 224)

Os temores que Hillary Clinton declarou ter na ocasião envolviam a caracterização de que a Irmandade Muçulmana era a única organização preparada para assumir o poder, caso uma eleição fosse realizada, e que isso não significaria uma transição à democracia liberal, mas a uma variante de regime islâmico cujas implicações eram imprevistas. Ademais, também acreditava que os governos sócios menores dos Estados Unidos na região interpretaram o posicionamento estadunidense com desconfiança, na medida em que estavam conscientes de que não se tratava de qualquer aliado, mas de um dos principais, que seria abandonado por sua conta e risco.

Em outras palavras, interpretaram um chamado de Obama a que Mubarak deixasse o poder como algo que poderia acontecer com qualquer outra nação apoiadora dos Estados Unidos, não importando os serviços prestados e nem por quanto tempo. Essas considerações traçadas pela Secretária de Estado da ala *hawkish*, mas de posicionamento distinto do de Brzezinski, foram o pano de fundo que fez com que essa apontasse a Obama

que uma situação de estabilidade no Egito não se daria em menos de 25 anos abrindo até lá uma situação bastante incerta para os Estados Unidos, e que frente a isso o melhor posicionamento possível seria ter cautela em apoiar os levantes. Dessa maneira, em suas declarações Hillary Clinton sublinharia que a transição no Egito deveria ser pacífica e ordenada, destacando o caráter ordenado em contraposição ao “imediate” com o qual depois Obama se pronunciaria, expressando a divergência de visão, não apenas temporal, mas sobretudo em relação à intensidade com a qual uma mudança de regime deveria se dar na opinião de ambos (CLINTON, 2014, p.274).

Dessa maneira, as tentativas de dissuadir Mubarak de seguir no poder e renunciar evitando uma escalada dos protestos seguiria por mais algum tempo sendo a diretriz orientada pela secretária de Estado. Frank Wisner, um diplomata estadunidense que havia sido embaixador no Egito, foi enviado para convencer Mubarak a renunciar em 31 de janeiro de 2011, sem obter no entanto qualquer acordo, para além das reformas anunciadas pelo vice-presidente Omar Suleiman.

A estratégia estadunidense para a transição egípcia estava marcada por mensagens desencontradas entre o Departamento de Estado, chefiado por Clinton, e a Casa Branca, com o primeiro centrado-se fundamentalmente em auxiliar a articulação de um intento, que resultaria fracassado, de estabelecer uma transição ordenada e pacífica.

(...) (a) administração aparentemente concluiu que a estabilidade só poderia ser restabelecida rapidamente no Egito se ela entrasse em um período de transição suave. Autoridades dos EUA temiam que protestos abalando o Egito pudessem mudar a paisagem política de todo o mundo árabe e além. Os possíveis resultados podem variar desde as forças pró-democracia que assumem o poder no Cairo até, no pior cenário, a guerra e a instabilidade regionais, envolvendo Israel e o Irã. Nesse período, poderia haver um longo período de instabilidade que poderia gerar o caos econômico em toda a região, prolongando a situação econômica nos EUA e na Europa e as preocupações com a migração em massa para a Europa (Lizza, 2011). Dias de ver os protestos se espalharam pelas ruas das cidades egípcias convenceram os funcionários do governo de que Mubarak provavelmente não iria resistir à tempestade política e que isso estava comprometendo a transição para uma nova ordem política. (PINTO, 2012, p. 115)

Uma transição ordenada e pacífica significaria na prática que Mubarak seria parte do processo, o que implicaria em um período de permanência do ditador no poder, contrariando a posição que Obama defenderia da saída imediata. No dia 1 de fevereiro, após semanas de ocupação da Praça Tahrir, que Mubarak anunciaria que não participaria das eleições, e que o governo egípcio iria para a “transição ordenada e pacífica” que Frank Wisner transmitira ser a vontade dos Estados Unidos semanas antes. Entretanto, esse

comunicado não apaziguou as manifestações. Frente a isso Obama passaria a defender um posicionamento distinto ao de Hillary Clinton, que seguia defendendo que o Egito poderia ter um regime mais hostil aos Estados Unidos, e realizou um pronunciamento na televisão. Assim, Obama passaria a apoiar uma transição imediata, declarando:

“Não é função de nenhum outro país determinar os dirigentes do Egito. Somente o povo egípcio pode fazer isso”, disse o presidente Obama, “mas o que está claro, e assim o indiquei esta noite ao presidente Mubarak é a minha convicção de que uma transição ordenada deve ser positiva, pacífica, deve se iniciar agora”. No dia seguinte em sua reunião com a imprensa, quando o secretário Robert Gibbs pediu para que definisse “agora”, sua resposta deixou poucas dúvidas. “Agora quer dizer ontem”. (CLINTON, 2014, p. 266).

Tornava-se patente que frente a essa exortação, os Estados Unidos na voz de Obama estavam deixando de lado crescentemente sua relativa equidistância dos processos da Primavera Árabe, e passaria a agir de maneira mais aberta em alguns casos, e nos bastidores tomando um papel aparentemente subordinado em outros, de modo a evitar que fossem identificados com os governos questionados. Mas as divisões de opiniões seguiriam sendo parte do establishment democrata. Contrariando Obama, Wisner voltaria a defender publicamente que Mubarak não deveria sair de imediato, mas estabelecer as vias de uma transição de médio prazo. (FRANCE24, 2012).

Mesmo assim, a partir daí o direcionamento da Casa Branca se faria mais claro, no sentido de localizá-la aparentemente como aliada das manifestações. Isso era parte primordial justamente de um esforço em manter suas margens de ação para gradualmente esvaziar as manifestações de seu potencial questionador da ordem econômica e social, responsáveis outrora por manter o Egito como um dos maiores exemplos de decadência nesses quesitos entre os países da região do MENA nas últimas décadas. Entretanto, as mudanças no discurso do governo estadunidense nas vozes de Obama e Clinton também refletiam as dificuldades em balancear os efeitos da decisão de apoiar a queda de Mubarak. Primeiro porque o Egito foi um dos pilares de sustentação dos interesses estadunidenses para o Oriente Médio, com um protagonismo relevante nas negociações entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina, sobretudo na fronteira com a Faixa de Gaza, e na contenção do Irã. Ademais, essa posição também trazia insegurança para a monarquia saudita, que passou a interpretar a mudança de orientação estadunidense em relação ao Egito como um sinal de instabilidade nas relações regionais.

Essa hipótese foi levantada por analistas de think tanks estadunidenses como o Stratfor, que apontou para o desgaste do sistema de alianças regionais forjado há

décadas, e aprofundado pela administração Bush, envolvendo o Egito, Arábia Saudita, restante do Conselho de Cooperação do Golfo, a Jordânia, e o Paquistão, aliança que teria sido o pilar também da plataforma de guerra ao terror contra a Al Qaeda. A Primavera Árabe seria um elemento que aprofunda o desgaste dessa frente de colaboração, abrindo caminho para a possibilidade de formação de regimes antiamericanos, o que questionaria a própria posição dos Estados Unidos na região. Assim:

Obama parece ter chegado a três conclusões sobre a Primavera Árabe: representou uma ascensão democrática genuína e liberal que pode substituir os regimes. A oposição americana a esses levantes pode resultar no surgimento de regimes antiamericanos nesses países. Os Estados Unidos devem abraçar a ideia geral dos levantes árabes, mas serem seletivos em casos específicos; assim, deve apoiar a ascensão no Egito, mas não necessariamente no Bahrein. Embora essas distinções possam ser difíceis de justificar em termos intelectuais, a geopolítica não é um exercício abstrato. No mundo real, apoiar a mudança de regime na Líbia custa aos Estados Unidos relativamente pouco. O apoio a uma revolta no Egito poderia ter acarretado algum custo, mas não se os militares fossem a parteira para mudar e conseguir manter o controle. (FRIEDMAN, 2011, sp)

Ainda que a consideração da legitimidade dos protestos por Obama expressa uma interpretação de que a haveria algum tipo de preocupação genuína com a conformação de regimes democráticos por parte dos Estados Unidos, algo que a prática norte-americana não corrobora, é certo que o receio de que o processo aberto em janeiro de 2011 desse lugar a uma revolução de tipo iraniana pautaria as ações da Casa Branca nos meses subsequentes. A revolução iraniana de 1979 havia começado com demandas populares dentre as quais figurava o controle do petróleo contra as empresas britânicas, que apoiavam o regime pró-imperialista do xá Reza Phalavi. No entanto, em seu decorrer os aiatolás xiitas passaram a cumprir um papel crescente, até que se consolidaram como a força política fundamental do estabelecimento do novo regime político, que assumiria um caráter de oposição aos Estados Unidos, e às demais potências imperialistas ocidentais. (PÍNTO, 2012). De maneira similar, os Estados Unidos temiam que a queda do regime de Mubarak levasse ao poder um regime teocrático contrário aos seus interesses, o que poderia abrir uma tendência regional de generalização do fortalecimento de regimes opositoristas:

No caso egípcio, os Estados Unidos estavam totalmente decididos a “promover a democracia”. Isso não se deveu a uma devoção sublime a princípios - ignorar os soberbamente quando eles contradizem seus interesses relacionados ao petróleo nas monarquias absolutas do GCC - mas, sim, porque teme que uma explosão coloque em risco esses interesses, dado o peso do Egito e o papel regional essencial. Longe de desejar a explosão, os dois governos norte-

americanos anteriores não pouparam esforços para evitá-la, dentro dos limites ditados pelo fato de não poderem ir longe demais na direção de forçar a mão de Mubarak sem correr o risco de acelerar a explosão que temiam e desestabilizando as monarquias em questão. Esse foi o dilema dos Estados Unidos. (ACHCAR, 2013, p. 191)

No entanto, quando a queda de Mubarak finalmente irrompeu no cenário político egípcio, o sentido anti-imperialista que havia marcado os movimentos de massas ocorridos anteriormente não se fez presente, como Hillary Clinton relata em suas memórias. De acordo com a ex-secretária de Estado norte-americana que visitou o Egito um mês após a queda de Mubarak, sua presença foi recebida de maneira entusiasmada por muitos dos representantes dos movimentos que outrora ocuparam a Praça Tahrir. (CLINTON, 2014). Na interpretação de Fawaz Gerges isso se deu pela predominância da agenda interna:

Ao contrário dos manifestantes durante a Revolução Islâmica no Irã no final dos anos 1970, os egípcios, tunisianos, líbios e outros não queimaram bandeiras americanas e ocidentais, nem culparam o colonialismo ocidental por sua situação. Preocupações e ressentimentos domésticos - empregos e liberdades, não sentimentos antiamericanos ou política externa - alimentam principalmente as revoltas árabes. (GERGES, 2012, p. 169)

Entretanto, essa interpretação pode ser tomada apenas como parcialmente correta. Ainda que seja verdadeiro que a agenda social e econômica, como o desemprego e a carestia de vida, foram os motivadores da Primavera Árabe no Egito ao lado das demandas por maiores liberdades políticas, a sua própria resolução em profundidade obrigaria a transformações radicais na base de acumulação semicolonial do país, e na sua localização subordinada na divisão internacional do trabalho. E isso implicaria em enfrentamentos agudos com os interesses dos monopólios internacionais, que durante décadas, e mais particularmente a partir de Sadat, haviam praticado uma economia política de entrega neoliberal dos recursos do país. Neste sentido, o enfrentamento dessas reivindicações, se feito de maneira séria, levaria ao choque com os interesses estadunidenses e europeus, que não apenas se valeram da posição estratégica do Egito como mantenedor regional de seus interesses geopolíticos, como ainda acumularam capital com a política econômica praticada pelos governos egípcios, tal como tratado no capítulo 3 deste trabalho.

Essa questão não é tão evidente talvez pelo fato do Egito não ser um grande produtor de petróleo, tal como outras nações árabes. Porém, o desenvolvimento capitalista ali se deu de maneira associada e dependente ao capital imperialista, sobretudo de origem estadunidense. Neste sentido, a resolução do problema do desemprego, estagflação e

primarização da economia egípcia obrigaria a que a própria base do ciclo de acumulação, que tal como o regime político, ainda guardava grandes semelhanças com a era de Mubarak. (ACHCAR, 2013). Sem incorrer no erro que seria minimizar o fato de que a revolução iraniana gerou um regime teocrático regressivo em muitos aspectos, do ponto de vista econômico foi justamente o fato das bandeiras estadunidenses terem sido rasgadas, ao lado das britânicas, o que permitiu que o Irã tenha logrado dispor de suas vastas reservas de petróleo, e tenha conquistado uma localização política internacional qualitativamente mais independente do que o Egito teve desde o governo de Sadat. (COGIOLLA, 2007). Assim, a ausência da percepção da ligação entre as mazelas nacionais do Egito, e sua subordinação internacional, sobretudo aos Estados Unidos, é justamente um dos fatores que contribuíram para a derrota da Primavera Árabe no Egito.

Os Estados Unidos aceitaram o vice-presidente Omar Suleiman como o porta-voz do processo de transição, posto que ocuparia por pouco tempo, já que apenas 13 dias após a queda Mubarak esse também renunciaria. Frente a isso os Estados Unidos assumiram sua terceira posição frente à transição egípcia. Essa foi crescentemente a tentativa implícita não de estruturar um novo regime político, mas acima de tudo de assegurar a posição das Forças Armadas como elemento de continuidade, através do qual os Estados Unidos poderiam seguir mantendo suas posições (FRIEDMAN, 2011), através do apoio ao SCAF. Porém, essa alternativa deveria ser fortalecida de maneira cautelosa, sem que tomasse ares de golpe elaborado pelos Estados Unidos. Então, mesmo com todas as informações amplamente divulgadas que a Irmandade Muçulmana era a organização mais bem articulada para vencer as eleições após a queda do regime, a administração Obama ainda assim defendeu a sua realização. Foi apenas após o primeiro e o segundo turno do pleito, quando a imensa distancia que abria-se entre a Irmandade Muçulmana e seus oponentes mostrou-se irreversível, que houveram as primeiras tentativas oficiais de diálogo entre Estados Unidos e a organização islâmica.

Os primeiros contatos foram infrutíferos e muitos formuladores de políticas americanas, oficiais militares e de inteligência de alto escalão temeram a eleição de Mohamed Morsi. O segundo turno em junho de 2012 deu origem a debates violentos nos bastidores, tanto mais que os muito influentes lobbies da Arábia e Emirados em Washington queriam que seu oponente, Ahmed Chafik ganhasse. "Muitas agências militares e de inteligência americanas também temiam a perspectiva de um presidente islâmico do Egito", escreve Kirkpatrick. "Mas, dado o desempenho [fraco] dos generais até agora, uma vitória fraudulenta de Shafik parecia garantir apenas um caos contínuo". (GRESH, 2018, sp)

Obama retoma o diálogo com a Irmandade Muçulmana que havia sido rompido por Bush e, 2006, movido pelo pragmatismo, tal como em outro momento os governos estadunidenses haviam entabulado relações com a organização islâmica para que essa agisse contra o nacionalismo árabe nasserista, ou contra os comunistas. Ademais, o prolongamento contínuo pelo SCAF do período de transição levou o governo estadunidense a repreender as Forças Armadas, visto que isso gerava uma situação de instabilidade que poderia levar a novos episódios de manifestações massivas. Isso fez com que ainda que não se tratasse de uma primeira opção, a Irmandade Muçulmana passasse a ser vista como uma alternativa menos custosa que o prosseguimento do regime de transição, que se tornava cada vez mais repressor. (ACHCAR, 2013).

Como segue assinalando o autor acima citado, Alain Gresh, a aposta estadunidense era que o governo de Morsi promovesse parte das reformas, de modo a restabelecer a normalidade, deixando para trás a dinâmica de revoltas populares, e ao mesmo tempo agissem para salvaguardar os interesses estadunidenses no conflito árabe-israelense. A primeira aposta fracassou, enquanto a segunda legou um resultado satisfatório para os objetivos do imperialismo estadunidense. (GRESH, 2018). A pressão para que o novo regime egípcio, ainda sem forma clara, tivesse como fundamento a manutenção da política adotada durante os anos de Mubarak forneceu a tônica da orientação dos Estados Unidos.

Um exemplo se deu em maio de 2011 quando as autoridades egípcias atenderam ao clamor da população egípcia para que se abrissem a passagem de Rafah. E assim se facilitasse a travessia dos palestinos, que sofrem com o bloqueio a Gaza. Mas apenas três dias depois a passagem foi novamente fechada, por pressão de Israel e dos Estados Unidos. (Além disso:

O Comitê de Apropriações (dos Estados Unidos) destinou US \$ 1,55 bilhão ao Egito com a condição de que tal ajuda fosse em parte usada para “programas e atividades de segurança nas fronteiras do Sinai” a fim de garantir as preocupações de segurança de Israel. O Comitê de Apropriações da Câmara determinou que a secretária de Estado, Hillary Clinton, certificasse que o governo do Egito “não é controlado por uma organização terrorista estrangeira ou suas afiliadas” ou apoiadores, e está implementando o Tratado de Paz Egito-Israel e tomando medidas para detectar e destruir a rede de contrabando e túneis entre o Egito e a Faixa de Gaza, “uma exigência humilhante para um governo supostamente democraticamente eleito no Cairo. Apesar do anúncio de uma mudança na abordagem dos EUA ao despertar dos árabes, a equipe de política externa de Obama permaneceu apegada à velha ideia de manter a estabilidade e o status quo. A administração continuou relutante em assumir riscos nas escolhas das pessoas, um testemunho da continuidade estrutural e histórica da política externa dos EUA. (GERGES, 2012, p. 130)

Israel deflagrou uma operação contra a Faixa de Gaza que foi amplamente criticada em 2012. Alegando combater o Hamas as tropas israelenses realizaram uma forte ofensiva, que embora assegurasse o cumprimento dos objetivos militares, degradava a imagem de Israel junto à parte da opinião pública internacional. Obama entrou em contato direto com Morsi, que levou o Hamas a negociar, provando assim seu valor como aliado dos Estados Unidos nesse ponto nodal dos conflitos regionais. (CLINTON, 2014)

Muitos em Washington se perguntavam se Morsi encorajaria, ajudaria ou mesmo armaria o Hamas. (...) Antes de Morsi, Mubarak também tinha criticado Israel em público. Mas ele manteve uma linha aberta com seus colegas israelenses. Como os Estados Unidos designaram o Hamas como um grupo terrorista, a única maneira de Washington negociar com ele foi através de Mubarak, que delegou a divulgação exclusivamente a seus espiões. Obama percebeu que Morsi mudou a dinâmica. Generais e diplomatas do Egito ainda conversavam com Israel. Mas o Hamas era o ramo palestino da Irmandade Muçulmana egípcia, inspirada nas ideias de seu fundador. O próprio Morsi estava ligado ao Hamas. (...) Em sua ligação com Obama naquela noite, Morsi não criticou Israel nem defendeu o Hamas. Ele entendeu a perspectiva israelense. Ele queria apenas acabar com a luta. Obama prometeu enviar Clinton a Tel Aviv e levar Israel à mesa de negociações; Morsi prometeu trazer o Hamas. (KIRKPATRICK, 2018, p. 122).

Assim, tudo parecia sugerir que uma nova, e inédita, aliança se forjaria entre os Estados Unidos e o governo da Irmandade Muçulmana. Hillary Clinton passa a considerar Morsi como porta-voz de um governo capaz de manter os interesses fundamentais dos EUA, e visita o Cairo novamente para agradecê-lo pessoalmente. Posteriormente, seria a vez do consultor de assuntos externos de Morsi, Essam El-Haddad, de ir à Washington, sendo recebido sem agendamento prévio pelo próprio presidente Obama. Esses eventos tiveram duas consequências. A primeira é que se iniciaria no Egito uma campanha “denunciando o suposto apoio de Obama à Irmandade Muçulmana e convenceram Morsi de que o apoio da administração americana impediria o Exército de agir contra ele: os eventos seguintes mostrariam o quão errado ele estava”. (GRESH, 2018, sp). Esse erro de interpretação seria um dos fatores que levaria Morsi a tomar as medidas contra o SCAF, resultando na queda de braço com as Forças Armadas, com o presidente islâmico tanto buscando limitar o poder político de seu oponente, como seus interesses econômicos, aprofundando a crise entre os atores aspirantes a controlar o regime bonapartista egípcios pós queda de Mubarak.

As comunicações de Hillary Clinton vazadas pelo Wikileaks de julho de 2012, apenas um mês após a vitória de Morsi, indicavam que havia uma tensão no interior da

Irmandade Muçulmana entre seu líder Mohamed Badie, e o presidente recém-eleito. E também uma atitude colaborativa de Washington em relação às Forças Armadas, e de reserva sobre a Irmandade Muçulmana. A preocupação externada nas mensagens vazadas indicavam que para além das características bonapartistas e centralizadoras de Morsi, que seriam o alvo das críticas de Badie, havia ainda o problema das relações entre a Irmandade Muçulmana egípcia e a monarquia saudita, outro aliado estadunidense de longa data, e apoiadores dos salafistas que disputavam espaço com a organização do presidente egípcio. A comunicação sugere Badie também se aproximaria da Arábia Saudita e do SCAF, mostrando que Morsi não contava com o apoio integral sequer do líder de sua própria organização:

(...) na opinião de fontes extremamente sensíveis, tanto o SCAF quanto o MB são extremamente preocupados com as futuras relações com os Estados Unidos e os principais países europeus e continuam trabalhando para manter uma impressão de estabilidade no país. Dito isto, espera-se que os líderes dos dois grupos obtenham o apoio a essas potências estrangeiras ao se reunir com os líderes egípcios em sessões privadas. Em conversas separadas, uma fonte particularmente sensível afirmou que os funcionários do SCAF estão observando atentamente como o MB elabora sua própria estrutura de poder. Na opinião deste indivíduo, o Supremo Guia Mohammed Badie e o presidente do Parlamento da FJP, Saad Al-Katany estão ficando frustrados com Morsi, a quem vêem como substituto de última hora como candidato à presidência. Eles acreditam que, tendo vencido a eleição, Morsi está tentando estabelecer uma posição como chefe de estado e governo, agindo em conflito com sua estratégia acordada de apoiar uma estrutura constitucional que repousa os poderes do governo no parlamento e um primeiro-ministro. Além disso, de acordo com esse indivíduo, Morsi tem um relacionamento problemático com os líderes do Reino de Arábia Saudita, que são apoiadores de longa data dos salafistas, particularmente al Nour. Desde a revolução, o governo egípcio registrou altos déficits, enquanto as reservas cambiais do país estão quase esgotadas. A Arábia Saudita concedeu empréstimos de emergência aos governantes militares interinos do país, mas isso pode terminar se Morsi antagonizar os salafistas. Dito isto, este indivíduo não está convencido de que a assistência saudita possa estabilizar o Egito, mesmo nas melhores circunstâncias. O Egito está com um déficit comercial de pelo menos US \$ 3 bilhões por mês e, com outras fontes de receita reduzidas pelo caos político, as necessidades financeiras anuais do país ultrapassam US \$ 20 bilhões. O Egito é o maior importador mundial de trigo e depende de importa metade de suas necessidades nutricionais. (...) Pela desconfiança saudita de Morsi e de outros líderes da MB, Badie, trabalhará para manter seu relacionamento com al Nour e os salafistas, enquanto mantém seu diálogo com o SCAF. (WIKILEAKS, 2012, sp)

Além disso, em distintas mensagens endereçadas à então Secretária de Estado norte-americana vazadas aponta-se a preocupação de Morsi com os efeitos do conflito entre Israel e o Hamas em Gaza, tensão que exerce efeito também na relação entre o presidente islâmico e o chefe das Forças Armadas, Fatah Abdel Al Sissi. O assassinato de Al Jabari Mohamed, segundo nome no comando das Brigadas Izz al-Din al-Qassam, braço armado do Hamas em novembro de 2012 por uma ação israelense agregou ainda

mais insegurança sobre a localização do Egito em meio ao conflito entre Israel e a Palestina:

Morsi reconhece a raiva do Hamas após a morte de al-Jabari, mas observa que esse movimento e os pedidos do Hamas por ajuda dos novos regimes da Primavera Árabe colocam seu novo governo islâmico sob pressão dentro do Egito. Morsi observou que os líderes islâmicos mais radicais no Egito estão agora pedindo guerra com Israel e até seus oponentes políticos mais tradicionais estão criticando seu governo e a nova liderança do Exército por não serem mais fortes durante esta crise. Os assessores de Morsi apontam que os novos governos na Líbia e na Tunísia enfrentarão a mesma pressão que poderia ameaçar sua estabilidade interna. (...) (Comentário da fonte: Esse indivíduo experiente acrescenta que al-Sissi está preocupado em particular de que a situação em Gaza vá além da capacidade de qualquer indivíduo ou governo de controlar. Ele acrescenta que certos oficiais de ligação da IDF apontam em segredo que Netanyahu é imprevisível, os líderes do Hamas são fanáticos e Morsi é um novo líder com uma posição precária em seu país, o que cria um ambiente perigoso. Al-Sissi não compartilhou essa visão em particular com a Presidência Egípcia desejando evitar minar sua confiança em neste momento crítico.). (WIKILLEAKS, 2012, sp).

Dessa forma, muito embora Morsi não buscasse um enfrentamento com Israel, sentia-se sob pressão por conta do recrudescimento da crise com a Palestina, em um contexto de elevação da crise síria e radicalização de setores do islamismo radical, como a Frente Al Nusra. Isso colocava um dos pilares mais estratégicos de sustentação da rede de alianças e do equilíbrio instável do MENA tecido pelos Estados Unidos por décadas em xeque. Este elemento agregava ainda mais incertezas estadunidenses sobre o papel de um governo chefiado pela Irmandade Muçulmana em meio à convulsiva situação regional, e pavimentava o caminho para que paulatinamente os Estados Unidos passassem a atuar em prol de um governo laico, e autoritário. Os cálculos estratégicos estadunidenses indicavam que seria menos arriscado lidar com uma nova ditadura, preferencialmente exercida pelos militares, que um governo islâmico chefiado pela Irmandade Muçulmana. Como assinala Henry Kissinger:

Para os Estados Unidos, uma doutrina de intervenção humanitária geral nas revoluções do Oriente Médio se mostrará insustentável, a menos que esteja ligada a um conceito de segurança nacional americana. A intervenção precisa considerar o significado estratégico e a coesão social de um país (incluindo a possibilidade de fraturar sua complexa composição sectária) e avaliar o que pode ser construído de maneira plausível no lugar do antigo regime. Neste momento, as forças políticas fundamentalistas tradicionais, reforçadas pela aliança com revolucionários radicais, ameaçam dominar o processo, enquanto os elementos das redes sociais que moldaram o início estão sendo marginalizados. (...) Os Estados Unidos devem estar preparados para lidar

com governos islâmicos democraticamente eleitos. Mas também é livre para buscar um padrão de princípio da sua política externa tradicional - condicionar sua posição ao alinhamento de seus interesses às ações do governo em questão. (KISSINGER, 2012, sp).

Quando Morsi dirige-se à população egípcia declarando que passaria a concentrar praticamente plenos poderes até que uma nova Constituição fosse votada, a escalada das manifestações contra seu governo foi irrefreável. Buscando aprofundar o seu papel como eixo do bonapartismo, Morsi pavimentou o caminho que levou à sua queda. Frente a isso em um primeiro momento parecia que os Estados Unidos ainda guardariam um posicionamento mais equidistante, já que Morsi havia passado em sua primeira prova como mediador no conflito que envolve Israel, o aliado estadunidense estratégico. A primeira declaração que a Casa Branca publicou sobre a situação do Egito seria igualmente confusa, e pouco conclusiva, com afirmações como a que “o atual vácuo constitucional no Egito só pode ser resolvido com a adoção de uma constituição que inclui freios e contrapeso”. (KIRKPATRICK, 2018, p. 128).

Entretanto isso cederia espaço para outro posicionamento norte-americano, indicando que o cálculo de Morsi de considerar-se indispensável aos Estados Unidos se mostraria efetivamente equivocado ao ponto de que quando o governo de Morsi caiu em uma crise que se transformou em movimentações nas ruas, os Estados Unidos retomaram sua posição de cautela em relação à Irmandade Muçulmana, que paulatinamente daria espaço para que gravitasse rumo ao que depois viria a ser o apoio ao golpe que levou o país a uma nova ditadura cívico-militar.

5.2 A queda de Morsi e o apoio velado dos Estados Unidos às Forças Armadas

Apesar da disposição de Morsi em salvaguardar os interesses estadunidenses em relação a Israel, seu governo deixaria de ser visto como um potencial aliado. E isso não se referia apenas à sua afiliação política e religiosa, mas à hesitação em adotar todas as medidas do mesmo receituário neoliberal que havia suscitado o fim do regime de Mubarak. Durante o ano de 2013 o novo secretário de Estado norte-americano era John Kerry, amplamente relacionado com El Baradei e Amr Moussa. Em março daquele mesmo ano John Kerry viaja para o Cairo para pressionar o governo egípcio a adotar as medidas impostas pelo acordo com o FMI, como o corte aos subsídios alimentares e de combustível. Ao mesmo tempo encontra-se com Fatah Abdel Al-Sissi, o nome forte das

Forças Armadas, que já estava articulando o golpe de estado em meio ao crescimento dos protestos, tal como expressou em diálogo com o secretário de Estado norte-americano naquela ocasião:

Então Kerry reuniu-se separadamente com o general Sisi. Ele parecia profundamente preocupado. "Não vou deixar meu país ir pelo ralo", disse Sisi a Kerry. "Como assim?", Perguntou Kerry. "Apenas aceite minha palavra", respondeu Sisi. "Este é um momento perigoso", disse Kerry a Sisi, sem pressionar mais. Ele sabia então que "Morsi estava cozido", como Kerry me disse mais tarde: Sisi estava preparado para intervir. E Kerry se sentiu parcialmente aliviado. "Foi reconfortante que o Egito não caísse em uma guerra civil ou em um massacre completo do público ou em uma implosão", disse ele. "Mas era preocupante em termos de como as coisas se desenrolariam. Eu não me sentei e pensei: 'Ótimo, nossos problemas serão resolvidos'. "Sisi depois relatou em um discurso público que ele havia se encontrado em março com um alto funcionário americano visitando o Cairo - presumivelmente Kerry. "Ele me disse: 'Por favor, eles dizem que você conhece a realidade aqui, o que você aconselharia?' (KIRKPATRICK, 2018, p.297)

Desde então, Fatah Abdel Al-Sissi passou a comunicar direta, e indiretamente, aos contatos dos quais dispunha na Casa Branca sobre a sua disposição das Forças Armadas em desferir um golpe para depor Morsi. Através de uma disputa diplomática Sissi cancelou o encontro que deveria ocorrer entre o primeiro-ministro britânico na ocasião, James Cameron, e o presidente egípcio da Irmandade Muçulmana. Declarações em apoio aos intentos de Al-Sissi foram feitas em conversas diplomáticas pelo ministro da Defesa de Israel, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, sobretudo por Mohammed bin Zayed, príncipe herdeiro de Abu Dhabi e governante de fato dos Emirados Árabes Unidos. Oficialmente, entretanto, a posição estadunidense ainda era a de que a Irmandade Muçulmana deveria ser vencida nas urnas, instando acima de tudo a que não houvessem mais protestos, ainda que conforme tornava-se claro que a sua sustentação no poder trazia contradições para apaziguar as manifestações, mais os laços históricos que guardam com as Forças Armadas passam a contar como uma possível via de saída:

Críticos são os elos dos EUA com as forças armadas egípcias - a principal fonte de influência de Washington sobre o que acontecerá. O apoio contínuo às forças armadas egípcias seria crucial para a influência dos EUA e para uma evolução no Egito que pudesse atender aos interesses dos Estados Unidos. Cortar essa ajuda, ou ameaçar fazê-lo, pode ser um duro golpe para a política dos EUA. Por isso, o governo achou que uma transição negociada de cima para baixo, liderada pelo vice-presidente geral de Mubarak, Suleiman, poderia garantir a continuação do relacionamento EUA-Egito. (PINTO, 2014, p.165)

No entanto, a dinâmica das mobilizações contra o governo de Morsi aumentavam incessantemente, e demonstravam que sua paralisação, seguida de uma provável queda se anunciava como uma possibilidade cada vez mais concreta. Os Estados Unidos durante os anos que transcorreram entre o início da Primavera Árabe em 2011, e o meio de 2013, engajaram-se em outras frentes, em especial na Síria e na sua fronteira com o Iraque, onde o Estado Islâmico havia declarado seu território. Assim, a atenção estadunidense teve de se voltar novamente ao Egito.

Na noite de 29 de junho relatórios da inteligência americana mostraram tropas do exército egípcio movendo-se para posições em torno do palácio, do prédio da mídia estatal e de outros locais estratégicos ao redor da capital. Pelo menos alguns membros da equipe do Conselho de Segurança Nacional acreditavam naquela noite que um golpe estava em andamento. "Foi o golpe 101", um membro da equipe de plantão na hora depois me disse. Mas ninguém no Pentágono, no Departamento de Estado ou na Casa Branca disse a Sisi para parar de se mover. Ninguém disse a Morsi que Sisi se voltou contra ele ou que um golpe havia começado. Agora que a oposição mostrara toda a sua força, Morsi estava pronto para negociar. Ele havia discutido um pacote de compromissos com Sisi na última semana, e agora Morsi esperava compartilhar o controle do governo elaborando os detalhes de um novo primeiro-ministro e do Gabinete. Obama estava viajando pela África e chamou Morsi da Tanzânia. Foi a segunda conversa deles em duas semanas, e Obama alertou pela segunda vez que Washington não poderia controlar o exército egípcio. "Nós transmitimos nosso interesse em evitar a intervenção militar no sistema político", disse Obama, de acordo com um registro do chamado feito pela equipe da Casa Branca. "O fato é que, se os militares egípcios acharem que a estabilidade do país está em risco, eles tomarão suas próprias decisões. Eles não estão tomando orientação dos Estados Unidos". (KIRKPATRICK, 2018, p.325)

O golpe que depôs o primeiro presidente eleito após a queda de Mubarak demonstrava que a situação não havia se pacificado. Obama, após um ano marcado pelo crescente engajamento na guerra civil síria, declarou frente à situação egípcia que os Estados Unidos não apoiavam nenhum partido específico, mas o processo democrático. Entretanto, Obama não condenou a deposição de Morsi, enquanto John Kerry ia além e declarava que os "militares foram convidados a intervir por milhões e milhões de pessoas". (BBC, 2013, sp).

A própria legislação estadunidense que prevê o cancelamento de ajuda financeira a governos que protagonizaram golpes mostrou uma vez mais estar submetida à lei da conveniência. O senador republicano Rand Paul, do Kentucky, havia apresentado um projeto de lei que encerrava a ajuda militar ao Egito, o que golpearia diretamente as Forças Armadas. O Comitê de Assuntos Públicos de Israel dos EUA, conhecido como AIPAC, solicitou que todos os senadores votassem contra o projeto, á que poderia elevar a

instabilidade no Egito, e reduzir as margens de manobra para os interesses estadunidenses e israelenses, que explicitamente apoiavam Sissi. Dessa maneira, o senado votou 86-13 pela manutenção da ajuda. (HUDSON, 2015, sp)

O contexto regional marcado pelo início de uma nova onda de radicalização de organizações islâmicas, sobretudo com a Frente Al-Nursa síria e o Estado Islâmico reacenderam o discurso de guerra ao terror, que legitima a posição ambivalente em relação à Irmandade Muçulmana. O golpe cívico-militar que levou novamente as Forças Armadas foi aceito pelos Estados Unidos, e visto por Israel como um sinal mais seguro, apesar das ações de conciliação de Morsi. Esse posicionamento do governo estadunidense não foi tão contundente quanto o discurso tardio, mas ainda assim bem-sucedido de Barack Obama em 2011 em posicionar os Estados Unidos como um suposto aliado das manifestações egípcias. Mas tinha motivações estratégicas relevantes, na medida em que possibilita primeiramente reestruturar a cooperação entre os aliados estadunidenses, como a Arábia Saudita, que se opunham a um governo da Irmandade Muçulmana, temendo pelas repercussões regionais que isso poderia trazer.

(...) remover Morsi traria tanto dinheiro do Golfo Pérsico, rico em petróleo, que o Egito não precisaria mais de um empréstimo de US \$ 4,8 bilhões do FMI. Sua previsão foi bem informada: a Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos e o Kuwait deram imediatamente ao Egito um total de US \$ 12 bilhões - três vezes mais do que o empréstimo proposto pelo FMI e oito vezes a ajuda anual americana. Sisi "conseguiu salvar o Egito", declarou o rei Abdullah, da Arábia Saudita, em comunicado divulgado dentro de duas horas do golpe. (O Catar, o único estado do Golfo que apoiou a Irmandade, não participou das doações.) "Isso nos levará doze meses sem nenhum problema", Sawiris me disse. De fato, a Arábia Saudita e os monarcas do Golfo Pérsico deram ao governo pós-Morsi mais de US \$ 2 bilhões por mês por mais de dois anos. Em 20 de junho de 2014, quase um ano após a aquisição, o rei Abdullah pousou seu jumbo executivo no aeroporto do Cairo por tempo suficiente para Sisi, o único adido militar de Riad, chegar a bordo e prestar homenagem em uma reunião de meia hora. (KIRKPATRICK,2018, p.350)

A hipótese de que a Primavera Árabe nasceu de uma intervenção velada estadunidense por meio de financiamento promovido por monopólios e organizações do terceiro setora movimentos e ativistas “pró-democracia”, executando uma variação de guerra híbrida, veio se tornando crescentemente aceita. Essa interpretação é comumente usada para caracterizar a eclosão do processo de mobilização contra Mubarak. Como debateremos adiante, essa é uma hipótese que apresenta muitas lacunas, sobretudo em relação às motivações que levariam os Estados Unidos a derrubarem um pilar de sustentação de sua projeção na região, levando ao poder uma organização islâmica, ainda

que moderada. A segunda questão é a crença na onipotência estadunidense, que deteria o controle de todos os processos sociais sendo inclusive o dinamizador dos levantes, em detrimento das contradições sociais, políticas e econômicas que tomaram a forma de luta de classes aguda em 2011. Isso não exclui a existência de financiamento e cooperação de ONGs e outras instâncias estadunidenses para promover seus interesses por meio de movimentos “pró-democracia”. A questão é qual o seu papel para o desencadeamento do processo, e quais as motivações estadunidenses. Mas se por um lado o questionamento sobre quais as motivações os Estados Unidos teriam para atuar dessa maneira contra Mubarak deixa lacunas, por outro contra um governo da Irmandade Muçulmana reveste-se de maior sentido. Sobretudo ao considerar que desta vez o favorecido seriam as Forças Armadas, instituição aliada e financiada pelos Estados Unidos há décadas, contra uma ala do Islã político.

5.3 A nova ditadura cívico-militar e a colaboração com os Estados Unidos

O influente conglomerado de mídia árabe *Al Jazeera* divulgou em julho de 2013 uma análise de documentos federais estadunidenses que atestaram o financiamento de grupos e indivíduos para promover a queda de Morsi. Os documentos haviam sido obtidos pelo Programa de Relatório Investigativo da Universidade de Berkeley e apontavam que o programa nomeado como “Assistência à Democracia” era parte de um esforço amplo do governo Obama de fortalecer as posições seculares pró-Washington, de modo a ampliar seus aliados em meio à Primavera Árabe e da elevação e radicalização das organizações islâmicas. O arco de figuras financiadas envolve desde efetivos policiais, até políticos anti-islâmicos que defenderam o fechamento de mesquitas e prisão dos pregadores, além de várias forças da oposição a Morsi.

Centenas de milhões de dólares dos contribuintes são canalizados através do Bureau for Democracy, Human Rights and Labour (DRL), The Middle East Partnership Initiative (MEPI), USAID, bem como pela organização quase governamental com sede em Washington, a National Endowment for Democracy (NED). Por sua vez, esses grupos redirecionam o dinheiro para outras organizações, como o Instituto Republicano Internacional, o Instituto Democrático Nacional (NDI) e a Freedom House, entre outras. Documentos federais mostram que esses grupos enviaram fundos para certas organizações no Egito, principalmente administradas por membros seniores de partidos políticos anti-Morsi, que atuam como ativistas de ONGs. (...) A USAID administra cerca de US \$ 1,4 bilhão anualmente no Oriente Médio, com quase US \$ 390 milhões destinados à promoção da democracia, de acordo com o Projeto sobre Democracia no Oriente Médio (POMED), com sede em Washington. O governo dos EUA não divulga números sobre gastos com

democracia por país, mas Stephen McInerney, diretor executivo do POMED, estimou que Washington gastou cerca de US \$ 65 milhões em 2011 e US \$ 25 milhões em 2012. Ele disse que espera uma quantia semelhante paga este ano. Um canal principal para canalizar os fundos de democracia do Departamento de Estado para o Egito tem sido o Fundo Nacional para a Democracia. Documentos federais mostram que o NED, que em 2011 recebeu um orçamento anual de US \$ 118 milhões pelo Congresso, canalizou pelo menos US \$ 120.000 ao longo de vários anos para um policial egípcio exilado que há anos incita a violência em seu país natal. (MEKAY, 2013, sp)

Quando a crise de 2013 se aprofundou colocando em xeque o recém eleito governo de Morsi, a Primavera Árabe já tinha deixado de ser na maioria dos países os levantes populares contra as monarquias e ditaduras que marcaram seu início. A operação da OTAN na Líbia, e a consequente morte de Muammar Kadafi, que instaurou uma dinâmica de conflitos tribais ocorrera dois anos antes, em 2011. Na Síria os protestos populares deram lugar a uma guerra civil, na qual Estados Unidos e Rússia compartilham uma frente contra o Estado Islâmico, ao mesmo tempo em que disputavam entre si, em uma guerra por procuração. Na Tunísia a transição teve períodos desiguais, com o crescimento da popularidade do Estado Islâmico. E no conjunto do Oriente Médio com os resultados da errática guerra do Iraque de 2003 confluindo com a caótica situação síria, levou à disseminação do Estado Islâmico do Iraque e da Síria, marcando assim a disseminação de uma nova organização terrorista islâmica descendente da antiga Al Qaeda e da Frente Al-Nursa síria. O Estado Islâmico se transformaria paulatinamente na nova ameaça internacional, guiando a política externa estadunidense a um reordenamento em direção a uma nova versão de guerra ao terror, marcando assim o ponto final da tentativa de Obama em aparecer como algo absolutamente distinto de seu antecessor no que se refere às relações com o mundo muçulmano, quando proferiu o discurso no Cairo em 2009, apenas 4 anos antes. (MEKAY, 2013)

Brzezinski no seu livro acima citado em 2012 critica a tratativa de George W. Bush em relação ao terrorismo. O estrategista democrata indica que frente à disseminação das alas radicais e terroristas das organizações islâmicas, os Estados Unidos deveriam apoiar e agir para consolidar as alas moderadas do Islã político como alternativa, minorando a capacidade de atração, sobretudo junto a setores da juventude, de organizações como a Al Qaeda:

Mas, mesmo assim, os Estados Unidos poderiam ter procurado criar uma estratégia abrangente para isolar os terroristas extremistas religiosos da Al Qaeda da corrente principal muçulmana. Essa estratégia, como este escritor argumentou na época nas páginas de opinião do Wall Street Journal e do New York Times, deveria ter combinado uma campanha enérgica para romper as

redes terroristas existentes (que o governo Bush, a seu crédito, fez empreender) com uma resposta política mais ampla e de longo prazo projetada para minar o apoio ao terrorismo encorajando os moderados no mundo muçulmano a isolar o extremismo islâmico como uma aberração, de uma forma que lembra a bem sucedida coalizão política contra Saddam Hussein uma década antes. Mas a busca desse objetivo estratégico exigiria também um sério compromisso dos EUA com a paz no Oriente Médio, e essa proposta era um anátema para Bush e seus conselheiros. As consequências foram um declínio dramático na posição global dos EUA em contraste com a última década do século XX, uma deslegitimação progressiva da credibilidade presidencial americana e, conseqüentemente, nacional, e uma redução significativa na auto identificação dos aliados dos EUA com a segurança dos EUA. (BRZEZINSKI, 2012, p. 64)

A crítica de Brzezinski poderia ser usada em sua quase totalidade para analisar os resultados das diretrizes adotadas pela administração Obama em relação à Irmandade Muçulmana egípcia. Imerso em meio a um cenário crescentemente conflituoso, e marcado pela ascensão da Irmandade Muçulmana, que diferentemente da Al Qaeda buscava consolidar uma dominação territorial proclamando-se como um novo tipo de “Estado” inspirado no antigo califado, os Estados Unidos optaram por não sustentar a Irmandade Muçulmana como ala moderada dentre as organizações islâmica. Isso colaborou para que a geopolítica de crise, e consequências imprevistas se espalhasse pelo Oriente Médio e Norte da África, impedindo uma readequação de agenda em política externa para que os Estados Unidos se centrasse em lidar com novos desafios, como a ascensão chinesa já não tão bem vista por parte do establishment norte-americano, vácuo no qual posteriormente Donald Trump fixaria o centro de seu discurso político.

Com o golpe cívico-militar e a posterior eleição de maio de 2014 que deu ao general Fatah AbdelAl-Sissi a vitória contra seu único oponente em um pleito assemelhado aos da era de Mubarak, Hamdeen Sabahi, a Irmandade Muçulmana não apenas foi colocada novamente na clandestinidade, como foi duramente reprimida e perseguida. Em um julgamento em 2014 marcado por várias irregularidades, mais de 529 pessoas acusadas de serem parte ou simpatizantes da Irmandade Muçulmana foram condenadas a pena capital, dentre os quais figurava Mohamed Badie, líder da Irmandade Muçulmana. Isso se somava ainda aos mais de 16 mil presos, encarcerados apenas no período entre agosto de 2013 e março de 2014. Um mês depois outros 680 supostos integrantes da Irmandade Muçulmana tiveram a mesma pena (GONÇALEZ, 2014, sp).

A administração Obama emitiu um comunicado lacônico no qual se restringia a afirmar que as penas desrespeitam os fundamentos mais básicos da justiça internacional. Além disso, a ajuda financeira estadunidense ao Egito não deixou de fluir, mesmo após

os julgamentos perpetrados pelo governo de Sissi. Para o ano fiscal de 2014 o Congresso estadunidense destinou US\$ 1,3 bilhão em ajuda militar, que somaram-se a mais US\$ 250 milhões em fundos de apoio à economia egípcia. As condições eram de que o Secretário de Estado norte-americano avalize a ajuda financeira observando se Sissi estaria mantendo relacionamento estratégico com os Estados Unidos, e se as eleições seriam realizadas, prevendo ainda que a ajuda poderia ser dada sem certificação desde que os fundos não fossem “disponibilizados para assistência à transferência de renda ou apoio orçamentário, a menos que o Secretário de Estado ateste às comissões parlamentares apropriadas que o Governo do Egito está tomando medidas para estabilizar a economia”. (SHARP, 2014, p. 12). Posto em outros termos, a ajuda seria restringida apenas se fosse destinada a programas de elevação de subsídios, ou a outras medidas consideradas pelo governo estadunidense ou pelo FMI como contrárias às reformas neoliberais que ainda pautavam a agenda internacional de política econômica para o país.

As motivações geopolíticas também foram responsáveis pelo apoio estadunidense ao governo de Sissi, em uma tentativa de evitar que a Rússia que ampliava seu protagonismo regional a partir da guerra civil síria preenchesse o vácuo deixado por uma diminuição da ajuda militar e financeira ao Egito.

(...) o Comitê de Serviços Armados da Câmara observa seu apoio à decisão do presidente de fornecer aeronaves Apache ao governo do Egito. Segundo o relatório, “o comitê acredita ainda que os Estados Unidos devem fornecer assistência de segurança necessária ao governo do Egito, especificamente focada em áreas de interesse mútuo em segurança. O comitê continua preocupado com o fato de que, se os Estados Unidos não se envolverem em assistência de segurança com o governo do Egito e as forças armadas egípcias, outros países, como a Federação Russa, poderão preencher essa lacuna, o que funcionaria com objetivos vitais com os EUA vitais de interesses de segurança nacional (...).O comitê está preocupado com os relatórios de que pode ter havido violações dos direitos humanos que ocorreram no Egito. O comitê incentiva o próximo presidente do Egito a atender às necessidades econômicas e políticas do povo egípcio, incluindo as proteções à liberdade individual e aos direitos humanos refletidas na nova constituição egípcia”. (SHARP, 2014, p.14)

As relações de cooperação financeira e militar entre os Estados Unidos e o Egito estavam marcadas há pelo menos 25 anos pelo que se denominou como um sistema de *cash flow finance*. Esse sistema permitia ao governo egípcio solicitar ajuda militar em regime especial aos Estados Unidos, prevendo que esses recursos poderiam ser destinados sem precisar passar pelo Congresso. Trata-se de um mecanismo destinado aos aliados de importância estratégica, considerados centrais para a política imperialista estadunidense na região, que na região do MENA estava disponível apenas para Israel e o Egito. Em

2015 quando o Estado Islâmico já havia se transformado em uma força contra revolucionária nascida da própria derrota da Primavera Árabe, e indiretamente da ação dos Estados Unidos em marginalizar as populações sunitas no Iraque e na Síria, o governo Obama aponta pela primeira vez à suspensão do *cash flow finance* destinado ao Egito. Mas isso não atendia a uma suposta represália pela repressão estatal ainda mais elevada que a de Mubarak protagonizada pelo governo de Sissi, mas a uma readequação de prioridades em meio à caótica situação criada no MENA.

No entanto, o financiamento no de US\$ 1,3 bilhões continuou fluindo como de costume dos cofres estadunidenses em direção ao Egito, demonstrando que as medidas de suspensão parcial da cooperação não visavam o abandono do apoio ao governo de Sissi. Esse movimento era seguido também por outras nações portadoras de interesses particulares no Egito, que se dispuseram a fornecer mais US\$ 6 bilhões, tais como a Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, e a China, além do acordo firmado por Sissi com o FMI, que totalizam uma ajuda de US\$ 12 bilhões. (SHARP, 2015, p. 5). Dessa maneira, uma vez mais, demonstra-se como a condenação de pena de morte em massa perpetrada pelo governo Sissi contra milhares de pessoas, constituindo-se em uma das mais aberrantes ações judiciais da história moderna, não forneceu justificativas para a adoção de sanções econômicas por parte dos Estados Unidos e dos organismos financeiros internacionais, como ocorreu por exemplo com o Irã, e diversas outras nações.

O relatório do *Congressional Research Service*, o braço de pesquisa do Congresso estadunidense avaliava o governo de Sissi da seguinte maneira em maio de 2014:

Desde julho de 2013, o governo militar do Egito, agora liderado pelo vencedor da eleição presidencial de 2014, Abdel Fatah al Sisi, tenta estabelecer uma ordem política que alguns descrevem como um renascimento parcial do regime autoritário. As autoridades egípcias parecem ter calculado que suas tentativas de impor a ordem têm apoio público suficiente e que a resistência de islamitas e ativistas seculares pode ser contida por meio de uma combinação de coerção, propaganda e estímulo econômico. (...)Se o Egito se tornará mais autoritário sob a presidência de Sisi é uma questão em aberto. Muitos observadores afirmam que, desde a revolta de 2011 contra o ex-presidente Hosni Mubarak, os cidadãos do Egito ficaram menos intimidados pelo poder coercitivo do estado. Segundo um autor, a sociedade egípcia está “mais conectada ao mundo, mais opinativa, ousada e comercial e socialmente empreendedor. (SHARP, 2014, p.1)

Essa não parecia ser a percepção de amplos setores da população egípcia. Desde o recrudescimento da repressão estatal, que fez da ditadura de Sissi uma variante de bonapartismo mais duro e persecutório até mesmo que o de Mubarak foi responsável por

criar um ambiente tipicamente propício para a difusão das alas mais radicais e reacionárias do terrorismo islâmico, como o Estado Islâmico, em especial no interior das prisões. (KIRKPATRICK, 2018). Ademais, o Estado Islâmico também obteve a lealdade de grupos egípcios, como o Ansar Beit al-Maqdis que integra o ISIS em 2014. O grupo que atuava na Província do Sinai desde 2011, foi responsável por uma série de ataques, dentre os quais figura a explosão em um prédio da província de Dakaliya, em dezembro de 2013, responsável pela morte de pelo menos 15 pessoas e 100 feridos. (BBC, 2016, sp).

A derrubada de Morsi e consequente ascensão de Fatah Abdel al-Sissi foi interpretada por alguns analistas como algo que teria evitado que o Egito se visse submerso no caos. Dentre os que defendem essa visão está Moniz Bandeira, ao afirmar que

Com efeito o Egito haveria submergido no caos, como o Iraque, Líbia, e Iêmen, se o general Abdel Fatah al-Sissi, chefe das Forças Armadas, sob a justificativa de que o país estava sob a ameaça de grupos salafi-jihadistas não houvesse deposto o presidente Mohammed Morsi eleito democraticamente pela Irmandade Muçulmana. O próprio presidente Putin ressaltou que a “determinação e sabedoria” da liderança do Egito salvaram o país do caos e da agressividade dos extremistas. Em 2013 durante o governo da Irmandade Muçulmana ocorreram 270 ataques terroristas, cerca de 79% contra os postos militares e policiais no Egito, no Sinai, e informes de inteligência indicavam que grupos tais como Ansar al-Shariah, Tawid wal-Jihad e Takfir wal-Hijra pretendiam proclamar a independência da estratégica península, que era margeada ao leste por Gaza, Israel e o golfo de Aqaba; a oeste, pelo Canal de Suez; ao norte pelo Mediterrâneo e ao sul pelo Mar Vermelho. (BANDEIRA, 2017, p. 378)

Mas como o próprio Moniz Bandeira admite os atentados não cessaram após a queda de Morsi. Atentados a bombas protagonizados pelos salafi-jihadistas em unidade com parte das tribos beduínas do Sinai, que totalizam cerca de 70% da população da região, continuaram a usar meios terroristas, mesmo sob um regime de perseguição e execução sistemática de setores cada vez mais amplos dos militantes islâmicos. Estima-se que cerca de 40 mil pessoas estavam detidas em setembro de 2015 no Egito sob alegação de participarem de organizações islâmicas. Mas isso não impediu que o Estado Islâmico matasse em 2014 cerca de 190 membros das Forças Armadas egípcias no Sinai. (BANDEIRA, 2017, p. 378) Sob Sissi a violência contra os cristãos cooptas elevou-se, pois o Estado Islâmico via nessa população uma via de intervir no país por meio de atentados, normalmente sob a forma de bombardeio contra as igrejas, enquanto o governo chefiado pelas Forças Armadas também proibiu as manifestações desse setor. Kirkpatrick

em seu livro narra a conversa com um dos padres cooptas mais influentes do Egito sobre as condições impostas pelo regime de Sissi:

O padre Filopateer (...) me disse que não podia mais voltar ao Cairo sem medo de ser preso por seu ativismo. "A vida dos coptas sob a Irmandade Muçulmana era muito melhor", disse-me o padre Filopateer. Pelo menos os coptas tinham a liberdade de organizar e protestar. "Estamos lidando com um ditador e ele está pronto para fazer qualquer coisa para manter seu poder", continuou. "Na economia, na política, na liberdade - tudo está indo na direção errada."(KIRKPATRICK, 2018, pg. 217).

Como conclusão, pode-se afirmar que a opção estadunidense de legitimar o golpe cívico-institucional de 2013 levando o poder o bonapartista, mas laico Sissi, ajudou a sedimentar o caminho para que ampliação das crises do MENA. Isso foi um subproduto de médio prazo da estratégia de guerra ao terror, que apesar de ter sido declarada como principal plataforma por George W Bush não teve suas diretrizes revertidas qualitativamente durante as administrações Obama, e em especial frente à Primavera Árabe. O consentimento silencioso estadunidense, ou no máximo as represálias protocolares, à perseguição desferida contra a Irmandade Muçulmana também colaborou para lançar por terra a possibilidade de instrumentalizar uma ala moderada do Islã político contra as radicais, que ganhavam terreno entre os anos de 2013 e 2017, como havia aconselhado Brzezinski anteriormente em relação à Al Qaeda.

Em nenhum lugar o que Roger Hodge chamou de "a mentira da esperança" foi mais descarado do que nessas ações, Obama prometendo que sua operação líbia seria apenas de assistência humanitária, "não mudança de regime" e que estava "orgulhoso de sua decisão" de não lançar uma blitz semelhante na Síria, da qual ele ficou apenas com a oposição do parlamento e do congresso britânico. Em outros lugares, armas e dinheiro fluíram para um regime egípcio pouco diferente do sírio, simplesmente mais pró-ocidental; enquanto Israel recebeu o maior pacote de ajuda militar em sua história. No repertório imperial, uma preferência por guerra aérea, procuradores e forças especiais em vez de tropas terrestres não é novidade: foi Nixon quem introduziu o tipo de "vietnamização" em andamento em Cabul e em outros lugares. Nenhuma das sete guerras de Obama foi vencida, no sentido de alcançar uma paz, embora também nenhuma tenha sido perdida (ainda: os resultados no Afeganistão e na Síria ainda não foram vistos). Um grande sucesso foi registrado. (ALI, 2013, sp)

Dessa maneira, o que a administração Obama conquistou com a sua resposta à Primavera Árabe em geral, e para aos levantes egípcios em particular, foi ser parte fundamental da ruptura da dinâmica popular e revolucionária que marcou seu início, apoiando primeiro o desvio operado pela Irmandade Muçulmana, para em seguida trocá-lo por um novo governo das Forças Armadas. Vistas da atualidade as posições levadas à frente pelos Estados Unidos revelaram que apesar de não terem abertamente conspirado

de forma contrária à Irmandade Muçulmana, sempre tiveram as Forças Armadas como interlocutores no Egito. Apoiaram no plano econômico a constituição de uma espécie de “*mubarakismo* sem Mubarak”, cujo aprofundamento das desigualdades sociais e econômicas só poderia combinar-se com alguma estabilidade se o regime político construído assumisse traços ainda mais bonapartistas e autoritários que os da era do governante derrubado em 2011. E, talvez um dos fatores mais relevantes tenha sido o fato dos Estados Unidos terem conseguido no caso egípcio postular-se como um aliado das demandas sociais levantadas pelos manifestantes da Praça Tahrir, o que evitou que sua localização fosse interpretada como uma ingerência imperialista a apoiar saídas convenientes para seus interesses.

Depois de mais de três anos no cargo, Obama mostrou em sua política externa no Oriente Médio mais continuidade do que mudanças reais. Ele adotou uma abordagem centrista-realista na região, uma abordagem consistente com a orientação dominante da política externa dos EUA. Sua administração visa manter o status quo com algumas pequenas correções. Mesmo como candidato à presidência, ele se identificou com realistas tradicionais da política externa, como George H. W. Bush. Ele ressaltou que, em seu governo, a política externa no Oriente Médio e em outros lugares seria impulsionada pelo interesse nacional e se concentraria em obter estabilidade, em oposição à ideologia de seu antecessor de proselitismo para democracia e liberdade. (KIRKPATRICK, 2018, p. 260)

A forma como os Estados Unidos lidou com a política para o Oriente Médio, e para a Primavera Árabe marcaram-se, portanto, mais por uma continuidade em relação à administração anterior, ainda que sob discursos e apelos ideológicos distintos. Isso não esteve isento de contradições. Do ponto de vista estadunidense essa conformação de fatores permitiu, e obrigou, os Estados Unidos a seguirem sua plataforma beligerante nos países do MENA, com um total de 26.171 bombardeios, dos quais 12.192 destinados apenas à Síria, no ano de 2016. (ZENKO, WILSON, 2017, sp). A ausência do questionamento das vias de projeção de poder imperialista estadunidense sobre o Egito atuou como parte fundamental para seu desfecho. Como assinala Reginaldo Nasser retomando as observações de Kaplan:

Kaplan (2011a), considerado uma voz relativamente moderada do mainstream norte-americano, tem razão quando afirma que as manifestações contra os regimes autoritários que sacudiram o mundo árabe se qualificam mais pelo que elas não são: não consistem em um clamor pelo Estado palestino, tampouco são “antiocidentais” ou “antiamericanas”. Acrescenta ainda que, seja qual for o resultado destas revoltas, parece evidente que os árabes têm prestado mais atenção aos defeitos de suas próprias sociedades que às injustiças cometidas pela comunidade internacional. (NASSER, 2011, p. 166)

Apesar da relativa renovação do apelo da guerra ao terrorismo propagado pelos ataques do Estado Islâmico contra países como a França, a continuidade da ação beligerante estadunidense na região do MENA colaborou para a percepção de que os Estados Unidos seguiram lançando-se em aventuras militares que dificilmente seriam ganhas. Isso não seria isento de custos para a política externa estadunidense, mas foi parte do desvio que marcou o período do regime de transição chefiado pelo SCAF, e da posterior derrota das aspirações da Praça Tahrir com a ascensão de uma nova ditadura cívico-militar.

5.4. Uma avaliação crítica da hipótese de guerra híbrida

O sentido geral que se estabeleceu como senso comum em Washington, e em boa parte da interpretação oferecida por acadêmicos que se dedicaram ao tema da Primavera Árabe no Egito, é o de que “as pessoas da região estariam melhor se nunca tivessem se levantado”, já que o regime instaurado por Al-Sissi é em diversos aspectos ainda mais repressivo que o de Mubarak. (KIRKPATRIK, 2018, 194). Esta perspectiva pessimista ecoa um senso comum de que os intentos bonapartistas são resultantes não das crises geradas pela própria dinâmica capitalista, mas das mobilizações de qualquer perspectiva disruptiva que emane das classes subalternas. Mas isso não se restringe apenas aos resultados dos levantes iniciados em 2011, como envolvem a análise sobre o seu caráter e motivações tomados em suas totalidades. Desde que a Primavera Árabe encerra sua etapa constituída como levantes populares que reivindicavam o fim de regimes políticos bonapartistas de tipos distintos, as interpretações que tratavam esses processos como as primeiras ações revolucionárias do século XXI cederam espaço para a análise atualmente predominante de que sua ocorrência não pode ser definida como processos revolucionários, mesmo que derrotados. E relacionado a isso figura a interpretação de que a Primavera Árabe egípcia teria sido produto da ação de ONGs e outras organizações ligadas a setores do *establishment* estadunidense a partir do uso de táticas de guerra híbrida. Essa análise veio ganhando crescente destaque recentemente, fazendo com que a citação do Egito ao lado de processos como as Revoluções Coloridas do Leste Europeu seja recorrente. O exame dessa hipótese é relevante por duas questões fundamentais. A primeira é a discussão sobre como avaliar a Primavera Árabe. Trata-se de um debate ainda polêmico. Mas se fosse correto que a motivação dos levantes árabes emanou das agências da CIA e demais ONGs ligadas ao Pentágono, qualquer tentativa de examinar porque os primeiros ensaios revolucionários do século XXI foram derrotados,

de modo a extrair lições para o futuro, apresentar-se-ia como um exercício inútil.

O segundo fator que traz relevância para o exame da hipótese de que o levante da Praça Tahrir foi produto de uma guerra híbrida reside na necessidade de qualificar as motivações estratégicas e a política dos Estados Unidos. Uma revisão de parte da bibliografia que versa sobre a política externa estadunidense de Obama para a Primavera Árabe apresenta a tese de que a guerra híbrida já vinha sendo preparada. No entanto, conforme busca-se desenvolver neste tópico, o financiamento e a tentativa de instrumentalização dos atores e movimentos responsáveis pela queda de Mubarak não são suficientes para negar o caráter social de sua irrupção. Mas quiçá como questão mais importante e que agrega complexidade para os que defendem essa leitura na essência dos levantes de janeiro de 2011 foi uma guerra híbrida protagonizada pelos Estados Unidos contra o Egito reside em quais seriam suas motivações de fundo. Isso porque como já foi debatido nos capítulos anteriores do presente trabalho, Mubarak e o Egito constituíram-se como peça chave para a salvaguarda dos interesses estadunidenses na região do MENA em geral, e em relação ao conflito árabe-palestino em particular.

Quais seriam, então, os objetivos das organizações oficiais e extraoficiais dos Estados Unidos em minar as bases de sustentação de um regime tão funcional para si? Alguns podem apontar interesses em criar uma situação favorável à continuidade da política externa estadunidense do período predecessor, em que a ofensiva beligerante no Oriente Médio revestia-se praticamente de sentido em si mesma, contra a promessa de Obama de revertê-la. Outros ainda poderiam alegar que a administração Obama estaria efetivamente disposta a encerrar as violações de direitos humanos do regime de Mubarak. Dentre as duas possibilidades a primeira é a que mais se acerca de um aspecto de realidade, muito embora os que se centram nela para negar o caráter social da primavera árabe incorrem em uma unilateralidade. A segunda perspectiva denota uma interpretação liberal algo ingênua, que confunde o discurso com motivação estratégica. Para dar corpo a essas duas críticas a interpretação de que tudo se resumiu a uma guerra híbrida estadunidense faz-se necessário, portanto, definir esse conceito que tem se popularizado recentemente, analisar as relações das organizações estatais e não-estatais estadunidenses com os movimentos egípcios, e por fim, mas mais importante verificar a veracidade das hipóteses acerca das possíveis motivações.

O conceito de guerra híbrida veio à tona pela primeira vez para designar as táticas utilizadas pela insurgência tchetchena contra a Rússia no ano de 1995, por ter se destacado pela combinação de métodos regulares e irregulares, e uma ampla ofensiva de

desinformação para moldar a opinião pública, e confundir as forças inimigas. Assim, a designação de guerra híbrida emerge em combinação com as guerras irregulares, não convencionais, e às revoluções coloridas. Uma característica pode ser o envolvimento de uma multiplicidade de atores que vão para além dos exércitos regulares, cuja assimetria reside na disparidade de forças entre os oponentes, que podem ser um exército regular de um lado contra um grupo paramilitar de outro. (COLON, 2012)

Quando a questão da guerra híbrida é posta pela primeira vez, vê-se que serviu para indicar um conflito do Leste Europeu, envolvendo a Rússia. Em um primeiro momento essa narrativa seria a mais comum. Em outras palavras, a guerra híbrida seria uma característica dos conflitos levados adiante por guerrilhas, grupos paramilitares, terroristas, contra Estado que guerreiam com exércitos regulares. Nessa acepção os Estados Unidos, por exemplo, afirmaram não protagonizar táticas de guerra híbrida, mas sofrer com a utilização destes meios pelos mais distintos atores. De acordo com o artigo apresentado pelos generais estadunidenses James Mattis e Frank Hoffman intitulado *Future War: The Rise of Hybrid Wars* na revista *Proceedings* em 2005, a guerra híbrida passaria a ser cada vez mais presente. Isso se daria pela desproporcionalidade existente entre o poderio militar dos Estados Unidos e seus oponentes, o que imporia que os oponentes ao *hegemon* tivessem que recorrer crescentemente ao uso de métodos distintos aos tradicionais para guerrear, usando uma combinação de novas tecnologias e táticas, bem como a proliferação de atores não estatais, caracterizando-se como guerras qualitativamente distintas às tradicionais. Assim a guerra híbrida seria uma consequência da crescente assimetria dos conflitos, o que marcaria de forma relevante as guerras travadas na ordem neoliberal e pós-Guerra Fria, posto que como consequência do momento de aparente dominação unipolar norte-americana os enfrentamentos abertos entre as grandes potências e seus exércitos regulares não seriam mais o predominante no mapa dos conflitos militares. (GUINDO, MARTÍNEZ, GONZÁLEZ, 2015)

Estes conflitos que se colocam como característicos do mundo globalizado e entre os quais se citam os Bálcãs, Tchetchênia, Afeganistão, Iraque, Líbano ou Sri Lanka como exemplos mais significativos são apresentados pelos estudiosos em assuntos militares – anglo-saxões em sua maioria – como novidades tanto pelos atores envolvidos (Estados, grupos guerrilheiros, terroristas, redes criminosas ou mercenários privados), como pelos meios utilizados (armamento simples e acessível de forma nova, sistemas de armas altamente sofisticados ou tecnologias de uso dual), e também pelas táticas empregadas (ações convencionais limitadas, atos terroristas, insurgência, guerra de guerrilhas ou operações de informação), e também pelos cenários escolhidos (desde zonas urbanas e densamente povoadas até locais remotos e de difícil acesso), e finalmente também pelos multiplicadores usados (sistemas

de posicionamento, inteligência, de fontes abertas, redes de informação, comunicação avançadas) ou as fontes de financiamento manejadas (atividades legais e ilegais em estreita colaboração com o crime organizado. (COLON, G. 2012, p. 80).

Recentemente, autores como Korykbo passaram a oferecer uma outra interpretação, indicando como as táticas de guerra híbrida estariam diretamente ligadas ao centro do pensamento estratégico estadunidense. Isso denota uma disputa de narrativas, entre os intelectuais orgânicos e analistas russos como Korykbo, e estadunidenses. Para fundamentar essa tese Korykbo retoma as elaborações de autores clássicos da geopolítica, como Halford Mackinder e Nicholas Spykman que em suas definições respectivas das noções de *heartland* e *rimland* partiram da necessidade estratégica de estabelecer linha de ação sobre a Eurásia, e sobretudo para lidar com a Rússia. Isso teria continuidade nas linhas gerais fornecidas por Zbigniew Brzezinski, ex-Conselheiro de Segurança Nacional de Jimmy Carter, em especial a definição da importância da região dos Bálcãs Eurasiáticos para manutenção do domínio unipolar norte-americano após a queda da URSS. De fato em sua obra *Second Chance: Three Presidents and the Crisis of American Superpower*, Brzezinski analisa como a plataforma neoconservadora de guerras preventivas de George W. Bush levou à corrosão do poder estadunidense, e que uma via de reversão deste processo seria a articulação de uma política externa conectada com o que ele definiu como despertar político global:

Muitos, não gostando do status quo, são suscetíveis de serem mobilizados contra aqueles que consideram preservá-lo com interesse próprio. Os jovens do Terceiro Mundo são particularmente voláteis. O crescimento demográfico em rápida expansão na faixa etária de 25 anos ou menos representa uma enorme massa de impaciência. É provável que a ponta de lança revolucionária desse grupo surja dentre os milhões de estudantes concentrados nas instituições educacionais de nível superior, geralmente intelectualmente dúbias, dos países em desenvolvimento. Semi-mobilizados em grandes congregações e conectados pela Internet, eles estão posicionados para reproduzir, em uma escala muito mais vasta, o que ocorreu anos antes na Cidade do México e na Praça Tiananmen. Revolucionários em espera, eles representam o equivalente ao proletariado militante do século XIX e XX. (BRZEZINSKI, 2008, p. 204-4)

A partir desta constatação Brzezinski sugere que os Estados Unidos poderiam buscar identificar-se com esse sentido global, e instrumentalizar tais movimentos de maneira a se reposicionar internacionalmente, revertendo os danos da era Bush. Em base a isso, Korykbo propõe uma inversão da narrativa estadunidense quando alega que seria apenas alvo, mas não protagonista, da guerra híbrida. Para refutar esta tese norte-

americana Korybko retoma a base do pensamento geopolítico anglo-saxão, em que estaria posta a necessidade de controlar, ou ao menos limitar, a iniciativa russa. (KORYBKO, 2018).

Basicamente, Brzezinski expandiu a ideia de rimland shatterbelt para que incluísse as recém-independentes ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central e do Cáucaso. Isso coloca o “caldeirão étnico”, como o chama, logo à porta da Rússia. Ele então se inspirou em Pilsudski para introduzir a desestabilização periférica estratégica dos balcãs eurasiáticos como um possível método para enfraquecer o núcleo russo e preservar a hegemonia estadunidense. Isso também é visto como prevenção contra o conluio de potências continentais que poderia ameaçar o controle estadunidense da Eurasia. (...) O conceito de balcãs eurasiáticos de Brzezinski é o ápice do pensamento geopolítico estadunidense. (...) A ideia não consiste necessariamente em fomentar o separatismo dentro da própria Rússia como Pilsudski planejava (...) mas, em vez disso, consiste em abraçar a ideia geral de caos periférico e maximizá-la para fins estratégicos. (KORYBKO, 2018, p. 24)

Estas aplicações da guerra híbrida são usadas para designar estratégias envolvendo enfrentamentos militares, mesmo que impliquem na existência de atores irregulares. Entretanto, uma inovação categorial dá-se quando a guerra híbrida passa a envolver intervenções indiretas patrocinadas por entes estatais ou não, com o intuito de limitar a capacidade de ação de um determinado governo ou Estado. É dentro dessa gama que inserem-se as “revoluções coloridas”. O primeiro, e quiçá mais ilustrativo dentre todos os processos de revoluções coloridas foi o ocorrido na Ucrânia em 2004, também denominado como “Revolução Laranja” que instituiu o candidato pró-ocidente Viktor Yushenko após uma série de mobilizações contra o pleito eleitoral, e denúncias de corrupção contra Viktor Yanukovich alinhado com a Rússia. A Revolução Laranja arrastou a Ucrânia a um longo período de instabilidades, que perduram até a atualidade, com picos de violência aguda desde então e traços de guerra civil opondo forças ultranacionalistas àquelas consideradas alinhadas às potências imperialistas do Ocidente. O resultado foi uma crise relevante para a projeção russa no país. Desde o surgimento do movimento *Pora* ucraniano, bem como do *Kekell* no Quirguistão, distintos analistas indicaram o apoio, treinamento e financiamento de ONGs norte-americanas como o *National Endowment for Democracy* ou a *Freedom House*, dentre outras ligadas aos partidos democrata e republicano, aos movimentos contestatórios. Essas conexões foram recorrentemente expostas pelo vazamento de dados do Wikileaks. (BLUM, 2017).

Como via de regra a estratégia das revoluções coloridas busca explorar as vulnerabilidades políticas, militares, econômicas e psicológicas internas dos países que

poderiam ser considerados hostis para os objetivos de potências externas. No caso concreto das Revoluções Coloridas se trataria de uma iniciativa estadunidense, financiada por grandes grupos monopólicos como o Open Society Institute dirigido pelo magnata George Soros, para desestabilizar o entorno da Rússia, e assim impor limites à sua iniciativa internacional. A grande vantagem que trata-se de uma ação indireta que traz ônus menos dispendiosos que uma guerra regular direta. Desta forma obtém-se o mesmo objetivo, no caso citado o de limitar a margem de manobra russa, mediante a instrumentalização de oposições internas, se utilizando vastamente de informações falsas e táticas de guerra psicológica para criar a sedição. (ORTEGA, 2009)

A tática da revolução colorida é uma derivação do manual elaborado por Gene Sharp que em linhas gerais resume-se em:

(...) focar na mentalidade geral do movimento das revoluções coloridas e de seus apoiadores, bem como dá conselhos sobre como incentivar indivíduos em cima do muro a se rebelar contra o governo. A ideia principal consiste em montar uma rede de ativistas e apoiadores passivos que permitirá ao movimento ser bem-sucedido uma vez que comece a empenhar-se oficialmente na tentativa do golpe. Reunidos esses indivíduos, Sharp então recomenda 198 métodos de resistência não violenta que eles podem colocar em prática. (KORYKOBO. 2018, p.93)

Portanto, Sharp propõe instrumentalizar os “meios, influências e pressões (...) disponíveis ao uso para que se atinjam os objetivos do detentor do poder, especialmente as instituições do governo, o Estado, e grupos que se opunham a um ou outro” (SHARP, 1980, p. 27). Dessa maneira, a desestabilização causada pelas revoluções coloridas gera uma espécie de caos controlado, sem que a participação externa seja clara, já que os atores diretos são movimentos e organizações nacionais. A instabilidade pode avançar até a derrubada de um governo, de um regime político, chegando em algum caso inclusive a assumir uma dinâmica de guerra civil.

Quando os protestos da Primavera Árabe chegaram ao Egito as análises que afirmavam se tratar de uma espécie de revolução colorida não tardaram a surgir, ainda que em um primeiro momento, quando a dinâmica dos movimentos populares se expandia, essa leitura não fosse hegemônica. Primeiro porque o estopim da Primavera Árabe na Tunísia deu-se a partir de um evento absolutamente fortuito, com a auto-imolação de um vendedor de frutas. O segundo fator deve-se às próprias demandas defendidas pelos movimentos, que não se restringiam a reformas ou questionamentos meramente eleitorais, como no início da Revolução Laranja ucraciana, abarcando um conjunto de reivindicações sociais progressistas e estruturais. Esse aspecto é relevante

porque as revoluções coloridas por servirem a interesses externos atendem a um padrão, que não envolvem demandas que possam culminar em revoluções sociais ou colocar em xeque as bases de dominação econômicas e sociais.

Nota-se que para essa narrativa sobre a natureza dos eventos que desencadearam a Primavera Árabe mesclam-se duas dimensões. A primeira cara ao debate militar, contido no mutante conceito de guerra híbrida. E a segunda que envolve o uso dos novos meios de comunicação e engajamento de massas, possibilitado pelo advento das redes sociais e da internet. Esses novos meios questionaram a dominação das grandes redes de comunicação internacional, propagando verdades igualmente fabricadas sob uma falsa aparência de espontaneidade que dissemina uma percepção de veracidade, escondendo a manipulação, muitas vezes governamental, que as criam. Tal narrativa oferece uma análise algo sedutora para alguns, na qual opera-se a substituição da história e a ação de seus sujeitos sociais, por uma conspiração permanente e infalível, que seria capaz de deter em suas mãos todos os tortuosos processos políticos e sociais. Embora se assentem em elementos parcialmente reais, tratam-se de interpretações que pecam por um viés unilateral. (ACHCAR, 2013). Portanto, antes de passar à crítica, retomemos parte dos elementos verdadeiros que sustentam essas interpretações.

Os argumentos para caracterizar os processos da Primavera Árabe como revoluções coloridas se colocaram mais abertamente quando as movimentações atingiram regimes não alinhados com os Estados Unidos, em especial o da Líbia e da Síria. A interpretação embasava-se em uma suposta ação da CIA para derrubar os regimes opositores, questionando a caracterização dos levantes como um processo espontâneo e, portanto, legítimo mesmo que derrotado, apontando a ação prévia de ONGs e manipulação através das redes sociais como chaves explicativas fundamentais para a irrupção da Primavera Árabe. As organizações estadunidenses que teriam se envolvido na Primavera Árabe as mais variadas, incluindo a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), a Fundação Nacional para a Democracia (NED), o Instituto Republicano Internacional (IRI), o Instituto Nacional Democrata para Assuntos Internacionais (NDI), *Freedom House* (FH), Instituto Albert Einstein (AEI), e o *Open Society Institute* (OSI). (BENSAADA, 2013). Como se nota, a ação das organizações citadas não restringe-se às afiliações democratas, ou a republicanos, podendo incluir organizações de ambos os partidos. (SAHD, 2019)

Essa ampla gama de organizações que teriam se envolvido com os ativistas egípcios denotam a ampliação do escopo de ação dos *think tanks* estadunidenses, que

apesar de existirem e serem parte ativa da formulação da política externa estadunidense desde antes da Segunda Guerra Mundial, têm elevado suas atividades de maneira visível recentemente. Isso porque permitem a articulação entre acadêmicos, conglomerados de mídia, e interesses e atores políticos partidários, e monopólios privados para a formulação e execução de agendas em política externa de maneira distinta à ação de organismos governamentais puros, que podem acarretar em questionamentos sobre a ingerência externa. Os *think tanks*, ademais, propagam análises que embasam visões de mundo, tendo sido utilizados em ampla escala como instrumentos para influir sobre as mobilizações e parte de seus dirigentes. (TEIXEIRA, 2009, sp).

Destacam-se especialmente dois *think tanks* que buscaram agir sobre a situação política egípcia após 2011. Tratam-se de dois dos mais influentes, Brookings Institution, que apesar de ter contado com a colaboração de pesquisadores ligados tanto ao Partido Republicano como Democrata tem uma perspectiva mais alinhada ao primeiro, e o *Council of Foreign Relations*, usualmente conectado com os democratas. Algumas análises sobre a ação dos *think tanks* estadunidenses sobre a política externa para o Egito durante as mobilizações que levaram à queda de Mubarak indicam que o Council of Foreign Relations impactou de maneira significativa a resposta de Obama, sobretudo na sua posição vacilante inicial em apoiar a deposição do ditador egípcio. (ZAYTZEV, KONONOVA, 2015, p. 9)

No entanto, os casos citados acima dizem respeito principalmente à capacidade dos *think tanks* em influir na agenda de política externa estadunidense. A narrativa que se disseminou a partir do fim da dimensão progressista dos levantes, não se resume à ação dos influenciadores das políticas externas, mas sobretudo à concepção de que a Primavera Árabe não foi um processo real de luta de classes, sendo produto da ação de organizações patrocinadas por alas do establishment estadunidense destinadas à promover processos assemelhados às revoluções coloridas. Para isso tais organizações utilizam-se de métodos conspiratórios, treinamento e financiamento de agentes internos, capazes de quebrar, ou estabelecer fissuras na ordem vigente. Dentre os autores que mais defendem essa interpretação figura Ahmed Bensaada, um blogueiro argelino residente no Canadá e autor do livro *Arabesque Americaine* dedicado a sustentar a tese de que os levantes foram preparados pelo governo estadunidense. De acordo com ele um dos indicadores mais substanciais que a Primavera Árabe não foi motivada por fatores endógenos, é a declaração de um dos diretores da Fundação Nacional para a Democracia, Allen Weinstein, dada em 1991 quando afirmou que muito do que sua organização promove

seria inspirado nas táticas usadas pela CIA a pelo menos 25 anos, para fazer da agenda da promoção de democracia uma das estratégias fundamentais da política externa estadunidense. (BENSAADA, 2011, sp).

Essa hipótese demanda o exame de cada uma das situações, movimentos e dinâmicas abertas pelos protestos nos diferentes países, sob pena de que a ausência deste cuidado metodológico possa levar às generalizações pouco úteis. E isso supera os limites do presente trabalho, na medida em que a proposta é abordar em especial o caso egípcio. Sobre os demais casos cabe apenas ressaltar que ainda que tenham se identificado no passado com o pan-arabismo, tanto Kadafi quanto Assad apresentavam uma postura discursiva identificada com o nacionalismo, enquanto na prática já haviam aberto suas economias para a entrada de grandes monopólios estrangeiros, e conviviam pacificamente com Israel.

No caso egípcio os analistas que apontaram o uso das táticas da guerra híbrida afirmam que estas se deram pela participação do CANVAS, *Center for Applied NonViolent Action and Strategies*, no treinamento de líderes do Movimento 6 de Abril. O CANVAS foi fundado por sérvios que foram parte da mobilização por meio do movimento Otpor contra Slobodan Milosevic, e posteriormente se tornaram CEOs de grandes empresas de comunicação, como Srda Popovic da Orion Telecom. O CANVAS é uma das mais conhecidas organizações não-governamentais que busca disseminar as táticas formuladas por Gene Sharp para a promoção de revoluções coloridas. Desde a sua fundação em 2003 por Dijovinic e Popovic o CANVAS se apresenta como uma organização voltada a “promover a democracia” declarando ter agido em mais de 50 países em distintos locais do mundo, e movimentos de oposição aos mais variados tipos de regimes políticos, que envolveram tanto o de Hugo Chávez na Venezuela, o de Ahmadinejad no Irã, ou de Aleksandr Lukashenko na Bielorrússia. (CANVAS, 2019, sp)

A idéia seguinte foi a que os sérvios aprenderam com o acadêmico americano Gene Sharp, autor de *Da Ditadura à Democracia* (um livro originalmente publicado em 1993 na Tailândia para dissidentes birmaneses), que foi chamado de Clausewitz da não-violência. Popovic foi apresentado pela primeira vez às idéias de Sharp na primavera de 2000 por Robert Helvey, um ex-coronel do Exército dos EUA que serviu como adido de defesa na Embaixada dos EUA na Birmânia na década de 1980, antes de se decepcionar com a luta armada. (ROSEMBERG, 2011, sp)

Na ocasião da fundação do CANVAS, Popovic abandonou a carreira política como parlamentar para dedicar-se exclusivamente à organização em 2004. Djinojic como

fundador do primeiro, e maior provedor de Internet da Sérvia no ano de 2000, além de enriquecer teria contato com as possibilidades de mobilização e apelo da internet, desde o início da massificação das redes sociais e de todos os recursos virtuais. Não tardou para que esse conhecimento fosse utilizado na elaboração das táticas usadas pelo CANVAS, disseminadas em workshops financiados por diversas organizações estatais e não-governamentais, em uma ampla rede internacional. (CANVAS, 2019, sp)

Dentre essas figuram a Organização para Segurança e Cooperação na Europa, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ou a ONG internacional chamada Humanidade em Ação, além da *Freedom House*. A *Freedom House* é uma das mais tradicionais organizações não-governamentais ligadas ao Partido Democrata. Fundada em 1941 por Eleanor Roosevelt, a *Freedom House* manteve amplas relações com a administração Obama, quando o financiamento estatal desta organização alcançou os 86% no ano de 2016. (FREEDOM HOUSE, 2016, sp). Mas a rede de relações do CANVAS não está limitada ao Partido Democrata estadunidense, tendo colaborado e recebido fundos também com o International Republican Institute, organização estreitamente relacionada ao Departamento de Estado norte-americano cujo presidente é o senador republicano Dan Sullivan. (NOVOVIC, 2014, p. 231).

Um dos líderes do Movimento 6 de Abril egípcio, conhecido como Adel realizou uma formação em estratégias para a revolução não-violenta. Retornando ao Egito, Adel passou a replicar os ensinamentos adquiridos durante sua estadia junto ao CANVAS, tendo-os praticado durante os 18 dias de manifestações que levaram à queda de Mubarak. Na ocupação da Praça Tahrir folhetos divulgando suas táticas foram distribuídos, e por meio das redes sociais. Além de Adel e de parte do Movimento 6 de Abril um outro personagem foi indicado como a prova viva de que os levantes egípcios haviam sido orquestrados pela CIA e organizações parceiras. Trata-se de um alto executivo de marketing do Google, Wael Ghonim, criador da página do Facebook “Somos todos Mohamed Bouazizi”, e viajou ao Egito durante os protestos com licença especial cedida pelos seus empregadores para participar das manifestações. De acordo com Ahmed Bensaada a visita de Wael Ghonim ao Egito teria sido organizada diretamente pela embaixada dos Estados Unidos, um ano antes dos protestos da Praça Tahrir. (BENSAADA, 2011).

O livro elaborado por Ghomim sobre a Primavera Árabe no Egito intitulado *Revolution 2.0: The Power of the People Is Greater Than the People in Power: A Memoir*, inicia-se com uma extensa reivindicação do Google. É digno de nota que o Google tal

como é descrito na obra em questão seria um ambiente muito distinto do que vem à mente quando imagina-se uma mera corporação bilionária. É posto como uma espécie de porta-voz de uma nova forma de sociabilidade, altamente democrática, que nasceria no ambiente das relações de trabalho descritas pelo autor como tão livres, que superam as utopias emancipatórias. Descrita dessa maneira, não é de espantar que o Google, e as redes sociais, tenham assumido nesta narrativa um poder tão transcendente, galgando na primeira década do século XXI a posição de um verdadeiro demiurgo democrático do qual emanariam valores antiautoritários, livres e acessíveis a todos. O Google e as redes deixam então de serem entendidos como instrumentos usados por sujeitos sociais reais e efetivos, formados pelas classes e movimentos políticos e sociais, para assumirem a posição de verdadeiros protagonistas. Esse apelo ideológico se expressa nas palavras de Wael Ghonim quando relembra seus dias como executivo na empresa:

Em Deus confiamos; todas as outras devem trazer dados. Igualmente impressionante é a confiança que o Google concedeu aos funcionários, que tiveram o poder de acessar muitas informações internas que outras empresas normalmente restringiriam a um número menor de funcionários. A comunicação e o compartilhamento de conhecimento entre os funcionários foram fundamentais para o sucesso da empresa. O Google não chegou ao pico da indústria de tecnologia por sorte. Seu acesso é todo baseado em estratégia e filosofia. A atenção vai não apenas para os funcionários, mas também para os usuários. A empresa ouve seus usuários, pede suas opiniões, analisa seu comportamento de uso e usa essa entrada para desenvolver seus produtos. As equipes da empresa estão constantemente mudando e desenvolvendo produtos usando soluções únicas e inovadores métodos de desenvolvimento de produtos. A cultura da experimentação era outra coisa que eu amava na empresa. Uma experiência é sempre bem-vinda, desde que os resultados sejam rápidos. (GHONIM, 2012, p.39)

Essa apreciação da natureza e dos meios de ação das corporações do Vale do Silício sofreu duros golpes com acontecimentos recentes. A utilização desses novos meios para a promoção de interesses governamentais e empresariais determinados, majoritariamente identificados com a ascensão da ultradireita que ampliou sua intervenção em processos políticos é um dado recorrente da atualidade. O escândalo do uso de dados do facebook pela consultoria prestadora de serviços à ultradireita internacional, Cambridge Analitica, com a intervenção na eleição estadunidense de 2016 e no processo que culminou no Brexit, além da recente propagação de *fakenews* nas eleições brasileiras que culminou não apenas na articulação de um movimento de ultradireita até então inexistente no país, e na eleição de seu candidato à presidência, parecem em uma primeira vista serem as provas de que entramos em uma nova era. Esta nova era não se restringiria apenas às transformações inquestionáveis dos padrões de

comunicação de massa, e organização política, que a internet traz. Mas a da própria impossibilidade da existência de fenômenos sociais “puros”, entendidos como algo que emerge de anseios sociais estruturais. O que distinguiria esse novo momento é a comprovação de que os processos sociais, como a luta de classes, deixariam de ser a manifestação das contradições geradas pelo capitalismo, sendo simplesmente o resultado da manipulação preparada por consultorias, órgãos de inteligência, e executada pelos empresários do Vale do Silício detentores das tecnologias das redes sociais, que assumem um poder até então impensável. Esse poder que se manifesta de forma subliminar, intangível e obscuro pelas redes sociais teria chegado ao ponto não só de manipular movimentações de massas, o que em si não é necessariamente uma inovação histórica, mas de anular toda e qualquer tendência a ações que não sejam a expressão de seus desígnios.

O envolvimento de Wael Ghonim nos levantes egípcios é lido, de maneira não desprovida de sentido, como uma expressão do engajamento do próprio Google, e uma confirmação dos que advogam em prol da interpretação de que ali se travou uma guerra híbrida. O mais importante dentre os sites de buscas da internet efetivamente teria mais a lucrar com um regime político aberto, já que durante Mubarak, e em especial em meio aos protestos, e às restrições ao acesso a informações na rede eram comuns. A questão das redes sociais, seu papel cumprido para a organização dos movimentos no século XXI, e como se transformaram em porta-vozes de objetivos geopolíticos por parte das grandes potências, fez com que essa narrativa de que todos os processos sociais estão praticamente anulados por serem a mera expressão do controle e manipulação promovido pelas agendas de governos, monopólios empresariais mascarados detrás de *think tanks* e ONGs um novo senso comum.

Ghonim relata como durante as amplas e radicalizadas greves das operárias têxteis de Mahalla de 2008 ele não tomou parte do movimento, muito embora diversas organizações e associações de outras categorias de trabalhadores apoiaram o movimento manifestando-se nas redes sociais e nas plataformas de internet, levando o governo de Mubarak a criar um órgão de vigilância estatal. Antes das manifestações na Praça Tahrir se darem, Ghonim relata como uma página de facebook criada por um jovem universitário, por iniciativa própria, para fazer campanha por El Baradei para a presidência ganhava mais adeptos a cada dia, em especial junto àqueles indivíduos que não eram politizados. As possibilidades de engajamento, e consequente ampliação, da campanha serviriam como uma espécie de laboratório de Ghonim:

Como usuário experiente da Internet, sabia que uma página do Facebook era muito mais eficaz na divulgação de informações do que um grupo do Facebook. Assim que alguém "gosta" de uma página, o Facebook considera a pessoa e a página como "amigas". Portanto, se o "administrador" da página escreve uma postagem no "mural", ela aparece nas paredes dos fãs da época. É assim que as idéias podem se espalhar como vírus. Uma postagem específica pode aparecer nas paredes dos usuários para ser visualizada milhares ou até milhões de vezes. No caso de grupos, no entanto, os usuários precisam acessar o grupo para permanecer atualizados; nenhuma informação é enviada a eles. Então, criei uma página em fevereiro, dias antes da chegada de ElBaradei, e comeci a sua campanha de marketing promocional. O número de fãs que "gostaram" da página aumentou exponencialmente devido ao grande número de entusiastas do ElBaradei. Atualizei a página com trechos das entrevistas de ElBaradei e destaquei sua visão de reforma no Egito, bem como sua ênfase na necessidade do país de verdadeira democracia. (GHONIM, 2012, p. 60)

A isso se seguiriam articulações com organizações opositoras a Mubarak das mais diversas, envolvendo desde o Movimento 6 de Abril até a própria Irmandade Muçulmana, idealizadas por Ghonim em uma tentativa pouco frutífera de estabelecer um plano comum de reivindicações tendo como figura fundamental o homem bem visto pelos Estados Unidos e União Europeia, El Baradei. Mas as iniciativas na internet seguiram-se com a realização de pesquisas de opinião, vídeos no youtube, em um ensaio geral para o que seria posteriormente a ação mais considerável que levaria analistas e acadêmicos a qualificarem a Primavera Árabe egípcia como derivada de forma quase absoluta das redes sociais e da internet. Tratava-se da campanha "Todos Somos Khaled Said", em homenagem a um jovem assassinado pela repressão policial sob nenhuma acusação, iniciada por Ghonim através de uma página de facebook, que ajudou a desatar um movimento contrário à repressão estatal, de cunho democrático portanto, que antecedeu os protestos da Primavera Árabe.

Decidi criar outra página e usar toda a minha experiência em marketing para divulgá-la. Das muitas opções que considerei para o nome da página, "Kullena Khaled Said" - "Todos somos Khaled Said" - foi a melhor. Expressou meus sentimentos perfeitamente. Khaled Said era um jovem como eu, e o que aconteceu com ele poderia ter acontecido comigo. Todos os jovens egípcios haviam sido oprimidos há muito tempo sem direitos em nossa própria pátria. O nome da página era curto e cativante, e expressava a compaixão que as pessoas sentiram imediatamente ao ver a foto de Khaled Said. Eu escondi deliberadamente minha identidade e assumi o papel de administrador anônimo da página. Falei na página na primeira pessoa, posando como Khaled Said. O que me levou, mais do que qualquer outra coisa, foi o pensamento de que eu poderia falar por ele, e se mesmo uma única vítima do regime tivesse a chance de se defender, seria um ponto de virada. Falar como Khaled me deu a liberdade que eu não tinha na página quase oficial de ElBaradei. Também teve maior impacto nos membros da página. Era como se Khaled Said estivesse falando do seu túmulo. (GHONIM, 2012, p. 79)

Ghonim traça um detalhado relato sobre como as redes sociais, e mais especialmente a página em defesa de Khaled Said foi atacada por *fake news* a mando do Comitê de vigilância virtual criado por Mubarak, em uma prática que recentemente se disseminou em campanhas como a que culminou eleição de Donald Trump. Pesquisas virtuais desenvolvidas com o conhecimento adquirido como executivo do Google, lhe permitiram mapear as motivações que levavam aqueles que se engajaram na página a indicarem suas crenças, preferências e empecilhos para saírem às ruas nos protestos prévios a janeiro de 2011. Em seus relatos Ghonim narra como rapidamente o governo egípcio passou a relacionar o Facebook com a CIA, em uma tentativa de desqualificar a campanha que começava a se transformar em um movimento real, ampliando seu apelo sobretudo junto à juventude, crescentemente descontente e sem perspectiva. As redes sociais forneciam a possibilidade de expressão do sentimento opositor que o estado de emergência havia sufocado por décadas.

O movimento “Todos somos Khaled Said” teve uma grande importância para que as manifestações da Praça Tahrir se dessem com a magnitude que alcançaram. Foram parte de um ensaio, que antecipava o que estava por vir. Táticas para driblar a censura foram criadas, novas formas de comunicação e agitação política se disseminaram. Uma parte dentre elas pode ter se originado de Ghonim e do Google, dos treinamentos realizados pelo CANVAS, ou de ações patrocinadas por organizações que representam interesses estadunidenses. É certo que as possibilidades abertas pelas redes sociais para engendrar uma forma enormemente ampliada de engajamento se comparadas às anteriores redes e instrumentos de comunicação de massa transformaram igualmente as formas através das quais os governos das nações centrais do sistema intervirem na política das semicolonias. Seria um equívoco desprezar o apelo das campanhas políticas que se desenvolvem no facebook, twitter e outras plataformas virtuais como fatores que contribuíram para a mobilização. Muitos estudos dedicaram-se a examinar o papel das redes na Primavera Árabe, por ser o primeiro processo de mobilização social de grande envergadura a se utilizar deste meio. Entretanto, qualificar um evento histórico da envergadura dos levantes que culminaram na queda de Mubarak como subproduto de uma variante de conspiração, que se sobrepõe e impossibilita fenômenos de contestação e luta de classes, é uma interpretação parcial. Vejamos então algumas das principais lacunas dessa hipótese.

O fato de Wael Ghonim ser executivo do Google pode ser um indício de que este monopólio global não via a ditadura de Mubarak de maneira positiva, fosse pelos

interesses econômicos, fosse pelos políticos Ou mesmo que as ambições pela ampliação de acumulação de capital da Google no Oriente Médio tenham motivado Ghonim a atuar sobre esse terreno. Mas isso não invalida que as redes sociais e a internet sejam meios através dos quais a ação histórica é organizada, não sendo capazes por isso de substituir os sujeitos sociais concretos das transformações do panorama político que assolaram o Egito. Se por um lado o anonimato da internet possibilita novas formas de manipulação, por outro também serve como uma ferramenta de mobilização genuína.

Ademais, cabe ressaltar que a própria manipulação de massas não é uma novidade histórica nascida com a internet. Desde falsificações até distorções e manipulações de fatos sempre foram instrumentos usados para a elaboração de estratégias de inteligência, guerra e contrarrevoluções. Exemplos como a adulteração de fotografias operadas por Stalin para apagar a imagem de Trotsky junto a Lenin são numerosos para diversos acontecimentos históricos, cujas possibilidades técnicas se ampliam com a internet, amplificando sua importância. A cobertura da imprensa também fornece vários exemplos sobre como a manipulação de informações serve a objetivos políticos, em especial às guerras. Distintos autores indicam como os meios de comunicação foram em guerras recentes instrumentos de deturpação, ou mesmo divulgação de informações inverídicas que transformaram os acontecimentos históricos e políticos em um planejamento previamente elaborado para tornarem-se notícia. A espetacularização dos acontecimentos e justificativas dos conflitos bélicos, como as nunca encontradas armas de destruição em massa iraquianas que embasaram a argumentação para desatar a Guerra do Iraque de 2003, é um dos exemplos de que os aparatos de mídia já atuavam de forma a moldar a opinião pública de acordo com os interesses dos governos vigentes. (CAMARGO, 2011). O que a internet possibilita, e isso constitui-se como uma inovação, é a capacidade de engajamento, de auxiliar a que aqueles que outrora eram espectadores passem a produzir conteúdos próprios em suas redes sociais, replicando suas versões de campanhas políticas, elevando seu alcance.

No entanto, não se pode criar uma fissura social, e menos ainda uma revolução, sem que as contradições sociais, econômicas e políticas concretas tenham atingido um determinado grau capaz de abrir as brechas necessárias para a ruptura da ordem vigente, tal como assinala Reginaldo Nasser:

O ato de autoimolação de Mohamad Bouazizi poderia ter passado despercebido, mas foi capturado por uma câmera de telefone celular e, imediatamente, a Tunísia – e todo o mundo – tomou conhecimento de seu drama. Ativistas usaram o Twitter e o Facebook para mobilizar as pessoas e divulgar avisos sobre concentrações e ações policiais. Relatórios confidenciais

de diplomatas e autoridades políticas divulgados pelo WikiLeaks mostrando as redes de corrupção alimentaram, mais ainda, o sentimento de revolta na população. Repórteres da TV árabe Al Jazeera enviavam notícias ao vivo, repercutindo as demandas dos manifestantes. Portanto, não há como negar o papel desempenhado pelos meios de comunicação nestes eventos, mas não se pode superestimar seu papel. A imprensa, o telégrafo, o rádio e a televisão também representaram ameaças à ordem existente, mas os governos puderam reprimi-los, além de empregá-los para motivar seus partidários. Em outras palavras, as redes sociais tornam as mobilizações populares mais eficazes, mas dependendo da correlação de forças também podem torná-las menos prováveis. (NASSER, 2011, p.6)

O que reside por trás da chave interpretativa que caracteriza o levante egípcio como o resultado da ação estadunidense e seus monopólios via internet, e que tem o equívoco de exagerar e confundir as ferramentas de mobilização com o processo histórico em si, é a noção de que frente à debilidade para o exercício imperialista de protagonismo aberto em política externa, produto de um mundo marcado por relações interestatais crescentemente voláteis, a subjugação de nações semicoloniais por parte das grandes potências passaria a dar-se de outras maneiras. E essas novas formas de dominação imperialista seriam em meio ao século XXI mais variadas, primando pela busca de novas tecnologias e meios para a disseminação de *soft power* entendido no sentido expresso por Joseph Nye, isto é, como capacidade de seduzir e atrair, em um momento em que a era da informação global demandaria em sua interpretação que o poder seja exercido de maneira menos coercitiva e tangível. (NYE, 2002).

Gilbert Achcar aponta como o exagero da valoração desses meios pode culminar em leituras que beiram a teoria da conspiração, incorrendo em interpretações ingênuas, que conferem às nações imperialistas e suas vias de dominação uma sorte de onipotência infalível, que permitiria o controle dos sujeitos e processos sociais de maneira praticamente inquebrantável. Essa percepção é mais aplicável aos processos ocorridos no mundo árabe, justamente por ser o epicentro da agenda de política externa dos Estados Unidos pelo menos desde o fim da Segunda Guerra Mundial, integrando parte das correntes teóricas anti-imperialista e da literatura especializada em Oriente Médio:

A proporção de partidários da “teoria da conspiração” - a tendência para detectar tramas políticas em todo lugar - é naturalmente mais alta que a média em dois grupos em particular: anti-imperialistas e estudiosos do Oriente Médio. O fato de que a “teoria da conspiração” geralmente deriva da poderosa desconfiança das potências dominantes explica porque a proporção de seus proponentes é maior entre pessoas que professam anti-imperialismo. (...) Quanto ao Oriente Médio, é a região do mundo que, no século XX, se tornou objeto ou teatro do maior número de conspirações reais. Do acordo secreto que Sir Mark Sykes e Monsieur François Georges-Picot concluíram em 1916 com a finalidade de dividir os territórios do Oriente Médio do Império Otomano entre a Grã-Bretanha e a França (ao mesmo tempo atendendo aos

interesses da Rússia czarista e do movimento sionista) desconsiderando as promessas que Londres fez aos árabes, às frequentes intrigas e maquinações da era da Guerra Fria, o Oriente Médio da Era do Petróleo era, e continua sendo, a zona por excelência de conspirações de todos os tipos. (...) Naturalmente, a interseção dos dois conjuntos de pessoas que acabamos de invocar, anti-imperialistas e especialistas do Oriente Médio, forneceram o terreno fértil para a ideia de que a "Primavera Árabe" foi de fato planejada pelos Estados Unidos para alcançar e consolidar sua hegemonia sobre a região, ao mesmo tempo em que promove os interesses de Israel. Essa ideia reflete, de uma só vez, uma crença ingênua na onipotência dos Estados Unidos, uma visão distorcida do impacto da revolta árabe nos interesses dos EUA e do Estado sionista e, acima de tudo, profundo desprezo pelas populações insurgentes. Tal desprezo reflete uma mentalidade reacionária, quaisquer que sejam suas pretensões políticas em outros aspectos. (ACHCAR, 2013, p.188)

Trataremos dos impactos da revolta árabe para os interesses estadunidenses no próximo subtópico. Mas cabe aqui ressaltar que Achcar não ignora que a “promoção da democracia” foi uma agenda estadunidense de intervenção sobre as nações árabes foi uma tônica comum desde os anos de governo Bush e parte essencial da plataforma de política externa neoconservadora, levando ao financiamento de “organizações da sociedade civil” ligadas aos interesses de Washington. O que se questiona é a interpretação unidimensional que confere aos levantes da Primavera Árabe, em especial no Egito, como produto de meras manipulações, desprezando-se ou ao menos subvalorizando as contradições econômicas, políticas e sociais acumuladas por décadas de ditadura de Mubarak.

Para Tariq Ramandan, estudioso turco, compartilha de análise semelhante sobre a natureza dos levantes egípcios, definindo que não se tratou de revoluções clássicas, organizadas previamente por um partido revolucionário, com uma estratégia consciente de emancipar os trabalhadores e a população empobrecida. Tampouco pode-se definir que foram o mero produto de conspirações estadunidenses. Em sua opinião trataram-se de levantes massivos, cujo desencadeamento blogueiros, youtubers, mulheres, e não apenas islamitas, o que não exclui a tentativa de intervenção estrangeira de controlá-los, ou influir sobre seus resultados. “Da Tunísia à Síria, passando pelo Egito, Bahrein e Iêmen, os aliados ocidentais claramente tiveram um papel e tentaram controlar ou dirigir o curso dos eventos, mas é impossível que eles tenham planejado as revoltas do início ao fim”. (RAMANDAN, 2012, pg. 6).

Em um mesmo sentido ao apontado por Achcar, Ramadan conclui que os levantes árabes expressaram a capacidade de coordenação das populações locais, seus movimentos e organizações, questionando a visão ocidental difundida ao longo de décadas, e fortalecida pelos anos de Guerra ao Terror, de encarar os povos árabes como incapazes de se auto

organizarem e destinados a serem apoiadores de ditaduras. Assim, se o processo egípcio desembocou em uma nova ditadura cívico-militar, faz-se necessário examinar as insuficiências estratégicas que levaram a esse resultado, mas não em uma explicação que reduz as ações dos povos árabes a um plano elaborado por Washington.

Um fundamento que sustenta essa percepção deriva das análises traçadas no terceiro capítulo do presente trabalho. A economia política de *intifah* praticada durante décadas de ditadura de Mubarak foram a base para a acumulação de contradições sociais, que abriram o caminho para os levantes de 2011. O descontentamento político eleva-se ainda mais quando o pacto de concessão de assistências sociais em troca do imobilismo e aceitação do regime ditatorial pelos trabalhadores é rompido. Dessa forma, a “conspiração” efetuada pela ação das potências imperialistas e responsável pela eclosão da Primavera Árabe veio menos da utilização das redes sociais, ou da ação das ONGs e da CIA, muito embora esses elementos sejam parte do processo, e mais pela ação dos organismos financeiros internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, que tal como descrevemos no capítulo anterior impuseram uma agenda neoliberal radical. (SHENKER, 2017).

Mas é relevante notar que apesar de residir na economia política o elemento substancial que motivaram o levante da Praça Tahrir, este foi anunciado por uma série de movimentações, que funcionaram como uma espécie de exercício na luta de classes para os trabalhadores e o povo egípcio. Considerando as movimentações egípcias em uma perspectiva mais ampla, pode-se apontar que:

A política de rua retornou ao Egito com manifestações em massa em solidariedade com a Segunda Intifada Palestina em 2000, protestos contra as guerras no Afeganistão, Iraque e Líbano e o movimento civil-democrata de Kefaya (literalmente, 'Suficiente'). O descontentamento político foi fertilizado pelo desenvolvimento do ativismo "virtual" por blogueiros, usuários do Facebook e tweeters, que conseguiram escapar da censura do estado. Separados desses protestos democráticos e explicitamente políticos, os trabalhadores entraram em greve e protestaram contra a ameaça de privatização, o aumento do desemprego e a deterioração das condições de trabalho. Lentamente, começaram a perder o peso dos sindicatos controlados pelo Estado, tentando organizar seus próprios órgãos representativos independentes e democráticos. No campo, os pequenos agricultores lutavam contra o aumento do aluguel de terras e a desapropriação de suas terras por capital fundiário, em associação com o estado de Mubarak. Eles ocuparam suas parcelas e organizaram cooperativas de produção. Protestando contra cortes no fornecimento de água ou eletricidade, os moradores bloquearam estradas, ferrovias e canais. Argumentei que a insurreição de 25 de janeiro não foi o começo de um processo revolucionário, mas o momento em que a lenta 'acumulação original' de descontentamento organizado passou a se reconhecer como uma revolução protestos sociais, elevando-os a um novo nível, tornando explícito e saliente o que já estava presente de forma não desenvolvida, implícita, oculta e fragmentária. Consequentemente, a revolução de 25 de

janeiro foi um processo revolucionário inacabado que já estava se formando na década anterior a 2011. (SMET, 2016, p.74)

O processo revolucionário de 25 de janeiro analisado por esse sentido proposto por Smet deriva, portanto, de contradições estruturais da formação do capitalismo egípcio, dando lugar a um fenômeno que só pode ser compreendido se tomado a partir de uma etapa mais alongada de tempo, movida por fluxos e refluxos. Por agora foi derrotado, não apenas pela ação do SCAF e pela preservação da posição de subserviência aos Estados Unidos e demais potências imperialistas, como também pela degeneração da dinâmica de organização popular cruzada pela ascensão regional de uma força contrarrevolucionária materializada no Estado Islâmico, cuja decadência recente não impediu de ter sido um fator de desarticulação das tendências progressistas expressadas anteriormente. (CINATTI, 2015, sp).

Mas talvez o questionamento mais profundo sobre as interpretações de que a Primavera Árabe egípcia foi produto de uma guerra híbrida que engendrou uma revolução colorida em prol de interesses de parte do establishment estadunidense, seja qual seria a motivação que os Estados Unidos teriam para desferir um golpe contra um de seus principais aliados históricos na região do MENA. O general prussiano Carl von Clausewitz no clássico *Da Guerra* debatido como a deflagração de um conflito bélico é a continuidade da política por outros meios. (CLAUSEWITZ, 2011) Ainda que as guerras híbridas, ou revoluções coloridas, não sejam guerras clássicas por se tratarem de conflitos irregulares travados indiretamente, sua utilização deve atender a objetivos politicamente determinados. Esse questionamento sobre as pretensas motivações estadunidenses permanece sem respostas claras, ou evidências convincentes, quando se parte das relações entabuladas historicamente entre os Estados Unidos, seja sob administrações republicanas ou democratas, e o Egito de Mubarak, é por quais motivos os Estados Unidos buscariam promover um golpe contra um de seus mais valiosos aliados regionais. Como se detalha no capítulo anterior do presente trabalho, Mubarak foi crucial para a sustentação dos interesses estadunidenses na região do MENA, sendo um articulador valioso para os objetivos dos Estados Unidos em relação ao conflito árabe-israelense. Se poderia indagar se o próprio desgaste de Mubarak no plano interno estaria comprometendo este papel estratégico, na avaliação dos Estados Unidos. Mas ainda que a conclusão fosse positiva esta parece ser uma justificativa débil, já que disseminar uma revolução colorida no Egito poderia levar a conformação de um regime imprevisto, potencialmente opositor aos Estados Unidos, em um dos países mais importantes da região. (FRIEDMAN, 2011, sp).

Um aspecto factual que atesta essa hipótese e já relatado anteriormente neste mesmo trabalho é a posição dos representantes fundamentais da administração Obama, em um primeiro momento alinhados em defesa da permanência de Mubarak:

O primeiro comentário oficial do governo dos Estados Unidos em relação aos protestos no Egito veio do vice-presidente americano, Joe Biden, que afirmou em entrevista ao programa News Hour, da PBS, que o presidente egípcio, Hosni Mubarak, não era um ditador e não deveria deixar o cargo. Complementou suas explicações lembrando que “era um aliado dos Estados Unidos em uma série de coisas, sendo um dos principais responsáveis pela realização dos interesses geopolíticos na região e pelos esforços de paz no Oriente Médio”. Logo no início das revoltas, a secretária de Estado Hillary Clinton declarou que “o governo egípcio é estável e busca formas de responder às necessidades e interesses legítimos do povo egípcio”. Em 27 de janeiro de 2011, Hillary mudou um pouco o tom, mas continuou justificando a manutenção de Mubarak: “Acreditamos que o governo egípcio tem uma importante oportunidade neste momento de implementar reformas políticas, econômicas e sociais para responder às legítimas necessidades e interesses do povo egípcio”. (NASSER, 2011, p. 146).

Quiçá a hipótese que mais poderia sustentar essa interpretação, seria uma pretensa negativa de Mubarak em abrir o território egípcio para a conformação de um guarda-chuva nuclear estabelecido pelos Estados Unidos, Israel e países do Golfo Pérsico contra o Irã. Pouco difundida, esta hipótese foi relatada pelo jornal egípcio Al-Gumhoria, que trazia uma manchete na qual Mubarak antes de sua queda declarava sua oposição à medida. De acordo com o jornal a formação deste guarda-chuva alegadamente defensivo, mas poderia se transformar em uma plataforma para promover uma guerra contra o Irã desejada por Israel. (NAMIAS, 2008, sp). Se por um lado trata-se de uma alegação algo mais coerente para defender a hipótese de que a Primavera Árabe foi uma guerra híbrida estadunidense no Egito, por outro há ainda assim lacunas que não são contestadas.

A primeira é que mesmo após a queda de Mubarak essa perspectiva não se concretizou, mesmo que de 2011 a 2016 quando ocorrem as eleições estadunidenses a administração Obama tivesse contado com cinco anos para realizar este objetivo. Ao contrário disso, envolveram-se de maneira mais profunda na guerra civil Síria. Isso indica lacunas para esta via explicativa da Primavera Árabe na medida em que recorrer a uma estratégia altamente perigosa como a de estimular um movimento de massas que lança um país em uma situação extremamente convulsiva em meio ao efeito contágio que marcou os levantes de 2011, para em seguida não realizar os objetivos almejados, no caso a instalação do guarda-chuva nuclear contra o Irã, parece ser algo desprovido denexo. De fato a presença militar estadunidense ampliou-se na região do MENA após a Primavera

Árabe. Mas a ampla maioria das bases não estão localizadas no Egito, e muitas delas derivam dos resultados obtidos durante as guerras do Golfo e do Iraque. Os maiores contingentes estão na base da força aérea Al-Udeid no Catar, o 5ª Frota do Bahrein, a 3ª sede das Forças Armadas dos EUA no Kuwait, onde mais de 15.000 soldados estão estacionados, e a Base da Força Aérea Ez-Zafra nos Emirados Árabes Unidos, que mantém um contingente estimado de 5.000 soldados. O Kuwait é a nação com o mais numeroso contingente militar dos Estados Unidos no Golfo, fruto do Tratado de Cooperação em Defesa, firmado durante a primeira Guerra do Golfo em 1991. (KURT, 2019, sp).

O segundo elemento que suscita questionamentos à hipótese de que o patrocínio estadunidense de uma revolução colorida no Egito motivada para constituir uma aliança nuclear contra o Irã, está em que qualquer observador que conhecesse a realidade política egípcia saberia que uma vez desviadas as aspirações progressistas das massas, a força política que emergiria seria a Irmandade Muçulmana. Cabe lembrar que durante seu breve governo Mohamed Morsi fez distintos gestos de aproximação com o Irã, um dos elementos que levou os países do Golfo, e em especial a Arábia Saudita a serem os mais importantes opositores ao governo da Irmandade Muçulmana. (BANDEIRA, 2016)

Portanto, por mais que alguns elementos do levante egípcio possam ser comuns às guerras híbridas, golpes e revoluções coloridas, - tais como as vias de ação de organizações não-governamentais financiadas pelos Estados Unidos, além do uso das redes sociais e do envolvimento de funcionários de empresas como o Google- , enquanto o questionamento sobre os objetivos almejados não obtiverem respostas satisfatórias essa hipótese apresenta-se como algo que suscita mais lacunas que respostas. É certo que a abordagem da guerra híbrida e das revoluções coloridas ganhou especial atenção na academia brasileira e nos meios especializados, sobretudo a partir do ano de 2016, quando se deu a deposição de um governo democraticamente eleito, utilizando-se para esse fim de uma refinada engenharia que envolveu treinamento de membros do Judiciário pela CIA, controle político, e *fakenews*. Entretanto, tal como nos processos ucranianos que objetivavam diminuir a capacidade de ação russa, muitos objetivos foram apontados como motivações plausíveis para uma possível utilização de métodos de guerra híbrida no Brasil. A necessidade de descapitalizar determinadas empresas brasileiras, sobretudo a Petrobras e as empreiteiras, que passaram a disputar parcelas do mercado internacional constituindo-se como *global player*, além de impor o avanço de um programa

profundamente neoliberal, fornecem as motivações para o uso de medidas típicas da guerra híbrida. (KANAAAN, 2018).

Quando se reflete sobre a Primavera Árabe especialmente no Egito, já que aí a dinâmica foi qualitativamente distinta da Síria ou Líbia, onde lançar mão desses métodos e minar as bases de um aliado estável era mais arriscado que favorável para os interesses estadunidenses o sentido de uma empreitada deste tipo não apresenta umnexo claro. Ainda que seja correta a observação de que em política não existem aliados permanentes, e a atuação em política externa estadunidense é a materialização dessa máxima, com exemplos em que o discurso estava embasado na pretensa defesa dos direitos democráticos enquanto financiavam ditaduras e grupos que atuavam no sentido oposto, tampouco isso implica em lançar mão de operações arriscadas sem motivações claras.

Assim, no intuito de evitar análises demasiadamente unilaterais, cabe observar que isso não inviabiliza que organizações não-governamentais e mesmo setores empresariais possam ter contribuído para o fortalecimento da oposição, e sobretudo que uma vez desatado o levante egípcio, os Estados Unidos tenham buscado intervir sobre ele, de modo a controlá-lo. Tampouco se busca negar que o caráter pró estadunidense de alguns integrantes do Movimento 6 de Abril, ou de personagens como Ghonim podem ter influenciado na chamativa ausência de sentido anti-imperialista dos levantes, em uma região cujas mobilizações populares invariavelmente haviam imprimido essa marca em momentos anteriores. Mas mesmo este elemento oferece uma chave explicativa parcial. A maior diferenciação parece residir na apreciação do papel que os métodos da guerra híbrida podem desempenhar para desatar cada processo particular. Os teóricos caracterizaram a guerra híbrida, seja sob a forma de revoluções coloridas ou disseminação de *fake news*, definem corretamente que para que esta se efetive faz-se necessário explorar alguma contradição ou fissura social latente na sociedade. (KORYKBO, 2018; SHARP, 2014). Tais questões podem referir-se a tensões étnicas, raciais, de gênero, religiosas e de classes.

Porém, nesta perspectiva contradições profundas de uma determinada sociedade são apenas gatilhos, que uma vez manipulados e devidamente instigados por meio de tecnologias, como as redes sociais, levam à instauração de conflitos de tipo híbrido. O perigo de absolutizar esta narrativa é uma concepção que invalida as contradições estruturais, levando a uma percepção de que a história nada mais seria que uma sucessão de conspirações ordenadas pelo alto, negando qualquer possibilidade de subversão da ordem vigente pela ação independente dos sujeitos sociais, isto é, das classes. No caso

egípcio as brechas crescentes entre as classes por meio da *intifah* responsável pelo empobrecimento de parcelas majoritárias da população em favor dos poucos que se apropriaram do aparato estatal, o descontentamento pela repressão policial e ausência de direitos políticos, a lacuna sem resposta posta a uma ampla, e educada, parcela da juventude que encontra-se sem perspectiva, a drenagem das riquezas nacionais devido à inserção dependente do país na divisão internacional do trabalho, são disjuntivas fundamentais para a irrupção dos levantes da Primavera Árabe. Sua derrota deveu-se a diversos fatores, dentre os quais a ausência de uma estratégia capaz não apenas de derrubar a ditadura de Mubarak, mas reverter essas condições profundas da formação do capitalismo semicolonial. (ACHCAR, 2013; SHENKER, 2018; SMET, 2016; CINATTI, 2015; NASSER, 2011).

6. Conclusão

Um balanço das respostas estadunidenses à Primavera Árabe tomadas de conjunto deve partir da complexidade dos efeitos que esta trouxe, tanto para a região como para a política externa dos Estados Unidos e sua localização frente aos desafios internacionais que se colocaram. Como foi destacado ao longo deste estudo, a administração Obama não se distinguiu pela reversão das medidas de exceção adotadas durante o governo de George E. Bush, muito embora tenha se distinguido deste no discurso. No plano interno Obama manteve o Ato da Liberdade contra o Ato Patriótico, mas as denúncias de Edward Snowden sobre a vigilância ilegal protagonizada pela Agência Nacional de Segurança garantiu a continuidade da violação dos direitos civis, chegando até a chefes de Estado estrangeiros. No plano externo a violação de direitos também seguiu, com a permanência da prisão de Guantanamo, dentre outros exemplos. No MENA a tentativa de engajar aliados regionais para que os Estados Unidos não entrassem em guerras de alto dispêndio na região, cujo discurso de Obama no Cairo em 2009 anunciava, viu-se ameaçada pela Primavera Árabe.

Em 2011, esse discurso foi substituído por uma postura cuidadosa, à luz da Primavera Árabe que derrubava aliados norte-americanos nessas potências regionais, e dos desafios da retirada do Iraque e do Afeganistão. O período já abria as portas para as crises na Síria e na Líbia, e as situações complexas envolvendo o Irã e a questão Israel-Palestina. A esses temas, agregou-se a ascensão do EI, e a gestão de um quadro amplo de instabilidades. Em 2015, a necessidade de repensar essas dimensões e de não estender a presença na região levou à nova NSS (NSS-2015), conhecida pela “Paciência Estratégica”, ideia “interpretada” livremente como “don’t do stupid stuff” (não faça coisas estúpidas). (PECEQUILO, 2017, p.112)

No sentido distinto às leituras de que a Primavera Árabe foi produzida por iniciativa estadunidense por meio de táticas de guerra híbrida, estão os que caracterizam que sua eclosão foi produto da debilidade das vias de dominação estadunidense. Este debilitamento se aprofundou como efeito da agenda de “Guerra ao Terror” promovida durante os anos de governo de George W. Bush, que deixou como resultado tanto no plano doméstico como internacional o fortalecimento da noção de que os Estados Unidos haviam promovido guerras custosas, longas e sem possibilidade de serem vencidas. Portanto, sob a agenda dos neoconservadores os intentos imperialistas dos Estados Unidos se tornaram mais explícitos, enquanto sua capacidade de atuação por consenso decrescia. A Primavera Árabe seria o primeiro e mais significativo evento a testar a

capacidade da administração Obama em lidar com a crise aberta nos países do MENA.

A revolta árabe explodiu neste contexto, marcado pelo avanço da decomposição da hegemonia americana sobre a região. Além disso, começou desestabilizando profundamente um par de estados aliados dos EUA, um dos quais também é seu principal parceiro militar árabe. Dois dos mais antigos amigos árabes dos governos ocidentais caíram. Com movimentos surgindo em praticamente todos os países da região, mais três aliados dos EUA tiveram que enfrentar revoltas, por sua vez: Iêmen, Bahrein e Líbia. Os Estados Unidos se viram na posição de capitão que perdeu o controle de seu navio em um mar revolto. Em tais circunstâncias, não adianta trabalhar contra o vento e as ondas; é aconselhável ir com o fluxo do que resistir ao risco de afundar o navio. Foi isso que o governo Obama fez: em vez de combater o maremoto revolucionário, ele fez o que pôde para criar a impressão de que está lado a lado com o levante, ecoando as exigências de liberdade e democracia levantadas por manifestantes de um extremo a outro da região. O eco agora está alto, agora suave, dependendo do caso. Mesmo no caso do Bahrein, onde Washington não pode dar ao luxo de permitir que o regime caia - não mais do que pode aceitar a derrubada de qualquer uma das outras monarquias do CCG, das quais é imensa vantagens financeiras e estratégicas em sua capacidade de proteção - o governo Obama prestou muita atenção hipócrita a seus princípios ostensivos ao condenar a repressão ao movimento. Os "direitos universais" que exigiu para o povo egípcio não foram mencionados, no entanto, em conexão com o seu homólogo do Bahrein, por um bom motivo. Por uma questão de aparência, Washington prevaleceu sobre o rei, estabelecendo uma comissão de inquérito sobre os "excessos" cometidos por suas forças repressivas. Então, em maio de 2012, retomou o embarque de armas para a monarquia. Indignada com essa hipocrisia flagrante, a população revoltada do Bahrein não deixou de demonstrar seu ressentimento pelos Estados Unidos. (ACHCAR, 2013, p. 195)

Em cada um dos países em que os levantes se fizeram presentes, os Estados Unidos lidariam de uma maneira. Na Síria seria travada uma guerra por procuração, em que Obama seria opositor a Assad, mas sustentaria uma ação comum contra o Estado Islâmico não apenas com ele, como com a Rússia, com quem indiretamente se enfrentava. Na Líbia uma intervenção da OTAN levou à dissolução da unidade nacional, tal como debatido no capítulo 2 do presente trabalho. E nas demais nações em que a dinâmica de protestos populares se colocou, cada resposta foi distinta, com grandes variações, e incluindo posições como o apoio velado às intervenções, como a da Arábia Saudita no Bahrein.

Aqui o que é relevante salientar são os principais impactos em relação às linhas estratégicas traçadas pelos Estados Unidos em política externa, e quais os elementos mais significativos que levaram ao fortalecimento do Estado Islâmico como força contrarrevolucionária que assumiu o caráter de novo desafio aos interesses estadunidenses, e a derrota da dinâmica progressista da primeira etapa da Primavera Árabe. Podem-se indicar ao menos quatro elementos que trabalharam para o surgimento e a extensão do Estado Islâmico sendo eles a derrota da dinâmica popular e revolucionária

das primeiras etapas da Primavera Árabe, a ação estadunidense e das potências europeias para impor seus desígnios sobre os levantes combinando cooptação, desvio e intervenções beligerantes, as tensões entre sunitas e xiitas, e a derrota do islamismo moderado. (CINATTI, 2015)

A agenda estadunidense para a região do Oriente Médio e do Norte da África foi construída nas décadas anteriores pela “promoção da democracia”, e posteriormente “guerra ao terror”. Sob ambas George W. Bush havia promovido as guerras do Afeganistão e Iraque, pós atentados de 11 de Setembro, o que suscitou uma elevação da islamofobia no mundo, mas também de um sentido anti norte-americano em distintos continentes. (BANDEIRA, 2004). Dessa maneira, quando Obama assume a presidência dos Estados Unidos busca diferenciar-se dessa agenda, e declara a necessidade de abrir uma nova relação com os países árabes e o Islã. Assim, quando o primeiro governo Obama assume os Estados Unidos declaram como prioridade para a região do MENA “retomar o foco na ameaça da Al-Qaeda no Afeganistão e Paquistão, encerrar responsabilmente a Guerra do Iraque, promover a paz e segurança em Israel no Oriente Médio”. (PECEQUILO, 2011, p. 466).

No entanto, após quase uma década da Primavera Árabe seus resultados levaram os Estados Unidos a terem que readequar parte desses objetivos, o que trabalhou para agregar dificuldades para o reposicionamento de suas prioridades em política externa, não apenas no sentido acima citado, mas principalmente em reorientar seus esforços para limitar a ascensão chinesa. Este último elemento ganhou crescente importância na medida em que a colaboração econômica entre a China e os Estados Unidos se esvai como resultante da crise econômica internacional de 2008, abrindo espaço para o fortalecimento do discurso anti-globalismo de Donald Trump, e do aprofundamento das tensões culminando na adoção de medidas protecionistas sob a adoção de uma agenda e declarações de guerra comercial travada contra o outrora aliado asiático.

A primeira grande contradição que a Primavera Árabe trouxe aos Estados Unidos foi a necessidade de lidar com jornadas revolucionárias que se espalharam por toda uma região, que incluía regimes aliados e opositores. Como desenvolve-se neste trabalho, a maneira como a administração Obama se portou pôde possibilitar que se apresentassem como aliados das demandas democráticas da população, como no caso egípcio, evitando que o sentimento anti-estadunidense se tornasse uma característica abrindo perspectivas de maior radicalidade em meio à etapa inicial do processo. (ACHCAR, 2013).

Mas os efeitos da guerra civil na gerada pela degeneração da Primavera Árabe

na Síria combinou-se a um dos legados da guerra no Iraque, e ao debilitamento da Irmandade Muçulmana egípcia, gerando as bases para a formação do Estado Islâmico, que se constituiu como um dos mais complexos desafios para o cenário internacional durante a administração de Obama. A existência do Estado Islâmico, que emanou e aprofundou as divisões entre xiitas e sunitas já exploradas pelos Estados Unidos no Iraque, termina de minar a capacidade da Irmandade Muçulmana, e demais afiliações islâmicas moderadas, de serem o instrumento para o desvio articulado como reação democrática à Primavera Árabe. A guerra ao terror elaborada como estratégia fundamental nos anos do neoconservadorismo passou a ter na ampliação do Estado Islâmico os fundamentos para a continuidade dessa agenda por parte de Obama. Porém, se considera-se que sua eleição embasou-se na promessa de reverter as guerras custosas e dificilmente passíveis de serem vencidas inquestionavelmente no Oriente Médio, de modo a reorientar os objetivos de política externa em direção ao mar da Ásia Oriental, o balanço da administração Obama é que fundamentalmente fracassou. (CINATTI, 2015) O curso regressivo que os outrora levantes populares abertos pela Primavera Árabe apesar de ser usado como justificativa para a permanência de uma agenda de política externa tipicamente identificada com a ala *hawkish* do Partido Democrata, representada por Hillary Clinton que em 2016 se preparava para ser eleita presidente estadunidense, minou o apoio de parte expressiva do alto mando militar, que abraçaria o discurso de Trump de encerrar estes tipos de guerras, voltando-se contra a China e os problemas econômicos que se expandiram como resultado da crise de 2008.

Entretanto, diferentemente da Al Qaeda, o Estado Islâmico proclamou um califado, tendo chegado a ocupar um território quase equivalente ao da Grã-Bretanha entre os anos de 2014 e 2016, financiado com venda ilegal de petróleo, e obtendo a tolerância de parte da população local sunita, que havia sido marginalizada pelos governos instaurados no Iraque após a invasão estadunidense. O Estado Islâmico usou igualmente as táticas de guerra híbrida na internet, atraindo membros de diversos países, chegando inclusive às nações centrais do sistema, seduzindo jovens com seu apelo antissistêmico, somando 12 mil combatentes estrangeiros, 2.200 dos quais provenientes da Europa. Esses números não levam em consideração aliados e simpatizantes no exterior, mas demonstram que constituiu-se como uma força transnacional capaz de protagonizar atentados como o de Charlie Hebdo na França. A união entre o Estado Islâmico e a Frente Al-Nusra síria em 2013, criando o Estado Islâmico do Iraque e do Levante, daria as bases para a expansão territorial promovida pelas duas organizações, cuja aliança apaga

momentaneamente as fronteiras delineadas pelo acordo Sykes-Piccot em 1916, perfazendo um conjunto de elementos até então inéditos para qualificar o modus operandi de uma organização deste tipo.

Além da violência inaudita que era frequentemente gravada e veiculada através das redes sociais, um dos fatores que explica a ascensão do Estado Islâmico é o que se qualificou como “privatização do terrorismo”. Este processo indica a formação de uma camada social que após apoderar-se territorialmente de porções significativas do Iraque ricos em petróleo, que se transformou em uma fonte de financiamento expressiva do Estado Islâmico. O seu líder, Al Baghdadi, realizou distintas alianças com as tribos sunitas na Síria, o que lhe permitiu uma ação comum através da qual realizavam contrabando e extração de petróleo, que chegou a ser vendido inclusive ao próprio governo sírio. No Iraque controle de regiões petrolíferas como Haditha, responsável por fornecer 600 mil barris de petróleo todos os dias para a Turquia, Mossul com a produção de 2 milhões de barris diários, além da planta de Shaar e Baji. Também vendiam ao governo iraquiano. O valor poderia chegar no auge da dominação do Estado Islâmico em 2014 a US\$ 1,2 bilhões se somadas as rendas provenientes do comércio da matéria-prima no Iraque e na Síria. (NAPOLEONI, 2014). Além disso, o Estado Islâmico recebeu doações privadas das petromonarquias, como a Arábia Saudita e o Qatar. A ação da Arábia Saudita foi crucial para a queda da Irmandade Muçulmana egípcia, sendo desde o início uma oposição declarada à esta vertente moderada do islamismo.

A declaração de guerra contra o Estado Islâmico como orientação da política externa estadunidense em 2014 emergia então como uma expressão da derrota dos aspectos progressistas e revolucionários da Primavera Árabe. Tratar-se-ia de uma mudança não declarada na plataforma estratégica da Casa Branca em buscar basear-se no uso de poder inteligente, combinado à Estratégia de Segurança Nacional (NSS-2010) que a partir de maio de 2010 declarou o abandono do termo “Guerra Global Contra o Terror”, com a adoção de um discurso multilateral. O ano de 2014 marca o ponto de virada em que após a degeneração da guerra síria, e da extensão do novo intento de califado do Estado Islâmico, concretizando a advertência feita por Henry Kissinger dois anos antes de que um ataque a Bashar Al Assad poderia transformar o país em um terreno propício para a disseminação de uma vertente de terrorismo ainda mais frutífera que o Iraque. (KISSINGER, 2012). Quando o Estado Islâmico invade o Iraque em 2013 o senador republicano Rand Paul declarou que “a política de Washington com base nas diretrizes dos neocons criou no Oriente Médio um paraíso seguro para os radicais islâmicos”.

(BANDEIRA, 2017, p.375). Além da guerra ao terror se poderia incluir também como fatores para isso os derivados da própria Primavera Árabe, que levou à decadência da Irmandade Muçulmana egípcia como mediação islâmica, e a consequente ascensão do Estado Islâmico.

A interpretação de que a Primavera Árabe foi desatada como uma guerra híbrida estadunidense, poderia alentar a visão de que a situação de grande crise sistêmica aberta entre o final de 2011 e 2016 teria sido criada para favorecer a continuidade da agenda de intervenções no Oriente Médio e Norte da África, embasada no entendimento de que a retirada dos Estados Unidos levaria a um caos incontrollável na região. Esta hipótese, ainda que carregada por elementos que favorecem teorias da conspiração teria como fundamento lógico a proximidade das eleições estadunidenses de 2016, cujo debate internacional não deixaria de abordar a ação estadunidense no Oriente Médio e Norte da África, com a então candidata democrata Hillary Clinton sendo a expressão da continuidade da orientação protagonizada por Obama, e possivelmente aprofundada em chave ainda mais realista que a dele. Porém, se tal cálculo pudesse oferecer as chaves explicativas para a hipótese da Primavera Árabe como resultante de uma guerra híbrida patrocinada por ONGs democratas, o seu balanço seria negativo na medida em que a percepção que se generalizou não partia da necessidade de dar continuidade à política externa cujo centro de gravidade encontrava-se no Oriente Médio e no Norte da África, mas pelo contrário, instalava-se no plano doméstico um anseio pela mudança da agenda e de prioridades. Tal anseio era gerado pela percepção do crescente empobrecimento e perda de vantagens econômicas dos Estados Unidos em relação à Ásia, questão que havia se tornado patente após a crise econômica internacional aberta em 2008.

Em suma, por mais que o terrorismo islâmico seguisse sendo um fantasma no imaginário da população estadunidense, se os ataques seguissem ocorrendo na França e não nas grandes capitais estadunidenses a percepção de que outras pautas, como a promessa econômica de “tornar a América grande de novo” de Donald Trump seriam entendidas como mais relevantes que a continuidade da guerra ao terror. Do ponto de vista militar esse processo também operou-se. A carta aderida por 88 generais apoiando Trump às vésperas das eleições estadunidenses de 2016 apontava críticas contra as reticências da retomada da plataforma de combate aos “supremacistas islâmicos” (LAMOTHE, 2016, sp). Esta crítica estava dirigida ao abandono discursivo oficial da Guerra ao Terror que caracterizou a Doutrina Obama em prol da “guerra contra o extremismo violento”, de caráter mais geral e que não indicava claramente o combate ao

islamismo como parte da defesa dos valores estadunidenses. Entretanto, cabe notar que a estimativa indicada pelo *Council on Foreign Relations* de que os Estados Unidos lançaram apenas no ano de 2016 sob o governo Obama 26.171 bombardeios em sete países, dos quais a Síria foi o alvo prioritário (WILSON, ZENKO, 2016).

Assim, a Primavera Árabe em geral, e as formas que esse processo assumiu em particular no Egito, apresentou-se como um desafio para Obama, que havia desde o primeiro discurso proferido no Cairo em 2009 prometido reverter a política neoconservadora de Guerra ao Terror. No entanto, durante sua administração Obama seguiu apoiando a ditadura de Mubarak, demonstrando que a imagem multilateral e democrática não se reverteria em posicionamentos críticos aos regimes bonapartistas do Oriente Médio. Pelo menos não até que os povos dessas próprias nações se rebelassem, obrigando a administração Obama a se posicionar. Como balanço geral, após muitas vacilações e desencontros que demonstraram publicamente as diferenças sobre como tratar a questão, a administração Obama se reposiciona como pretense apoiador das manifestações. Mas sua ação promove um desvio com o SCAF seguido de uma derrota das aspirações populares articulada pela interlocução constante com os militares, uma ofensiva através da OTAN de consequências desastrosas na Líbia, e uma guerra civil na Síria responsável por adensar uma das mais importantes crises humanitárias do século XXI até o momento, cujo símbolo são os corpos de crianças refugiadas trazidas pelos mares.

As consequências deste processo, somadas às contradições abertas pelo não cumprimento da promessa de Obama em acabar rapidamente com as ocupações do Iraque e do Afeganistão, com a retomada dos bombardeios ao Iraque em 2014 sem qualquer tipo de consulta à ONU, muito embora discursivamente se defendesse o multilateralismo através da ação dos organismos internacionais. A instrumentalização de atores externos, como a resistência curda, foi chave também para a ação contra o Estado Islâmico, já que apesar da votação de 2014 não encontrou unanimidade no Congresso estadunidense. (PECEQUILO, FORNER, 2017). No entanto, até que os bastiões do Daesh fossem atingidos no Iraque e na Síria, e sua consequente decadência se desse durante o ano de 2018, a percepção de que o caos havia se instaurado no Oriente Médio e Norte da África. Os fatores que alentavam essa caracterização se mostraram como uma somatória derivada dos efeitos das guerras neoconservadoras de 2003 a 2008, da ambivalência de Obama em cumprir com a agenda de fim das guerras do Afeganistão e Iraque, e também da busca estadunidense para restabelecer as relações com o Irã, sobretudo após a posse de Hasan

Rouhani que representava uma ala considerada mais moderada da teocracia iraniana.

Este último aspecto assume grande importância na política externa estadunidense sob Obama. O Irã é uma potência regional que sustenta um sistema de alianças com forças como o Hezbollah libanês, Hamas palestino e Bashar Al Assad na Síria, o que o tornou aos olhos da administração democrata uma peça chave para a manutenção da segurança dos Estados Unidos, tanto como instrumento auxiliar na transição iraquiana, como para articular uma saída para o Afeganistão. Portanto, o acordo firmado sob argumento de controlar o programa nuclear do Irã, uma das peças chave da política externa de Obama, acarretou em diversas tensões com a Arábia Saudita e o Irã.

A essa gama de elementos soma-se a errática estratégia estadunidense para lidar com a Primavera Árabe, que combinava declarações de apoio aos movimentos enquanto instrumentalizou organizações antipopulares, agindo para sustentar seu leque de alianças regionais, com exceção do Egito, conformados por monarquias e regimes bonapartistas tão retrógrados e repressivos quanto Mubarak. A queda de Mubarak marca igualmente um ponto de virada na ação estadunidense em relação à Primavera Árabe. As relações de cooperação entabuladas entre ambos durante décadas colocavam os Estados Unidos em uma situação delicada, expondo fissuras entre a abordagem de Hillary Clinton, tendente à “cautela” que na prática levava a seguir sustentando Mubarak, e a de Obama após 25 de janeiro de 2011, quando declara-se favorável à sua queda, buscando evitar que o massivo movimento se radicalizasse sendo um combustível anti imperialista para o conjunto da região. (SHENKER, 2017; ACHCAR, 2013). Porém, após a resolução da primeira etapa dos levantes egípcios os Estados Unidos passaram da inércia, à ação beligerante via OTAN na Líbia por meio da resolução 1793 aprovada na ONU, e na guerra civil Síria. Mesmo tendo sido o articulador da operação da OTAN, e das operações como a *Odissey Dawn* que levou à captura, tortura e morte de Kadafi, Obama foi criticado, sobretudo por alas republicanas por ter dado espaço para demasiado protagonismo europeu. Entretanto, os Estados Unidos tiveram um papel fundamental tanto no planejamento como na execução e fornecimento de tecnologias. (WEISSMAN, 2016).

A desagregação da Líbia como produto da ofensiva da OTAN marca um dos pontos mais significativos do caos instaurado no Oriente Médio e Norte da África, não pelo advento das revoltas populares contra as ditaduras e monarquias, como algumas interpretações pretendem, mas pela ação das potências e em especial dos Estados Unidos. O legado da intervenção foi uma tentativa frustrada de instaurar a transição sob o comando do então primeiro-ministro Ali Zeidan, cuja oposição das tribos do leste do país

deflagrou uma nova guerra civil, com bloqueios das remessas de petróleo feitas pelas tribos contra o oeste em 2013. Como resultante Ali Zeidan cai, o país divide-se em um enfrentamento tribal, sua economia é desmantelada, enquanto o Estado Islâmico, que avançou pelo centro do país. Em suma, após a ação da OTAN a Líbia se transformou em um “Estado falido”. (BANDEIRA, 2016). Dessa maneira a política de Obama para a Líbia foi criticada tanto pelos setores direitistas e conservadores, que a consideraram ambivalente demais, como pelos que avaliaram que a intervenção serviu apenas para debilitar os interesses estratégicos dos Estados Unidos.

Em retrospecto, a intervenção de Obama na Líbia foi um fracasso abjeto, julgado até por seus próprios padrões. A Líbia não apenas falhou em evoluir para uma democracia; ele se transformou em um estado com falha. As mortes violentas e outros abusos dos direitos humanos aumentaram várias vezes. Em vez de ajudar os Estados Unidos a combater o terrorismo, como Kadafi fez durante sua última década no poder, a Líbia agora serve como um porto seguro para milícias afiliadas à Al Qaeda e ao Estado Islâmico do Iraque e al-Sham (ISIS). A intervenção na Líbia também prejudicou outros interesses dos EUA: minando a não proliferação nuclear, esfriando a cooperação russa na ONU e alimentando a guerra civil da Síria. Apesar do que os defensores da missão afirmam, havia uma política melhor disponível - sem intervir, porque os civis pacíficos da Líbia não estavam realmente sendo alvejados. Se os Estados Unidos e seus aliados seguissem esse caminho, poderiam ter poupado a Líbia do caos resultante e ter a chance de progredir sob o sucessor escolhido de Kadafi: seu filho relativamente liberal, Saif al-Islam, de educação ocidental. (KUPERMAN, 2015, p. 237)

Assim, a estratégia de “liderar por detrás” trouxe menos custos que uma operação dirigida e executada majoritariamente pelos Estados Unidos, mas não inviabilizou que esse fosse identificado com os terríveis resultados para a população líbia. Este processo se amplia com o agravante de que após a queda de Kadafi as distinções tribais exploradas pelo ex-ditador durante todo o seu governo emergiram com força, dividindo um país que concentra grande riquezas em suas reservas de petróleo. Grupos armados passaram a controlar e bloquear o petróleo líbio desde a queda de Kadafi, fazendo com que a Companhia Nacional de Petróleo Líbia tenha perdido sua capacidade produtiva pela crise política instaurada no país. Empresas como a Akakus, joint-venture que envolve a espanhola Repsol, além da francesa Total que outrora extraía 10% de todo o petróleo produzido na Líbia tiveram seus negócios afetados, demonstrando que parte do cálculo que levaram os países que sediam suas matrizes a serem a linha de frente da operação da OTAN teve resultados muito diferentes dos esperados. (BANDEIRA, 2016).

Na Síria a situação foi ainda mais complexa, resultando em uma guerra civil que dura diversos anos, e cujos objetivos, para além da derrocada do Estado Islâmico, eram

ininteligíveis para o público estadunidense. Isso colaborou, ainda que de maneira colateral, para a derrota de Hillary Clinton nas eleições presidenciais de 2016. Quando os movimentos populares pela queda de Bashar Al Assad cederam lugar para a formação de distintas milícias, laicas e islâmicas, atuando contra o governo vigente o conselho do general Petraeus repetiu a clássica orientação de armar e instrumentalizar esses grupos. Um primeiro movimento neste sentido foi entabulado com o Conselho Nacional de Transição sírio, agrupação laica que por um momento parecia hegemonizar os opositores. Mas isso tampouco se consolidou, e rapidamente uma miríade de organizações, dentre as quais a Frente Al-Nusra liderada por Abul Mohhamed Al-Jolani ligado à Al Qaeda, passaria a ampliar a sua influência e romperia com sua organização de origem em 2016 para em seguida filiar-se ao Estado Islâmico. (MARTÍN, 2017).

Mais tarde, quando o autoproclamado Estado Islâmico (também conhecido como ISIS) assumiu o controle de vastas áreas do Iraque e da Síria, os críticos de Obama argumentaram que, se apenas o presidente tivesse aceitado o plano de Petraeus, o ISIS poderia não ter encontrado um ponto de apoio. Mas a alegação parece exagerada - embora alguns conselheiros próximos de Obama permitam, em retrospecto, que talvez valha a pena dar uma chance à opção de Petraeus. De qualquer forma, dois anos depois, Obama aprovou um plano semelhante. No entanto, quando os rebeldes apoiados pelos americanos começaram a acumular vitórias no campo de batalha e pareciam estar se aproximando de Assad, a previsão de Obama do que aconteceria a seguir se tornou realidade: os iranianos redobram seu apoio a Assad, enviando soldados da Força Quds para combater os rebeldes. E o presidente russo Vladimir Putin, temendo a perda do único posto avançado de Moscou fora da antiga União Soviética, enviou tanques, aviões e mísseis para apoiar o exército sírio. (KAPLAN, 2016, p.432)

A entrada da Rússia como ator militar que reuniu cerca de 63 mil efetivos atuando no terreno, e um dos maiores aliados de Assad, gerou um conflito subterrâneo em que os Estados Unidos eram simultaneamente seu opositor no que se refere ao posicionamento sobre o governo vigente, e aliado na frente contra o Estado Islâmico. Portanto, há também analistas que avaliam que a Rússia teria sido a verdadeira vencedora desta contenta, na medida em que ampliou sua ação militar em regiões onde mantém interesses estratégicos, e Assad foi preservado. (KOFMAN, ROJANSKY, 2017)

Soma-se a este conjunto de elementos a percepção de que Obama não tinha uma estratégia clara para lidar com a Primavera Árabe. Ao tratar cada um dos países de maneira distinta, ainda que com distintos ritmos mantendo a tônica comum de se postular como apoiador dos levantes populares, os Estados Unidos deixaram entrever o que seria percebido como uma estratégia falha e pouco clara em relação aos seus objetivos. Se por

um lado a resposta estadunidense aos primeiros levantes revolucionários do século XXI foram efetivas para desviar e derrotar o caráter progressista quando emergiram, por outro lado foi ineficaz para recompor a localização estadunidense, e mais especificamente o *modus operandi* de política externa do Partido Democrata na figura de Hillary Clinton.

A derrota dos democratas no pleito de 2016 pode ser considerada uma indicação de que a agenda em política externa centrada essencialmente na região do MENA, travando guerras em que dificilmente resultaram em vitórias contundentes, e cujos inimigos como o Estado Islâmico passavam a ser percebidos não como ameaças externas que dependeriam da ação estadunidense como mantenedor mundial da ordem, mas como resultantes imprevistas e desastrosas da ação dos próprios Estados Unidos. A vitória de Donald Trump expressou as contradições da política externa, e como ela era entendida pelo público médio estadunidense, que igualmente sofria com as consequências econômicas da crise de 2008 e creditava a agentes externos a responsabilidade pela sua pobreza e degradação de trabalho.

O legado de Obama permaneceu dúbio, baseado em uma percepção unidimensional de parte do eleitorado, que levou os democratas à derrota nos esta-dos de batalha. Houve crescimento econômico, mas ele foi desigual. A percepção de que a crise econômica de 2008 foi superada não se estendeu a grupos de classe média. Reforçou-se entre os blue collars, e os brancos mais pobres, a impressão de que sua vida havia piorado devido a “outros”, e esse sentimento foi explorado. A queda da renda, a não geração de empregos similares aos perdidos especialmente no setor industrial e o crescimento da linha de pobreza associado à concentração de renda no topo foram essenciais para impulsionar mensagens maniqueístas. O ataque se estendeu à condição feminina e a várias dimensões do gênero e direitos básicos. (PECEQUILO, 2016, p.37)

Portanto, a noção de que o Estado Islâmico havia sido uma consequência da política de Obama foi amplamente usada, bem como a quebra da promessa de reversão das guerras de ganhos incertos. Durante a campanha eleitoral de 2016 Trump sinalizou ter o apoio de 88 generais de reserva, que declararam-se como opositores às incursões militares de pouco sucesso que marcaram as principais intervenções estadunidenses, sobretudo no Oriente Médio, que compunha dentre outros fatores a plataforma da ala democrata representada por Hillary Clinton. O discurso de renúncia do papel de polícia do mundo, das intervenções humanitárias, típica plataforma usada pelo Partido Democrata para intervir nas distintas regiões do globo, em favor da proteção das fronteiras encontrou eco entre os generais, já que as falhas das ofensivas estadunidense pelo mundo colocaram em destaque a inoperância do seu exército.

Entretanto, desde o início de seu mandato Trump tampouco operou uma mudança significativa nesse terreno, já que uma de suas primeiras medidas foi bombardear o Iêmen e reposicionar 400 novos efetivos na Síria. Também não abandonou a OTAN, como alguns de seus discursos sugeriu, ainda que tenha buscado redistribuir a responsabilidade no interior da aliança:

A propensão para soluções militares tem sido evidenciada em várias ocasiões ao longo dos primeiros seis meses da presidência. A Administração tem hesitado em concretizar as suas ameaças à Coreia do Norte apesar dos contínuos testes de mísseis por parte do regime de Kim Jong-un. Todavia, a Administração Trump tem levado a cabo operações militares no Iêmen, no Afeganistão, no Iraque e na Síria. Recentemente, a Administração anunciou o envio de mais quatro mil militares americanos para o Afeganistão. Este aumento do número de efetivos, a par com o aumento vultoso de baixas civis, refletem o crescente envolvimento militar americano na região. A orientação para soluções militares é igualmente evidenciada nas propostas orçamentais da Administração. Determinado em cumprir as promessas de campanha, Trump propôs um aumento de 54 mil milhões de dólares para o orçamento de defesa (um aumento de dez por cento relativamente a 2017) e cortes draconianos nos orçamentos do Departamento de Estado e outras entidades envolvidas na assistência externa. (VINHA, 2017, sp)

Nesse sentido, sua aposta em apoiar-se cada vez mais no aparato burocrático militar, que lhe confere justamente o caráter de *bonapartista débil*, por conta das imensas divisões existentes, parece ser uma resposta a isso. Assim que foi eleito Trump anunciou o aumento do orçamento militar em mais de US\$ 56 bilhões para gastos com a defesa, e armas de maior potência, como a “mãe de todas as bombas” lançada no Afeganistão, encontra sua equivalência no corte de fundos para o Departamento de Estado, que sustenta iniciativas nos organismos multilaterais como as Nações Unidas. O ataque com a “mãe de todas as bombas” sobre o Afeganistão em 2017, um artefato que produz o maior nível de destruição em se tratando de uma arma não nuclear, sob o argumento de que seria um ataque ao ISIS, deve ser examinado mais detidamente à luz desse contexto extremamente instável. Mas o argumento de que o uso dessa bomba estava destinado a combater o ISIS no Afeganistão, onde a organização era qualitativamente mais debil já que enfrentava a oposição do grupo Emirados Islâmicos derivados dos Talibãs, revela apenas a aparência das reais motivações. A hipótese sobre a essência desta decisão recai no objetivo de Trump de estabelecer junto às potências e à opinião pública sua disposição em usar armas dessa envergadura para garantir seus interesses. Portanto, os traços fundamentais da mudança de política almejada por Trump iam no sentido de não mais ser o garantidor de

uma “ordem mundial”, mas sim o garantidor dos interesses nacionais e unilaterais dos Estados Unidos. (VINHA, 2017)

Chegando ao final de seu mandato Trump contrariando a retórica de campanha de que encerraria o ciclo de guerras incessantes retorna às incursões no Oriente Médio com o assassinato do general iraniano Suleimani, um dos nomes de maior relevância dentre o alto comando iraniano. Dessa forma dá-se então um dos pontos culminantes da reversão do acordo nuclear negociado durante os anos de Obama, e portanto, de uma das plataformas mais importantes da política externa estadunidense sob os seus mandatos. Embora o conflito não tenha escalado, anuncia uma perspectiva de que a região do MENA siga sendo um epicentro de contradições, sobretudo porque o abandono da abordagem multilateral dos anos Obama para lidar com o Irã, e os demais desafios da região, não deu lugar a outra agenda elaborada por Trump que seja capaz de ir além da intensificação das tensões regionais. O aprofundamento das relações dos Estados Unidos com a Arábia Saudita, que encabeça uma frente sunita com os Emirados Árabes Unidos e demais monarquias do Golfo apontam à tentativa de enfraquecer a influência xiita iraniana.

Porém, a segunda década do século XXI se anuncia junto com a perspectiva de uma nova entrada em cena dos movimentos contestatórios. Irã, Iraque, e o próprio Egito foram novamente palcos de manifestações massivas. Não se pode descartar que uma nova Primavera se anuncie no cenário internacional, e conflua com um cenário de incertezas e instabilidade, abrindo um novo capítulo na história dos movimentos das classes subalternas. Um cenário auspicioso para alguns, temeroso para outros, mas muito provável.

BIBLIOGRAFIA

AHCAR, Gilbert. **The People Want - A Radical Exploration of the Arab Uprising**. University of California Press, 2013.

_____. **What happened to the arab spring?**, Jacobin Magazine, 2015. Disponível em (<https://www.jacobinmag.com/2015/12/achcar-arab-spring-tunisia-egypt-isis-isil-assad-syria-revolution>). Acesso em 07/05/2018

_____. **Egypth recente growth: an emerging success history?** Centre for Development Policy and Research. 2009. Disponível em <<https://www.soas.ac.uk/cdpr/publications/dv/file49377.pdf>> Acesso em 07/05/2018

AGLIETTA, Michael. BAI, Guo. **China's Development: Capitalism and Empire (Rethinking Globalizations)**. London, Routledge; Edição: 1, 2012

AJIMI, F. **The Sorrows of Egypt**. Foreign Affairs. Special Issues: The New Arab Revolt. 1995. Disponível em < <https://www.foreignaffairs.com/articles/egypt/1995-09-01/sorrows-egypt-tale-two-men>> Acesso em 10/02/2019

ALBAMONTE, Emilio. MAIELLO, Matias. **Estrategia Socialista y el Arte Militar**. Buenos Aires, Ed. CEIP, 2018.

_____. **Nos limites da Restauração Burguesa**. Revista Estratégia Internacional Brasil. São Paulo. Ed Iskra, 2011

ALEXANDER, Anne. **The Egyptian Workers Movement and the 25 January Revolution** - International Socialism, 133. Disponível em < www.isj.org.uk/index.php?id=778andissue=133> Acesso em 03/02/2018

ALI, Tariq. **Bush na Babilônia – A descolonização do Iraque**. Rio de Janeiro. Editora Record. 2003

_____. **Diary, In Cairo**. London Books of Review, 2012. Disponível em < <https://www.lrb.co.uk/v36/n11/tariq-ali/diary>> Acesso em 10/09/2018

AMIN, Samir. **O imperialismo, passado e presente**. Tempo vol.9 no.18 Niterói Jan./June 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042005000100005> Acesso em 01/02/2017

_____. **L'islam politique**, Paris. Revue politique virtuelle, 2007.

_____. **Primavera Árabe?** Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 10, n.20, p.221-252, jul./dez. 2010. Disponível em <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/3454/2707>> Acesso em 04/05/2019

ANDERSON, Perry. **On the concatenation in the arab world**. New LeftReview, 68. Abril 2011. Disponível em <<https://newleftreview.org/issues/II68/articles/perry-anderson-on-the-concatenation-in-the-arab-world>> Acesso em 01/05/2017

_____ **A política externa norte-americana e os seus teóricos**. São Paulo, Boitempo, 2015.

_____ **Balanco do Neoliberalismo**. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____ **On the concatenation in the Arab world**, 2011, New Left Review 68

ARAFAT. Iasser. **Discurso na ONU**. Disponível em <<https://www.marxists.org/espanol/arafat/1974/onu-13nov.htm>> Acesso em 10/07/2017.

ARENA, Maria. **Changing foreign policy: the Obama Administration's decision to oust Mubarak**. Rev. bras. polít. int. vol.60 no.1 Brasília. 2017 Epub Nov 21, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292017000100220> Acesso em 21/05/2019

ARIEFF, Alexis. **Political Transition in Tunisia**. Congressional Research Service, 2015. Disponível em (<https://fas.org/sgp/crs/row/RS21666.pdf>) Acesso em 10/06/2018

ARON, Raymond. **Pensar a Guerra, Clausewitz**. Tomo II. Buenos Aires, La Era Planetaria, 1976

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007

AYUBI, N. **Over-stating the Arab State: Politics and Society in the Middle East**. I.B. Tauris, London, 2008

BADIOU, Alain. **De um desastre obscuro: sobre el fin de la verdad del Estado**. Madri. Amorrortu Editores, 2006

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra do Iraque**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.

_____ **A segunda Guerra Fria**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2014.

_____ **A desordem mundial: o espectro da total dominação**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2017.

BARBOSA, Antonio. Rubens. **Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil**. Rev. bras. polít. int. vol.45 no.1 Brasília Jan./Jun. 2002. Disponível em

< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292002000100003>
Acesso em 10/01/2017

BAYAT, Assef, **Populism, Liberalization and Popular Participation: Industrial Democracy in Egypt**. *Economic and Industrial Democracy* 14: 65–87, 1993. Disponível em < <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0143831X93141004>>
Acesso em 10/11/2018

_____. **Revolution without Revolutionaries: Making Sense of the Arab Spring**. Stanford, California, Stanford University Press, 2017.

BAKY-ABDEL, Michael. **Liberal uncertainty**. *Al-Ahram Weekly*, ed. 1046, 5 maio 2011. Disponível em <http://weekly.ahram.org.eg/2011/1046/eg7.htm> Acesso em: 02/06/2019.

BBC, **Sinai Province: Egypt's most dangerous group**. 12/05/2016. Disponível em <<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-25882504>> Acesso em 29/07/2019

BEININ, Joel **Will the Real Egyptian Working Class Please Stand Up?** em *Workers and Working Class in the Middle East: Struggles, Histories and Historiographies*, New York University Press, 1996.

BEININ, Joel, ZACHARY Lockman. **Workers on the Nile: Nationalism, Communism, Islam, and the Egyptian Working Class**. Princeton: Princeton University Press. 1987

_____. **El sector obrero egípcio frente al Nuevo Orden Económico**. CEPRID. Disponível em <https://www.nodo50.org/ceprid/spip.php?article48>). Acesso em 30/06/2018.

BENSAADA, Ahmed, **Ocho años después: La “primaverización” de Argelia**, 08/04/2019 Disponível em <https://www.ahmedbensaada.com/index.php?option=com_content&view=article&id=476:2019-04-08-13-36-24&catid=46:qprintemps-arabeq&Itemid=119> Acesso em 29/07/2019

BLACK, Ian. **Egypt accused over crackdown on protests**. *The Guardian*. 25/03/2011. Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2003/mar/25/iraq.ianblack>>. Acesso em 25/03/2019

BOTELHO, Teresa. **Estados Unidos e a Primavera Árabe**. *Relações Internacionais* n.30 Lisboa jun. 2011.

_____. **Os limites do multilateralismo da Administração Obama. A reforma do Conselho de Segurança.** *Relações Internacionais* no.34 Lisboa jun. 2012. Disponível <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000200001> Acesso em 10/03/2017

BREISINGER, *et al* **Food Security and Economic Development in the Middle East and North Africa**, International Food Policy Institute, 2010. Disponível em <<http://cdm15738.contentdm.oclc.org/utills/getfile/collection/p15738coll2/id/2417/filename/2418.pdf%20>>. Acesso em 18/06/2018

BROWN, Nathan John. **Morsi, the Judiciary and Acts of Sovereignty.** Carnegie Endowment for International Peace, 26 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.carnegieendowment.org/2012/11/26/morsi-the-judiciary-and-actsof-sovereignty>>. Acesso em 06/06/2019.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Strategic vision: America and the crises of global power.** Basic Books; Edição: 1 (24 de janeiro de 2012)

BUTLER, Richard. **The greatest treat: Iraq, weapons of mass destruction and the growing crisis of global security.** 2nd ed. New York: Public Affairs, 2001.

CAMARGO, Julia Faria. **Mídia e Relações Internacionais: Lições da Invasão do Iraque em 2003.** Curitiba: Juruá, 2011.

CAMBANIS, Tom. op. cit., p. 100; MAGED, A. **Islamist Friday.** Al-Ahram Weekly, ed. 1059, 4 ago. 2011. Disponível em < <http://weekly.ahram.org/2011/1059/eg3.htm>>, acessado em: 29/05/2019.

CAMPOS, Camila Pastor de María, **Movilizacion y modernidad en el Medio Oriente.** 2015,. *Estudios de Asia y África*. 50. 141. 10.24201/eea.v50i1.2197 Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S2448-654X2015000100141&script=sci_arttext> Acesso em 22/05/2018

CAMPOS, Pedro Henrique. **Estranhas Catedrais.** Rio de Janeiro, EDUFF, 2014

CARTERCENTER. **Presidential Election in Egypt.** Maio-Junho de 2012. Disponível <https://www.cartercenter.org/resources/pdfs/news/peace_publications/election_reports/egypt-final-presidential-elections-2012.pdf> Acesso em 05/06/2019.

CHENGU, Garikai. **Líbia 2015: A mais rica democracia africana é hoje paraíso patrocinado por EUA-OTAN;** Disponível em <<http://www.orientemidia.org/libia-2015a-mais-rica-democracia-africana-e-hoje-paraíso-patrocinado-por-eua-otan/>> Acesso em 29/06/2018

CHEVIGNY, Paul. **A repressão nos Estados Unidos após o atentado de 11 de setembro**. Sur, Rev. int. direitos human. vol.1 no.1 São Paulo 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452004000100007> Acesso em 10/03/2017

CHOMSKY, Noam. **Estados Fallidos: El abuso de poder y ataque ala democracia**. Barcelona, Ediciones B, 2006

CINATTI, Claudia. **Islam político, anti-imperialismo y marxismo**. Revista Herramienta/CEPRID 16 -VII -07, 2007 Disponível em <<https://www.nodo50.org/ceprid/spip.php?article41o>> Acesso em 10/03/2017

_____ **El imperialismo em la era Obama**. Revista Estrategia Internacional, 2010. Disponível em <<http://www.estrategiainternacional.org/El-imperialismo-en-la-era-Obama?lang=es>> Acesso em 10/03/2017

CIEZADLO, A. **Let Them Eat Bread How Food Subsidies Prevent (and Provoke) Revolutions in the Middle East**, in Foreign Affairs, 2011. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/tunisia/2011-03-23/let-them-eat-bread>> Acesso em 15/04/2018

CLÉMENT, Françoise. **Worker Protests under Economic Liberalization in Egypt**. Cairo, American University in Cairo Press, 2009.

CLINTON, Hillary. **Decisiones Dificiles**. España. Simon & Schuster, 2014

COGIOLLA, Osvaldo. **A revolução iraniana**. São Paulo, Editora UNESP, 2008.

_____ **A revolução árabe e o Islã**, 2016. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2371386/mod_resource/content/1/A%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20C3%A1rabe.pdf> Acesso em 10/02/2018

COHEN, Benjamin J. **A questão do imperialismo**, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1976.

COOPER, Mark. **'State Capitalism, Class Structure, and Social Transformation in the Third World: The Case of Egypt**. *International Journal of Middle East Studies* 15(4): 451–69, 1987

COOK, Steven. **Morsi's Mistake The Error Behind the Uproar in Egypt**, 02/12/2012 in Foreign Affairs: The Arab Spring at five, 2016. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/anthologies/2016-02-29/arab-spring-five>> Acesso em 02/08/2018

CRIPPEN, Mattew. **Egypt and the middle east: democracy, anti-democracy and pragmatic** Saint Louis School of Law. 2010 Disponível em <<https://philarchive.org/archive/CRIEAT-2>> Acesso em 20/03/2017

CRITTENDEN, Annia. **Egypt: dependence on imports of food**; A World to Feed, 1981, Foreign Affairs, New York Times. Disponível em <<https://www.nytimes.com/1981/11/16/business/egypt-dependence-imports-food-world-feed-15th-article-series-appearing.html>> Acesso em 16/08/2018.

DEFENSE, **Defense Planning Guidance**, 2005. Disponível em (http://nsarchive.gwu.edu/nukevault/ebb245/doc03_extract_nytedit.pdf) Acesso em 10/07/2017

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **Superação da crise, ameaças de crises e o novo capitalismo**. In: CHESNAIS, François et al. Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Xamã, 2003.

DUNNE, Charles W. **Egypt's Turbulent Road to Democracy: Challenges for U.S. Policy** Disponível em <<https://freedomhouse.org/article/egypts-turbulent-road-democracy-challenges-us-policy>> Acesso em 20/03/2017

DYER, Giles. SALEH, Henry. **Clinton and Obama: An American rift over an Egyptian despot**, Financial Times, Disponível em <<https://www.ft.com/content/38aead1a-9614-11e6-a80e-bcd69f323a8b>>. Acesso em 27/10/2016

EBAYE, Sunday E. N.; ENOR, Frank N. CHIME, Jide. **NATO and the Libyan Crisis: A Looming Case of Neo-Dictatorship**. American International Journal of Contemporary Research. USA. v.1, n.2, p.174-177, 2011. Disponível em <http://www.ajcernet.com/journals/Vol_1_No_2_September_2011/22.pdf> Acesso em 12/04/2018

ECONOMIST. The. **An elephant in the desert. Egypt prepares to open its grand new capital** Disponível em <<https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2019/01/26/egypt-prepares-to-open-its-grand-new-capital>>. Acesso em 11/06/2019

EL-DIN, G.E., **Egypt's liberal forces take aim at draft constitutional articles**. *Ahram Online*, 16 out. 2012. Disponível em: <<http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/55781/Egypt/Politics-/Egypts-secular-forces-take-aim-atdraft-constituti.aspx>>, acessado em: 04/06/2019.

ESPOSITO, John. **El desafio Islamico**, La Marca Editora, 1997.

EYAL, Jonathan. **The Responsibility to Protect: A Chance Missed**. In: JOHNSON, Adrian; MUEEN, Saqeb. Short War, Long Shadow: The Political and Military Legacies of the 2011 Libya Campaign. London: Royal United Services Institute, 2012.

FAHMY, Omar. **Sunni clerics call for jihad against Syria's Assad, allies**. 13/06/2013. Disponível em <<https://www.reuters.com/article/us-syria-crisis-sunnis-jihad/sunni-clerics-call-for-jihad-against-syrias-assad-allies-idUSBRE95C16U20130613>>. Acesso em 20/06/2019

FIORI, José. Luis. **Os economistas e a crise**. Carta Internacional, v. 4, n. 1, p. 15-17, 14 mar. 2009.

_____. **A Líbia, a OTAN e o Grande Médio Oriente**, Carta Maior, 2011. Disponível em <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/A-Libia-a-Otan-e-o-Grande-Medio-Oriente/20882> Acesso em 12/03/2018

_____. **Chuvas e trovoadas**. Jornal Valor Econômico. 2014 Disponível em <<https://valor.globo.com/opiniaao/coluna/chuvas-e-trovoadas.ghtml>> Acesso em 10/03/2017

FMI. **IMF Statement on Tunisia**, 2018. Disponível em <<https://www.imf.org/en/News/Articles/2018/04/13/pr18128-imf-statement-on-tunisia>> Acesso em 12/12/2018

FONTES, Virginia. **Brasil e o capital imperialismo**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2010.

_____. **Imperialismo contemporâneo: espoliação e benevolência**. (Resenha do livro: HARVEY, David. O novo imperialismo). Revista História & Luta de Classes, [s.l.], v. 4, n. 6, p. 89-91, nov. 2008a.

FOREIGN AFFAIRS, **Letters from Cairo**, Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/north-africa/2011-01-30/letter-cairo>> Acesso em 11/02/2020

FOREIGN AFFAIRS, **The U.S-Egyptian Breakup**, Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/north-africa/2011-02-02/us-egyptian-breakup>> Acesso em 02/03/2019

FUSER, Igor. **Petróleo e poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico**. São Paulo. Editora Unesp, 2008

_____. **O petróleo e a geopolítica dos EUA no Golfo Pérsico: a atualidade da Doutrina Carter**. Revista Lutas Sociais, pág. 25. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18655/13842>> Acesso em 10/07/2017

GANZEL, Banzel. **Food for Peace**. 2007. Disponível em <https://livinghistoryfarm.org/farminginthe50s/money_08.html> Acesso em 10/06/2018.

GARCIA, Ana. Sagioro. **Hegemonia e imperialismo: caracterizações da ordem mundial capitalista após a Segunda Guerra Mundial**. Revista Contexto Internacional, vol.32 no.1 Rio de Janeiro Jan./June 2010.

GERGES, Fawaz. **Obama and the Middle East: The End of America's Moment?** Londres, Palgrave Macmillan, 2012.

GJERGJI, Iside. **O Egito em tempo de revolução. As lutas dos trabalhadores antes e depois das revoltas de 2011.** Revista Crítica de Ciências Sociais no.103 Coimbra maio 2014. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-74352014000100005#0 .Acesso em 20/05/2019.

GOBE, Eric. **The Gafsa Mining Basin between Riots and a Social Movement: meaning and significance of a protest movement in Ben Ali's Tunisia.** 2012, Disponível em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00557826> Acesso em 30/05/2018.

GODOY, Julio. **O manipulador das crises africanas.** IPS. 2011. Disponível em <https://jornalggn.com.br/politica/internacional-politica/o-papel-da-franca-nas-criises-africanas/> Acesso em 10/12/2018

GONÇALVES, Luís Eduardo Fonseca. Egito: revolução e contrarrevolução (2011-2015). Disponível em http://funag.gov.br/biblioteca/download/EGITO_REVOLUCAO_E_CONTRARREVOLUCAO_MIOLO_FINAL.pdf. Acesso em 10/05/2019

GONZALEZ, R. **Egito condena à morte 529 seguidores da Irmandade Muçulmana.** 2014 Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/24/internacional/1395649475_618600.html Acesso em 10/05/2019

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRESH, Alain. **Barack Obama, “lackey” of Egypt’s Muslim Brotherhood.** 2018. Disponível em <https://orientxxi.info/magazine/barack-obama-lackey-of-egypt-s-muslim-brotherhood,2623> Acesso em 29/07/2019

HALIDAY, Fredy. **The Middle East in International Relations.** Cambridge University Press, London, 2005

HAMALAWY Hossan El-. **La Resistencia em Egito.** CEPRID, 2008. Disponível em <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=73630> Acesso em 10/06/2018

HANIEH, Adam. **Lineages of Revolt: Issues of Contemporary Capitalism in the Middle East.** Haymarket Books, 2013

HARVEY, David. **O novo imperialismo** São Paulo: Edições Loyola, 2003.
HAWTHORNE, Amy. **Rethinking US economic aid to Egypt**. POMED, 2016. Disponível em <http://pomed.org/wp-content/uploads/2016/11/Rethinking_US_Economic_Aid_Egypt.pdf> Acesso em 10/06/2018.

HASSAN, Hamdy. **Civil Society in Egypt under the Mubarak Regime**. Afro Asian Journal of Social Sciences Volume 2, No. 2.2 Quarter II 2011. Disponível em <<http://www.onlinersearchjournals.com/ajoss/art/61.pdf>>. Acesso em 05/02/2019.

HASS, Richard. **Reflections on the Revolution in Egypt**. New Arab Revolt, Foreign Affairs, 2011

HEADEY, Headley, FAN, Deng. **Anatomy of a crisis: the causes and consequences of surging food prices**. Agricultural Economics. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1574-0862.2008.00345.x>> Acesso em 17/06/2018

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985

HIBBARD Scott, **The origins and future of Egypt's revolt**, Journal of Islamic Law and Culture (Vol. 12, No. 3, October 2010), pages 198-199. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1528817X.2010.618020>> Acesso em 10/04/2018

HOBSBAWN, Eric. **A era das revoluções**, São Paulo, Paz e Terra, 2012.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

HUDSON, Jon **Rand Slams Congress for Funding Egypt's Generals: 'How Does Your Conscience Feel Now?'** Disponível em <<https://foreignpolicy.com/2013/08/15/rand-slams-congress-for-funding-egypts-generals-how-does-your-conscience-feel-now/>> Acesso em 29/07/2019

HUNTINGTON, Samuel P. **A superpotência solitária**. Foreign Affairs, edição brasileira, Gazeta Mercantil, São Paulo. 1999

HUSSON, Michel. **¿Crisis de lafinanza o crisisdel capitalismo?** in Denknetz Jahrbuch, 2009. Disponível em <<http://hussonet.free.fr/denknesp.pdf>> Acesso em 10/05/2018

IBHRAIM, Ehud. **6th of April 2008: A workers' strike which fired the Egyptian revolution**.2012, Disponível em <<http://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/38580/Egypt/Politics-/th-of-April--A-workers-strike-which-fired-the-Egypt.aspx>> Acesso em 10/11/2018

JOFFÉ, George. **A primavera árabe no Norte da África: origens e perspectivas de futuro.** 2011 Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000200006> Acesso em 10/06/2018

KAGAN, Robert. **'The World America Made.** Nova York: Alfred A. Knopf, 2012.

_____. **Neocon Nation: Neoconservatism**, c. 1776. World Affairs, v. 170, n. 4, 2008. Disponível em < <https://carnegieendowment.org/2008/05/29/neocon-nation-neoconservatism-c.-1776-pub-20196>> Acesso em 02/10/2019

KANAAN, Gabriel. **O Brasil na mira do Tio Sam:** a atuação da Embaixada dos EUA durante o governo Lula (2003-2010). Dissertação de mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 2019.

KAPLAN, Fred. **Obama's way.** Foreign Affairs, Arab Spring at Five. 2015. Disponível em < <https://www.foreignaffairs.com/articles/2015-12-07/obamas-way>> Acesso em 07/08/2018

KAUTSKI, Karl. **O imperialismo** (1913). In: TEIXEIRA, Aloisio (Org.). Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002a.

KENTEKLEY, Neil. **Egypt in a Time of Revolution: Contentious Politics and the Arab Spring.** Cambridge University Press, London, 2017.

KHOSROKHAVAR, Farhad. **Os novos atores jihadistas.** Revista Sociedade e Estado, vol.33 n.2. Brasília. Maio/Agosto 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922018000200487> Acesso em 10/10/2018

KISSINGER, Henry. **Anos de renovação.** Lisboa. Editora Gradiva. 2003.

_____. **A new doctrine of intervention?**The Washington Post. 2013. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/opinions/a-new-doctrine-of-intervention/2012/03/30/gIQAcZL6lS_story.html> Acesso em 10/03/2019

_____. **Syrian intervention risks upsetting global order.** The Washington Post. 18/08/2012. Disponível em<<https://www.oregister.com/2012/06/02/henry-kissinger-intervening-in-syria-risks-upsetting-global-order/>> Acesso em 11/04/2018

KIRKPATRICK, David. **Morsi defies Egypt's ultimatum to bend to protest.** *The New York Times*, 2 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2013/07/03/world/middleeast/egypt-protests.html>>, Acesso em 11/05/2019.

_____. **Into the hands of the soldiers,** BBC, Disponível em <<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-23543744>> Acesso em 29/07/2019

KEPEL, Giles. **Jihad**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2003.

KOFMAN, Michael, ROJANSKY. Matthew, **Que tipo de vitória Obama está conseguindo na Síria?** Army Press. Disponível em <<https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/que-tipo-de-vitoria-a-russia-esta-obtendo-na-siria.pdf>> Acesso em 08/07/2019

KORYBKO, Andrew. **Das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2018.

KURT, Nurettin. **The US Occupied Middle East**, United World, 23/06/2019. Disponível em <<https://uwidata.com/4007-the-us-occupied-middle-east/>> Acesso em 10/10/2019

LAGI, Marco, BERTRAND, Karla Z., BAR-YAM Yaneer, **The food crises and political instability in North Africa and the Middle East**, August 10, 2011. Disponível em <<https://necsi.edu/the-food-crises-and-political-instability-in-north-africa-and-the-middle-east>> Acesso em 10/07/2018

LAMOTHE Dan. **Retired generals endorsing Trump include one reprimanded for disclosing classified information**. Whashington Post. 06/09/2016. Disponível em <<https://www.washingtonpost.com/news/checkpoint/wp/2016/09/06/retired-generals-endorsing-trump-include-one-reprimanded-for-disclosing-classified-information/>> Acesso em 09/10/2019

LANDLER, M. **Clinton Bluntly Presses Arab Leaders on Reform**, 2011. New York Times. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2011/01/14/world/middleeast/14diplo.html>> Acesso em 15/08/2018

LAKE, Antony. **Confronting backlash states**. Foreign Affairs, 1994. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/1994-03-01/confronting-backlash-states>>. Acesso em 10/07/2017

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Obras Completas**, vol. 1, 2 e 3. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1980.

LEWIS, Bernard. **A crise do Islã**. Rio de Janeiro. Editora Zahar.2004

_____. **Freedom and Justice in the Modern Middle East**, Foreign Affairs, p. 38, 2005. Disponível em < <https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/2005-05-01/freedom-and-justice-modern-middle-east>> Acesso em 11/02/2020

LEWIS, William. **Libya: Dream versus Reality**. Mediterranean Quarterly. Durham, v.22, n.3, p. 42-52, 2013.

LOUREIRO, Isabel. **Rosa Luxemburgo: revolução e democracia**. Trans/Form/Ação, São Paulo, 1988. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v11/v11a08.pdf>> Acesso em 10/02/2017

LOWY, Michel. **Revolução burguesa e revolução permanente em Marx e Engels**. Revista USP Discurso, 1978. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37849>> Acesso em 10/04/2017

_____. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Revista Outubro número 1, 1998. Disponível em <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-1-06.pdf>> Acesso em 10/03/2019

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MASOUD, T., op. cit., p. 209-210; SALEH, Y.; SHARIF, A., op. cit.; TAYLOR, P.; PERRY, T.; BLAIR, E. Special report– **How the Muslim Brotherhood lost Egypt**. Reuters, 26 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/07/25/us-egypt-mistakes-specialreport-idUSBRE96O07H20130725>>, acessado em: 16/07/2019.

MARSHALL, Shana. The egyptian armed forces and the remaking of an economic empire, Carnegie Middle East Center, abril 2015. Disponível em <https://carnegieendowment.org/files/egyptian_armed_forces.pdf> Acesso em 28/04/2019

MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2012

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, v. 2. 20. ed. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

_____. Liberdade de imprensa. São Paulo, L&PM. 2006.

_____. A burguesia e a contrarrevolução. 1848, São Paulo, Boitempo Editorial, 2011

MARX, K. ENGELS, F. A ideologia alemã, São Paulo, Boitempo Editorial, 2006.

_____. **Mensaje del comite central a la liga de los comunistas**, 1850. Disponível em <<https://webs.ucm.es/info/bas/es/marx-eng/oe1/mrxoe107.htm>> Acesso em 10/06/2018

MARTINS, Verónica. **A dimensão externa da segurança interna nas relações entre a França e a Tunísia**. Relações Internacionais no.40 Lisboa dez. 2013 Disponível em (http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000400005&lng=pt&nrm=i&tlng=pt) Acesso em 10/06/2018

MARTÍN, Javier. **Estado islâmico: a geopolítica do caos**. Los Libros de la Catarata, 2017

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. O lobby de Israel. Novos estudos. CEBRAP no.76. São Paulo Nov. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002006000300003> Acesso em 20/11/2017

MEKAY, Emad. **Exclusive: US bankrolled anti-Morsi activists**, Al Jazeera, Disponível em <<https://www.aljazeera.com/indepth/features/2013/07/2013710113522489801.html>> Acesso em 29/07/2019

MIDDLE EAST INSTITUTE, **The New Dynamics of Egypt's Elections**, 2011. Disponível em <<https://www.mei.edu/publications/new-dynamics-egypts-elections>> Acesso em 03/10/2018

MILAN, Luis. **Origem dos movimentos islâmicos revolucionários**. Revista Espaço Acadêmico, 35. Abril de 2004. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/historia/milman_movimentos_islamicos.pdf> Acesso em 20/07/2017

MILLER, Aaron. **No, they can't**. Foreign Policy. 2010. Disponível em <<https://foreignpolicy.com/2013/05/20/no-they-cant/>> Acesso em 10/03/2017.

NAHMIAS, Roes, “**Report: Mubarak opposes US defense umbrella, Al-Gumhoria newspaper says Egyptian president strongly objects to American proposal to Israel, Arab states to create nuclear umbrella against Iranian attack**,” August 08, 2009, Disponível em <<http://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-3765075,00.html>> Acesso em 05/06/2018

NAPOLEONI, Loretta. **La fenix islamita**, Madri, Ediciones Paidós, 2015

NASSER, Reginaldo. **Turbulências no mundo árabe: rumo a uma nova ordem? revista tempo do mundo**. rtm ago. 2011. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6204/1/RTM_v3_n2_Turbulencias.pdf> Acesso em 10/04/2017

NATO. **A NATO lida agora com um Golfo diferente.** 2018. Disponível em <<https://www.nato.int/docu/review/2012/Arab-Spring/NATO-Gulf-Strategic-Dialogue/PT/index.htm>>. Acesso em 20/06/2-18

NAVILLE, Pierre. **Clausewitz em la actualidad**, em Clausewitz Carl von, De la Guerra, Buenos Aires, Terramar, 2005.

NEGRI. Toni, HARDT, Michael. **Império.** Rio de Janeiro, Editora Record, 2003

NEWS WIRES, **US envoy says Mubarak 'must stay' to steer transition**, 2011, Disponível <<https://www.france24.com/en/20110205-us-envoy-wisner-says-mubarak-must-stay-steer-transition-egypt>> Acesso em 29/07/2019

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005.

NORDLAND, Rod. **Risks of Afghan War Shift From Soldiers to Contractors**, 2012. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2012/02/12/world/asia/afghan-war-risks-are-shifting-to-contractors.html>> Acesso em 10/03/2017

NOVACK, G. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade.** São Paulo, Editora Sunderman, 2008.

NOVOVIĆ, Gloria. **Nonviolent struggle and its application in new social movements: an interview with Srdja Popović.** Volume 6 (2): 230 - 243 (November 2014). Disponível em <http://www.interfacejournal.net/wordpress/wp-content/uploads/2014/12/Issue-6_2-Novovic.pdf> Acesso em 09/03/2018

NYE, Joseph. **Get Smart. Combining Hard and Soft Power.** Foreign Affairs, 2009. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/2009-07-01/get-smart>> Acesso em 10/03/2017

_____ **Comprender os conflitos internacionais: uma introdução à Teoria e à História**, Lisboa. Editora Gradiva 2002.

OCDE, **Evaluacion General de la Situacion Socioeconomica**, 2017. Disponível em <<http://www.oecd.org/economy/outlook/EO-november-2017-evaluacion-general-de-la-situacion-macroeconomica.pdf>> Acesso em 10/03/2018

ONU. **The Economic Situation in Egypt in the Context of Political instability and a Risky Transition.** 2012 Disponível em <<https://repository.uneca.org/handle/10855/22280>> Acesso em 25/04/2019

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista.** São Paulo, Boitempo. 2003.

ORTEGA, Felipe. **Cores da mudança? as revoluções coloridas e seus reflexos em política externa**, São Paulo, Amazon, 2008.

OSMAN, Tarek. **Egypt on the Brink: From the rise of Nasser to the fall of Mubarak**. New Haven: Yale University Press, 2010.

PACIELLO, Maria.Cristina. **Economic and Social Policies in Post-Mubarak Egypt**. 2013. Disponível em <http://www.iai.it/sites/default/files/inegypt_03.pdf> .Acesso em 06/06/2019

PAIVA, Luciana Leal. **Intervenções Militares: A intervenção da OTAN na Líbia**. Conjuntura Internacional, 2012. Disponível em <<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2012/10/05/intervencoes-militares-a-intervencao-da-otan-na-libia/>> Acesso em 14/10/2018

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2003.

Por que Trump? Revista Princípios, 2016.

Disponível em <<http://www.revistaprincipios.com.br/artigos/145/internacional/21/por-que-trump.html>> Acesso em 10/07/2018

PEW RESEARCH CENTER. **Egyptians increasingly glum**. 16 maio 2013. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2013/05/16/egyptians-increasingly-glum/>>, Acesso em 19/05/2019

PIKETTY, Thonas. ALVAREDO Facundo. **Measuring Top Incomes and Inequality in the Middle East**. Paris School of Economics. 2015. Disponível em <<http://www.piketty.pse.ens.fr/files/AlvaredoPiketty2015MiddleEast.pdf>> Acesso em 23/07/2018

PINTO, Vânia, C. **Exploring the interplay between Framing and Securitization theory: the case of the Arab Spring protests in Bahrain**. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 57, n. 1, p. 162-176, 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000100162&lng=en&nrm=iso>. Acesso 18/01/2020.

PINTO, Maria. **Costa Mapping the Obama administration's response to the Arab Spring**. Rev. bras. polít. int. vol.55 no.2 Brasília July/Dec. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292012000200007> Acesso em 29/07/2019

PIVEN, Ben. “**Map: US bases encircle Iran. Dozens of US and allied forces, military instalation dot the region, from Oman, UAE, Turkey and Israel**”, Al Jazeera, 01/05/2012. Disponível em <<https://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2012/04/2012417131242767298.html>> Acesso em 10/07/2017

PODHORETZ, Norman. **Neoconservatism: a eulogy**. Commentary, New York. 1996

POCH-DE-FELIU, Rafael, **La actualidad de China: Un mundo en crisis, una sociedad en gestación**, Madri, Editorial Crítica, 2009

PRASHAD, Vijay. **Arab Spring, Libyan Winter**. California, AK Press. 2012.

PRESS CONFERENCE. **Following Israel air force attack on Tunis base**, 1985. Disponível em <https://mfa.gov.il/mfa/foreignpolicy/mfadocuments/yearbook7/pages/92%20press%20conference%20following%20israel%20air%20force%20att.aspx> Acesso em 10/11/2018

RASSLER, Don. KOEHLER-Derrick Gabriel. COLLINS Liam, AL-OBAIDI Muhammad, LAHOUD Nelly. **Letters from Abbottabad: Bin Laden Sidelined?**, Harmony Program, The Combating Terrorism Center at West Point. 2012, Disponível em <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB410/docs/UBLDocument16.pdf>. Acesso em 20/06/2018

REGAN, Bernard. **The Balfour Declaration, Empire the mandate and resistance in Palestine**. Editora Verso, London. 2017

REUTERS, **Egito começa a erguer muro na fronteira com Faixa de Gaza**. 2008. Disponível em <https://br.reuters.com/article/worldNews/idBRB89394220080306>. Acesso em 24/03/2019.

RICHARDS, Alan, WATERBURY, John. **A political economy of the Middle East**. Boulder, CO: Westview Press, 2008

ROLL, Stephan. **Egyptens Unternehmerelitenach Mubarak**, p. 15-17. *Stiftung Wissenschaft und Politik*, julho de 2013. Disponível em: http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/research_papers/2013_RP08_rll.pdf, Acesso em 04/04/2019.

ROSEMBERG, Tina. **Revolution U**. Foreign Policy, 2011 Disponível em <https://foreignpolicy.com/2011/02/17/revolution-u-2/> Acesso em 29/07/2019

ROUSSEAU, Richard. **Libya: a very long war over competing energy interests**. Foreign Policy Journal, 2011. Disponível em foreignpolicyjournal.com/2011/11/19/libya-a-very-long-war-over-competing-energy-interests Acesso em 20/06/2018.

ROWNLEE, Jason. **Democracy Prevention: The politics of the U.S.-Egyptian alliance**. New York: Cambridge University Press, 2012.

SAHD, Fabio B. **ONGs internacionais e o avanço das direitas no século XXI: MBL, Primavera Árabe e outros casos**. Uberlândia. Editora Navegando, 2019.

SALT, Jeremy. **Containing the “Arab Spring”**. Interface: a journal for and about social movements, v.4, n.1, p. 54 – 66, 2012.

SAKELLAROPOULOS, Spyros. **The issue of globalization through the theory of imperialism and the periodization of modes of production.** Critical Sociology, v. 35, n. 1, p. 57-78, 2009. Disponível em <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0896920508098657>> Acesso em 10/11/2018

SCOTT, Peter Dale. **Afghanistan: Opium, the CIA and the Karzai Administration.** 2010. Disponível em <<http://www.voltairenet.org/article167754.html>)? Acesso em 10/03/2017

SENSINI, Paolo. **Libya 2011. If you don't come to democracy, democracy will come to you.** Editora Jaca Book, 2011.

SIGAR, **Relatório do Special Inspector General for Afghanistan Reconstruction,** 2012. Disponível em <<http://www.sigar.mil/about>> Acesso em 10/03/2017

SIMONS, Stefans. **France Makes Awkward U-Turn on Tunisia Policy.** Disponível em (<http://www.spiegel.de/international/world/dumping-old-friends-france-makes-awkward-u-turn-on-tunisia-policy-a-740551.html>). Acesso em 10/06/2018

SHARQIE, Ibrahim. Tunisia's Lessons for the Middle East. **Why the First Arab Spring Transition Worked Best,** Foreign Affairs, 2013. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/tunisia/2013-09-17/tunisia-s-lessons-middle-east?fa_anthology=1116900> Acesso em 10/12/2018

SHARP, Jeremy. **Egypt: Background and U.S. Relations.** CRS Report for Congress. 2009. Disponível em <<https://fas.org/sgp/crs/mideast/RL33003.pdf>>. Acesso em 24/03/2019

SHENKER, Jack **The Egyptians: A Radical Story Of Egyphians Unfinished Revolution.** London, The New Press, 2016

SKOCPOL, Theda, HERTEL-FERNANDEZ, Alexander. **The Koch Network and Republican Party Extremism.** Perspectives on Politcs, 2016. Disponível em <<https://www.cambridge.org/core/journals/perspectives-on-politics/article/koch-network-and-republican-party-extremism/035F3D872B0CE930AF02D7706DF46EEE>> Acesso em 10/11/2018

SLACKMAN, Michael. **Islamist Group Is Rising Force in a New Egypt.** The New York Times, 25/03/2011 Disponível em <<https://www.nytimes.com/2011/03/25/world/middleeast/25egypt.html>>

SMALTEATCHEAR, Richard. **Egypt - U.S. intelligence collaboration with Omar Suleiman "most successful".** 2011 Disponível em <<https://wikileaks.org/Egypt-U-S-intelligence.html>>. Acesso em 24/03/2019.

SMET, Brecht De. **Gramsci on Tahrir: Revolution and Counterrevolution in Egypt.** London, Pluto Press, 2016

SPRINGBORG. Robert. **The Egyptian military: a slumbering giant awakes.** Carnegie MiddleEast Center. 2019. Disponível em <<https://carnegie->

mec.org/2019/02/28/egyptian-military-slumbering-giant-awakes-pub-78238> Acesso em 10/08/2019

STACHER, Joshua. **Can a Myth Rule a Nation? The Truth About Sisi's Candidacy in Egypt**, in Foreign Affairs, Arab Spring at five. 31/01/2014. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/egypt/2014-01-31/can-myth-rule-nation>> Acesso em 10/04/2019

STEUER, Carole. **Le role des élections**. In: LACROIX, S.; ROUGIER, B. (Ed.) *L'Égypte em révolutions*. Paris, Presses Universitaires de France, 2015, p. 104-110.

STRATFOR, Global Intelligence. **Special Series: Europe's Libya Intervention. Março, 2011.** Disponível em <https://wikileaks.org/gifiles/attach/128/128797_LIBYA_INTERVENTION.pdf> Acesso em 20/06/2018.

SKYES-PICOT. **Acordo de Sykes-Picot**, 1916. Disponível em <http://ecf.org.il/media_items/853>. Acesso em 20/06/2017.

TAYLOR, Alan **The Arab Balance of Power**. Syracuse: Syracuse University Press, 1982.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo. **O pensamento neoconservador em política externa nos Estados Unidos**. Editora Unesp, São Paulo, 2010.

TEIXEIRA, Tatiana. **Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA - a arte de pensar o impensável** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007

THE WHITE HOUSE. (1995b) **Remarks by the president to the UN General Assembly. Office of the Press Secretary**. October, 22. Disponível em <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/remarks-president-united-nations-general-assembly>> Acesso em 10/01//2020

THERBORN, G. **Las clases em el siglo XXI**. London, New Left Review 78, London. 2012.

TRAGER, Eric. **The Muslim Brotherhood's Long Game Egypt's Ruling Party Plots its Path to Power** in Foreign Affairs, The Arab Spring at Five. Março 2016. Disponível em <<https://www.foreignaffairs.com/articles/egypt/2012-07-05/muslim-brotherhoods-long-game>> Acesso em 10/02/2018

TROTSKY, Leon. **1905**. Buenos Aires, Ed. IPS-Centro de Investigaciones y Publicaciones “León Trotsky, 2008.

_____. **Escritos latinoamericanos (compilação)**. Buenos Aires: Ed. IPS-Centro de Investigaciones y Publicaciones “León Trotsky”, 2007

_____ **Resultados y Perspectivas.**1906, Disponível em <<https://www.marxists.org/espanol/trotsky/ryp/index.htm>> Acesso em 10/06/2018.

_____ **Stalin, o grande organizador de derrotas.** São Paulo, Editora Sunderman, 2012

_____ **A teoria da Revolução Permanente.** São Paulo, Editora Expressão Popular, 2007

US DEPARTMENT OF STATE, **Foreign Military Financing Account Summary**, 23 June 2010, Disponível em <<http://www.state.gov/t/pm/ppa/sat/c14560.htm>>. Acesso em 10/02/2018

VINHA, Luís. **Previsivelmente incoerente: Uma análise preliminar da política externa de Donald Trump.** Relações Internacionais no.55 Lisboa set. 2017. Disponível em < http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992017000300002> Acesso em 10/07/2018

VISENTINI, Paulo. Fernandes. **O Grande Oriente Médio.** Rio de Janeiro, Editora Campus, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Como a guerra do Iraque vai acabar.** Revista Fórum, 2009. Disponível em <<http://www.revistaforum.com.br/2012/02/09/como-a-guerra-do-iraque-vai-acabar/>> Acesso em 10/03/2017

WALTON, John K. SEDDON David. **Free Market Free Markets and Food Riots: The Politics of Global Adjustment**, John Wiley & Sons;Edição 1, 1994.

WENT, Robert. **Essays on globalization: a journey to a possibly new stage of capitalism.** 2001. 228f. Dissertation (Ph.D)–University of Amsterdam, 2001. Disponível em < <https://dare.uva.nl/search?identifier=87860018-a4bb-4675-a897-91a0c3d4a1d2>> Acesso em 10/11/2018

WEISSMAN, Stephen R. **Presidential Deception** in Foreign Policy Making: Military Intervention in Libya 2011. *Presidential Studies Quarterly*, Vol. 46, No. 3, September 2016, 669–690.

WICKAM, Carrie. **The Muslim Brotherhood: Evolution of an Islamist Movement**, Princeton University Press; Edição: First Edition, 2013

WINCKLER, Onn. **The "Arab Spring": Socioeconomic Aspects**, 2010. Middle East Policy Council. Disponível em <<https://mepc.org/arab-spring-socioeconomic-aspects>> Acesso em 17/02/2018

WIKKELEAKS. **Morsi on Gaza.** Clinton e-mails, 2012. Disponível em<<https://wikileaks.org/clinton-emails/emailid/12112>> Acesso em 20/10/2019

_____ **Egypt Internal Politics**. Clinton e-mails, 2012. Disponível em <<https://wikileaks.org/clinton-emails/emailid/12182>> Acesso em 20/10/2019

WORLD BANK. 2014. **The World Bank Group and the global food crisis : an evaluation of the World Bank Group response**. Washington DC: World Bank Group. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/en/543311468323944900/The-World-Bank-Group-and-the-global-food-crisis-an-evaluation-of-the-World-Bank-Group-response> Acesso em 10/03/2018

WORLD BANK. UNDP, AFESD, **Arab Human Development Report 2003, pp. 139–40. On regional inequalities in Egypt**, see MNSPR, Arab Republic of Egypt—Reshaping Egypt’s Economic Geography: Domestic Integration as a Development Platform, 2 vols, Washington, DC: World Bank, June 2012. Disponível em <<http://documents.worldbank.org/curated/en/732661468022135899/Arab-Republic-of-Egypt-reshaping-Egypt-s-economic-geography-domestic-integration-as-a-development-platform>> Acesso em 04/06/2019

WORLD BANK, **World Bank discusses collaboration with the Arab League in areas of human development, infrastructure and financing SME’s** 2010. Disponível em <<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2010/12/28/world-banks-managing-director-discusses-arab-world-initiative-during-cairo-visit>>

YAMAMOTO, Lilian. **Corrupção na Assistência Humanitária: o caso do programa petróleo por alimentos e o desenvolvimento de mecanismos de justiça interna na Organização das Nações Unidas**. in: Direitos humanos e vulnerabilidades e o direito humanitário, Editora da Universidade Federal de Roraima, pp.654-682, 2019. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/338411661_Corruptao_na_Assistencia_Humanitaria_o_caso_do_programa_petroleo_por_alimentos_e_o_desenvolvimento_de_mecanismos_de_justica_interna_na_Organizacao_das_Nacoes_Unidas> Acesso em 12/06/2018

ZAYTZEV, Dmitri, **Think Tanks Impact on Foreign Policy towards Arab Spring in Embedded Democracies: Case of USA**, II International Conference on Public Policy in Milan (Italy) July 1 2015. Disponível em <<https://www.ippapublicpolicy.org/file/paper/1433959840.pdf>> Acesso em 29/07/2019

ZENKO, Micka **How Many Bombs Did the United States Drop in 2016?** Council on Foreign Relations. Disponível em <<https://www.cfr.org/blog/how-many-bombs-did-united-states-drop-2016>> Acesso em 29/07/2019

ZIZEK, Slavoj **Giro em falso**, 2013. Blog da Boitempo. Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/08/26/giro-em-falso-slavoj-zizek-sobre-egito-pos-mubarak/>> Acesso em 10/03/2019

ZOLLNER, Barbara. **The Muslim Brotherhood: Hasan al-Hudaybi and Ideology.** New York: Routledge, 2009.

VÍDEO CAPÍTULO 2

The Obama White House, 28/03/2011. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cVW6jBbD5Q8> Acesso em 20/06/2018.